

Universidade de Brasília
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação - PPGHIS
Área de Concentração: História Cultural
Linha de Pesquisa: Identidades, Tradições, Processos

MERCOSUL:
(Mercosur - Ñemby Ñemuha)

PASSAPORTE PARA A AMERICANIDADE

- discurso dos jornalistas correspondentes brasileiros no Exterior

(1991 – 2005)

Autor: Aylê-Salassié Filgueiras Quintão

Orientadora: Profa. Dra. Maria T. Ferraz Negrão de Mello

Brasília, 1º /2008

AYLÊ- SALASSIÊ FILGUEIRAS QUINTAO

MERCOSUL

(Mecosur – Ñemby Ñemuha)

PASSAPORTE PARA A AMERICANIDADE

Discurso dos jornalistas correspondentes brasileiros no Exterior

(1991 – 2005)

Orientadora: Profa. Dra. Maria T. Ferraz Negrão de Mello

Brasília, 1º / 2008

BANCA EXAMINADORA

Tese de Doutorado defendida no dia 12 de maio de 2008, no Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIS – da Universidade de Brasília, submetida à Banca Examinadora, constituída pelos seguintes professores

Profa. Dra. Maria T. Ferraz Negrão de Mello - UnB
Presidente

Profa. Dra. Terezinha Aparecida Mendes Marra – UCG

Profa. Dra. Eleonora Zicari Costa de Brito – UnB/PPGHIS

Profa. Dra. Zélia Aldgrni – UnB/PPGC

Prof. Dr. Antonio José Barbosa – UnB

Prof. Dr. Wilson de Almeida – UCB

**A meu pai, Osório Gonçalves Quintao, e
à minha mãe , Olívia Filgueiras Quintão,
in memoriam,**

**Aos povos guarani, charrua, mapuche,
kaingang, xocleng e outros sul-
americanos que convivem cotidianamente**

com o drama da questão
identitária.

Si somos americanos

Si somos americanos/ Somos hermanos, señores/Tenemos las mismas flores/Tenemos las mismas manos...Si somos americanos/ Seremos buenos vecinos/Compartiremos el trigo/ Seremos buenos hermanos... Bailaremos marinera/Resvalozza, samba y "soul"/ Si somos americanos (bis)/ Seremos una canción (bis)...Se somos americanos/Seremos todos iguales/ El blanco, el mestizo, el índio/ Y el negro so como tales... Bailaremos manirena/Resvalozza, samba y "soul"/Si somos americanos/Seremos una canción. ""*

Por favor, um clipe pra riscar “Mercosul” do passaporte

*Rídículo! No novo passaporte brasileiro a palavra "MERCOSUL" tem destaque muito maior do que o nome "BRASIL". Esse governo, na sanha de nos hispanizar pra poder formar uma grande união cucaracha antiamericana, está desfigurando a nossa identidade brasileira. O próximo passo é obrigar todos os brasileiros a aprender o espanhol. De colonizados dos EUA vamos pateticamente passar a ser OFICIALMENTE colonizados dos hispânicos. Pobre Brasil. Está sempre se desvalorizando Ainda lutamos para consolidar a nossa brasilidade e esse governo nos sabota!Esse governo está fazendo uma espécie de lavagem cerebral, querendo nos incutir uma identidade cultural inexistente e que sempre esteve distante da nossa realidade, maquinada nos seus cérebros doutrinários. Risquemos a palavra Mercosul dos nossos futuros passaportes. Mercosul é um projeto de panelinha (esse tipo de agrupamento discriminatório que os petistas adoram).***

* Rolando Alarcón - CD: Mi modo de alumbrar - Giovanna

** Eduardo Silva - Fóruns do Estádio.

AGRADECIMENTOS

“O amigo é a criatura que escuta todas as
nossas coisas sem aquela cara que parece
estar dizendo: E eu com isso?”

Mário Quintana

Com este trabalho parece que encerro minha carreira de 35 anos como aluno da Universidade de Brasília. Devo este doutorado à minha orientadora, profa. Dra. Maria Thereza Negrão de Mello, que, desde o primeiro contato, acolheu-me com entusiasmo, e que, ao longo do processo, demonstrou suas qualidades – competência e companheirismo – extraordinárias para manter o norte da proposta de estudo, sem esmorecer em nenhum momento, mesmo diante das circunstâncias trágicas que se abateram sobre ela, mantendo uma estabilidade e uma coerência pouco comuns.

Ressalto, também, meus sinceros agradecimentos à Biblioteca do Senado e à jornalista Valéria Castanho, que me possibilitaram o acesso aos dez mil artigos pesquisados; aos professores Paulo Trindade, Christine Carvalho e Miriam Ribeiro Campos (Unimep) pelo apoio; aos meus auxiliares de pesquisa, estudantes Vinicius Loures, Fabiana Conte, Uiara Almeida. À minha família – Weymer, Daniel, Bruno e Alexandre - pela paciência de enfrentar os meus embates silenciosos com as ambigüidades dos fatos que pesquisei.

Agradeço ainda aos meus colegas de Universidade Católica de Brasília, que, por meio de livros emprestados, de trocas de informação ou conversas informais, iam mantendo aquecida minha auto-estima. Meu reconhecimento aos professores. Vera Lúcia Cordeiro, seus auxiliares Lídia Bandeira e Luciana Cordeiro; e Carlos Fabián Lewicoy, respectivamente, pela lida paciente com os originais e pela versão do resumo em espanhol.

Sou grato à Universidade de Brasília, aos professores dos departamentos de História, Comunicação, Sociologia, Antropologia, Economia e Educação por me tolerarem por tanto tempo como estudante, e por terem me dado tantas oportunidades. Sou reconhecido ao PPGHIS - Programa de Pós-Graduação de História da UnB, à Área de Concentração em História Cultural e aos professores que integram a Linha de Pesquisa – Identidades, Tradições, Processos. Meu reconhecimento estende-se também aos professores Eleonora Zicari e Dinair Andrade pela leitura atenta do Projeto de Qualificação, cujas sugestões incorporei, sempre que possível, ao trabalho. Antecipo minha gratidão aos Professores que compõem a Banca Examinadora pela disponibilidade demonstrada.

A elaboração de uma tese é uma experiência atravessada por momentos de profunda solidão, silêncio e outros de partilha. Nomeados ou não nestes agradecimentos devo a muitos a concretização deste trabalho, na convicção de que se perceberão nos méritos que ele possa ter. Esta foi a oportunidade de viver um cotidiano desde logo marcado por gestos de solidariedade. Ficam gravadas na memória a atenção das profas. Cléria Botelho, Zélia Aldrigi e Murilo Ramos, a primeira, facilitando a exigência do segundo nome para

orientação, por ocasião da inscrição; os outros dois pelas gentis cartas de recomendação. Na memória estão também o alegre entusiasmo da profa. Eleonora Zicari e a sintonia do prof. Jaime Almeida que, na Banca Examinadora da Seleção, manifestou-se de maneira enfaticamente estimuladora: “Considero-me conivente com a sua proposta de pesquisa”.

RESUMO

A pesquisa procura identificar a americanidade em matizes de matrizes identitárias contidos nos discursos dos jornalistas correspondentes brasileiros em Buenos Aires e Washington/Nova York quando, dos seus lugares de fala, referem-se ao Mercosul, considerado aqui um vetor, não único, do patronímio continental. Esses matizes são buscados, nos primeiros quinze anos de existência do bloco, na intertextualidade e na interdiscursividade que afloram das matérias jornalísticas e dos artigos relativos ao Mercosul, editados por esta mesma mídia, ou escritos por autoridades de governo, parlamentares, empresários, intelectuais e sindicalistas, com o objetivo de observar a extensão do espaço integracionista. Ambos são atravessados por representações que desvelam marcas de uma identidade cidadã comum. A tese enfatiza, ao longo dos oito capítulos, a perspectiva sócio-histórica e cultural do Mercosul, o mais das vezes enfocada no viés econômico. A questão identitária e a modernização acompanham emblematicamente o cotidiano da vida dos povos da América (Latina) desde que espanhóis e portugueses aportaram na região nos primeiros anos do século XVI, apresentando, às vezes, uma face centrípeta, outras, atuando de maneira centrífuga. Ao longo do tempo, essas duas vertentes performatizadas do imaginário da América vão se confundindo, fundindo e ganhando materialidade própria em direção a uma identidade regional, cujas moventes modulações encontram no Mercosul um importante vetor de configuração e reconfiguração.

Palavras-chave: Americanidade. Mercosul. Jornalistas Correspondentes. Identidade. Representações.

RESUMEN

La investigación busca identificar la americanidad en matices de matrices identitarias contenidos en los discursos de los periodistas correspondientes brasileños en Buenos Aires y Washington/Nova York cuando, de sus “lugares de reportaje”, refiriéndose al Mercosur, considerado aquí un vector, no único, del patronímico continental. Esos matices son buscados, en los primeros quince años de existencia del bloque, en la intertextualidad y en la interdiscursividad que surgen de las materias periodísticas y de los artículos relativos al Mercosur, editados por esa misma prensa, los escritos por autoridades de gobierno, parlamentares, empresarios, intelectuales y sindicalistas, con el objetivo de observar la extensión del espacio integracionista. Ambos son atravesados por representaciones que desvelan marcas de una identidad ciudadana común. La tesis enfatiza, a lo largo de los ocho capítulos, la perspectiva socio-histórica y cultural del Mercosur, la mayoría de las veces enfocada en el viés económico. La cuestión identitaria y la modernización acompañan emblemáticamente el cotidiano de la vida de los pueblos de la América (Latina) desde que españoles y portugueses desembarcaron en la región en los primeros años del siglo XVI, presentando, a veces, una cara centrípeta, otras, actuando de manera centrífuga. A lo largo del tiempo esas dos vertientes del imaginario de la América, performatizadas, se van confundiendo, fundiendo y ganando materialidad propia en dirección a una identidad regional, cuyas movientes modulaciones encuentran en el Mercosur un importante vector de configuración y reconfiguración.

Palabras-clave: Americanidad. Mercosur. Periodistas. Correspondientes. Identidad. Representaciones.

ABSTRACT

The research aims to identify the “americanidade” in matrix and shades of identity contained in the speeches of Brazilian correspondent journalists in Buenos Aires, Washington and New York when they refer to the “Mercosul”. The “Mercosul” is considered in this study an array of continental common identity.

The study was based on the first fifteen years of operation of Mercosul. To identify the “americanidade”, the technical analysis of speech was applied in the corresponding articles of journalists on “Mercosul” edited by the media.

In search of the social extension of the idea of integration, which has a meaning very close to the “americanidade”, it was used the same strategy of analysis to assess the content of the speeches contained in articles written by authorities of government, parliamentarians, businessmen, intellectuals and trade unionist. These speeches contains depictions of a common identity.

The problems of identity and modernization emblematically accompanying the daily life of the South American people since Spanish and Portuguese reached the region in the early years of the sixteenth century. They are relevant to observe the contents of articles in their different point of view. They have sometimes Centripetal interpretation in favor of the “americanidade”, sometimes Centrifuge.

Over time, these problems will be confusing, merging and gaining a profile regional originality. By promoting such mergers also, “Mercosul” is becoming an important vector of configuration and reconfiguration of “americanidade. This thesis was developed in eight chapters, and emphasizes the socio-historical and cultural perspective of “Mercosul”, often focusing on the subject of an economic argument.

Keywords: Americanidade. Mercosul. Correspondent journalists. Identity. Depictions.

LISTA DE ABREVIATURAS

Aladi - Associação Latino-Americana de Integração
ACE - Acordo de Complementação Econômica
AD - Análise do Discurso
ADC - Análise do Discurso Crítica
Adefa - Associação de Fábricas de Automotores
AL - América Latina
Alalc - Associação Latino-Americana de Livre Comércio
Alca - Área de Livre Comércio das Américas
Alcsa - Área de Livre Comércio Sul-americana
Alop - Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción
Anfavea - Associação Nacional de Fábricas de Veículos Automotivos
Apec - Associação de Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico
Apra - Partido Aprista Peruano
Asean - Associação de Livre Comércio do Sudeste Asiático
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
C&T - Ciência e Tecnologia
CAN - Comunidade Andina (Antigo Pacto Andino)
Caricom - Comunidade e Mercado Comum do Caribe
CEI - Comunidade dos Estados Independentes
CCIS - Conselho Superior de Investigações Científicas
CCM - Comissão de Comércio do Mercosul
CCPR - Convênio sobre Créditos Recíprocos
CCSCS - Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul
Ceca - Comunidade do Carvão e do Aço
Cefir - Centro de Información para la Integración Regional
CEE - Comunidade Econômica Européia
Cepal - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CERIR - Centro de Estudios de Relaciones Internacionales de Rosario
CES - Comitê Econômico e Social
CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores
CLAEH - Centro Latino-americano de Economia Humana.
CMC - Conselho do Mercado Comum
Comecom - Comunidade dos Países do Leste Europeu
CUT - Central Única dos Trabalhadores
EUA - Estados Unidos da América
EU - União Européia
FSP - Folha de São Paulo
FMI - Fundo Monetário Internacional
FS - Força Sindical
GATT - General Agreement of Tariffs and Trade
GMC - Grupo do Mercado Comum
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INDEC - Instituto Nacional de Estadísticas y Censos

INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial da República Argentina
INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial do Brasil
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IIRSA - Integração da Infra-estrutura da América do Sul
JB - Jornal do Brasil
MCCA - Mercado Comum Centro-americano
Mecon - Ministério da Economia da República Argentina
MEPC - Mecanismos de Exame das Políticas Comerciais
Mercosul - Mercado Comum do Sul
MICT - Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
Nafta - North America Free Trade Agreement
NCM - Nomenclatura Comum do Mercosul
OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA - Organização dos Estados Americanos
OESP - O Estado de São Paulo
OGB - O Globo
OMPI - Organização Mundial da Propriedade Industrial
ONU - Organização das Nações Unidas
OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN - Organização do Tratado Atlântico Norte
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento
PAECA - Plano de Ação Econômica para Centro - América
PAFTA - Pacific Free Trade Agreement
PESC - Política Externa de Segurança Comum
PIB - Produto Interno Bruto
Picab - Programa de Integração e Cooperação Econômica entre Argentina e Brasil
Pice - Programa de Integração e Cooperação Econômica
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SAI - Sistema Andino de Integração
SEBC - Sistema Europeu de Bancos Centrais
Secex - Secretaria de Comércio Exterior
SICA - Sistema de Integração Centro-americano
SME - Sistema Monetário Europeu
TEC - Tarifa Externa Comum
SADC - Southern African Development Community
UEM - União Econômica e Monetária
UCB - Universidade Católica de Brasília
UnB - Universidade de Brasília
Unctad - United Nations Conference of Trade and Development
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

PARTE I

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| CAPÍTULO I - SITUANDO O OBJETO: A INVENÇÃO DO MERCOSUL | 18 |
| 1.1 Para além da perspectiva econômica: a invenção do Mercosul e o papel do jornalista | 19 |
| 1.2 Densidade transitória | 23 |
| 1.3 Marcas fundacionais da América | 26 |
| 1.4 Pan-americanismo e Independências | 29 |
| 1.5 Integração americana: República brasileira e o Cone Sul | 33 |
| 1.6 Mercosul – Mercado Comum do Sul | 37 |
| 1.7 Para lidar com a americanidade | 42 |
| 1.8 Mercosul: instaurando diálogos | 46 |
| 1.9 Jornalistas correspondentes | 48 |
| CAPÍTULO II - AMERICANIDADE: MODERNIDADE E IDENTIDADE | 51 |
| 2.1 Identidade e modernidade..... | 52 |
| 2.1.2 <i>Organização nacional e afã americanista</i> | 55 |
| 2.2 Imaginário europeu sobre a América | 64 |
| 2.3 A questão identitária: diálogos e lugares de fala | 69 |
| 2.3.1 <i>Caos identitário</i> | 72 |
| 2.4 Ambigüidade identitária | 74 |
| 2.5 Noção de americanidade-- | 77 |
| 2.6 “Parcours latino-americain” | 82 |
| 2.7 Americanidade e americanização | 84 |
| CAPÍTULO III - MERCOSUL: VERTENTE CULTURAL | 87 |
| 3.1 Cultura política no Cone Sul | 89 |
| 3.1.1 <i>Aprendendo a conviver com os vizinhos</i> | 94 |
| 3.1.2 <i>Mobilização empresarial: competindo em bloco</i> | 97 |
| 3.1.3 <i>Inflexões e a reunião de Buenos Aires</i> | 99 |
| 3.1.4 <i>Integração da América do Sul</i> | 101 |
| 3.2 União cultural – Cúpula de Fortaleza | 102 |
| 3.2.1 <i>Identidades compartilhadas</i> ---- | 106 |
| 3.2.2 <i>Marcas Identitárias - súditos homogêneos</i> | 109 |
| 3.2.3 <i>“Etnografias estatales”</i> | 111 |
| 3.3 Categorias socioculturais ambíguas | 114 |
| 3.3.1 <i>Campanha: espaço ambíguo da interação</i> | 121 |
| 3.3.2 <i>Estâncias pampeiras</i> | 122 |
| 3.3.3 <i>Gaúcho crioulo – personagem autêntico da americanidade nos Pampas</i> | 125 |
| 3.3.4 <i>Literatura gauchesca</i> | 129 |
| 3.3.5 <i>Marcas originais da socialidade na América</i> | 133 |
| 3.4 Grupos étnico-raciais | 134 |

| | |
|---|-----|
| 3.4.1 Canteiro de línguas e culturas vivas ----- | 137 |
| 3.4.2 Região do Chaco – os aimarás ----- | 140 |
| 3.4.3 Os Mapuches (araucanos, pampeanos) ----- | 145 |
| 3.4.4 Charruas: os habitantes dos Pampas----- | 147 |
| 3.5 Línguas exóticas, porém nacionais ----- | 151 |
| 3.5.1 Política de línguas ----- | 153 |
| 3.5.2 Religião, festas e comemorações ----- | 155 |
| 3.6 Perfil identitário do Mercosul (Indústria cultural) ----- | 156 |
| 3.6.1 Cultura como vivência cotidiana ----- | 159 |
| 3.6.2 Multiculturalidade e educação democrática----- | 160 |
| 3.6.3 Qualificando as línguas oficiais ----- | 162 |
| 3.6.4 Dicionários bilíngües da desintegração ----- | 165 |
| 3.7 Um aventura rizomática ----- | 167 |

**CAPÍTULO IV -LUGAR DE FALA DOS CORRESPONDENTES BRASILEIROS
NO MERCOSUL -----** 168

| | |
|---|-----|
| 4.1 Jornalistas correspondentes para o Mercosul ----- | 175 |
| 4.2 Imaginário discursivo (Washington/Nova York/Buenos Aires) ----- | 179 |
| 4.3 A americanidade nos discursos dos correspondentes ----- | 183 |
| 4.4 Agências internacionais: uma artilharia antiamericanidade ----- | 183 |
| 4.5 Correspondentes brasileiros ----- | 187 |
| 4.6 Trabalho do correspondente ----- | 191 |

CAPÍTULO V - CORPUS: DISCURSO, REPRESENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO ----
----- 196

| | |
|--|-----|
| 5.1 Vertentes matriciais ----- | 200 |
| 5.2 Discurso e representações ----- | 204 |
| 5.3 Interdiscurso e intertextualidade ----- | 207 |
| 5.4 Detectando o objeto no Corpus ----- | 213 |
| 5.5 O Tempo Presente e os Meios de Comunicação__ ----- | 220 |
| 5.6 Matriz de análise ----- | 224 |
| 5.6.1 Campos de força ----- | 226 |

PARTE II

**CAPÍTULO VI – ENFIM, A AMERICANIDADE NO DISCURSO DOS
JORNALISTAS CORRESPONDENTES -----** 228

| | |
|---|-----|
| 6.1 Pré-Mercosul (até 1991) ----- | 232 |
| 6.2 Tratado de Assunção (1991 – 1994) ----- | 240 |
| 6.3 Protocolo de Ouro Preto (1994 – 1998) ----- | 269 |
| 6.3.1 Cultura no Mercosul: supranacionalidade(1995 – 1996) ----- | 292 |
| 6.4 Tratado de Ushuaia (1998 - 2000) ----- | 296 |
| 6.5 Protocolo de Olivos – Relançamento do Mercosul (2000 – 2003)----- | 307 |
| 6.5.1 Relançamento do Mercosul (2000 – 2002) ----- | 307 |
| 6.6 Reunião dos Presidentes da América do Sul (2004 – 2005) ----- | 310 |
| 6.7 Reunião de presidentes da América do Sul -2004/2005 ----- | 358 |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO VII - INFLEXÕES NO MERCOSUL: MOMENTOS CENTRÍFUGOS --- | 383 |
| 7.1 Diferenças históricas – frustrações estereis ----- | 387 |
| 7.1.1 <i>Atravessando Crises: Tensões Internas</i> ----- | 394 |
| 7.1.2 <i>Solução de Controvérsias</i> ----- | 398 |
| 7.1.3 <i>Retaliações e Ameaças – Relançamento do Mercosul</i> ----- | 402 |
| 7.1.4 <i>Pressões Externas – Forças Centrífugas</i> ----- | 406 |
| 7.1.5 <i>Crises Metafóricas</i> ----- | 409 |
| 7.1.5.1 <i>Efeito Tequila - crise do México</i> ----- | 410 |
| 7.1.5.2 <i>Efeito Tango - crise da Argentina</i> ----- | 411 |
| 7.1.5.3 <i>Efeito Samba – a crise do Brasil</i> ----- | 415 |
| 7.2 Olhos e antolhos: inflexões sintagmáticas ----- | 419 |
| | |
| CAPÍTULO VIII - ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS CENTRÍPETOS | |
| DA AMERICANIDADE ----- | 415 |
| | |
| 8.1 Atravessando fronteiras ----- | 416 |
| 8.1.1 <i>Mercosul: Compartilhamento</i> ----- | 418 |
| 8.1.2 <i>“Contemporaneidad de lo Múltiple”</i> ----- | 421 |
| 8.1.3 <i>Cultura da Americanidade</i> ----- | 423 |
| 8.1.4 <i>Trilhas da integração: fronteiras internas</i> ----- | 426 |
| 8.1.5 <i>Trilhas da integração na fronteira Sul</i> ----- | 429 |
| 8.2 Fronteiras culturais: o conhecimento do outro ----- | 431 |
| 8.2.1 <i>Criolo, o europeu da América</i> ----- | 435 |
| 8.2.2 <i>“Salada Cultural” Rizomática</i> ----- | 436 |
| | |
| CONCLUSÃO ----- | 440 |
| CORPUS DOCUMENTAL----- | 445 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ----- | 446 |
| | |
| ANEXOS ----- | 468 |
| | |
| A – Tratado de Assunção ----- | 469 |
| B - Relação articulistas analisados, qualificação, origem, data e postura | |
| Interdiscursiva----- | 483 |
| C - Matrizes e matizes da americanidade----- | 487 |

INTRODUÇÃO

“...se carece de ter muita coragem...Arte que eu achei com meu projeto... só digo como foi: do prazer mesmo sai a estonteação ...porque, viver é muito perigoso.”

Guimarães Rosa

Tão grave quanto a exploração econômica mercantilista, foi a alienação cultural das populações nativas da América Meridional conduzida pelas conquistas espanhola e portuguesa. O processo de colonização desagregou grupos, famílias, territórios e dizimou manifestações, tradições e práticas sociais, provocando confrontos entre as línguas nativas e as dos colonizadores e, depois, as dos imigrantes. Ao longo do processo, instalou-se um caos identitário, impossibilitando a visão de conjunto à qual, somou-se à miscigenação autônoma entre brancos, índios e negros, conferindo complexidades à configuração de um perfil dos povos da América. A heterogeneidade cultural e o sistema de produção mercantil e patrimonialista geraram instabilidades políticas sub-regionais, conduzindo a uma autonomia politicamente fragmentada em relação às metrópoles mas, economicamente atrasada, resultando, ambigualmente, em uma dependência econômica e em uma pobreza generalizada

Contudo, problemas dessa magnitude que se estendem por quinhentos anos não podem condenar eternamente os povos da América a um isolamento tal que os impeça de pensar até mesmo em novas formas de habitar a terra nativa, de manifestar sua autenticidade e de expressar o seu enraizamento. O desafio desta pesquisa é detectar matrizes e matizes de um pertencimento continental na América do Sul, reconfigurá-las para que possam amparar a discussão sobre uma identidade continental, chamada aqui de **americanidade**, a exemplo dos europeus (europeidade), dos africanos (africanidade) etc, de forma a atravessar as nacionalidades sub-regionais impostas que fragmentaram o Continente.

As identidades nacionais que emergiram – colombiana, brasileira, argentina – não parecem guardar uma relação estreita com a cultura e etnias originárias dos territórios transformados em países pelas independências. Dá-se o mesmo com os conceitos de americanidade/*americanidad/americanité*, categoria identitária, expressa sem grandes convicções, em diferentes línguas, mas que deveria refletir a presença de um sentido continental e os direitos de cidadania dos povos nativos e *criolos* da América, que falam o português, o espanhol, o francês e, sobretudo, daqueles que falam línguas originais. Expresso em qualquer uma dessas línguas, esse pertencimento não parece, entretanto, contemplar, na sua associação com a prática social, cerca de 600 etnias efetivamente originárias do Continente, senão subsidiariamente, refletindo um vazio identitário comum.

A **questão identitária** está relacionada com a história de vida de cada cidadão. Afeta e é afetada pela idéia que se faz do mundo e do lugar em que se vive. Ela é vista em relação a pessoas ou comunidades e expõe os traços culturais comuns que permitem compreender e ser compreendidos por uma origem: nacional, quando localizado na jurisdição de um Estado, ou continental, quando essa referência integracionista se estende por um continente, atravessando os estados nacionais. Trata-se de um espaço do exercício da cidadania – origem, raízes culturais e familiares, direitos e deveres. Uma identidade coletiva

é marcada por um imaginário cheio de representações da vida cotidiana ou da história de um povo, estabelece os limites e os padrões em que se dão as relações sociais, funcionando como um código de relacionamento comum e com outros indivíduos, concomitantemente diferente. O caráter identitário valoriza e fortalece culturalmente as relações sociais, permitindo, além da percepção do outro, que cada indivíduo perceba a si e a sua própria originalidade em relação ao outro. Evidentemente, geram-se antagonismos, dos quais podem resultar aproximações e conflitos, por se apresentar distintivamente.

Esse tem sido, portanto, um dos grandes dramas da América e dos americanos que, dispersos em sua identidade unificadora, não podem ser compreendidos pela sua americanidade, ou seja, pelos traços e culturas que lhes remetem a um reconhecimento de origem natural continental. Suas matrizes originais perderam-se ou fundiram-se, empobrecendo e despersonalizando os povos do continente. Assim, buscam-se, nas representações da história cultural das populações da América, matrizes ou, pelo menos, matizes identitários remanescentes, que permitam a **reconfiguração** da sua identidade. O caminho escolhido foi o discurso dos jornalistas correspondentes brasileiros na Argentina e nos Estados Unidos, pela oposição dos enunciados que ensinam seus textos sobre o Mercosul.

O trabalho se centra na América Meridional, concentrando-se no espaço cultural compreendido dentro da área jurisdicional do Mercosul, mas com a pretensão de que a experiência comum integracionista que reúne sobretudo Brasil e Argentina que, juntos, representam quase setenta por cento do território, da população e do PIB da América do Sul, possa vir a se estender por todo o sub-continente. Como lugar de fala da integração, o Mercosul se apresenta, portanto, como um importante vetor da americanidade.

Tomar o Mercosul como referência implica num balizamento temporal, recortado aqui no período compreendido entre 1991 e 2005. O ano inicial marca o cenário da sua instituição, enquanto o segundo, sinaliza “o estado da arte” alcançado pelo processo de integração na sub-região, e suas repercussões. A idéia de trabalhar com um tempo historicamente tão curto e, ao mesmo tempo, com uma experiência tão expressiva para o processo de integração continental, embora inspirado na globalização como o Mercosul, obriga a desenterrar matizes da originalidade desses povos associados à própria existência da organização e emulados por meio das representações remanescentes. Tornou-se evidente a necessidade de buscar vestígios de uma ancestralidade identitária para dar sustentação à discussão. Identificados traços comuns e matizes históricos e representacionais de visão mais homogênea nas relações entre os povos da América e, deles com o mundo, de maneira singularizada e diferenciada,, certamente seriam encontrados elementos fundamentais – não necessariamente todos - para a configuração de uma americanidade.

A recuperação de matrizes e matizes identitárias não significou uma volta ao passado, mas um esforço para fazer emergir afinidades e laços que pudessem ser percebidos como marcas comunitárias comuns na região do Mercosul. Como se verá, a pesquisa norteou-se a partir de três polêmicas indagações:

- Embora se trate de um território contínuo, recursos e referências matriciais culturais quase comuns, seriam remotas as possibilidades de uma integração entre países da América do Sul?

- *Que discursos amparam a idéia de uma unidade continental, quais os contrapontos a esses discursos, como se manifestam e que sentidos sugerem?*

- *Que canais e instituições sustentam a idéia do integracionismo e que resultados têm sido colhidos?*

São inúmeras as armadilhas teóricas a atravessar o objeto desta pesquisa, que enseja respostas altamente polissêmicas. O melhor caminho parece direcionar para a interdisciplinaridade. De imediato, cruzam-se a História (Cultural) e a Comunicação (Jornalismo). As duas áreas do conhecimento são puxadas por dois elementos quase comuns: o Tempo Presente e a Cotidianidade. História Cultural e Jornalismo trabalham com as duas perspectivas, e ambas enveredam por teorias da Antropologia, da Lingüística, da Economia e da Política. Ao seguir a mesma rota, procura-se, respeitando os limites de cada uma, combiná-las, sem desfigurar a proposta de trabalho.

Trabalha-se aqui, portanto, ao abrigo de condutas análogas já adotadas em pesquisas anteriores realizadas no próprio PPGHIS². Não houve, entretanto, a intenção de esgotar teórica ou metodologicamente a discussão sobre o objeto de pesquisa, mas iluminá-lo com incursões, de modo a construir uma narrativa de fundo histórico-informacional, sem priorizar o quantitativo, pois a pesquisa tem caráter exploratório.

Reveladas na pesquisa historiográfica matrizes ou matizes de suporte de uma americanidade, procura-se identificar num **corpus**, devidamente delimitado, suas manifestações presentes no discurso sobre o Mercosul. Elas parecem emergir convergentes (centrípedas) ou divergentes (centrífugas) nos artigos dos **jornalistas correspondentes** e enviados especiais a Buenos Aires/Washington/Nova York, de autoridades do governo, de parlamentares e da intelectualidade, expostas nas páginas da grande mídia brasileira, representada nesta pesquisa pelos jornais O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil e O Globo. Evidente que a palavra americanidade não vai aparecer explícita nos textos publicados – já que não faz parte do senso comum ou da linguagem funcional (TORQUATO) do jornalismo - mas sim interdiscursiva ou intertextual nos discursos por meio de representações semantizadas, sobretudo como o vocábulo “integração” e outras perfiladas no mesmo sentido em uso corrente no período tomado como balizador temporal da pesquisa.

² Tereza Negrão, que já orientou dezenas de trabalhos de caráter interdisciplinar no PPGHIS, enfatiza as articulações entre a Ciência Histórica e as Ciências da Comunicação. Historiadora, também jornalista, Negrão de Mello, com vários trabalhos publicados a partir dessa abordagem, observa tais conexões já desde a sua tese de doutorado (NEGRAO DE MELLO, 1987). Apoiada em uma estante constituída de interlocutores buscados na História e no Jornalismo, relata Negrão de Mello que o aparecimento dos “mass-mídia” introduziu mudanças significativas no espaço da pesquisa em História. Os suportes dos historiadores para a análise dos acontecimentos, fundados em eventos como os “sermões de paróquia”, “mercadores da Idade Média”, “agentes oficiais de poder”, “cederam seus lugares aos mídia”. E é na esteira desse entendimento que a mesma estudiosa tece considerações sobre o acontecimento e a História do Tempo Presente. No diálogo com Pierre Nora, as interações aparecem enfatizadas levando-a a convir que, de fato, ao ser o primeiro a separar o “joio do trigo”, “o jornalista, acaba sendo um historiador do Tempo Presente. Como se verá, em outras páginas desta tese, refere-se aqui ao Tempo Presente como um recorte temporal que remete a um passado mais recente, que a expressão História Contemporânea parece não dar conta de reter, no contexto da periodização clássica. É esta, aliás, a leitura de autores como Chesneau(1995), e a do elenco de historiadores que integram a obra – *Questões para a História do Tempo Presente* (CHAVEAUX A; TÉTART,(orgs) 1989).

Na construção do universo empírico desta pesquisa, foram levantadas cerca de dez mil matérias jornalísticas sobre o Mercosul publicadas nos principais jornais brasileiros³, ao longo do período em estudo, “clipadas” e cuidadosamente arquivadas pela Biblioteca do Senado. Promoveu-se, então, uma seleção do material, centrando-se naquelas editadas pela mídia selecionada para o corpus, e, em seguida, trabalhou-se apenas com os artigos assinados, que corresponderam a aproximadamente 900 trabalhos. Para análise, foram tomados noventa deles originados de Buenos Aires/Washington/Nova York, incluindo-se artigos de jornalistas brasileiros correspondentes e enviados especiais, chefes de Estado e ministros de Relações Exteriores, parlamentares, consultores intelectuais e sindicalistas, divididos em quatro categorias básicas, com ênfase para os correspondentes.

A tese está estruturada em oito capítulos:

O Capítulo I procura desvendar o cenário histórico que envolve o processo do descobrimento e da ocupação da terra, situando a colonização como a matriz básica da desintegração dos povos da América. O capítulo descreve ainda a reação dos criolos por meio das lutas da Independência, o Pan-americanismo e os esforços integracionistas até desembocar no Mercosul.

No Capítulo II – *Identidade e americanidade* - realiza-se uma discussão verticalizada sobre a noção de americanidade, enquanto um ideologema identitário patronímico, promovendo um exaustivo confronto de opiniões inconclusas sobre suas características e configurações possíveis a partir do Mercosul.

O Capítulo III – *Mercosul cultural: marcas identitárias* é um capítulo destituído do presenteísmo da pesquisa, senão a visão do próprio autor. Há um esforço de resgate cultural das marcas e matrizes identitárias deixadas pelo processo de colonização nos embates e nas formas de vida cultural nativas praticadas no espaço territorial do Mercosul.

O lugar de fala dos jornalistas correspondentes vai ser discutido no *Capítulo IV*. Desenvolve-se aqui uma discussão sobre o perfil e o papel dos jornalistas correspondentes, agregando a eles a categoria do enviado especial. Procura-se mostrar como esses jornalistas dispõem de um espaço exclusivo de fala, legitimado pelo reconhecimento público e como eles usam este espaço em relação ao Mercosul na sua condição de vetor da americanidade.

No *Capítulo V*, descreve-se e discute-se a metodologia adotada, com a definição dos instrumentos teóricos de trabalho, mostrando a opção pela interdisciplinaridade e estabelecimento das correlações entre História Cultural e o Jornalismo, a reflexão sobre o tempo presente e a busca de sentidos possíveis através da análise tridimensional (FAIRCLOUGH) dos discursos veiculados, interpretada à luz de uma perspectiva convergente para a americanidade (**centrípeta**) ou excludente (**centrífuga**).

³ É preciso destacar que, na análise das matérias sobre o Mercosul, o jornal *Gazeta Mercantil* (e também o *Valor* - aparecido em 2000) realizou uma cobertura impecável sobre o Mercosul, e só não o incluímos no corpus porque o *Gazeta Mercantil* tem um público com interesses em negócios específicos, e o trabalho pretendia conhecer também a extensão do conhecimento sobre o Mercosul e sobre a integração junto à população. Os quatro jornais brasileiros – *OESP*, *FSP*, *OGB*, *JB* - mais representativos, cujas matérias são distribuídas por suas agências de notícias para jornais de todo o país - pareceram suficientes para avaliar o grau de adoção do Mercosul entre, pelo menos, as pessoas mais informadas, consideradas também, formadoras de opinião.

Os efeitos dos discursos, integracionistas (centrípetos) ou desagregadores (centrífgos), contidos nos textos veiculados pela mídia, vão aparecer, pontualmente, no Capítulo VI – *Americanidade no discurso dos jornalistas correspondentes*, nos fragmentos e nos condensados das matérias jornalísticas selecionadas para a análise no *corpus* da pesquisa e submetidos à análise tridimensional, agregada á conclusão da própria pesquisa empírica. O balizamento temporal, que vai de 1991 a 2005, está dividido em seis sub-balizamentos, dentro dos quais situa-se, como argumento principal, o que foi chamado aqui de “Mercosul Cultural”

O Mercosul foi emulado por crises muito delicadas, resultantes não apenas dos desentendimentos históricos entre os seus membros e, que, supostamente superados, afloravam nos momentos em que um ou outro país membro considerava-se prejudicado nas negociações ou decisões. Este tema está contemplado no Capítulo VII – *Inflexões no Mercosul: momentos centrífugos*, que aborda ainda as retaliações adotadas entre um e outro, as soluções de controvérsias, as pressões externas diretas e os efeitos conjunturais globais, chamados aqui de “crises metafóricas”, sobre o desenvolvimento do Acordo de Assunção. Para sobreviver, o Mercosul precisou passar por um relançamento.

Na análise do processo de integração em busca de uma identidade comum- a americanidade- coube ainda um estudo que ficou contido no Capítulo VIII – *Espaços fronteiriços: centrípetos*, no qual se retoma a experiência de um espaço cultural alternante, fundado na circulação livre nas fronteiras do Mercosul, na convivência comum entre as populações e no deslizamento identitário entre indivíduos e práticas sociais fronteiriças que tendem a avançar, cada vez mais, seja informal ou formalmente, para dentro do território dos países membros, emulados na integração econômica e política gerada a partir do Mercosul.

O trabalho inclui também registros iconográficos e alguns anexos, entre os quais destacam-se: anexo I – documento básico de criação do Mercosul ; anexo II - listagem dos contendo os nomes dos correspondentes brasileiros em Buenos Aires e Washington/Nova York no período estudado; e o anexo III – diagrama dos deslizamentos históricos e sociais das diferentes matrizes e categorias que foram gradualmente deixando suas marcas na identidade dos povos da América.

Enfim, se somos americanos e nos reconhecemos uns aos outros na americanidade, “*somos hermanos, señores... seremos buenos vecinos... seremos todos iguales... bailaremos marinera, resvalozza, samba y soul... seremos una canción.*”

Nas páginas que se seguem, os resultados deste esforço de reflexão ensejado pelo Mercosul e seu potencial como vetor da americanidade.

PARTE I

CAPÍTULO I

SITUANDO O OBJETO: A INVENÇÃO DO MERCOSUL

1 SITUANDO O OBJETO: A INVENÇÃO DO MERCOSUL

1.1 Para além da perspectiva econômica: a invenção do Mercosul e o papel do jornalista.

A idéia da união dos povos da América encontrou sempre um embaraço fundamental: a questão da identidade, devido à configuração, envolvendo uma multiplicidade de raças, etnias, práticas culturais e, não raro, atitudes políticas intempestivas, que contribuíram para fragmentar o continente em pequenos espaços de autonomia regional, atravessados todos, ao longo da história, por três concepções paradoxais da América: a dos norte-americanos, da Doutrina Monroe (1823), que preconizou a “América para os americanos”; o sonho bolivariano de se estabelecer uma confederação entre países recém-constituídos, por força das armas, nas lutas pela independência da América; e a dos europeus imigrantes, incorporada por Boris Fausto (1999), na expressão “Fazer a América”, cunhada pelos que chegavam.

Entrecruzando elementos buscados na Lingüística e na História, Pêcheux, ao sublinhar o viés ideológico na maneira pela qual os enunciados se conformam a uma dada Formação Discursiva, sustenta que as palavras mudam seu sentido de acordo com as posições de quem as usa (PÊCHEUX et alli, apud FAIRCLOUGH, 2001, p.52). A reflexão ilumina o entendimento de que são diversos os olhares sobre a América. Entendem-se assim as dezenas de iniciativas e práticas sociais de inspiração político-ideológica que vieram marcando de maneira dispersa as representações da história da região. O imaginário assim erigido fez com que países fronteiriços, mantivessem entre si relações apenas comerciais nas sub-regiões limítrofes, enquanto outros se isolavam; e outros tantos ainda eram considerados inimigos potenciais dos vizinhos. O Brasil, na condição de Império, era enquadrado nos três modelos. Essa foi a América herdada pelo século XX: longe dos portugueses, abandonada pela Espanha e dominada pelos ingleses. Apenas um país se destacava: os Estados Unidos.

A introdução do regime republicano no Brasil – com dez fronteiras na América do Sul – muito ajudou a desanuviar o clima de desconfiança mútua que permeava o próprio continente, evidentemente que alimentado pelos países e elites hegemônicas sub-regionais. Mas a América, na sua extensão territorial total já aparecia definitivamente dividida, pelo menos, em três (do Norte, Central e do Sul), distinguindo-se delas ainda o Caribe ³.

Na América do Sul as elites não se relacionavam e os países não se entendiam, vivendo internamente ebulições políticas próprias e, externamente, posicionando-se segundo a sua conveniência ou a do país hegemônico com o qual se alinhavam, no caso, já os Estados Unidos. Criou-se a União Pan-americana no início do século XX, mas a idéia de um espaço comum para os povos americanos só foi mesmo institucionalizada após a Segunda

³ Releituras mais recentes sobre o universo caribenho apartam-se das definições únicas e redesenham “os caribes”. (Sobre este alargamento conceitual conf., por exemplo, (GIRVAN, 1999); e NEGRÃO DE MELLO, 2003).

Guerra, com a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) com sede em Washington (EUA), que não conseguiu, desde a sua criação, autoridade adequada para marcar uma presença efetiva no continente.

A contribuição mais concreta para a compreensão dos problemas regionais veio dos estudos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), que identificou um primeiro traço identitário comum entre os povos de colonização ibérica: a pobreza generalizada. Convivia-se na América com uma ambiguidade básica: a superprodução de alimentos e, concomitantemente, com a fome. Como solução, recomendou-se, entre outras alternativas, a necessidade de um maior intercâmbio comercial dentro da própria região.

Logo a seguir os países estão reunidos para a criação da Associação Latino-americana de Livre Comércio (Alalc) que, sobreviveu por algum tempo, mas que, por não conseguir operacionalizar as relações entre as economias sub-regionais, foi substituída pela Associação Latino-Americana da Integração (Aladi).

O processo de intercâmbio comercial entre os países continuava, mesmo assim, excessivamente lento. A falta de infra-estrutura comum, o protecionismo, a multiplicidade de tarifas e alíquotas e até velhas desconfianças mútuas inviabilizavam praticamente a maioria das transações. Para agravar, os países da América caíram na armadilha da liquidez internacional, provocada pelo reajuste dos preços internacionais do petróleo e, incompetentemente, as elites governantes civis e militares geraram um endividamento externo que, praticamente, inviabilizava qualquer modelo de desenvolvimento interno.

Sob o tacho do “garrote vil” da dívida, estrangulados e desarvorados, cada governo procurava safar-se como podia. A Bolívia chegou a obter o perdão dos credores. Os países localizados na região dos Andes tentaram criar uma unidade comercial mais próxima, instituindo o Pacto Andino, que se chamou depois de Comunidade Andina. Na América Central, surgiu o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA). Os países do Sul congregaram-se retoricamente no chamado ABC (Argentina, Brasil e Chile) e tentaram algumas aproximações, mas ficaram restritas ao campo da política e da diplomacia, sem também nenhum grande efeito prático. A convicção de que a formação de blocos econômicos poderia dar certo só começou a efetivar-se quando a Europa conseguiu se reunir na Comunidade Econômica Européia, (CEE) , já no final dos anos 80 e início dos anos 90 do século XX. Assim, por analogia, diante dos olhos assustados dos analistas diplomáticos dos países que operavam hegemonicamente na América do Sul, Brasil e Argentina vão sentar-se à mesa para assinar os primeiros acordos de cooperação efetiva, depois de anos de convivência distante na condição de “inimigos cordiais”.

O comércio entre os dois países vai dar os primeiros sinais positivos e reaquecer a idéia da integração no Cone Sul, o que resultará na criação do Mercosul, a constituição de um bloco econômico destinado a reunir os segmentos produtivos da sub-região, de forma a instrumentá-los para competir no espaço liberalizante da globalização.

Assim, o Mercosul, antes de se expressar como fruto de uma realidade social ou cultural sub-regional, aparece como uma idéia estratégica que privilegia a lógica da integração pela construção de um espaço comum de estabilidade econômica e democrática,

em que são compartilhados recursos e mercados, gerando um lugar de fala para os povos dos países membros nas negociações internacionais. O sucesso do empreendimento, que se desejava viesse a ser longo, não podia prescindir, entretanto, da força e do reconhecimento das populações da região, assentadas sobre valores e práticas culturais representacionais, cujas marcas teriam de ser capazes de sobreviver às forças centrífugas da globalização.

As diretrizes políticas da integração e da busca de uma identidade sub-regional vão ser explicitadas pelos presidentes José Sarney, do Brasil e Raul Alfonsín, da Argentina, em 29 de novembro de 1988, no ato de assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, entre a Argentina e o Brasil, cujos propósitos Alfonsín historiou sumariamente da seguinte maneira:

[...] quando começamos o processo de integração... estava muito claro o sentido político do projeto. Em todos os momentos tentamos incorporar a sociedade e os seus representantes políticos, econômicos e sociais [...]. Este passo decisivo da década de oitenta produziu uma mudança geométrica na natureza das relações entre a Argentina e o Brasil. Sepulta frustrações estereis, afirma a possibilidade de um crescimento conjunto e abre caminho para o desenvolvimento de um novo processo conceitual de integração à região do Cone Sul do Continente com a imediata incorporação do Uruguai, o que permitiu o inteligente impulso do Presidente Júlio Sanguinetti, e o posterior do Paraguai, uma vez recuperada a sua democracia” (CINTRA e CARDIM, 2002, p.36).

Surpreendentemente, de acordo com o próprio Alfonsín, ao ser assinado o Tratado de Assunção em 1991, o fio condutor político foi diluído com a discreta exclusão dos seus agentes, tanto no campo político quanto social. “[...] concebido, fundamentalmente, como um meio para aprofundar a integração econômica regional, com a finalidade de melhorar a inserção dos países membros na economia mundial”¹, o Mercosul vai se desenvolver sob a percepção de vantagens econômicas concretas, segundo o Presidente argentino.

O Mercosul configurou-se, então, como um subsistema da economia internacional, enquanto um acordo regional, englobando os espaços da política, como instrumento operacional do sistema, e de maneira indireta e rarefeita também da cultura. O Acordo expressava-se, desde a sua implantação em 1991, por percepções integracionistas na área do comércio, a partir de comportamentos governamentais, empresariais e, eventualmente, dos trabalhadores, fundamentando-se num território contínuo. Mas, o Acordo era restrito ao grupo de países do Cone Sul, sem a presença do Chile. Apesar da continuidade territorial, os demais países da América do Sul não teriam no Mercosul qualquer privilégio fora daqueles fluxos comerciais de investimentos e redes de integração que ocorriam ao abrigo dos acordos da Associação Latino-americana de Integração (Aladi). Argentina e Brasil apareciam como o “núcleo duro” do processo de integração sub-regional. Junto com o Paraguai e o Uruguai tinham parte de sua história compartilhada, ora por sucessos e insucessos nos diálogos, ora por conflitos ou atitudes solidárias, ora por iniciativas ambíguas dos respectivos governos.

A grande virtude do Mercosul, registrada no Tratado de Assunção e que deu origem à sua criação, é que está implícita a aspiração da impossibilidade histórica, da “irreversibilidade” do pacto que formalizou o vínculo associativo, o que não assegurava, entretanto, um processo linear de desenvolvimento comum ou individual. A experiência, inclusive a da União Européia, demonstrava um caminho sinuoso, marcado por momentos de inflexão, fomentadores de crises ou retrocessos, mas que, de acordo com o ex-embaixador argentino Félix Peña (2001, p.18), não tinham expressão suficiente para interromper o instituto da integração desabrochado na região.

Para o ex-embaixador argentino no Brasil nesse período, o Mercosul devia ser visto de quatro maneiras: como uma realidade regional; como uma idéia estratégica; como um processo formal e seus instrumentos; e como portador de uma imagem da região. Como uma *realidade regional*, ele via diferentes redes de interação social no espaço do território contínuo e, inclusive, uma história compartilhada. Como uma *idéia estratégica*, a par a questão da globalização, pontuava que a integração teve, em passado recente, muito a ver também com a necessidade da afirmação da restauração democrática, já que o Cone Sul chegou a institucionalizar um modelo de representação política nacional autoritário e ditatorial que apresentava, não apenas traços comuns, mas também políticas e atividades repressivas conjuntas, como foi a Operação Condor (Argentina/Brasil/Chile/Uruguai). O Mercosul foi descrito também por ele como um *processo formal* constituído a partir de uma união alfandegária, e que se propunha a caminhar em direção a um mercado comum.

[...] para somar forças para as negociações comerciais internacionais, para conseguir uma harmonização dinâmica dos interesses nacionais e para formular princípios, critérios e regras de jogo comuns [...] cuja finalidade é pautar comportamentos dos protagonistas governamentais e privados, assim como resolver as controvérsias comerciais (PEÑA, 2001 p. 7).

A legitimidade do Tratado assentava-se em direitos e obrigações entre os sócios, que asseguravam acesso irrestrito ao mercado integrado e ao tratamento preferencial em relação aos bens e serviços originados dos países membros, cujo vínculo associativo consistia no compromisso para o desenvolvimento de um mercado comum de longo prazo, representado, estimativamente, logo no seu início, por cerca de 200 milhões de consumidores.

O êxito da experiência foi muito discutido em termos das previsibilidades que ofereciam aos investidores e do bem estar futuro para as populações. O Mercosul começaria a operar como um lugar de fala comum de um grupo de países preocupados com a inserção global e como um *locus* de realização do capital por um número reduzido de empreendedores, em grande parte estrangeiros localizados na sub-região. As populações desconheciam praticamente o conteúdo do Acordo e os cidadãos se surpreendiam com o diálogo Argentina x Brasil, cujas relações históricas eram emuladas por um discurso de origem geopolítica de desconfiança mútua..

Pragmático, Félix Peña afirma que a *imagem* pública do Tratado, ou seja, a percepção que os cidadãos, investidores e terceiros países tinham do Mercosul estava

atrelada à qualidade e à eficácia dos instrumentos legais e burocráticos que vinham tornando factível o processo de integração.

É a tradução de tal capacitação em expectativas e comportamentos concretos. Quanto mais débeis, imprecisos e voláteis forem estes sinais - ou quanto pior for sua capacidade - menos impacto terá em seus destinatários, afetando, dessa forma, sua eficácia, ou seja, os resultados esperados. [...] A imagem não pode ser resultado somente do pronunciamento retórico, do discurso. [...] O olho clínico, especialmente o do investidor e o dos terceiros países, com quem se pretende negociar, parará para analisar a qualidade dos compromissos assumidos, sua solidez, sua exigibilidade e o potencial para penetrar na realidade, sua projeção e sua permanência no tempo. (PEÑA, 2000, p. 8)

1.2 Densidade transitória

Para o embaixador da Argentina, Fáliz Pena, os discursos de governos e governantes na América Latina sempre “soaram como sonhos” e intenções. Até são capazes de mobilizar multidões, mas o que sempre sustentaria a imagem institucional seriam, salientou, as respostas satisfatórias às propostas operacionais, como a de uma coordenação macroeconômica regional capaz de neutralizar nos demais associados um ciclo político ou econômico negativo que afetasse um dos membros. As incertezas às respostas mal articuladas, as soluções incompletas tornariam públicas as debilidades do suposto “bloco” e alimentariam as forças centrífugas dentro da própria instituição, concluiu.

Ao falar da imagem do Mercosul, Peña mostrava alguns dos pilares que deveriam ser levantados, na própria área comercial, para a formatação da imagem do Mercosul. Mas, seus paradigmas liberais não agregavam valores sociais e culturais regionais que, no mínimo, representariam um diferencial no processo de integração. A visão pragmática do representante argentino encontrou abrigo na fala do historiador chileno Eduardo Deves Valdés⁴, que via em todos os processos de integração na América Latina “muita retórica e pouca consistência”. É assim que, segundo ele, percebe-se a contribuição, por exemplo, de filósofos, sociólogos, historiadores, políticos latino-americanos e diplomatas nas iniciativas integracionistas no continente.

Em que pese o reconhecimento dos esforços de alguns líderes regionais na busca da integração na América do Sul, o intelectual chileno defendeu, entretanto, algo mais modesto, “*restrito inicialmente ao Cone Sul*”, como uma forma de viabilizá-la mais rapidamente; bem como a criação de redes regionais integradas na área acadêmica, empresarial, militar, social “*amparadas por sistemas de comunicação*”. Destacou Valdés que a integração não é uma questão de pressa. Mas, lembrou que a América de hoje é pior do que aquela projetada para o futuro, na passagem do século XIX para o século XX.

⁴ Conferência proferida em 27 de abril de 2006 na Universidade Católica de Brasília. O *release* solicitado pela UCB sobre a fala do historiador foi elaborado pelo autor da presente tese.

Segundo ele, “*havia uma expectativa de que superaríamos em desenvolvimento, inclusive a Europa, mas hoje estamos entre as regiões mais pobres do mundo*”.

Professor da Universidade de Santiago, no Chile, onde se ocupa de questões da América Latina, Valdés insistiu no fato de que a integração dos povos da América vem sendo adiada no continente por sucessivos governos medíocres e outros equivocados, incapazes de encaminhar o processo; e até sanguinários, determinados a defender interesses fisiológicos das elites nacionais e internacionais. Por outro lado, observou que, toda vez que havia um golpe de Estado ou fracassava um governante, os intelectuais encontravam os culpados entre militares, empresários ou multinacionais.

Os intelectuais sempre se colocaram como inocentes: nunca assumiram a sua própria responsabilidade nesse processo [...] um grande número deles sempre se beneficiou de recursos de instituições nacionais e internacionais para estudar os problemas da América Latina e propor soluções, mas é praticamente pífia a sua participação no processo. Para ele, isso é também fisiologismo, um tipo de corrupção.

Valdés afirmou, ainda na mesma conferência, que “*A intelectualidade da América fala de integração para ser simpática ou politicamente correta, mas falta qualidade e densidade cultural para defendê-la*”. Elogiado pelos êxitos alcançados, entende ele que o Mercosul ressent-se de uma política de integração científica que possa gerar tecnologias próprias “*e, sobretudo, fundamentos identitários comuns*”.

Disse também que a América Latina padece do vício de esperar que o Estado realize a integração, herança da colonização. Nesse sentido, destacou que o Mercosul tem contribuído com um modelo diferente ao promover o processo, reunindo empresários, sindicatos e, em alguns casos, também representações da sociedade civil. “*Precisamos pensar em termos de colaboração uns com os outros e não ficar esperando as soluções provenientes dos Estados*”. Informou que os intelectuais e cientistas da América Latina participam com apenas 3% da produção científica no mundo e – comparando- informou que a contribuição dos Estados Unidos chega a 35%. *Temos de pensar na própria geração de tecnologias e até mesmo num sistema jurídico que dê a ela sustentação*, enfatizou.

Embora a sede do Mercosul se localize em Montevidéu, no Uruguai, e o Tribunal de Solução das Controvérsias fique em Assunção, no Paraguai, os indicadores econômicos mostram o peso das relações comerciais, políticas e até sociais do Mercosul concentradas no Brasil e na Argentina. As discordâncias estiveram, quase sempre aí, e as concordâncias também. Como “*players*” dentro do Mercosul, Uruguai e Paraguai, cujas economias se apresentam assimétricas dentro do grupo, sempre ocuparam um outro plano e, por isso, qualquer crise nos dois países do chamado “núcleo duro” afeta vigorosamente os dois últimos que nem sempre são consultados no caso de iniciativas políticas nacionais, como ocorreu com a desvalorização cambial no Brasil: somente os argentinos tomaram conhecimento prévio.

Por outro lado, alcançar a concordância entre Brasil e Argentina tem sido muito difícil. Os dois países apresentam interesses comuns no campo da economia, mas

expectativas hegemônicas e culturais diferenciadas dentro do bloco e na própria região sul da América. De qualquer maneira, reconhece-se que as discordâncias políticas dentro do bloco vão sendo superadas a cada crise, como foi o caso da tentativa de golpe de Estado no Paraguai ou da queda do governo na Argentina. No passado, a intervenção de outros países da região em questões internas eram vistas com desconfiança pelos nacionais, como foi o caso da Guerra do Paraguai, da presença brasileira no Uruguai ou mesmo em Buenos Aires. A experiência do Mercosul parece ter conseguido neutralizar, contudo, essa possibilidade para assegurar a integração pacífica na região.

A problemática cultural entranhada no modo de vida das populações é tratada, entretanto, sem qualquer prioridade. Existe uma Comissão de Integração Cultural, cujo funcionamento fica à mercê dos acordos e negociações centradas prioritariamente nas soluções de questões econômicas e, eventualmente, no campo político, sempre no viés da Indústria Cultural e na rede de conexões que a compõe.

As diferenças culturais mais acentuadas dentro do bloco são registradas apenas entre o Brasil e a Argentina, a começar pela origem, vínculos ibéricos e pelo idioma. Inflexões históricas entre os dois países no campo da política ou dos ideais nacionais, traduzidas para o imaginário popular, refletem-se em práticas sociais e culturais que, ao longo do tempo, contribuíram para alargar a distância entre as populações dos dois países que, na realidade, não se comunicavam, senão pelos fluxos turísticos sazonais ou nas batalhas futebolísticas, momentos em que afluíam e ainda afluem, estimuladas pelo sensacionalismo jornalístico, as rivalidades de ambas as partes. As diferenças emergem, às vezes, interdiscursivamente nas negociações dentro do Mercosul, que se transformou no lugar de fala⁵ do bloco, e que está quase sempre emulado por uma crise externa ou não seja, alimentada por terceiros, e que, às vezes, tem reflexos sobre os demais países membros e associados.

O segundo aspecto problemático, e que envolve a instituição na sua dimensão regional, é uma questão de confiança, de auto-imagem, que chamaria de uma insegurança identitária. É o fato de os analistas qualificados do Mercosul, sobretudo da imprensa, com seus jornalistas correspondentes, enviados especiais e editores internacionais, mas também dos empresários, parlamentares, de diplomatas ou segmentos com a responsabilidade de conduzir os entendimentos para o funcionamento da instituição insistirem sempre na concepção metafórica de que o Mercosul desde o início foi sempre uma "união alfandegária imperfeita", formulação que significa o alcance parcial da aplicação das tarifas comuns ou os desequilíbrios tarifários entre os países, tão naturais na história de outros acordos, como o da Comunidade Européia e do próprio *North American Free Trade Agreement* (Nafta), e que, nem assim, chamam-nos de "imperfeitos". Esses desajustes são parte intrínseca do

⁵ Como se verá, "lugar de fala" como instrumento conceitual aparece ao longo desta tese em não poucos momentos. Em um trabalho preocupado com a esfera cultural, justifica-se esta incorporação que dista de uma inserção privilegiadora da instância econômica. Muito embora de alcance menor que a clássica noção de "visão de mundo", sua pertinência justifica-se a partir do entendimento bem clarificado por Braga: "Trata-se antes de um espaço socialmente construído de modo polêmico – através das respostas (de ordem material, afetiva ou simbólica) que os participantes de uma determinada circunstância na sociedade tentam construir para enfrentar e elaborar o seu mundo. Assim, os discursos elaborados – tanto nas relações interpessoais como nas instâncias formais ou na dimensão da reprodutibilidade técnica – não são apenas emanção ou reflexo do "estar na sociedade" mas, antes, instrumento material da construção desse estar, ou seja: a resposta que dou a um problema é que me situa perante a esse problema" (BRAGA, 1995, p.9 e 10).

processo de aperfeiçoamento dos acordos. Isso alimentou durante muito tempo uma insegurança em relação à possibilidade de êxito na formação do bloco.

Assim, ao se colocar em dúvida a imagem institucional da integração, num lugar de fala dos próprios protagonistas, os investimentos são afetados devido às imprevisibilidades de que são tomados os investidores e empresários. Tão grave quanto tudo isso, mas que ninguém testa a sua efetividade, é o papel da imprensa dos países membros ao trazer essa questão de caráter técnico duvidoso para discussão pública, abrindo o debate, a partir de questões casuísticas, em diversas ocasiões, por exemplo, indagando (para o público leitor dos jornais) se não seria mais prudente recuar, antes de se pensar em um mercado comum, estabelecendo simplesmente uma zona de livre comércio ou promovendo um aprofundamento da união alfandegária.

Do seu lugar de fala, a imprensa veiculou, ao longo desses 15 anos de Mercosul, parafrástica e sistematicamente, discursos de fontes, nem sempre insuspeitas, ou fez interpretações particulares, insinuando, em diferentes ocasiões, a possibilidade de se "*dar uma pausa nos compromissos comuns*", gerando uma inconseqüência discursiva, precarizando o ambiente da integração econômica e instalando a insegurança para o investidor e a incerteza para os leitores, audiências ou telespectadores.

Desse modo, os momentos de inflexão dentro do bloco, amparados no discurso insistente da imprensa que explora, sobretudo, as contradições internas, na paciência dos diplomatas e na pouca informação dos parlamentares contribuíram, em determinados momentos, para desestabilizar o mundo das representações comuns, contidas no espaço do Mercosul. Mas, aos poucos, no embate dos discursos, a integração foi tomando forma, a partir de novas ressignificações, e caminhando em direção às populações nacionais, gestando vagarosamente um imaginário próprio e uma confiança mútua cada vez maior.

1.3 Marcas fundacionais da América

A historiografia da América tem vacilado todo o tempo na descrição de marcos culturais fundacionais da americanidade, enquanto uma identidade continental, a começar pelo relato do próprio descobrimento, cuja precedência não encontrou ainda um consenso, a partir do qual os historiadores descrevem o processo de ocupação e desenvolvimento da região. Os registros marcantes da história continental estão excessivamente concentrados no momento do desembarque europeu no território, particularmente a partir de Cristóvão Colombo, legando à antropologia a responsabilidade de contar a história regional, antes da presença desses descobridores e conquistadores. Coube, portanto, aos antropólogos, nas suas diferentes ramificações, desvendar os caminhos do homem na América e suas grandes civilizações - incas, araucanos, guaranis, etc. – identificadas pelos estudos etnográficos como fontes da "História Pré-Colombiana" (CÁCERES, 1992, p.13-34).

Assim, a história da experiência humana no continente foi, inicialmente, confundindo-se com os relatos oficiais, os valores, os costumes e as práticas trazidas pelos europeus, seja na forma da conquista militar ou pacífica; seja na forma religiosa doutrinária, ou seja, na convivência cotidiana com as populações originais. Coube de fato à antropologia tentar reparar equívocos e fornecer os meios para auxiliar as tentativas de

recuperação de raízes identitárias das culturas nativas. Ao longo do processo de ocupação territorial, perderam-se, contudo, matrizes e traços que fundamentavam o imaginário, a coesão, as diferenças tribais, ou as representações que tornavam evidente a ritualização da vida social dessas civilizações (BAUDIN, 1970), concentrando a historiografia da América nas suas vertentes latina, inglesa ou holandesa.

É curioso como cada autor contemporâneo procura classificar e indexar a partir dos seus lugares de fala a história da América, traçando-a de forma pretensiosamente “verídica” de maneira temática ou instituindo etapas superpostas para mostrar os caminhos do continente e seus povos em direção ao futuro. A história oficial da região foi contada por diversos autores, entre eles Pierre Chaunu (CHAUNU: 1969) a partir de uma sistematização periódica consolidada que define o curso dos acontecimentos no continente como iniciados com o “descobrimento”, destacando o momento da “conquista”, o “período colonial”, a “independência” e a “república”. Essa periodização da História da América ganhou praticamente todas as esferas dos estudos históricos sobre a região. Arciniegas (1951), um autor de reputação invejável no campo historiográfico, apresenta uma visão um pouco diferente, dizendo que não existe propriamente uma história da América, mas “*hay quatro historias de quatro América*”s, que ele chama: a primeira, de *América Indoespanhola* e as demais, de *América Portuguesa*, *América Inglesa* e *América Francoinglesa*, sem qualquer destaque que demonstre a importância de uma sobre a outra.

A América Indoespanhola, diz Arciniegas (1951) “[...] *en donde la lengua más común es el español, pero cuya historia se remonta siglos atrás de la llegada de Colón*”. Na sua compreensão, essa América só era considerada um Novo Mundo na visão dos europeus, que se surpreenderam ao tomar conhecimento de que a América apresentava traços culturais e modelos civilizatórios próprios, diferentes das civilizações até então conhecidas. Cunhada nos relatórios e notícias do quotidiano pelo desconhecimento e o encantamento dos colonizadores, a expressão Novo Mundo gerou nos governos, comerciantes, cientistas e cidadãos europeus, interpretações etnocêntricas em torno de expectativas, deslumbramentos e curiosidades que alimentaram um intenso fluxo de viagens, relações ultramarinas e idéias. Com elas, um imaginário sem quaisquer vínculos com as representações de mundo das populações originais que, na medida em que perdiam seus bens materiais, seus símbolos, deuses e líderes eram destituídas também da própria identidade.

A América Portuguesa seria a vertente seguinte da análise de Arciniegas que a descreve a partir da sua exuberância natural e que se caracteriza, no seu entender, pela ocupação territorial desenvolvida por cidadãos comuns, em estágio civilizatório recém saído de um estado medieval, quase primitivo e que se sentem atraídos por um território paradisíaco de riquezas desconhecidas. A sua descoberta e apropriação viria fortalecer o prestígio da presença portuguesa em plena expansão no mundo. Como gente do mar, os portugueses percorrem e se instalam na costa oceânica do leste continental, pulverizando-a de pequenas vilas de modo a tornar presente a sua marca nos territórios. Ao contrário dos espanhóis, preocupados na apropriação do ouro da América independente da forma violenta ou pacífica, o que leva os conquistadores a promoverem um confronto destrutivo de culturas e civilizações originais, enquanto os portugueses procuravam atraí-las para o seu convívio (ANCHIETA, 1989), introduzindo, formas de cooptação, ao invés de armas, valores e costumes em direção a um processo civilizatório peninsular, fundado nas práticas religiosas e, por outro lado, também absorvendo práticas quotidianas das populações nativas.

Os ingleses teriam chegado atrasados no que Arciniegas chama de América Inglesa. Iniciam sua aproximação com o continente recém contatado, primeiro com a pilhagem de navios espanhóis e, em seguida, com a instalação, a exemplo dos portugueses, de colônias comerciais ao longo da costa, a partir da região onde se localiza hoje a cidade de Boston, descendo em direção à Flórida. Apresentam, contudo, um traço diferenciado das outras experiências americanas: trazem consigo o espírito da autonomia. Antes de partir para a América, os peregrinos já estavam discutindo a ocupação da terra, a questão da mão de obra livre e escrava, a desvinculação dos novos territórios da monarquia inglesa, a adoção de modelo republicano de governo (ARRUDA E PILETTI, 1995), e o distanciamento intencional da igreja oficial. Espanhóis e portugueses seguirão, por mais três séculos, estreitamente dependentes das respectivas coroas e dividindo a administração dos novos territórios com a Igreja.

A quarta é a América Francoinglesa, fruto da penetração dos franceses na região dos lagos canadenses que vai se estender por todo o território anterior ao das treze colônias inglesas até o Mississipi. A França recusava-se a reconhecer a hegemonia espanhola, portuguesa ou inglesa sobre o continente americano. E assim, foi ocupando diversos pontos do continente. Ao descobrir o rio São Lourenço, penetrou pelo território do atual Canadá, indo fundar suas colônias na região dos grandes lagos. Terminou por ver grande parte das terras conquistadas sendo transferidas (1756-1763) definitivamente aos ingleses (CÁRCERES, 84), transformando-se num território inglês com matizes franceses, vindo a integrar, em definitivo, a área dos Estados Unidos após a independência (1803). Os ingleses vão avançar também pelo rio da Prata e aí estabelecer suas feitorias em Buenos Aires e em Assunção. A presença dos europeus no continente americano, ocupando-o de maneiras diversas e em diferentes pontos, vai gerar um novo equilíbrio de forças entre os países europeus, marcando uma nova etapa na história dos povos da América até então desconhecida, convertendo-o num grande experimento de hibridismo racial e étnico.

O novo mundo ganharia em definitivo seu nome próprio, com o impressor das cartas de Américo Vespúcio, o cômico (de origem “hoje” belga), Martin Waldseemuller (1480-1521), que o chamou de “*Amerige*” – *as terras de Americus* – referindo-se ao navegador italiano Américo Vespúcio, num livro com 103 páginas, no qual fala da descoberta de Vespúcio da “*quarta orbis pars*”. Era o *Universalis Cosmographia Secundum Ptholomei Traditionem Et Americi Vespucci Aliorum Lustrationes*(1507). A partir da leitura das cartas, Waldseemuller produziu um mapa em 12 blocos de madeira, com tiragem de mil exemplares (1507), dos quais resta uma cópia na Biblioteca do Congresso nos Estados Unidos. As cartas do navegador genovês foram traduzidas e interpretadas, no Brasil, por Eduardo Bueno (2005). Ironia ou curiosidade, o certo é que o Certificado de Nascimento da América (*America's Birth Certificate*) tenha sido emitido pela imprensa. Waldseemuller era um impressor e teria editado diversos pequenos jornais na sua região de origem. Outro aspecto intrigante é que o mapa de Waldseemuller já reconhecia geograficamente quatro áreas distintas no continente: Américas do Norte, Central e do Sul, e o Caribe.

Cada uma dessas unidades territoriais foram se subdividindo, ao longo da ocupação, em Departamentos Ultramarinos, segundo a capacidade das cinco principais metrópoles colonizadoras do continente, incluindo-se aí a Holanda, e depois em regiões e países independentes, autônomos e soberanos .

A conquista da autonomia política regional chegou, porém, somente três séculos depois do desembarque, no continente, dos primeiros conquistadores. As lutas pela independência e pela divisão territorial, organizada pelos nascidos na América, embora descendentes dos europeus, com a frágil participação dos nativos originais, fragmentou também etnias e culturas. A civilização Asteca, por exemplo, que se estendia até quase a península do Yucatã, teve seus traços remanescentes e valores culturais repartidos territorialmente e depois, desqualificados culturalmente por força da espada dos conquistadores, das disputas comerciais, da religião, da língua, dos costumes e valores dos colonizadores. O mesmo se deu com os Incas, cujo espaço geográfico original transformou-se em território de seis países: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Chile e até uma parte do território da Argentina de hoje.

Flagelado pela colonização que usurpou suas riquezas materiais, fragmentou os territórios e esfacelou suas expressões culturais, o continente teve ainda agravadas suas marcas identitárias pela ação privada da caudilhagem (ANDRADE, 1998.), constituída inicialmente por “bandos” de espanhóis que se espalharam pelo continente apropriando-se de terras e riquezas, a partir de guerras entre rivais, na disputa de despojos da conquista (COE, 1984, p.22). A Coroa tentou controlar a ação desses conquistadores e seus descendentes ávidos de poder e de riqueza por meio da instituição de um sistema de *encomiendas*, recomendando, contudo, a preservação da natureza comunal das populações indígenas. Mas, contraditoriamente, atribuiu aos *encomenderos* autoridade, poder e direito de usar o trabalho indígena e de cobrar tributos, gerando, ao mesmo tempo, um regime de escravidão e de violência contra os nativos, denunciado pelo padre Bartolomé de las Casas (1484-1566), e que ficou conhecida como a “Lenda Negra” da América (COE, 1984, p.22).

Os modelos das *encomiendas* (MARIÁTEGUI, 1894-1930) selou a ansiedade de poder dos espanhóis e descendentes que, enraizados local ou regionalmente na relação secular da convivência cotidiana com as populações primitivas, fundiram-se com eles, assimilando parcialmente costumes e práticas sociais locais e regionais, gerando uma cultura e uma etnia híbridas, que os caracterizaram como *criolos*, descendentes de europeus nascidos e domiciliados na América. A dominação *criola* conduziu a práticas culturais sincréticas, contribuindo para a desfiguração gradual das culturas e valores nativos, ao introduzir no cotidiano um ritual de representações de progresso e de qualidade de vida transmigrado de maneira precária do continente europeu, distante das expectativas das populações nativas do continente americano. Esses *criolos* vão ter seu perfil construído simbolicamente na figura, especialmente do caudilho, que começa pela desobediência aos recolhimentos de impostos promovidos pelas *corregidorias*, passa pela autonomia da política local, pela indisciplina em relação às ordens da Coroa e vai até a conquista de uma patente militar nas lutas pela emancipação.

1.4 Pan-americanismo e Independências

As lutas pela independência na América Indoespanhola produziram e personalizaram generais e também mártires indígenas, como Tupac Amaru (VALCARCEL, 1965), atribuindo um caráter cívico ao imaginário das batalhas, a partir de um inimigo comum, que seriam as metrópoles, combatidas pelas lideranças regionais, entre as quais estão Simon Bolívar, San Martín, Miranda, O'Higgins. Isso alimentou o poder entre os

caudilhos de várias regiões e, inicialmente, um caráter solidário fundacional para a América que será conformado em ideais e manifestações de esperança em relação à criação de uma comunidade de nações ou estados confederados entre os antigos territórios ibéricos na América, conforme preconizaram O’Higgins e Simon Bolívar (Carta da Jamaica, 1815)⁶.

O registro da primeira tentativa de um projeto comum para a América não começa, entretanto, com os caudilhos da América, mas com os próprios colonizadores. Teria sido o momento da discussão do Tratado de Madrid, em 1750 (COE, 1990, p.154) com o texto de conciliação entre portugueses e espanhóis proposto pelo padre Alexandre de Gusmão, nascido no Brasil e que servia à corte de D. João V, em Portugal. Nele, os soberanos concordavam em não fazer e nem alimentar guerras entre colonos na América. O Tratado falava da “Paz Perpétua” entre as duas Coroas.

Por sua vez, na Espanha, o peruano Pablo Olavide, sob a influência do Iluminismo, promoveu em Madrid, em 1795, uma Junta das Cidades e Províncias da América Meridional, com finalidades libertárias, mas para ser realizada em conjunto na América Meridional, ou seja, apenas na América do Sul. No Chile, Juan Martinez de Rosas, autor da Declaração de Direito do Povo Chileno, fez uma apologia à solidariedade do Chile com as demais sociedades hispano-americanas e veiculou a idéia de uma confederação para garantir a independência em relação à Europa e evitar conflitos interamericanos, propostas que vão encontrar ecos em Bernardo O’Higgins.

Francisco de Miranda já antevira a possibilidade da união continental quando, em 1790, apresentou um plano de solidariedade continental. Os argentinos San Martin e Bernardo Montegudo, que participaram das guerras de libertação no Chile, no Peru e na própria Argentina, defenderam a idéia de um congresso pan-americano. O venezuelano Simon Bolívar havia exposto também suas idéias em Londres, num artigo escrito para a edição do jornal *Morning Chronicle*, de 5 de setembro de 1810, no qual afirmava que se os venezuelanos tivessem de lutar contra a Espanha, ele convidaria todos os povos da América para se unirem numa confederação. Suas proposições começaram a ser difundidas rapidamente: em 1812 (Manifesto de Cartagena) e depois, em 1814, numa circular, conclamou a “união de toda a América do Sul em um único corpo”.

A necessidade de defesa contra as ameaças de intromissão e invasão de potências européias e de livrar-se da tutela espanhola, das raízes da colonização e da cultura híbrida dela decorrente terminaram por forjar um ideal pan-americano, entendido como um movimento de solidariedade continental, a fim de manter a paz nas Américas, preservar a independência dos Estados e estimular seu inter-relacionamento. A solidariedade continental vai ganhar então dois formatos: um por meio dos ideais do venezuelano Simon Bolívar (1783-1830), que participou de lutas de libertação na Colômbia, Peru, Bolívia, Equador e na Venezuela, e que foi chamado de Bolivarismo, cuja fundação se dá com a Carta de Jamaica de 1815:

É uma idéia grandiosa pretender formar de todo o Novo Mundo uma única nação em que todas as partes sejam unidas entre si e em conjunto por um mesmo elo. A origem é comum, assim como a

⁶ (Trecho da Carta de Jamaica, de 1815 in PEREYRA, C. Bolivar y Washington un Paralelo Imposible. Editorial - América, p. 324)

língua, os costumes e a religião, por conseguinte, deveria ter um só governo que confederasse os diversos Estados que hão de se formar, mas não é possível porque climas distintos, diversidade de situações, interesses opostos, a dessemelhança de caracteres dividem a América. (PEREYRA,*sd*, p.324)

Em 1824, Bolívar enviou uma carta aos governos americanos convidando-os para a reunião de organização da Confederação dos Estados Americanos. O Congresso do Panamá, no qual a questão seria discutida, reuniu-se entre 22 de junho e 15 de julho de 1826, e contou com representantes do México, da Grã-Colômbia, do Peru e das Províncias Unidas de Centro-América e, como observador, os Estados Unidos.

A Conferência fracassou nas suas propostas devido à resistência do Brasil e dos Estados Unidos à idéia e às manobras da Inglaterra para evitar um sistema americano forte. Os ideais pan-americanistas continuaram vivos, mas os EUA e o Brasil foram excluídos das discussões: o primeiro, por causa da invasão do México e pretensões territoriais nas Antilhas, e o Brasil, devido não apenas ao regime monárquico contrário ao republicanismo americano, mas também às intervenções constantes no Prata.

A outra marca do pan-americanismo surgiu com a Mensagem do presidente James Monroe ao Congresso dos Estados Unidos em 1823, na qual, imbuídos de espírito protestante fundamentalista, incorporaram no seu imaginário fundacional a idéia de uma missão - “destino manifesto”, e assim contestaram o direito dos europeus de intervirem na América, sob a alegação de que a “América era para os americanos”. Foi a chamada Doutrina Monroe, pela qual os EUA manifestavam preocupação com sua própria segurança, diante da presença sistemática de estrangeiros em territórios americanos. O pan-americanismo norte-americano apresentava-se, entretanto, bem distinto da proposta comunitária bolivariana.

O futuro reservava a surpresa do isolamento territorial dos povos americanos, na medida em que, na disputa pelo Poder, os caudilhos foram definindo os limites espaciais de cada um e os Estados Unidos fechavam-se para a Europa, procurando expandir seu território, entretanto, dentro do próprio continente, comprando, anexando ocupando terras e até pilhando riquezas na terra e no mar.

Apesar da independência, as relações comerciais diretas com as metrópoles e o comércio externo amparado, às vezes, por um único produto tornavam, a cada dia, os novos países distantes uns dos outros e dependentes cada vez mais dos comerciantes ingleses, espanhóis e franceses. Isolado pela cordilheira dos Andes, pela floresta Amazônica, e pelo regime monárquico, o Brasil, que faz limites com dez dos doze países da América do Sul, localizado no leste do continente, ficou de costas para os seus vizinhos, relacionando-se diretamente com a Europa, mantendo sua indiferença para com os problemas dos demais países e culturas continentais, ao que se somou o receio das conturbações republicanas das lutas pela independência. Por sua vez, as lideranças republicanas da América, incluindo-se o próprio Simon Bolívar, viam com desconfiança o regime monárquico no Brasil e com antipatia a escravidão, o que deixava o Brasil quase sempre fora dos projetos unionistas no continente.

[...] na hora da independência, nem o Brasil – nem nenhum desses novos Estados ibero-americanos – dispunham de governos e economias nacionais efetivas, nem tampouco um sistema político e econômico regional. Como conseqüência, na primeira metade do século XIX, o Brasil e a América Latina foram colocados numa posição periférica, dentro da geopolítica mundial, liderada pelas grandes potências européias. E foram transformados, durante todo o século XIX, em “tratados infames”. (FIORI, 2006).⁷

No início do século XIX o que se conhecia como América (Indo) Espanhola era, na verdade, inglesa. A indústria e o comércio se apresentaram como uma opção nova para os colonizadores. A Inglaterra dominava praticamente o comércio mundial e, com a sua produção fabril e o comércio de escravos, tornou cativos os mercados consumidores na condição de exportador de produtos industrializados e importador de matérias primas. Da América saía o cobre do Chile; do Peru, o guano e o nitrato; de Cuba, o açúcar; dos países do Prata, o couro; do Brasil, a borracha e o café. Com a presença dos ingleses na América, Buenos Aires, que era uma das regiões mais atrasadas do continente, tornou-se o que Coe (1991, p.162-163) chamou de “o centro de gravidade da vida econômica” da região do Prata, sendo o ponto de contato direto com Liverpool, Glasgow ou Manchester. Inglaterra e França não apenas controlavam o comércio como sentiam-se à vontade para dar opinião e até intervir nos assuntos políticos dos platinos.

Sob a ameaça de invasão pelas forças napoleônicas que já ocupavam o Poder na Espanha, a Família Real portuguesa fugiu para o Brasil apoiada pelos ingleses. O apoio dos ingleses a Portugal, a ocupação francesa e a baixa qualidade dos produtos consumidos pelos brasileiros vão inspirar D. João VI a abrir os portos do Brasil às nações amigas, beneficiando essencialmente os ingleses. Instituiu-se então, em 1810, o Tratado de Comércio e Navegação, no qual ficou estabelecida a primeira tarifa aduaneira diferenciada. Fixava-se uma taxa alfandegária de 24% sobre as importações, sendo que aquelas originadas de Portugal pagariam 16%. Para os produtos ingleses foi criada uma tarifa especial de 15% (COTRIM, 1995, p.146). Os privilégios ingleses no Brasil e, particularmente, na região platina, passavam a ter o selo Real. E assim foi durante todo o Império, estendendo-se para a República.

Seguiram-se outras reuniões de caráter integracionistas entre Peru e Chile, Chile e Argentina, Peru e Colômbia, sem grandes resultados. Mas, de qualquer maneira, o Brasil continuava sempre distante. Em abril de 1890, terminou em Washington a Primeira Conferência Internacional Americana, da qual participaram 18 países. Nela foram aprovadas resoluções de condenação a guerras fratricidas no continente, criou-se um mecanismo de arbitramento para solução de eventuais divergências interamericanas e aprovou-se a criação da União Pan-Americana, batizada inicialmente como Escritório Comercial das Repúblicas Americanas, com sede em Washington. O projeto fracassou devido, sobretudo, à intervenção contrária da Argentina, representada por Roque Sáenz-Peña. Contudo, a assembléia mudaria

⁷ Recomendou-se na ocasião, entre outras coisas, a construção de uma ferrovia intercontinental para melhor relacionamento entre os povos americanos, e já se discutiu uma tarifa alfandegária comum;

o conceito de solidariedade continental que resultaria na criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), logo após a Segunda Guerra, para ajuda e cooperação técnica, mas também com poderes de intervenção nos Estados-membros. A organização começou a perder prestígio, quando, por pressão dos Estados Unidos, aprovou a expulsão de Cuba.

1.5 Integração americana: República brasileira e o Cone Sul

A Proclamação da República no Brasil foi recebida com júbilo praticamente em toda a América Latina e, particularmente pelos vizinhos (QUINTÃO, 2003). A monarquia brasileira com suas intervenções territoriais em vários pontos do continente e, particularmente, a partir da Guerra do Paraguai, era vista como um obstáculo à integração continental já desde o Congresso do Panamá. “O isolamento brasileiro na América jamais foi tão completo como em 1862, quando o Império reconheceu precipitadamente a coroação de Maximiliano, no México, e a Guerra do Paraguai apenas contribuiu para prolongar essa desconfortável situação.” (MAGNOLI, 1997, p.196)

A queda da monarquia no Brasil tornava a América toda republicana. Mas, internamente, o Estado brasileiro mantinha pequena a sua capacidade mobilizadora e de incorporação social. Aparentemente, houvera apenas uma mudança de forma de governo. Surgem algumas indústrias, mas incipientes, e chegam empresas estrangeiras, que começam, inclusive, a se interessar pelo mercado interno brasileiro, instalando-se aqui. A economia da Velha República continuava, contudo, agrário-exportadora.

No Brasil, mesmo depois da Proclamação da República, e pelo menos até a crise de 1930, o Estado seguiu sendo uma organização com baixa capacidade de incorporação social e de mobilização política nacional,, e sem nenhum tipo de pretensão expansiva [...] em 1938, o Brasil já havia se alinhado ao lado da nova liderança mundial norte-americana [...] colocado na condição de principal sócio econômico dos Estados Unidos, dentro da sua periferia sul-americana, [...] nem o Brasil foi incluído na categoria de países com acesso privilegiado aos mercados norte-americanos [...] (FIORI, 2006).

O modelo econômico passara a sofrer a influência da modernização e do desenvolvimento dos Estados Unidos, apologizado por muitos intelectuais brasileiros, entre os quais destacava-se o escritor Monteiro Lobato . Concomitantemente, vai aparecer também uma outra corrente de intelectuais contrários à opção brasileira pelo modelo norte-americano. José Vasconcelos (1882-1989), Oliveira Vianna (1883-1951), Manuel Bonfim (2005.) e outros vão questionar a tendência norte-americanista. Em 1909, à semelhança do que já se cogitava entre os centro-americanos, começou, entretanto, a emergir a idéia da integração do Sul, envolvendo os países da região da América Meridional, que ficou conhecida como o Cone Sul. Políticos e empresários do Chile, Argentina, Paraguai e do Uruguai chegaram a propor a criação da União Aduaneira do Sul que, embora não tenha

vingado, acabou induzindo outras regiões a seguir aquele caminho.

De 1909 para cá, a integração da América Latina continuou a ser lembrada no plano político, inicialmente com a União Pan-americana (1890) e depois com a Organização dos Estados Americanos (1948), mas nunca conseguiram efeitos de caráter prático, nem mesmo a OEA, com sede em Washington, nos Estados Unidos. Em 1947, surge o Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca (TIAR); em 1960 aparece a Associação Latino-Americana de Livre Comércio - Alalc; em 1961, a Assistência Recíproca Petroléira Estatal Latino-Americana; em 1968, a Associação Latino-América de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento; em 1969, o Grupo Andino; em 1975, o Sistema Econômico Latino-Americano - SELA; em 1980, a Associação Latino-América de Integração - Aladi e, a partir de 1991, o Mercosul.

A grande contribuição para o desenvolvimento comum da maioria dos países da América Latina veio do modelo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), e que tinha como base a substituição das importações, apoiada num Estado centralizador e indutor do processo de produção e industrialização. Mas, o modelo também esvaziou-se a partir dos anos 80, em meio aos problemas da dívida externa e do impacto crescente da globalização dos mercados, e das novas tecnologias.

O Pacto Andino, instituído em 1969, e que reunia Bolívia, Colômbia, Peru, Equador e Venezuela, depois de passar por vários estágios, decidiu trocar a substituição de importações, que caracterizou o modelo de desenvolvimento da América Latina, por um mercado livre regional (1995), adotando uma tarifa externa comum (TEC). E ainda, dentro do espírito puramente comercial, o Grupo tornou-se numa Comunidade Andina (1997), uma organização sub-regional Sul-Americana e vem registrando algumas conquistas comuns no campo econômico. A Comunidade Andina reúne uma população de 120 milhões de pessoas, uma área de 4,700,000 quilômetros quadrados e um produto interno bruto nominal de 280 bilhões de dólares.

A superação do período autoritário na América do Sul e a redemocratização regional contribuíram para que velhas rivalidades, chamadas pelo ex-presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, de “estéreis” no campo da política, fossem dando lugar a um processo de integração mais produtivo, levando países como a Argentina e o Brasil a desenvolver acordos de entendimento comum e a defenderem a integração da América do Sul, consideradas as questões de interesse comum da região, já identificadas pela Cepal, ao destacar a proximidade geográfica e as afinidades culturais.

Relações comerciais crescentemente globalizadas começaram a sinalizar, a partir da metade dos anos 80, para a importância da formação de blocos de países ou regiões como forma de se proteger contra a velocidade, pouco comum, dos fluxos de capital que sugeriam a necessidade da abertura total dos mercados ao capital estrangeiro, com uma conformação desterritorializada, e que, ao financiar o comércio internacional, forçava a liberação das barreiras alfandegárias e fiscais.

A discussão do processo de integração regional, gerado formalmente com a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Organização das Nações Unidas, intensifica-se nos últimos anos. A década de 90 torna-se já não mais uma evidência, mas uma necessidade a segmentação da economia mundial em blocos regionais, tornando

obsoletas as tradicionais negociações multilaterais entre os países agrupados pelo grau de industrialização ao redor de um ou mais países centrais. A criação da Comunidade Econômica Européia alertou a América para a importância de se posicionar nesse espaço. Superando suas diferenças, Brasil, Argentina e, em seguida, Paraguai e Uruguai, aceleraram as discussões sobre um processo de integração intra-regional, a partir de uma liberalização comercial

A iniciativa recebeu o apoio duvidoso do governo dos Estados Unidos, cujo presidente, George Bush, antecipou-se, emitindo uma declaração em 7 de junho de 1990, instituindo a “Iniciativa para as Américas”, numa tentativa de promover uma união continental a partir de três áreas: Investimentos, Comércio e Reestruturação e Redução das dívidas externas, reforçando a importância do crescimento e da estabilidade da América Latina, mas sem tocar na questão da dívida externa, que sufocava todos os países do continente.

A proposta do Mercosul adquire, a partir daí, uma relevância particular devido à tendência para a globalização e para a formação de blocos econômicos que tomava conta da economia mundial nesse momento. As respostas dos países da América Latina foram rápidas, alinhadas e compatíveis com a aplicação de políticas de abertura e privatização que já podiam ser observadas desde meados de 1988 na região. Saídos de uma década de recessão, estancamento e impossibilidade de aplicar suas políticas econômicas destinadas à recuperação do crescimento e do controle inflacionário, os novos dirigentes latino-americanos seguem apostando que a região poderá incorporar-se de maneira honrosa e competitiva na reorganização da economia mundial.

Bush parecia acenar com um apelo para a formação de um grande bloco continental de livre comércio entre "sócios iguais". Ficava, entretanto, a pergunta: que condições reais existiriam para que a América Latina se integrasse num plano de igualdade, dadas as enormes diferenças de sistemas produtivos e tecnológicas e, por último, que apoio real significaria a iniciativa em relação às inversões e às modernizações que implicariam um projeto dessa natureza?

Considerações dessa ordem redundaram em alguns frutos, servindo para despertar os países da região para as transformações que estavam ocorrendo no campo da economia. Cada país procurou reavaliar suas relações internacionais, do que emergiram novas idéias, planos e propostas de integração regional e sub-regional. A resposta veio rápida. A América Latina tornou-se um atrativo para os investimentos estrangeiros, absorvendo, em 1990, cerca de 80% do total desses recursos destinados a países em desenvolvimento. Em 1991, o sistema financeiro internacional tinha aplicado na região US\$ 36 bilhões, o que expressava a confiança despertada para a região.

Os blocos regionais de comércio tornaram-se ativos. O Tratado de Assunção, assinado em 1991, batizou o Mercosul, bloco que se tornou referência para a economia da região, de forma a atrair para o seu espaço, em 2004, até mesmo a Comunidade Andina, num acordo em bloco já existente. Da mesma forma que ocorreu com o Congresso do Panamá, que instituiu a idéia do pan-americanismo, em que os Estados Unidos saíram na frente com a Doutrina Monroe, a criação do Mercosul serviu para aquecer o projeto norte-americano de formação de um bloco regional sob sua liderança. Juntando-se ao Canadá, e depois ao México, surgiu o Nafta - Acordo de Livre-Comércio Norte-Americano. Em

seguida, visando a proteção de seus interesses continentais contra o assédio comercial da Europa, os norte-americanos iniciaram uma discussão sobre a integração continental que veio a ser chamado de Acordo da Alca - Área de Livre Comércio das Américas, e que reunia 34 países do hemisfério, exceto Cuba.

Um grupo de países menos pacientes com os Estados Unidos, como Cuba, Venezuela e, recentemente, a Bolívia, responderam à tentativa dos norte-americanos de juntar a América Latina dentro de sua área de influência e criaram a Alba – Alternativa Boliviana das Américas, cuja proposta apresentava, pelo menos teoricamente, uma forte conotação social e cultural. Outros, como o presidente do Brasil, Itamar Franco - ainda que no seu curto período presidencial - ansiosos, talvez, pela integração da América do Sul, começaram a discutir, paralelamente ao Mercosul, uma proposta de criação da Alcsa - Área de Livre Comércio Sul-Americana, não como um projeto geopolítico, explicou o embaixador brasileiro Rubem Barbosa - talvez numa contraposição ao projeto de Fidel Castro e Hugo Chávez - mas como uma iniciativa econômico-comercial nos moldes do Mercosul, que reflita o crescente dinamismo do comércio regional e o desejo de aprofundar os laços de toda natureza entre os países da América do Sul. Era uma alternativa para não provocar os ânimos dos Estados Unidos, cujo governo começava a se preocupar com o processo de integração no Sul.

A proposta de criação da Alcsa ganhou o apoio dos parceiros do Mercosul quando, no dia 10 de março de 1994, em Buenos Aires, através de um Comunicado Conjunto, os quatro governos assinaram o documento com o seguinte teor: *"Os Ministros do Exterior e das Finanças do MERCOSUL confirmaram o seu apoio completo à liberalização comercial entre todos os países da América do Sul, como um fim em si mesmo, para facilitar a entrada da região na economia do Hemisfério e do mundo"*. Posteriormente, a idéia da Alcsa foi adotada formalmente no âmbito do próprio Mercosul, em decisão tomada pelo Grupo do Mercado Comum, nos dias 23 e 24 de maio de 1994, em Montevideu, sem que chegasse a afetar o funcionamento do bloco.

A Alcsa refletia, pois, segundo Barbosa, o “regionalismo aberto” constituindo-se numa proposta adicional e complementar ao Mercosul, como instrumento para a convergência negociada dos esforços de integração regional e hemisférica. Sua negociação, informou, vem sendo efetivada em estreita coordenação com parceiros no Mercosul e tem como objetivos fundamentais:

- *promover o desenvolvimento econômico e social, acelerando a liberalização comercial entre os países da América do Sul;*
- *estreitar as relações entre o Grupo Andino e o Mercosul, aumentar a participação do Chile no processo de integração sul-americana e encorajar relações mais estreitas entre o Mercosul e outros países sul-americanos;*
- *fortalecer a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) como fórum para negociação da liberalização do comércio regional;*
- *encorajar a expansão do comércio dentro da região sul americana, que já representa um mercado significativo para os países do Mercosul, especialmente o Brasil; e*

- *fortalecer o processo de integração sul-americana e criar condições que facilitem a participação dos países da América do Sul em um sistema multilateral de comércio*⁸.

Alcsa, Alba, Amercosul, CAN, Mercosul e outros em gestação refletem novas tentativas e novos caminhos para o integracionismo, sem a responsabilidade de submeter-se à hegemonia de nenhum país dentro ou fora do continente. Embora voltadas para o comércio regional, essas organizações começaram a posicionar a região em relação à economia mundial. A proximidade física, a superação das rivalidades historicamente frágeis e os traços culturais comuns sinalizaria para um papel importante dessas tentativas integracionistas. O Mercosul passou a funcionar como uma mola propulsora desse encadeamento, que promove também dentro do Mercosul inflexões, às vezes fortes, a partir dos acenos em favor de um espaço para a região no mundo globalizado. O Mercosul parece ter transformado os países da região em “*players*” internacionais, com personalidade própria. Sua “irreversibilidade”, como pretendem os países membros, iria exigir, contudo, um projeto comunitário dotado de vitalidade social e cultural para ajudar a configurar os valores fundacionais da integração regional e da própria americanidade que se perderam lá atrás, ao se verem tardiamente introduzidos no chamado processo civilizatório (RIBEIRO, 1968).

1.6 Mercosul – Mercado Comum do Sul

Ligados territorialmente, vizinhos e com alguns traços identitários próximos, Argentina e Brasil procuraram desde o início do século passado alternativas para um estreitamento de relações e incremento dos entendimentos comerciais. Dentro de um quadro de expectativas comuns, em 29 de julho de 1986, em Buenos Aires, materializou-se a possibilidade de uma primeira experiência concreta, com a assinatura do Programa de Integração e Cooperação Econômica entre a Argentina e Brasil (PICAB), pelos então presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney, aos quais vai se juntar também Júlio Sanguinetti, do Uruguai, em 6 de abril de 1988, por meio da Ata do Alvorada. Os protocolos assinados tinham como fundamentos os princípios da gradualidade, flexibilidade, simetria, equilíbrio e tratamento preferencial frente a outros mercados. Abria-se a perspectiva de um espaço econômico comum, liberando-se, seletivamente, os respectivos mercados e, postulando, desde já, políticas de incentivo à complementação econômica em segmentos específicos dos dois países.

Embora modestos até aquele momento, os êxitos alcançados imediatamente sinalizaram para a celebração, em 1988, do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento com validade de dez anos. Nele, os dois países manifestaram o desejo de constituir um espaço econômico comum. Desse Tratado, nasceram 24 protocolos específicos, envolvendo áreas como a de produtos alimentícios, industrializados e bens de capital.

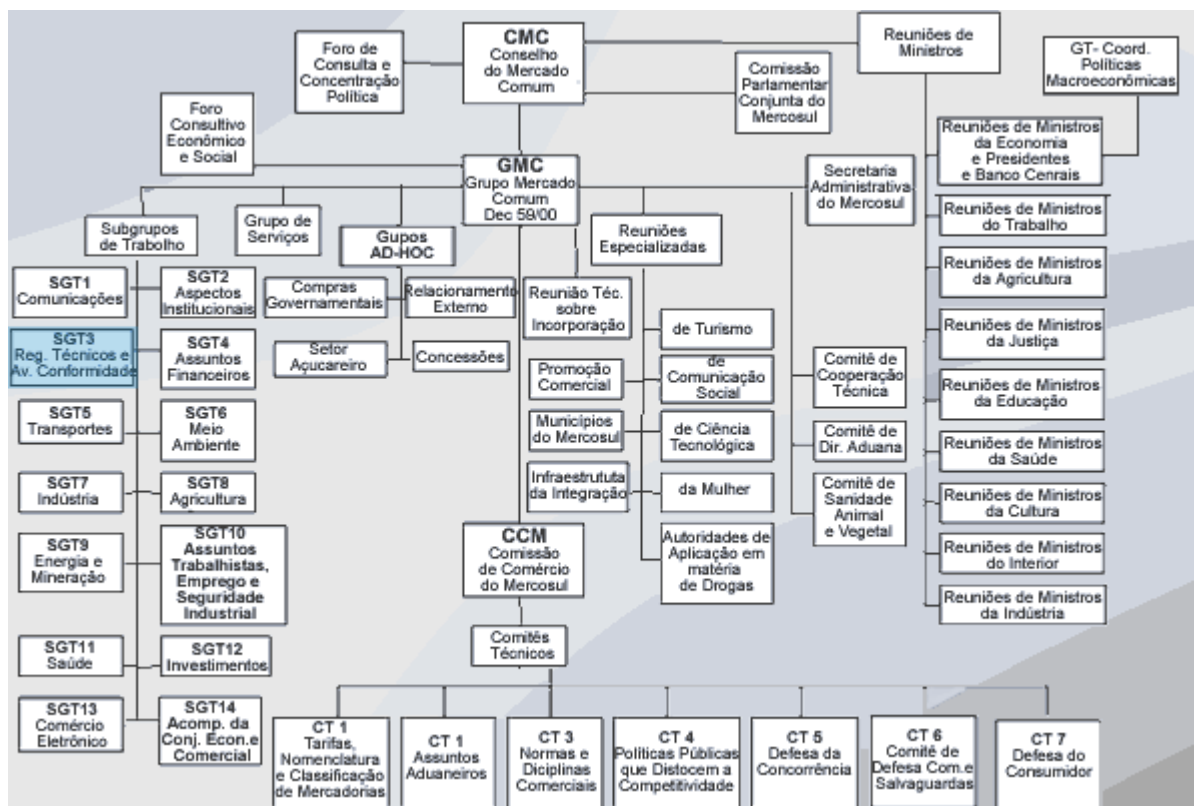
⁸ Fonte primária valorizando Rubem Barbosa (Regionalismo sempre aberto) e Manuel Bonfim asterisco dos objetivos da Alcsa.

A 6 de julho de 1990, o Tratado de 1988 teve um impulso decisivo com a assinatura, pelos presidentes Fernando Collor e Carlos Menem, da Ata de Buenos Aires, na qual se estabelecia o dia 31 de dezembro de 1994 como a data de instituição definitiva do mercado comum Brasil e Argentina. O ato inaugural do Mercado Comum do Sul ocorreu, entretanto, com a assinatura do Tratado de Assunção, no dia 26 de março de 1991, por meio do qual se previa.

Criar um mercado comum com livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos (eliminando-se os direitos alfandegários e tarifas (alíquota do imposto de importação = zero); adotar uma política externa comum, coordenar posições conjuntas em foros internacionais; coordenar políticas macroeconômicas e setoriais; e harmonizar legislações nacional, com vistas a uma maior integração.

Nessa data, os governos do Uruguai e Paraguai, que já haviam manifestado interesse em participar dessa relação, até então formalmente bilateral, concretizaram sua adesão ao processo em curso. O bloco alimentava-se da ambiciosa proposta de transformar-se num mercado comum, com a eliminação de todas as barreiras comerciais a partir de janeiro de 1995.

A personalidade jurídica de direito internacional definitiva veio com o Protocolo de Ouro Preto, em 17 de dezembro de 1994, no qual foi reconhecida a “competência do bloco para negociar, em nome próprio, acordos com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais”. Reafirmava-se que, a partir de janeiro de 1995, qualquer mercadoria e serviço teriam acesso comercial livre entre os países membros - ressalvados alguns itens - e estabelecia que, até o final do ano 2005, chegar-se-ia à harmonização com a integração definitiva das economias regionais. Em Ouro Preto institucionalizou-se a estrutura básica para o funcionamento do Mercosul.



Estrutura montada, a partir da reunião de Ouro Preto⁹

O Acordo se desenvolveria em três fases:

- a. Período de Transição(área de livre comércio): março/91 a dezembro/94;
- b. União Aduaneira (estabelecimento da Tarifa Externa Comum (TEC):
janeiro/95 a dezembro/99;
- c. Mercado Comum (integração definitiva): janeiro/2000 a dezembro/2004.

Pelos termos do Tratado de Assunção, os países membros comprometiam-se a coordenar a adoção de políticas macroeconômicas e setoriais, envolvendo as de comércio exterior (agrícola, industrial, fiscal, monetária e cambial) e de capitais (de serviços alfandegários, transportes e comunicações). Era a forma de viabilizar a implementação de um programa de liberação de comércio e de assegurar as condições de concorrência entre os países membros.

No Brasil, a iniciativa do Mercosul passou por duras críticas dos setores mais conservadores e defensores da relação privilegiada de comércio com os Estados Unidos,

⁹ MRE: site na internet, acessado em dezembro de 2004.

que, depois da Iniciativa das Américas, sinalizava com o acordo do NAFTA. Paralelamente, a Organização Mundial do Comércio divulgou uma análise altamente positiva, na qual mostrava que a iniciativa de criação de blocos gerava riqueza e prosperidade intra-regional, sem desviar as correntes de comércio.

As negociações destinadas a implementar o Tratado de Assunção identificou, contudo, alguns pontos críticos, cuja indefinição ou falta de assimetria poderiam comprometer a efetivação do Mercosul, como:

a. **controle cambial:** o Brasil praticava uma política cambial administrada, obrigando os investidores ao registro prévio das operações no Banco Central; enquanto que, no Paraguai, Uruguai e Argentina, as importações e exportações eram realizadas a uma taxa livre de câmbio, sem qualquer interferência governamental. Na Argentina, particularmente, o controle cambial foi praticamente abolido, existindo um mercado livre, deixando os preços flutuarem entre a oferta e a procura;

b. **política agrícola:** os países membros do Mercosul eram classificados como agrícolas e, portanto, muito competitivos nessa área. Era fundamental estabelecer uma política agrícola que assegurasse a livre concorrência nesse setor.

Além da identificação dos pontos críticos, foram instituídos também regimes institucionais para a união aduaneira de forma a dar consecução ao Tratado.

Pelo chamado Regime de Origem, adotava-se uma equivalência de até 60% para os insumos produzidos no local de origem, excetuando-se os bens de capital, sobre os quais incidiria a taxa de 80%, para que os produtos pudessem ser considerados provenientes da área do Mercosul e, portanto, beneficiados com a tarifa alfandegária zero para o comércio entre os países membros. O Certificado de Origem, documento emitido por entidades representativas dos setores comerciais e industriais, devidamente autorizadas pelos governos dos países, passaria a ser exigido.

Os produtos oriundos das Zonas Francas seriam tratados como provenientes de terceiros países, não membros do Mercado Comum do Sul e, portanto, estariam sujeitos à aplicação dos impostos da Tarifa Externa Comum, não podendo beneficiar-se da tarifa zero.

A Tarifa Externa Comum (TEC) foi outro instituto importante para administrar competitividade externa e evitar que a indústria de um país viesse a ser mais protegida que a dos outros. Dentro do bloco não foi suspenso o imposto de importação (alíquota zero) conforme previa o Tratado de Assunção, exceto para alguns produtos, o que foi batizado como nome de regime de adequação, ou seja, ganhava-se um prazo para adaptação às novas regras. Estabeleceu-se ainda que, quando houvesse importações de um terceiro país, seria aplicada a TEC. Desse modo, a TEC seria utilizada para as compras fora do espaço do bloco.

Durante o seu desenvolvimento e em razão do seu êxito, o Mercosul foi adquirindo uma identidade própria e, ao mesmo tempo, tornando-se um elemento paradigmático para a modernização das economias regionais. Chile e Bolívia formalizaram sua adesão ao bloco, como membros associados, no dia 25 de junho de 1996, numa reunião na cidade de San Luís, Argentina. Nenhum dos dois estavam prontos naquele momento para

ajustarem suas políticas tarifárias às condições do Mercosul. Por essa razão, seus privilégios dentro do grupo que assinou em 1991 o Tratado de Assunção não chegavam a ser abrangentes.

O Chile, na primeira fase, colocou em negociação alguns produtos com livre trânsito dentro do Mercosul, comprometendo-se com a redução de impostos até dezembro de 2004. Para uma relação de produtos negociados nesse acordo comercial, os impostos seriam gradativamente diminuídos até atingirem zero. No caso da Bolívia, que se ofereceu para uma redução imediata de impostos no montante de 80%, ficou estabelecido, contudo, um período de 15 anos (início 1998) para que o país fizesse uma adequação da sua proposta.

Em 2004 foi firmado um acordo com a Comunidade Andina (CAN) e, em 2005, o Tratado teve a adesão unilateral da Venezuela. Chegou-se a discutir, por meio do jornal brasileiro *Gazeta Mercantil*, a expansão do Mercosul em direção ao processo de integração da América do Sul sob o nome de Amercosul, mas a idéia foi congelada durante os debates relacionados à criação da Área de Livre Comércio das Américas, liderada pelos Estados Unidos de um lado e, pelo Brasil, como representante do Mercosul, por outro.

Pelas previsões o Acordo da Alca entraria em vigência em janeiro de 2005, mas fracassou devido às divergências de interesses entre a América de colonização anglo-saxônica e a América Latina. Negociando individualmente, os EUA tentavam contornar, dentro das discussões da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a sua política de subsídios agrícolas, denunciada pelos países e produtores rurais do bloco do Mercosul. Para agravar, os países do Mercosul só aceitavam negociar como um bloco, surpreendendo os negociadores do norte. Evitando interromper os entendimentos, o grupo foi reconhecido nas negociações como “países do Mercosul” e não mais individualmente como Argentina, Brasil, Paraguai ou Uruguai. O posicionamento em bloco fortalecia uma personalidade regional e reafirmava os princípios do Tratado de Assunção, convergência de propósitos supranacionais que, praticamente, instituíam um caráter identitário comum para o grupo sub-regional.

Os momentos de inflexão na história do Mercosul correspondem às turbulências conjunturais, provocadas por crises internas ou externas que vão afetar o processo de integração conduzido por meio do Tratado de Assunção e, com eles, provavelmente, empalidecer temporariamente a prática do espírito de americanidade, enquanto uma expressão da cidadania americana entre os representantes e as populações de cada um dos países membros, atentas ao papel do Mercado Comum do Sul. Esses momentos vão evidenciar discordâncias entre si e desconfianças do modelo modernizador, fazendo aflorar antipatias nacionais entre os pares, com efeito negativo sobre a consistência do bloco. É uma espécie de emulação do imaginário nacional no espaço discursivo da integração, considerado um vetor do sentimento de americanidade.

As inflexões dentro do Mercosul podem ser vistas de duas formas: a primeira, dentro do espaço da temporalidade, ou seja, uma espécie de flutuação de humor conforme a conjuntura, e via referenciais etnocêntricos importados para dentro do bloco; e a outra, em razão do conteúdo temático dos interesses individuais que as provocaram. Assim, do ponto de vista da temporalidade, vai-se ter uma série de crises sejam elas oriundas de assimetrias estruturais ou conjunturais que afetam o bloco; ou fruto da discursividade ambígua

conduzida pelos próprios membros, gerando uma heteroglossia, uma espécie de resultante dialética, fruto dos embates.

A história do Mercosul vai envolver, então, momentos muito delicados, por exemplo, os quase cem acordos realizados no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e que criaram importantes margens de preferência para os países membros; as crises políticas e econômicas conjunturais; a criação de mecanismos de integração comercial paralelos e outras; a construção das listas de produtos a terem suas tarifas aduaneiras reduzidas e seus prazos de vigências estabelecidos e outras. Algumas dessas crises serão consideradas neste trabalho como pontos de inflexão centrífugos porque vão provocar o enfraquecimento das representações que amparam o Mercosul.

A primeira inflexão da história do Mercosul precede à sua própria existência e extrapola a temporalidade. Vai se ter uma emulação prévia de incredulidade quanto à possibilidade de uma integração entre Brasil e Argentina em qualquer nível, devido à presença de um imaginário repleto de “*frustrações estéreis*”, segundo expressão do ex-presidente argentino, Raúl Alfonsín, que não envolve apenas o egocentrismo das populações, mas também uma perspectiva de vida das classes socialmente superiores. Tal questão e outras que a ela se articulam ensejaram reflexões nesse sentido do argentino Carlos Altamirano, ao se referir as “elites nacionais.”¹⁰

1.7 Para lidar com a americanidade

Esta pesquisa buscou, na experiência do processo de integração do Mercosul, traços culturais remanescentes compartilhados pelos quatro países membros, postulando a idéia de que o organismo instituído pelo Tratado de Assunção, firmado em 1991 entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e em pleno desenvolvimento, agrega no processo de integração valores culturais, condutores de um arcabouço identitário comum que sugerem ser o Mercosul um vetor de americanidade. Como se recorda, é esse, aliás, um dos argumentos norteadores da investigação.

Mesmo sem grandes coincidências de um passado nacional unificador, os países da América do Sul têm perseguido um destino comum (LIPPI, 2000, p.176), ancorando-o num discurso reelaborado, que prioriza aspectos políticos e econômicos, mas que sobrevive culturalmente da sua intertextualidade discursiva, por se tratar de uma questão essencialmente identitária, na qual se pressupõe estar contido, de um lado, o *esforço da modernização*, representado por modelos nacionais de desenvolvimento e desenhados de forma a evidenciar traços e matrizes comuns. Há expectativas de que assim se possa conduzir um destino civilizatório continental, compartilhado e transterritorializadamente integrado pelo comércio que conduziria, no seu escopo, um caráter identitário. E de outro lado, as *inter-relações culturais* dentro de uma perspectiva de reconhecimento da

¹⁰ Conferência proferida por Carlos Altamirano no Ciclo de Conferências – “Oito visões da América Latina – pacto de um mundo distante”, promovido pelo Banco do Brasil em 2004.

multiculturalidade e da busca de similitudes, de forma a evidenciar sentidos de pertencimento.

A intertextualidade identitária presente nas práticas sociais introduzidas pelo Mercosul operou construindo ou desconstruindo realidades idealizadas e estigmatizadas, identificando sentidos e objetivos dentro da cadeia discursiva. Isso se deu por meio da inserção de um cenário histórico sobre determinados enunciados discursivos, fazendo os textos interagirem. Conforme Foucault (1985), se o enunciado corresponde à materialidade do ato, falar ou escrever num determinado contexto, o falante se sujeita às limitações existentes nos lugares de fala ou nas limitações impostas pelo próprio status dos sujeitos.

Como uma expressão identitária discursiva, a americanidade, que corresponde a uma representação da integração dentro do continente, vai se revelar intertextualmente na interpelação comparativa dos enunciados dos textos originados em diferentes lugares de fala. Evidentemente que, nessa condição, dentro do Mercosul como lugar de fala, o espaço da cultura parece atravessado por outros, já que o Acordo funciona como a representação de um mercado (economia) comum, cujos membros se esforçam para solucionar as assimetrias econômicas imediatas, embora ao longo do seu desenvolvimento tenham sido postuladas prerrogativas de integração também nos campos social e cultural.

O Acordo, na sua configuração discursiva original, apresenta-se com um caráter excessivamente pragmático, ao ocupar-se, quase que exclusivamente, de questões econômicas e políticas como consequência, ignorando aparentemente representações identitárias que informam o imaginário que lhe deu origem e que enraízam a convivência dos países membros, mesmo diante de interesses diferenciados.

O espaço enunciativo está, contudo, recheado de pistas. Situações e negociações inventadas, assumidas ou consentidas discursivamente e que evidenciam matrizes, presentes naquele lugar de fala, às raízes de um imaginário comum, conformando, gerando segurança e marcando sua presença no espaço e no tempo, ao instaurar expectativas e tensões que lhe dão sentido e vida”. O discurso é feito de uma multiplicidade de elementos que se interrelacionam de forma complexa e instável, como instrumentos e efeitos de poder, mas também de pontos de resistência.” (FOUCAULT, 1985)

A contextualização comparada dos eventos, falas ou escritas vai produzir significados e ressignificações discursivas que, no final, deverão resultar na identificação de um imaginário comum, interagindo entre história, mercado e mitos. Os pontos de resistência serão inevitáveis, porque os discursos parecem, nos momentos de inflexões, marcados pela pluralidade de vozes sociais, mas dentro de um contexto dialógico (BAKHTIN, 1981). A intertextualidade identitária pretende atravessar essas práticas discursivas ambíguas.

Na condição de um vetor da americanidade, o Mercosul apresenta-se como eivado de vestígios desses traços identitários comuns nos lugares de fala da mídia impressa brasileira, no discurso oficial mediado pelo Itamaraty e no discurso dos políticos, enquanto representantes de interesses regionais e até de outros segmentos sociais brasileiros.

O sentimento de americanidade emergiu como algo difuso e formatado ainda apenas no lugar de fala da intelectualidade (BERND, 2002; RAMOS, 2003) que, por meio

de um ou outro matiz do cotidiano discursivo, vai tentando dar-lhe uma conformação teórica.

Esses matizes representam, muitas vezes, apenas indícios ou potencialidades. Curiosamente, eles emergem de uma maneira meio mística, dentro de um contexto histórico de virada de milênio que se expressava por meio de manifestações de esperanças e expectativas fragmentadas do conhecimento especializado, induzindo à necessidade da busca da interdisciplinaridade como recurso metodológico para a formação do objeto que se apresentava sob diferentes faces e no meio dos mais diversificados discursos. Um exemplo disso é a tentativa de identificá-los no espaço discursivo do Mercosul, dentro do qual os diferentes parceiros estão dialogando entre si e, externamente, cada um posicionando-se à sua maneira. Como uma representação simbólica da integração, o Mercosul veio ganhando o imaginário dos negociadores dos países membros, tornando-se gradualmente num paradigma para o posicionamento em relação ao mundo exterior, o que, ao manter aberta a negociação ou o diálogo, termina por reconhecer e legitimar aspectos identitários comuns do grupo.

A pesquisa evidencia a necessidade de romper com a fragmentação desarticulada do processo de conhecimento sobre a América, sugerindo uma reflexão sobre americanidade, como uma representação, a partir da compreensão da importância da interação e das transformações recíprocas que vão ocorrendo dentro das diferentes áreas do saber regional. Assim, procura contribuir intrinsecamente para o conhecimento como processo reprodutor de um saber parcelado e desvinculado do projeto global de sociedade na América do Sul.

A interdisciplinaridade surge como um método de produção do conhecimento nos espaços da pesquisa, articulando paradigmas tomados de diferentes disciplinas; nas determinações do domínio das investigações; na constituição das linguagens partilhadas; nas pluralidades dos saberes; nas possibilidades de trocas de experiências e nos modos de realização da parceria, conforme mostra Siqueira (1999):

Esta realização integrativo-interativa permite-nos visualizar um conjunto de ações interligadas de caráter totalizante e isenta de qualquer visão parcelada, superando-se as atuais fronteiras disciplinares e conceituais [...] e inseri-las num contexto de totalidade. Dessa forma, a complexidade do mundo em que vivemos passa a ser sentida e vivida de forma globalizada e interdependente, recuperando-se assim, o sentido da unidade a qual tem sido sufocada pelos valores constantes do especialismo.

Ainda para Gonçalves Siqueira (1999), trabalhar a interdisciplinaridade não significa negar as especialidades e objetividade de cada ciência:

O seu sentido reside na oposição da concepção de que o conhecimento se processa em campos fechados em si mesmo, como se as teorias pudessem ser construídas em mundos particulares sem uma posição unificadora que sirva de base para todas as ciências, e isoladas dos processos e contextos histórico-culturais. A interdisciplinaridade tem que respeitar o território de cada campo do conhecimento, bem como distinguir os pontos que os unem e que os diferenciam. Essa é a condição necessária para detectar as áreas onde se possa estabelecer as conexões possíveis. Como observa Gusdorf (1976, p-26), "a exigência interdisciplinar impõe a cada especialista que transcenda sua própria especialidade, tomando consciência de seus próprios limites para colher as contribuições das outras disciplinas.

Na esteira da interdisciplinaridade, as noções de intertextualidade e interdiscursividade habilitam ainda a percepção de que os meios de comunicação tornaram-se lugares históricos nos quais se elaboram, negociam e difundem-se discursos, valores e identidades, longe, portanto, de operar apenas como um espelho no campo discursivo (COGO, 2003, p.2), produzindo novas representações e com elas um imaginário ressignificado”. Os novos poderes do tipo individual que surgem, sobretudo por intermédio da mídia, são cada vez mais visíveis e significativos” (RAMOS, 2003, p. 8).

Dentro do Mercosul, a mídia, com seus lugares de fala, vai presenciar, registrar e interpretar, de diversos ângulos, inflexões pontuais que poderiam interromper o percurso da integração, mesmo sob o manto difuso da americanidade. Ao trazer as inflexões políticas para as ruas, para o cotidiano, a mídia dá movimento às configurações identitárias, abrindo para o cidadão comum o espaço para manifestar-se e, assim, o discurso midiático prolonga a vida das tensões e, ao absorver parte delas, incorpora os elementos básicos que vão dar formato a um acontecimento histórico fundacional. É a cultura manifestando-se através de um de seus lugares de fala, a mídia, a indústria cultural, que expressa e inventa um imaginário sob diferentes perspectivas representacionais. Resulta que o cidadão percebe o fato e percebe a si mesmo, construindo e reconstruindo-o na sua própria imaginação.

Entende-se ser impossível ignorar um acontecimento com essa formatação: um fato que se torna um acontecimento pelas conexões que o próprio leitor, que o cidadão faz dentro do seu universo histórico-existencial. Por isso, este trabalho postula a idéia de que a mídia constitui-se num lugar de representações. Em outras palavras:

Articula o real ao imaginário e aos registros simbólicos, dando suporte às representações. Aí estão as pistas para a reflexão ensejada pelas convergências que permitem referendar o alargamento de perspectivas na conceituação (NEGRÃO DE MELLO, 2003, p.15).

A pesquisa fundamentou-se em espaços discursivos brasileiros, ou seja, na mídia, nos políticos e nos intelectuais. Interessou-se em identificar matrizes comuns

construídas historicamente e suas reelaborações no campo das representações, das imagens, dos argumentos e das retóricas que emergiam em momentos de inflexão dentro do Mercosul, dos quais sempre afloram elementos que dão corpo ao imaginário da integração e à americanidade. O discurso da *integração*, seja ele tomado lá do período da Independência ou no lugar de fala do Mercosul, o sentido parece não ter se alterado. Seria já uma primeira expressão da americanidade, identidade que aflora com maior clareza na análise dos enunciados dos textos, confrontados nos seus respectivos contextos históricos. Então, foi necessário buscar sentidos conexos e detectar onde eles se confundem, distanciam-se ou se imbricam.

Entende-se que existem descompassos entre os diferentes lugares de fala que compõem o *corpus* da pesquisa, resultantes das condições peculiares de produção de cada um. Confrontados, permitiram, entretanto, análises das representações implícitas e, por conseguinte, capazes de tornar evidentes permanências ou reelaborações. Foi fundamental pesquisar o formato, a oportunidade, conteúdos e efeitos dos discursos vetorizados dentro dos respectivos lugares de fala para, neles, identificar os registros do imaginário, já que tendem a reproduzir matrizes ou sustentarem-se em mudanças no próprio imaginário.

Tal empreitada desenvolveu-se no solo da História Cultural, enquanto área do saber, conforme foi lembrado em páginas anteriores: um campo historiográfico aberto ao diálogo interdisciplinar. Interessava nas articulações entre História, Comunicação e os fenômenos da linguagem, buscando elementos na Análise do Discurso, sondar afinidades culturais configuradas de modalizações do cotidiano.

Enfim, pretendeu-se rastrear os discursos, à busca do eixo de conexão representado pelo espírito da americanidade, contido nas falas de uns sobre a de outros nas inflexões do Mercosul, mesmo diante de retóricas e conteúdos precários publicados, ou dos silêncios partilhados entre a mídia e o discurso oficial. Entrecruzamentos e contrastações ressoaram da matriz de sentidos que abriga idéias da integração e representações que ancoram, no presente, os ideais da americanidade. De acordo com Maingueneau,

A interdiscursividade, assim percebida, é fenômeno que evidencia o entendimento de que um discurso discursa outros discursos, não sendo, portanto, fechado em si mesmo, um lugar enfim, de trocas enunciativas onde a história pode inscrever-se (MAINGUENEAU, 1982, p. 88).

Os meios de comunicação no seu embate diário com as representações, como caixa de ressonância dos diferentes lugares de fala (NEGRÃO DE MELLO, 2003, p.26), expressam-se sob a inspiração do cotidiano, do imaginário e da história. O jornal dialoga com a televisão, a televisão com o rádio, o rádio com o jornal, de tal forma que o discurso torna-se culturalmente transterritorializado.

Em um trabalho sobre a americanidade na mídia eletrônica, Ana Rosa Ramos (2003), diz que as mídias apresentam-se como construtoras de novas representações, mesmo nas suas reelaborações do mesmo acontecimento. As mídias são expressões culturais de uma sociedade e refletem traços identitários de uma multiculturalidade, envolvendo práticas

sociais, costumes, interesses e opções políticas, regionalmente muito similares, que podem ser encontrados numa idéia convergente de americanidade.

O Mercosul se apresenta como um instrumento de convergência do discurso da mídia e, ao mesmo tempo, um vetor da americanidade, ao se colocar como um lugar de fala para a mídia, para os políticos e para as diferentes sociedades dos países membros. Portanto, percebe-se que, além da promoção da integração econômica regional, o Mercosul consiste num espaço que vem se abrindo gradualmente, através de acordos intra-regionais e práticas comerciais diversas, para outros países e culturas do continente, como grupo andino. Desde que começaram a transitar por um imaginário de aproximação cultural e fronteira, os países do Mercosul começaram a enxergar mundos que, até então, eram-lhes desconhecidos, quase proibidos por força da dependência, como aqueles representados pelos países orientais, que ficam do outro lado do Pacífico, sobre os quais alimentavam um imaginário construído fora da esfera das próprias culturas. A integração econômica da América do Sul e a sua autonomia identitária parecem ser, portanto, uma questão de tempo e deverão, certamente, muito ao Mercosul, aparentemente, o grande embrião da integração continental no espaço global, segundo Ramos (2002).

1.8 Mercosul: instaurando diálogos

O Mercosul é um "vetor", não único, da americanidade, pressuposto que se manifesta na interdiscursividade (dialogismo), no lugar de fala dos políticos e diplomatas, dos jornalistas credenciados para a sua cobertura cotidiana e até externamente, dos correspondentes latino-americanos, particularmente, os brasileiros localizados em Washington/Nova York e em Buenos Aires. Carlos Eduardo Lins e Silva, que foi correspondente da Folha de São Paulo em Washington, observou, falando num seminário Mercosul/Alca, realizado no Itamarati que

Os jornalistas e os políticos é que vão prestar informações à opinião pública e fazer com que ela se manifeste e decida o que o Brasil vai fazer em relação às questões internacionais [...] ontem eu estava zapeando os programas de televisão que haviam feito a cobertura deste evento, e fiquei novamente impressionado com a quantidade de matérias apresentadas sobre o assunto. [...] Nesse pequeníssimo espaço, nós, jornalistas, temos de fazer uma síntese de todo esse emaranhado de dificuldades conceituais e políticas que está presente na discussão da Área de Livre Comércio das Américas e passar, de forma correta, informativa, sem erros, às pessoas ajudando-as a tomar decisões na hora de votar, de se manifestar a respeito desses assuntos¹¹ (LINS E SILVA, 2002, p.380 e 381).

¹¹ Seminário O Brasil e a Alca. Câmara dos Deputados. Brasília: IPRI/FUNAGRI, 2002. p. 380/381.

Para o representante da imprensa, num encontro que reuniu políticos, diplomatas e até ex-presidentes da República, a responsabilidade que cabe aos jornalistas e aos políticos no processo de consolidação do Mercosul é enorme:

Penso que devemos levar em consideração essa responsabilidade quando escrevemos os nossos artigos e fazemos os nossos discursos. Não devemos fazer os artigos, as matérias, as reportagens e os editoriais, buscando obter mais público, e; os discursos políticos não devem ser feitos para se ganhar mais aplausos. (LINS E SILVA, 2002, p. 383)¹²

A fala de Lins e Silva corrobora para dar sentido, de certa forma pragmática, para este trabalho, já que salienta a importância do discurso jornalístico para permitir que o processo de integração em direção a uma identidade comum se dê sem grandes desencontros, já existentes nas assimetrias econômicas ou sociais. Os jornalistas, do seu lugar de fala, seja em Washington/Nova York ou Buenos Aires, operam como agentes culturais. Seus discursos fazem ressoar "matizes" de um sentimento de americanidade, que de fato vão dar sentido à busca desse espaço de cooperação e solidariedade entre povos americanos. Esses "matizes" permeiam os discursos, atravessados pelas representações e vozes polifônicas que eles trabalham no texto para dar sentido e rumo ao processo da integração do Mercosul, ou da própria América do Sul, expressando, interdiscursivamente, a sua própria americanidade.

1.9 Jornalistas correspondentes:

A função de jornalista correspondente pressupõe o domínio dos códigos da profissão, uma erudição mínima, uma certa intimidade com a pedagogia dos meios de comunicação e até mesmo com as condições de recepção: como o leitor lê, entende e se apropria da informação. Afinal, a uma leitura simplista e funcionalista centrada na "servidão dos leitores", contrapõe-se o entendimento de que "toda apropriação está encerrada nas condições de possibilidade historicamente variáveis e socialmente desiguais" (CHARTIER, 2001, p. XIII).

Hohenberg (1964) observa que um bom correspondente transita pelo cotidiano da política e da cultura dos povos onde ele estiver. Deve também, evidentemente, falar mais de um idioma para não comprometer a cobertura de temas e eventos complexos e, finalmente, o correspondente trabalha no exterior sempre credenciado pelas autoridades nacionais, já que sua atividade tem um caráter permanente e seus vínculos empregatícios são juridicamente estáveis.

¹² Seminário O Brasil e a Alca. Câmara dos Deputados. Brasília: IPRI/FUNAGRI, 2002, p. 383.

Outro aspecto a ser considerado é que as atividades do correspondente são exercidas em geral em países e cidades centrais como Nova York, Washington, Londres, Paris, Tóquio, Frankfurt, Roma, Buenos Aires. Ele vivencia o imaginário local no cotidiano dessas grandes cidades, as representações nacionais ou internacionais daquela sociedade ou governo, refletindo as que possam interessar, ainda que seja para atender a curiosidade do seu leitor.

Aquelas cidades (ou países) constituem-se, entretanto, em símbolos nacionais e referências para o estado da arte do desenvolvimento alcançado pelo mundo até então. A imprensa considera que elas puxam o chamado “processo civilizatório”. Delas emanam diretrizes políticas, decisões econômicas e fluídos de culturas hegemônicas e populares que podem afetar os interesses e práticas sociais públicas e privadas cotidianas em todo o planeta, sobretudo em países considerados periféricos como os do Mercosul. Valeria a pena rever as discussões sobre o desenvolvimento norte-americano no início do século passado, defendido por Monteiro Lobato (1982-1948) como um modelo para o Brasil ou, mais recentemente, aquelas abertas pelo jornalista Paulo Francis (1930-1997), correspondente da Folha de São Paulo e de O Globo em Nova York. O certo é que as práticas desenvolvidas nessas cidades induzem, aceleram ou enterram hábitos, costumes e representações de mundo.

As condições de produção do discurso dos correspondentes são importantes para identificar por onde transitam suas falas, ou que tipos de discursos as atravessam. O correspondente em Buenos Aires incorpora certamente à sua fala sobre o Mercosul, uma percepção de mundo, a partir da sua (latino)americanidade que o torna mais próximo dos próprios eventos e personagens. O discurso do correspondente brasileiro em Buenos Aires é matizado por elementos que fazem aflorar a emulação entre brasileiros e argentinos na competição por um *status* maior ou menor dentro da comunidade da América do Sul e, às vezes, internacional. Consideradas, entretanto, as relações entre Argentina e Brasil, antes do Acordo de Assunção, os atritos e divergências de hoje ressoam quase como um diálogo doméstico, embora isso não tenha tido ainda um reflexo generalizado dentro das respectivas populações.

Quando se tratam de divergências com terceiros países, ou seja, aqueles fora do espaço jurisdicional do Mercosul, os países membros apresentam-se totalmente coerentes nos seus posicionamentos comuns. Nas discussões sobre a formação da Alca e em relação à negociação com a União Européia, os países do Mercosul posicionaram-se em bloco, frustrando passo a passo os interesses dos norte-americanos e europeus de fechar acordos comerciais apressadamente.

A imprensa, na sua ansiedade cotidiana, sentiu-se sempre tentada a repetir parafrásticamente que o Mercosul se apresentava como um acordo “incompleto” e “imperfeito”, discurso surgido das áreas dos governos com o fim de justificar flexibilizações políticas ou econômicas não previstas nos termos dos acordos e protocolos em vigência. Essa polissemia contida nos textos jornalísticos alimentava, no fundo, uma certa frustração por parte dos criadores e administradores do Mercosul.

O Acordo de Assunção representou, entretanto, uma evolução nas relações entre países e povos do continente e um passo a mais na busca de uma identidade comum.

Embora tenha privilegiado aspectos econômicos, os homens de governo que o assinaram estiveram sempre preocupados como ele poderia se concretizar. Era preciso algo mais fora do próprio Acordo. As dissidências domésticas reclamavam por uma identidade comum capaz de dar sustentação ao processo de integração.

Enfim, ao se falar em identidade e representação neste trabalho, está se falando sobre americanidade, projetada no recorte da América do Sul. Foi necessário, portanto, neste representacional, conforme lembram teóricos como Lefebvre (apud LUFTI, SOCHACZEWSKI e JAHNEL, 1996, p.87 a 98), que alertam sobre o papel das representações que não se erigem no âmbito das polarizações convencionais esculpidas na dualidade polarizada entre o “verdadeiro” e o “falso”. Não sem antes subtrair-lhes qualquer sentido de estagnação ou estabilidade, Lefebvre inscreve as representações nas dimensões que se constroem entre o “vivido e o concebido”. Nesse entendimento, representações são como fatos da prática social que dialeticamente apontam para possíveis anúncios do porvir. Por isso, para o filósofo francês Lefebvre (idem, p. 97),

Viver é (se) representar, mas também transgredir as representações. Falar é designar o objeto ausente, passar da distância à ausência preenchida pela representação. Pensar é representar, mas também superar as representações.

A efetivação do Mercosul importa no seu reconhecimento como uma variável interveniente, ou seja, vetorial: vai interferir nos desenhos futuros da comunidade regional. Portanto, para os jornalistas, inclusive os correspondentes, durante algum tempo ele pareceu esgotar-se na instância econômica. Mas, mesmo com traços de indústria cultural, o Mercosul chega ao cidadão comum, tendo como mediadora a imprensa, embora, na lógica do capitalismo .

Nessa mediação, reside aquilo que Ribeiro (1994, p.13 e 14) identifica como “aura do jornal”. Cabe ao jornalista conduzir o leitor individual a aspectos da realidade, tornando-os próximos. Muito embora o autor se refira a este enraizamento no cotidiano e às representações no cenário mais amplo do jornalismo, vale a pena a transcrição pela pertinência do entendimento, quando o que se quer reter, aponta para a imprensa e a figura do jornalista:

A realidade tornada próxima pelo jornal é distante do cotidiano do público – nele não trafegam governantes, artistas, dirigentes, ricos. A imprensa se apropria da aura dessas figuras únicas e torna-se uma porta de papel, através da qual elas entram na casa do leitor (RIBEIRO, idem, p.14).

Construído, como se viu, com o suporte de fontes primárias e secundárias, e desobrigado das linearidades seqüenciais e cronológicas, marcas, aliás, do trabalho como um todo; o capítulo que ora se encerra foi pensado nos moldes de um painel mais amplo,

convite ao leitor para incursões mais verticalizadas. Assim, nas páginas que se seguem, a questão da americanidade é retomada em seus nexos com a modernidade e a identidade.

CAPÍTULO II

AMERICANIDADE: MODERNIDADE E IDENTIDADE

2 AMERICANIDADE: MODERNIDADE E IDENTIDADE

O presente Capítulo foi construído com o suporte de uma estante de obras, cujos autores refletem sobre a americanidade, sem pretensões de um inventário exaustivo ou análise das obras consultadas. Objetiva-se aqui rastrear elementos que concorrem para a ampliação do entendimento dos sentidos possíveis para uma idéia de americanidade historicamente engendrada. De todo modo, o leitor perceberá que o diálogo com os interlocutores foi construído tomando a americanidade como invariante referencial em torno da qual uma multiplicidade de olhares se entrecruza. Assim, como em imaginária mesa de discussão, modos de ver são destacados, objetivando fazer aflorar das diversas leituras as articulações constitutivas do binômio identidade/americanidade.

2.1 Identidade e modernidade

Como valorizar a modernização para potencializar a identidade ou como potencializar a identidade a partir de alguns elementos presentes no processo modernizador? São indagações feitas por Eduardo Valdés (2000), ao considerar que os historiadores da América têm convivido com dois dilemas americanos, e que se alternam ao longo do tempo: o identitário e o modernizante.

A questão da identidade envolve duas outras problemáticas: a visão do passado, que apresenta traços de oposição à modernidade globalizante; e a expectativa de conciliação entre identidade e modernidade. Ambas são vistas a partir de elementos da realidade social - Casa Grande e Senzala, Sertões - ou da percepção de ensaios - *Ariel, Raça Cósmica* - e ainda das raras reflexões teóricas sobre uma cidadania continental distinta e diferente da idéia da identidade americana (ou americanista), que passou a caracterizar os cidadãos norte-americanos, refletindo uma apropriação semântica da palavra pelos nascidos especialmente nos Estados Unidos.

Ensaístas e realistas enfrentam o questionamento da história oral e as revelações etnográficas, fruto, a primeira, das tradições e crônicas (VEGA, 1969), dos relatos (ALMEIDA, 2003), do perfil dos cidadãos (PRADO, 1928) e dos registros da escrita mais recente que impregnam a vida cultural das populações remanescentes que transparecem no seu cotidiano.

A história escrita é acusada de ser a “sepultura da história oral” por não se contentar com a sua condição de mediadora nas permanências culturais - e aí existe um grande contencioso em relação também aos registros jornalísticos do cotidiano, ao pretender, por analogia ou métodos inferenciais, identificar matrizes culturais a partir, quase sempre, da sua própria realidade. É o caso, por exemplo, de Louis Baudin (1970), com o seu *“El Império Socialista de los Incas”* ou dos ensaístas das histórias oficiais da República. Angel Rama (1926-1983) denunciou os escritos e os escritores da história da América como integrantes da *“ciudad letrada”* (VALDÉS, op. cit) dizendo que ficam a dever à sua própria realidade.

Ambos são, na verdade, mediados pelo tempo, pelas gerações, pelas anotações, pelos registros iconográficos e pela dinâmica do próprio tempo. Não é essa, contudo, a questão. O que se buscou nessa pesquisa são os matizes históricos e culturais comuns que permeiam o imaginário continental e que podem conduzir os cidadãos da região a reconhecerem-se na sua condição de americanos, na expressão “americanidade”, possibilitando a visualização de uma integração regional capaz de congregar países e povos mediados pela cultura. Neste trabalho, busca-se isso no espaço discursivo do Mercosul, considerado uma representação da modernidade na América .

Como não poderia deixar de ser, a Espanha foi um dos primeiros países a reivindicar uma identidade comum com os povos da América: ibero-americanismo e hispano-americanismo. Vieram também o luso-brasileiro e o ítalo-argentino. Nos registros historiográficos mais recentes, esses matizes já aparecem configurados com o nome de afro-americanismo, latino-americanismo (MAGNOLI, 1997), indo-americanismo, defendido pelos apristas peruanos e por Mariátegui. Carlos Hamilton (1944), um pesquisador religioso da Universidade de Santiago do Chile, descreve algumas dessas matrizes culturais encontradas em quase todas essas vertentes identitárias da região:

En América subsisten, indudablemente, millones de hermanos nuestros que mantienen los rasgos físicos, la lengua aborigen y las tradiciones indígenas precolombinas, en parte. Otros millares de hombres americanos hablan sólo español, pero guardan los mismos rasgos físicos de sus antepasados indios. Son millones los seres mestizos. Y en algunos países es una reducida minoría el número de los «blancos». [...] El mestizaje es el primer resultado de todas las guerras de conquista[...] La igualdad y la unidad del género humano es no sólo dogma de fe de los cristianos; sino también un dogma adquirido por la ciencia (HAMILTON, 1944).

O pesquisador descrevia o papel da Igreja na conquista da América como “*una misión cultural evangelizadora*”, culpando os “*aventureros e encomenderos*” de tê-la viciado. Procurou mostrar que a “Reconquista” da Península Ibérica dos árabes teria sido nada mais que “*una quijetada cristiana*”, já que a Espanha sempre se mostrou tolerante com os estrangeiros – mesmo sob a Inquisição - e que ela transplantara para o América o mesmo estilo .

Já na metade do século, Hamilton Carlos insistia, de forma também “quijotesca”, em suas conferências na Universidade, num interamericanismo fundado nos princípios da religiosidade, que deveria significar, a intenção de cumprir o dever de solidariedade humana, essencial entre as nações da América, mostrando uma identidade quase única e uniforme bem determinada no conjunto da sociedade, perfil, cuja origem atribuía fundamentalmente à herança do “*processo de cristianização, que não tinha caráter hispânico, mas de uma religiosidade universal.*” No seu entender,

[...] la irreligiosidad de las masas de nuestro siglo hizo posible que la sed de religión, innata en el alma humana, inventara en el culto nacionalista un substituto peligroso de la Religión. El nacionalismo, que comenzó por una propaganda cultural, terminó tratando de imponerse per las arenas. [...] ¿Por que cerrar fronteras, si el ideal de la Hispanidad, encarado en Victoria, era el mismo ideal católico, que significa universal y que derribaba genialmente las fronteras? Por que, entendámonos: una cultura española no existe. Lo que ha existido es una cultura occidental, europea, de alma católica, de la cual España, en el siglo XVI fue la más limpia y fuerte expresión. (HAMILTON, 1944)

Entendia o pesquisador que o nacionalismo isolara a América de si mesmo, e que, em nome da religião, a Espanha sempre agiu ao contrário dessas iniciativas “*fragmentárias e também racistas*”, que marcaram fronteiras e distinguiram povos e regiões dentro do continente. Questionava o fato dos países da América do Sul terem se encerrado no Sul, e dizia:

[...], pretendiendo que no tenemos nada que recibir, ni nada que dar al Norte? El crear antagonismo nacionales; el explotar las inconscientes antipatías nacionales, es una obra antihumana y anti-cristiana. Para los países de Latinoamérica, es además, una obra antipatriótica, de baja negativa, y suicida. La clara doctrina de la caridad cristiana establece: el amor a todos los hombres como a nosotros mismos. También el amor a la patria cae dentro de la caridad. De modo que así como el amor a sí mismo o a la propia familia no nos impone odio al extraño—porque no hay extraños sino hermanos para el cristiano de veras, —así el amor a la patria nos obliga a preferirla a las otras, pero no a desear que se aísle, para propio y ajeno daño; si no a la cooperación sincera, cordial, desprovista de prejuicios de odio que estorban, con los demos pueblos y naciones de la Cristiandad. (HAMILTON, 1944).

Assim, o pesquisador chileno descreve o que ele entende pelo aporte da religião católica para a configuração de uma vertente identitária da América do Sul.

2.1.2 Organização nacional e afã americanista

Na metade do século passado, o vetor identitário não se amparava apenas numa visão religiosa, mas na modernização dos sistemas produtivos que resultava de uma oposição ao modelo colonial. Também por oposição à religiosidade católica unificadora, os norte-americanos, que melhor expressavam, como exemplo, essa modernidade, eram protestantes, imbuídos do espírito da livre iniciativa, sem a interferência constante do Estado e muito menos da religião na sociedade. Desde que se livraram das metrópoles colonizadoras e optaram por um modelo industrial, os norte-americanos haviam se constituído no atrativo principal da contemporaneidade em termos de riqueza individual e coletiva. Na realidade, os Estados Unidos começaram a merecer a devida atenção dos povos da região meridional da América a partir do momento em que se apropriaram de várias áreas do México. A outra vertente de estímulo a admiração regional foi o seu precoce ingresso no processo industrial. Ambos os eventos contribuíram decisivamente para que o país alcançasse o reconhecimento como potência mundial.

A visibilidade alcançada fez ressurgir entre os norte-americanos, no início do século XX, a pretensão de assumir em definitivo a hegemonia sobre a América já delineada na Doutrina Monroe, de 1823: “América é para os americanos” defendia o presidente norte-americano James Monroe. Na sua concepção, a América seria diferente do “Velho Mundo”, visto como um continente em crise, tanto em termos de espaço geográfico, político, econômico e, particularmente, social. Os norte-americanos chegaram a defender que o “Novo Mundo” era moralmente superior ao “Velho”, pela clareza de sua opção, pelos valores liberais, pela democracia e pelo livre mercado.

O fantasma da Doutrina Monroe e a adoção do pan-americanismo como uma estratégia geopolítica fizeram emergir também, a partir dos anos 80, do século XIX, a idéia de Hemisfério Ocidental e da existência de dois mundos. Partindo desta concepção, os norte-americanos sustentaram o argumento da existência de uma “relação especial” entre Estados Unidos e a América Latina que começava na geopolítica mundial, englobando a regional. A Doutrina serviu para justificar a política isolacionista dos norte-americanos com relação à Europa e, ao mesmo tempo, sua política comercial na América que, por extensão, deveria manter-se distante do velho continente para não se contaminar com seus valores negativos.

No final do século XIX, já com a imagem de potência econômica consolidada, o caráter protecionista dos norte-americanos fundiu-se com um perfil paternalista intervencionista na região, justificado pela responsabilidade auto proclamada de difundir, na região, valores morais e espirituais nos quais estivessem presentes outros valores e ameaças externas ao continente.

Gordon Connell-Smith (1977) observa que, internamente, procurou-se cultivar nos Estados Unidos a idéia mítica de um sistema interamericano, que teria surgido da conferência de Washington, a partir do pensamento pan-americanista de Simon Bolívar. O libertador preocupava-se, entretanto, com a unidade hispano-americana e não com um sistema que envolvesse Estados Unidos e América Latina, excluindo a Europa. O próprio Bolívar buscou o apoio da Inglaterra para a constituição de sua Liga Hispano-americana (CORNELL-SMITH, 1977).

*El Congreso de Panamá de 1826 -la primera de las conferencias hispanoamericanas ocurridas durante el siglo XIX antes del establecimiento del sistema interamericano- fue propuesta por Simón Bolívar a fin de formar una confederación de estados hispanoamericanos. Luego hubo otras tres conferencias similares: el Primer Congreso de Lima (diciembre de 1847 a marzo de 1848); el Congreso Continental, celebrado en Santiago de Chile (septiembre de 1856); y el Segundo Congreso de Lima (noviembre de 1864 a marzo de 1865). Todas estas conferencias fueron esfuerzos de las naciones asistentes para hacer frente a amenazas externas. En un primer momento, éstas fueron por parte de España y sus aliados, lo que ocurrió en 1826 y 1847. Luego fue el temor a la política expansionista de Estados Unidos demostrada en su guerra con México y por las actividades filibusteras de William Walker en la América Central, una de las causas de la reunión del Congreso Continental. Por último, nuevamente la amenaza proveniente de España, a raíz de la ocupación de las islas Chincha peruanas, llevó a la reunión del Segundo Congreso de Lima.*¹³

Essas conferências foram marcadas pela presença de um reduzido número de países hispano-americanos. Estados Unidos, Brasil e Argentina, embora convidados por Bolívar para o Congresso do Panamá, não compareceram. As conferências terminaram por tornar evidentes as dificuldades para se alcançar o ideal da unidade latino-americana. Não se conseguira uma união para o estabelecimento de um mecanismo comum capaz de protegê-los das ameaças externas e para resolver disputas regionais. A Argentina, particularmente, iniciou uma larga tradição de recusa aos vínculos internacionais amplos e mais estreitos dentro do próprio continente (CORNELL-SMITH, 1977).

A burguesia norte-americana havia descoberto oportunidades interessantes de negócios na América Latina, e isso deu um forte empurrão no ideal pan-americanista, a partir do ideal norte-americano de criar uma organização, reunindo todos os países do continente sob sua liderança, embora a proposta original procurasse defender o ideal de igualdade e cooperação.

Alguns países não tinham a menor motivação para esse tipo de proposta que se sustentava nos princípios da Doutrina Monroe e que deu origem a várias intervenções norte-americanas em países da região. A idéia gerou também políticas contraditórias no continente e na Argentina, particularmente, a desconfiança com os norte-americanos. Mesmo após as conferências pan-americanas entre 1889 e 1930, quando defenderam políticas de cooperação com os países da região, destacando-a em relação ao comércio internacional e, especialmente, quanto à prática de governo, o que impulsionava a tendência intervencionista unilateral. A idéia chocava-se com o enfoque europeísta argentino, base do seu sucesso econômico e sua inserção no mundo.

¹³ Ver al respecto los trabajos de G. Pope Atkins, América Latina en el sistema político internacional, Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 1989, pp. 150-151 y 156-159, y Hans J. Morgenthau, Política entre las naciones. La lucha por el poder y la paz, Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 1986, pp. 51-53.

O pensamento argentino era uma resultante de formulações sobre a política externa, da etapa da *Organización Nacional* (1853-1862), feitas por Juan Bautista Alberdi e alguns intelectuais que o precederam, e significava um relacionamento de alcance regional, que não incluía os Estados Unidos e que incorporava as relações com a Europa. Era um americanismo de orientação europeísta, inspirado num vago sentimento hispano-americanista. Com isso, desenterravam-se as raízes do velho vice-reinado do Prata. Distinguindo-se na região, os argentinos, desde cedo até o momento em que seu país se constituiu num estado nacional consolidado, sentiram-se livres para contornar os compromissos permanentes com países americanos, em particular com aqueles que pudessem significar algum risco à independência nacional, ou mesmo contra os laços econômicos, políticos e culturais existentes entre a Argentina e os países europeus. Esses eram vistos como a garantia do seu desenvolvimento e da própria integração das nações hispano-americanas. O próprio Alberdi elevou o Brasil à condição de inimigo, mostrando que o Brasil e os Estados Unidos, pelas dimensões territoriais, pela forma de governo e pela origem colonial representavam uma constante ameaça à própria unidade hispano-americana.

O vocábulo “América” que deveria funcionar como uma identidade continental, tornou-se então uma categoria etnocêntrica. Falar-se em “América” era referir-se à América do Norte (saxônica), conotando uma identidade, na maioria das vezes, o eu era apenas dos Estados Unidos, raramente englobando até o Canadá. Os outros eram brasileiros, argentinos, paraguaios, uruguaios e assim por diante. Nesse caso, soa ainda muito mais negativo o fato de que o continente passou a ser visto pelo estrangeiro como algo cativo dos norte-americanos. As centenas de povos nativos na região e as práticas culturais foram confinadas às pequenas comunidades ou às comunidades regionais, passando a ser vistas como excêntricas, perdendo seu caráter identitário comum na multiculturalidade da América. Assim, ensaístas e jornalistas parecem de acordo em dar um tratamento fragmentado ao Continente e seus povos, não se negando, inclusive, a varrer dos seus mapeamentos populações e até países.

Na América Latina, viver sob um regime democrático ou autoritário não faz diferença para os meios de comunicação porque a linha editorial de cada jornal, rádio ou televisão estabelece os limites da inclusão ou da exclusão. É certamente grave, porque à medida que excluem seus leitores do acesso a informações sobre determinadas fatos, acontecimentos, países e culturas, estão fragmentando a visão de mundo, excluindo milhares ou milhões de pessoas, porque, embora, as tiragens dos jornais sejam pequenas em relação às populações, eles chegam aos multiplicadores, a algumas lideranças carismáticas e ideológicas que conformam o mundo segundo, não raras vezes, à sua conveniência, por meio da oralidade cotidiana. A América está cheia desses modelos excludentes que afastam os eventos das populações e as comunidades da sua cidadania.

O afã americanista é visto, por outro lado, não pelo que representa em si como uma categoria de cidadania, mas quase sempre como uma identidade que emerge em oposição ao europeísmo. Ser americano é reconhecer-se ou ser identificado como um não europeu e, enquanto isso, por analogia, ter uma origem atrasada, quase selvagem, e até mesmo ser um cidadão sem uma identidade. Daí o fato de que reconhecer-se americano é perceber-se com traços identitários nítidos e específicos.

A historiografia da América, reconhecida como de origem lingüística latina, mostra que segundo Valdés (2000), o esforço identitário dos povos da América passa por

uma alternância histórica entre a chamada modernização e as preocupações identitárias, que ele chama de “ciclos y espirales” representados por “vanguardas de progresso” com representações em períodos específicos.

Valdés explica ainda que os ciclos identitários manifestam-se por volta dos anos 1865, 1910 e 1965, enquanto que o modernizador manifesta-se nos anos de 1850, 1890, 1940 e 1985. Antes disso, cabe aos independentistas as primeiras formulações da modernização. Entre eles vão aparecer os civilizadores como Sarmiento e Juan Alberdi. A reivindicação primeira por uma marca identitária vem do chileno Francisco Bilbao, por volta de 1860, por meio de artigos publicados em jornais chilenos ou argentinos. Ele vai contestar o tratamento de bárbaro dados pelos ensaístas europeus ao homem americano. Esses defensores da americanidade estão no Chile, na Argentina, no México e até no Brasil, e vão ser identificados como positivistas.

A nova onda identitária vai surgir no começo do século XX, a partir dos escritos do uruguaio José Enrique Rodó, com o seu “*Ariel*”, classificado como um manifesto anticulturalista, em que Rodó consolida seu pensamento manifestado já de maneira fragmentária em artigos publicados a partir de 1896 na “*Revista Nacional*”, nos quais faz aflorar suas propostas, classificadas por alguns como “espiritualistas”, porque questionava o utilitário, exaltando o humanismo, a latinidade e criticando a democracia praticada à luz da caudilhagem e do positivismo. Criticava também a imigração, a imitação e o modelo saxão (anglo- americano): “*La poderosa Federación (Estados Unidos) va realizando entre nosotros una suerte de conquista moral*”, observa Valdés (2000, p.30) ao transcrever as palavras de Rodó, acrescentando que: “La concepción utilitaria, como idea del destino humano, y la igualdad en lo mediocre, como norma de la porción social, componen intimamente relacionadas la fórmula de lo que haya solido llamar-se, en Europa, el espíritu de “americanismo”.

Rodó faz duras críticas a esse tipo de impressão que toma conta dos dirigentes e da própria juventude e contribui, segundo ele, para desnaturalizar o caráter dos povos, impondo-lhes um modelo alienígena em prejuízo da sua originalidade. Longe do conservadorismo, que busca inspiração nos espanhóis, Rodó escreve um manifesto romântico (1909), “*Motivos de Proteo*” no qual exalta a vontade e a personalidade dos povos da América e da necessidade de mudanças como um ideal, mas que não significa uma traição à identidade de um povo.

No entender de Valdés (2000, p.35), muito mais que o correspondente cubano nos Estados Unidos, José Martí “*Nuestra América*” com o sentimento da americanidade (RANGEL, 1991, p. 46), ou o correspondente nicaraguense na Europa, Rubem Dario, com seu ideal libertário (RANGEL, 1991, p. 47 e 154), o uruguaio Rodó vai ser identificado como a voz da americanidade e o seu “*Ariel*”, um símbolo em torno do qual vão se reunir escritores e jornalistas como o boliviano Alcides Arguedas (1879-1946), o peruano Francisco Calderón (1834-1905) com “*Las democracias latinas de América*” (1912), o dominicano Pedro Henrique Ureña (dominicano) com “*La Utopia de América*”, e um outro grupo grande de intelectuais em toda a América. O espiritualismo deixa de ser uma reivindicação moral e se torna uma proposta cultural, base de um projeto identitário.

Os pensamentos de Rodó, Martí, Rubem Dario, Calderon e outros são, entretanto, convergentes e contemporâneos, o que vai confirmar a idéia de um dos “ciclos”

de Valdés. A eles vão se juntar também alguns brasileiros com artigos nas revistas “*Mundial*”, dirigida por Rubem Darío, e “*La Revista de América*” dirigida por Calderon. Este último chama a atenção para o fato de que “não serão as ditaduras que salvarão as democracias americanas, e descreve, como um precursor do futuro, a formação de grandes grupos de povos da América Central, Confederação das Antilhas, Confederação do Pacífico e a Confederação do Prata (VERÍSSIMO, 1986, p.34), numa premonição daquilo que veio a se constituir, no final do século XX, como Pacto Andino e no Mercosul.

A maioria dos historiadores da América lembra com freqüência que o Brasil sempre esteve ausente na discussão da americanidade. Mas, o Brasil teve os seus poetas - Sousândrade (1833-19029), Gonçalves Dias (1823-1864) - também indianista, que escreveu *Dicionário da Língua Tupi* (AZEVEDO,1963, p.416) e ensaístas como Machado de Assis. Ao justificar a necessidade da Academia Brasileira de Letras, Joaquim Nabuco declarou que o Brasil não tinha conseguido ainda produzir um escritor tipicamente brasileiro e chamou toda arte latino-americana de imitativa, reivindicando a necessidade de se estudar o Brasil. Machado de Assis (1839-1908) pensava de maneira similar, reconhecendo marcas francesas na literatura brasileira (VALDÉS, 2000, p.81). Alberto Torres (1865-1917) acusou os egoísmos e os interesses ilegítimos que floresciam no Brasil a partir das dificuldades ou facilidades da vida cotidiana, dizendo que o Brasil era “*um país sem direção política e sem orientação social e econômica*”.

O novo ciclo identitário trouxe a República para o Brasil e, com ela, idéias positivistas, antipositivistas, espiritualistas, anarquistas, socialistas, sindicalistas, futuristas que nem mesmo o dadaísmo sabia explicar. Foi nesse clima, que Torres produziu o seu trabalho, “*A organização nacional*” (1910), em que questionava o fato de o Brasil não ter uma etnia definida, uma língua nacional e, levantada a questão da necessidade do patriotismo, inspirado na razão e não em sentimentalismos, reivindicava critérios nacionais, como um idioma nacional na educação, programas sociais, a separação entre a Igreja e o Estado e a busca de uma nacionalidade.

Na mesma linha de análise, vão aparecer, segundo Fernando Azevedo (1963, p.232), outros intelectuais brasileiros: Sílvio Romero(1851-1914), Oliveira Vianna(1883-1951), Euclides da Cunha(1868-1909), Gilberto Freyre (1900-1987) e Guerreiro Ramos (1915-1982). Esse grupo:

[...] já havia recolhido e analisado sob alguns de seus aspectos, os traços dispersos do homem da cidade como o do campo, do litoral e do sertão e, de um modo geral, da antiga sociedade, tão fortemente marcada [...] pela fidelidade aos mesmos ideais e valores, transmitidos através de gerações sucessivas, em quase três séculos e meio, por um sistema típico de educação na família, no meio social e nas escolas. (AZEVEDO, 1963, p.232)

Na busca de sua autonomia e da modernização, os argentinos são envolvidos pelas mesmas dúvidas. O nacionalismo, herdado do pensamento positivista, está minado de ideologias, envolvendo uma concepção romântico-conservadora da nacionalidade, o velho autoritarismo dos caudilhos, o prussianismo dos militares, as idéias fascistas corporativas e as tradições aristocráticas espanholas. No Brasil, ao contrário, desenvolve-se uma espécie de

lusofobia. Surge na Argentina uma espécie de nacionalismo espanholista, com fortes referenciais no passado caudilhesco, ligando-o às lutas populares pela autonomia nacional (VALDÉS, 2000, p.223). É o momento emergente de Juan Manuel Rosas (1793-1887), de Facundo Quiroga, influenciando também o pensamento autonomista no Uruguai, no qual vai aparecer José Artigas, todos identificados com a defesa da autonomia frente às grandes potências. As gerações do pós-guerra repudiam o intelectualismo que é substituído pela defesa de um impulso vital sobre o caráter nacional, inspirado em Nietzsche.

A busca de uma identidade nacional vai gerar no Brasil uma corrente no campo da antropologia preocupada com os seus vestígios na vida cotidiana, com Nina Rodrigues (1862-1906) e Sílvio Romero (1851-1914) que descreveram a presença do sangue negro na formação do povo brasileiro, identificando a mestiçagem como uma característica não apenas do Brasil, mas da América. Gilberto Freyre, depois de ler os escritos de Fraz Boas sobre o negro e o mulato, resgata a miscigenação como um importante traço identitário e cultural do povo brasileiro, destacando a sua influência étnica, cultural, comportamental e capacidade de adaptação ao meio natural. Vai trabalhar ainda em cima do tema, ausente da literatura de idéias latino-americanas, o sexo, como um dos pontos-chaves da mistura entre o brasileiro e o africano. Ao discutir a questão étnica, Freyre estudou ainda nessa comunidade mestiça a questão da língua, do trabalho, das relações humanas, e do modo de produção açucareiro.

A vertente identitária está presente nas discussões do início do século XX. Contudo, antes de Rodó e contemporâneo de Martí, o Brasil gerou Eduardo Prado (1859-1900), que se posicionou com extrema clareza sobre a identidade, mas de uma perspectiva da modernização da América a partir do modelo norte-americano. Prado posicionou-se contrário ao utilitarismo e à apregoada amizade dos Estados Unidos com os países da América Latina, num livro que intitulou de “*A ilusão americana*” (1961) e que, na sua primeira edição (1893), circulou por apenas algumas horas por ter sido confiscado pelo novo governo republicano brasileiro, que procurava aproximar-se dos Estados Unidos, o que impediu o acesso ao seu conteúdo, não apenas aos brasileiros, mas também aos intelectuais americanos. Esse livro teve uma segunda edição no exterior e a terceira edição em 1961, no Brasil. Embora poucos exemplares tenham tido uma ampla circulação e influência sobre o caráter identitário latino-americano, pelas razões citadas, não pode ser ignorada a importância da obra na historiografia da América.

Eduardo Prado (1860-1901) desenvolverá suas teses autonomistas sobre a temática da modernidade da América Latina, criticando o que ele chamou de “*furor imitativo*” em relação aos Estados Unidos. Ele faz uma análise detalhada com fatos e documentos da relação dos Estados Unidos com a América Latina, citando, por exemplo, o famoso orador americano Henry Clay que, ao se referir aos povos sul-americanos no Congresso Americano de 1818, nos Estados Unidos, reunido para discutir a libertação da Espanha, teria criticado os “*supersticiosos*” que viam os americanos do sul como atrasados, dizendo que “*a prova de que eles não estão tão atrasados é que estão adotando as nossas instituições e as nossas leis*”. Referindo-se ao processo do canal de Panamá, em construção naquele momento pelos franceses, disse Prado: “*Aquele país (EUA) tem empregado toda a sua influência para atrasar e embaraçar por todas as formas a grandiosa empresa...*”. Sem perder o fôlego, Prado continua: “*Nos Estados Unidos, a palavra – América – significa a parte do novo continente que obedece ao governo de Washington [...] (em relação aos povos americanos do sul) há um sentimento de acentuada superioridade que é feito de amor-*

próprio e de desprezo pelos sul-americanos”. Intelectual, rico e viajado, Prado tinha entre seus admiradores o jurista Rui Barbosa, um dos autores da Constituição Brasileira de 1891. Ao criticar a “*imitação servil*”, Prado diz que os países latino-americanos, ao promoverem sua independência, adotaram as fórmulas norte-americanas, e dá sua opinião sobre a questão constitucional:

[...] *entre os norte-americanos, é motivo de chacota o haver países como o México, Venezuela, Colômbia e um outro que conhecemos (Brasil), que têm a petulância de se intitular Estados Unidos. Isto parece-lhes de um cômico irresistível*(156). [...] *O espírito americano é um espírito de violência; o espírito latino, transmitido aos brasileiros mais ou menos deturpado através dos séculos e dos amálgamas diversos do iberismo, é um espírito jurídico. É a lei que substitui a violência* [...] (175).

Na mesma linha da modernização de Eduardo Prado, o Brasil produziu também o jornalista e escritor José Veríssimo (1857-1916), que precedeu Rodó em dez anos, com o lançamento do livro “*A Educação Nacional*” (1890), no qual dedica um capítulo para discutir os perigos da “*imitação servil*” do modelo norte-americano. Veríssimo foi um defensor radical da americanidade contra o modelo utilitarista dos norte-americanos. Contudo, suas idéias não tiveram a expressão pública de Rodó. O Brasil estava adotando a República e a influência norte-americana era excessivamente forte.

A Reforma Universitária de Córdoba e a rede de intelectuais reunida em torno das revistas *Nueva Democracia* (EUA), *Amauta* (Peru) e *Repertório Americano* (Costa Rica) vão conduzir um discurso identitário e, ao mesmo tempo, modernizador. A reforma da Universidade de Córdoba vai tornar-se um modelo para toda a América do Sul, ao reconhecer que a luta pela autonomia passa por uma educação que valorize as culturas e as tecnologias nacionais. Há uma fusão entre o identitário e a modernidade. Já a rede que tinha no mexicano José Vasconcelos (1882-1959) um de seus expoentes, ganhou sua identidade como um grupo de ensaístas e jornalistas que valorizava a mestiçagem a partir do indigenismo, e da qual vai sair o movimento aprista, que se estendeu do Peru à América Central. A mobilização em torno da temática indigenista, ocorrido entre os anos 20 e 30, do século XX, reunirá a poetisa chilena Gabriela Mistral (1889-1957), o mexicano Henrique Ureña (1884-1946), o argentino Alfredo Palacios (1880-1965), os nicaraguenses Sandino (1893-1934), Germán Arciniegas (1900-1999), Américo Ghioldi (1899-1985) e outros, e até alguns norte-americanos que publicaram seus trabalhos na revista *La Nuestra Democracia*, cujo editor era Guy Inman. Do Brasil aparece o nome do brasileiro Gilberto Freyre.

A rede revive o pensamento de Rodó, Martí, Sarmiento, mas também de Marx e Lênin, cujas teorias vão servir como base de reflexão para o modelo aprista e o pensamento de intelectuais como o peruano José Carlos Mariátegui, que trouxe para dentro da discussão sobre a mestiçagem a questão da propriedade da terra e da reforma agrária. Valdés, depois de uma longa pesquisa nas edições dessas revistas, lista o nome de todos os intelectuais que estiveram presentes nas suas páginas (2000, p.170-171). Alguns desses intelectuais estabeleceram um círculo de relações pessoais, como Vasconcelos (1882-1959),

Palácios e Gabriela Mistral, visitando uns aos outros nos países de origem. Gabriela Mistral discutiu a problemática das mulheres e das crianças na América Latina, Palácios, a questão da educação.

Essa rede será portadora de quatro idéias que vão se fixar em definitivo junto às populações: a necessidade da unidade latino-americana, o antiimperialismo, a ênfase na questão social, a difusão ampla da produção cultural da hispano-americana e a não latino-americana, já que tanto Portugal quanto o Brasil não têm presença marcante na discussão da americanidade e os problemas que lhe dão origem (VALDÉS, 2000, p.178).

Em 1922, durante as comemorações dos 100 anos da Independência, o Instituto do Desenvolvimento Histórico e Geográfico (IHDG) reuniu no Brasil intelectuais de vários países da América, inclusive alguns norte-americanos, para discutir um perfil identitário para a América. O encontro estabeleceu um roteiro para o estudo da História da América e para a produção de uma coleção de obras sobre o assunto, mas o projeto ficou no meio do caminho. Apenas alguns trabalhos foram produzidos.

Ao desfraldar bandeiras da brasilidade na fala, nos costumes, na música, na política, os pré-modernistas e os modernistas da Semana de Arte Moderna de 1922, capitaneada por Mário (1893-1945) e Oswald (1890-1954) de Andrade, reiniciaram a luta identitária que tanto atormentou o Brasil e os brasileiros, sobretudo os românticos, desde a sua independência. O Brasil começava a ingressar de fato no clube da americanidade, mas é na década de 30 que começam a ser definidos os traços identitários da cultura brasileira.

Uma das grandes contribuições para a sua fixação foi a Coleção Brasileira, editada pela Companhia Editora Nacional e que, a partir de 1931, começa a publicar os estudos e a história do pensamento cultural brasileiro. Em 1934, cria-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com o propósito de identificar nossos dados censitários. Observa-se, portanto, que o Brasil vai ingressando num mundo identitário autônomo, no qual vai florescer uma plêiade de sociólogos, antropólogos, ensaístas e até economistas, explicitando com maior clareza as bases identitárias nacionais e as perspectivas de futuro.

Por volta dos anos trinta, Afonso Arinos, em seu “*Conceito de Civilização*” (1936), chamou a atenção para o africanismo nascente no Brasil com o sentido político. O tema ganhara espaço na literatura e na antropologia. Nesse mesmo momento, as demais nações latino-americanas estavam discutindo o indigenismo (José Vasconcelos, Mariátegui, Haya de la Torre, Luiz Valcarcel), abordando a temática por um viés essencialmente político. Das discussões, emergiram traços identitários da afro-americanidade, numa reafirmação da mestiçagem como uma característica dos povos da América do Sul. A partir dessas discussões, serão retomadas (1940/1950) as preocupações com a modernização por meio dos modelos industriais substitutivos que, no Brasil, fariam emergir um processo de estatização, em que o Estado fornecia a infra-estrutura necessária para a implantação da indústria destinada a substituir as importações. É a primeira concepção gerada na CEPAL (1947) para indicar formas de desenvolvimento autônomo para a América Latina.

Em diversos momentos, admitiu-se que a modernidade poderia ser alcançada com mais facilidade, definida a identidade de cada um.. O nacionalismo propunha-se a colocar-se como uma forma de convergência dessas duas vertentes. A crise mundial de 1929, a partir da recessão nos EUA, e a Segunda Guerra, na Europa, mostraram um lado

frágil do modelo capitalista, especialmente o praticado nos Estados Unidos, e expuseram a vulnerabilidade e a miséria da América Latina para si própria. Apareceram então fórmulas intermediárias entre capitalismo, comunismo - solidarismo do costarricense Alberto Martén (1909) - e a questão da justiça social levantada por Ortega y Gasset (1883-1955) que, ao defender o princípio da solidariedade, prega “*o desaparecimento do latifúndio para sacar del atraso a la nación y de la mediocridad o la pobreza[...]*”. (VALDÉS, 2000, p.288) Frank Tannebaum, um norte-americano envolvido com estudos sobre o México, defende a industrialização, dizendo que ela é a chave para melhorar as condições de vida do povo mexicano, e recomenda tomar como exemplo não os Estados Unidos, mas países como a Suíça e a Dinamarca. As décadas de 30 e 40 marcam então o aparecimento das ciências sociais e, com elas, no Brasil, o trabalho de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (1933) e de Caio Prado Junior, *Evolução Política do Brasil* (1933); do argentino Sérgio Bagú, com sua *Economía de la sociedad colonial* (1949); e do chileno César Jobet, com *Ensayo crítico del desarrollo económico y social* (1951).

Esse tipo de reflexão impulsiona a discussão da modernização, cujo segredo está contido no processo de industrialização. As economias latino-americanas haviam se configurado como fornecedoras de matérias primas, submetidas à deterioração dos termos do intercâmbio com a indústria. Industrializar deveria então significar desenvolvimento da indústria nacional, progresso industrial, defesa da produção nacional e importância da indústria manufatureira. Haya de la Torre (1895-1979), em seu livro “*El antiimperialismo y el APRA*”, divulgado por toda a América, preconizou “[...] *la unificación económica y política de toda la region y la nacionalización progresiva de todas las riquezas*”. O jornalista brasileiro Assis Chateaubriand levantou, pela sua rede de jornais, mais uma questão: a necessidade de proteção para a indústria nacional.

Assim, no momento em que se cria o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, instituem-se também organismos de desenvolvimento regional e, por influência dos chilenos, surge também a CEPAL, encarregada de estudar e gerar um novo paradigma para o desenvolvimento da região. Será a substituição das importações que exigirá a contribuição, não apenas do Estado, mas também da iniciativa privada e dos próprios cidadãos. O chileno Raúl Prebisch (1901-1986), 15 anos presidente da Comissão, vai constatar a “condição periférica” das economias da América Latina dentro do processo de industrialização. A crise de 1929 nos Estados Unidos trouxera a idéia da proteção (com matiz de intervenção) do Estado para dirigir e regular a economia (KEYNES: 1886-1943). Novos trabalhos, novas idéias foram surgindo. A Segunda Guerra, na Europa, seguida da idéia do desenvolvimento da própria indústria com base nas matérias-primas nacionais, vão funcionar como importantes indicadores para países como Brasil, Argentina e Chile que serão chamados pelo ex-presidente da Venezuela, Rômulo Betancourt (1908-1981), numa série de artigos na imprensa local, de “*países previsivos de nuestra América*” (VALDÉS, 2000, p.297).

Prebisch trabalhou no sentido de conseguir uma articulação entre as economias e a transformação em marcos produtivos, velhas reivindicações identitárias: criar uma economia latino-americana. O cepalismo correspondente a uma seleção de opções ideológicas, sempre matizado por elementos identitários, para oferecer alternativas de desenvolvimento e articulação das economias latino-americanas. É aí que vão ser inseridas a Aladi, o Pacto Andino, o Mercosul e outros.

2.2 Imaginário europeu sobre a América

A descoberta das civilizações americanas, sem quaisquer vínculos com as culturas greco-romana, egípcia ou indo-chinesa que serviam de modelos para a sociedade européia, provocaram um impacto forte sobre a visão de mundo dos europeus. O relato dos descobridores e dos exploradores sobre a natureza e as potencialidades da terra descoberta, o contato com valores e costumes dos índios, com as peças da indústria dos ameríndios e com os próprios índios, que chegaram a ser levados para a Europa para servir de comprovação da existência de um novo mundo, a iconografia multifacetada, tudo concorreu para a disseminação de fantasias, histórias e idéias sobre a América e seus habitantes, gerando um imaginário polêmico e enviesado.

A primeira descrição da terra recém descoberta veio das tripulações das frotas dos descobridores e conquistadores e concentraram-se, especialmente, nas descrições dos hábitos, costumes, atividades e realizações individuais e comunitárias dos habitantes. Assim, a América, chamada num primeiro momento de Índias Ocidentais, ganhou no imaginário europeu a sua caracterização como um Novo Mundo, embora seus habitantes fossem apelidados de índios. Os relatos de viagem contemplavam, na sua maioria, um mundo da barbárie ou uma “visão do paraíso”.

Em carta datada de 1º de maio de 1500, endereçada ao rei D. Manuel de Portugal, descrevendo a terra recém descoberta, Pero Vaz de Caminha, membro da frota de Cabral, assim descreveu os primeiros contatos com os índios:

[...] que quando o batel chegou aa boca do rrio heram aly xbiij ou xx homees pardos todos nuus sem nhuua cousa que lhes cobrisse suas vergonhas [...] E huu deles lhe deu sombreiro de penas de aves compridas [...] a feiçam deles he seerem pardos maneira de avermelhados de boos rrostros e boos narizes bem feitos [...] traziam ambos os beiços de baixo furados e metidos por eles senhos osos de osso bramcos [...] os cabelos seus sam coredios e andava trosqujados [...] eles (índios) nam lavram, nem cryam. Nem comem, senão desse inham, que aqui a muiito e dessa semente e fructos, que as árvores de si lançam [...] de que tiro seer gente bestial e de pouco saber e por ysso sam asy squjvos. Eles porem co tudo anda muyto bem curados e muyto limpos e naquilo me parece ajmda mais que sam coma aves ou alimareas moneses que ljhes faz hoaar mjlor pena e mjlor cabelo que aas mansas. Porque os copor seus sam tam limpos e tam gordos e tam fremosos (CAMINHA,apud CASTRO, 2003, p.29-67).

As primeiras representações do Novo Mundo surgem, portanto, cheias de surpresa, preconceito e discriminação, que vão servir para sustentar o maniqueísmo da existência de um oposto, que foi chamado de Velho Mundo – a própria Europa - como detentor da riqueza e da experiência civilizatória.. Como a noção de cultura abriga também conhecimentos, idéias, crenças, tipo de organizações sociais, localizadas nos níveis superestruturais do conhecimento, as representações da experiência humana desenvolvida

pelos europeus recebeu, num segundo momento, o impulso do discurso de comerciantes, religiosos e viajantes como Hans Staden (1549), Jean de Léry (1583), Saint Hilaire (1816-1822), Charles Darwin (1832) e intelectuais que nunca estiveram na América como o abade e enciclopedista franco-prussiano Corneille De Pauw (1739-1799), que, segundo Andrade (1997), não acreditava na bondade natural do homem, defendida por Rousseau (1712-1778), segundo o qual o homem só podia se desenvolver material e espiritualmente vivendo em comunidade.

No imaginário de De Pauw, o homem americano era ambigualmente “*crianças incorrigíveis*”, imaturo e também degenerado (ANDRADE, 1997:23). Suas representações sobre a inferioridade os habitantes da América atraíram outros adeptos entre religiosos protestantes e católicos, gerando, por outro lado, uma ampla polêmica, da qual participaram também, mais tarde, intelectuais *criollos* e europeus. Enfim, as representações da América que corriam pela Europa enalteciam o índio e, ao mesmo tempo, o denegriam, com base nos valores da época.

Ao comparar as descrições do Brasil (América), Heidemann (apud ANDRADE, 1997, p. 34 a 37)) mostra como foi formatada a idéia de Brasil dentro do Novo Mundo. Os primeiros relatos causaram estranheza e curiosidade, contribuindo para atrair viajantes estudiosos como Hans Staden (1549), que vai conviver – e até ser preso – com os índios tupinambás e que, ao falar dos costumes indígenas no cotidiano, destaca que “*sua maior honra é prender e matar muitos inimigos [...]. Não há divisão de bens entre eles. [...] Suas riquezas são penas de pássaros*”. Jean de Léry (1557), que integrou a missão colonizadora calvinista de Villegagnon, fez o seguinte relato:

Não abominemos demasiado a crueldade dos selvagens antropófagos [...] guerreiam não para conquistar países e terras[...] não pretendem tampouco enriquecer-se com despojos dos vencidos[...] Confessam eles próprios serem impelidos por outro motivo: o de vingar pais e amigos presos e comidos no passado[...] (apud ANDRADE, 1997);



Os Tupinambá. Ilustração de Theodor de Bry

Fernão Cardim (1583), padre português que dirigiu a Companhia de Jesus, amenizou um pouco dizendo que: “[...] todos *andam nus* [...] parece que estão no estado de inocência [...] O clima do Brasil é temperado de bons delicados ares, donde os homens vivem até cento e mais anos [...]. Costumam estes índios tratar bem as mulheres [...] Antes de comer nem depois não dão graças a Deus, nem lavam as mãos antes de comer, e depois de comer as limpam aos cabelos, corpo e paus.” (CASTRO, 1985).

Georges-Louis Leclerc (meados do século XVIII), naturalista francês, descreveu animais do Novo Mundo, observando que eles “*são inferiores ou mais débeis*”. O Príncipe Maximiliano de Wied Neuwied (1815), também ornitologista via, conforme Andrade (1997):

“a rude insensibilidade é um traço predominante do caráter dos selvagens. É uma conseqüência necessária do modo de vida, porque é o mesmo que tornam o leão e o tigre sedentos de sangue [...] a vingança, um certo grau de inveja e um indomável amor à liberdade e à vida nômade lhe são peculiares[...].”

A propósito das representações simbólicas da América, surgidas, em sua maioria, dos *tableaux vivants*, organizados para a recepção ou coroação de reis ou cerimônia da nobreza, com desfiles e procissões, numa delas, na Antuérpia, em 1564, foram apresentadas quatro moças vestidas alegoricamente, representando os quatro continentes: a Europa aparecia como uma imperatriz, carregando um orbe e um cetro; a Ásia era apresentada com roupas pesadas sobre o corpo; a África, uma negra quase desnuda, tendo ao seu lado a escultura de um sol abrasador; e a América, uma indígena, coberta de penas, segurando uma flecha e um arco, acompanhado de um papagaio, um braço ou uma perna humana decepados “em clara alusão ao canibalismo” (TEIXEIRA LEITE, 1996, p.44).

Para Auguste de Saint-Hilaire (1816 a 1822): “*No Brasil trabalha-se pouco nos dias comuns, e nos feriados não se faz nada [...]. Todos consideram cumpridos os seus deveres cristãos ao assistirem a uma missa comum [...]*”; para Jean Baptiste Debret (1816), que participou da missão artística contratada por D.João VI para fundar a Academia de Belas Artes no Brasil: “[...] *Exteriormente o índio se apresenta como uma mistura de tristeza e apatia [...] repentinamente, movimentos de uma alegria convulsiva que ele manifesta por meio de gritos, cantos, contorções e saltos.*” (ANDRADE, 1997).

Charles Darwin (1832), naturalista, na viagem pela América do Sul, da qual surgiu a Teoria da Evolução: “*Era impossível desejar algo mais encantador do que passar assim algumas semanas em país tão magnífico [...] clima fértil, fervilhando de vida, as atrações são numerosas que mal se pode dar um passo*”; Sir Richard Burton (1867), explorador, escritor e orientalista britânico, membro da Companhia das Índias: “*As leis brasileiras, ao contrário das nossas (inglesas), protegem muito mais a vida e a integridade física do que a propriedade [...].*”

Aparentemente, ninguém fez tanto mal à América quanto o naturalista Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon (1707-1788), que declarou serem as espécies animais do Novo Mundo “*inferiores ou mais débeis*” e que descreveu também da “*frigidez*

sexual entre as características da América”; Montesquieu (1689-1755), que forjou a idéia “da dificuldade da manutenção de instituições livres em climas quentes” e a de que “as temperaturas quentes tornavam os homens preguiçosos e desprezíveis; e o abade franco-prussiano Corneille De Pauw com sua tese da “inferioridade dos índios da América”: A relação natural de escravidão descrita por Aristóteles (384-322) para diferenciar gregos e bárbaros, retomada por Tomás de Aquino (1225-1274), vai ser tomada por Juan Ginés Sepúlveda (1490-1573) para estabelecer uma diferença entre espanhóis e índios (ANDRADE, 1997: 24-25).

No momento de toda essa discussão centrada no desenvolvimento das ciências naturais (Organicismo Naturalista) e da questão das raças (Evolucionismo), o naturalista Humboldt (1769-1859) questionou a preocupação protecionista dos espanhóis (Las Casas, Quiroga) com os índios, dizendo que isso servia para confirmar as teses daqueles que proclamavam a sua debilidade como raça.. Significava que a própria legislação protetora das populações nativas ajudavam a fixar a idéia da fragilidade física, mental e moral do homem da América, ao deixar evidente a necessidade da tutela do Estado para essas populações indígenas.

Enfim, segundo Dinair Andrade, foram três séculos de discussão de teorias, axiomas, hipóteses, leis, especulações sobre o índio americano “*arrastados e impelidos pela torrente impura até as areias dos novos tempos*” (ANDRADE, 26).

A polêmica se deu até a independência dentro do próprio Velho Continente entre europeus simpatizantes da América ou mesmo *criolos* que viviam na Europa. A partir da independência, os brios nacionais começaram a se levantar. Veio a reação dos intelectuais americanos. Contudo, as contestações, especialmente às matrizes rígidas do discurso racionalista de De Pauw e a de Buffon, eram genéricas e apresentavam mais agressividade contra o Velho Mundo que um conjunto de reflexões sistemáticas capaz de sustentar pontos de vista claros em defesa da América (ANDRADE, 1997, p. 27).

Contestações às teses de Buffon e de De Pauw e outros absurdos pretensamente científicos partiram de intelectuais de várias regiões da América: Peru - Dávalos (1758-1821), Pavón (1755-1833), Condemarin (1854); Colômbia – Caldas (1771-1816); Chile – Salas (1796); Paraguai – Iturri (1818); México – Teresa de Mier (1763-1822); Buenos Aires – Moreno (1777-1811);821) . Publicada em Buenos Aires (1818) e no México (1821), a *Carta Crítica* do paraguaio Francisco Iturri, contestando as teses de Buffon, de De Pauw e do espanhol Muñoz, foi considerada como o primeiro “manifesto de americanismo”. O hondurenho Cecílio del Valle(1880-1834), responsável pela Declaração de Independência da América Central (1821) questionou , por sua vez, as vantagens trazidas para a América pelo sistema político espanhol , atribuindo a eles o atraso da Hispâno-América. Segundo ele, os vícios e leis humanas anulavam os benefícios das tão decantadas leis naturais. Cecílio del Valle manifestou-se antes do presidente norte-americano James Monroe (1751-1831) sobre a interferência dos europeus nos assuntos da América e, com Bolívar (1783-1830) propôs a criação de uma federação de nações americanas. As preocupações com a questão racial terminaram, contudo, levando à “*descoberta do mestiço da América*” (ANDRADE, 1997, p.28-35).

Ao longo de toda essa discussão, as descrições e representações da América e de seus habitantes no campo da ciência, da política, das trocas comerciais e pela incipiente

literatura americana (BETTEL, 1991), terminou por forjar de fato um imaginário sobre a América, gerando já não apenas uma curiosidade ou um interesse pela América, mas uma matriz identitária culturalmente híbrida e mestiça, que não significava exatamente uma progressiva superposição darwiniana de raças e culturas, e sim um entrecruzamento cultural e racial, forjado no embate entre as culturas nativas e os processos civilizatórios, dos quais participaram intelectuais de todo o continente e da Europa.

Não está descoberta ainda a americanidade, enquanto uma representação da cidadania americana. Mesmo porque existem, no mínimo, duas Américas: a Ibero-América e a América Anglo-Saxônica, cujos caminhos apresentavam-se diferenciados. A idéia da latinidade da América ou hispano-americanidade como uma decorrência, delimitando uma marca identitária dos povos da América, surgiu por iniciativa dos franceses, na sua ânsia de ter privilégios também na América, ainda em plena era napoleônica (MAGNOLI, 1997). Os espanhóis responderam imediatamente, tratando de cultivar a idéia da hispano-americanidade com uma forma de proteger seus interesses hegemônicos, inclusive dentro do continente, já em plena revolução republicana na América, e contra as pretensões territoriais e comerciais dos norte-americanos e ingleses.

Ocupada pelos colonizadores, com a estrutura social das populações desmantelada pelos conquistadores, as populações americanas experimentavam a insegurança da hibridização cultural e a falta de uma identidade que conduzisse ao próprio reconhecimento e à sua inserção na comunidade internacional. A literatura americana ainda rústica (BETHEL, 1991) vagava sem rumo pelo cotidiano ou reproduzia a visão tendenciosa de ex-governantes sobre o próprio papel na história regional..

Nesse cenário surgiram na América dois intelectuais preocupados com a confusa realidade social e política da América e com uma identidade capaz de distinguir o homem americano no universo das cidadanias que povoavam o mundo conhecido. Vão se apresentar como precursores da idéia da cidadania americana, que eles vão chamar de americanidade. Trata-se dos jornalistas Sarmiento (1811-1888), de origem argentina, e José Martí (1853-1895), cubano. O primeiro publicou em 1841, no jornal *El Mercúrio*, um trabalho intitulado “La publicación de libros em Chile”, e o segundo, um ensaio chamado “Nuestra América” no *El Partido Liberal*. Embora nascidos em épocas diferentes, eles ainda se cruzaram em vida.

Preocupado em criticar o ditador Juan José Rosas, Sarmiento, que esteve exilado no Chile, estudou e descreveu a realidade argentina numa série de artigos editados pelos jornais locais e que se transformaram em dois livros: “Civilización e Barbárie” e “Vida de Juan Facundo Quiroga”, em que mostra o domínio do campo sobre a cidade, o atraso da sociedade, as tendências conflitantes, refletindo um pensamento já corrente na Europa e nos Estados Unidos (ANDRADE, 190). Na sua crítica, personificou o ditador Rosas na figura de Facundo, identificando nele a representação da “barbárie”, fruto da herança espanhola dentro da sociedade gaúcha. E aí descreve o que veio a se transformar na representação de um gaúcho. Depois de viajar pela Europa e pelos Estados Unidos, a serviço do governo do Chile, Sarmiento convenceu-se da idéia da reconstrução da Argentina e de uma Hispano-América a partir de um processo acelerado de educação e imigração européia não-ibérica como alternativa civilizatória. Sarmiento pregava o progresso, citando como modelo o desenvolvimento norte-americano.

O cubano José Martí, também jornalista e exilado nos Estados Unidos, assistiu indignado e denunciou a execução da política expansionista norte-americana em direção ao Oeste, ao Pacífico e depois em direção à América Espanhola: a anexação do Texas, a compra da Flórida, da Califórnia e do Novo México, e, em seguida, as tentativas de ocupação da América Central. A possibilidade de se obter uma união dos povos do continente, a partir de propostas nascidas nos Estados Unidos, e que entusiasmava a intelectualidade hispano-americana, encontrou resistências nos escritos de José Martí, que defendia a necessidade de se buscar uma identidade hispano-americana, mas fundada nas “*genuínas raízes histórico-culturais da região*”. Uma identidade nacional, segundo ele, não poderia surgir da importação indiscriminada de idéias e modelos estrangeiros, que, insistia, “*contribuem para ofuscar a originalidade hispano-americana*”. Para ele, “*o problema da independência não era uma questão de mudança de forma, mas de espírito*”. Pregou a criação de universidades na América onde se ensinassem “*rudimentos da arte de governo a partir da análise dos elementos peculiares dos povos americanos*” (MARTÍ, 2006).

Sarmiento criticou Martí, elogiando-o primeiro para depois falar da sua visão retrógrada. de acomodação, o provincialismo e o descomprometimento como instâncias onde se abrigavam frustrações, impotência e os sentimentos de inferioridade, o que gera uma descrença nos valores das próprias sociedades. Dizia que “A hispano-americanidade soava como uma idéia abrangente para intelectuais como o venezuelano Andrés Bello (1781-1865), considerando que a Hispano-América estava fragmentada e habitada por povos que não se conheciam”.

Os grandes contingentes de índios, mestiços e negros que participaram das guerras de independência estavam completamente à margem dos projetos da elite *criola* que, apesar da posse de bens materiais, os reduziram a uma situação de inferioridade. Já os *crioulos*, vistos com desconfiança pelos espanhóis, não tinham cargos públicos. Raras foram as exceções.

“*Há uma tendência então em associar o atraso no processo de colonização, Assim, a cultura hispânica, como cultura imposta, passa a ser questionada na medida em que se identifica com o próprio passado colonial.*” (ANDRADE, 1997, p.133). Por oposição, essas colocações integram um discurso americanista que vai sendo apropriado, com variações, pelas distintas correntes do pensamento vigentes na Hispano-América.

2.3 A questão identitária: diálogos e lugares de fala

A busca ou a perda da identidade afetam quase todos os indivíduos e sociedades. Na sua Teoria da Personalidade, Erich Fromm afirma que “*a identidade é uma necessidade afetiva, cognitiva, e mesmo ativa*”. Segundo ele, ela se expressa sentimentalmente e, ao mesmo tempo, em termos da consciência individual e social. Afirma que é a partir dela que o indivíduo faz uso da liberdade.

A questão identitária está relacionada, portanto, com a história de vida de cada cidadão. Afeta e é afetada pela idéia que fazemos do mundo e do lugar em que vivemos, seja uma identidade individual ou coletiva. Indivíduos, grupos e culturas vivem sistematicamente conflitos de identidade.. Podemos nos entender identitariamente como

brasileiros ou como americanos, mas, em geral, nossa identidade reflete o espaço até onde nossa cidadania – lugar de origem, raízes culturais e familiares, direitos e deveres – se estende.

Uma identidade coletiva é, ao mesmo tempo, comum com outros indivíduos e, concomitantemente, diferente. Apesar dessa individualização identitária, seja de uma perspectiva pessoal ou coletiva, ela tanto pode incluir outras representações identitárias, quanto ser incluída em outras. O caráter identitário valoriza e fortalece culturalmente as relações sociais, mas também pode contribuir para fragmentá-las e até segregar comunidades ou etnias específicas.

Toda identidade pressupõe alteridade e mudanças. Alteridade, porque permite perceber a identidade a partir do outro, Mudanças, porque apresenta um dinamismo referencial próprio, segundo o contexto histórico em que está inserida. Desse antagonismo, resultam os conflitos.

Ansaldi identificou, por exemplo, “alteridade ao contrario” na chegada dos espanhóis à América.

[...] “eso que descubrió Colón” se llamará América, pero el “descubrimiento” no incluyó a sus habitantes, quienes no serán admitidos” como un sujeto que tiene los mismos derechos que uno mismo , pero diferente(Todorov, 1987:57) . Los pobladores autóctonos devinieron – por la invasión, conquista y colonización europeas – salvajes, bárbaros y definitivamente índios, expresión genérica creada pa identificar uniformemente – de Alasca a Tierra del Fuego – a quienes se conocían e definían con diferenciados nombres[...] (ANSALDI, 1997 .p. 30).

Sem compreender os povos que habitavam a terra que acabavam de encontrar, os colonizadores espanhóis, por oposição à sua própria identidade européia, que acreditavam, supõe-se, no limite do processo civilizatório da época do descobrimento da América, e por antagonismo à sua cultura, chamaram-nos generalizadamente de “índios”, nomenclatura que, na sua concepção, carregava consigo uma força semântica de representação de pessoas e comunidades historicamente atrasadas em relação aos seus usos e costumes, a quem atribuíram sinonimicamente adjetivos como “bárbaros” e “selvagens”. Esses povos eram simplesmente os

[...] abipones, achuares, aimaras, apaches, araucanos, arawaks, aucas, astecas, bayás, botocudos, caddoanes, calchaquíes, calchines, calpules, calumas, camahuas, canacos, canelos, caracarás, caracas, carajás, carapachayes, carapachos, caiacos, caribes, carios , cataubas, caiapas, cetés, siaguas, cocamas, cofames, comanches, comechingones, corondas, chaimás, charcas,

charruás, chibzhas, chichimecos, chimués, chiriguanos, chontales, chucumecos, chunchos, gandules, guaraníes, huaoranis, ieoqueses, gíbaros, lacandonos, mapuches, mayas, maipures, maticos, misquitos, mochicas, nahuas, napos, omaguás, onas, orejones, octavos, paparos, patagonios, payaguas, pawnees, pueblos, puelches, puruhaes, quechuas, querandíes, quichés, quijos, quibaiás, salasacas, salavirones, saraguros, secoyas, shuaras, sionas, sioux, taínos, tamanacos, tapués, tetetes, tobas, toltecas, tupíes, wankas, xavantes, xocléng, iaganys, yunbos, entre tantísimos.(ANSALDI, 1997, p. 30) .

É impossível reconhecer uma identidade sem reconhecer a alteridade que a apresenta. Por isso, com o Descobrimento, tem início também um grande massacre das populações americanas pelos espanhóis descobridores e colonizadores. O não reconhecimento da identidade cultural daqueles povos, representados por diferentes nações ou comunidades – mais de 400 na América - tornou-se numa ameaça, criada pelos europeus, para eles mesmos, transformando-se na violência que desfigurou sua organização comunitária, seus mitos e religiões, segundo Rojas Mix (MIX, apud ANSALDI, 1997).

[...] la aventura de América comienza con grandes rupturas de identidad. Para someter al aborigen, la política de colonización tuvo por función borrar la[s] cultura[s] originaria [s]. eso se expresava en los dos grandes temas del discurso del conquistador: civilizar y evangelizar.[...] Los aztecas, los mayas, los aymaras... no sólo debieran utilizar otro language para comunicar-se , sino que incluso debieron adoptar nuevas formas para expresar su sensibilidad. De ahí nació el colonialismo cultural [...]. Para ser indios tuvieron de dejar de ser aztecas; para ser súbditos, cesar en la obediencia a sus reyes. Non ser más quienes eran. (MIX, apud ANSALDI, 1997; p. 31).

A identidade está, portanto, no centro da formação de uma personalidade individual ou comunitária. Ela evolui, está em constante mudança, mas sua afirmação ou diferenças, sempre presentes, são sistematicamente buscados em imagens, fragmentos, recordações, histórias e nas relações rituais da vida cotidiana. Mas na América, a Independência “*non resolvió ninguna de estas incertitumbres*”. Segundo Rojas Mix, as Independências criaram outras incertezas identitárias:

[...] al definir limites y fronteras que separaron brutalmente a pueblos que se sentian uno desde la aborada de los tiempos: los guaranies fueron repartidos entre Paraguay, Argentina,y Brasil;

los aymaras entre Bolívia, Peru e Chile; los mapuches entre Chile e Argentina; como los onas e los yaganes; los quéchuas fueron declarados ciudadanos del Perú, Bolívia, Argentina e Chile [...] El índio, como se lê llamó desde entonces para consumir la negación, tuvo que olvidar quién hábia sido, sin llegar tampoco a saber quién era.(MIX apud ANSALDI, 1997; p. 30).

Alguns colonos e jesuítas tinham uma visão dupla dos silvícolas: identificavam-nos como um ser humano, [...] *poseedores de los mismos derechos que los conquistadores [...], porém diferentes “en términos de superioridad e inferioridad, siendo siempre inferiores los conquistados [...].”* Por meio de determinadas representações e práticas sociais – as festas, o trabalho, as liturgias religiosas e da repressão violenta – os índios iam assimilando os valores dos conquistadores.

O delineamento da identidade envolve ajustes internos (individuais) e externos (sociais), bem como novos saberes, e implica numa auto-avaliação e na conformação de um processo de auto-estima. A alteridade terminou por se dar numa relação entre espanhóis de comunidades originais, mas significando a negação do outro (p.30).

Assim, a busca de matrizes identitárias para os povos que habitam o espaço geopolítico do chamado Cone Sul, refletidas num de seus lugares de fala - o Mercosul - implica em penetrar em alguns episódios da história dos povos originários da América, para tentar desenterrar matizes da originalidade desses povos que nos antecederam. Esses matizes podem indicar vestígios de uma ancestralidade identitária que pode refletir o sentimento interno de unidade. Identificados, esses traços comuns poderão permitir a sua reconstrução ou a reconfiguração de uma visão mais homogênea das relações com o mundo, de maneira singularizada e diferenciada do outro.

Esse resgate não significa uma volta ao passado, mas de uma forma dinâmica e criativa fazer emergir afinidades e laços identitários que possam ser percebidos como marcas comunitárias comuns na região do Mercosul. Assim, chega-se a uma identidade como totalidade, reconhecida pela sua universalidade, construída sobre partes e subsistemas culturais.

Contudo, o reconhecimento e o respeito universal passam, primeiro, pela sua aceitação a nível local ou regional. Além do que *“Tener identidad es tener dignidad en las relaciones humanas [...]”*, escreve a pesquisadora mexicana María de la Luz Casas Pérez. (PÉREZ, 2007).

2.3.1 Caos identitário

“Tupi or not tupi”: desde que os nativos da América começaram a perceber que a colonização européia os havia despojado dos seus valores e crenças e que, por analogia, a origem americana os colocava numa posição socialmente inferior em relação aos colonizadores, afloraram os primeiros indícios de uma ambigüidade identitária entre os

povos do continente que se estenderia por duzentos anos.

Os tupis, os tamoios, os guaranis, os mapuches, fizeram guerra contra a invasão das suas terras pelo colonizador mas, por outro lado, deixaram na cultura um flanco a descoberto para os religiosos. Colonizadores e religiosos deram uma enorme contribuição, desde a descoberta, para o desmantelamento gradual da estrutura tribal, social e cultural dos grupos nativos, seja pela força, pelas idéias, por meio da miscigenação e mesmo pelo suborno. Fragmentados em pequenos grupos e até civilizações, na sua ingenuidade, os índios foram vagarosamente incorporando a idéia da supremacia espanhola ou portuguesa no Continente, demonstrada, por exemplo, nas Guerras Guaraníticas, na revolta dos tamoios contra os portugueses, na perseguição aos charruas, na insurgência conduzida no Vice-Reinado do Peru pelo índio Tupac Amaru e dezenas de outras, em que todos terminaram massacrados pelas armas dos colonizadores.

De tal forma foram subjugados que, quando aconteceu a Independência, já no início do século XIX, havia se passado trezentos anos de dominação branca, de maneira que a luta de libertação da América foi toda conduzida por descendentes dos europeus que aqui haviam fincado raízes a partir de culturas e práticas sociais transplantadas, e que tinham, portanto, interesses a preservar. Os índios remanescentes foram usados para a legitimação de um **modelo cultural híbrido** na base do qual estava a exploração das riquezas econômicas da terra e do trabalho. Refletindo esses interesses, as lutas pela independência geraram autonomias geopolíticas regionais, ancoradas no prestígio dos caudilhos revolucionários e, com elas, uma fragmentação identitária.

Num primeiro momento então, os nativos tiveram a sua identidade violentada; no seguinte foram deserdados pela divisão e redistribuição de suas riquezas, seus territórios e nações. Julio César Melatti (MELATTI, 1970) mostra que os povos originais da América tiveram quase uma origem comum, embora remota. Couto de Magalhães (1837-1898) observava que as línguas de diferentes grupos, quando confrontadas, pareciam se encaixar em vários aspectos, semânticos ou rituais. O processo de colonização na América, dividido entre espanhóis e portugueses, desagregou grupos, famílias e territórios, destruiu a maioria das manifestações, tradições e práticas sociais que possibilitavam uma visão de conjunto que hoje precisa ser reconstruída.

O caos identitário instalado pela colonização espanhola e portuguesa em algumas regiões da América, sobretudo no Sul, somado à miscigenação autônoma entre brancos, índios e também escravos, tornou quase impossível a configuração de um perfil identitário dos povos da América a partir de uma derivação do nome dado ao próprio Continente, devido à instabilidade de nações e territórios, à heterogeneidade cultural e à quantidade de línguas nativas, confrontando entre si e com aquelas transpostas para o continente pelos colonizadores, jesuítas e depois pelos imigrantes..

Seria extremamente difícil refazer na América o caminho do **“ideologema” da americanidade** (BERND, 2002, p.9-26) retrazendo, segundo a pesquisadora, deslocamentos, transferências culturais, o que faz com que ele seja às vezes reivindicado, outras rejeitado. Por outro lado, pensar ou propor a adesão a uma identidade comum, com a junção das grandes culturas ou a interpenetração das identidades, significaria romper com referenciais étnicos, lingüísticos e nacionais; seria quase um etnocídio.

2.4 Ambigüidade identitária

Problemas dessa magnitude não podem condenar em definitivo os povos da América a um isolamento social tal que os impeça de pensar em novas formas de manifestação de sua autenticidade, de expressar o enraizamento e de habitar a terra, enfim, definir o seu pertencimento. Parece, entretanto, que, por um longo tempo, os americanos vão ter de conviver com a ambigüidade no seu processo identitário. O desafio que se coloca aqui é, portanto, detectar matizes dessa pertença americana, reconfigurá-la ou configurar matrizes que possam dar suporte a uma identidade continental, a americanidade, a exemplo dos europeus (europeidade), africanos (africanidade), etc. para além das nacionalidades geopolíticas, dos gêneros ou das etnias, conforme coloca Zilá Bernd.

De uma maneira geral, as nacionalidades que emergiram – colombiana brasileira, argentina – não parecem guardar uma relação direta com a cultura ou as etnias originárias dos territórios transformados em países. Dá-se o mesmo como os conceitos de *americanidade/ americanidad/americanité*, categoria que expressaria a identidade continental e cidadania dos povos *criolos* da América que falam o português, o espanhol ou o francês. Expresso em qualquer uma dessas línguas esse pertencimento não parece contemplar, na sua associação com a prática social, cerca de 600 etnias efetivamente nativas do Continente, senão subsidiariamente, nem mesmo dezenas de etnias africanas transladas para aqui desde o início da colonização.

O ideologema da americanidade mostra-se, em alguns casos, segundo Zilá Bernd, muito mais associado a uma resistência ao estrangeiro que a uma convergência identitária. Não cabe, contudo, sua aplicação de uma perspectiva ideológica ou ideologizante. Nesse sentido, o que se pretende aqui é tentar aglutinar matizes culturais remanescentes, sobreviventes da fragmentação cultural imposta pelo passado colonial e pela fragmentação territorial trazida posteriormente pelos caudilhos da independência, acenando com a esperança de uma autonomia cultural plena em relação aos povos de outros continentes, a partir de uma visão **multiculturalista**.

[...]Léffort se justifie car ce concept est intimement associé aux question identitaires et peut correspondre á son besoin d'affirmation identitaire plus élargi, au-delá des nationalités, des genres e des ethinies, car il s'agit d'un défi d'identification continentale. Si on réfléchí à l'extraordinaire hétérogéneité du continent americain[...] (BERND, p.10).

Quando se fala em americanidade, fala-se da origem e das idéias dos povos da América, das formas fixadas no imaginário – rituais, místicas, belicosas – daquilo que é genuíno, das semelhanças e da sua configuração, envolvendo uma rede de complexidades psicoculturais. A discussão da cultura conduz, por sua vez, também intrincamentos próprios, já que importa em conhecimentos, crenças, arte, moral, lei, costumes e hábitos humanos (TYLOR, apud MONTE MÓR, 2002). Pode ser também um comportamento apreendido de uma sociedade ou de um subgrupo (MEAD, apud MONTE MÓR, 2002, p.145-161). Para Raimond Williams (1966), um dos maiores estudiosos ingleses da cultura, ela inclui a organização da produção, das estruturas da família e das instituições que expressam ou

governam as relações sociais, ou ainda, as formas características pelas quais os membros da sociedade se comunicam” (WILLIAMS, 1966, apud MONTE MÓR, 2002, p.148-161).

A pesquisadora Walkyria Monte Mór (2002) resolveu contrapor essas visões com outras concepções de cultura a partir das definições desses autores. Observa que aquelas definições talvez conduzam a idéia, segundo Tyler, de que a cultura deve congrega conhecimento, crença, arte, moral e leis como reguladores de padrões a serem seguidos por quem pretende ser membro de uma dada sociedade; que a cultura levaria o homem a compreender que uma integração cultural passaria pela aprendizagem de comportamentos padrões (MEAD, apud MONTE MÓR); ou que a cultura poderia ser entendida no espaço das relações de poder geradas tanto pelas estruturas familiares quanto institucionais (WILLIAMS, apud MONTE MÓR); ou, finalmente, de uma perspectiva individualmente mais comprometida por parte daquele que a escreve: “[...] *a cultura deva ser vista como uma construção da qual todos participamos, logo temos responsabilidade sobre as histórias que construímos, ou deixamos de construir, e sobre a que reconstruímos* (GEERTZ, apud MONTE MÓR, 2002, p.147).

A tentativa de contrastação fornece pistas daquilo que a sociedade absorve ou aceita como cultura e do que se tenta historicamente sistematizar. A idéia e a organização da cultura parece transitar por origens comuns: uma no Iluminismo; outra, na *Era das Incertezas*. Em meados do século XIX, após a Independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e as guerras napoleônicas geraram instabilidades tais que passaram a requerer controles, padrões, regras e distinções, mesmo que a pedagogia que os regia ou geria tivesse um cunho maniqueísta, ou seja, atribuisse valores a cada ação, tais como “certo e errado”.

Havia necessidade urgente de mecanismos que facilitassem regular o funcionamento da sociedade a partir de um ideal prescritivo que passou a ser chamado pelos iluministas de “harmônico” e “civilizado”. Desenvolve-se, então, um processo de configuração cultural, capaz de fornecer moldes e modelos para uma sociedade que seria qualificada como civilizada ou ápice da “civilização”. Segundo Walkyria Monte Mór, aprendeu-se a valorizar a “uniformidade”, a ter uma visão monolítica, estivesse ela no campo do vestuário ou do pensamento; e também a “linearidade”, como um tipo de organização do raciocínio, cujos padrões viriam a ser desenvolvidos pela escola no cotidiano.

O que vem caracterizando as últimas décadas, no entanto, vem a ser o fato de que a variedade, a diversidade, a divergência, a pluralidade de crenças, pensamentos, comportamento e valores tornaram-se socialmente visíveis. Daí compreende-se, talvez, a razão de Geertz (op.Cit.) ter descrito a cultura dos tempos atuais com uma feição não acabada, uma vez que se compõe de histórias criadas e recriadas sobre seus participantes e personagens. (MONTE MÓR, 2002. p. 148).

Assim os “extremos” na política (HOBSBAWM, 1995) e as “incertezas” na economia (GALBRAITH, 1998), que impactaram a vida contemporânea, apresentam

reflexos expressivos, provocando ajustes e mudanças de comportamentos sobre as crenças e valores, seguidos imediatamente de aberturas para novos padrões de relações sociais, num desafio às expectativas e desejos fabricados de organizações sociais. Contudo, tanto para Hobsbawm, com a sua “*Era dos Extremos*”, quanto para Galbraith, com a “*A Era da Incerteza*”, a escala ainda tem sido humana. A chegada das **tecnologias** digitais e espaciais operou como paradigmas novos para provocar um desmoronamento cultural ainda maior, afetando o pensamento e as formas de relacionamento, a participação e a integração e a produção cultural. Ela ganhou perfis variados, diversidade e pluralidade.

Divergências pouco conhecidas emergiram, distâncias encurtaram, particularidades tornaram-se globais. Sem as fronteiras físicas e ideológicas o mundo se viu abandonado à *contaminação cultural*, de que fala Jacques Derrida: [...] *a precariedade ruinosa de uma estrutura formal que não explica mais nada, não sendo nem um centro, nem um princípio, nem uma força, nem mesmo a lei dos eventos* [...] (DERRIDA, SAVIAN FILHO, 2007. p. 43). As identidades nacionais tornam-se mais fluídas, sob a influência das outras e por força da própria influência sobre as demais, abrindo um leque de opções para as identidades em crise. Estabeleceu-se um mundo das **identidades ambíguas** aberto à convivência dentro da diversidade cultural, onde se distinguem incluídos e excluídos, que, aceitos por todos, mas sem poder político de expressão, fazem-se presentes, como força de resistência, com a sua “vivência nostálgica” (MONTE MÓR, 2002, p.160). realizando seus cultos, ritos e práticas sociais..

Agregar a idéia de americanidade à nossa cidadania parece conduzir ao tempo presente e a uma viagem dentro da nossa própria experiência multicultural. Nativo, índio, brasileiro, por analogia, os canadenses mostram como, num ambiente desse de globalização e negação das nacionalidades, o sujeito percebe sua identidade, enquanto nacional:

Some days now I feel like the only Canadian. Some days I feel like the last Canadian. Some days I feel that being a Canadian is impossible. I like to think that all of these feelings are essential to being a Canadian. Every Canadian must feel this alone. All Canadians must feel that their own personal history is quite the same history; they live alone in their Canadian identity. When we talk of being Canadian we speak not of national myths, but of our own lives. To be a Canadian is to be an autobiographer. (BUSS/CLARKE, apud MONTE MÓR, 2002, p.158).

Os canadenses vivem a sua individualidade de canadenses, percebendo-se como um sujeito, um humano, e também como um cidadão enraizado num país, que contribui para que ele se reconheça e também seja reconhecido pela sua identidade, devido às características intrínsecas dos nativos na região. O canadense tem se recusado a aceitar a sua americanidade como um processo de "americanização", para evitar ser confundido com os norte-americanos ou os nascidos nos Estados Unidos, ou seja, transita pela abordagem de uma cultura de resistência; ao mesmo tempo, não inclui na sua expectativa de americanidade uma similitude com o comportamento mais rude dos americanos do sul. Gérard Bouchard (BOUCHARD, 2000) é da opinião que os canadenses têm dificuldades de ancorar a sua representação identitária. No trecho das "memórias distantes" da descrição patronímica

acima, parece que o próprio indivíduo constrói a sua identidade, ou seja, ela não seria representada a partir do Estado, seria imaginada. Diz Bouchard que o canadense se autobiografa enquanto cidadão da América.

2.5 Noção de americanidade

A noção de “americanidade” buscada nesta pesquisa pretende que ela seja uma leitura da realidade, um auto-reconhecimento identitário e, ao mesmo tempo, a incorporação individual de um imaginário enraizado nas culturas e etnias continentais e experiências sociais históricas dos povos da América e que conduzam à percepção de um pertencimento. A sua realização parece exigir uma certa visão de alteridade - escrever a própria história a partir da compreensão do outro - podendo até mesmo envolver a construção de uma espécie de “*non lieu identitaire*” para a população, por exemplo, de imigrantes mais novos, de raízes americanas ainda frágeis.

A complexidade do fenômeno está aí presente. Convive-se com problemas graves, quase inconciliáveis em relação, por exemplo, às diferenças econômicas e sociais, com a riqueza e a pobreza e outros paradoxos. Interessa neste trabalho saber como encaixar as diferenças culturais. Se é difícil a construção de uma nacionalidade numa sociedade fragmentada ou num mundo que vem se insinuando global, imagine-se conseguir a adesão a uma identidade continental fluída de matizes históricos e culturais descompensados. De outro modo, quando se pensa na homogeneidade conceitual da americanidade, a primeira preocupação seria com o fato de que se a adesão não levaria ao rompimento com as marcas identitárias étnicas, lingüísticas e as representações da nacionalidade, aquelas que refletem o estado de pertencimento a uma comunidade específica.

A americanidade está diante também do desafio de enfrentar o patronímio “americano”, cujo uso está relacionado com o caráter identitário nacional do indivíduo nascido ou naturalizado nos EUA, construído, segundo Zilá Bernd, sob a forma de uma “**metonímia hipervalorizante**”. Trata-se de uma discussão também bastante complicada, já que os norte-americanos (estadunidenses) assumiram logo no primeiro momento da sua independência a condição de pertencimento à América em oposição aos europeus.

[...] un mythe américain comme un mythe de transformation e de renouvellement. Ce scénario mythique reflète un geste de passage qui détermine le conflit inaugural propre aux êtres américains. Le mythe définit l'américanité, identifie les manifestations culturelles du Nouveau Monde et caractérise la conscience de l'homme américain déchirée entre des appels contradictoires: une défense de la civilisation, mais une méfiance à l'égard d'elle; une attirance pour les sauvages, mais un mépris envers eux; un désir de stabilité, mais un attrait pour les grands espaces ouverts de l'aventure. (SOUSA, 2002. p. 55-83).

Assim, o patronímio americano materializa-se, desde cedo, numa postura utópica

de cidadania distinta, independente e “excepcional”, instituída com o sentido de neutralizar a influência européia, apelidada de Velho Mundo, deslocada pelas descobertas de novos mundos, cujas contradições não se ajustavam ali, e para identificar um espaço de autonomia. Contudo, parece haver maior segurança na América, fora dos Estados Unidos, no uso sistemático no cotidiano do patronímio “americano” para se referenciar aos nascidos ou naturalizados naquele país, do que mesmo entre os cidadãos estadunidenses para distinguirem-se.

Uma corrente de intelectuais norte-americanos, Berlowitz, Donohue e Menand (1993) entende que os cidadãos nascidos nos EUA convivem sistematicamente com a dúvida sobre a existência de um passado fundacional. As matrizes que configuram a sua cidadania, segundo essa corrente de pensadores de uma teoria para a América, são encontradas mais nos discursos de três cidadãos - John Adams Thomas Jefferson e James Monroe - que na própria literatura que tem reivindicado para si esse privilégio. Donaghue, no seu ensaio “Os Verdadeiros Sentimentos da América” (BERLOWITZ, 1993), salienta que John Adams, por exemplo, como um dos pais fundadores da Nação, seria o principal responsável pela convicção dos norte-americanos de que eles estão destinados a salvar o mundo da corrupção e da tirania, e de que não devem obediência a ninguém fora dos EUA.

[...] o sonho de perfectibilidade americano e o desejo de desempenhar um papel de cruzado e de exemplo para o mundo tem obsedado e fequentemente feito fracassar a política externa americana por várias administrações. (CHACE, 1993 apud BERLOWITZ et alli, 2003).

Tais convicções, observa Donaghue (BERLOWITZ, 1993), produziram um aparato imperialista e uma política externa que têm ameaçado a estabilidade e a paz mundial. Belowitz encerra sua apresentação de “A América em Teoria” (1993), dizendo que os ensaios contidos no livro tratam, no fundo, da “natureza dinâmica da vida e do pensamento americano”.

Ora, os Estados Unidos, como uma sociedade nova e diferenciada dos europeus, tiveram um desenvolvimento rápido e próprio, baseado especialmente no desenvolvimento do capital financeiro, da indústria e da tecnologia, de tal forma que se transformou num ícone da modernidade, nos tempos de globalização. Impulsionada pelos meios de comunicação contemporâneos - cinema, música pop, televisões a cabo, a grande imprensa, a internet - a cultura norte-americana, sem negar os velhos postulados do pensamento filosófico europeu, vem se fazendo presente, desde a sua Independência, como um modelo, uma opção para o restante do mundo. Nesse sentido, exerce uma forte atração sobre as pessoas e nações e se apresenta como um espaço de deglutição de valores arraigados para os jovens de todo o mundo, de que não se excluem os outros países das demais Américas e seus povos.

A dimensão da questão é observar que pode estar surgindo também daí, matizes - alguns contestados ideologicamente - de um pacto expressivo transformador e configurativo de uma americanidade diferente daquela que vem sendo posta até então como fundamentada em raízes históricas e culturais bem definidas. As décadas de 80 e 90, quando o mundo

viveu suas crises econômicas mais contundentes, o comércio, as novas tecnologias e a integração emergiram, sinalizando como solução para um entendimento regional. É quando vai se dar a formação do Mercado Comum Europeu, além de outros esforços integracionistas que farão com que as culturas nacionais interajam em prol de uma unidade regional capaz de marcar a presença identitária no todo.

Embora a cultura norte-americana se apresente com um formato próprio e um "aparato" de sedução – a indústria cultural -, até como modelo para os países da América, a colonização espanhola e portuguesa e as independências, conduzidas por diferentes caudilhos libertadores em diferentes regiões da América, enraizaram outras influências, levando essas regiões, já países, a buscarem outros caminhos que terminaram por conduzi-los, quarenta anos depois da independência norte-americana (1776), a patronímios que os distinguiram de si mesmos e já não da Europa, mas, e, principalmente, dos Estados Unidos, cujo modelo era visto como uma ameaça ao desenvolvimento das demais regiões ou países da América. De modo que essa América, por receio, recusou-se a americanizar-se nos termos do modelo e do formato dado pelos Estados Unidos, embora continuasse a perseguir, primeiro, o **progresso** e, em seguida, a **modernização** dos seus países. Para políticos nacionalistas e intelectuais românticos, americanizar-se passou a significar a incorporação da identidade e da cidadania norte-americana.

Refletindo sobre o espaço americano, Donaldo Schüler observa que

O mapa do continente americano emerge das lutas por independência manchando de nacionalidade, fragmentos e unidades impostas, herança de conflitos distantes. As unidades políticas se isolam ressentidas, mutuamente hostis. Desenvolvem-se inseguras, carentes. Nascidas de batalhas contra o autoritarismo de cabeças coroadas, não cessa a resistência a subordinação imperialista [...] O receio de que a influência alienígena contamine legados culturais de que nos orgulhamos dissemina cautelas (SHULLER, 2001, p.12, apud BERND, 2002, p.13).

E assim, apareceram os argentinos, os bolivianos, os uruguaios, os paraguaios e daí por diante. Cada novo país passou a referenciar seu batismo em caudilhos revolucionários e em lutas históricas regionais diferenciadas. Essas representações não conseguiram, entretanto, apagar todos os rastros das civilizações que lhes deram origem e consistência cultural. Surge então uma corrente de pensamento, da qual compartilha a professora Lícia Sousa (2002), que, ao discutir o caráter identitário dos povos da América, entendia que, de uma maneira ou de outra, *“l’espace américain dessine un monde hybride bati a partir de la rencontre de peuples différents.”*

Outros, como Maximilien Laroche (1986), entendem que, para se chegar a uma configuração de uma identidade na América, há necessidade de romper o que ele chama de “vício” lingüístico que se espalha por todos os idiomas, unindo sistematicamente uma palavra e uma coisa. Constata-se que a apropriação da palavra “*american*” pelos EUA nos termos como é usada cotidianamente – e não apenas nos EUA, mas por oposição também pelos demais habitantes da América - evidencia uma distinção e, ao mesmo tempo, sua

ambigüidade, impedindo, de certa forma, que apareçam argumentos fortes propondo uma reversão da situação. Para esses, as Américas precisam ser redescobertas ou reinventadas: *“Reinvention of the Americas must begin with exposure of the rhetorical incoherence we commit each time we designate the United States by the sign America, a name that belongs by rights to the hemisphere”* (CHAVIGNY et alli, 1992, p.195).

Seguindo a linha da multiculturalidade, no artigo publicado na revista Interfaces, da Associação Brasileira de Estudos Canadenses, Zilá Bernd (2002) procurou fazer uma ligeira revisão do ideograma “americanidade”, retrazendo seu percurso até chegar ao Brasil, a partir de onde ela introduz o subtítulo *“Parcours brésilien”*. Começa citando o Padre Antônio Vieira (1608-1697) porque, segundo ela, foi a voz de maior repercussão no período colonial brasileiro, destacando na sua fala, uma referência à América, ao analisar a situação dos escravos no Brasil: *“Eles passam da África à América para viver e morrer como cativos”*. Lembra também o poema épico *O Uruguai* (1769), do ex-jesuíta José Basílio da Gama, no qual ele sinaliza para os primeiros fundamentos identitários do Continente, quando, no “Canto IV”, utiliza a expressão *“Liberdade Americana”*, e cita os índios vinculados às Missões como *“rudes americanos”* (BERND, 2002, p.12). Esse foi o momento em que, destruídas as Missões e expulsos os jesuítas, acirrar-se-iam as discussões na Europa sobre o perfil do homem americano e da sua cultura. Os jesuítas expulsos iriam participar ativamente desses debates, em sua maioria, defendendo a América já como uma “Pátria”, conforme mostra Beatriz H. Domingues. (2007):

[...] a historiografia brasileira mostra que do século XVII ao XIX a palavra “americano” circulava referindo-se ao Brasil. José de Alencar no prefácio do livro “Sonhos d’Ouro” (1872), na esperança de fundar uma literatura nacional – [...] a literatura não que outra coisa não é senão a alma da pátria -, utilizou muitas vezes de expressões “Sève américaine”, “peuple américain”, “terre américaine”. (BERND, 2002. p. 12).

A partir do início do século XIX, quando são desencadeadas as guerras pela Independência, os novos países estão desamparados de um discurso identitário. Constitui-se numa prioridade a definição das matrizes identitárias de cada nação. No Brasil, os ainda não patronímios “americano” e “brasileiro”, vagueiam pela prosa, pela poesia e, às vezes, pelo teatro. José de Alencar (1829-1877) mostra metaforicamente o casamento do colonizador com o colonizado e com a terra americana, bem como sinais da gestação da nação brasileira e do povo americano. Gonçalves de Magalhães, Couto de Magalhães (1811-1882) e Adolfo Varnhagen (1816-1878) seguem de perto o instinto da americanidade, tentando construir ou fixar uma identidade nacional na literatura brasileira, segundo Luiz Roberto Cairo (CAIRO, 2000, p. 86, apud BERND, 2002, p.13). Cairo cita ainda a definição de Hélio Lopes (1997) para o americanismo: *“[...] ne exaltation du continent américain, vu comme un des aspect du nationalisme romantique brésilien”* (CAIRO, 2000, p.86 apud BERND). Segundo Lopes (1997), “o americanismo dos românticos brasileiros era um tipo de usurpação do termo América: “Nós queremos mesmo roubar o nome América para reestendê-lo ao Brasil (LOPES, 1997, apud CAIRO, 2000, p. 86 apud BERND, 2002, p.13). Assim, diz Cairo, que o pecado que atribuímos aos Estados Unidos foi cometido antes pelos poetas brasileiros do século XIX, na urgência de construir uma identidade nacional. (BERND, 2002, p.13).

Conquistada a Independência, era necessário estabelecer, em definitivo, uma identidade. Tanto D. Pedro I quanto D. Pedro II preocuparam-se profundamente com essa questão, enviando também estudiosos brasileiros à Europa para levantar documentos que pudessem dar consistência à fundação do Brasil como uma nação, dar ao país um caráter institucional, a fixação de uma imagem pública. Era preciso construir, a partir de então, uma literatura eminentemente brasileira, e isso passou a fazer parte de um projeto nacional. Inspirado no grande debate sobre a América que ocorria naquele momento, procurou-se buscar algo em oposição à Europa, e que também não fizesse a América ficar de joelhos para os Estados Unidos, cuja influência no Continente crescia significativamente devido à sua experiência de quase cinquenta anos como nação independente e soberana. Havia o perigo de um neocolonialismo. Destaca Bernd (2002) que o interesse de demarcar uma ideologia tornou-se ambíguo, e “*começou a exigir um outro ideograma que pudesse representar as identidades nacionais*”.

Embora a construção da identidade **nacional** tenha recebido o influxo metodológico dos intelectuais românticos da Europa, os poetas e escritores brasileiros do **romantismo** e depois do naturalismo e do realismo vão configurar um modelo de brasilidade, fundado na **exaltação do índio** enquanto etnia brasileira e americana, na **miscigenação** étnica, e na **natureza** exuberante, o que facilitará em muito o trabalho dos modernistas de agregar aspectos psicológicos, surgidos das preocupações expressionistas, simbolistas e surrealistas, ao perfil e ao comportamento do brasileiro dos trópicos, distante da Europa, e confuso (dadaísta) devido ao seu surgimento na **ambigüidade** do processo colonial que se estendeu até à Proclamação da República. Antes da preocupação como um modelo futurista, quase uma ficção naquele momento, baseada nas perspectivas de um mundo de novas tecnologias industriais e domésticas, os autores brasileiros vão, vagarosamente, optar por inscrever-se no que poderia ser chamado de um pré-modernismo, procurando definir o perfil e os tipos humanos brasileiros: o *nordestino* (Gilberto Freire: 1900-1987); o *sertanejo* (Euclides da Cunha: 1869-1909: 1882-1948); o *caipira* (Monteiro Lobato: 1882-1948), o *jagunço* (Guimarães Rosa: 1908-1968); o *garimpeiro* (Bernardo de Guimarães: 1825-1884); o *índio* (Darcy Ribeiro: 1922-1997); o *imigrante* europeu paulista (Mário de Andrade: (1893-1945); os *pampianos* (Érico Veríssimo: 1905-1975); o *escravo negro*, Bernardo Guimarães (1825-1884)); o cidadão urbano, o *carioca* (Lima Barreto: 1881 - 1922).

Os modernistas chafurdaram a literatura e o cotidiano em busca do caráter que faltava ao brasileiro para formatar uma identidade nacional, ou seja, a essência da sua brasilidade - ainda em oposição à Europa - tentando reconstruir a língua a partir da fala do português no dia-a-dia, mesclada de palavras e expressões utilizadas pelos índios, pelos negros e pelos imigrantes, e assim, delineando o perfil de uma cultura nacional baseada na língua e na linguagem. Eles vão reavivar **mitos e lendas** fundadores da brasilidade, do que surgirá o personagem *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade, um herói híbrido - filho de uma mistura de branco, índio e negro - primitivo, sem nenhum caráter e que vai declarar seu pertencimento à América: “*Eu sou americano e meu lugar é na América*”. (ANDRADE, 1979, p.166, apud BERND, p. 14)

2.6 “Parcours latino-americain”

Na América Latina, o papel da literatura como instrumento fundamental de autoafirmação das identidades nacionais não pode ser desprezada. Após as lutas da Independência, os autores nacionais procuraram construir, por meio da literatura, em todo o Continente praticamente, discursos fundacionais para seus nascentes estados. Surgiu um novo tipo de romance - romântico, açucarado e simplista - com versões idealizadas da vida local, alinhavando-os aos interesses ideológicos das elites nacionais que se consolidavam.

O ideologema “americanidade” desenvolve-se ao longo desse percurso misto entre o romântico e o ideológico, seguindo um longo processo de diferenciação e identificação (BOLAÑOS, apud BERND, 2001, p, 20) no meio das elites ilustradas do Continente. A expressão foi usada e difundida por Simon Bolívar (1783-1830), com o propósito, segundo ele, de transformar-se num mito fundacional (RICARDO ÁVILA, 1989). Sua consolidação serviria de resposta à política do presidente norte-americano James Monroe, segundo o qual “A América é para os americanos”.

A declaração de autonomia dos Estados Unidos em relação à Europa, pretendeu, ao mesmo tempo – e assim tem sido interpretada – afirmar caráter hegemônico norte-americano, com o seu “destino manifesto” de salvador e protetor da América . Daí surgem novas desconfianças, provocando, ao mesmo tempo, um deslocamento do eixo das lutas pela independência do colonialismo para uma reação contra uma proposta imperialista dos norte-americanos. As autonomias nacionais começaram a conviver com o paradoxo no campo da política externa entre a manutenção de vínculos neocoloniais com a Europa ou de subserviência aos Estados Unidos. A diferença era que os norte-americanos ocupavam o mesmo território e tinham origem similares às dos demais países do Continente. Seu invejável desenvolvimento era impulsionado, contudo, não apenas pela alavanca do liberalismo, da livre iniciativa e amparado por valores religiosos calvinistas, conforme Max Weber, mas também pela destruição das raízes nativas e pela ocupação dos territórios dos demais povos nascidos ou reinstalados na América, pairando sobre toda a América o fantasma da presença e da intervenção norte-americana, possibilidade sistematizada em diversos documentos e declarações unilaterais.

No dizer de Roberto Fernández Retamar, o cubano José Martí (1853-1895) foi o grande “descolonizador verbal” da América, ao negar, primeiro, a existência da batalha entre ‘civilização’ e “barbárie” , tese levantada por Domingos Faustino Sarmiento (1811-1888), um educador, escritor e governante argentino, quando na Conferência Internacional Americana, realizada em Washington, (1899-90) expressou seu sentimento de americanidade ao enfatizar que

[...] por maior que seja esta terra e por ungida que esteja para os homens livres, a América em que nasceu Lincoln, para nós, no mais íntimo do nosso peito [...], é maior a América em que nasceu Juárez, porque é a nossa e porque tem sido mais infeliz. ”(RETAMAR, 2006 p.38).

José Martí foi um dos primeiros jornalistas correspondentes da América nos Estados Unidos e na Europa, trabalhando para jornais argentinos, uruguaios e cubanos. Tinha um estilo marcadamente forte e vislumbrava em seus textos os perigos que pairavam sobre a América em relação às propostas dos Estados Unidos, onde viveu boa parte da sua vida. Escreveu “*Encenas Norte-americanas*” (1881), crônicas sobre a vida cotidiana norte-americana para o jornal “*La Nación*”, de Buenos Aires, nas quais mostrava as diferenças sociais existentes no país, desaconselhando a adoção do mesmo modelo para a América.

Como um visionário, disse e escreveu sobre o seu sonho de uma “*Nuestra América*” (1891), que começava ao sul do rio Bravo, em que descrevia uma América “mestiça” e homogênea: “um único coração e uma única mentalidade” (BERND,p.20). Sua influência no pensamento libertário americano foi tão expressiva que, segundo conta Retamar, Fidel Castro, quando foi preso em 1953 sob a acusação de assaltar o quartel Moncada, em Santiago de Cuba, ao ser perguntado quem era o autor intelectual do episódio, respondeu em tom irônico. “A culpa é de José Martí”.

Seguindo por uma linha paralela não necessariamente vinculada ao pensamento de José Martí, mas comungando com as idéias americanistas, aparece o também jornalista nicaragüense Rubén Darío (1867-1916), cujos poemas vão colocá-lo entre os precursores do Modernismo na Nicarágua, Chile, Argentina e até na Espanha, ao reunir o romantismo, o simbolismo e o parnasianismo. Tinha um estilo exótico, emotivo e vibrante, próprio a literatura da América. O Modernismo no Brasil fundiu as matrizes do romantismo, com o naturalismo e o simbolismo, concentrou-se no caráter antropofágico da cultura e encontrou sua maior expressão no grupo de modernistas de 1922, que procurou dar uma configuração identitária singular para o Brasil e os brasileiros, e servirá de inspiração para os outros povos da América.

José Lezama Lima (1910-1976), também cubano como Martí, está entre os intelectuais do Continente a reivindicar explicitamente a necessidade de uma expressão “Americana” que englobasse as diferentes culturas etnias, inclusive as transmigradas, e que se caracterizasse pela voracidade, na deglutição de todo conhecimento disponível. No entender de Lezama o grande exemplo viria das formas proliferantes e incorporativas do barroco, que surgiu na América, dentro de um processo de transculturação, utilizando restos, traços e marcas de outras culturas e dando origem a elementos novos. Assim seria com a americanidade nascida dentro de uma perspectiva modernista.

“Cette expression américaine se caractérise par la prolifération et par la voracité, dans le sens de l’ouverture vers la réception de toute sorte d’influences, par la capacité de récupérer de restes, des traces, de marque de cultures dévalorisées pour les mettre en scène dans un nouveau contexte”. [...] L’Amérique serait le lieu de transformation des fragments d’autres imaginaires en vue de donner

origine à une esthétique baroque” (Bernd,2002, p.21) . “Le barroque figure dans la fable de notre passé comme un authentique commencement et non pas comme une origine, étant une forme que renâit pour engendrer l’Americain” (CHIAMPI, 1988, p.24 apud BERND, 2002, p.21).

O espírito da americanidade surgiu então, primeiro, segundo Bernd (2002, p.21), como uma força propulsora das Independências. A seguir, como uma resposta ao pretensão neocolonialismo norte-americano. Uma americanidade mestiça e homogênea, mas não no sentido da modernidade como defendia José Martí, mas de uma pós-modernidade, em que a integração e a unidade são reconhecidas na diferença, e, segundo Bernd, “[...] *pronta para reconhecer a heterogeneidade de culturas (da América), sua capacidade de hibridação e de aceitação do diverso, dentro de uma harmonia polifônica*”.

2.7 Americanidade e americanização

Uma outra preocupação do grupo filiado à Associação de Estudos Canadenses no Brasil é o fato de a americanidade não poder se confundir com americanização que implicaria em assumir o modelo de desenvolvimento, os padrões e o modo de vida dos norte-americanos. “*Le métissages seraient les figures de l’américanité: dans les contextes latino-américain, le créole, dans un premier temps, et le métis seraient les figures authentiques de l’américanité*”(BOUCHARD, 2000, p.149)

Ao tratar da literatura dans “*Interieurs du Nouveau Monde* “(NEPVEU, 2002, apud Bernd, 16) o canadense Pierre Nepveu faz uma comparação entre a literatura produzida pelos quebequenses e na América como um todo, mostrando causticamente a dificuldade dos “*quebécois*” em estabelecer uma noção de *américanité* : “[...] *sa éducation à des valeurs stéréotypées en lesquelles je ne me reconnais guère: primitivisme, naturalisme, anti-intellectualisme, mythologie des grands espaces; sacralisation de la jeunesse e du tout-neuf*” (NEPVEU 1998, p.7, apud BERND, 2002., p.16).

Por isso, defende ele o estabelecimento imediato de um diálogo entre as culturas das três Américas. Jean Morency (1994, apud BERND, 2002) identifica a necessidade de um mito unificador centrado no princípio da renovação, a partir do qual se construiria uma grande metamorfose do homem em contato com o Novo Mundo. Para Yvan Lamonde (2001, p.1-10, apud BERND, 2002), a americanidade compreende a aceitação de pertencer a um continente e dividir as experiências americanas. Salienta que há uma síntese a ser realizada, envolvendo todas as heranças: a americanidade, a europeidade, mas a noção de americanidade não pode se confundir com a aceitação incondicional da americanização. (BERND, 2002, p.17).

A América mestiça e homogênea de José Martí (*Nuestra América*, 1891) parece ser a grande referência, quando se discute a integração da América, na qual se valoriza desde a natureza e seus elementos constitutivos, até o direito dos índios, dos negros, dos brancos e dos criolos. Contudo, a proposta de adesão a uma identidade continental levaria provavelmente, segundo adverte Bernd (2002 p.9) a um rompimento com os tradicionais

pontos de referência étnicos, lingüísticos, nacionais, devido à heterogeneidade das culturas e à polifonia de vozes envolvidas nessa “harmonia” continental, de que fala Marti, e que Lícia Sousa (2002, p.81) vê como uma expressão de “*continuité et rupture*”, ou seja, a convivência com temas como o reencontro de povos distintos e a reterritorialização dentro do continente, e, por outro lado, as oscilações (rupturas) existenciais dos personagens reterritorializados diante dos novos destinos.

Para a historiadora gaúcha, a americanidade está coberta pelo o que ela chama de “véu diáfano da ambigüidade”, mas, mesmo assim, entende que o esforço em busca da sua configuração é justificável, pelo fato de se tratar de um conceito intimamente associado à questão da descoberta ou da afirmação da identidade do cidadão da América diante do mundo ou da globalização. Mas ela precisa se colocar para além das origens nacionais, dos gêneros e das etnias, observa Zilá Bernd (2002, p.10). Trata-se de uma questão identitária continental que terá, de fato, reflexos sobre a extraordinária heterogeneidade cultural do continente americano, podendo ser a marca da América no processo de globalização.

Mas como identificar matrizes ou mesmo matizes da americanidade numa sociedade de imensas diferenças sociais, econômicas e culturais ou superar a adesão a uma identidade continental, que obrigaria a romper com as marcas referenciais étnicas, lingüísticas e nacionais presentes na experiência cotidiana dos indivíduos, e responsáveis pela coesão comunitária e pelo fortalecimento da noção de pertencimento? E para as populações de imigrantes mais novos, que estariam vivendo sua americanidade, mas de uma perspectiva de “*non lieu identitaire*”?

O patronímio “americano”, relacionado aos nativos ou naturalizado nos Estados Unidos, é também uma noção ambígua; primeiro, porque não são os únicos americanos da América e, segundo, para os próprios norte-americanos, muitos dos quais preferem seus referenciais de origem étnica. O seu uso tem remetido exclusivamente à nacionalidade americana, independentemente da naturalidade do indivíduo, cuja identidade de cidadão tem apenas o sentido de uma representação, por se constituir apenas numa concessão oficial, sem raízes culturais fincadas nos território ou na comunidade, e que hoje corresponde a um contingente representado por cerca 50% da população dos EUA, conforme a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Como metonímia hipervalorizante, o patronímio americano não teria correspondência com o seu próprio objeto. Os demais povos da América são todos americanos, vistos, lá fora, em alguns países, de forma segregada, ou estão em processo de americanização, ou seja, de perceber a sua identidade continental, e o Mercosul, com os acordos, os entendimentos e as práticas sociais comuns, apresenta-se como um dos vetores dessa consciência americana, chamada de americanidade.

Parece haver necessidade, segundo Maxilmilien Laroche (apud BERND, 2002), de, ao analisar a americanidade dos quebequenses, romper com o tal “círculo vicioso”, liberando as palavras de um significante. Larroche (1992), descreve a apropriação do termo americano pelos EUA, destacando os efeitos da ambigüidade gerada. Propõe, como solução para a americanidade, que os nativos não norte-americanos reinventem a América.. Diz ele que “*Reinvention of the Americas must begin with exposure of the rhetorical incoherence we commit each time we designate the United States by the sign America, a name that belongs by rights to the hemisphere...*”(CHAVIGNY ET LAGUARDIA, 1986, apud Laroche, 1992, p.195; p. 11).

Por outro lado, a questão identitária discutida em cima da “americanidade”, mesmo que se tenha de inventar uma nova América ou novas formas de habitá-la, parece abrigar também, e compulsoriamente, neste momento, **a noção de alteridade**, ou seja, a sua introjeção no espírito comunitário ou nos indivíduos, a partir de uma visão do outro, o que implicaria em adoções e mestiçagens culturais, sem o **rompimento dos pontos de referência** étnicos, lingüísticos, nacionais e, até mesmo de gênero, que deram origem à “Nuestra América”. Para Ana Rosa Ramos (RAMOS, 2002) o grande problema do multiculturalismo no espaço identitário é que ele tende a negar a existência de um passado comum, embora indique para [...] *um destino comum em que seja possível a convivência democrática dos diferentes*”.

O Capítulo que se segue, fundamental na construção do Mercosul como objeto de estudo que postula a importância da esfera cultural, não deixa de ser um desafio para o pesquisador. Na polissemia de que se reveste a noção de cultura, ela é noção fundamental que, ao final das contas, atravessa o estudo como um todo. Sem pretensões, entretanto, de ingressar no terreno dos embates conceituais, a opção adotada, levando-se em conta que o enfoque buscado foi o de escolher como suporte a noção de cultura que se atrela à questão identitária, noção igualmente fundante para os propósitos desta tese. Nesse entendimento, cultura filia-se ao pensamento de Sodrè (1999), para quem (aos) “modos de abordagem ou de relacionamento com o real, caracterizados como um conjunto de mediações simbólicas (lingual, leis, regras, mitos, etc.) entre sujeito e mundo, chamamos de cultura [...] A idéia de cultura equivale à de uma unidade de identificações, capaz de falar – por mitos, ideologias, obras de expressão – da igualdade de si mesma, mas sempre na “corda bamba” de um limite que é a diferença. Nesta começa o mistério de que vive toda e qualquer cultura – a alteridade, a estranheza, a “outridade” (expressão cunhada por Octávio Paz).”

E é nesta “corda bamba” que o Mercosul, no viés de matrizes e matizes culturais, fornecerá os suportes para o terceiro Capítulo.

CAPÍTULO III

MERCOSUL: VERTENTE CULTURAL

“A presença de 60% de matrilineagens ameríndias e africanas em brasileiros brancos é inesperadamente alta e, por isso mesmo tem grande relevância social.”

(LEITE, 2000)

3 MERCOSUL: VERTENTE CULTURAL

Vista como referencial da vida cotidiana, no seu conjunto de costumes, maneira de viver, conhecimentos e estágios de desenvolvimento artístico, científico, comercial, industrial, a cultura reflete uma complexidade de valores e representações de uma comunidade caracterizada como um projeto ou um destino comum de vida. As populações e grupos humanos que coabitam essa “pátria”, ou esse “paraíso” ou ainda esse patrimônio existencial, desenvolvem um imaginário e representações rituais de vida comum que, ordenados, fazem de seus praticantes uma nação, transformando em “terra natal” aquele espaço nativo ou adotivo ou aquela rede de pessoas ligadas por um imaginário, práticas sociais e sentimentos orgânicos idênticos, que se unem por vínculos jurídicos, históricos e afetivos.

Essas considerações foram feitas por Miguel Angel Ciuro Cardani, um advogado portenho, membro do “*Colégio de Abogados de Buenos Aires*”, e têm como referencial a “Pátria Grande”, metáfora usada por Simon Bolívar para descrever, por analogia, seus sonhos de integração continental. Estão, contidas num trabalho intitulado “*Para una mejor comprensión cultural del Mercosur*”, apresentado num encontro nacional de advogados promovido com a finalidade de discutir o processo de integração dos países e povos do Cone Sul. Defensor intransigente do Mercosul, Cardani utilizou a idéia da “Pátria Grande” para referir-se à proposta integracionista, desenvolvida a partir do Acordo de Assunção, ressaltando a contribuição que os usos e costumes, decorrentes das relações comerciais cotidianas entre as diferentes comunidades nacionais da região do Cone Sul ajudam a configurar uma experiência social, uma pátria ou um destino comum.

O intelectual argentino não se fixou na importância do território, embora ao descrever “*a afinidad de los países mercosureños*”, tenha lembrado que “[...] *la realidad geográfica signada en gran medida por la Cuenca del Plata contribuye a mostrar una importante continuidad de los cuatro países*”.¹⁴ Mas, ele mesmo tratou a questão, aparentemente, apenas de maneira episódica, já que essa vertente parece hoje totalmente desproposital diante das novas tecnologias e da própria alteridade praticada no reconhecimento cultural dos povos. Demétrio Magnoli (1997, p.11) lembra que o próprio “[...] *reinado era constituído por direitos, não por terras*”, e recorrendo ao teólogo Friedrich Busching, no seu “*Do proveito da geografia*”, alertava para o fato de que “*mapas são traiçoeiros*”.

Para Cardani(2007), os valores de uma cultura não têm força suficiente para promover mudanças na natureza das coisas, principalmente no seu caráter físico e

¹⁴ A questão do “território”, tem enfatizado seu papel como fundamento da teoria do “espaço vital” – “agente articulador do povo e do solo” (COSTA, 1992, p.34, apud MAGNOLI, 1997, p.29).

econômico. Mas, enquanto os limites físicos constituem-se num espaço de configuração de uma nação, a realização da economia apresenta desdobramentos expressivos no campo da cultura, com força para provocar tensões na vida das populações, e mudar seus usos e costumes. Diz o advogado argentino que “[...] *es relevante destacar las tendencias que a través de la cultura toda constituyen el tejido básico de las aspiraciones*

regionales hacia la integración”, sem que, obrigatoriamente, seja preciso abandonar as necessidades e práticas sociais básicas de um povo.

Bem se vê que as idéias de Cardani dialogam com o pensamento de Sodré (op. cit.) anteriormente lembrado. É ainda em Sodré que se tem o esclarecimento de que a cultura não pressupõe uma unidade de representações, até porque não deve ser entendida como um escaninho fechado de normas, costumes e valores. Trata-se antes de uma forma que entrecruza discursos e repertórios, suportes de representações. Na esteira dessa compreensão, Sodré nos fala sobre a cultura como “*um vazio positivo, uma idéia de unidade, mas idéia forte bastante para levar à invenção tanto de representações de identidade, quanto de alteridade.*” (SODRÉ, 1999, p.47).

Parece claro que a “idéia de unidade” ressoa de uma grande enunciação que remete aos propósitos dos colonizadores, que, ao longo do processo histórico, desenharam particularidades.

Na sub-região abrangida pelo Mercosul, plano de observação deste estudo que inscreve os países no conjunto dos povos pós-descobrimentos, tais representações, práticas sociais e culturais remanescentes da cotidianidade dos povos que, desde a descoberta da América habitaram o Cone Sul, foram descritas como marcas identitárias de uma americanidade, cada uma com peculiaridades próprias e diversificadas. Embora atravessadas pelas culturas e tradições transmigradas, revelam ainda a presença de traços e marcas que singularizam a vida e o homem da região.

Este trabalho está buscando encontrar, senão matrizes, pelo menos matizes, que conduziram, desde o descobrimento, à configuração cultural dos habitantes da América; mas, por uma questão metodológica, garimpando essas marcas remanescentes comuns, quase perdidas, nas populações da sub-região, de forma a permitir a configuração de uma identidade comum assentada na *americanidade*, conforme descrição feita no capítulo anterior. Para encontrá-las no discurso dos jornalistas correspondentes e enviados especiais brasileiros que cobrem as assembléias e encontros empresariais, trabalhistas, culturais e de cúpula do Mercosul, analisado no próximo Capítulo, será desenvolvido um exaustivo estudo sobre História Cultural no Cone Sul, buscando-se amparo em uma erudição mínima, necessária para a análise dos textos jornalísticos que nele estarão contidos.

3.1 Cultura política no Cone Sul

Ocupadas pelas populações indígenas que atravessavam aquelas planícies, deslocando-se entre o Chaco e a Patagônia disputada pelos espanhóis e portugueses, pelo gaúcho congenitamente nômade e indócil e, depois, pelos imigrantes, a região dos pampas, entre os Andes e o Atlântico, pode ser considerada o coração e a alma da América

Meridional. Seu espaço político sempre foi alvo de contendas impetuosas e rústicas, tanto pelas elites concentradoras da riqueza e o poder, quanto pelas atividades contínuas de caudilhos.

Em cada país, tanto do lado de lá quanto do lado de cá do rio da Prata, proliferavam comunidades indígenas, espanhóis e portugueses nômades, caudilhos e militares, conduzindo, ao seu modo, contestações aos governos, o aprofundamento das lutas pela autonomia, acobertados por milícias que eles mesmos organizavam na esfera dos seus domínios. As contradições decorrentes do modelo rude e intenso de relacionamento entre os pampianos contribuíram, por outro lado, para transformar os campos sulinos numa zona efervescente de lutas e idéias políticas, cujas ações não se davam por meios convencionais. Campeadores ágeis do gado errante, eles desarvoravam os sistemas de segurança e desarticulavam os interesses das potências internacionais na sub-região, práticas que terminaram por conduzir à militarização de todo o Cone Sul, contribuindo para a configuração de uma cultura sub-regional e modelos de governo de perfis autoritários.

Embora alguns tenham lutado juntos nas guerras da Independência, esses caudilhos conseguiram fragmentar a região, tomando como suas as disputas entre Espanha e Portugal, desviando-se do curso de qualquer possibilidade de integração entre os territórios que vieram a se tornar nações independentes e autônomas. Estabeleceram-se com isso os limites físicos e fronteiriços sub-regionais, incorporando e separando populações nativas que seriam, logo a seguir, despojadas de suas culturas pelos “missioneros” e, depois, de suas terras pelas sucessivas correntes migratórias internas e externas assentadas na região

A instituição dos Estados nacionais não apaziguou os ânimos dos habitantes dos pampas. Enraizados na violência campal, a caudilhagem não se inibiu. Foi mantida ao longo de quase todo o século XIX, em que os países se organizavam. Aquelas disputas hegemônicas sub-regionais só começaram a ser amenizadas quando apareceram as primeiras agremiações partidárias¹⁵ canalizando para a retórica a violência campal generalizada, isso já quando o século se aproximava do final.

¹⁵ **Uruguai:** Partido Nacional (blancos). Fundadores Gen. Manuel Oribe e Aparício Saraiva. Sua criação remonta a chamada Batalha de Carpinteria, em 19 de setembro de 1836, contra o exército de Gen. Fructuoso Rivera. Seus combatentes usavam divisas brancas. Identifica-se com o populismo e contra o liberalismo, mantém vínculos com a propriedade da terra, e com o pensamento crioulo. Partido Colorado, 1836, líder carismático Fructuoso Rivera, ideologia liberal, urbana. Suas correntes internas vão da centro-direita à social-democracia); **Argentina:** entre 1870 e 1890 entraram no país cerca de um milhão de imigrantes. As guerras e os levantes de caudilhos foram sendo abandonados. As contradições geradas, já que o país já existia enquanto Nação, terminou fazendo aparecer uma divisão política entre os “patrícios” (criolos) e os imigrantes, e com eles os partidos políticos. O primeiro partido político argentino legitimamente constituído foi a União Cívica Radical (1890), posicionado contra a anarquia de que foi tomado o país nos últimos anos do século XIX. Mas, o Gen. Júlio Rocca disputou as eleições por um Partido Autonomista Nacional (Pan), de linha crioula, caudilhesca, vinculado à oligarquia rural que concorria com o Partido Republicano, que sustentou Sarmiento na Presidência da República, considerado de linha modernizadora. A modernização do país agregou à política argentina a linha justicialista, de caráter populista, ou seja, absorvia as tensões sociais, e que tinha Juan Domingo Perón, como seu ícone. **Brasil:** Os partidos políticos no Brasil funcionaram quase que como representantes de facções, divididas entre conservadores e liberais. No Sul, as forças políticas vão se dividir entre federalistas (maragatos) e republicano (chimangos). O primeiro partido mesmo vai ser o Partido Libertador, criado pelos federalistas, liderados por Silveira Martins, e o Republicano Riograndense liderado por Júlio de Castilhos. O Partido Republicano tornou-se uma agremiação regional, tomando o nome de cada estado e com isso confundia-se com a identidade das lideranças carismáticas. A modernização político-partidária veio com o fim da ditadura de Vargas, quando emergiram três grandes partidos nacionais: UDN (liberal, de direita), PTB (populista) e PSD (uma espécie de partido de linha crioula). **Paraguai:** Os principais

Os partidos surgidos nesse período, embora tenham mudado de nome e gerado novas siglas ao longo de sua existência, mantinham praticamente raízes e caules autônomos

atrelados às representações da vida regional, parecendo sugerir raízes rizomáticas¹⁶, que marcaram, no imaginário das populações, a presença dos eventos fundadores políticos de cada grupo, independentemente do nível e da diversidade ideológica alcançada.

Muchas veces se ha dicho que 1880 representa " el fin de la Argentina épica y el comienzo de la Argentina moderna" , sin embargo la frase es válida sólo en un determinado sentido: las guerras y los levantamientos de caudillos fueron dejadas atrás y es cierto que nacieron los partidos políticos y los debates parlamentarios, pero también nacieron nuevos problemas y enfrentamientos , especialmente con la inmigración (Historia de Argentina – Mercosul título 1).

Com a modernização, resultado de um intenso processo migratório, as disputas políticas no interior chegaram ao ápice histórico de um modelo ambíguo de governo típico das culturas criolas da América Latina: caudilhesco, nacionalista exacerbado e autonomista. A modernidade trouxera, entretanto, a industrialização e, com ela, uma nova relação social, introduzindo na América Meridional a figura do operário que, unindo-se à sociedade civil, reivindicou para si, por meio de grandes mobilizações, também um espaço na política.

As lutas sociais ganharam tal dimensão que a proteção dos interesses convergentes dentro do aparelho de Estado começou a sair do espaço público para chegar à casa de cada cidadão, fosse ele brasileiro, argentino, uruguaio, paraguaio,, chileno ou boliviano. Essa situação prolongou-se por um período longo, atingindo seu ápice com o militarismo. Para manter, pela força, a estabilidade política, sem poupança interna, o modelo recebia uma injeção de recursos estrangeiros para a economia, o que gerou um endividamento na região para além das possibilidades de cada país. Contudo, ao restringirem as liberdades individuais, permitirem ou conduzirem a prisão, a tortura e o assassinato de cidadãos os governos militares foram, aos poucos, se esfacelando perante a opinião pública interna e externa, terminando por perder o apoio, enquanto as forças revolucionárias também começaram a ganhar uma identidade comum na região.

Mesmo assim, apoiado pelas elites nacionais e os interesses estrangeiros pontuais, o militarismo permaneceu ainda durante muito tempo vivo no imaginário das populações

partidos políticos são o Colorado (Asociación Nacional Republicana), o Liberal Radical Auténtico e Atopo Nacional.

¹⁶ Deleuze y Guattari definen en el rizoma como una “extensión superficial ramificada en todos los sentidos”. El recorrido no secuencial (no lineal) que genera este accionar, manifiesta otra de las características mencionada por estos autores, como la carencia de un principio y un fin: el rizoma no empieza o acaba sino que se encuentra en el medio, entre las cosas, produciendo un movimiento constante al entrar y salir de ese intermezzo que destruye todo inicio y final. Este medio que crece y desborda construye multiplicidades difíciles de localizar por su naturaleza cambiante y evasiva a través de las líneas de fuga de la red. La deslocalización o desterritorialización se manifiesta a través del aspecto colaborativo del trabajo en comunidad.” (MATERWECKI, 2008).

por meio das representações criadas e sustentadas pelos respectivos governos e pelo o que foi chamado de “entulho autoritário”, mantendo a região sob tensão até metade dos anos oitenta, quando a modernidade, já avançada, acenava com novas alternativas de sobrevivência e bem estar para as populações e para os países. Paradoxalmente,

[...] a situação sul-americana ainda se caracterizava por “hipóteses de guerra” ou graves tensões entre Argentina e Brasil, Argentina e Chile, Bolívia e Paraguai, Bolívia e Chile, Bolívia e Peru, Peru e Equador, Equador e Colômbia, Colômbia e Venezuela, Venezuela e Brasil, num circuito perfeito de desencontros, associando vizinho a inimigo e fronteira a muro divisório” (Guelar, 1996).

As lutas de libertação nacional e as forças políticas internas, sufocadas até então¹⁷, de repente emergiram, numa entusiástica mobilização pela democracia, contribuindo para um ajuste pluripartidário, no qual foram acomodados, inclusive, grupos que haviam radicalizado suas atividades clandestinas, pegando em armas. Na área social, cada segmento – universidades, sindicatos, meio científico, economia e até a igreja - procurava recuperar o tempo perdido. Essa explosão de criatividade se estendeu à área cultural, cujas manifestações viviam sob o efeito das censuras e proibições.

Os problemas internos eram de tal ordem que restavam poucas oportunidades de reaproximação imediata e de afirmação de um entendimento comum na região. Comprometidos internamente com as liberdades democráticas e sob os efeitos da globalização no campo da economia, os novos governos civis reagruparam as forças produtivas nacionais em torno de modelos de desenvolvimento que pudessem pacificar as nações e reinseri-las no processo de desenvolvimento global, já que era aquela a tendência.

O Brasil e a América Latina estavam muito atrasados em relação a tudo que acontecia no mundo. Martín-Barbero chama de divórcio da modernidade, entendida como processo econômico vivido pelos países da região - em que são rompidos os laços com o período pré-capitalista - e movimento cultural exposto ao próprio esgotamento. O modernismo perdera sua relação com a modernidade e transformara-se numa ideologia, amparando no Brasil, as opções nacionalistas. (BARBERO, 1995, p.15).

Desde o final dos anos cinquenta e ao longo dos anos sessenta, quando o crescimento econômico e o desenvolvimento urbano abrigavam novos contingentes de classe, a indústria cultural ganhara o seu impulso definitivo, dela decorrendo a expansão e uma diversificação cultural massiva e um mercado de bens simbólicos, que se colocavam, - para usar uma expressão de Thomas Tuffe - numa “zona cinza” entre o interesse público e o privado. “*Ela é a sala mais próxima da rua, onde as pessoas entram, olham, conversam umas com as outras, [...] influenciando a constituição das culturas híbridas das massas urbanas da América Latina*” (TUFFE, 1995. p.44-45).

¹⁷ Entre as primeiras iniciativas efetivas de integração dos governos do Cone Sul, ocorreu no período militar - décadas de 70/80 - a chamada “Operação Condor”, em que os aparelhos repressivos se uniram em torno da tese da segurança interna, comprometendo-se a deter e repatriar proscritos de um país que estivessem vivendo em outro país, para que fossem julgados no país de origem. Aconteceram muitos casos de prisões e deportações.

Assim, a queda dos regimes autoritários fez aflorar a democratização dos processos políticos, econômicos, sociais e culturais. A imprensa foi libertada das suas amarras partidárias, condição básica para o ingresso no novo espaço transfronteiriço proporcionado por ela mesma, passando a abrigar a idéia do fortalecimento da economia pela livre iniciativa e a livre circulação de idéias. A substituição das importações de bens industriais esgotava-se rapidamente e a pós-modernidade, na sua voracidade, trazia outras alternativas.

Barbero definiu a recém-chegada como *“el nombre de un malestar, de la imprecisa y ambigua consciencia de un cambio de época”*. Para ele, ela se articulava a partir da negação da razão totalizante e da *“búsqueda de una unidad no violenta de lo múltiple, con la conseguinte revaloración de las fracturas, los fragmentos y las minorías en cultura, en política o en sexo.”* Conclui que : *“[...] no significa la negación o el desconocimiento del pasado sino la negación a la nostalgia de la totalidad como unidad.”*

Isolados, endividados e pauperizados, na América os países procuravam opções para sair do atraso em que estavam mergulhados. O fim das ditaduras militares nacionalistas e sua substituição por modelos mais abertos recuperou das estantes velhas iniciativas de aproximação entre vizinhos, induzindo os países à formação de blocos integrados, já percebidos em outras regiões, como opção para o enfrentamento dos novos paradigmas do desenvolvimento global. Sinalizava-se assim para o início de um processo de entendimento entre diferentes países na América, no Cone Sul, um estreitamento de relações entre velhos “inimigos cordiais” como Chile e Argentina e Argentina e Brasil. Os dois últimos iniciaram então uma série de consultas mútuas e troca que, de imediato, transformaram-se em acordos que começaram a ser assinados em 1985, com a Ata de Iguazu e desembocaram no Tratado de Assunção em 1991, ao qual se agregaram de imediato o Uruguai e o Paraguai.

Os “entulhos autoritários” no Cone Sul foram gradualmente sendo desativados, provocando um imenso impacto sobre as representações de mundo que separavam os interesses e as populações do Cone Sul. Como conseqüência imediata, observou-se o desmonte da maioria dos conflitos potenciais internos e regionais na América do Sul, promovendo-se um período de profundas transformações na região. Consagrou-se o pluripartidarismo, a livre iniciativa e a liberdade de pensamento, parâmetros dentro dos quais cada grupo político, empresarial ou social foi se acomodando. Data desse momento, a maioria das parcerias comerciais com os vizinhos, quase impossível nos governos militares, porque mascaravam as relações produtivas com um nacionalismo que resultara num protecionismo improdutivo e tacanho. O fim dos governos militares foi, portanto, um marco para o desenvolvimento e para a tão reclamada modernização das economias e das sociedades da América.

Assim, não parece ser mais um sonho o processo de modernização nos países da região. O modelo integracionista, mesmo enfrentando inflexões graves, avançou na área comercial, alavancando riquezas comuns, alternativas de consumo para as populações, introduziu novos hábitos, extravasando-os para outros segmentos sociais e culturais. Entende-se que, se não for tomada por novos retrocessos, a integração econômica, política, social e cultural da América do Sul continuará seu processo modernizante, de formatação lenta, mas sistematicamente progressivo, tendendo a desembocar num “destino comum”.

O Brasil mostrou-se sempre aberto às propostas de integração regional, tendo participado do Tratado de Montevideu, em 1960, da Associação Latino-americana de Livre Comércio (Alalc), substituído, em 1980, pela Associação Latino-Americana de Integração (Alaldi).

No início dos anos 80, final dos anos dos governos militares, em plena “abertura política”, no Brasil, o general João Batista Figueiredo, ainda Presidente, fez uma visita, já na fase de distensão político-militar, à Argentina, de caráter quase sentimental, já que fora adido em Buenos Aires, e lá perambulou pela cidade, conversou com cidadãos, foi ao bairro La Boca dançar tango, visitou o seu time de futebol, e vestiu a sua camisa, e fez declaração de amor à cidade de Buenos Aires. Sua atitude foi recebida com entusiásticas manifestações de simpatia pelos argentinos. Figueiredo deixou o governo em março de 1985. A sua passagem por Buenos Aires e a identificação com a cultura e o comportamento dos portenhos constituiu-se num passo importante - que a literatura acadêmica tem se recusado a registrar por se tratar de um governo militar - para sepultar muitos dos ranços e desconfianças entre brasileiros e argentinos, que vinham sendo alimentados há anos, abrindo espaços para uma aproximação entre governos e cidadãos dos dois países.¹⁸

Esse quadro histórico conjuntural, coincidente em vários aspectos com o imaginário social e político dos dois países, despertou o Brasil e a Argentina para a busca de um destino mais próximo. O anacrônico modelo protecionista de proibição das importações, que se estendera por quase 30 anos, entre 1950 a 1980, agonizava diante do novo cenário de abertura global que emergiu com o esvaziamento das disputas hegemônicas entre o Ocidente e o Leste europeu.

O fim da Guerra Fria e a abertura comercial dela decorrente vinha contribuir para limitar ainda mais a presença da América Latina no mercado mundial. A formação de megablocos provocou uma perda de espaço da região no comercial internacional. Os dados são dramáticos: “Em 1970, 8% do comércio internacional era feito com a América Latina. Em 1989 essa participação caiu para 3,5% e no período de 1990/91 para 2%. Em matéria de investimentos, em 1980, 13% das inversões mundiais foram direcionadas para a região. Nos dois últimos anos (90/91), esse percentual caiu para cerca de 5%. A essas perdas somam-se as dificuldades de obtenção de financiamento e de acesso à tecnologia. [...], As exportações para a Comunidade Européia estão estagnadas nos últimos três anos e meio, enquanto no mesmo período houve uma queda nas vendas do Brasil para os Estados Unidos”. (TACHINARDI, 1992)

3.1.1 Aprendendo a conviver com os vizinhos

¹⁸ Na ocasião da visita presidencial este pesquisador exercia função de cobertura jornalística do Governo

Os mercados dos Estados Unidos e da Comunidade Européia representavam 65% das vendas do Brasil para o exterior. Uma análise das condições históricas desses relacionamentos econômicos do Brasil e das perspectivas conjunturais levou o Itamaraty a recomendar uma maior atenção para uma política de aproximação com os países da América do Sul, vistos, a partir de então, como uma importante zona de comércio para o Brasil.

Em novembro de 1985, os Presidentes Raúl Alfonsín, da Argentina, e José Sarney, do Brasil, assinaram a chamada Ata de Iguazu, com a finalidade de incrementar as relações comerciais, complementar o processo de industrialização e desenvolver uma cooperação no campo da tecnologia e da energia nuclear. O desenvolvimento unilateral nessa área chegara a provocar, no passado, a desconfiança entre os governos militares dos dois países que já haviam tido suas divergências quando da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a opção por uma política nuclear diferenciada. Embora sem terem extinguidos todos os ranços no campo, principalmente cultural, os dois países davam o passo inicial nesse sentido, ao partirem para uma empreitada conjunta de enfrentamento das novas condições do mercado globalizado pela integração dos respectivos segmentos produtivos.

A assinatura da Ata de Iguazu, em novembro de 1985, e o Programa de Integração e Cooperação Econômica (Picab), em meados de 1986, vão enterrar de vez as divergências no campo militar e sinalizar para o início de um processo de cooperação econômica, cuja intenção já era, no fundo, conseguir retomar a idéia do Cone Sul, mas como uma região geoeconômica comum. No desdobramento do Pice, Raúl Alfonsín, da Argentina, e José Sarney, do Brasil, assinaram, em dois anos, doze protocolos comuns, seis adicionais e diversos anexos. Na assinatura da chamada Ata da Integração, em Buenos Aires, já se previa um mercado comum para o ano 2000.

Estabeleceram-se metas comuns nos segmentos de:

[...] bens de capital; comércio; empresas binacionais; assuntos financeiros; fundos de investimento; energia; estudos econômicos; cooperação aeronáutica; indústria siderúrgica; transporte terrestre e marítimo; comunicações; cooperação nuclear; cooperação cultural; administração pública; instrumentos monetários; cooperação industrial (alimentícia e automobilística); questões fronteiriças; e planejamento econômico e social (FILGUEIRAS. 1996. p-16).

A maioria dos protocolos não vingou devido aos problemas econômicos nos dois países, e o programa teve de passar por uma revisão geral, que resultaria em uma mudança importante com o Tratado de Buenos Aires, em novembro de 1988, dentro do qual foram assinados mais vinte e quatro protocolos. O documento básico só foi aprovado em 1989 pelos parlamentos dos dois países. Previa-se para até 1994 a formação de um mercado comum, estabelecendo-se, contudo, um prazo de dez anos para a eliminação de toda e qualquer restrição tarifária e não-tarifária no campo da comercialização de produtos e serviços constantes da Nomenclatura Aduaneira da Aladi. Para o estudo da questão, negociação e harmonização das políticas, criou-se o Grupo Mercado Comum e firmou-se um Tratado para o Estabelecimento de um Estatuto das Empresas Binacionais

Brasileiro/Argentino, em que o capital das empresas poderia transitar livremente entre grupos empresariais dos dois países.

A agilidade do processo de integração Brasil e Argentina dentro do espaço do Cone Sul despertou também o Uruguai e o Paraguai, localizados na mesma região e com intensos laços econômicos e culturais entre si, com o Brasil e a Argentina, que manifestaram de imediato o desejo de participarem do processo de integração, até então bilateral. Por sua vez, a Constituição Brasileira de 1989, em seu artigo 4º, parágrafo único, recomendou a realização de esforços por parte dos governos do Brasil para fomentar a integração da América Latina. A adesão do Uruguai e do Paraguai vinha dar consistência ao processo de formação de uma comunidade regional, fazendo gestar um bloco sub-regional, com a assinatura, em 26 de março de 1991, do que foi chamado de Tratado de Assunção, firmado com o sentido de

[..] acelerar os processos de “desenvolvimento econômico, com justiça social [...] tendo em conta a evolução dos acontecimentos internacionais, em especial a consolidação de grandes espaços econômicos, e a importância de lograr uma adequada inserção internacional para seus países; e conscientes de que o presente Tratado deve ser considerado como um novo avanço no esforço tendente ao desenvolvimento progressivo da integração da América Latina, conforme objetivo do Tratado de Montevideu, de 1980; convencidos na necessidade de promover o desenvolvimento científico e tecnológico dos Estados Partes e de modernizar suas economias para ampliar a oferta e a qualidade de bens e serviços disponíveis, a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes. (Mercosul: legislação e textos básicos. 2005. p.13.)

E, assim, seguia o documento, que logo no artigo 1º batizava o Tratado de Integração dos quatro países do Cone Sul – o Chile não quis entrar de imediato¹⁹ - com o nome de Mercado Comum do Sul (Mercosul), delineando seu perfil como espaço de:

- *livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre países, através, entre outros, da eliminação dos direitos;*
- *alfandegários e restrições não-tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;*

¹⁹ O Chile, de onde saíram as primeiras idéias para a integração continental (Bernardo O’Higgins), passava por uma experiência econômica nova, fundada no “monetarismo” da chamada Escola de Chicago, e havia conseguido reduzir suas tarifas de comércio externo a um nível impossível de ser acompanhado naquele momento pelo Tratado de Iguazu. Além disso, estava próximo de assinar acordo comercial bilateral com os Estados Unidos. Os governos chilenos assumiram o compromisso de agregar-se ao Mercosul no momento em que sua política fosse compatível com as regras do bloco.

- *estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;*
- *coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados. Partes – de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem -, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes;*
- *compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.* (Mercosul: legislação e textos básicos 2005. p-14.)

Era um Acordo pragmático: tratava de questões eminentemente econômicas. Mas ao promover uma mobilização de empresas e empresários dos dois países de centenas de segmentos produtivos, catapultava aproximações espaciais – províncias com estados, cidades com cidades -; recursos financeiros, mas também ambientais; tecnologias; intelectuais; trabalhadores e suas categorias; cidadãos, comportamentos, costumes, desmistificando situações, significados, mitos e mitologias num movimento de transformação econômica, política, social e cultural que parecia não ter limites.

3.1.2 Mobilização empresarial: competindo em bloco

A assinatura do Tratado de Assunção teve o efeito de um *habeas corpus* no meio empresarial dos quatro países, em particular no Brasil. Desavenças individuais desapareceram. Rapidamente o comércio bilateral existente transformou-se num turbulento campo de negociações e negócios em dezenas de setores: trigo, calçado, açúcar, finanças, agricultura, seguro, siderurgia, celulose, bolsa de valores, máquinas, cabotagem, transporte rodoviário, têxtil e, ainda, educação, trabalho e até comunicação. Cada produto, cada cadeia produtiva era examinada cuidadosamente pelo empresariado, que se movimentava de um país para o outro individualmente ou em grupos, estudando investimentos, realizando parcerias, adquirindo empresas e acordos de complementação, dos quais emergiam percentuais de redução tarifária que os governos procuravam colocar em prática de forma mais justa e honesta possível.

As discussões eram exaustivas e até desgastantes. Com a instabilidade política no Paraguai – que chegou a ameaçar sair do Mercosul -, a economia da Argentina dolarizada e a brasileira desajustada emergiram muitas inflexões setoriais, dentro das quais ressurgiram, vez por outra, aqui e ali, velhas acusações e desconfianças mútuas, resultando em tensões internas. Empresários e imprensa fizeram longas digressões metafóricas negativas sobre as características do Acordo.

Quando mais se aproximava a data da entrada em vigor do Acordo, prevista para 1º de janeiro de 1995, mais crescia o receio de um fracasso por parte dos próprios membros, que passavam a defender um adiamento da data. De fora vieram pressões regidas por

interesses políticos e econômicos de outros países, manifestando sua descrença no sucesso do Mercosul. Os Estados Unidos criaram o Nafta para a América do Norte e, na União Européia, dirigentes davam palpites sobre o Mercosul. Mesmo diante de um quadro pouco animador, o fluxo comercial entre os quatro países membros continuava a crescer dentro do Mercosul.

Em cinco, comércio intra-regional registrou um valor superior a US\$ 10 bilhões, fato que por si só servia para demonstrar o sucesso da iniciativa integracionista. O crescimento obtido superou todas as expectativas otimistas. O fluxo de comércio entre os quatro países da região não chegava a US\$ 1 bilhão no final da década de 80. A movimentação de capitais entre os membros do Mercosul teve um aquecimento fantástico. Em 1994, cerca de duzentos e cinquenta empresas brasileiras já tinham filiais na Argentina ou haviam se associado a empresas locais para operarem conjuntamente no Cone Sul. Criou-se na Argentina um fundo de investimento para aplicação em ações brasileiras e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) do Brasil e a Comissão Nacional de Valores (CNV) da Argentina acertaram regras comuns capazes de permitir que empresas locais pudessem operar no mercado regional. Empresas dos dois países poderiam ser registradas nas respectivas bolsas, iniciativa que deveria se estender imediatamente ao Uruguai e ao Paraguai.

Pesquisa realizada em novembro de 1993, pela empresa de publicidade Ogilvy & Mater Worldwide, confirmou a participação de 538 dirigentes empresariais (100 da Argentina, 223 do Brasil, 30 do Paraguai e 185 do Uruguai). Participaram 413 de empresas nacionais e 125 de multinacionais (125) de seis segmentos da economia dos quatro países do Mercosul. Os resultados mostraram que 69% dos empresários concordavam que a única forma de competir no mercado internacional seria pela formação de um bloco; 53% deles revelaram ter adotado medidas voltadas para ajustar-se ao Mercosul e 73% já tinham negócios em algum dos quatro países.

O trabalho foi divulgado pela “Listening Post Latino-americano”n. 04 e reproduzido nos principais jornais brasileiros. Pelos resultados apresentados, um grande número de ajustes e problemas haviam sido contornados, e a pesquisa constatou uma predisposição e confiança no empresariado dos quatro países para pulverizar seus investimentos na região. A Argentina era o país que mais havia atraído visitas empresariais de negócios. Ao mesmo tempo, era o que menos investira fora do país. O maior percentual de investimento na região coube ao empresariado uruguaio: 72 % dos que responderam à pesquisa estavam participando de negócios nos demais países. Em seguida vinha o Brasil com 58%. (Pesquisa revela otimismo com o Mercosul. Correio Braziliense, 22 de novembro de 1993).

Mesmo sem os ajustes macroeconômicos, buscados por todos os membros, o Mercosul ganhara tal consistência que as mudanças de governantes e de negociadores já não conseguiam afetar os entendimentos em andamento, tanto na área de governo quanto empresarial. O Itamaraty terminou criando uma Diretoria de Integração, para a qual foi indicado o embaixador Rubem Barbosa. Os governos se consultavam antes de qualquer medida interna que pudesse afetar os acordos no Mercosul. Os ministros da Fazenda e das Relações Exteriores estavam em constante discussão e os presidentes da República passaram a se visitar mutuamente. Não havia mais dúvida: o Mercosul estava em pleno amadurecimento.

3.1.3 Inflexões e a reunião de Buenos Aires

O início do Mercosul foi marcado pela possibilidade de um golpe político no Paraguai, rapidamente contornado pela ação dos governos membros do Mercosul, que haviam assumido compromissos em favor da democracia na sub-região. A assinatura do Acordo do Nafta, pelos Estados Unidos, Canadá e México, trouxe também alguns embaraços para o Mercosul, já que dos Estados Unidos difundiam-se, metaforicamente, a cada dia, teses que desgastavam a imagem do Mercosul e que eram absorvidas pelos analistas regionais, como a de que o Mercosul tendia para o fracasso (BAUMAN,1991), ou de que Argentina e Brasil nunca dariam certo juntos. A principal delas seria a incorporação do Mercosul ao Nafta e, em caso de isso não ocorrer, incorporar individualmente os países membros ao novo organismo. Convidada, a orgulhosa Argentina de Menem quase cedeu à tentação.

O Mercosul foi submetido ainda a grandes inflexões no relacionamento entre países, a partir de questões setoriais. A crise do trigo, em que o Brasil passou a comprar o produto subsidiado dos Estados e do Canadá, numa retaliação a decisões unilaterais adotadas pela Argentina contra produtos brasileiros, foi uma delas. As maiores contendas se deram, entretanto, no campo da siderurgia: os brasileiros foram acusados de *dumping* (comercializar na Argentina os produtos a preços mais baratos que os fabricados no próprio país; as exportações brasileiras de frango para a Argentina; a questão das tarifas comuns impostas sobre as vendas de máquinas brasileiras na região; as tarifas aplicadas para as autopeças; a questão dos eletrônicos brasileiros, cujo volume de importação do Brasil terminou por provocar os brios esquecidos dos argentinos.

As primeiras iniciativas de integração sofreram o impacto das políticas macroeconômicas, contribuindo para alimentar a desconfiança entre os membros. A Argentina havia dolarizado sua economia, ou seja, equiparado o peso ao dólar, o que encarecia suas exportações e facilitava as importações. O Brasil mantinha uma política cambial flexível que permitia à moeda brasileira variar de valor segundo as flutuações da moeda norte-americana. Essa situação contribuiu para que o Brasil tivesse elevados saldos favoráveis na balança comercial com a Argentina e os demais membros, cuja economia não conseguia fazer frente à brasileira.

Entre 1990 e 1993, as exportações brasileiras para a região cresceram de 223%, enquanto as importações do grupo acusou um crescimento de apenas 77%. Essa foi uma situação que se arrastou ao longo de três a quatro anos, e que obrigou o Brasil a retroceder dentro da própria proposta do Mercosul para atender a interesses da Argentina.

Tivemos de aceitar alguns compromissos. Com Buenos Aires, elevação da taxa de estatística de 3% para 10%; aplicação de direitos “antidumping”; uso da cláusula de salvaguarda; aumento “orientado” das nossas compras de trigo e petróleo e o

estabelecimento de um regime especial do nosso comércio com o Uruguai (Programa de Expansão Econômica). (Mercado comum ou união aduaneira. São Paulo. Gazeta Mercantil: Editorial de 06 de agosto de 1994).

O maior problema seria, entretanto, chegar a uma tarifa externa comum. A tarifa comum implicava na opção por determinados fornecedores estrangeiros. Em 1994 essa tarifa dentro do Mercosul variava de zero por cento a 16% e 14% para países não membros do Mercosul. O Uruguai passou a ter privilégio de exportar para o Brasil a uma tarifa zero por cento, inclusive produtos com 50% de índice de nacionalização. Para os demais, era 60%. Outra cobrança já feita na época era a livre circulação de trabalhadores que, no caso da União Européia, levou quase trinta anos para se concretizar. Na primeira fase, marcada pela assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, o Mercosul avançou gradualmente no programa de desgravação tarifária, conforme recomendava o documento original

A segunda fase é marcada pelo início do dismantelamento ou harmonização das restrições tarifárias de cerca de 300 produtos, além de definir mecanismos para manter a competitividade de cada país e a proteção à concorrência. Esta última era uma questão tão delicada que o Paraguai se recusou a assinar a ata de reunião até que fosse encontrada a solução para uma empresa brasileira fabricante de monômeros e polímeros que competia com indústria paraguaia.

A reunião foi realizada em Buenos Aires. Nela seriam definidos os limites para a União Aduaneira, ou seja, a adoção de uma Tarifa Externa Comum (TEC), para entrar em vigor a partir de 1º de janeiro de 1995, construída em níveis que variavam entre zero e 20%, o que abrangeria 85% dos itens comercializados pelos estados-membros. Alguns itens gozariam de um prazo adicional, devido às suas especificidades de produção local. Durante o período de vigência dessas condições as tarifas nacionais deveriam convergir em direção ao nível pactuado. A grande inflexão veio do Uruguai, que pretendia privilégios especiais para seus produtos. Concordava-se com um mínimo de proteção para setores importantes das indústrias nacionais e uma margem de preferência para os produtos da região, o que contribuiria fazer com que a indústria brasileira desenvolvesse seus produtos para forçar a qualidade e a competitividade em relação aos importados estrangeiros.

Buenos Aires ficou marcada como a mais importante reunião do Mercosul até aquele momento, por definir a TEC, façanha alcançada, e que contrariava as opiniões e as previsões da maioria dos observadores e analistas do Mercosul. Antes dela, o empresariado argentino chegou a pedir o adiamento da entrada em vigor do Tratado. Essa reunião vai marcar também a aproximação do Chile e da Bolívia com o Mercosul.

Além das restrições tarifárias para alguns produtos, havia também as restrições não-tarifárias bem diversificadas. Cada país tinha uma condição prévia para a exportação ou a importação de algum produto ou serviço. O Paraguai insistia em proteger a sua empresa fabricante de monômeros e polímeros e requeria um Protocolo que contivesse medidas *antidumping* e direitos compensatórios. Os argentinos pediam mecanismos de compensação para a não liberação da concorrência intra-Mercosul. Na Argentina, era necessária autorização prévia do Ministério da Defesa para importação de armamentos e explosivos.

No Brasil, era proibida a importação de barcos de passeio que custassem mais de US\$ 3,5 milhões e a venda obras de arte nacionais originais também não era autorizada. O Uruguai não permitia importação de trigo e farinha de trigo sem autorização prévia. Proibia ainda a exportação de metais não ferrosos sob a forma de lingotes ou peças em desuso. Brasil e Argentina discordavam ainda sobre o uso da legislação *antitruste*: um queria que o assunto fosse tratado pelas respectivas legislações nacionais e outro entendia que deveria ser coberto pelo Protocolo de Defesa da Concorrência do Mercosul (TACHINARDI, 1994).

Esse conjunto de inflexões deixava a impressão de que a tarifa externa comum não viria nunca. Mas, depois de longos e desgastantes debates, ela veio, e o Mercosul ganhou contornos mais claros, a partir da reunião de Buenos Aires, em 5 de agosto de 1994 e, sobretudo, pelo peso político entre os parceiros internacionais.

Naquele mesmo ano, os críticos do Mercosul reclamavam por uma “coordenação geral” – a presidência era temporária : rodízio semestral – e terminaram por convidar o presidente da Comissão da União Européia, Jacques Delors, para relatar sua experiência na Conferência dos Chanceleres do Cone Sul, realizada em Foz do Iguaçu.

3.1.4 Integração da América do Sul

A 5 de agosto de 1994, o Brasil assumiu a presidência *pró-tempore* do Mercosul. Naquela altura da experiência e, faltando apenas cinco meses para entrar em vigor o acordo tarifário, a responsabilidade era grande. O Brasil deveria propor os mecanismos institucionais necessários para as tomadas de decisão dentro do organismo. Seria a reunião de cúpula de Ouro Preto. Caberia ainda à presidência brasileira a tarefa de desenvolver novas e inventivas parcerias para o Mercosul.

O então ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, a quem estava afeta a responsabilidade de gerenciar o Mercosul sob a presidência do Brasil, concluiu que “*Estamos, em realidade, iniciando a construção política da América do Sul*”. Cumpria processar as tarefas dadas e acrescentar outras capazes de trazer o fortalecimento da região de fora para dentro.

A mais relevante se refere à ampliação dos horizontes de integração na própria América do Sul. [...] conversações com Chile e Bolívia [...] O Mercosul e a Área de Livre Comércio (Alcsa) são, assim , projetos não apenas compatíveis, mas convergentes. O avanço do primeiro viabiliza o segundo e vice-versa. [...]. Com o Mercosul e seu complemento, a Alcsa, estamos dando base sólida à integração latino-americana, sonho acalentado pelos mais ardorosos idealistas da nossa história comum (AMORIM, 1994).

No dia 1º de janeiro de 1995 o Mercosul iniciou suas atividades regulares: trocas comerciais, alfândegas quase abertas, caminhões e cidadãos atravessando fronteiras, sindicatos discutindo direitos trabalhistas e artistas transitando de um lado para o outro. Era

preciso identificar e se livrar das representações negativas que permeavam o imaginário das populações. Uma nova cultura estava surgindo: “mercosulina” apenas ou era um afloramento do espírito de uma americanidade? Seria o Mercosul um vetor dessa identidade comum?

3.2 União cultural – Cúpula de Fortaleza

Entusiasmado com o êxito do Mercosul, Diego Guelar, embaixador argentino no Brasil, constatou que o Acordo canalizava fluxos comerciais, mas também produzia convergências de interesses e curiosidades histórico-culturais. Foi ele um dos primeiros a constatar que “um fenômeno independente” estava emergindo do Mercosul, escreveu ele no artigo “Nação das nações”, publicado no jornal O Estado de São Paulo, em dezembro de 1996. Dizia que:

Mas o que de verdadeiramente extraordinário está ocorrendo é a crescente consciência da sociedade civil de que o que de fato se desencadeou foi um processo de aproximação e confluência, que está muito distante daquela visão (que poderíamos chamar de Mercosul mínimo) identificada com a idéia de facilitação do comércio ou criação, ao menos, de uma zona de livre comércio. Ao contrário, cresce um fenômeno independente dos precários mecanismos organizacionais existentes, tomando corpo numa multidão de encontros, seminários, associações e grupos que concentram de estudantes a empresários de todos os setores imagináveis, organizações sindicais e centros de profissionais liberais, músicos, cineastas, escritores e uma fauna interminável de expressões marginais ou quase clandestinas (underground) que se identificam como “algo do Mercosul” (GUELAR, 1996).

O Mercosul começava a refletir uma condição, até então pouco percebida, a também de **vetor da integração cultural**. A problemática cultural no espaço do Mercosul indicava dois momentos inaugurais. O primeiro foi em 30 de novembro de 1985, com a Declaração de Iguazu, quando os presidentes Raúl Alfonsín, da Argentina, e José Sarney, do Brasil, selaram o compromisso de uma integração das duas economias, preconizando ambos um estreitamento de relações que iria ter desdobramentos nos campos político, social e cultural. Com o documento, selava-se, em definitivo, o início do fim de uma desconfiança mútua que se arrastava desde as lutas pela independência e que mantinha distantes os dois povos. O outro momento inaugural aconteceu doze anos depois, no dia 27 de dezembro de 1996, com a Cúpula de Fortaleza, quando os discursos oficiais de ambos os lados levantavam a questão da integração da perspectiva de uma “supranacionalidade” que colocava os quatro países – mais o Chile e a Bolívia, que iriam ser aceitos na reunião como membros associados – dentro do universo de uma identidade comum, muito diferente do conceito de soberania nacional, até então defendido pelos diferentes países ali presentes.

Um grupo de intelectuais e pesquisadores iria se reunir ali em Fortaleza, paralelamente à reunião de Cúpula. Um dos coordenadores do encontro, o ex-embaixador argentino, Félix Peña, explicou, em entrevista à imprensa, que:

Não caímos na ilusão de que nas questões comerciais já saímos da selva para a planície, mas precisamos instalar no povo desses países a idéia da integração. Se o povo continuar a ter o pensamento que o Mercosul é só comércio, na primeira crise vão predominar as forças centrífugas (Gazeta Mercantil, 16 de dezembro de 1996).

Ao analisar o contexto em que ia se dar a reunião de Fortaleza, o embaixador argentino, Diego Guellar, publicara outro artigo nos jornais brasileiros e de seu país, no qual cobrava uma reflexão prévia dos participantes, que pudesse responder que tipo ou tamanho de Mercosul estaria sendo defendido no encontro de presidentes, ministros e embaixadores.

Quais os limites da integração? É somente comercial? Inclui aspectos políticos, sociais e/ou culturais? [...] Há um direito comunitário que está acima das legislações nacionais? Este direito comunitário pode ser exercido de forma direta pelos cidadãos?

Em seguida recorrendo ao léxico, reproduziu do dicionário de português a palavra **integração**²⁰, destacando o seu sentido. Enfatizou que a palavra implicava em “incorporação”, *tornar inteiro, tornar-se parte integrante: incorporar-se*. E, interpretando a realidade do Mercosul naquele momento, alertava para a clareza do significado do vocábulo: [...] *só podem ser sujeitos ativos dessa ação unidades diversas que, juntas, formam uma entidade nova. Quando falamos em integração estamos nos referindo à identidade diferente do todo e das partes [...]* (GUELLAR R. 1996).

Diego Guellar afirmava, com entusiasmo um pouco exacerbado, que, embora muitos cidadãos não percebessem ainda o fenômeno Mercosul, “o processo de integração já está influenciando e mudando nossa vida cotidiana”, Segundo ele,

O extraordinário do nosso processo é que, enquanto presidentes, ministros e embaixadores nos reunimos em Fortaleza, organizações intermediárias de todo tipo, os povos de fronteira, homens e mulheres da cultura, políticos e sindicalistas, industriais, comerciantes e agricultores, juízes e advogados reúnem-se por conta própria, constituem-se em milhares de “Associações

²⁰ “**integrar**, v.t., completar, tornar inteiro, totalizar, inteirar, fazer de {...} **integração**, s.f. totalização, complementação. **Identidade**, s.f. qualidade de idêntico (Mat.) equação literal em que a igualdade é satisfeita para quaisquer valores dessas letras adj. **Idêntico** adj.perfeitamente igual, semelhante, análogo, consubstanciado” (BUENO, 1956).

Mercosul”, protestam e comemoram suas coincidências e diferenças sem que ninguém lhes ordene, aprove ou lhes autorize esses encontros. Sem que exista nenhuma decisão oficial, o risco de burocratização do Mercosul tem sido superado pela sociedade civil que, de forma crescente, exige-nos avançar na construção de um destino comum (GUELAR 1996).

Na mesma linha de raciocínio, o embaixador João Clemente Baena Soares, também presidente da Fundação Alexandre Gusmão, uma das promotoras da reunião de intelectuais, observou que a reunião de Cúpula de Fortaleza estava cercada da percepção de que “*a integração vai além dos assuntos econômicos, da forma objetiva como estamos tendo agora, não poderia vir antes do acelerado aumento do comércio que haverá entre os quatro países*” (SOUZA, 1996).

Precedendo a reunião de Cúpula de Fortaleza, em que a “*integração cultural*” constituía-se, pela primeira vez²¹, no principal tema, o Itamaraty convidara, por meio da Fundação Alexandre Gusmão, para um encontro paralelo, vinte cientistas sociais, representantes dos países membros efetivos do Mercosul, mais os representantes chilenos e bolivianos, cujos países estavam chegando para se associar à organização. Para coordenar a reunião, foi convidado o antropólogo brasileiro Roberto da Matta, cujo entendimento era de que “[...] *a troca comercial necessariamente conduz ao conhecimento do outro*”. Ao explicar a reunião, da Mata informou ao enviado especial da Gazeta Mercantil que o grupo discutia um “*paradoxo*”. Segundo ele, a continuidade geográfica não despertava na população de cada um dos países da sub-região sequer curiosidade pela história do país vizinho. Surpreendia, por isso, o fato de se tratar de “*países com fronteira viva, sem separações culturais fortes nem incompatibilidades religiosas e até com línguas inteligíveis, mas que se caracterizavam pela ausência de relações estreitas*”.

Como um dos maiores incentivadores da integração cultural, o embaixador Guelar, lembrava que os achados arqueológicos demonstravam que a Europa está entre as regiões mais antigas da experiência humana na terra. Contudo, continuou, somente nos últimos 250 anos, os europeus promoveram entre si 140 guerras, 640 batalhas campais nas quais morreram mais de 100 milhões de cidadãos. Suas diferenças étnicas podem ser observadas a partir do número de idiomas expresso por esse grupo de nações. Os povos europeus falam 40 diferentes línguas nacionais, mesmo assim conseguiram um entendimento regional, embora tendo de transitar ainda por 12 idiomas.

Em nosso caso, a aventura de criar uma nova forma de soberania, compartilhada com instituições que deveremos inventar dois

²¹ “No que se refere à esfera da cultura, cumpre destacar que, apesar de as iniciativas precursoras terem ocorrido também durante a fase de transição (um primeiro encontro de secretários de Cultura ocorreu em março de 1993). A primeira reunião especializada aconteceu somente dois anos depois (março de 1995). Os primeiros instrumentos efetivos vieram a ter forma nos anos seguintes com a assinatura do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul, em dezembro de 1996 e a adoção em 1977, pelo Grupo Mercado Comum, de norma relativa ao tratamento aduaneiro para a circulação de bens integrantes de projetos culturais”. (VAZ, 2003, p.29).

idiomas que adoramos misturar e um pacífico sentido de sensualidade expressa no tango e na milonga do Rio da Prata, no samba carioca e no forró nordestino, se nos apresenta como um apaixonante projeto para este fim de milênio. Essa nova “nação das nações” já cumpriu metade da sua tarefa: deu aos povos que a integram garantias de paz e estabilidade política e econômica. Agora, não nos resta desculpa alguma para não atacar o capítulo pendente: alcançar a justiça social como dimensão impostergável dessa nova identidade comunitária (GUELAR, 1996).

Para o ex-embaixado, o sucesso do Mercosul trouxera para os países membros o desafio de encontrar uma identidade comum capaz de enriquecer a todos a partir da experiência de cada um, sem que cada um perca o que construiu. Observava ele que, no fundo, sem que se atrevessem a confessá-los, os argentinos sempre admiraram os brasileiros, recíproca que sempre pareceu também verdadeira da parte dos brasileiros.

Depois de um curto período de desconfiança, e até medo, produzida pela ampliação das virtudes e dos defeitos recíprocos, os povos, desde os de fronteira até os das regiões mais afastadas procuram se aproximar, se conhecer e se relacionar como se, em nosso inconsciente coletivo, essa idéia tivesse estado reprimida por tanto tempo que precisássemos compensar o tempo perdido, com certo frenesi irreprimível. (GUELAR, 1996).

Guelar chamava a atenção para o fato do Mercosul não ser mais uma abstração e destacava que os governos e as populações dos países membros do Mercosul, tinham pela frente, a partir de então, um desafio ainda não experimentado, que era da **“Soberania Compartilhada”**. Advertia as autoridades nacionais para a responsabilidade de identificar o rumo dessa marcha, que não se constitui nem em uma *“abstração intelectual”*, dizia, nem em uma *“curiosidade mórbida”*, e que não podem delegar a condução desse debate, senão *“dar-lhe a vida e expandir participação para cada uma de nossas cidadanias em questão”*.

A meu ver, a pergunta “qual é o Mercosul mínimo e qual é o máximo?” já foi respondida: o mínimo é a zona de livre comércio sul-americana, com sua agenda de liberalização progressiva de todo o comércio. O máximo, uma agenda sem teto que desenvolverão os países que assumam o desafio de tornarem-se membros plenos, cuja profundidade e organização será ditada pela vontade soberana de cada um dos povos que o integram e expressa por seus dirigentes democraticamente eleitos. Essa nova “Soberania Ampliada” ou “Soberania Compartilhada” ou, finalmente, “Nação de Nações” será o resultado de nossa livre vontade comum (GUELAR, 1996).

3.2.1 Identidades compartilhadas

Ao estudar as condições culturais do Mercosul, o pesquisador José Flávio Sombra Saraiva (2003) observou que os cidadãos acostumaram-se a ver no Mercosul o lugar de fala da alta diplomacia, das reuniões de cúpula, dos encontros empresariais voltados para o tema do comércio intrabloco, o que, somado à visibilidade limitada, decorrente principalmente da cobertura feita por um pequeno grupo de jornalistas correspondentes regionais, dava ao Acordo uma aura mística e distante. Essa falta de sensibilidade e “erudição” sobre participação das comunidades nacionais no Mercosul, somada às inflexões não impediram os avanços. Ao contrário, permitiram discussões longas, cujo aprofundamento, levou à compreensão mútua, ao invés de conflitos, pelos quais muitos de fora da região torciam.

José Flávio Saraiva salientou, entretanto, em tom de alerta, que *“o balanço histórico de mais de uma década de experiência de integração sub-regional no sul das Américas indica que permanece um grave déficit societário no mais relevante experimento de cooperação e integração na história do hemisfério americano”*. Nesse sentido, destacava a existência de um *“gargalo estratégico” impedindo o aprofundamento da integração. Citava, como exemplo, três aspectos: a “forma atabalhoada” como o Mercosul se desenvolveu; as “assimetrias” econômicas; e o “economicismo”*. Os espaços para as instituições comunitárias, segundo ele, estavam mal delineados.

Saraiva tem razão, mas, as experiências comunitárias, tanto as corporativas quanto as relações entre os povos, aos poucos iam adquirindo uma maior familiaridade, diminuindo-se a curiosidade e o distanciamento que o encontro de um e outro despertava. Naquele momento, registrava-se uma troca massiva de visitantes entre um e outro país. Haviam sido criadas e estavam se expandindo espaços para instituições sociais, como representações sindicais regionais, programas culturais, cursos de espanhol ou português nas escolas de fronteiras e outras tantas manifestações, mas ainda distantes do que se poderia chamar de processo integracionista sistemático com características culturais soberanas compartilhadas. Tudo parecia muito embrionário. A perenidade maior ou menor do processo integracionista requeria, por parte das diferentes coletividades, atitudes de alteridade, ou seja, de reconhecimento e aceitação das diferenças identitárias nacionais e até regionais ou locais e, ao se conseguir isso, encontrariam nelas o que Edgar Morin chama de “possibilidades” de integração dentro de uma multiculturalidade (MORIN, 2004 p. 54).

Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai desenvolviam rapidamente o comércio regional, cada um mantendo suas histórias nacionais, seus heróis fundadores, mas suas populações e comunidades estavam envolvidas apenas indiretamente, como representações, na construção dessa integração ainda embrionária. O perfil identitário adquirido por cada um dos países membros do Mercosul deveria passar, entretanto, cedo ou tarde, pelos referenciais culturais, pela língua e, subsidiariamente, formataria uma economia política regional; visão de uma perspectiva marxista, e mereceria reparos. Cada nação, cada povo que habita o território abrangido pelo Mercosul, construiu-se dentro de uma estrutura sociocultural própria, com representações diferenciadas e um imaginário, mesmo que

amalgados ao longo do tempo, o que desembocou em uma identidade, em uma imagem interna de si mesmo e outra externa, gerando uma configuração cidadã identitária que os diferencia entre si e dos estrangeiros.

O Mercosul chegou em um momento de entusiasmo pela integração mas, tratando ainda, com relativa indiferença, o papel da cultura. O reconhecimento do outro de uma perspectiva integracionista da legitimidade do lugar de fala do outro constituiu-se, e ainda constituiu-se, num desafio à cidadania regional, representada por um patronímio regional, que é a “americanidade”, desejada no processo integracionista ainda pouco explorado. Trata-se de uma cidadania multifacetada, como a figura de um poliedro – sólido, limitado por superfícies planas - apenas manifesta, cujo perfil este trabalho tenta delinear. Não se trata, contudo, da busca de uma homogeneidade cultural, ou da construção aleatória de uma identidade. Buscam-se marcas identitárias que possam revelar possibilidades, matrizes, matizes e até tendências comuns reconfiguradoras.

Os países membros do Mercosul tornaram-se nações autônomas e soberanas, com seus respectivos povos, de um lado, por força da presença física e da disputa territorial entre as coroas espanhola e portuguesa, que procuraram montar um **modelo de organização** da vida social na região do Rio da Prata. Por outro lado, deve-se aos colonizadores a desestruturação e desmantelamento das organizações sociais originais dos índios e suas civilizações, pelo avanço do processo exploratório monopolítico, que alterou a forma de subsistência dessas populações; e à catequese, responsável pela introdução de costumes e práticas religiosas cristãs diferentes de seus mitos e lendas e, mais tarde, pela adoção das políticas de imigração de povos europeus, estranhos aos nativos.

A história tem valorizado o modelo de desenvolvimento, organização social e cultura dos incas, maias e astecas, descrevendo, até com parcimônia, as atitudes vigorosas de dominação exercida sobre os grupos e cultura incorporados por eles. Com isso, tem-se esquecido de que, na América Meridional, houve também culturas indígenas extensivas significantes, com suas marcas próprias, cujas estruturas internas nem sempre correspondiam aos modelos de análises usados para descrever a organização das chamadas “grandes civilizações” da América.

A partir dessa matriz, comparada ainda ao modelo de civilização desenvolvido pelos europeus, os demais povos passaram a ser vistos etnocentricamente como “bárbaros” pelos viajantes e estudiosos que não tinham conhecimento adequado da sua existência, do seu imaginário e das suas práticas. Assim, o domínio, por exemplo, da língua **tupi** (*tupinambás, tupiniquim, tupiguara e dezenas de outros,*) no centro e no leste do Brasil, carregava consigo, por um território enorme, matrizes configurativas desse tronco lingüístico, contribuindo para a percepção e organização de uma identidade comum entre dezenas de grupos indígenas, o que facilitou em muito a comunicação dos portugueses com a maioria das comunidades que habitavam a costa brasileira.

Os **tupis** também eram **tupi-guaranis**. Misturavam-se, embora os **guaranis** se distinguíssem geograficamente, ocupando os campos centrais da América Meridional, desde o Paraguai às planícies do sul do Continente. Outro grupo foi o dos **mapuche** (*araucano*), localizados entre os territórios do leste do que hoje é o território da Argentina e a parte oeste, andina, do Chile. Ali existiu uma grande civilização **mapuche** que, apesar da repressão desencadeada, continua a existir e a participar da mestiçagem existente na região,

sem perder os vínculos culturais com as próprias tradições. Os *charruas* tinham vários grupos espalhados pelas planícies dos pampas. Também a região do Chaco, envolvendo territórios do Brasil (Mato Grosso), Bolívia, Paraguai e Argentina, era entendida como a terra dos *aimarás*, que mantinham contato com os *incas* e alguns grupos falavam a língua *quechua*, e que com a repressão e o avanço dos estrangeiros, recuaram parcialmente para o interior da Bolívia. Mas a marca da cultura *aimará* pode ser encontrada em quase todos os grupos que habitam ainda a região. No Brasil, os remanescentes são os *cadiuéu* e os *terenas*, principalmente.

De qualquer forma, observa Eduardo Bueno (2007), a simples presença do nativo, chamado erroneamente de índio por Cristovam Colombo, já era um enigma para os estrangeiros que aqui chegaram como colonizadores, e depois como imigrantes.

Quem seriam aqueles homens "nus, pardos, de bons narizes e bons corpos", que negros não eram, nem mouros, nem hindus? Descenderiam de qual das dez tribos de Israel? Ou de qual dos três filhos de Noé? Teriam alma? Em caso afirmativo, como poderiam ter vivido tanto tempo à margem de Deus? [...] índios os portugueses sabiam que não eram. O que seriam então esses "negros da terra"? Bons selvagens, como sugeriu Pero Vaz de Caminha (e os filósofos Rosseau, Montaigne e Diderot ecoaram), ou antropófagos bestiais, como quiseram outros cronistas? Defini-los de que forma, se alguns eram brutais e intratáveis, como os aimorés - que comiam carne humana "por mantimento e não por vingança ou pela antiguidade de seus ódios" -, e outros tão mansos e pacíficos, como os carijós, "o melhor gentio da costa"? (BUENO, Acesso em: 25.01.07)

O pesquisador argentino Guillermo Wilde (2003) analisou, em artigo publicado na revista "Horizontes Antropológicos", as representações do Estado, impostas aos povos que habitavam a região do rio da Prata, construídas como "alteridade", e as contradições de suas política e organização sobre os cidadãos locais, com suas dinâmicas cotidianas próprias, suas percepções do território e do Estado, e as estratégias para fugir do controle das autoridades.

Por mucho tiempo la heterogénea población que habitaba la región Río de la Plata, en las fronteras entre España y Portugal, hacia fines del siglo XVIII fue asociada con la barbarie. Con el fin de homogeneizar a esta población y ajustar su comportamiento a las leyes indianas, la monarquía española implementó varias políticas de control. Sin embargo, en el corto plazo estas políticas no lograron modificar las prácticas económicas, políticas y simbólicas de esta población ni su débil percepción del Estado. Por el contrario, los actores locales mantuvieron sus dinámicas

relativamente autónomas hasta casi la mitad del siglo XIX (WILDE, 2003).

Para Wilde, as histórias nacionais têm gerado uma imagem excessivamente simplificada sobre o passado colonial da região do rio da Prata, confundida, em não raras ocasiões, com as fronteiras estabelecidas no final do século XIX. Os limites naturais ajudaram a travar, na realidade, um pouco as pretensões dos caudilhos regionais, que enxergavam uma continuidade territorial. De uma perspectiva externa, a região era vista como integrando o chamado “Sistema Atlântico”, que vinculava, por exemplo, o porto de Buenos Aires aos portos europeus. Internamente, havia uma complexidade de relações entre os povos que habitavam a região, sem delimitações territoriais, que impediam-nos de ter uma noção clara da organização do Estado autônomo, com fronteiras geopolíticas e, se a conheciam, não a compreendiam.

3.2.2 Marcas Identitárias - Súditos homogêneos

Decidida a impor sua presença política na região do Prata e a aumentar a arrecadação de impostos, já que as atividades comerciais na região de Buenos Aires, haviam tido um impulso grande e atraíam portugueses, ingleses, franceses e outros, provocando conflitos entre vilas e aglomerados., a Espanha iniciou uma série de reformas administrativas em seus domínios na América, a partir do final do século XVIII. Tentou construir uma sociedade de **súditos homogêneos**, partindo de uma idéia de "civilidade" comparada aos costumes europeus, por meio da organização da agricultura, do comércio, das vilas e até da indústria. Ocorre que a população tendia para a heterogeneidade. Uma das primeiras providências seria classificar as diferenças socioculturais para construir uma ordem naquela realidade multicultural e, em seguida, adotar políticas de assimilação socioculturais. O grande problema estava nos habitantes da Campanha que se moviam pelos espaços desterritorializadamente e tinham comportamentos ambíguos, confundindo as categorizações, além de não se adaptarem aos controles do Estado (WILDE, v.9 n.19 Porto Alegre jul. 2003).

A classificação e formação dos povos que viriam a compor a nação paraguaia, por exemplo, implicou na adoção de uma “etnografia estatal”, segundo Wilde. Assunção, fundada em 1537, tornara-se o centro de uma província nas colônias espanholas da América do Sul, devido aos ataques constantes de índios e aventureiros sofridos por Santa Maria de Buenos Aires, instalada um ano antes. Conhecida como “Província Gigante de Índias”, Assunção foi uma das bases principais também para as missões e povoamentos jesuítas na América do Sul, no século XVIII e rota para a penetração nos territórios incas na Bolívia e no Peru.

Nas disputas territoriais, Espanha e Portugal tentavam estabelecer racionalmente suas presenças na região. A Espanha criou a vila de Santa Maria de Buenos Aires, na foz do rio Uruguai, para ocupar uma posição estratégica tanto militar como comercial, mas foi destruída pelos índios e teve de ser reconstruída, tornando-se, mais tarde, a sede do vice-reinado do Prata. Mas, em seguida à destruição de Buenos Aires, os espanhóis criaram Santa

Maria de Assunção, com controle do rio da Prata e do interior do Continente. Do outro lado do rio, Portugal criou, acintosamente, a Colônia de Sacramento, depois, São Pedro do Rio Grande, na entrada do Prata, e, mais tarde, a vila de Montevidéu.

Geraram-se a partir daí inúmeros conflitos, ajustados por vários tratados (Tordesilhas-1498-; Lisboa-1681-; Utrecht-1715-; Madrid-1750-; Santo Idelfonso -1777-; Acordo do rio Pardo-1778-; Badajoz-1801) e outros, destinados a dar uma conformação geopolítica para os domínios coloniais. Os conflitos desse período vão se estender por toda a região, passando a envolver- após as Independências - Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Bolívia, afetando definitivamente as relações regionais, razão pela qual muitos historiadores, economistas e sociólogos têm se mostrado descrentes com relação ao êxito do Mercosul como vetor da integração.

O momento fundador da região do Prata foi marcado, primeiro, pela passagem por ali de eventuais exploradores e, logo em seguida, pelos jesuítas, grandes responsáveis pelo início da organização da vida comunitária entre as populações indígenas. Verdadeiras cidades foram instaladas entre os séculos XVII e XVIII, dentro de mata do Paraguai, Argentina, Uruguai e estados do Paraná e Rio Grande do Sul. As reduções índias chegaram a se congregar em 30 unidades, num raio de 300 quilômetros, e grandes populações. Implantadas pelos padres jesuítas, essas unidades dispunham de uma infra-estrutura urbana, com igreja - o centro de tudo - hospital, asilo, escolas, casas, oficinas e até pequenas indústrias.

Entre as atividades cotidianas estavam a fabricação de instrumentos musicais, a impressão de livros, inclusive em alemão, como consta dos registros originais. Tinham ainda observatório astronômico, do qual saía uma carta astronômica e um boletim meteorológico. A industrialização do ferro na América começou nas reduções, assim como a criação de gado e a fabricação de tecidos. Essas tecnologias vieram com os padres inspirados na revolução industrial que se iniciava.

As reduções, como Missões Jesuíticas, eram habitadas por índios guaranis, atraídos por um misticismo sincrético dos padres jesuítas. Só na região entre o Paraguai e Argentina, estimativas oficiais indicam que havia mais de 100 mil guaranis reduzidos às missões (WILDE, 2003). No final do século XVIII, os conflitos entre Portugal e Espanha pela definição de fronteiras, resultado da assinatura do Tratado de Madrid ²², que fora

²² O Tratado de Madrid (1750) tornou sem efeito o Tratado de Tordesilhas, anulando o meridiano que dividia o Brasil entre Portugal, a leste, e Espanha, a oeste. O meridiano cortava Brasil entre Belém, no Pará, e Laguna, Santa Catarina. O território gaúcho ficava em área da Espanha. Embora tivesse reconhecido seus limites na América, Portugal perdia a Nova Colônia do Santíssimo Sacramento, fundada em 1680, localizada em território considerado espanhol, às margens do rio do Prata, construída com o propósito de preservar a liberdade da navegação na região. Na época, a única presença sistemática espanhola por ali era, entretanto, a de jesuítas, que haviam fundado os Sete Povos das Missões. Com o Tratado de Madrid punha-se fim às disputas entre as duas Coroas na América. Estabelecia-se que a Colônia Sacramento ficaria com a Espanha e as Missões com Portugal. Os jesuítas e os índios vão reagir, reação que ficou conhecido como as “Guerras Guaraníticas”, que resultarão na desestruturação da comunidade “misionera”. Portugal ganhou ainda com o Tratado o território do que é hoje conhecido como o estado do Rio Grande do Sul. A definição do Tratado de Madrid foi marcada ainda pela participação de um brasileiro, o diplomata paulista de nascimento, Alexandre de Gusmão, que era membro do Consejo Ultramarino y Escribano de la Pureza (secretário) del Rey Don João V. (GIORGIS, Luiz Eniani. *EL TRATADO DE MADRID, DE 1750*. Vice-presidente do Instituto Histórico do

revogado dez anos depois, provocaram milhares de mortes, especialmente de índios e chefes indígenas que se recusavam a mudar de um domínio para o outro.

O golpe definitivo contra as reduções viria com a expulsão dos jesuítas (1767), acusados de pretender a criação de uma nova **província eclesiástica** autônoma na região, o que deixou os guaranis desarvorados e sem coordenação. Os administradores militares que se sucederam, acabaram por transformar os índios em guerreiros, gerando a dispersão das comunidades pela Campanha²³.

O hoje estado do Rio Grande do Sul era conhecido pelas suas extensas pradarias como a planície dos **Pampas** ou território da **Campanha**, devido à facilidade de mobilização de pessoas e povos pelo território. Estendia-se dos campos do sudeste do Paraguai e avançava pelo centro-oeste do Rio Grande do Sul, do Uruguai e pela Argentina. Era uma terra aberta, marcada pela presença de algumas estâncias de propriedade de alguns colonizadores que se instalaram na região, populações indígenas, portugueses e espanhóis desertados, com visível vocação pecuária.

Com a missão de estudar a estrutura da sociedade remanescente na região e de delimitar os territórios espanhol e português na região, após o Tratado de Santo Ildefonso (1777), a Coroa espanhola enviou à região do Prata, em 1780, várias missões burocráticas e científicas, entre as quais destacara-se a “*Expedición América Meridional*”, dirigida por José Varela y Ulloa, que incluía, como funcionário, o , engenheiro militar Félix de Azara, cujo relato final teve o nome de “*Geografía Física y Esférica de las Provincias del Paraguay y Misiones Guaraníes*”. Azara um engenheiro militar, comissionado, de perfil liberal, instalou-se em Assunção, a partir de onde decidiu realizar uma série de viagens de observação pela região.

No final do século XVIII, o discurso e a política relativa à população indígena haviam mudado. Passou-se da segregação à assimilação. Na região do Paraguai e rio da Prata, a coroa espanhola substituiu vagarosamente os jesuítas por profissionais liberais e teólogos simpatizantes do iluminismo, desencadeando uma série de ações com o fim de incentivar hábitos e valores peninsulares. Surgiram dessas interações novas categorias de pertencimento sociocultural e um embate com os costumes originais. Assim se foi formalizando um **paradigma assimilacionista** voltado para diluir distinções culturais rígidas, imposta não só pelos costumes indígenas, mas também pelos jesuítas

3.2.3 *Etnografias estatales*

Encarregados de representar o Estado (monárquico) nos assuntos coloniais, esses profissionais, funcionários do Estado, tentaram construir “*una nueva "mirada imperial" basada en los principios universales de la "razón" y el "progreso"*” (WILDE, 2003). Eram

Rio Grande do Sul (IHTRGS) http://www.terra gaucha.com.br/tratado_de_madri_spa.htm disponível em 20.01.07)

²³ Missões Jesuíticas. <http://www.h2foz.com.br/outros/missoes/index.php>. Disponível em 19.01.07

peessoas voltadas, num primeiro momento, para a observação, classificação e comparação dos comportamentos e costumes para, a partir delas, estabelecer representações mais estáveis. Faziam seus “relatos” à Coroa e propunham políticas específicas. Procuravam também dar uma certa ordem à situação caótica nos **limites geográficos** entre Portugal e Espanha. Realizaram-se sucessivas expedições científicas e demarcatórias, cujas definições obedeciam quase que rigorosamente aos relatos dos naturalistas, que reuniam nos seus escritos informações geográficas, botânicas, históricas, e etnográficas. Enfim, registravam e analisavam tudo, e descreviam cientificamente as diferenças socioculturais. Alguns documentos misturavam, às vezes, **interesses oficiais e particulares**, que terminavam por se transformar em políticas públicas *Las "etnografías estatales" permitirían mediante la descripción ordenar la diferencia o establecer los límites entre un adentro y un afuera inscripto en la cultura. En esa operación construían su propio lugar como "acultural", o si se prefiere, "metacultural"* (URBAN, 1992, apud WILDE, p.. 203).

O relato da missão de Azara transformou-se na *Geografía Física y Esférica de las Provincias del Paraguay y Misiones Guaraníes*. Contém, conforme Wilde (2003), as estratégias discursivas para a construção das diferenças socioculturais que afirmaram com o tempo, ao se transformarem em políticas de Estado. Felix Azara participou diretamente da formação das políticas relativas às populações nativas, contrariando, muitas vezes, o relato de outros funcionários ibéricos da época, em que insistiam em preservar determinados valores europeus e católicos. O funcionário da Coroa havia formado parte da Sociedad Económica Aragonesa de Amigos del País, de ideologia liberal, e mostrava-se curioso e pragmático.

Ao chegar aqui, esboçou as novas estratégias discursivas para a construção de diferenças socioculturais, algumas das quais foram incorporadas em novas políticas para a região. Inicia seu trabalho introduzindo uma “classificação” dos habitantes:

[...] distingue en tres castas: la "española", la "india" y la "africana" de las cuales, considera, es preciso "hacer varias subdivisiones porque así lo requiere su estado físico, moral y político." (Azara, 1904, p. 350). Azara llega a los guaraní misioneros, incluidos en la segunda casta, luego de un inventario de descripciones de momentos confusas y contradictorias. Comienza con los "indios payaguas", más adelante habla de los "indios mbayas", luego de los "guayana", retratándolos siempre de acuerdo a la talla, el aspecto físico, la vestimenta y las "bárbaras costumbres" desde la crianza al enlace matrimonial. Respecto de los "guayanás" dice que son "flacos, de bella estatura y proporciones, que algunos tienen ojos azules, los restantes negros: que aunque su color no pueda decirse blanco, lo es respecto a los demás indios, que son de a pie [...]" (Azara, 1904, p. 404). *Continúa con los "guanás" y luego con los "lenguas" en la misma tónica. Refiriendo a la talla de los tupí y los guaraní señala que es "más baja, ridícula, cuadrada y pusilánime"* (Azara, 1904, p. 402). *Algunas frases, hoy vistas, son de una arbitrariedad y vaguedad sorprendentes, por ejemplo, afirma de los tupí que "cuentan [los*

que] los han visto que el color es de indi (AZARA, 1904, p. 403. apud WILDE, 2003).

Azara traça comparações entre um e outro grupo, classificando-os juntos, de alguma forma, assemelhados:

[..] los guaraníes algunos de cuyos rasgos los "aproximan" a los Minuanes y Charruas, mientras otros los mantienen alejados de estos (Azara, 1904, p. 405). Respecto de los guaraníes monteses (caaguas o caingúá) dice que son lo mismo que la segunda clase de guayaná "aunque tienen diverso nombre" (Azara, 1904, p. 407). Afirma también que una segunda clase de guayaná, "[...] es indubitablemente guaraní porque así lo justifican plenamente su idioma, su baja, triste cuadrada y fea figura que regulo de 5 pies y 9 pulgadas españolas." (Azara, 1904, p. 406). Y las descripciones continúan en el mismo tono (AZARA, 1904, p. 403. apud WILDE, 2003).

Wilde observa que, por trás de uma reflexão vaga e confusa, prevalece a intenção política clara de ordenar as diferenças por meio de nomações, classificações e comparações. Para dar maior credibilidade às suas descrições, Azara usava sistematicamente representações visuais, mapas e ilustrações que facilitavam aos mais incultos perceberem as diferenças socioculturais (ALONSO, 1994).

Destaca ainda o fato de que os "habitantes" não entendem com clareza os valores da vida cotidiana dos colonizadores. Refere-se aos guaranis dos povos das missões, dizendo que eles "*conocen poco el honor y la vergüenza*" e observa que eles estão permanentemente procurando emprego no cabildo (AZARA, 1904, p. 416, apud WILDE).

También se parecen en las débiles influencias del amor que no tienen la actividad española: jamás se mueve por su estímulo la menor pendencia, ni las mujeres son premio del valor: este es un asunto tan frío como el paseo. Los pocos años, la perfección del cuerpo, la viveza, y obsequios con otras calidades tan apetecidas de nuestras mujeres andan a la par entre los indios con las canas y jorobas: cualquiera hombre es lo mismo para las mujeres, cuyos negocios nunca prolongan un minuto la conversación. Verdad es que esto no es tan absolutamente cierto con los hombres para con las mujeres, pues aunque no riñen por ellas ni las galantean,

acostumbran dar alguna preferencia no muy buscada, a las más lindas (AZARA, 1904, p. 412, apud WILDE ,2003).

O engenheiro espanhol chega a comparar em termos de práticas sexuais alguns dos “habitantes” como animais, quando equipara os guaranis com os chaquenos, informando sobre a existência fecunda de pessoas “albinas”, que ele alega ter visto também entre os animais “*pero no en los negros y mulatos*” (AZARA, 1904, p. 413). Prega ele a virtude, a honra e o “buen gobierno”, tema que será destacado mais tarde por alguns intelectuais espanhóis.

Muitas das idéias de Azara foram, portanto, transformadas em políticas concretas de Estado, com propósitos homogeneizadores, voltadas para destruir as diferenças.

Las políticas más importantes en el Río de la Plata destinadas a crear homogeneidad fueron básicamente tres muy relacionadas entre sí: la definición de un territorio por medio de la demarcación de los límites con Portugal, el exterminio de la población "infel" y el poblamiento de la "campana". Esas políticas definían en el plano sociocultural una distinción entre un "adentro" y un "afuera". El "adentro" era concebido como un espacio homogéneo, donde eran eliminadas las fronteras étnicas que diferenciaban a los diversos grupos reducidos e "infieles" y la población criolla. El "afuera" era identificado con una alteridad equiparable con España. Frente a éste "gran otro", Portugal, la corona española podía imaginarse como cuerpo homogéneo o al menos homogeneizable. Es destacable que mientras el "adentro" se establecía en términos étnico-raciales y se apuntalaba en un canon de civilidad, el "afuera" se expresaba en términos político-administrativos” (WILDE, 2003).

Entende Wilde que o discurso oficial, refletido no modelo de Azara, apresenta uma contradição importante: “*construye al otro como otro y simultáneamente define la identidad del Estado como entidad sociocultural.*”(WILDE ,2003). A partir daí, desenvolvem-se práticas de assimilação baseadas em valores universais. “*Este segundo rostro incorpora al otro como igual en apariencia, si y solo sí, se adapta a valores particulares asumidos como universales* (WILDE ,2003). Enfatiza que são como “*dos polos opuestos que se atraen y se devoran*”, ou seja, a Coroa criava a diferença para assimilar. Estava isso subjacente no discurso das “Etnografias Estatales”. Contudo, observa Wilde, os relatos de Azara foram fundamentais para que a Coroa percebesse as mudanças hegemônicas na América do Sul espanhola e particularmente no rio de la Plata.

3.3 Categorias socioculturais ambíguas

Os ancestrais europeus da americanidade têm uma história também multiétnica, multicultural e, sobretudo, controversa. A Lusitânia e a Ibéria sofreram a invasão dos lígures, dos ilírios, dos ibéricos, celtas, fenícios cartagineses e gregos que chegaram à Lusitânia e a Ibéria românicas (séc.III a.C.), depois, os bárbaros (409), os árabes (711-1492) e os judeus. Todos esses povos tiveram forte influência na formação cultural e na configuração identitária do português, ao introduzir, cada um, línguas (latim, árabe), costumes (vestimentas, banhos) e práticas sociais (agricultura, ciência e comércio). A influência árabe foi marcante, sobretudo porque prolongada e extensiva. Depois de sete séculos de ocupação, eles deixaram a península ibérica praticamente oitos anos antes da descoberta da América e a dezesseis da descoberta do Brasil, por Pedro Álvares Cabral.

O início da ocupação definitiva da América, tanto pelos espanhóis quanto pelos portugueses, começou quase 30 anos depois, paz relativa favorecida pelas disposições do Tratado de Tordesilhas (1494), em que Portugal e Castela dividiam o Atlântico e as terras banhadas por ele. A chamada fase da pré-colonização foi marcada pelo extrativismo vegetal, quando a costa brasileira foi visitada por franceses, holandeses e espanhóis. Os portugueses estavam mais interessados em assegurar o comércio de especiarias com a Ásia, o ouro, o marfim e o escravo negro na África. Coube à expedição de Martim Afonso de Sousa iniciar a ocupação colonial do Brasil, trazendo colonos, animais e sementes para o Brasil. Martim Afonso fundou a primeira vila no Brasil, São Vicente (1532) e instalou o primeiro engenho de cana-de-açúcar.

A partir daí, a Coroa portuguesa iniciou o modelo de donatarias e sesmarias (doações privadas de terras), mas sempre orientando seus súditos a ocuparem imediatamente a costa, especialmente as entradas e as margens dos grandes rios, entre, onde estão hoje, Belém e Laguna. A criação das capitânicas hereditárias (1534) – um misto de poder econômico e político jurisdicionado, e de que originou, no século XIX, a divisão geopolítica do Brasil - e a instalação do governo-geral (1549) deram ao processo povoador português um forte impulso, atingindo, contudo, o seu ápice na primeira metade do século XVIII, com a descoberta do ouro e de outras pedras preciosas. Só em Minas Gerais teriam entrado 900 mil pessoas entre portugueses e negros escravos. Há uma forte miscigenação entre brancos, negros e índios. É nesse mesmo período que se inicia o fluxo migratório açoriano para o Sul.

A nova cultura incorporou o banho de rio, o uso da mandioca na alimentação, cestos de fibras vegetais e um numeroso vocabulário nativo, principalmente tupi, associado às coisas da terra: na toponímia, nos vegetais e na fauna, por exemplo. As populações indígenas não participaram inteiramente, porém, do processo de agricultura sedentária implantado, pois seu padrão de economia envolvia a constante mudança de um lugar para outro. Daí haver o colono recorrido à mão-de-obra africana. (Brasil Escola. <<http://www.brasilecola.com/>> Disponível em 02.03.08).

Na ausência de fonte mais consistente, tomou-se do site “Brasil Escola”, a informação de que é impossível precisar o número de escravos trazidos durante o período do tráfico negreiro, do século XVI ao XIX, mas “*admite-se que foram de cinco a seis milhões*”.

O negro africano contribuiu para o desenvolvimento populacional e econômico do Brasil e tornou-se, pela mestiçagem, parte inseparável de seu povo. Os africanos espalharam-se por todo o território brasileiro, em engenhos de açúcar, fazendas de criação, arraiais de mineração, sítios extrativos, plantações de algodão, fazendas de café e áreas urbanas. Sua presença projetou-se em toda a formação humana e cultural do Brasil com técnicas de trabalho, música e danças, práticas religiosas, alimentação e vestimentas. (Brasil Escola, idem).

Dentro desse período está aquele que foi chamado de “União Ibérica” (1580 - 1640), em que os reis da Espanha eram também reis de Portugal. Foi o momento em que a entrada de estrangeiros no Brasil estava proibida, mas isso não impediu que aportassem aqui os próprios espanhóis - que chegaram a fundar vilas no Brasil - judeus ibéricos, ingleses, franceses e holandeses. O Brasil recebeu ainda a visita de alguns cientistas, missionários, navegantes e piratas ingleses, italianos ou alemães.

Essa sociedade teve a participação de indígenas brasileiros, negros, africanos e toda sorte de gente vinda de Portugal europeu e dos outros portugueses, isso é, aqueles que ele havia plantado nas ilhas e no Oriente. Madeirenses e açorianos constituíam mesmo contingentes apreciáveis nessa façanha étnico-cultural. Tinha chegado desde os primeiros dias, atirando-se ao trato da terra com sofreguidão, ensinando técnicas de vida que significavam, senão uma renovação, um enriquecimento ponderável. Colonos, soldados, degredados, homens de origem humilde, como de clãs nobres, solteiros ou casados, haviam composto uma vasta gama humana que se adaptara facilmente ao meio físico, a ele se ligando para a permanência definitiva. (História da Cultura Brasileira, 1973, vol. I, p.102)

A historiografia tem salientado as regiões de Trás-os-Montes e Alto Douro, o Minho, a Ilha da Madeira e os Açores como pontos principais da migração portuguesa para a América; e, na Espanha, os povos de Castela e os do sul da península, esses últimos com formação cultural fortemente influenciada pelos árabes, e cujos tipos físicos variavam segundo o padrão humano deixado pelas ondas de povos bárbaros invasores.

A herança trazida pelos imigrantes madeirenses e açorianos foi fundamental para a organização da vida social na colônia. Distribuídos praticamente por todo o Brasil, os madeirenses trouxeram experiências administrativas, e os açorianos, desembarcados sobretudo no Sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) um formato de núcleo familiar (casais de açorianos) e que se difundiu rápido na medida em que ocupavam e organizavam o território com as estâncias privadas, a produção agropecuária, o comércio no interior e a fundação de núcleos, vilas e cidades que dariam cobertura às forças imperiais, muitas das quais absorvidas como habitantes locais. Foi em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul que o açoriano mudou sua posição social e, ao fazê-lo, trouxe um disciplinamento moral, ou seja, um padrão colonizador baseado na formação da família. (História da Cultura Brasileira, 1973, Vol. 1, p.47-63). A ordem jurídica fundamentava-se nas ordenaçõesmanuelinas (Dom Manuel), filipinas (Felipe II e III) e afonsina (Afonso VI).

Um das grandes devidas entre os historiadores tem sido se a construção da América e, particularmente, do Brasil, por sua configuração multiétnica e multicultural teria de fato sido a *“conseqüência de um grande, imenso plano de estado, concebido demorada e não inopinadamente, face a fatos diários que exigiam a adoção de uma ação política objetiva, permanente, decisiva?”*. No livro *“Raízes do Brasil”*, Sérgio Buarque de Holanda fala, no capítulo IV – *O Semeador e o Ladrilhador - da fundação das cidades* (1977) como instrumento de dominação nas colônias espanholas, dizendo, por analogia aos romanos, que era uma espécie de *“triunfo da aspiração de ordenar e dominar o mundo conquistado”*, e que eles entendiam que o predomínio espanhol sobre as terras conquistadas devia se dar *“mediante a criação de núcleos de povoação estáveis e bem ordenados”*. Para isso, traçavam seus mapas e cartas geográficas. Os portugueses, embora tenham tido no passado uma escola cartográfica de primeira linha, a de Sagres, tornaram-se, depois, mais práticos. Trabalhavam como estrategistas, cuja predominância estava na *“exploração comercial”*, *“fomentar a povoação”*, sobretudo da costa. Contudo, por meio de missões avançaram também na cartografia e na iconografia, identificando os elementos comuns da flora e da fauna. (Dossiê Brasil dos Viajantes, 1996).

A restauração da monarquia portuguesa, independente da Espanha, foi o momento da separação definitiva do processo, quase conjunto, de colonização da América entre Espanha e Portugal. Foi quando apareceram frentes de colonização interna, abertas pelas bandeiras e bandeirantes, disputando territórios com os índios e espanhóis.

Já em 1643, Salvador Correia de Sá propunha à Coroa a tomada de Buenos Aires, a fim de abrir caminho para o controle das riquezas de Potosi. Alguns anos depois o padre Antonio Vieira somava-se aos adeptos da conquista da cidade portenha. Este projeto acabou dando lugar a um outro – a fundação da Colônia do Sacramento – que perseguia essencialmente o mesmo fim: a projeção sobre o estuário platino (MAGNOLI, 1997, p.71).

Preocupando-se em expandir as fronteiras para mais longe possível a oeste, o expansionismo português fez uso inteligente da lenda indígena sobre a existência de um

grande lago no centro do continente para erguer a mitologia cartográfica da “Ilha Brasil”, segundo a qual, o Brasil era uma ilha e os rios Amazonas e Paraguai estariam unidos por um grande lago (*Lago de los Xarayes*). Difundiu-se ainda, a existência de uma unidade cultural ameríndia, integrada por uma cultura e uma língua (*a língua geral*) comum dos nativos: o tupi, da qual surgiu um dicionário, *Vocabulário da Língua Brasileira* e a primeira gramática publicada na língua tupi-guarani, utilizados ambos como o idioma oficial da conversão do gentio.

Coube aos bandeirantes²⁴, especialmente aos paulistas, refazer a trajetória dos povos nativos, desenvolvendo uma verdadeira epopéia nacional – o bandeirismo – e, com ele, a fundação do proto-Estado brasileiro, já que as bandeiras, acentua Magnoli (1997), personificavam “um poder público móvel”. Raposo Tavares foi encarregado de promover a “bandeira dos limites”, segundo a qual ele percorreu “o perímetro ocidental da Ilha - Brasil”. Com eles, configurou-se uma geografia aparentemente científica, em substituição à geografia mítica (MAGNOLI, 1997, p. 52-53). Magnoli (apud LINS, 1965, p.183, “Com o bandeirante, o Brasil autocoloniza-se” (p.59):

O bandeirismo, de instrumento direto ou indireto do poder colonial nas suas estratégias expansionistas, torna-se fator de subversão da soberania lusitana e de difusão territorial de uma nova soberania brasileira (p.59)[...] o discurso sobre o bandeirismo tende a mascarar o papel desempenhado pela União ibérica na expansão luso-brasileira para além do meridiano de Tordesilhas[...] (MAGNOLI, p.61-62).

A obsessão espanhola pela organização administrativa centralizada e pela urbanização abriu espaço para a mobilidade dos portugueses, que ocuparam as principais entradas fluviais do continente, desde a Amazônia ao Prata. Enquanto isso, os espanhóis entregavam para a Companhia de Jesus a ocupação dos limites orientais, deixando livres seus conquistadores para procurarem novas riquezas. Os portugueses se aproveitaram para ocupar as terras já conhecidas. Mas, observa Magnoli (1997, p.69) “*É inegável que tanto os portugueses quanto os espanhóis atribuíram aos religiosos funções de ocupação e controle de faixas imprecisas de fronteira*”.

Em 1632, o padre Cristóvão de Mendoza fundou o povoado de São Miguel, considerado o marco principal na América da civilização jesuítico-guarani. Agregou à sua iniciativa também a introdução do gado que ficou conhecido como “*gado franqueiro*”. O cavalo já era conhecido na região desde que chegaram ali os primeiros exploradores. Em

²⁴ Os bandeirantes penetraram os territórios do interior do Brasil a partir do século XVI para aprisionar índios, explorar o território continental, definir as posses da Coroa portuguesa e para expandir o comércio. Descendiam dos portugueses, mas eram, em geral, amestiçados, fruto do cruzamento com os índios. Falavam o tupi que aprenderam com os jesuítas e penetravam o interior acompanhados de grande caravana de escravos e índios. Exerciam uma ação violenta sobre as populações que encontravam. Por isso, foram condenados pelos jesuítas.

pouco tempo o cavalo tornou-se o maior patrimônio guerreiro dos índios charruas, jaros, guaranis, minuanos, etc., que habitavam a região do Tape, margem esquerda do rio Uruguai, em território, hoje, do Rio Grande do Sul. As reduções jesuíticas conseguiram o cavalo a partir de investidas sobre os charruas que haviam desenvolvido a sua criação, tendo se tornado hábeis cavaleiros. Surgiu daí uma nova raça: o “*cavalo crioulo*”, adaptado ao ambiente dos campos gerais e que demarcava uma nova soberania. Os dois abriram o caminho da convivência campeira naqueles territórios. (<http://www.sougaucho.com.br/animais/index.htm>) Disponível em 20.01.07).

Nos anos de 1637 a 1641 o bandeirante Raposo Tavares, atrás de mão-de-obra cativa, destruiu as reduções situadas entre os rios Taquari e Caí, obrigando os jesuítas a reflúem para a margem direita do Uruguai. A partir de então, o gado abandonado, sem interesse para os bandeirantes, esparramou-se, tornando-se gado "chimarrão", gado selvagem. Formaram-se então as Vacarias do Mar, que estendiam-se até as margens do rio da Prata, e as Vacarias dos Pinhais, manadas de gado selvagem que ocuparam boa parte do Planalto Central e dos Campos de Cima da Serra, e que iriam mais tarde atrair os gaúchos. [...] ocupados com o ouro e as pedras preciosas das Gerais, esquecem os índios. A grande quantidade de gado criado solto e sem dono atrai o interesse de portugueses que passam pela região e que começam a invadir as estâncias dos índios. Quando os índios perceberam a situação, voltaram para as missões, reclamando seus direitos. Com isso iniciou-se o segundo período da catequese dos jesuítas espanhóis. (<<http://www.terraeasfalto.com.br/destinos/riograndedodosul/missoes/index.htm>> Disponível em 20.01.07)

Haviam sido descobertos ouro e pedras preciosas em Minas Gerais, provocando uma enorme mobilização de pessoas do Rio de Janeiro, São Paulo e nordeste brasileiro, em busca do enriquecimento no garimpo em Minas. Esses “garimpeiros” como ficaram conhecidos, passavam o dia inteiro escavando, e tinham de importar a comida. Para atendê-los, os fazendeiros do Rio Grande do Sul passaram a vender-lhes a carne seca (charque), o que gerou um grande desenvolvimento econômico nos pampas. Os peões dessas fazendas, que preparavam o charque, eram nada menos que os descendentes dos índios guaranis, com larga experiência na criação de gado adquirida quando ainda nas missões (ALVES JR, 2007).

Em princípios do século XIX, a exemplo de Azara, outro funcionário da Coroa espanhola, Gonzalo de Doblas, fez um relato sobre as condições na Colônia, informando que nas jurisdições de Rio Grande, Rio Pardo e Porto Alegre, espanhóis abandonados, cujos costumes eram livres e até pervertidos, misturavam-se aos índios evadidos das missões. Eram pessoas que, expulsas ou fugidas das reduções, conheceram a liberdade e preferiam viver livres dos controles oficiais. (DOBLAS, 1948, p. 32, apud WILDE, 203), que ficaram conhecidas como gaúchos. Somava-se a constante ingerência portuguesa, procurando atrair essa população, com facilidades e abrigo, para o território ocupado por eles. Assim, nascia uma população nômade, campesina da região chamada de **Campanha** e que se estende pelo

Rio Grande do Sul, Uruguai, Argentina, que recusava a tutela do Estado, e que havia feito, da fuga e mobilidade, estratégias para sua sobrevivência.

A historiografia refere-se a essas populações e período como os de práticas sociais violentas, envolvendo o saque às estâncias, o roubo de gado e seqüestro de mulheres. Alguns relatos falam de grupos de índios minuanos, outros referem-se a "*índios cristianos*", por analogia aos guaranis missioneiros desertores, que se recusavam a viver de maneira "*estable*" e segregada num povoamento cristão, no qual mesclavam com os "*infieles*", mas gostavam de ser reconhecidos como "*cristianos*", o que revelava já um certo conflito de crenças e, particularmente, o início de uma crise identitária.. Podiam, conviver, entretanto, com diferentes identidades, transitando, portanto, no **espaço da ambigüidade**. Segundo Wilde (2003), "*Los guaraní misioneros fugitivos fueron actores centrales en la creación de espacios de "ambigüedad" y confusión en los que se diluía temporariamente la lealtad hacia la corona española y la condición de cristiano*". Misturavam-se com grupos desterritorializados da Campanha, com índios não evangelizados, portugueses e espanhóis desertores.

Una carta escrita hacia el final de la década de 1770 por el corregidor guaraní y otros representantes del Pueblo de Yapeyú, señala que las estancias y Pueblos están combatidos de los "charruas, minuanes asociados de los guaderíos, portugueses y españoles" (AGN IX.39.5.5). Por la misma época otro informe observa en relación con las partidas de salteadores que se componen de un número elevado de indígenas, cerca de mil, que viven en las toderías de los minuan "incluyendo en este número los naturales guaraníes que se han desertado y se hallan abrigados con ellos, el de varios españoles, portugueses, mulatos, y negros que se han incorporado a aquella nación" (AGN IX.39.5.5, apud WILDE, 2003).

As relações entre os guaranis **missioneiros e "infieles"** foram mais ambíguas que hostis, certamente instáveis, alternando momentos de indisposição, amizade e intercâmbio, algumas vezes motivadas até por relações de parentesco. Devido a uma prática de trocas constantes entre esses grupos, a idéia de "*infieles*", teria sido incorporada, dentro de um espaço semântico, segundo uma das versões correntes, para referir-se a "*no pertenencia*" ou a lealdades flexíveis ao Estado ou à religião, em oposição à ordem estabelecida. É nesse ambiente de flexibilidade e de adaptabilidade que vão surgir novas categorias de identificação sociocultural, entre as quais a figura do **gaúcho ou "gauderío"**, um vaqueiro desterritorializado, da segunda metade do século XVIII, como fruto dessas populações nômades da Campanha, envolvidas com atividades pecuárias ilegais, cujo modo de vida também não se ajustava aos costumes transmigrados das metrópoles. Miguel de Lastarria, secretário del Virrey Avilés em 1800, o descreveu assim:

Hay hacendados que poseen mas de cinquenta leguas; y que cuentan mas de dos cientos dependientes sin oir el Santo Sacrificio de la Misa; ni asistir á concurso de fiestas ó diversiones publicas; cuyo estado de barbaridad, é indecencia he descripto distinguiendolos con el nombre que les dan de Guaderios, Gauchos y Camiluchos (LASTARRIA, 1914, p. 245, apud WILDE, 2003).

A descrição textual do gaúcho²⁵ se dava paradigmaticamente por meio de uma oposição entre “civilidad-incivilidad”. As autoridades identificavam assim as pessoas que vagueavam pela Campanha e viviam da captura ou do roubo de gado. Eram muitas vezes chamados de ladrões, malfeitores ou vagabundos e eram classificados socioculturalmente com desdouro como “gente da Campanha”, que se moviam marginalmente sem controle por diferentes espaços territoriais e culturais.

Wilde (2003) destaca o fato de que essa estigmatização do gaúcho conduz à idéia de que eles não mantinham uma sociabilidade, ou viviam à margem das atividades políticas. Contudo, observa, estudos recentes têm procurado encontrar indícios que permitam reconstruir, dentro de uma lógica própria, a **sociabilidade da Campanha**. (BRACCO, 2003; GARAVAGLIA, 1997; GARAVAGLIA; GELMAN, 1995; RODRIGUEZ MOÇAS, 1994; ZURUTUZA, 1994, apud WILDE, 2003). A vasta região se estende como um braço da sub-região do Chaco à Patagônia, tendo de um lado, a Costa e, de outro, os Andes, atravessando, pois, o Prata. Trata-se de um espaço identitário do gaúcho, mas também espaço de integração entre centenas de populações e grupos sociais ligados direta ou indiretamente à Campanha.

3.3.1 Campanha: espaço ambíguo da interação

A sociabilidade na Campanha se fazia representar por duas frentes: a primeira, as estâncias, a propriedade privada; a outra, as atividades consideradas ilegais. Ambas geravam muitos espaços de sociabilidade e também categorias socioculturais de pertencimento, representadas por um grande número de pessoas que vagavam pelos campos, cujo perfil foi se ajustando aos novos tempos, sem alterar sua conformação identitária original.

Os habitantes da região pertenciam a três grandes complexos civilizatórios: no norte do atual Rio Grande do Sul viviam, sobretudo, a comunidade de língua jê,

²⁵ El gaucho es un hombre-jinete de la pradera, no responde a un tipo étnico único, fruto del mestizaje de la región rioplatense, su origen está vinculado a las singulares condiciones políticas, históricas y económicas de su medio. Pertenece por igual a las zonas ganaderas de la Argentina, sur del Brasil y Uruguay, el área geográfica del gaucho coincide con una región natural. Puede afirmarse con seguridad que su tipo primigenio nació en la Banda Oriental a lo largo del siglo XVIII. El vocablo gaucho proviene de la expresión quechua "huachu", que quiere decir huérfano o vagabundo. Los colonizadores españoles transformaron el término, a los huérfanos pasaron a llamarlos "guachos" a los vagabundos "gauchos". En el sur del Brasil suele llamarse "gauderio" o "gaúcho" (O GAUCHO, 1967).

especializada na exploração das florestas e na coleta de pinhões; nos campos abertos sulinos, os povos pampianos, que se tornaram exímios cavaleiros; no litoral, margens das lagoas, vales dos grandes rios, os povos guaranis e depois os imigrantes açorianos. Aldeias jês, pampianas e guaranis dominavam grandes extensões de terras, necessárias para sua sobrevivência. Suas terras comunitárias eram exploradas em forma familiar e associada. A propriedade territorial era praticamente privada desconhecida por ali (MAESTRI, 2003) até a chegada dos paulistas e açorianos.

A propriedade privada no atual Rio Grande do Sul, legalmente constituída no interior da região, começou apenas em 1730. Pedidos destinavam-se, comumente, a legalizar terras já ocupadas nas regiões de Torres, Tramandaí, Osório, Viamão, Rio Grande. Com o tempo, os requerimentos passaram a ser feitos também dentro das regiões dos campos gerais, razão que permitiu estender, por um tempo mais longo, um tipo de relação social, configurando uma cultura típica da Campanha. A concessão das terras eram vinculadas ao compromisso da implantação de estâncias que serviam, entre outras coisas, para apoiar as tropas e dar uma certa ordem no território. Os pretendentes a sesmeiros declaravam que possuíam recursos para povoar com cativos e gados as terras desocupadas que reivindicavam.

3.3.2 *Estâncias pampeiras*

As estâncias eram o lugar onde as pessoas podiam desenvolver uma vida social relativamente autônoma. Ali havia as vaquejadas, galopes, lugares para amansar animais, estabelecimentos, habitações para capatazes, trabalhadores e suas famílias, "pulperias" (tavernas) e capelas para a realização de atividades sociais e religiosas. Para elas convergiam também atividades de compra e venda de couros e carne de chague, exigindo reciprocidades e até vínculos de lealdade identitários. Muitas pessoas eram identificadas pelo primeiro nome ou apelido seguido pelo nome da estância a que estavam ligados. Elas atraíam para si a presença de trabalhadores como barraqueiro, carreiro, marineiro, coureiro e outros.

Com essas características foram feitas expropriações de terras também nos pampas da Argentina e do Uruguai, marcando o surgimento da sociedade pastoril ibérica. Junto com o território requerido, vinha, a partir do gado, a expulsão e a subalternização das sociedades nativas. Nessas regiões, o processo ficou conhecido como "limpeza dos campos" e de "guerra do deserto" e completou-se com a falta de interesse das Coroas pelo destino do campeiro cativo das grandes fazendas pastoris. Também no Brasil,

[...] os pampianos foram massacrados, escorraçados para a Banda Oriental, reduzidos a trabalhadores administrados, subalternizados. Os jês foram perseguidos por milícias públicas e civis. "Foram executados nas entranhas das florestas pelos terríveis bugreiros, para que seus territórios ancestrais fossem entregues aos colonos estrangeiros". [...] A expropriação completou-se com a conquista das Missões, em 1801, pelos luso-brasileiros. (MAESTRI, 2003).

Tudo isso aconteceu, segundo Maestri, no contexto da absoluta legalidade jurídica e institucional. As elites lusitanas jamais reconheceram o domínio do índio sobre os territórios comunitários. Quando o nativo quis se mobilizar para defender ou recuperar suas terras ancestrais, foi morto, reprimido ou escravizado, sob a justificativa de levantar-se contra as leis e a ordem formal, que “*só reconhecia a cidadania aos súditos e aos amigos do rei*”. A **fazenda agro-pastoril** constituiu-se na primeira base econômica material da civilização sul-brasileira, conclui o pesquisador.

No âmbito das fronteiras indefinidas, pessoas de diferentes origens étnicas estabeleciam circuitos de intercâmbio material e simbólico que dinamizavam e atualizavam permanentemente suas relações sociais (WILDE, 2003). Assim, as chamadas “pulperías” (tavernas), localizadas, muitas vezes, isoladas, sobretudo onde se cruzavam caminhos de mula, serviam como ponto de encontro dos contrabandistas de couros da campana. Tornaram-se também lugares de encontro e intercâmbio de informação e de negócios. Na estância desenvolvia-se, sobretudo, uma vida social, lugar onde se trocavam animais e onde os mais habilidosos faziam demonstrações. Mas, as estâncias introduziram e consolidaram também formas de expressão política, estética e religiosa.

A expressão “**gente da Campanha**” alimentou simbolicamente durante muito tempo a idéia de que se tratava de gente desterritorializada que se apropriava do gado e das manadas de cavalo ; primeiro, no campo e depois, também das estâncias, levando a choques constantes entre esses gaúchos campeiros e estancieiros. Atribuía, generalizadamente, culpa aos “infieles”. O gado livre no campo e as estâncias constituíam-se em pólos que atraíam gente do Rio Grande, da Banda Oriental, Corrientes, Assunção e até mesmo os guaranis missioneiros. As queixas eram comuns em todos os lugares.

No início do século XIX, as autoridades coloniais espanholas e portuguesas esquematizaram planos para reprimir as atividades ilegais tanto de um lado do rio Uruguai quando do outro, mas acusavam os povos um do outro de estarem por trás das atividades ilegais. De fato, fronteiras indefinidas davam margem a que pessoas de diferentes origens étnicas estabelecessem uma relação sistemática de trocas comerciais e simbólicas que contribuía para manter atualizada a dinâmica dessas relações. Daí, a extensão dos espaços de sociabilidade ao longo de todo o território da Campanha.

Outro espaço de interação enfatizado por Wilde (2003) é a **questão sexual**. Os índios estavam sempre perguntando uns aos outros sobre a disponibilidade de mulheres na “*región de las estâncias*”. Havia penas severas para o roubo de mulheres ou a promiscuidade, mas não tinham qualquer efeito sobre eles. Furtavam, feriam se necessário, faltavam com respeito aos religiosos, e levavam consigo mulheres independentemente de serem casadas ou não, passando a viver amancebados com elas.

O roubo de mulheres e a promiscuidade sexual eram práticas comuns entre os “guaranis missioneiros”. Os índios que desertavam levavam sempre alguma índia consigo. Essa promiscuidade posterior era tolerada pelos jesuítas. Quando os religiosos tornaram-se mais rígidos, um grupo de caciques criou fora de seus povos um lugar no qual eles pudessem escolher livremente as mulheres e o número que desejassem.

Pode-se assim dizer que nesses “*espacios de ambigüedad*”, de cruzamento de fronteiras étnicas e culturais, criados pela população marginal em relação às disposições oficiais, era possível circular com maior liberdade dentro do sistema colonial, sem perder completamente os referenciais e símbolos identitários originais. A realidade aparentemente caótica das atividades campeiras, possuía, entretanto, uma lógica de funcionamento autônoma, que facilitava fugir dos controles do Estado.

Os povos que transitavam por esses espaços de sociabilidade e de reciprocidade, por sua mobilidade e flexibilidade no relacionamento entre si, não se ajustavam às orientações e normas oficiais, por isso, com frequência, eram perseguidos pelas autoridades coloniais. A racionalidade do modelo de sociabilidade nesses espaços da ambigüidade é descrita assim por WILDE (2003):

Tanto la guerra, como el contrabando, el abigeato, el cuatreroismo y las faenas clandestinas de cueros entre otras prácticas eran consideradas por esta gente alternativas más ventajosas que la vida estable de un "poblador virtuoso". Permitían rápido acceso a ganados y provisiones, nutrían relaciones recíprocas y probablemente también incrementaban el prestigio de algunos actores (Saguier, 1991). Esa racionalidad móvil constituye la base de sustentación de estas personas y una modalidad singular de participación en los procesos regionales que con el tiempo dominará todo la región platina.

O índio guarani e o gado constituíram-se em elementos decisivos para a atração dos portugueses. Os rebanhos fizeram do território missioneiro um espaço de trânsito de tropeiros, contrabandistas, aventureiros e até caçadores. A importância crescente da pecuária ganhou um caráter distinto e atraía colonos portugueses e espanhóis. As disputas territoriais entre os governos portugueses e espanhóis não conseguiram conter o fluxo social e econômico entre os colonos espanhóis, portugueses, nativos e negros que por eles circulavam. Ao contrário, onde as autoridades apregoavam ser limite fronteiriço, ou se ignorava, ou se estabelecia ali um ponto de encontro entre grupos e comerciantes.

Enfim, desde a Colônia, buscou-se reconstruir linhas ordenadoras de tendências socioculturais das populações e dos domínios coloniais. Em que pese a grande mobilização técnica e científica, a dinâmica social concreta do cotidiano contribuiu decisivamente para criar os próprios “*espacios de ambigüedad*” sociocultural, que confundiam as autoridades estatais e, ao mesmo tempo, gerava um espécie de pertencimento mas, desterritorializado, o que livrava esses indivíduos das obrigações fiscais.

As tendências observadas por Wilde revelam idéias contrárias a territorialidade. Enquanto as autoridades espanholas representavam o território como espaço contínuo e fronteiras fixas, refletindo a idéia de Estado; as populações os concebiam de maneira

flexível e móvel, o que permitia relações interpessoais, intercâmbios entre grupos, mas também **identidades móveis e ambíguas**. Neste território descontínuo o Estado sempre foi frágil como referente identitário.

Por debajo de las imágenes y políticas que el Estado empleaba para controlar o reprimir a esta población se desarrollaba toda una gama de prácticas socioculturales autónomas que aún deben ser descubiertas e interpretadas. Quizás esta indagación nos permita reevaluar en el futuro el rol y significado de la "violencia" como forma de hacer "política" en las fronteras de los imperios ibéricos (WILDE, 2003).

3.3.3 Gaúcho criolo – personagem autêntico da americanidade nos Pampas

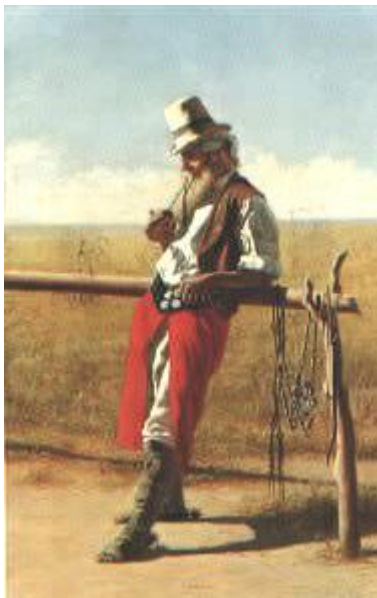
O vaqueiro nômade, que acompanhava os rebanhos bovinos e eqüinos pelas coxilhas dos campos gerais, era chamado de “gaúcho”. A palavra apareceu em crônicas de viajantes na América do Sul por volta de 1770 e se apresentava como uma nova adaptação, ou melhor, o ápice da fusão de tipos que o antecedeu - índios, jovens perdidos, vagabundos do campo (1642), changadores (1700) e gaudérios - presentes simultaneamente no Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina. Conhecia tudo do manejo do gado e da cavallhada.

Seus hábitos alimentares, de vestuário, indumentária, arreios, forma de domar cavalos, de laçar ou bolear, maneira figurada de falar, palavras utilizadas e música vão ser assimilados pelas novas ondas de colonização açoriana (1752) na região de São Pedro do Rio Grande do Sul. A presença do *ethos gaúcho* era tão forte que os açorianos se adaptaram a eles, transformaram-se e desapareceram no meio deles.

A imagem do gaúcho não se separa também da sua indumentária. Sua figura mereceu uma admiração e uma iconografia própria. Poetas e pintores os retrataram à sua maneira e em diferentes situações e atitudes.

[...] el porte del gaucho, luciendo sus calzoncillos amplios y con grandes bordados calados que asoman debajo del chiripá y que sujetan a su cintura con un cinto {...} trabajando en el corral, protegido por un poncho de lana de brillantes colores, que a veces usa recogiéndolo sobre el hombro a manera de capa, o enroscado en el brazo, como para pelear {...} vestido de fiesta, luciendo con orgullo su chaleco abierto, prendido con dos botones, que deja ver los pliegues de la camisa; o bien bailando un cielito, enfundado en la casaca corta que adornaba con botones de plata y con lujosa rastra en la cintura. Protegía su nuca con el pañuelo serenero que

coronaba con un sombrero de copa alta. (El Gaucho. <<http://www.folkloredelnorte.com.ar/gaucha.htm#vestimenta>> Disponível em 21.01.07)



“El Chiripá Colorado”, óleo de Juan Manuel Blanes. Foto: site O Gaúcho.

Evidentemente que, como o gaúcho transitava por um território extenso, dividindo com pessoas de costumes espanhóis, portugueses, índios e negros, essa iconografia apresentava desenhos, às vezes, diferenciados.

[...] hay diferencias entre la ropa que usaron los primeros gauchos y los de épocas posteriores, el chiripá reemplazó al primitivo pantalón corto de tipo andaluz y el tirador tachonado de monedas y patacones de plata, reemplazó al cinto. {...} el cuchillo, en lugar de usarse sujeto al costado izquierdo o adelante, se empezó a colocar sobre los riñones, enganchado al tirador, como lo llevan actualmente nuestros paisanos. (El Gaucho. <http://www.folkloredelnorte.com.ar/gaucha.htm#vestimenta>. (Disponível em 21.01.07)

Os gaúchos conheciam a região dos campos gerais nos seus mínimos detalhes. Guiavam viajantes e exércitos, dos quais fizeram parte em diversas ocasiões, pelos pampas. Tocavam enormes tropas de gado léguas sem fim. Os carreteiros cortavam a região em diversas direções, transportando produtos comerciais. Os primeiros gaúchos nômades eram “injustamente” chamados de ladrões no período do gado cimarrão, sem dono, trabalhavam sazonalmente em fazendas. Eram pouco exigentes e pareciam se divertir no trabalho de

laçadores, boleadores, carneadores e artesões de produtos de couro, influenciando de forma espantosa os filhos dos colonos da campanha ou povoados por onde passavam.

O homem típico da campanha deixou sua marca também nas guerras da independência, ingressando nas fileiras revolucionárias ou juntando-se às tropas legais. A audácia e sua habilidade para cavalgar, acrescidas do grande conhecimento dos territórios, fizeram deles soldados respeitados. Lutaram em terras cisplatinas no Alto Peru sob o comando de Belgrano e San Martín e, paradoxalmente, defenderam as fronteiras dos nascentes países.

Foi também um elemento chave nas guerras civis, lutando ao lado dos caudilhos, *maragatos* ou *chimangos* com os quais se identificavam em gostos e costumes. Da metade do século XVIII em diante, os campos começaram a ser fechados para sinalizar os limites das propriedades e estâncias, e os proprietários de gado se voltaram contra eles, acusando-os de roubar e de matar animais que, na realidade, haviam recolhido no campo. No início do século XIX, uma lei colonial, de 1815, criou uma espécie de identidade individual. Obrigava todos a levarem consigo uma declaração escrita do patrão, dizendo viver sob a custódia de uma estância, com validade para apenas três meses. Quem não tivesse esse documento era declarado sem raiz.

Iniciou-se uma perseguição oficial nesse sentido, o que obrigou a muitos a se protegerem junto aos caudilhos, embora um grande número deles continuasse à margem da sociedade. Muitos desses gaúchos vão aparecer lutando ao lado de Artigas, conhecido como o “libertador do Uruguai”, montados em seus próprios cavalos e usando as próprias armas. No federalismo, os gaúchos se dividiram entre Rosas e Urquiza, na Argentina. Pouco a pouco os gaúchos foram sendo assimilados, transformando-se em paisanos, cidadãos comuns, ou transferindo, de maneira legal, seus costumes para dentro da sociedade americana em configuração. Um grande contingente deles continuou, entretanto, condenado a viajar pelos campos, deslocando-se rápido para evitar a ameaça constante de ser preso por não dispor do papel de origem. (El Gaucho. <<http://www.folkloreelnorte.com.ar/gaucha.htm#vestimenta>>. Disponível em 21.01.07)

Os imigrantes que chegavam ao Brasil, mesmo aqueles sem tradição rural, foram aos poucos absorvendo os costumes gaúchos. Na mitologia gaúcha, particularmente quando se descreve a lida campeira, a figura do negro está todo tempo presente. Ele foi sempre lembrado pela habilidade no montar a cavalo, no laço, na boleadeira, e no uso das armas. Era diferente do negro escravo. Deixou sua marca na literatura “gauchesca”.

Simões Lopes Neto com o seu Negro Bonifácio (1912); o negro do duelo de Martin Fierro de Hernández; mais recentemente; o Tio Anastácio do poema de Jayme Caetano Braun. Hudson menciona o respeito por parte dos donos (brancos) em uma fazenda no Uruguai a um velho negro que tinha sido excelente campeiro no passado. No Monumento a Pelea em Montevideu no Uruguai há três gaúchos em combate. Um deles é um negro (BRAZ, 2007).

No início do século XIX, sessenta anos após a chegada dos açorianos, Saint-Hilaire anotou em seu diário que seus descendentes não queriam outro modo de vida, muitas vezes contrariando a vontade de seus pais. Todos queriam ser como os gaúchos.

Notam-se traços deste fato mesmo na rígida colônia alemã já em 1858, anotado por Avé-Lallemant. Para ele, "esses alemães demonstram nos campos traços de gaucharia, que se destaca no manejo do laço, condução da tropa e pelo modo de montar e destaca alemães aparecerem montados a cavalo, com elegantes ponchos listrados". Quando o inglês Luccock esteve no Rio Grande em 1808, a região estava completamente acriolada (ou agauchada): todos andavam a cavalo na região, independente de serem índios, soldados, escravos, peões, estancieiros, comerciantes, viajantes ou crianças. Logo todos se transformariam num povo único. (O gaúcho (sine autor, sine endereço, disponível em 20.0107).

Evaldo Braz salienta que Avé-Lallemant (1858) registrou o acriolamento de membros de colônia alemã desde 1858, e que Hilda Flores fez um estudo completo dos alemães na Guerra dos Farrapos. E assim, salientam, comportaram-se também outros estrangeiros absorvidos pelo *ethos* do gaúcho, e que foram chamados de “galegos” na Revolução Farroupilha.

Os italianos migrados para a Argentina, Brasil e Uruguai, para a região Cisplatina, vão ser vagarosamente absorvidos pela cultura gauchesca, que, por sua vez, incorpora alguns sotaques. Em artigo publicado na Internet sobre as comemorações da imigração italiana para o Brasil, Rovílio Costa e Luis Boni relatam que os italianos que chegaram à Província de São Pedro “sempre tivemos uma discreta inveja da vida do gaúcho: bombachas, pala, botas, lindos arreios, amplas propriedades, tudo isso nos falava simbolicamente da fartura e da liberdade, dois dos motivos pelos quais deixamos a velha península.” (Rovílio Costa e Luís de Boni - Nós, os gringos.<<http://www.paginadogaicho.com.br/deba/nog.htm>> Disponível em 20.01.07)

Rovílio Costa e Luís Boni registram que os italianos gostavam que os chamassem de “italianos”, mas “*italianos do Rio Grande do Sul*” que viam como uma “nova Itália”, só que, diziam,” banhada de etnias por todos os lados”.

[...] *não somos um pedaço da Itália: somos gaúchos. Talvez algum de nossos patrícios diga mesmo que é "gaússon", mas é com este sotaque que abrimos CTGs em todas as nossas cidades, que os levamos ao norte do País e que enchemos o Brasil de "Churrascaria Gaúcha". Constituímos cerca de 20% da população do Estado, concentrados nas zonas onde houve colonização, mas espalhados hoje por todo o Rio Grande, principalmente no artesanato, no comércio e na indústria das cidades.* (Rovílio Costa e Luís de Boni Nós, os gringos. <<http://www.paginadogaicho.com.br/deba/nog.htm>> Disponível em 20.01.07).

3.3.4 Literatura gauchesca

O gaúcho foi romantizado, tornando-se tema também da literatura. Webber (apud BRAZ), ao tratar de papéis políticos desempenhados por gaúchos, os vê engajados na música dos anos da ditadura na América Latina. Para Webber, foi o segundo momento da música gauchesca: “*o comprometimento com os movimentos sociais, com as classes oprimidas e exploradas do campo argentino*”.



http://es.wikipedia.org/wiki/Gaicho#Danzas_gauchas

O gaúcho tem sido objeto de estudos da sociologia, da antropologia e da literatura, área que inspirou até uma escola chamada de “literatura gauchesca”. A sua marca definitiva está no poema argentino “*El gaúcho Martín Fierro*”, de José Hernández (1834-1886), escrito em 1872, e que contém uma segunda parte chamada de “*La vuelta de Martín Fierro*”, escrita em 1879. Trata-se de uma história popular, épica, contendo passagens líricas e satíricas, e que discute a questão da vida e da morte, a liberdade e o destino do homem, e tem, como virtude maior, retratar um tipo humano, o gaúcho, localizado no seu ambiente e

no seu tempo. A sua linguagem simples tornou-o leitura obrigatória de qualquer pessoa e, por outro lado, a sua importância histórica fez com que ele fosse publicado em diversas línguas fora da Argentina.

Con un lenguaje diáfano, vigoroso y creador, su protagonista, el gaucho y payador Martín Fierro canta de manera humana su lucha por la libertad, contra las adversidades y la injusticia. "El gaucho Martín Fierro" recorre la felicidad inicial de su vida familiar en las planicies, hasta que Martín es obligado a alistarse en el ejército, su odio de la vida militar, su rebelión y su consiguiente desertión. A su regreso, descubre que su casa ha sido destruida y su familia se ha marchado. La desesperación le empuja a unirse a los indios y a convertirse en un hombre fuera de la ley. En la secuela del poema, "La vuelta de Martín Fierro", se reúne por fin con sus hijos y vuelve al seno de la sociedad, para lo que ha de sacrificar gran parte de su preciosaindependencia. <<http://www.coopvgg.com.ar/selva/martinfierro/martinfierro.htm>>

Martin Fierro consiste numa denúncia sobre as condições de vida dos gaúchos, transformados em capangas dos estancieiros, submetidos a tratamentos desumanos e sobre as perseguições a que eram submetidos pelas autoridades e as humilhações porque passaram nos governos Mitre, Sarmiento e Avellaneda, empenhados em extirpar as barbáries, representadas no índio e no gaúcho, para que pudesse nascer uma sociedade civilizada. Seu texto foi escrito exatamente no momento em que o governo argentino tinha como carro-chefe da sua política a atração de imigrantes estrangeiros para o país.

Seguindo o mesmo estilo do poema platino, surgiu no Brasil, em 1915, um livro chamado “*Antônio Chimango*”, de Ramiro Barcelos (1851-1916), assinado com o pseudônimo de Amaro Juvenal, e que se tornou uma referência para os gaúchos do Rio Grande do Sul. Escrito na linguagem simples do cotidiano da região, o livro ganhou várias edições e um lugar na literatura gaúcha junto com “*Contos Gauchescos e Lendas do Sul*”, de J. Simões Lopes Neto; e o “*Continente*”, de Érico Veríssimo.

O livro marcou um período da história política regional, constituindo-se numa sátira a partir do cotidiano da estância e da vida nômade do gaúcho, numa referência ao estilo borgista (Borges de Medeiros) de governar. “*Nas trevas da negra noite/ O gaúcho destemido, /Corre, seguindo o ruído, Sem medo ou temor da morte; /E vai, sem rumo e sem norte, /Guiado só pelo ouvido*” (BARCELOS, 1978 verso 156).

O gaúcho típico é, portanto, fruto de uma complicada mistura étnica e de culturas no Cone Sul, do lado de cá dos Andes, constituindo-se num dos traços mais fortes da auto-estima identitária do sul da América. Surgido dos Pampas – argentino, uruguaio, brasileiro, paraguaio, e de uma mistura de raças - ele é a incorporação de raças e etnias, não apenas indígenas, mas também de portugueses, espanhóis, açorianos, alemães, italianos e de outros que, ao chegarem ao Brasil, foram, de alguma forma, absorvendo a cultura gauchesca,

adotando seus hábitos e modos de vida, embora, alguns grupos de imigrantes vissem na cidade e na Serra, e não nos campos abertos da Campanha.

A literatura surgiu inspirada na região dos pampas, envolvendo tipos humanos e o modo de vida peculiar do gaúcho, habitante característico da região e de uma formação social emergida das vastas planuras desabitadas da campanha. Jorge Luis Borges considerava “*a poesia gauchesca como um dos acontecimentos mais singulares da história da literatura*” (LOPES, 2008).

O gaúcho, descrito como o constituinte étnico principal da formação do povo e da cultura regional, deixou suas marcas nas histórias da região como um andarilho, caleiro solitário, valente, intrépido, coureador de gado, desinteressado pela propriedade de terras e pelo lucro, e que se constituiu no mito fundador do Rio Grande do Sul e em um estilo de vida da região. A partir da segunda metade do século XIX, começa a desaparecer, quando as terras por onde vagueava errante passaram a ser cercadas pelos imigrantes açorianos e paulistas beneficiados com doações da Coroa. Segundo Galeno Lopes, “*Análoga situação ocorre em parte da Argentina e quase todo o Uruguai*”.

A grande marca da literatura gauchesca que narra a vida primitiva do gaúcho é que ela foi inicialmente oral. Suas matrizes foram sendo repassadas às gerações nas lides diárias do campo, porque o gaúcho não escrevia e não lia. Descrevia, com um discurso peculiar, episódios da vida daqueles homens desgarrados e arredios dos pampas. Mas, num segundo momento de identificação e de reconhecimento desse personagem mitológico, essa literatura laudatória da vida do gaúcho mascarava, no fundo, a situação de pobreza e marginalização nos campos, de acordo com Donald Schuler (apud LOPES, 2008). E a fala do gaúcho, em estilo narrativo e versificado, refletia esse estado de coisas. Entre os textos recolhidos, cita Lopes “*O tatu e a Chimarrita*”, informando que a crítica o tem comparado aos velhos romances portugueses.

Mas, considerado do ponto vista histórico e identitário, a literatura gauchesca, mesmo contestada por alguns estudiosos, foi e tem sido fértil, revelando traços e matrizes de vida desse homem típico dos pampas de configuração multi-étnica, em razão do perfil cultural reconfigurado com uma formação histórica e cultural. Sua fertilidade se expressa em obras distintas, algumas muito populares, tanto no Rio Grande do Sul, como na Argentina e no Uruguai como:

Martin Fierro (1872), de José Hernández; *Recordações gaúchas* (1898), de Luiz Araújo Filho; *Contos gauchescos* (1912), de José Simões Lopes; *Lendas do sul* (1913), de João Simões Lopes Neto; *Antônio Chimango* (1915), de Amaro Juvenal (Ramiro Barcelos); *Don Segundo Sombra* (1926), de Ricardo Güiraldes; *Recordações gaúchas* (1898?) ,de Luiz Araújo Filho. Existe uma literatura que também vem se formando em torno da crítica à literatura gauchesca o que, por outro lado, reafirma a força identitária do gaúcho, enquanto uma matriz típica da americanidade. Entre eles, citam-se: Ángel Rama: *La ciudad letrada* (1984); Augusto Meyer: *Cancioneiro gaúcho* (1952) e *Gaúcho: história de uma palavra*

(1957); Donaldo Schüler: *A poesia no Rio Grande do Sul* (1987); Guilhermino Cesar: *História da literatura do Rio Grande do Sul* (1956) e *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul, 1605-1801* (1969); Jorge Luis Borges: *El Martín Fierro* (1979); Regina Zilberman: *A literatura no Rio Grande do Sul* (1980). (LOPES. 2008).

3.3.5 Marcas originais da socialidade na América

Tupi, guarani, mapuche (araucano), jê, aimará, charruas são culturas e línguas que delimitaram o espaço da sociabilidade na América Meridional, muito antes da chegada dos descobridores. Cada grupo, cada povo, refletia marcas do imaginário e das relações sociais cotidianas dessas grandes áreas culturais, das fraldas dos Andes bolivianos até a Patagônia, da extensa costa brasileira aos Andes chilenos. Foram culturas extensivamente marcantes. A língua *tupi*, no centro e no leste do Brasil, funcionava para os portugueses, naturalistas e antropólogos como uma senha para o acesso a dezenas de grupos diferenciados, revelando marcas de uma origem ou de identidade comum entre eles.

Nenhuma língua primitiva do mundo, nem mesmo o sanscrito, ocupou tão grande extensão geográfica como o tupi e os seus dialectos; com effeito, desde o Amapá até ao Rio da Prata, pela costa oriental da América Meridional, em uma extensão de mais de mil léguas, rumo de norte a sul; desde o cabo de S. Roque até a parte mais occidental de nossa fronteira com o Perú, no Javary, em uma extensão de mais de oitocentas leguas, estão, nos nomes dos logares, das plantas, dos rios e das tribus indígenas, que ainda erram por muitas destas regiões, os imperecedouros vestígios dessa língua. [...] Confrontando-se as regiões ocupadas pelas grandes línguas antigas, antes que ellas fossem línguas sábias e litterarias, nenhuma encontramos no velho mundo. Asia, Africa ou Europa, que tivesse occupado uma região igual á da área occupada pela lingua tupy. De modo que ella pôde ser classificada, em relação á região geographica em que domina, como uma das maiores línguas da terra, sinão a maior. (MAGALHÃES, J. Vieira Couto. O Selvagem. Pridie Calendas. <<http://www.calendario.cnt.br/COUTOMAGALHAES.htm>>, Disponível em 25.01.07).

Na fundação de São Paulo, grupos tupiniquins dominavam os campos de Piratininga e o vale do rio Tietê. A região era povoada pelos tupis que, durante o inverno, desciam para pescar na costa. Eram constituídos vários grupos, guerreiros, que se orgulhavam da sua bravura. Os tamoios de (São Vicente), da família tupi, receberam os portugueses em 1532. Não duraram muito as guerras entre portugueses e índios porque os portugueses, com o apoio de José de Anchieta, que estudou e até escreveu uma gramática da

língua dos índios, aprenderam a usar a língua dos índios. Como dizem alguns antropólogos, ao estudar as culturas primitivas, o “inimigo é sempre aquele que não fala a minha língua”. (WEBWRITER SP 450 AÑOS Fundación de São Paulo de Piratininga.<http://www.webwriter.jor.br/id_esp/paginasesp/spfundacaoesp.htm#> Disponível em 25.01.07).

Tupi e guarani ²⁶ misturavam-se, embora o guarani explicitamente fosse a língua e a cultura praticadas dos campos centrais da América Meridional, desde o Paraguai às planícies do sul do Continente, chocando ou, às vezes, confundindo-se com a língua de índios vindos dos Pampas, do Chaco ou dos Andes. Os *charruas* perambulavam livres pelos campos do hoje território do Uruguai. Escorraçados, fugiram e um grupo remanesceu no Rio Grande do Sul. Os *mapuche*, que ocupavam um extenso território entre o leste do que hoje é o território da Argentina e a parte oeste, andina, do Chile, continuam a existir, e alguns grupos mantêm suas próprias tradições. Os *aimará*, da região do Chaco/Pantanal, envolviam territórios do Brasil, Bolívia, Paraguai e Argentina. No Brasil, eles foram representados, principalmente, pelos *cadiéu* e os *terenas* no Mato Grosso.

A pedido de D. Pedro II, o general José Vieira Couto de Magalhães, que viveu entre populações indígenas no Paraguai e no rio Araguaia, escreveu em 1876 a obra “*O Selvagem: tratado do idioma, dos costumes, mitos e usanças dos nossos índios*”. Couto de Magalhães, precedeu ao marechal Rondon no contato com as populações indígenas brasileiras. Embora ocupasse cargos administrativos e militares no Império, servindo em várias províncias, interessava-se pela questão indígena, e estudou o *tupi* durante 30 anos. Escreveu várias outras obras e relatos de viagem sobre suas passagens pelas diversas regiões culturais brasileiras e até do Paraguai. Escreveu “*Anchieta e as línguas indígenas*”, em comemoração ao tricentenário do jesuíta. Era um entusiasta da língua *tupi*

Pelo lado da perfeição, ela é admirável; suas formas grammaticaes, embora em mais de um ponto embryonarias, são, contudo, tão engenhosas que, na opinião de quantos a estudaram, pôde ser comparada ás mais celebres. [...] Muitas questões hoje obscuras em philologia e linguística encontrarão no estudo desta, que constitue uma nova familia, a sua decifração. (MAGALHÃES, idem)

Para Couto de Magalhães, o *tupi* e o *guarani* eram praticamente uma única língua, usadas, cada uma, por diferentes grupos: “*seria como se nós disséssemos: a língua dos mineiros ou a língua dos paulistas.*”, e observava: “*Se no Paraguay qualquer um disser:*

²⁶ Felizmente, foram registradas e classificadas quase todas as línguas indígenas faladas no Brasil: as que remanesceram, estão próximas de 200. Contudo, há ainda pessoas que acreditam que o *tupi* era a única língua falada pelos índios. Isso se deve ao fato de grupos *tupi* ocuparem quase toda a costa brasileira, com a qual os visitantes tinha contato de imediato e, por essa razão, o *tupi* foi a primeira língua estudada e registrada pelos missionários, viajantes e estudiosos, que também descreveram a cultura dos povos *tupi*, popularizando-a. Mas existem outros troncos lingüísticos no Brasil como o *tupi*, *aruak*, *macro-jê*; um grupo de línguas não tiveram suas origens identificadas; e outras foram reduzindo o número de falantes até desaparecerem totalmente.

guarany nhenhen, para traduzir a expressão - lingua guarany, ninguém o entenderá, porque, para elles, o nome da lingua é : ava nhenhen, litteral: língua de gente” (MAGALHÃES, idem). O tupi tinha algumas diferenças na pronúncia e no uso das palavras segundo a região que o falava.

Magalhães defendeu o estudo do tupi-guarani e até ensinou o idioma, chamado de “*nhengatu*”, falado no período colonial, mas depois proibido pelo Marquês de Pombal, porque dificultava a comunicação com a população. Entendia Couto de Magalhães, que ela ajudaria não apenas organizar a fala brasileira no período do Império, cujo português estava já misturado também à língua dos imigrantes e dos escravos africanos, como facilitaria o entendimento entre as diferentes etnias que conviviam entre si no cotidiano, já que cor da pele, mas também a língua, distinguiam socialmente as pessoas nas ruas das cidades brasileiras, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. Entendeu e pregou o espírito da alteridade: “*Desde que o homem fale duas línguas, comprehende que aquelles que não falam a sua se possam exprimir tão bem quanto elle o faz na propria.* (MAGALHÃES, idem).

3.4 Grupos étnico-raciais

Quando os colonizadores chegaram na América, o “Novo Mundo” já era ocupado por centenas de etnias. Era uma população em movimento pulverizada em pequenos grupos pelo território americano. Teria sido formada pelos povos autóctones, surgidos das ondas migratórias procedentes da Ásia há 40.000 anos (MELATTI,1970), parte dos quais dirigiram-se para o Sul, penetrando diferentes regiões, entre as quais, o hoje território brasileiro (8.000 anos). Esse movimento migratório foi interrompido e recuou, quando começaram a desembarcar no continente portugueses e espanhóis colonizadores que chegaram à região entre 1500 e 1914 (FAUSTO, 1999); africanos entre 1530 a 1850; outros povos europeus, 1815 a 1920; e imigrações mais recentes originárias de outras regiões do mundo, em particular dos países asiáticos e do Oriente Médio. Esses diversos povos e etnias fundiram-se em território brasileiro, tornando-se argentinos, uruguaios, paraguaios, etc. Ao longo da história, as etnias exóticas foram se diluindo na mistura com os nativos, fazendo surgir, no Brasil, um tipo étnico misto, amorenado, cabelos pretos e altura mediana, descrito em diversos trabalhos por antropólogos como Darcy Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira, Roberto da Matta; sociólogos como Gilberto Freire, Sílvio Romero, Sérgio Buarque de Holanda; escritores: José de Alencar, Machado de Assis, Monteiro Lobato, Guimaraes Rosa; e alguns estrangeiros como van Staden.

Roque Laraia (2000), um estudioso da etnografia brasileira, entendia que falar em etnia brasileira, por exemplo, constituía uma simplificação, pois a população do Brasil é historicamente resultante da fusão de muitas etnias - fatores culturais, como tradições, línguas e identidades; diferentes do que se chama de raça, descrita a partir de fatores biológicos como a cor da pele, o formato da cabeça, tipo de cabelo etc. Membros de uma etnia compartilham, portanto, valores culturais próprios e se comunicam por meio de uma ou mais línguas também próprias, dizia.

Os principais grupos indígenas que ocuparam o território brasileiro, de acordo com sua origem lingüística, eram os tupi-guarani, os jê ou tapuia, os aruaque ou maipuré, e

os caraíba ou caribes. Esses grupos se espalharam pelo Brasil, de modo que, quando os portugueses desembarcaram nas costas do Nordeste e depois no Sudeste, eles estavam lá: tupi, potiguara, tupiniquin, carijó. Logo foram vistos e apropriados pelos estrangeiros como mão de obra e prestadores de serviços. Foi com eles que os bandeirantes desbravaram e ocuparam o interior do Brasil no século XVIII. No início da colonização, eles representavam entre 3 a 5 milhões de indivíduos. O processo de ocupação, exploração e miscigenação praticado pelos portugueses e espanhóis foi, entretanto, vagarosamente exterminando-os ou assimilando-os. Deles remanesceram poucos grupos.

Paralelamente a esse processo de assimilação do gentio, um outro elemento contribuiu para a formação do povo brasileiro: o **negro**. Ele chegou, “transplantado”, como disse Darcy Ribeiro, já a partir de 1530, na condição de escravo, procedente de vários pontos da África – cada grupo com sua cultura própria e diferenciada - e foi sendo redistribuído pelo território brasileiro. Até o fim do tráfico negreiro, em 1850, havia ingressado no Brasil perto de 4 milhões de africanos, o que correspondia a 37% do tráfico negreiro entre a África e as Américas. Entre 1870 - quando o tráfico de negros já estava suspenso - e 1953, o Brasil recebeu mais 5 milhões de imigrantes de diversas nacionalidades, conforme dado divulgado pelo Memorial do Imigrante. De tal forma que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística passou a adotar em seus censos cinco categorias de origem racial: branco, negro, índio, pardo e amarelo. Os brancos, considerados como descendentes de europeus, constituíam-se na maior parte da população brasileira: cerca de 49,9%, chegando a 93 milhões de indivíduos (Censo de 1960), de um total de 189 milhões de habitantes. Estavam espalhados por todo o território brasileiro, com uma maior concentração na região Sul e Sudeste. Até a metade do século XIX, os brancos eram praticamente os descendentes de portugueses, hoje são originários de uma grande diversidade de povos, mesmo da Europa.

No censo de 1960, os índios representavam 0,4% da população brasileira, somando perto de 350 mil indivíduos. Desde o descobrimento, portugueses e espanhóis vinham ocupando as terras dos índios, expulsando-os com violência, e apropriando-se delas, processo que se completava com a catequese, destituindo os diferentes povos dos seus valores e identidade. Os índios, ao lado dos negros, forneceram, entretanto, um importante aporte genético para a configuração dos chamados “Povos Novos” (RIBEIRO, 1995, p.134) da América, entre os quais surgiram o mestiço e o mulato, resultantes do cruzamento étnicos ocorridos no continente.

Enquanto a escravatura do negro foi abolida, a pressão sobre o índio nunca se arrefeceu. No século XIX, os estudos das grandes epidemias, a varíola, por exemplo, terminaram por constatar a sua capacidade destrutiva, passando a ser usada contra os índios para a apropriação de seus territórios. Segundo o antropólogo Mércio Pereira Gomes²⁷ (1988), na vila de Caxias, no Sul do Maranhão, por volta de 1816, fazendeiros presentearam os índios timbira com roupas de pessoas infectadas pela varíola, provocando a morte coletiva daquele povo. Apropriadas, as terras passaram a ser utilizadas por eles para a criação de gado. Mércio relata ainda que, no fim do século XIX, os “bugreiros de Santa Catarina e

²⁷ Quando foi descoberta a etiologia das epidemias e sua contaminação, os portugueses e brasileiros não sentiram nenhum escrúpulo em utilizar-se desse conhecimento para promover o extermínio de povos indígenas que estavam no seu caminho. Essa mistura mais cruel de guerra e epidemia é que se chama hoje de guerra bacteriológica “(GOMES, 1988).

Paraná, financiados por companhias de imigração, deixavam em pontos determinados de troca de presentes com índios (Xokleng e Kaingang), cobertores infectados com sarampo e varíola". Casos similares aconteceram em várias regiões, em outras partes da América do Sul.

No Brasil, durante o governo de Getúlio Vargas, foi criado o Dia do Índio (19 de abril) para relembrar a realização do primeiro Congresso Indigenista Interamericano, realizado na cidade do México em 1940. Lideranças indígenas passaram a usar essa data para denunciar ou fazer reivindicações em nome das suas populações. Ao conhecer a história dos seus antepassados, começaram a reivindicar a retomada de suas terras e de seus direitos ancestrais, enquanto cidadãos. Tal fato foi ocorrido no nordeste brasileiro e no oeste da Argentina.

Vivem no Brasil cerca de 220 povos nativos, falando mais de 180 línguas classificadas em dois grandes troncos ou formando famílias lingüísticas isoladas. Consta ter sido o viajante alemão Karl von den Steinen o primeiro inventariante dos povos indígenas brasileiros em 1884. Ele registrou quatro grupos ou nações indígenas de acordo com as suas línguas: tupi-guarani, jê ou tapuia, nuaruaque ou maipuré e caraiíba ou cariba.

As populações indígenas estão espalhadas por todo o território brasileiro, embora mais da metade localize-se na região Norte e Centro-Oeste. Os índios são considerados descendentes originais dos povos autóctones do Brasil. Estudos genéticos recentes teriam comprovado que a maioria dos brasileiros têm mais de 10% de traços negros e até de uma longínqua ascendência de povos indígenas.

Nos seus 350 anos de existência, a escravidão no Brasil trouxe para o país cerca de 4 a 5 milhões de africanos negros, que se multiplicaram, somando cerca de 11 milhões de indivíduos, ou 6,3% da população. A maior parte dessa população é encontrada no Nordeste, embora esteja distribuída por todo o território brasileiro. No censo de 2005, uma população da ordem de 80 milhões de indivíduos, cerca de 43,2, declarou-se "parda", uma categoria que distingue o miscigenado. Os chamados "amarelos", indivíduos de ascendência asiática, chegaram ao Brasil entre 1908 e 1960, motivados por problemas econômicos nos países de origem. Representam hoje cerca de um milhão de pessoas, ou perto de 0,5% da população brasileira, constituindo-se na maior comunidade japonesa fora do Japão. Esses indivíduos estão localizados entre São Paulo e o Paraná.

Essas práticas massivas históricas de imigração e miscigenação vão destruir qualquer possibilidade de retomar as identidades originais na América. As crenças, mitos e práticas sociais introduzidos no meio das comunidades autóctones no território brasileiro, com, por exemplo, novas religiões e deuses exóticos trazidos pelos imigrantes, arrematados pela liberdade de culto, levaram a maioria dessas populações a um estado de alienação cultural, que as posicionou fora do espaço das novas sociedades. A Constituição Federal, que os índios chamam de "a lei do branco" assegura, até coercitivamente, a participação de cidadãos brasileiros em quaisquer atividades religiosas no país, como um "direito e uma responsabilidade individual que não deve jamais ser abdicada, sofrer quaisquer tipos de coerções e/ou incitações". A maioria da população brasileira pratica o cristianismo, como religião, sendo o Brasil o país com a maior população católica do mundo, o que tem facilitado manifestações políticas da igreja. Contudo, nenhuma religião é considerada acima

das leis seculares vigentes no país. Apenas 7% da população não pratica religião alguma; dentro dessa categoria estão os povos indígenas.

3.4.1 Canteiro de línguas e culturas vivas

O Tratado de Assunção procurou estabelecer, logo de início, que os idiomas *espanhol e português* seriam as línguas oficiais do Mercosul. Todorov e Faulstich chamam a atenção, contudo, para o fato de a América do Sul ser um “canteiro de línguas vivas” (TODOROV e FAULSTICH, 1996, p. 19). São cerca de 400 línguas em uso por mais de 400 grupos indígenas na América do Sul, correspondendo a, aproximadamente, 50 milhões de pessoas. Essas línguas foram acrescidas de algumas adoções lexicais que fizeram surgir ao longo do tempo na fala – e também na escrita – variações novas como o “*portuñol*” – fusão do português e espanhol; ou “*guarañol*” – guarani com o espanhol; na divisa do Paraguai com o Brasil, em Mato Grosso, fala-se uma espécie de “*guaranês*”, uma fusão do guarani com o português. Mas não fica aí: existem outras línguas, como o *aimará*, o *quéchua*, o *mapuche* e até o *tupi* (nhengatu), reclamando seu lugar ao sol no processo de integração da América do Sul. Cada uma dessas línguas tem seus heróis, seus mitos, sua produção social. Algumas delas mantêm estruturas de comunicação sofisticadas com gramática, dicionários, inclusive bilíngües, e mantêm, jornais, rádios, e até *sites* na Internet.

O *tupi-guarani* não formava uma língua uniforme, segundo observou Couto de Magalhães. Constituía-se numa estrutura lingüística, mas os índios desse tronco étnico, o falavam por dialetos. A criação de uma língua *tupi* padrão, ainda falada pelos povos nativos na Amazônia - deve-se aos padres jesuítas que simplificaram a língua, atribuindo-lhe o nome de *nheengatu* (língua boa) ou *abanheenga* (língua de gente). Os que não falavam *nheengatu* eram “*nheêgaiba*” (gente de língua ruim). Dois terços da população brasileira no período colonial chegaram a falar o *nheengatu*, levado pelos jesuítas para a Amazônia, onde existem grupos que o falam até hoje.

Mas em 1759, sob influência do Marquês de Pombal, o governo português baixou um decreto proibindo o uso do idioma “híbrido” ao qual embutia a acusação de que estava prejudicando as comunicações na colônia brasileira e impondo punições para quem não usasse o idioma português. Foi assim que, à força, o tupi-guarani foi tirado de circulação ao longo do tempo. Se não houvesse essa medida, o Brasil seria um país bilíngüe cuja população usaria o português e o tupi-guarani, tal como hoje ocorre no Paraguai em que o povo de lá exprime-se em espanhol e guarani, uma língua parente do tupi. (ALVES JR, Ozias. Disponível em 22.01.07)

Para Alves (2007), tupi e guarani diferenciam-se em algumas palavras e na pronúncia, mas são compreensíveis entre si, da mesma forma como o brasileiro pode

entender sem problema o castelhano, quando falado devagar. *"A língua em que Anchieta catequizava o gentio brasílico é a mesma em que Montoya catequizava o gentio paraguaio. [...] Ganharam o status de línguas diferentes apenas por questões geográficas"* (MAGALHÃES, 1935, apud ALVES, 2007).

Autor da *"Gramática de Língua Brasílica"*, o senador amazonense e oficial do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai (1865-1870), Pedro Luís Simpson (1840-1892), entendia perfeitamente o *guarani* falado pelos soldados paraguaios prisioneiros. Simpson aprendeu, em Manaus, o *nheengatu* brincando com crianças índias. Conta que o *tupi*-padrão era usado pelos padres jesuítas em suas missões pela Amazônia.

Proibido pela Coroa Portuguesa e, após a expulsão dos jesuítas do Brasil (1759), o *tupi-guarani* ou *nheengatu* foi desaparecendo, mesmo diante do esforço de alguns brasileiros para resgatá-lo e preservá-lo. Presidente do Instituto Histórico de São Paulo, Afonso A. de Freitas, autor de o *"Vocabulário Nheengatu"* publicado *post mortem* em 1976, pela Companhia Editora Nacional, São Paulo, tentou criar, em 1925, um curso de *tupi-guarani*. O curso não teve grande sucesso, mesmo gratuito; mas, em 1934, a Universidade de São Paulo instituiu uma disciplina de língua *tupi-guarani*, nomeando, para responsabilizar por ela, Plínio Ayrosa, um conhecedor da língua indígena.

Embora não se perceba, muitas das formas e palavras do *tupi-guarani* incorporaram-se ao português falado no cotidiano no Brasil. Influenciou, inclusive, na sintaxe. Até perto da metade do século XIX, em São Paulo, o caboclo falava *tupi*.

A ligação do elemento colonizador com o aborígine deu-se tão íntima e intensa que, por muito tempo, o uso do idioma guarani foi corrente no seio da população civilizada de São Paulo, notando-se, ainda hoje, sua poderosa influência no falar paulista: a circunstância dos atuais caipiras dos arredores de Conceição dos Guarulhos preferirem dormir em esteiras, no chão, desprezando o uso de cama, é uma clara reminiscência das velhas usanças dos murumimis, os quais, como é sabido, não faziam uso de redes, salientou Afonso Freitas, filho de Augusto de Freitas, em depoimento Ozias Alves (Alves, 2003).

Dom Pedro II, que era poliglota, sabia falar *tupi*. Conseguiu junto ao Vaticano cópias de manuscritos de canções escritas em *tupi* por José de Anchieta. As cópias do manuscrito.

Nheenga apiàba pé avaré Joseph Anchieta recê "(Fala aos índios pelo Padre José de Anchieta) chegaram às mãos de Couto Magalhães, já no século XX. Além de canções, o lendário padre compôs orações católicas no idioma indígena como esta "Tupã rerobia re tebo// Teco puero neobopa// Ageirira yniye rebo// Sancta Maria cupé// O mi by porangueté// Tomoye recoab orebo//" (Eu

peço e pedirei à Virgem Maria e ao menino formoso que perdoe nós todos (ALVES, 2007).

Trabalhando em cima dos escritos de Afonso de Freitas, Ozias Alves registrou alguns exemplos da influência do *tupi-guarani* no português do Brasil.

[...] a expressão "Tá". É uma contração do verbo "Estar" na 3ª pessoa do singular? Muita gente pensa que sim, mas não é. É uma expressão do tupi incorporada na fala brasileira.

*[...] O tupi-guarani não sabia modular a voz em interrogativa: suprindo tal deficiência, sempre que perguntava incluía na frase as partículas *tahá, tá, pá*, projeções de uma mesma raiz, e "será", todas supletivas da inflexão de voz imodulável pelo órgão vocal do aborígine.*

Observa Ozias Alves que, dessas partículas – “*será - fixou-se no vernáculo, por modismo, mas também substituindo a expressão portuguesa – será – [...] Em nheengatu a partícula- *será*- aparece, de ordinário, encerrando a frase, posição essa ainda mantida no português falado entre a gente do povo do Norte do Brasil: - *chove será, isto é, será que chove?*”.*

Continua dizendo que são raros os brasileiros que pronunciam o "r" de final de palavras: "*pagar*" é falado "*pagá*", "*amor*" soa "*amô*". “*Esse vício de linguagem vem do tupi-guarani*”.

Há tantas palavras tupi incorporadas ao português que nem percebemos, inclusive até na gíria de jovens. Por exemplo, há jovens que dizem: "O fulano chegou no serviço e babau. Perdeu o emprego". O "abau", que muitos acham ser uma gíria de surfista, é uma expressão secular do tupi-guarani, que significa "acabou-se" (ALVES, 2007).

Outra expressão tupi é "nhenhén". "Aquele cidadão é muito cheio de nhenhén", ou seja, que fala e reclama incessantemente. A fala vem de "nheen nheen", que significa em tupi "fala fala". Vejamos a seguinte frase: "Este cara é meu xará". Esta palavra, também tida como gíria, significa "amigo" no antigo idioma indígena. (ALVES, 2007).

Observa ainda Ozias Alves (2007) que os gaúchos usam e abusam do seu típico "tchê" no final de suas frases:

"Tchê" é outro sinônimo tupi-guarani que significa "amigo". Também significa "eu" e "meu". Mas esta palavra tão usada pelos gaúchos incorporou-se tanto no português do Rio Grande do Sul como no espanhol dos argentinos e uruguaios dos pampas fronteiriços ao Brasil por influência também do guarani do Paraguai. Aliás, o famoso guerrilheiro argentino que participou da Revolução Cubana, Ernesto Guevara, que morreu na Bolívia em 1967, era chamado de "Che" (como é escrito "Tchê" no espanhol). Portanto, Che Guevara significa "Amigo Guevara", que a história imortalizou como símbolo da rebeldia e da luta revolucionária esquerdista. (ALVES, 2007).

Os registros de Augusto de Freitas, compilados por Ozias Alves mostram também a influência do tupi no vocabulário da fauna.

Nome de animais e plantas como jaguar, jacaré, macaco, sagüi (pêlo), tapera (casa abandonada), cangueiro (de "Acanga"-cabeça, instrumento de tração para os bois), ipê, piracem, etc., etc., etc. Ao todo, como lembra Raquel F. A. Teixeira, em artigo no livro "A Temática Indígena na escola (MEC, Mari/ Unesco, Brasília, 1995), 70% do vocabulário do português brasileiro sobre animais plantas provém do tupi-guarani.(ALVES JR, Disponível em 22.01.07)

É de se considerar, portanto, que se pretende uma integração cultural dentro do Mercosul, é impossível ignorar a presença dessas marcas da cultura nativa no cotidiano das populações. Se elas estivessem mortas, talvez sua importância apresentasse outro sentido, mas são culturas e línguas vivas, faladas por milhares de pessoas em todos os territórios da integração, em particular no Paraguai, onde a língua guarani é tratada como a segunda língua nacional. A língua das relações institucionais, tanto interna quanto externa, é o espanhol, porém como conseguir a adesão para a integração, se o Mercosul não falar a língua das populações? De modo que aí uma janela aberta. No Paraguai circulam jornais em língua *guarani*, e a mídia de maior porte mantém páginas ou colunas em *guarani*. Existem sites na internet, cartilhas e escolas ensinando em guarani. A menos que na reconfiguração cultural do Mercosul pretenda-se, em nome da modernidade, eliminar de vez o guarani. Mas a própria modernidade assume a fragmentação cultural. Essa discussão, seguida de mobilizações no Paraguai, terminou por ser o *guarani* admitido como a terceira língua do Mercosul, que em guarani é representado lexicamente pelas palavras Ñemby Ñemuhá

3.4.2 Região do Chaco – os aimarás

Em que pese a região do Chaco ter sido o caminho de alguns conquistadores espanhóis, a vida comunitária dos grupos indígenas do Chaco sofreu impactos significativos a partir de meados do século XIX: *Cadiwéus* e *terenas* do lado do Brasil; *paiaguás* e *toba* do Paraguai e *moscovi*, Argentina. Os índios se viram envolvidos de lá para cá em três guerras desencadeadas pelos Estados que dominavam seus territórios, e que destruíam e se apropriavam dos seus sistemas produtivos, sobretudo da erva mate, uma cultura nativa e extensiva. Começou com a Guerra do Paraguai, e, em seguida, com o sentido de abrir seus domínios para colonos europeus, a Argentina promoveu uma campanha militar contra os índios do Chaco. Entre 1932 e 1936, aconteceu a Guerra do Chaco, entre a Bolívia e o Paraguai, que envolveu sociedades indígenas locais e outras vindas dos Andes. Todas essas guerras, conduzidas pelos respectivos Estados nacionais, terminaram por favorecer o controle sobre as áreas indígenas.



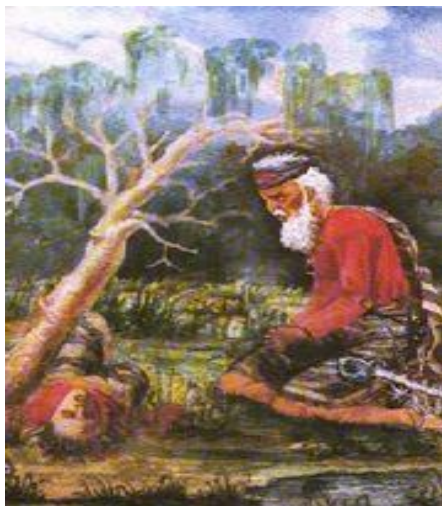
fig 1. A região do Chaco



fig 2. Erva mate (*Ilex paraguaiensis*)

Territórios da Bolívia e Paraguai, em conflito durante a Guerra do Chaco (1932-1935/Erva Mate (*Ilex paraguariensis*). (Guerra del Chaco. http://es.wikipedia.org/wiki/Guerra_del_Chaco).

Contudo, a expressividade numérica e a disposição para a luta afetaram a questão das identidades desses grupos. A língua guarani passou a ser respeitada e terminou sendo reconhecida como língua paraguaia. Os índios andinos, conseguiram a plena cidadania boliviana. Outros se viram mal situados no jogo das identidades, como os chiriguano da Bolívia, que falavam uma língua próxima ao tupi-guarani, cujos ancestrais haviam participado da civilização incaica, foram convidados a passar para o lado dos paraguaios que falavam o guarani. Isso gerou alguns problemas depois com os aimarás. O problema emergiu quando chiriguano se apresentaram na III Assembléia Geral do Conselho Mundial de Povos Indígenas para representar grupos andinos, no qual estavam presentes também representantes aimarás.



“Soldado paraguaio diante do cadáver de seu filho”, óleo de José Ignacio Garmendia



Mulher paraguaia (guarani) vendendo artesanato

A *língua aimará* pertence ao grupo *quechuamarán* de família *andina-ecuatorial*. Aimará engloba uma dezena de grupos étnicos, alguns pré-incaicos e compreendiam várias nações falando diversos dialetos aimarás na Bolívia, Peru e Chile. Embora próximos dos Incas, conservaram sempre sua língua. Após a ocupação do Peru pelos espanhóis, procuraram ignorar a língua do invasor, mantendo a deles, e em alguns povos, falava-se também o quéchua. No século XVI, os dialetos aimarás estavam espalhados pelo sul do Peru e no altiplano boliviano, onde hoje se fala principalmente o quechua (Línguas ameríndias. (<<http://www.proel.org/mundo/aymara.htm>> Disponível em 23.01.07). Isso mostra a presença de sinais identitários comuns ainda remanescentes entre populações dentro de uma grande área no centro da América do Sul, envolvendo Paraguai, Brasil, Bolívia, Argentina e Peru.

Os Estados nacionais foram estimulando e tirando partido desses conflitos entre os próprios índios e, a cada dia, avançando sobre os territórios indígenas, reduzindo-os, e desenvolvendo a colonização, a exploração de madeiras, plantio de cana-de-açúcar, extração do quebracho (para a obtenção do tanino), e até a exploração do petróleo, no Chaco. Sem terras suficientes para se expandirem e diante das novas necessidades introduzidas pelos brancos, os índios tiveram de procurar trabalho nas empresas que então se instalaram na região.

A conquista do Chaco propiciou a implantação de um mosaico de crenças naquela área etnográfica. Seguindo o velho estilo colonial, instalaram-se ali missões das mais diversas denominações. Chegou-se a serem criadas igrejas indígenas autônomas com cultos sincréticos para atender àqueles que permaneceram fiéis às antigas crenças, registrando-se ainda na região alguns movimentos messiânicos. Ao estudar a mitologia e a magia dos cadiwéu, Darcy Ribeiro constatou a presença de alguns traços identitários ligados à sua ancestralidade. Os mitos ainda estavam vivos entre eles, embora as condições ambientais houvessem mudado. Roberto Cardoso de Oliveira (1986) mostrou a fragilidade das crenças cristãs dos índios. Pequenas disputas políticas nas reservas tornavam vulneráveis suas convicções cristãs, fazendo com que eles migrassem facilmente do catolicismo para o protestantismo e vice-versa. (OLIVEIRA, 1976, apud MELATTI, 2007)

Um informe sobre “*Derechos Humanos en Paraguai*” de 1996, de responsabilidade conjunta entre o Sindicato dos Jornalistas (SPP) e o movimento “TierraViva”(<<http://www.derechos.org/nizkor/paraguay/ddhh1996/index.html>>Disponível em 26.01.07) revela que, desde a descoberta da América, a região onde se situa hoje o Paraguai é habitada por dezessete grupos étnicos pertencentes a cinco famílias lingüísticas, sendo a maioria da família *tupi-guarani*. Foram grupos que sempre evitaram participar do processo de mestiçagem espanhola, crioula ou mesmo indígena praticado desde a colonização até a independência nacional.

A Guerra do Chaco e o avanço da agricultura os obrigaram a buscar refúgios nas florestas, que, em 20 anos, a partir da década de 50, sofreram uma enorme devastação. Expulsos das suas terras, hoje, em sua maioria, estão, em grande parte, mesclados, morando em cidades e vilas, constituindo-se cidadãos paraguaios. Um de seus maiores dramas é a questão identitária, devido à perda dos lugares de origem e sua cultura vive sob a pressão das missões religiosas católicas, evangélicas e outras que chegaram à região.

Existem no país muitas comunidades indígenas que não têm mais terra própria. Embora haja uma legislação e iniciativas de governo destinadas a assegurar os direitos desses grupos, o tratamento dispensado aos índios é paradoxal. A maioria não pode usar as terras que pertenceram a seus antepassados até mesmo como concessão de uso. A deterioração ambiental é algo espantoso e empurra os índios para as cidades. Vivem em conflitos frequentes por causa da invasão de seus territórios por agricultores e madeireiros, um contingente significativo de brasileiros que não respeitam a cultura indígena e que

tratam os índios de "*haraganes*", classificando suas terras como ociosas. Geograficamente, estão divididos em dois grandes grupos: um localizado na região Oriental e outro na região Ocidental.

A família lingüística *tupi-guarani* que habita a região Oriental do Paraguai conta com aproximadamente 20 mil indivíduos, divididos em quatro etnias e espalhados por diversos departamentos: os *pai-tavyterá* (39 comunidades, 7.500 indivíduos); los *mbya-guaraní* (2.500 famílias e 9.000 indivíduos); los *ava chiripa* (8.000 indivíduos) e los *ache guayaki* (família *tupi-guarani*, grupo pequeno).

Até o início do século XX, as treze etnias habitantes da região Ocidental eram os únicos povos do Chaco. Eles pertencem a cinco famílias lingüísticas: *maskoy*, *mataguayo*, *zamuco*, *guaicurú* e *tupi-guarani*. São classificados também como *chaqueños -pámpidos e paleolíticos*. Representam hoje uma população em torno de 40 mil indivíduos. Ficaram fora da colonização espanhola, pela dificuldade que os exploradores tinham de se mover na região, cortada por grandes banhados entremeados com vegetação semidesértica e florestas. A água potável é para eles um bem escasso. A maioria dos grupos mantém suas tradições e cultura paralelamente às religiões tanto católicas quanto protestantes praticadas na região.

Em 1825, o Estado paraguaio declarou públicas as terras, incluindo as chaquenhas. Posteriormente, em 1885 até o ano de 1887, começou a vender essas terras para estrangeiros. A partir daí, o Chaco foi invadido por empresas de extração de tanino e por gado de propriedade dos latifúndios que se instalaram por ali. Abriram-se as portas do Chaco para várias missões religiosas como a anglicana, católica, igrejas evangélicas e para as chamadas colônias menonitas. Estas últimas, apesar de deterem apenas 2% da população total do Paraguai, produzem cerca de 65% dos lácteos e carnes do país, usando tecnologias de ponta. Essas missões, de uma maneira geral, assumiram a responsabilidade pela evangelização e a organização dos serviços básicos para as comunidades que se transformaram em povos pobres.

Embora a legislação indígena no Paraguai tenha avançado muito, ela não tem, contudo refletido esse avanço em benefício das populações tradicionais. As autoridades com a responsabilidade de aplicá-las são acusadas de conluio com os interesses dos grandes latifúndios, instalados sobre os territórios indígenas reivindicados. O Congresso Nacional aprovou a Convenio 169 de la OIT sobre "Pueblos indígenas y tribales en países independientes"(Ley 234/93), como uma passo importante para o reconhecimento dos direitos desses povos, mas a sua aplicação tem ainda um longo caminho a percorrer dentro do direito positivo paraguaio, devido aos mecanismos processuais já estipulados .

Sem uma política de línguas, o Mercosul vai ter problemas , porque línguas pré-colombianas são faladas ainda no Peru, Bolívia e Guatemala. Na Bolívia, o aimará e o quéchua – língua usada para comunicação entre os povos incaicos - são línguas oficiais. Evo Morales, conhecido como "líder cocaleiro", de origem lingüística aimará, chegou à presidência da República na Bolívia e tem sido o porta-voz das reivindicações lingüísticas dentro do Mercosul. O guarani é falado no Paraguai, no norte da Argentina e em áreas do oeste brasileiro. Com suas variáveis locais ou regionais, assegura os processos comunicativos do cotidiano. Cada língua dessas tem seus próprios heróis, mitos e formas de produção social. Outras variáveis surgem da mistura entre o guarani e o espanhol, que alguns chamam de "guarañol". Mas, o próprio espanhol tem, na América, variáveis como o

espanhol castela, o asturiano, o galego e outras que se misturam com as línguas nativas em algumas regiões.

3.4.3 Os Mapuches (araucanos, pampeanos)

As populações que vivem no chamado Cone Sul da América coabitam com diferentes culturas, sobretudo as araucanas, migradas do lado chileno da Cordilheira dos Andes para o lado argentino. Esses povos se espalharam pelas províncias de Neuquén, rio Negro, La Pampa, no sul de Mendoza e em torno da cidade de Malargüe, e se transformaram nos araucanos, pampianos, caracterizados como tal por usarem as boleadoras para caçar – moda comum entre os gaúchos. O principal desses grupos são os *mapuches*, que significa “gente da terra”. Originários do lado chileno dos Andes, tiveram muitos conflitos com o império Inca, mas não se deixaram dominar. Passaram 300 anos guerreando com os espanhóis. Nômades, transformaram-se em povos sedentários, caçadores, dedicando-se também à agricultura. Trouxeram para a região onde aportaram, um idioma próprio chamado "*Mapudungun*" ou "*Lengua de la Tierra*".



Bosque de pewen (araucaria) en la región Pewenche destruido por compañías forestales. Cerimônia Mapuche



Mapuche internacional. http://www.mapuchenation.org/espanol/main/galeria/galeria12_esp.htm, disponível em 24.01.08

A colonização espanhola levou quase três séculos para dominar esses grupos que reagiram fortemente até 1880, as chamadas “Guerras do Arauco”. Essas culturas foram fortemente afetadas ao longo do tempo pela sua transferência massiva do campo para a cidade. A luta das comunidades hoje é manter vivas suas tradições, costumes, crenças, lendas e rituais. *“Los pueblos Mapuches, Huilliches (gente del sur) y los Picunche (“gente del norte”) conservan sus tradiciones junto con su artesanía. Las transformaciones que han sufrido estos pueblos através del tiempo, no ha logrado que se olviden sus costumbres y creencias”*. (LOS MAPUCHE. Internet, acessado em: 25. jan.08)

Os conquistadores chamaram esses povos amalgamados de Arauco e Araucanía (destas terras) ou *araucano* (habitantes dessas terras). Seus descendentes se reconhecem, ainda hoje, como *mapuche*. Além da perseguição sofrida por parte dos espanhóis no século XVII, esses grupos tinham notícia da existência de gado selvagem do outro lado das montanhas. Começaram então a migrar em busca de melhores condições de vida e penetraram pelo território, hoje, da Argentina. Ocuparam vagarosamente terras nas províncias de San Luis, sul de Córdoba, La Pampa, Neuquén y Buenos Aires, instalando-se, finalmente, por força da perseguição militar espanhola, no final do século XIX, ao sul do rio Limay. Essa migração massiva para o território argentino provocou um impacto considerável nas culturas originais, resultando num processo de mestiçagem e intercâmbio cultural que marca hoje a população civil das províncias de Neuquén, rio Negro e Chubut.

No meio desses povos *mapuche/araucano* estão os *pehuenches*, hoje muito mesclados, que ocuparam o centro e o norte de Neuquén, estendendo-se ainda para os lados da cordilheira. Los bosques de Araucárias (*pehuen*) deram origem, em língua *mapuche*, ao seu nome *pehuenche*, significando extratores de pinhão. Ao adotar a língua dos *mapuche* perderam a sua; ao incorporar a criação de gado e de cavalos em seus costumes, transformaram-se em índios com estilo de vida pampiano. Não abandonaram, contudo, suas práticas da caça e da coleta do pinhão, nem a pequena agricultura que desenvolveram, mas sua marca foi na área comercial, já que as principais passagens das tropas carregadas de mercadoria que se destinavam a um ou outro lado da Cordilheira situavam-se em seus territórios. Eles souberam tirar proveito disso. (Los Pehuenche: "la gente de los bosques de araucarias"< <http://www.bariloche.com.ar/museo/MAPU.HTM>> Disponível em 12..01.07)

Os mapuches da Patagônia lideram, em quantidade, a população indígena da Argentina, segundo pesquisa censitária realizada pelo Instituto de Estadísticas y Censos (INDEC), em 2004, chamada *Encuesta Complementaria de Pueblos Indígenas* e publicada pelo *Diário Corrientes*, de 13 de outubro de 2005. Em seguida, vêm os *kollas* de Jujuy e Salta e os *tobas* del Chaco, Formosa y Santa Fe. É o resultado de uma pesquisa realizada com 300 mil personas que, somadas aos demais, ultrapassa a 400 mil indivíduos.

Trata-se do primeiro levantamento sistemático sobre a população indígena no país. As populações remanescentes foram classificadas em 37 povos e os resultados demonstraram que 62 por cento dos pesquisados eram *mapuches*, *kolla* y *toba* e o restante, *guarani* (vários grupos), *wichí diaguita calchaquí*, *mocoví*, *comechingón*, *tehuelche*, *mbyá guaraní*, *pilagá*, *chorote*, *chané*, *charrúa*, *tapiete*, *chulupí* y *ona*. Um por cento dos registrados na pesquisa reconheceu ter ascendência mista, de diferentes povos. (INDEC, *Encuesta Complementaria de Pueblos Indígenas* 2004)

3.4.4 *Charruas: os habitantes dos Pampas*

O processo de domesticação dos índios dos pampas uruguaios começou a partir da organização das missões jesuíticas, quando se iniciou o processo de sua integração à sociedade colonial. Não teve, portanto, um caráter econômico ou de conquista territorial imediato. Os índios eram muito arredios e transitavam desterritorializados por uma vasta região. Controlados, eles seriam, posteriormente, incluídos nos sistemas de dominação - *encomiendas*, *mita* ou *yanaconazgo* - formas utilizadas para o uso do trabalho indígena nas fazendas.

Nesse caso, estavam os *guaranis*, que ocupavam as selvas do oeste; os *guyanás*, habitantes dos territórios com prendidos entre a lagoa dos Patos e o sul do rio Uruguai até o oeste do rio Ibicuí e área do sul do Brasil; os *chanás*, estes sim, habitando o que é atualmente o território uruguaio, seguindo da costa do rio da Prata em direção contrária ao curso do rio Paraná na atual mesopotâmia argentina; a costa argentina do rio Uruguai, no norte, na desembocadura do rio Negro, era ocupada pelos *minuanes*; a zona do rio Negro y Durazno pelo grupo *yaros*; os *bohanes*, as áreas de Paysandú y Salto, e os *guenoas*, as região de Tacuarembó, Trinta e Três e Cerro Largo.

Mas, os índios que, apesar de um pequeno grupo, deixaram suas marcas na história do Uruguai e dos pampas foram os *charruas*, que dentro do atual território uruguaio ocupavam áreas ao norte e ao sul do rio Negro, chegando à costa. Considera-se que *yaros*, *guenoas*, *bohanes* e *minuanes* eram grupos *charrúas* que foram se desprendendo do grupo original.

Eram grupos nôades que vinham da zona pampiana e ocupavam área próximas do rio da Prata, inclusive a região de Montevideú, e estavam separados dos *guarani* por uma vasta zona despovoada de assentamentos como consequência de diversos deslocamentos militares dentro da região, no período de lutas políticas mais ativas.

Os *charruas* eram belicosos e, como tal, temidos. Destruíram todos os primeiros estabelecimentos coloniais, o que fez com que os colonizadores se instalassem do

outro lado, em Buenos Aires. Hernando Arias de Saavedra, um dos poucos espanhóis que desembarcaram ali, trouxe exemplares de gado vacum para se reproduzir espontaneamente. O território pelo qual vagavam os charruas não foi importunado pelos portugueses até a fundação da Colônia do Sacramento e, em seguida, a fortificação de Montevidéu, mas o gado se multiplicou por ele. Com isso, os *charruas* internaram-se pelo território, sobrevivendo da predação do gado e, muitas, vezes, agredindo outros grupos e colonos, vivendo de uma maneira primitiva e violenta.. Eram tão belicosos que o governo organizou, militarmente, um “*batallón de pardos y mulatos*” integrado por escravos liberados e mestiços de diversas origens para combatê-los. Pesquisadores da Escuela Digital os descreveram da seguinte maneira:

Según parece, eran de fuerte complexión física, siendo su talla algo superior a la media de los españoles; generalmente delgados, y con un color de piel muy oscuro, ojos negros, y al parecer estaban dotados de excelente sensibilidad visual y auditiva. No tenían barbas aunque sus cabellos eran muy negros, aún en los ancianos, se mantenían espesos no obstante la edad; y los llevaban muy largos ya que no los cortaban, aunque solían atarlos con alguna especie de cordel, adornándolos con plumas, como también usaban vincha. Su organización social era en grupos tribales, compuestos de una decena de familias, o poco más; y tenían un jefe o cacique, cuya principal función era dirigirlos en combate. [...] formaban grupos de cazadores, recolectores y “pescadores”; Usaban como armas el arco, flechas, boleadoras y “rompe-cabezas”; Practicaban un comercio primitivo; Se agrupaban en familias y tribus; No conocían la propiedad individual; Tenían una división del trabajo por sexo y por edad; Habitaban viviendas de juncos, ramas y cueros; Reconocían la autoridad de un jefe o cacique, especialmente en el combate; Usaban una vestimenta primaria, el “quillapi”; Tenían creencias muy primitiva; el espíritu maligno “gualicho”; en una vida de ultratumba, por lo que hacían enterramientos colectivos, los “cerritos de indios”; Se practicaban mutilaciones en señal de duel.

Félix de Azara esteve em Montevidéu por volta de 1781. Como engenheiro de terras e militar, foi auxiliar no batalhão chamado de “*Blandengues*”, chegando a ter contato com os *charruas*, que ele descreve na sua “*Viajes por la América Meridional*”, como de comportamento “tosco”, adoravam “alguna fuerza de la naturaleza”, não praticavam nem cantos e nem danças, nem expressavam alegria. Segundo ele, os *charruas* falavam uma língua particular, derivada, contudo, do *guarani*. Conseguiram ser resgatadas cerca de 60 palavras da língua dos *charruas*, que se transformaram no chamado “Códice Vilardebó”, em homenagem ao pesquisador que as recolheu e interpretou. Os *charruas* andavam armados com lanças de taquara de uns 3 metros e com pontas de ferro. Também usavam flechas curtas e rastreamos chegadas e partidas de milicianos espanhóis que passavam pelo seu território. Quando atacavam, o faziam a cavalo e a galope, gritando e matando somente os

homens. Mulheres e crianças eram mantidas como prisioneiras e passavam a integrar grupo²⁸.

Tinham a fama de serem causadores de grandes dificuldades aos colonizadores. A impossibilidade de submetê-los e as perseguições sofridas fizeram com que eles fossem gradualmente exterminados. Na época das campanhas libertadoras, os charruas, segundo Azara, não eram mais de 400 indivíduos. Atribui-se às milícias do general Rivera o extermínio dos últimos *charruas* guerreiros na perseguição desencadeada à etnia após a chamada “matanza de Salsipuedes”, em que morreram uns 40 indígenas, sobretudo caciques, sobrevivendo apenas 300, principalmente “mujeres y niños”, e mais quatro índios que teriam sido vendidos aos franceses, inclusive seu ícone maior, o cacique Vaimacu Peru. O próprio Lavalleja, chefe do governo, teria recomendado a Rivera, por volta de fevereiro de 1830, providências “más activas e eficaces” com o fim de garantir a segurança e as propriedades contra ataques dos charruas. Eles eram conhecidos como “malvados que no conocen freno alguno”.

O massacre de Salsipuedes tem sido motivo de grandes polêmicas e controvérsias até hoje no Uruguai, entre os partidos políticos nacionais, pelo fato de seus heróis nacionais - Rivera e Lavalleja – personagens históricos dos partidos Colorado e Nacional, terem se envolvido diretamente nas providências “más activas y eficaces” contra aos charruas. A análise histórica e os relatos literários da epopéia dos *charruas* fizeram surgir no Uruguai tendências político-filosóficas novas, exaltando a bravura dos *charruas*, considerando-a como a etnia indígena que marcou o caráter identitário histórico dos uruguaios. Apresentam os episódios de Salsipuedes como um “genocídio” oficial, que teria se dado da seguinte forma:

La decisión de poner fin al azote de esos grupos charrúas sobre los campos, quedó así a cargo de Rivera. Rivera y sus tenientes habían establecido buenas relaciones con algunos caciques en la época de los combates contra los diversos ocupantes del territorio. Rivera también gozaba de popularidad y adhesión entre los indios; con lo cual pudo atraer a los principales caciques y su gente a una emboscada. Desde su posición de Presidente, Rivera convocó a los principales caciques charrúas, llamados Polidoro, Rondeau, Brown, Juan Pedro y Venado, junto con todas sus tribus, a una reunión a realizarse en un bucle o “potrero” formado por el arroyo Salsipuedes, afluente del río Negro, el 11 de abril de 1831; diciéndoles que el Ejército los necesitaba para cuidar las fronteras del Estado. Según los relatos, lo entonces acontecido resulta especialmente reprobable. Agasajados y emborrachados, fueron atacados por una tropa de 1.200 hombres al mando de Bernabé Rivera. Se dice que el propio Gral. Rivera dió la señal de iniciar el

²⁸ A prática tornou o poema “*Tabaré*”, de Zorrilla de San Martín, uma das obras mais conhecidas e populares da literatura uruguaia.

ataque, haciendo fuego sobre el cacique Venado, luego de pedirle que le entregara su cuchillo para picar tabaco²⁹.

Parte dos índios que viviam nas planícies do Uruguai se instalaram nas Missões, com os jesuítas. Outros iam integrando-se com a incipiente sociedade rural e por meio da mestiçagem. Alguns haviam tomado parte em combates nas lutas revolucionárias conduzidas por Artigas. Outros na revolução libertadora, entre os quais se incluíam os *charruas* e seus caciques.³⁰ “*Si todavía hiciéramos cálculos de uniones entre charrúas y blancos a partir de 1700, la cifra de 82.000 descendientes se incrementaría, entonces llegaríamos al entorno calculado de que tenemos en el año 2000 en el Uruguay entre 300.000 y 1 millón de descendientes de charrúas*”. (PICERNO, 2002. Os *charruas* preservaram, entretanto, a sua liberdade de ir e vir, bem como sua cultura e forma de agir, enquanto os políticos tentavam organizar o país, herança que foi inteiramente incorporada pelo gaúcho³¹. No Rio Grande do Sul foi identificado recentemente um grupo *charrúa* remanescente.



Foto de Bernardino Garcia de Tacuarembò, neto de *charruas* e bisneto do cacique Sepé, tomada em 23 de setembro de 2000, desfilaro vestimentas típicas dos *charruas*, montado “em pelo” junto com a cavalaria gaúcha. Bernardino conserva os traços físicos e expressão de seus antepassados, o caráter, a expressão e os valores que caracterizaram a etnia *charrúa*. É o único descendente de um cacique legitimado em documentação histórica, que ainda mantém o orgulho de sua raça, demonstrando em atos tradicionalistas e como “La Pátria

²⁹ Os relatos desses episódios são de Acosta y Lara em sua obra “La guerra de los charrúas”; e, com sentido literário por Tomás de Mat, na sua “Bernabé! Bernabé!”. (Indígenas del Territorio Uruguayo. Escuela Digital. Internet: acesso 26 de janeiro de 2007) Montevideo. Disponível em: <<http://www.escueladigital.com.uy/historia/precolonial/indigenas.htm>>. Acessado em: 26. jan. 2007.

³⁰ LARAIA, Roque de Barros. Internet: acessado em: em 26. jan..07.

³¹ Desde el año 1990 los descendientes de Charrúas agrupados en la Asociación Civil con personalidad Jurídica denominada Asociación de Descendientes Charrúas (ADENCH) han venido realizando gestiones en procura de la repatriación de los restos de sus antepasados desde Francia, (Vaimaca Perú, Senaqué, Guyunus a y Tacuabé (http://www.internet.com.uy/charruas/html/exequias_de_vaimaca_peru.html))

Gaúcha” (Porque los charrúas? http://www.internet.com.uy/charruas/html/los_descendientes.html>Disponível em 24.01.08).



A continuación foto del nieto de charrúa, Bernardino García junto con su hija que también tiene los rasgos charrúas, y con el suscrito, teniendo en común principalmente la morfología longilínea, la altura, la cara más larga que ancha, longitud de los miembros, etc. La foto fue tomada en el campo cercano al cerro donde vivió el Cacique Sepé, que se puede divisar al fondo de la misma. Bernardino García, prácticamente un auténtico charrúa, una ahijada, y su hija. que posee también los rasgos característicos, piel bronceada, pelo negro y lacio, cuerpo musculoso y con predominio de formas alargadas más que anchas. José E. Picerno, cuyas características charrúas se pierden bastante por ser hijo de italiano y madre descendiente de 6a. generación de charrúas, pero mantiene algunos rasgos físicos y otros indicios, comprobables de su descendencia”. (PICERNO, 2002.).

3.5 Línguas exóticas, porém nacionais

O espanhol é falado do México à Argentina por cerca de 358 milhões de pessoas na América, e o português, por aproximadamente 180 milhões, embora apenas no Brasil, mas por um contingente que representa metade da população da América da Sul. Para a região os dois idiomas são os principais instrumentos de sustentação cultural e canal de relacionamento entre si e com o exterior. Ambos fazem parte do imaginário sobre a identidade regional. A origem ibérica e latina de ambos facilita a comunicação entre os povos, embora essas línguas faladas pela população no cotidiano sejam entendidas com dificuldade por uns e outros falantes.

Com os dois idiomas oficialmente aceitos como instrumento de desenvolvimento das comunicações e entendimentos, o Mercosul estaria declinando do uso de qualquer outra língua falada no continente, inclusive o *guarani*, língua vernacular da América Meridional

e reconhecida como oficial junto com o *espanhol* pelo Paraguai , e algumas áreas periféricas. Por força da pressão do governo paraguaio, o guarani foi finalmente admitido no Mercosul como língua oficial, embora com um caráter simbólico .

A língua espanhola, também conhecida na América como castelhano, é o nome dado a uma língua românica , originária de Castela, na Espanha, e que primeiro chegou à América, a partir do descobrimento, no reinado de Izabel. Hoje é a língua mais falada das Américas e, junto com o inglês, é a língua ocidental que possui mais falantes. Do espanhol derivam-se dezenas de dialetos. A região do Mercosul e seus associados abriga alguns deles: espanhol chileno, espanhol colombiano central , espanhol peruano ribeirinho, espanhol venezuelano, espanhol venezuelano central, espanhol venezuelano guaro-maracucho e espanhol riopratense. Outras vertentes são as línguas crioulas e outras derivadas como o ladino e o papiamento (<http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua_castelhana> Disponível em: 14. 12.06).

No Brasil fala-se o português, mas o país abriga 324 etnias, falando perto de 148 línguas diferentes, 26 das quais do tronco tupi, segundo dados da Funai (1993). A língua guarani está presente também entre algumas das 38 línguas não classificadas. Os diferentes grupos étnicos apresentam traços, costumes, culturas e línguas distintas, falando mal o português. Ocorre algo semelhante na Argentina. (Correio Braziliense, 24 de outubro de 1993, p.23)

Os falantes do português no Brasil entendem que suas falas são "sotaques" ou até "pronúncias", e não dialetos. Um dos motivos é o fato de que o termo "dialeto" tira a autonomia da língua, diminuindo, no mínimo, o seu prestígio. Entonações e sons de quase todos os dialetos de Portugal são encontrados em algum dialeto no Brasil. Alguns dialetos portugueses na África apresentam muitas semelhanças com o português do Brasil . Nas antigas colônias africanas usa-se o padrão de língua falado em Portugal. A língua portuguesa tem duas raízes dialetais e quatro sotaques principais: o português (Coimbra e Lisboa), e o brasileiro (Rio de Janeiro e São Paulo). Os demais são influenciados por essas quatro variáveis. No Brasil desenvolveram-se os seguintes sotaques: caipira - *interior do estado de São Paulo e sul de Minas Gerais*; cearense - Ceará; baiano - *região da Bahia*; fluminense - *estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo* (a cidade do Rio de Janeiro tem um falar próprio); gaúcho - Rio Grande do Sul; mineiro - Minas Gerais; nordestino - *estados do nordeste brasileiro* (o interior e Recife têm falares próprios); nortista - *estados da bacia do Amazonas*; paulistano - *cidade de São Paulo*; sertão - *Estados de Goiás e Mato Grosso*; sulista - *Estados do Paraná e Santa Catarina* (a cidade de Curitiba tem um falar próprio, e há ainda um pequeno dialeto no litoral catarinense, próximo ao açoriano). (<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil>> Disponível em: 14.12.06)

Em que pese a 98% dos brasileiros falarem o português, grupos minoritários usam no Brasil outros idiomas no dia-a-dia. Nesse caso, estão principalmente 180 línguas indígenas. A maioria dessas línguas derivam-se do tronco tupi-guarani e são faladas por um grande número de grupos. Alguns desses idiomas estão sob risco de extinção.

Os demais são utilizadas pelas poucas comunidades remanescentes do processo de imigração e que conseguiram preservar seus idiomas de origem, principalmente no sul do país. A maior parte está no Sul, e fala dialetos alemães, entre os quais predomina o riograndenser Hunsrückisch e o pomerano, que vivem, contudo, em comunidades menores.

A outra é o italiano principalmente do Vêneto com falantes concentrados nas serras gaúchas e no interior de São Paulo. O japonês é falado nas colônias paulistas. O censo de 2000 acusou a existência de, pelo menos, dois milhões de brasileiros falando outra língua diferente do português: 1,5 milhão fala o alemão; 500 mil, o italiano; 400 mil o japonês e 37 mil o coreano. Mas são comunidades bilíngües; o português está sempre presente. Os descendentes de imigrantes que ainda falam o idioma de origem materna estão assimilando rapidamente português; está em declínio o número dos estrangeiros que ainda falam a língua dos antepassados, especialmente as novas gerações, que se escolarizam por meio da língua portuguesa. (<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil>> Disponível em: 14.12.06).

Os falantes de língua portuguesa estão hoje representados pela Comunidade de Países de Língua Portuguesa que, cedo ou tarde, se beneficiará com o êxito dos entendimentos no Mercosul, cuja constituição exige uma Reforma Ortográfica, já tentada em 1990, com o fim de criar um padrão de português internacional. A questão continua em debate. O acordo pretende eliminar algumas duplicações de letras, adicionar pequenas novas regras e agregar algumas palavras novas. A questão é importante para a CPLP, mas será fundamental para o português oficial dentro do Mercosul, já que a língua em reforma pretende ser aquela que incorporará todos os imigrantes que ainda usam a língua material e a que será utilizada pelos países e organizações que adotarem oficialmente o português nas relações internacionais. (<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil>> Disponível em: 14.12.06).

3.5.1 Política de línguas

A presença da Igreja católica na América data do descobrimento. A Igreja è outra instituição que deixou marcas profundas na formação dos povos da América Meridional, ao dividir com o Estado os méritos e os ônus das conquistas, ambos apoiando, a seu modo, o processo de colonização, às vezes se confundindo, como no caso da Companhia de Jesus, que tanto evangelizava como ajudava na organização política, administrativa e econômica da colônia. O ato que institucionalizava a posse das novas terras passava sempre por uma missa rezada no local por um dos religiosos presentes, independentemente da forma – violenta ou pacífica – como se dera a conquista.

A organização eclesiástica seguia o formato convencional da Igreja com as arquidioceses, dioceses, prelaturas e paróquias, às quais cabia ministrar e evangelizar o gentio, ministrar os sacramentos e instruir a população, segundo, evidentemente, os preceitos cristãos, e que não sofreram, na América, grandes modificações nem com a forte presença do pensamento iluminista. As missas eram rezadas em latim mas, aos poucos, os jesuítas, em plena atividade em prol da cristianização do gentio, foram adaptando-as aos interesses da colonização, tornando-as amalgamadas culturalmente.

Fundada em 1540 pelo basco Ignácio de Loyola e um grupo de jovens parisienses e apoiada pelo Vaticano, a Companhia de Jesus chegou ao Brasil somente em 1549. Propunha-se a disseminar o cristianismo no mundo e, na América, cristianizar o gentio, Ao chegar por aqui, instituiu a Província Brasileira da Companhia de Jesus e, logo a seguir, um colégio que foi se reproduzindo em novas unidades praticamente por toda a costa. Pautavam-se pela religiosidade e foram os principais combatentes da Igreja contra a

Reforma Protestante. Eram contrários à escravização do índio, embora os usassem na produção comunitária nos aldeamentos missionários, nas missões no Sul e nas reduções no Paraguai.

Tinham uma constituição própria, escrita por Ignácio de Loyola, superior da Ordem dos Jesuítas (1554). Chegaram a controlar estrategicamente para a Coroa espanhola todo o vale do rio Paraguai e articular missões para proteção às comunidades do altiplano boliviano, o que dava também um caráter militar às suas atividades, expresso claramente nas guerras guaranícas, cujos relatos informam, por exemplo, que o jesuíta, padre Gabriel, seguiu “sin mas armas”, senão a própria fé, e outro jesuíta foi crucificado e atirado nas turbulentas águas do rio.

As missões jesuíticas espanholas funcionavam também como unidades econômicas de um **modo de produção** de aparência feudal. Produzia-se, de preferência, coletivamente, dividindo o resultado entre as famílias (*abambaé*) e o Estado (*tabambaé*), o cabildo, presidido por um corregedor eleito entre os próprios indígenas. A produção individual era também dividida: uma parte era de Deus (*tupambaè*), que ficava com os jesuítas.

Com a Igreja, a organização do Estado e depois a Independência, vieram as festas religiosas, os feriados, as comemorações litúrgicas - que foram se ajustando ao longo do tempo - e também as datas nacionais comemorativas, celebradas sempre com, no mínimo, uma missa solene. As datas mais importantes na área religiosa estavam relacionadas às do nascimento ou morte do santo padroeiro do país e com as representações da Independência e feitos heróicos nacionais. No Brasil, instituiu-se a comemoração da revolta de Tiradentes contra Portugal. No Uruguai, existe uma data dedicada anualmente a comemorar o nascimento de José Artigas, considerado o libertador do Uruguai; na Argentina, o de San Martín.

A Semana Santa e o Dia do Trabalho são comemorados em todos os países do Mercosul. Mais recentemente, os nativos da América ganharam um Dia do Índio. A Bolívia, o Peru, membros associados do Mercosul, e algumas regiões do Paraguai são os únicos a realizar, ainda hoje, eventos públicos comemorativos originários de representações culturais das populações nativas. No Brasil tem sido realizado também encontros de populações indígenas e até Jogos Indígenas de cunho nacional, nos quais reúnem-se representantes de muitos povos. Na Argentina, e na realidade em quase toda a América Espanhola, comemorase, paradoxalmente, o “Dia da Raza”, uma exaltação à “raça” ibérica, particularmente a espanhola, pelas conquistas na América. Uma área que tem permitido um estreitamento de relações, embora sob ânimos acirrados dos cidadãos, é a dos campeonatos de futebol na América do Sul (Copa Roca), cada vez mais diversificados, e dos quais emergiu competição chamada Comebol, disputada entre os países do Mercosul. Nas regiões de fronteiras são realizadas, sistematicamente, competições e eventos amistosos entre populações de um ou outro lado.

3.5.2 *Religião, festas e comemorações*

Ora, a língua é um instrumento de produção de sentidos. Othon Maria Garcia, (1995, p.155) afirma que “[...] *independente do emprego que se faça, a palavra existe no espírito com todos os seus significados latentes e virtuais, prontos a surgir e a se adaptarem às circunstâncias que a evoquem*”. Ela fundamenta a prática discursiva dos sentidos. Está presente, gerando a ação social. Para que possa cumprir bem o seu papel, ela desliza sobre um conjunto de regras anônimas e históricas que, segundo Foucault, são sempre determinadas pelo tempo, ocorrendo no espaço devido. Ela tanto pode se apresentar com nuances de fala rural ou urbana, pública ou privada - até mesmo se vinculando a usos vulgares e corriqueiros -, escritas ou orais.

Como uma espaço público, o Mercosul busca na linguagem os fundamentos do interesse social e os limites das possibilidades da compreensão mútua e da integração entre povos. Inicialmente achou-se por bem adotar, como línguas oficiais do organismo, o espanhol e o português. As opções implicaram, contudo, numa total exclusão das línguas nativas que, na América, são ainda faladas por cerca de 50 milhões de pessoas, evidentemente que algumas mais representativas em termos numéricos e outras até em processo de extinção. A adoção do guarani como a terceira língua do Mercosul foi oportuna, já que se trata de uma língua falada por populações de, pelos menos, quatro países membros do organismo.

Mesmo admitida em caráter simbólico, a questão das línguas no Mercosul poderá vir a ser um problema, à medida que o organismo passe a dedicar maior atenção para a área cultural. Como o Mercosul se apresenta como um vetor da americanidade, ou seja, da integração de países e populações da América do Sul, obrigatoriamente essa americanidade passa por uma política lingüística, por meio da qual devem ser reconhecidas e incentivadas, de alguma forma, outras línguas nativas importantes e usuais como o *quéchua*, o *mundungudun* e o *aimará*, cada uma delas apresentando sentidos próprios. Certamente, emergirão dessa política as contradições do multilingüísmo.

Em todos os países, os governantes eventuais procuraram direcionar a prática e o ensino de uma língua mais específica, capaz de refletir uma identidade nacional, e o fizeram de maneira nem sempre civilizada. Nos últimos 70 anos, o guarani foi banido das escolas no Paraguai. A resistência da língua é, contudo, impressionante. Proibida nas escolas, ela é falada na família, nas casas, nos contatos íntimos e na rua. O *quéchua* foi a língua comum dos incas, e, apesar de toda repressão, ao longo desses 500 anos, sobreviveu e é hoje língua oficial no Peru. O mesmo ocorre com o *aimará*, na Bolívia. Uma política lingüística para o Mercosul vai dizer que línguas devem ser admitidas como oficiais ou públicas, e que tipo de tratamento receberão em função da sua responsabilidade de produzir sentidos públicos. O guarani aparece em discursos no âmbito privado e em discursos de caráter público na literatura, na política e na mídia.

A América è multilingüística e o Mercosul é um espaço, no mínimo, do bilingüismo. Mas, enquanto o *espanhol* e o *português* são línguas que ultrapassam os limites nacionais e até continentais, as demais línguas americanas apresentam-se como experiências muito localizadas [...] *o espaço que o guarani ocupa é muito limitado e a passagem para o*

espanhol se torna rapidamente indispensável”, afirma Carolina Alcalá (2006) e conclui dizendo que a produção de sentido, a partir dessas línguas, apresenta sérias restrições: a escassez de gramáticas e dicionários monolíngües, e de textos didáticos escritos em espanhol.

3.6 Perfil identitário do Mercosul (Indústria cultural)

Quando se discute um processo integracionista entre nações soberanas e autônomas, é impossível ignorar a imagem que os povos têm de si e entre si. Na formação de cada Nação, existem elementos históricos e culturais diferenciados, interferindo na vida social e, portanto, no imaginário das populações. Diante da pluralidade de culturas, qual seria o perfil identitário dos povos do Mercosul? Os mitos fundadores precisariam ser refundados?

A inserção da dimensão cultural identitária no espaço social do Mercosul passaria, no entender de Saraiva (2003), pelo tratamento da integração a partir da cultura de uma forma pragmática: a da indústria cultural. O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) dedicou boa parte do seu tempo, tentando operar nessa direção. Saraiva (idem) entende que [...] *“a materialidade econômica da cultura permite viabilizar os desejos de aproximação dos povos”*. Ressalta, contudo, que:

[...] inserindo a dimensão de cultura no seu contexto econômico, não significa a negação das percepções românticas que imaginam a integração como o ideal que alimenta a vontade dos povos de estar juntos, de construir identidades comuns e de alimentar sonhos de um futuro sem fronteiras culturais entre os povos. [...] A experiência histórica da formação dos processos de integração demonstra como as duas dimensões – a romântica e a pragmática – podem e devem seguir juntas. [...] Já se pode afirmar que não haverá futuro para um Mercosul apenas mercantilista. [...] A revitalização desejável do esforço de integração demandará, nos próximos anos, um novo ambiente na relação entre cultura, educação e economia (SARAIVA, 2003, p.17).

Como vetor de uma identidade, o Mercosul procuraria promover a autoconsciência histórica dos povos envolvidos e uma mudança de atitudes culturais. Para Saraiva (2003), o sentido dessa mudança só poderia ser alcançado com o desenvolvimento da relação entre cultura e indústria cultural. No seu entender, parece inegável que essa última tenha, entre outras, a função de contribuir efetivamente para a construção da identidade dos povos da região. *“Se há um patrimônio já conquistado pelo bloco, outros necessitam ser construídos”*, afirma, o que conduz à idéia de que há necessidade de um projeto novo para as indústrias culturais do Mercosul.

Falar em indústria cultural pressupõe entender que se trata de um segmento que reúne a criação, a produção e a comercialização de bens simbólicos e serviços, cuja particularidade reside na intangibilidade de seus conteúdos de caráter cultural, conforme mostra Lacarrieu (2003, p.122), mas também sua reprodução massiva. O tratamento dado varia, diz Tício Escobar (apud COSTA VAZ, 2003, p. 31), entre dois pólos: o da criação simbólica e o da produção de bens e serviços medidos por seu valor econômico. Privilegia-se, portanto, a troca de mercadorias e aqueles bens ou serviços geradores de negócios (VAZ, 2003, p.31), mas também a sua extensibilidade.

Os bens e serviços culturais estão representados nos sistemas entre as manifestações artísticas tradicionais e contemporâneas e também pelos meios de comunicação, envolvendo a indústria editorial – livros, jornais, revistas, *newsletters*, boletins; televisão nos seus formatos analógico ou digital; o rádio também nos seus formatos analógico e digital; a WEB; o cinema e o teatro; as telecomunicações de uma maneira geral que juntam o tradicional ao moderno num único espaço de prática social, por exemplo, econômico, como no do Mercosul. Entretanto, quando se está à busca de suportes culturais para a formatação de uma identidade nacional, individual ou comum dentro do Mercosul, o conceito de indústria cultural esbarra na questão de que “[...] *en Argentina la transnacionalización de las comunicaciones iniciada hace más de diez años, entregó la mayoría de las industrias culturales a empresarios extranjeros[...]*” (CANCLINI, 2002,p.53, apud LACARRIEU, 2003, p.17). Não há, contudo, originalidade nisso mais, porque os sistemas de comunicação estão hoje controlados por grandes conglomerados multinacionais em praticamente todos os países da região.

Numa intervenção sobre Indústrias Culturais no Mercosul, realizado no Rio de Janeiro, o representante da Bolívia observou que “*nosotros non tenemos industrias culturales*”. Em seguida, discorreu sobre singularidade das manifestações culturais em seu país, lembrando que “[...] *las fiestas de Oruro y la Diablada, han obtenido el reconocimiento de la Unesco como Patrimonio Intangible de la Humanidad*”, destacando que essa talvez fosse “*la industria cultural más poderosa de Bolívia*”, e que poderia ser considerada, inclusive, produto de exportação, porque atraía os bolivianos que vivem no estrangeiro a viajar para o país para assistir às festas. (LACARRIEU, 2003, pg. 121)

A Unesco adverte e reconhece que , em alguns países a criatividade (criação) – músicas, danças, artes plásticas, tradições orais, artesanato, cozinha - aparece associada com recursos tradicionais, às vezes, atravessados pelas indústrias culturais da modernidade. Assim, a proposta de Lacarrieu para o Mercosul é:

[...] flexibilizar el concepto aunque no por ello convertirlo en un recurso sin límites, sino sugiriendo que las industrias culturales hoy más que nunca se ven enriquecidas por esos insumos que provienen de campos considerados extramuros de las mismas – el patrimonio, las tradiciones orales, las fiestas, las artesanías, el turismo cultural etc. [...] la creatividad proveniente de los recursos tradicionales contribuye a la reemergencia de identidades particulares. (LACARRIEU, 2003, p.17).

Pela pertinência, cabe lembrar também o entendimento de Negrão de Mello (2005, p.145-171) quando, ao abordar o fenômeno turístico, alude aos nexos com a Indústria Cultural. Na esteira de Lacarrieu, dentre outros, a historiadora sugere o emprego do plural, ou seja, Indústrias Culturais como um solo fértil, eivado de ramificações “Metaforizando, os campos da economia e do comércio, do negócio e do consumo, são como fios de um bordado que se tecem sobre os intrincados arabescos que formam o aparato das Indústrias culturais”. E prossegue a autora, ponderando que o olhar sobre essa rede e suas implicações não requer, contudo, “[...] a retomada do denso capital teórico herdado da teoria crítica”. Antes interessam-lhe as conexões indiciadas pelas fontes e alguns encaminhamentos [...] poupados de ingenuidades, mas poupados também do risco de posturas polarizantes”(NEGRÃO DE MELLO, 2005, p.147). Outro não é o olhar desta pesquisa quando direcionada para as indústrias culturais.

Fundamentado no fato de que a Constituição Brasileira recomenda um estreitamento de relações com os países da América Latina, o Brasil não parece totalmente desconectado da preocupação com a questão da integração cultural na sub-região. Adotou o carimbo do Mercosul nos passaportes brasileiros, tem realizado intercâmbio no campo da ciência e da educação e, no Rio Grande do Sul, foi criada a Fundação Bial do Mercosul com a finalidade de promover a arte e os artistas regionais.

Trata-se de um projeto também de cunho pedagógico já que mobilizava escolas e universidades para acompanharem e participarem das atividades. Ao longo dos dez anos de sua realização só no Rio Grande do Sul foram envolvidas sistematicamente 37 cidades e 7,5 mil docentes, que participaram, não apenas do treinamento dos visitantes, mas também da capacitação em torno de questões sobre o processo integracionista no Mercosul. As mostras são realizadas nos armazéns do cais do Porto.

A Fundação desenvolve outros programas como o chamado “Três Fronteiras”, destinado a estimular trabalhos artísticos na região da Tríplice Fronteira do Mercosul – Paraguai, Argentina e Brasil. Promove também o programa “Zona Franca”, uma área sem limites para a criatividade na representação cultural. “Conversas” é outro programa que explora as relações entre os artistas contemporâneos, usando tanto a literatura e a música quanto o cinema.

As cinco edições da Bial do Mercosul recebeu 719.520 agendamentos, numa média, por mostra, de 170 artistas e seminários, palestras, oficinas, cursos para professores e estágio para 865 mediadores. Um dos compromissos da Bial é com a “Responsabilidade Social”. A diretoria da Bial é integrada sobretudo por jovens empreendedores, indicados pelo Instituto de Estudos Empresariais (IEE), comprometidos com o objetivo da instituição, e trabalha dentro de uma perspectiva de qualidade total (PGQP).

3.6.1 Cultura como vivência cotidiana

Preocupado menos com a indústria cultural do que com a cultura vivenciada no cotidiano, Clemente Pozenato (2006), estudou a dinâmica da cultura e sua relação com a identidade. Ao analisar a força da sua expressão identitária, concluiu que:

Um processo cultural precisa ser visto dentro de uma história, para que se consiga identificar os fatores que podem determinar a sua identidade básica e, a partir delas, as transformações e mudanças culturais que ocorreram, sem a destruição do significado histórico cultural. É desafiador conhecer os fatores que, interferem numa cultura, legitimando-a ou destruindo a sua identidade. (POZENATO, 2003. (<<http://www.ucs.br/>> Disponível em: 21.12.06).

Já Renato Ortiz (2004), ao transitar pelos significados da cultura de Mathews, procura discutir o contraponto que ele faz entre o conceito **clássico** de **cultura**, representado pelo “*modo de vida de um povo*”, capitaneado pelo Estado; e o seu formato **contemporâneo**, que envolve “*as informações e identidades disponíveis no supermercado cultural global*”: grandes espetáculos teatralizados de música ao ar livre, intercâmbios de shows e peças teatrais entre artistas dos diferentes países, as novas tendências religiosas veiculadas pela televisão, as competições esportivas profissionais naturalizadas.

A questão volta-se para como os grupos etnografados formulam suas identidades culturais entre os princípios contraditórios de Estado e mercado, que têm inculcados em suas mentes. Assim, ele (cita Mathews) apresenta uma teoria fenomenológica da formação cultural do eu, focada em como os eus entendem a formação cultural de suas identidades. (ORTIZ, 2004)

Ortiz descreve essas identidades como formadas a partir de três diferentes níveis: o primeiro é profundo, aceito sem questionamento, estaria abaixo do nível de consciência, e que se processaria como “*habitus*”; o segundo seria aquele no qual fazemos o que devemos fazer enquanto membros de uma sociedade, sem reclamar - parar no sinal vermelho, ir à escola, trabalhar para viver. O terceiro corresponderia às pressões sociais sobre o eu, e dentro delas ou contra elas o indivíduo luta, conscientemente, para moldar seu caminho, o que se aproxima muito do conceito de violência simbólica em Mafesoli. O problema está, entretanto, segundo Ortiz, no último nível, “bem mais superficial”, é o do “supermercado

cultural global", no qual "a pessoa sente que tem absoluta liberdade de escolha (que não é absolutamente livre, mas feita a partir de um "catálogo" de opções disponíveis para determinada classe social, gênero, etnia, formação)", ou seja, por um conjunto de elementos culturais, configurados e reconfigurados de representações.

Assim a cultura como "modo de vida de um povo" estaria representada nos dois níveis iniciais, e no terceiro como "leque de opções". Mathews encerra a questão, colocando em debate o conceito de identidade, problematizando o que significa uma "escolha" dentro do supermercado cultural e justificando a posição.

Dizer que somos diferentes não basta: é preciso mostrar em que nos identificamos. Para Renato Ortiz (2004) uma identidade está profundamente ligada a uma reinterpretação do popular pelos grupos sociais e à própria construção do Estado nacional Não existe, assim, uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades - afirma-, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos. (ORTIZ, 2004)

3.6.2 Multiculturalidade e educação democrática

Em favor do reconhecimento de uma identidade comum americana – a americanidade – dois argumentos parecem muito convincentes. O primeiro é que identidades nacionais não se cristalizam definitivamente (D'ADAMO e BEADOUX, 1995, p.95), variam no tempo, como resultados de realidades e ambigüidades históricas, haja vista os mitos fundacionais não se cristalizarem.

A integração passaria então pela legitimação, não apenas das indústrias culturais, mas pelo reconhecimento individual das diferenças culturais entre os povos e aceitação da idéia de uma convivência multicultural. Seria uma espécie de multiculturalidade? Quem dá a resposta é Ana Mae Barbosa (2002), uma pesquisadora envolvida há longo tempo nessa discussão. Ela entende que se poderia chamar de multiculturalidade um denominador comum de convivência refletido nos movimentos culturais atuais em direção à democratização; uma preocupação com o pluralismo cultural ou um interculturalismo que leva ao respeito, à consideração e à constatação das diferenças de comportamentos entre pessoas e grupos e que, do ponto de vista educativo, reage à homogeneização, ou apresenta-se flexível suficiente para abrir a possibilidade de um entrecruzamento de culturas. (BARBOSA, <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2002/mee/meetxt3.htm>> Disponível em 21.12.06)

A questão da multiculturalidade, que parece sinalizar para a convivência futura entre populações nacionais ou grupos étnicos no espaço do Mercosul, passa obrigatoriamente pela busca de uma **educação democrática**, destaca Barbosa:

Os códigos elaborados pelos europeus e pelos norte-americanos brancos não são os únicos válidos, apesar de serem os mais valorizados na escola, por razões fundadas na dependência econômica que se intensifica com a dependência cultural. A preocupação com o pluralismo cultural, a multiculturalidade, o interculturalismo nos leva necessariamente a considerar e respeitar as diferenças, evitando uma pasteurização homogeneizante na escola. (BARBOSA, <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2002/mee/meetxt3.htm>> Disponível em: 21.12.06).

Pensar então numa educação democrática multicultural importa em compreender e vivenciar as relações cotidianas com o olhar do outro. Isso impõe uma reflexão sobre quem somos, num mundo em mudança marcado pela constatação da existência de etnias e culturas diferenciadas, algumas isoladas mesmo, e por um fluxo migratório que se movimenta de todos os lados e para todos os lados numa interligação de culturas, línguas, religiões e raças.

Por isso, uma educação democrática tem sido reivindicada para o Mercosul; mas, no entender de Barbosa, precisa ser uma educação que fortaleça a diversidade cultural, que possa ser entendida como democrática. Um professor multiculturalista estará, portanto, todo o tempo questionando os valores, estereótipos e os preconceitos.

Tem sido esse um dos grandes problemas da relação, sobretudo, entre os povos do Brasil e da Argentina. O Mercosul oferece a esperança de superação desse tipo de inflexão. No Brasil, particularmente, observa Barbosa, o preconceito permeia a sociedade. Pode ser encontrado na própria idéia de multiculturalismo. Os mais radicais explicam situações do cotidiano de um povo, usando expressões e chistes do tipo: “*Qué es un argentino? Es un italiano que habla español y que se cree inglés*”; ou também: “*Cómo se suicidan los argentinos? Se arrojan desde la cima de su ego*” (D’ADAMO E BEAUDOUX, 1995, p. 19, 31); ou ainda “*isso é invenção de americano*”. São formas e preconceitos presos ao imaginário praticadas internamente entre diferentes gêneros ou raças que em nada contribuem para o processo de integração e multiculturalidade.

[...] *o multiculturalismo tem tudo a ver com o Brasil. O modernismo de Mário de Andrade, a antropofagia de Oswald de Andrade e a "Tropicália" de Caetano e Gil são exemplos de um conceito de multiculturalidade mais amplo até do que o que os americanos estão manejando. (BARBOSA, <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2002/mee/meetxt3.htm>> 21.12.06)*

Por isso, entende ela que, naturalmente, os professores precisam trazer para a sala de aula a reflexão ou mesmo uma discussão sobre as diferenças culturais dos povos. No espaço do Mercosul, isso tem de ser rápido e ficar muito claro, porque o processo integracionista está tendo um desenvolvimento acelerado. Se é importante que essa percepção seja imediatamente transferida para a comunidade, por outro lado, a escola é o lugar mais adequado para fazê-lo. Em uma sala de aula, especialmente na escola pública, os indivíduos de diferentes grupos sociais inter-relacionam-se, e precisam saber ou perceber que lidam diariamente com outros indivíduos também de diferentes culturas e subculturas, que se imbricam e podem ser identificados pela raça, gênero, orientação sexual, idade, localização geográfica, renda, idade, classe social, ocupação, educação, religião, escreve Barbosa (2002).

Seguindo a mesma linha de reflexão sobre a multiculturalidade, pode-se admitir a idéia de uma identidade cultural regional. Esse tipo de reconhecimento envolve a opção por compreender os problemas vividos e as formas de vida no cotidiano desses povos. Em médio e longo prazos, os sistemas de educação e comunicação dos países membros do Mercosul podem oferecer muitas alternativas dentro de uma perspectiva pedagogicamente democrática.

Algumas etnias remanescentes – e não são poucas, especialmente na Argentina, no Brasil e no Paraguai -, reúnem contingentes significativos de remanescentes das respectivas nações indígenas (**ANEXO**), apresentando ainda uma diversidade lingüística, convivendo com a língua nacional. Existem ainda numerosas línguas vernaculares, como o *quéchua*, o *aimará* e a língua dos maias da península de Yucatán, e, algumas dessas continuam sendo utilizadas com bastante intensidade em certas regiões e comunidades.

Os *guaranis*, que sempre habitaram e vivenciaram a região do Prata, são os que parecem mais bem organizados para discutir essas questões culturais básicas, e o têm feito. Em 2005, eles se prepararam para um encontro amplo dos diversos grupos e subgrupos da nação guarani, que viviam em, pelo menos, cinco países da América do Sul: Brasil, Paraguai, Argentina, Bolívia e Uruguai. A Assembléia Continental Guarani foi realizada no início de 2006, com a presença de quase mil índios guaranis de diferentes aldeamentos, e inaugurada com um minuto de silêncio em memória de Sepé Tiaraju, líder indígena morto pelos espanhóis em São Gabriel, no confronto com os guaranis, que se tornou um mito para o seu povo. Na ocasião, foram homenageados, simbolicamente, os mil e quinhentos guaranis que também morreram na batalha e os milhares de membros desta numerosa nação indígena, vítimas dos interesses econômicos e políticos que se instalaram nas regiões onde vivem. Com o encontro, inaugurou-se o processo de reconstrução de uma nova união e solidariedade entre o povo guarani, dividido por estados nacionais. Eles mantêm uma forte representação no Fórum Social. (06/02/2006 - 10h09min - Reencontro da Nação Guarani).

3.6.3 *Qualificando as línguas oficiais*

O entendimento do antropólogo Roberto da Mata de que [...] “*a troca comercial necessariamente conduz ao conhecimento do outro*” leva, neste trabalho, a concordar que a língua do Mercosul tem sido, desde a sua criação em 1991, a do capital, cujo propósito é sempre tirar vantagens. Mas a proposta do Mercosul vai muito mais além que as simples

transações comerciais. Realizá-las nas condições de diálogos, ríspidos, cortesês ou solenes, corresponde ao resultado de esforços históricos em favor da integração continental. Mostra a superação de diferenças e a presença de laços de solidariedade entre cidadãos dos diferentes países. Isso tudo passa pelo estreitamento das relações também cotidianas, na vivência e na convivência com práticas sociais diferenciadas e, sobretudo, pela comunicação.

O fato é que muito se fala em Mercosul, no que representa para a economia, nas vantagens e desvantagens estratégicas, e outras coisas do gênero. Está certo. Mas, em uma análise mais detalhada, salta aos olhos uma questão, mãe e mestra de todo o resto: a comunicação. Como os cidadãos podem se entender no Mercosul?[...] as populações envolvidas precisam se entender. (FIALCOFF, 1998)

O ensino dos idiomas oficiais da integração – o espanhol e o português – fez com que a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões — campus de Erechim — viabilizasse, a cada dois anos, espaço para professores e autoridades educacionais dos países membros do Mercosul com o sentido de permitir a troca de experiências e a qualificação do ensino do idioma espanhol no Brasil e o do português nos países de fala espanhola. Aproximadamente, 1.200 educadores participaram do III SENELP - Seminário Nacional sobre o Ensino da Língua Portuguesa e II SINELE - Seminário Internacional sobre o Ensino da Língua Espanhola, naquela cidade, ocorrido em junho de 1996. Compareceram profissionais do Brasil e de países de língua espanhola. O Seminário ofereceu 41 minicursos, voltados às mais diversas áreas das línguas oficiais do Mercosul: alfabetização contemporânea; jogos musicais na correção de deficiências na leitura e na escrita; leitura do meio ambiente.

A direção do Departamento de Letras e Artes da URI vê com interesse a inclusão do espanhol nos currículos dos cursos médios e universitários no Brasil. Já incorporou a tendência de institucionalização do espanhol como língua funcional, ao lado do português, nas relações cotidianas no Sul e entende que ,com esses encontros que têm desdobramentos em cada país, está prestando um serviço à comunidade, não apenas do Mercosul, mas à comunidade sul-americana. Na Europa, os currículos de 1º grau já adotam três línguas estrangeiras. O intercâmbio com universidades do Uruguai, Argentina e Brasil detectou um problema em comum: a falta de profissionais na área — de Língua Portuguesa naqueles países e de Língua Espanhol no Brasil — para ensinar e atender às exigências legais nas escolas públicas, conforme prevê a legislação em vigor.

A realidade é que o espanhol já é a segunda língua estrangeira mais falada no mundo. Na Comunidade Européia, por exemplo, o espanhol está ao lado do inglês como língua oficial, e qualquer documento é apresentado nos dois idiomas. Segundo Fialcoff, as escolas públicas já podem oferecer o espanhol no currículo. Porém, claro, isso não é o suficiente, existem os profissionais que falam espanhol, mas sem formação didática, metodologia e os pressupostos teóricos para um ensino de qualidade.

O grande problema enfrentado pelos sistemas educacionais dos diferentes países membros do Mercosul é de fato a falta de professores de língua. Falar espanhol ou português não qualifica uma pessoa para ensinar a língua. Mas, além disso, os parâmetros curriculares do espanhol são diferentes dos do português e exige-se que, através de métodos pedagógicos compatíveis, os falantes possam entender como se constrói o pensamento naquela língua. O mesmo ocorre com o português. Os educadores estão trabalhando para traçar os parâmetros curriculares adequados para o ensino dessas línguas, como se se tratassem de línguas maternas (FIALCOFF, 1998).

No campo da pedagogia não-formal, enquanto empresários se mobilizavam para buscar vantagens na área de livre comércio, intelectuais e artistas também se dispuseram a uma mobilização capaz de chamar sua atenção para a riqueza artística da América do Sul. A Fundação Bial de Artes Visuais do Mercosul³², instalada em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, realiza já a sexta versão da Bienal de Artes Visuais, com a participação de representantes de sete países membros e associados – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Abriram-se espaços para a participação de crianças e idosos nos ateliês produtivos. A arte e a educação latino-americanas seriam discutidas nos seminários, cursos e conferências.

Um dos projetos que mais tem atraído a atenção dentro do Mercosul é o da chamado rede das Mercocidades, instituída em março de 1995 durante um Seminário realizado em Assunção, envolvendo centros urbanos grandes e médios da sub-região. Da reunião foi tirada uma “Declaração de Assunção” assinada por prefeitos, alcaides e intendentes de um grupo de cidades da região, na qual criava-se uma rede de cooperação e troca de experiência, visando a melhoria da qualidade de vida urbana dos cidadãos e até, possibilitando a integração de determinados serviços e indústrias. A rede chegou a ter 138 cidades participantes e uma lista de quase 50 reivindicando a sua aceitação, que passa por um processo de análise e compromissos mútuos. A programação e as novas decisões da rede são adotadas nos “Cumbres de Alcaides”, que se reúne anualmente para discutir problemas e soluções urbanas integradas. Dentro da rede funciona também um “Foro do Consumidor”, que se manifesta sobre os direitos e deveres dos cidadãos. Outro aspecto muito discutido também dentro da rede é o intercâmbio cultural entre as cidades.

Os meios de comunicação têm dado a sua contribuição, cobrindo direta e sistematicamente as reuniões do Mercosul e, mantendo aberta, ao longo dos 15 anos do Mercosul, uma discussão constante sobre o estado da arte, as perspectivas e as contradições do Mercosul, publicando artigos de autoridades de governo, parlamentares, empresários, consultores, intelectuais, sindicalistas e até estudantes. A pesquisa empírica que dá sustentação a este trabalho reuniu e classificou mais de 10 mil matérias de conteúdos diversos editadas pelos jornais OESP, FSP, OGB e JB.

³² A Fundação Bial foi criada pelo secretário estadual de Cultura do Rio Grande do Sul, Carlos Appel, pela presidente da Fundação Tathro São Pedro, Eva Sopher, e por 19 empresários, entre os quais estão Jorge Gerdau Johannpeter, do grupo Gerdau; Jaime Sirotsky, da Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS); Raul Random, do grupo Random; Fernando Pinto, presidente da Barig; e Luiz Fernando Cirne Lima, da Copesul (CRAVEIRO, 1996).

3.6.4 Dicionários bilíngües da desintegração

Os países do Mercosul convivem, sem ter muita consciência da questão com um problema grave: a ausência de dicionários bilíngües espanhol-português ou com dicionários, tanto gerais quanto específicos, capazes de atender às necessidades das relações comerciais, sociais e culturais na sub-região do Mercosul. A pesquisadora gaúcha, Vera Lúcia do Amaral Conrado, do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, estudou quatro dicionários editados no Brasil³³ nos últimos 50 anos (1945 -1995), sobretudo aqueles utilizados nas jornadas municipais de educação e aqueles manipulados pelo mundo jurídico e dos negócios, enfatizando que:

[...]todo diccionario es un texto – y como tal es un espacio abierto a la producción de sentidos – y se caracteriza por ser inherentemente intertextual[...] los textos que sirven de fuente para un diccionario de lengua selectivo son más conductores y reductores de sentidos, en la medida que la polisemia se restringe a contextos específicos. Lo que no ocurre con los textos que suponen ser fuentes para la producción de sentidos en diferentes contextos de comunicación y de los cuales se servirían los diccionarios de lengua generales, como lo son OFICINA y FTD.

E concluiu que:

Con el análisis de los datos de presentación macroestructural de los diccionarios, se puede afirmar que esos “verdaderos textos” que “ejercen y mantienen un discurso sobre las palabras y las cosas y sobre el sentido del mundo”, según Mazière (1989,p.97), están ejerciendo un discurso contrario a lo que se proponen, es decir, no están acercando a los lectores virtuales de los lectores reales, no están proporcionando legibilidad discursiva entre brasileños e hispano hablantes del Mercosur(CONRADO,2007).

Parecem graves as colocações de Conrado, mas nunca tarde, já que além da crítica à política lingüística, ela procura oferecer subsídios para o estudo da produção de sentido entre os idiomas português e espanhol com a finalidade de diminuir a distância entre as duas línguas em contato direto e constante no espaço do Mercosul. A obra dicionarista,

³³ Nas análises foram considerados quatro dicionários: 1) De Luca, J. L. *Diccionario usual de termos e expressões comerciais do Mercosul*.1 ed. Porto Alegre, Sulina, 1996. 347 p. 18 x 12 x 2 cm. 2) Martin, Rebeca. *Pequeno dicionário brasileiro espanhol-português/português-espanhol*. 1 ed. São Paulo, Oficina de Textos, 1997. 529 p. 20,8 x 14 x 2,3 cm. 3) Prefeitura de Porto Alegre. *Diccionario mercosulista da boa-vontade/ Diccionario mercosureño de la buena voluntad*. Segundas Jornadas Municipais de Política Cultural. Porto Alegre, Secretaria Municipal da Cultura, 1996. 26 p. 22 x 11,5 x 0,2 cm. 4) Soto Balbas, Marcial; Ballesterro-Álvarez, Maria Esmeralda. *Diccionario espanhol-português/português-espanhol*. São Paulo, FTD, s.d. 703 p. 12 x 16,5 x 3,5 cm.

observa, vista como um texto, é reveladora do momento sociolingüístico por que passa o Mercosul. Segundo Conrado, da análise dos dicionários bilíngües espanhol-português resulta a conclusão de que “el término que nos une es desintegración”.

No entender da pesquisadora gaúcha, os estudiosos da língua portuguesa e da língua espanhola têm a responsabilidade de traduzir sua insatisfação, inclusive, com os artigos, livros que se proponham como vozes americanas críticas, ou seja, que carregam o ethos da renovação para tirar dos documentos firmados os conteúdos propostos como meta integracionista.

Jugar verdaderamente con la “moneda de cambio intercultural” como denomina Galisson (1989: 114), para que se posibilite la legibilidad lingüístico-cultural entre los miembros de la comunidad mercosureña, o sea, que estos interlocutores puedan interaccionarse no en la superficie textual sino compartir su cultura cotidiana leída y producida discursivamente. (CONRADO2008)

3.7 Um aventura rizomática

Embora tratando de uma etapa avançada do modelo de libertação, integração e desenvolvimento da América Latina, o embaixador argentino Diego Guellar, em seu discurso preparatório para a reunião de Cúpula de Fortaleza, conclui com uma declaração penitenciosa e rizomática, refletindo os antigos vínculos religiosos do processo catequético ibérico, trasladados para a América na aventura colonial: “*Para os que acreditamos em Deus, obrigado, Senhor, por ter-nos dado a possibilidade de sermos atores de tamanha aventura*”. (GUELLAR, 1996)

A aventura está apenas começando. Fora da divisão política ou dos limites geográficos do território do Cone Sul, configurados constitucionalmente, historiadores, geógrafos, sociólogos e antropólogos têm repensado as diferenças culturais dentro do mesmo espaço físico, indicando, às vezes, limites novos para as fronteiras internas. No Brasil, aproximadamente, um terço dos cidadãos vive em regiões diferentes da sua origem de nascimento. Existe internamente um processo migratório de indivíduos que se deslocam sistematicamente ou do campo para a cidade ou de uma região para a outra, em geral, acompanhando os ciclos do desenvolvimento econômico. O Mercosul abriu possibilidades de as próprias empresas, inclusive as estrangeiras, migrarem dentro da sub-região à procura de melhores condições de produção, sem perder os mercados de consumo originais.

Por mais que se possa pensar negativamente esse processo, os grupos migrantes têm contribuído para manter vivo o espírito integracionista ao introduzirem sua cultura nos lugares para onde migram, ou absorvendo as culturas locais. Estabelece-se assim, um imaginário cultural sincrético novo, que termina até mesmo por confundir os seus mapeadores. São nordestinos descendo para o Sul, são sulistas e imigrantes subindo para o Norte; são os centros de tradição gaúcha cultivando suas representações na Amazônia, são as casas de cantadores do Nordeste sendo oficializadas em São Paulo. São bolivianos atravessando as fronteiras da Bolívia e do Paraguai; são brasileiros tornando-se

“brasilguaios”; são uruguaios morando no Brasil; são as grandes corporações industriais realizando processos de integração com suas cadeias produtivas.

Têm suas raízes e rizomas redistribuídos entre as diferentes populações e, por isso, quando se fala em Mercosul, e nas matrizes e matizes culturais, não se está circunscrevendo a territórios de um único país ou etnia. Permeiam hoje um largo espaço fronteiriço, integrando organicamente todas as regiões, produzindo um imaginário comum e avançam internamente por dentro das províncias e estados (ALMEIDA, 2003). À medida que as raízes culturais dos povos da América Meridional vão sendo percebidas, estudadas e reconhecidas, elas tendem a também se fundir no interior dos espaços culturais fronteiriços da América, contribuindo assim para a formação de uma identidade comum e de um imaginário regional.

Setenta por cento do território, das populações e do PIB da América do Sul estão concentrados nos quatro países que compõem o grupo do Mercosul. A experiência da integração, a mais concreta desenvolvida na América do Sul, em bases plenamente justas e solidárias entre os quatro países, tende a contaminar os povos do continente. Seus aspectos economicamente positivos terão, inevitavelmente, desdobramentos na área social e cultural. São países com fronteira viva, sem diferenças culturais fortes, nem incompatibilidades religiosas e até com línguas inteligíveis. *“A troca comercial necessariamente conduz ao conhecimento do outro”*, afirma Roberto da Mata.

Por isso, antes de assumir um discurso identitário sub-regional, como o ideograma “mercosulino”, tão a gosto dos segmentos comerciais, opta-se neste trabalho por tentar retomar a cidadania americana – americanidade – perdida lá atrás, com a busca da Independência, nas lutas pelas autonomias regionais, de forma a reconfigurar uma identidade continental, no espaço da América do Sul, fragmentado pelas disputas hegemônicas e pelos interesses externos sobre as riquezas da região.

Realizadas estas longas, porém necessárias incursões sobre o espaço abrangido pelo Mercosul, na perspectiva das vertentes culturais - matrizes e matizes -, chega o momento de direcionar a reflexão sobre a americanidade; desta feita, no suporte do discurso jornalístico. O enfoque de tais discursos deve ser precedido, contudo, de um conjunto de reflexões que contextualiza a figura do correspondente e seu lugar de fala..

CAPÍTULO IV

LUGAR DE FALA DOS CORRESPONDENTES BRASILEIROS NO MERCOSUL

4 LUGAR DE FALA DOS CORRESPONDENTES BRASILEIROS NO MERCOSUL

Parlamentares, governo, empresários e jornalistas, todos dispõem de um lugar de fala, a partir do qual sua competência discursiva é institucionalmente reconhecida, seja no nível do discurso do poder, seja pelo senso comum. A idéia de lugar de fala trabalhada neste Capítulo consiste, portanto, no entendimento de que se trata de um espaço público circunscrito em prerrogativas societárias aceitas como legítimas e exclusivas de determinados discursos e categorias sociais. A fala política de um parlamentar, dentro ou fora do Congresso ou a sua atribuição de legislar são espaços públicos exclusivos da categoria. O governo constitui-se num lugar de fala e se expressa por meio das falas das autoridades, dos documentos, das leis, da execução de políticas públicas, dos orçamentos etc. Os empresários falam em nome dos negócios, mesmo manifestando interesses próprios, e os jornalistas dispõem do próprio espaço, da profissão e da mídia, e são reconhecidos como porta-vozes dos interesses supostamente públicos. Embora, “supostamente públicos”, seus discursos tendem a ser reconhecidos como tal. O lugar de fala do correspondente passa por aí, mas seu espaço na mídia é matizado por uma mitologia, já que como diz Steinberger (2005, p.25), ele faz parte de um “mapa que articula nossa compreensão do mundo”, distante das questões de interpretações paroquiais, tratando de temas internacionalmente convergentes, e de interesse conjuntural restrito.

De qualquer maneira, não é bem isso o que o pesquisador já mencionado (1995, p.9) alude como “lugar de fala”. Para ele, “não se trata de compreender (lugar de fala) como o lugar de inserção socioeconômico do locutor:

Trata-se antes de um espaço socialmente construído de modo polêmico – através das respostas (de ordem material, afetiva ou simbólica) que os participantes de uma determinada circunstância na sociedade tentam construir para enfrentar e elaborar o seu mundo. Assim, os discursos elaborados – tanto nas relações interpessoais como nas instâncias formais ou na dimensão da reprodutibilidade técnica – não são apenas emanção ou reflexo do “estar na sociedade”. Mas, antes, instrumento material da construção desse estar.

Nos seus pressupostos, Braga destaca, entretanto, dois campos de observação: o do conhecimento cotidiano “(por contraposição à análise do conhecimento teórico)”; e o do “estar na sociedade”, em que se faz uma leitura da realidade concreta de vivência e sua variedade “(por contraposição às análises das grandes estruturas em termos de classe e de relações entre dominantes e dominados [...])”. Existe, segundo ele, uma imbricação entre esses dois campos de observação, em que, “a realidade vivida”, por exemplo, “[...] leva a

determinados conhecimentos criados e compartilhados socialmente”, e que constituem-se em “respostas intersubjetivas a problemas partilhados, constroem a realidade e expressam o mundo para os participantes de uma cultura”. Braga entende que deve-se “trabalhar os produtos menos em termos de idéias sobre a sociedade e mais em termos dos conhecimentos do “senso comum” que exprimem e constroem modos de estar na sociedade”. Antes de redirecionar-se para a sua definição de “lugar de fala”, completa seu raciocínio, alertando para o fato de que:

Criticar então esses modos propostos – não em termos de sua proximidade ou afastamento com relação a idéias teóricas ou políticas preestabelecidas – mas sim por sua proximidade ou afastamento com modos efetivamente constatados no espaço social (“positivos” ou “negativos”) e dos quais os modos expressos seriam objetivações estetizantes (de boa ou má qualidade). Estamos assim enfatizando que a comunicação (seja interpessoal, profissional, artística, política, ou da reprodutibilidade técnica) é um dos elementos materiais na construção do social – juntamente com os demais, referentes às trocas materiais, aos processos de produtos, de exercício do poder, de trabalho e transformação material do mundo. [...] interessa considerar as relações estruturais mútuas entre os produtos culturais e as formas de sociabilidade [...] ordenados pelas estruturas sociais mais amplas [...] Mas é importante também observar – conclui - como esses processos e “desenhos” de ordenação cotidiana da realidade respondem às e participam da construção das estruturas sociais, políticas e econômicas globais (BRAGA, 1995, p. 9).

O problema dessa pesquisa é responder como jornalista correspondente ocupa o seu lugar de fala e como, em nome dele, faz uso da prerrogativa de transitar livre pelo espaço da busca da notícia - seja um local ou atravessando sujeitos e objetos – até fazer emergirem seus conteúdos públicos. Está implícito que ele, jornalista, tem autonomia, legitimidade para transitar pelas diferentes esferas da sociedade – falar com a rainha, como falar com um detento - para investigar um fato social e torná-lo público, através de um meio de comunicação. O que o jornalista pesquisa, fala, escreve e difunde na sociedade se inscreve como uma prática ou uma relação social que se revela pelo texto e pelo discurso que transporta a partir do seu lugar de fala.

Lugar de fala pode ser associado ao poder do discurso que, segundo (FOUCAULT, 2004), é uma arma poderosa, pois cria e recria a verdade: é positivo, produtivo e transformador. Aquele que detém a palavra é não apenas dono da verdade, mas também determina condições e chega a desfrutar do privilégio de impor regras. O jornalismo está capacitado a enunciar o discurso da verdade, observa o pensador francês, ao contrário de outros que, por regras e delimitações aceitas, estão impedidos de fazê-lo. Isso leva à crença de que quase tudo que é dito por um jornalista é recebido como verdade, o que para o pensador francês significa deter uma prática de poder.

O filósofo se recusa a reconhecer o Estado como a única fonte de poder. Para ele, os meios de comunicação de massa são detentores do discurso como uma prática de poder, que chega ao cidadão carregado do peso da verdade. “*Eu vi na Televisão! Eu li no jornal.*” A mídia com seu poder de persuasão consegue fazer o cidadão crer em quase tudo. O poder do Estado, por sua vez, diz, vem da soma de vários dispositivos – coercitivos e ideológicos - e formas de exercício de poder devidamente articulados e que dão sustentação à sua eficácia. Não existe poder, afirma, e sim prática e relações de poder, e essas práticas, como o jornalismo, são transformadoras e disciplinadoras, produzindo individualidades com poder e saber.

No seu lugar de fala, o jornalista incorpora a atribuição, legitimada pela aceitação pública, de registrar e noticiar um fato, mas sua autonomia, esse poder da verdade a que se refere Foucault, está contida nos enunciados presentes, às vezes de maneira oculta na própria notícia ou nos comentários, com conteúdos explícitos ou implícitos, através dos quais reatualiza e rediscute o discurso da verdade que, como tal, se apresenta como uma prática e, portanto, uma relação de poder. Como fruto do capitalismo, a mídia é parte de uma representação do seu desenvolvimento. Steinberger (2005, p. 164) observa que:

O imaginário jornalístico internacional na América Latina è formado de acordo com uma perspectiva prévia desenvolvida por norte-americanos ou europeus. O imaginário internacional em nosso continente não se desvinculou dos quinhentos anos de colonização, seja política, seja econômica, seja cultural [...]. Nosso imaginário social latino tornou-se um espaço público privatizado pela mídia, articulado a partir das categorias da linguagem jornalística.

A questão como diz a pesquisadora é “*desmitiatizar o pensamento*”. A metodologia da análise do discurso, adotada nesta pesquisa, abre a possibilidade de se detectar ou dimensionar o efeito social dos discursos gerados a partir do Mercosul e pronunciados do lugar de fala de cada um. Como disse Foucault, o poder não é um objeto inanimado, e “*O discurso é uma prática social que sofre a intervenção do homem*” e o seu poder se move, movendo a sociedade.

O discurso contido em determinado documento oficial ou na fala de uma autoridade ou parlamentar transmite uma lógica, cujo sentido pode se desfazer na análise intertextual jornalística do seu enunciado. A sua decodificação pode revelar, por exemplo, intenções implícitas ou explícitas e as próprias condições de produção. A notícia constitui-se num elemento a mais na guerra das representações e, observa Steinberger (2005, p.163): “*A linguagem jornalística leva nítida vantagem em relação às demais, pois só ela tem aquele poder combinado de fazer multiplicar em grande escala e velocidade sua versão dos fatos e, ao mesmo tempo, criar uma versão legitimada socialmente [...].* Nesse sentido, essa “*tiranía*” do lugar de fala torna o jornalista, sobretudo o correspondente “*o principal agente formador da opinião pública e também sujeito do espaço público*” em questões internacionais.

Esta pesquisa interessa-se, particularmente, pela imprensa escrita. Tendo como referência o Acordo do Mercosul, por meio da imprensa falam os correspondentes brasileiros em Washington/Nova York (EUA) e Buenos Aires (Argentina), cujos discursos estabelecem uma relação dialógica entre os lugares de fala institucionais, a população, a opinião pública e mesmo em sentido contrário, conforme se depreende do contrato de recepção, descrito por Fausto Neto (2001).

É bem verdade que os indícios discursivos de americanidade poderiam ser encontrados em outros lugares de fala, como na literatura latino-americana (BETTELL, 1991). Mas a literatura fundacional tem sido criticada pela sua origem elitista e pelo alcance limitado: os intelectuais lêem a si mesmo e, como disse Diggins (1993, p.9), aos estrangeiros, sobretudo ingleses e franceses.

Os chamados pais do discurso fundacional dos Estados Unidos, como Adams e Jefferson, aprenderam primordialmente “*da experiência comum em seus lugares de origem mais do que nos livros e idéias de distantes filósofos*”, conforme confessavam. John Adams, um dos teóricos da fundação dos Estados Unidos como nação livre, autônoma e soberana, disse, certa vez, para Thomas Jefferson, que, depois de ler um grande número de romances concluíra que, “[...] *não aprendi nada de importante, pois não ocasionaram nenhuma mudança na minha crença moral ou religiosa [...]*”. Discutindo o mesmo tema, Diggins

(1993, p.8) discorda, na verdade, da afirmação de Adams, mas reproduz o filósofo norte-americano Daniel Boorstin (1950), que escreveu vários artigos, questionando o papel da literatura na construção do início da história dos Estados Unidos. Boorstin descreve a formação de Adams e Jefferson, cujas idéias forneceram a base fundacional do país, destacando que, o que eles haviam aprendido foi nas próprias comunidades onde haviam nascido e vivido originalmente.

Segundo Luter Luedtke (1990, apud BERLOWITZ, 1993), a construção da nação norte-americana terminou assentada sobre quatro pilares discursivos:

The most compelling credos and mottoes of America's public discourse – the City Upon a Hill, Novus Ordo Sclorum, Manifest Destiny, the American Dream – reflect the way European immigrants imposed their desires upon the open landscape and natural features of the New World to make connections between historical developments and the contemporary forms of American culture.(LUEDTKE: 1990)

Tudo indica, entretanto, que na configuração de uma identidade para o Brasil, a literatura teve um papel fundamental. Basta ver o esforço dos intelectuais românticos do século XIX e dos modernistas de 22. E isso não foi ignorado neste trabalho. A brasilidade e as manifestações de raiz que têm feito sobreviver certo espírito de americanidade estão presentes no caminho da literatura brasileira, construída, não apenas a do Brasil, mas a de toda a América Latina, por intelectuais que, antes de literatos, eram jornalistas e, sobretudo, correspondentes internacionais. Assim foi com José de Alencar, José Vasconcelos, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Eduardo Prado, Rubem Braga e outros, da mesma forma que nos demais países da região, com José Martí, Rubem Dario, Henrique Ureña, Sarmiento etc.

A opção pelos discursos dos parlamentares, dos jornalistas correspondentes e o conteúdo dos documentos oficiais sobre o desenvolvimento do Mercosul, organismo que sobrevive aparentemente das práticas do comércio e das intenções integradoras da política, parecem adequados, no espaço discursivo do jornalismo, para detectar vestígios da americanidade, ou seja, raízes culturais que lhe dão sentido e que não são percebidas nos discursos correntes e representações no processo de integração. Existe uma interdiscursividade americanista – de fortalecimento da americanidade - permeando as falas, documentos e os próprios lugares de fala dos jornalistas correspondentes brasileiros no exterior, e que aparece, na maioria das vezes, com o nome de “integração”; em outras com conteúdos americanistas implícitos, apresentando-se parafrástica ou polissemicamente. Evidentemente que mudou a forma: o formato de um texto de José Martí é muito diferente de uma matéria escrita por jornalista contemporâneo

O fato das marcas identitárias da americanidade serem buscadas nos discursos sobre o Mercosul, gerados pelos correspondentes brasileiros em Washington/Nova York e Buenos Aires, vai fazer emergirem diferenças e expectativas americanizantes ou esvaziadas do seus significados, como maior proximidade ou afastamento (BRAGA, 1995, p.9) – convergentes ou divergentes - entre os discursos sobre o Mercosul, que surgirem dessas origens diferenciadas. Reproduzem o discurso de uma vertente identificada como a

dos representantes e governos de países de colonização ibero-americana e outra, anglo-saxônica. Embora o objeto seja o mesmo e existam diferentes representações de América, dentro do continente sul-americano elas não se apresentam tão distanciadas assim.

Buscam-se vestígios ou matrizes da americanidade no discurso sobre o Mercosul, a partir daquelas metrópoles localizadas em espaços geopolíticos diferentes. No caso do Mercosul, é impossível ignorar a interferência indireta de Washington/Nova York, esta última agregada pelo fato de estar centralizada ali toda a interlocução com o capital internacional que move o mundo e as Américas e que, portanto, de uma maneira ou de outra - por meio de acordos bilaterais, da tentativa de criação da Alca ou pelo fustigamento do Mercosul - está presente interdiscursivamente no embate da americanidade. O canadense Pierre Bouchard (2002) vê, a questão da americanidade de uma perspectiva problemática interna cética, a partir de um discurso franco-canadense que, segundo ele, apresenta uma imensa complexidade porque:

[...] lês Amériques ont beaucoup perdu de leur candeur, de leur fraîcheur symbolique, de leur capacité de recommencement. En plus, cet immense territoire est devenu tellement hétérogène dans l'ordre de la richesse et de la pauvreté, dans l'ordre aussi des cultures et des structures de pouvoir, qu'on ne voit guère le moyen de le plier à un même horizon, de le faire rêver à l'unisson. Enfin, est-il seulement utile, est-il même raisonnable de penser à des nouvelles utopies de recommencement à une époque où la plupart des individus et des sociétés sont de moins en moins convaincus de maîtriser leur destin, de pouvoir faire ou refaire leur histoire? (BOUCHARD, 2000).

Bouchard pondera sobre a questão da americanidade, falando da quase impossibilidade de se retomar uma concepção que pudesse refletir a experiência de uma América natural e original. É preciso haver um reconhecimento do que seja hoje a América e, a partir daí, estar disposto a recomeçar “*des nouvelles utopies de recommencement*”. A estratégia proposta por ele se aproxima muito da prática discursiva do jornalismo, que trabalha sempre em direção a horizontes em transformação, no sentido foucaultiano, e tenta expressar, por isso mesmo, uma idéia de atualidade, de vanguarda e de modernidade. Por isso, é também complexo identificar no discurso do correspondente em Washington/Nova York ou Buenos Aires senão as matrizes, pelo menos os matizes da americanidade. Esses matizes fazem remanescer aquelas matrizes que, segundo Bouchard, “*les Amériques ont beaucoup perdu de leur candeur, de leur fraîcheur symbolique*”.

Assim, o local de origem dos artigos dos correspondentes - a “cidade letrada”, que é o lugar de expressão da sociedade contemporânea - pode ser considerado também um lugar de fala, ou de reprodução de falas, cuja formação discursiva está repleta de marcas fundacionais nativas e de poder transformador (unificador) ou mesmo de exclusão. O discurso gerado pelo jornalista correspondente brasileiro em Buenos Aires pode não ter as mesmas marcas de outro, sobre o mesmo tema, produzido a partir de Washington.

Por se tratar de um espaço de integração, o Mercosul pode estar conduzindo nas falas, nos negócios, nos documentos e nas matérias jornalísticas uma série de matrizes e matizes representacionais que reforçam o imaginário sobre a americanidade e, com isso, abrindo alternativas novas para um processo de integração cultural. Pode também reconhecer a extensão das distâncias culturais que evidenciam a inviabilidade dos caminhos seguidos até então, exigindo novas estratégias para a legitimação continental da idéia da integração, via o caráter da americanidade.

4.1 Jornalistas correspondentes para o Mercosul

A matéria prima deste trabalho é, portanto, o conjunto de textos dos jornalistas brasileiros correspondentes no exterior; mas a pesquisa limita-se apenas àqueles que trabalharam em Washington/Nova York e Buenos Aires. Diz-se que o correspondente realiza uma cobertura internacional, ou seja, noticiando ou analisando eventos ou movimentos de conjuntura registrados num espaço para o qual convergem os interesses comuns da comunidade de nações, do qual ou no qual se expressam a solidariedade política e econômica dos povos e a cooperação mútua para além dos interesses nacionais ou locais (AGOSTI, 1983). Embora ao trabalho do correspondente preceda em muito o jornalismo, o formato atual tem sua origem no Iluminismo, está inscrita nos ideais do liberalismo e acompanha a ascensão social da burguesia.

O trabalho do correspondente ganha uma dimensão pragmática ao desenhar cenários políticos, econômicos, sociais e culturais, recortando-os de espaços e temporalidades muito maiores, configurando possibilidades e contribuindo para a formação de imaginários. Para Margarethe Steinberger (2005. p. 29):

A formação da opinião pública sobre fatos internacionais se dá com base em quatro fontes previsíveis: a informação acadêmica, a indústria cultural, os depoimentos vivenciados e a informação jornalística. De longe é a informação jornalística divulgada através de revistas, jornais, televisões, rádios e Internet, a principal fonte de referências para a formação da opinião.

Dispor de correspondentes internacionais fixos em determinadas lugares no mundo gera uma enorme visibilidade para o veículo de comunicação. Para o jornalista, assumir a função de correspondente internacional é um privilégio e até o reconhecimento de suas qualidades profissionais. Hohenberg (1964) observa que para chegar à condição de correspondente, o jornalista passa por muitas etapas dentro da profissão, pressupondo-se, portanto, o domínio dos códigos do jornalismo, uma erudição mínima e uma certa intimidade, não necessariamente explícita, com a pedagogia dos meios de comunicação ou, como diz Fausto Neto (2001), conhecer o lado oculto do receptor: como ele recebe a notícia jornalística, como ele a lê, como a entende e até como ele incorpora o fato relatado ao seu sistema de representações.

Um jornalista correspondente transita facilmente pelo cotidiano da política e da cultura de diferentes povos. Tem uma formação intelectual sólida - não necessariamente acadêmica - fundada na experiência do cotidiano da política, da economia, da sociologia, da história e da convivência diária com o leitor. Em geral, fala, ou deveria falar, outros idiomas, especialmente o do país designado para a cobertura. O seu batismo profissional passa, na maioria das vezes, por experiências como a de *repórter especial*, ou seja, designado para cobrir eventos únicos ou especiais; de *enviado especial*, cobrindo, temporariamente, eventos complexos, específicos, ocorridos em outras regiões ou países; e, finalmente, correspondente que, credenciado pelas autoridades nacionais e estrangeiras para trabalhar no exterior, exerce sua atividade jornalística permanente e oficial do país para o qual foi designado pelo jornal, rádio ou televisão a que está vinculado e com o qual mantém vínculos empregatícios regulares. Nem todos os pretensos correspondentes são aceitos por todos os países e, muitas vezes, acontece o descredenciamento por inépcia dos governos e dos correspondentes.

A atividade do correspondente foi vista no passado como “glamorosa” e, ao mesmo tempo, perigosa, especialmente para os correspondentes de guerra. Na atualidade, constitui-se num verdadeiro desafio, já que o jornalista é deslocado do seu país de origem para trabalhar em outro, com o qual, na maioria das vezes, não tem grande intimidade, obrigando-o a conviver com costumes e representações de mundo sobre os quais mantém-se superficialmente informado, enfrentando uma acirrada competição com os colegas de outros meios de comunicação de outros países, com outros especializados em temas intrincados, como finanças e economia e, hoje, também com a mídia eletrônica, que opera em tempo real. Suas atividades e responsabilidades são desempenhadas por meio de agências de notícias internacionais - no caso do Brasil, elas inexistem - ou solitariamente, representando um ou diversos veículos de comunicação de seu país.

Salvo raras exceções, os correspondentes brasileiros, de uma maneira geral, exercem suas atividades em grandes centros urbanos, - Nova York, Washington, Londres, Paris, Tóquio, Frankfurt, Roma e Buenos Aires. Não cobrem propriamente o cotidiano dessas cidades, mas, a partir delas, representações nacionais ou internacionais da sociedade, governo, país ou região onde está sediado. Constitui-se num intérprete e, ao mesmo tempo, num parafrástico do discurso nacional ou das autoridades internacionais. Aquelas cidades, além de símbolos nacionais (dos respectivos países), são referências para o estado da arte ou o grau de desenvolvimento cultural alcançado pelo mundo até então. A imprensa considera-as como modelos e lugares de vanguarda que puxam o chamado “processo civilizatório” no mundo.

Por isso, dessas cidades emanam diretrizes políticas, decisões econômicas e fluidos de culturas hegemônicas e populares que podem afetar os interesses e práticas sociais públicas e privadas cotidianas em todo o planeta, sobretudo em países periféricos como o Brasil. Valeria a pena rever as discussões, publicadas pela imprensa, sobre o desenvolvimento norte-americano no início do século passado, escritas por Monteiro Lobato (1982-1948), defendendo-o como um paradigma para o Brasil; ou, da década de noventa, as matérias do jornalista Paulo Francis (1930-1997), (correspondente da *Folha de São Paulo* e de *O Globo*) em Nova York. O certo é que as práticas desenvolvidas nessas cidades induzem, aceleram ou enterram hábitos, costumes e representações de mundo. Assim, a fala do correspondente em Washington ou Nova York tende a incorporar matrizes da vida cotidiana como modelos, reproduzindo sentidos dados pela cultura local.

Isso mostra que as condições de produção do discurso dos correspondentes são fundamentais para identificar por onde transitam suas falas, ou que tipos de discursos as atravessam. No caso do correspondente em **Buenos Aires**, Argentina, segundo maior parceiro do Mercosul e membro fundador, sugere-se que ele incorpore a sua fala sobre o Mercosul a sua condição, a sua percepção de mundo, a partir da sua latino-americanidade. Especificamente em relação a Buenos Aires, o discurso do correspondente brasileiro é matizado por elementos que fazem aflorar a emulação entre brasileiros e argentinos na competição por um lugar de fala, por um status maior ou menor dentro da comunidade latino-americana e, às vezes, mundial. Essa cultura se reflete no interior do Mercosul, que se torna um lugar de fala através do qual emergem não apenas as históricas inflexões mas, sobretudo, um novo discurso cada vez mais convergente para os interesses comuns.

Já não se constitui em surpresa o fato de que este discurso no lugar da fala do Mercosul apresenta-se totalmente coerente quando se trata de terceiros países, ou seja países fora do espaço do Mercosul ou, mais particularmente, países não latino-americanos. Basta observar o que aconteceu nas discussões sobre a formação da Alca e em relação à negociação com a União Européia. O Mercosul posicionou-se em bloco: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai juntos, frustrando os interesses dos norte-americanos e europeus de fecharem acordos comerciais apressadamente. Apesar de todos repetirem com grande eco na imprensa, especialmente entre os correspondentes, que o Mercosul se apresenta como um acordo incompleto e imperfeito, discurso surgido das áreas econômicas dos governos e dos meios empresariais, e alimentado pela imprensa, Tavares Junior (2002) observa que: *“a despeito das dificuldades atuais no Mercosul, a trajetória factível para a construção de instituições sustentáveis partirá do particular para o geral”*. (2002, pág. 423)

A contrastação entre o lugar de fala jornalístico e o dos parlamentares teve, nesta pesquisa, o sentido de salientar elementos de uma americanidade de modo mais efetivo do que apareceu na fala dos deputados e senadores. Acordos e projetos foram também propulsores ou vetores de sublinhamento de uma identidade em construção. O Acordo de Assunção representou um passo a mais na busca de uma identidade comum. Mostrou, contudo, privilegiamento de aspectos econômicos, mas os homens de governo que o assinaram estiveram sempre preocupados – nunca céticos – de como ele poderia se concretizar. O Acordo, a relação, representando os interesses dos países membros, estaria definitivamente configurado como uma representação? Era preciso algo mais? Como um ato de representação integracionista, o próprio Acordo já significava uma acomodação de expectativas e uma convergência para interesses ou uma identidade comum. Enfim, ao se falar em representação no espaço do Mercosul, está se falando sobre a americanidade. Significa pensar num complexo fenômeno, já que, segundo Lefebvre, “tudo se passa pela representação: o vivido e o concebido”.

Assim, ela apareceria no texto jornalístico do correspondente como o “relacionamento de uma imagem presente no objeto ausente” ou surgiria da percepção de como os indivíduos e a sociedade concebem (representam) a realidade e como essa concepção orienta suas práticas sociais. A representação designaria, portanto, o modo pelo qual em diferentes lugares e momentos uma realidade é construída, pensada e dada a ler por diferentes grupos sociais. Em termos de construção de identidades sociais, ela seria o resultado de uma relação de força entre representações impostas por aqueles que detêm o poder de classificar, de nomear e a resistência surgida dentro da própria comunidade.

Outro aspecto importante é o fato de que a idéia da efetivação do Mercosul é o da sua existência e funcionamento como uma variável interveniente, ou seja, vetorial: vai interferir nos desenhos futuros da comunidade regional. Durante algum tempo, ele pareceu esgotar-se na instância econômica, mas refletir sobre a americanidade nos remete à própria história do conceito, perdido e apropriado. A sua retomada parece fundamental para instaurar, institucionalizar uma pauta comum confiável e duradoura, muito embora ainda na lógica do capitalismo. Nesse espaço, a mídia tem funcionado como uma mola propulsora da cultura, [...] *enquanto interação de discursos e práxis cotidiana; e também enquanto “formação discursiva”, conceito com o qual M.Pêcheux religa o poder da linguagem a linguagem do poder [...]*, iluminando o objeto e as condições de produção do conhecimento. Com a mídia, e todo o ritual que a cerca, mesmo com o caráter de indústria cultural, o Mercosul chega ao cidadão comum, porque a notícia não existe sem o seu imaginário, tanto no campo da produção quanto da recepção. O jornalismo, diz Steinberger (2005, p.165), não deve ter a pretensão de ocupar espaços que pertencem a outros sujeitos, já que trabalha num campo simbólico, mas também não pode desconhecer que sistemas simbólicos, como representações alegóricas, carregam consigo uma expressão de poder.

O discurso sobre a América ou, particularmente, sobre o Mercosul, produzido pelo correspondente brasileiro a partir de Washington/Nova York e Buenos Aires, pretensamente mantém uma forma neutra de relatar os fatos, mas as condições de sua produção já o instrumentalizam em direção a determinadas práticas políticas e ideológicas, tendendo a incorporar marcas das representações dos interesses ou do imaginário da sociedade, a partir da qual se produz o enunciado sobre o objeto do discurso.

O jornalismo, diz Steinberger (2005, p.165), não deve ter a pretensão de ocupar espaços que pertencem a outros sujeitos, já que trabalha num campo simbólico, mas também não pode desconhecer que sistemas simbólicos, como representações alegóricas, carregam consigo um jogo discursivo, através do qual expressa seu poder. Frequentemente, o jornalista está inscrito nos fatos que relata como notícia, até mesmo pela forma como os seqüencia ou reproduz os seus seqüenciamentos, a partir do lugar de fala do outro.

4.2 Imaginário discursivo (Washington/Nova York/Buenos Aires)

Despir o discurso jornalístico da intertextualidade produzida por força das suas condições de produção discursiva é altamente delicado, por causa da fascinação exercida pela liturgia da vida cotidiana de organismos como a ONU, a Casa Branca, a OMC ou cidades como Washington e Nova York, cujo modo de vida se sobrepõe à própria cultura nacional (BENDER, 1993: 50-51). O caráter litúrgico torna-se quase ascético, interpelando a todo o tempo o correspondente estrangeiro na sua relação com o poder político ou econômico nos Estados Unidos. O enunciado vem de um outro discurso que interfere sistematicamente no lugar de fala dos jornalistas correspondentes em Washington/Nova York. Exemplo disso, foi o jornalista brasileiro Paulo Francis, que na condição de correspondente nos Estados Unidos, incorporou o discurso das elites de tradição monroísta, procurando, ao longo da maior parte do tempo em que viveu ali, desqualificar políticas e iniciativas brasileiras e latino-americanas para os problemas regionais, usando o lugar de

fala dos próprios brasileiros, ou seja, seus jornais e televisões, quase que recuperando o estado de “civilização e barbárie” ambigüidade colocada por Sarmiento.

Paulo Francis (1930-1997), assim como, no passado, o argentino Sarmiento (1811-1888), o também brasileiro Monteiro Lobato (1982-1948), e outros, incorporaram nos seus discursos uma visão modernizante da sociedade tecnologizada norte-americana, que não encontrava necessariamente a acolhida unânime dentro da própria sociedade regional nacional, pelos efeitos humanos negativos que o modelo liberal capitalista norte-americano vinha produzindo já naqueles momentos inaugurais da nacionalidade deles. Embora moderna e modernizante, a sociedade norte-americana vive ainda grandes conflitos de identidade. Segundo Berlowitz (1993), os norte-americanos têm dúvida sobre a inexistência de um passado fundacional, colocando, às vezes, a essência moral do país em determinados momentos na Declaração de Independência (1776), outras na Constituição (1787), outras ainda na Carta de Direitos (1791). Assim, segundo Leslie Berlowitz:

Desde o momento em que a Constituição foi redigida, outra Constituição [...] brota das demandas de cada nova geração [...] e de todos os tipos de minorias [...] os mitos americanos tradicionais não se adequam às nossas necessidades e devem ser substituídos por um novo mito, por uma “teoria urbana de Nova York” (BENDER, 1993, p.50)

Nesse sentido, diz Berlowitz (data, página), que “*no exercício das relações exteriores, os americanos se estenderam para além dos princípios constitucionais e surpreenderam o mundo com um comportamento irreal e até mesmo irracional*”.

No seu artigo sobre “Os Verdadeiros Sentimentos da América”, Denis Donoghue (1993, p. 216) transcreve um texto de John Adams, escrito logo após a assinatura da Paz de Paris, no qual enfatiza que:

Sempre concebi a colonização da América com reverência e admiração, como o início de um grande projeto da providência para o esclarecimento dos ignorantes e, pela emancipação da parcela escrava da humanidade em toda a terra.

No mesmo ensaio, Berlowitz observa que os norte-americanos acreditaram e acreditam no seu “destino manifesto” e no seu papel de cão de guarda internacional, temas fundamentais da Política Externa dos Estados Unidos. Para Donoghue, na construção de um discurso fundacional, John Adams foi responsável por duas crenças “essencialmente perigosas”: a primeira, a convicção milenar de que os norte-americanos estão destinados a salvar o mundo da corrupção e da tirania; a outra, de que os norte-americanos são indivíduos “excepcionais” e que não devem obediência a ninguém, fora da história e da cultura. Donoghue observa que convicções com esse teor geraram uma política externa que ameaça a estabilidade e a paz no mundo.

Assim, atravessando o discurso dos norte-americanos, que se quer fundacional, Diggins observa que, na sua vaidade e autonomia, os americanos colocam em dúvida a sua origem numa teoria de Estado, defendendo que “[...] *estavam evoluindo não a partir de uma teoria preconcebida, mas para uma teoria*”, um conceito performático, bem ao estilo hegeliano, segundo a qual “*a unidade da nossa história e sua convicção de que as instituições americanas não foram concebidas, mas brotaram de alguma forma [...] do solo do qual emergiu...*” Acrescenta Diggins ser “[...] *ao mesmo tempo um consolo e uma perturbação ver a mentalidade americana ser louvada pela sua insensatez [...]*”.

Embora charmoso, parece muito delicado para um correspondente brasileiro cobrir ou repercutir a partir de Washington ou Nova York qualquer tema relativo à vida política e particularmente cultural do cotidiano da América Latina. A fundação da Nação norte-americana enraizada nos discursos de John Adams, Thomas Jefferson e James Monroe permeia as idéias e as formações discursivas dos cidadãos norte-americanos – destino manifesto, homem produtivo, indivíduo autônomo, propriedade privada, homem honesto “banhados no sangue da revolução” - e, provavelmente, nem mesmo uma “erudição necessária” do jornalista conseguiria salvá-lo da cultura *yankee* instintiva e performática.

Em que pese Buenos Aires ser também uma cidade envolvente, sua história está vinculada quase todo o tempo às raízes hispano-italo-americanas. Os argentinos não parecem comprometidos com as culturas indígenas-americanas, cujas populações foram praticamente extirpadas do país. Trata-se de uma Nação com raízes latinas expressivas, já que a base migratória começa com os espanhóis, passa para a península da Itália e depois abre as portas para a imigração européia. Sua colonização foi desenvolvida pelos espanhóis e a composição étnica crioula deste início de século é fruto da miscigenação entre espanhóis, populações nativas e italianos. Da Argentina partiram alguns dos discursos idealizadores da americanidade - e um dos libertadores da América, San Martín - até mesmo por oposição ao pan-americanismo, capitaneado pelos Estados Unidos. Alberdi (1810-1884) chamava a atenção para o perigo que representava os Estados Unidos para os países da América, e sugeria para a Argentina a alternativa de progresso na Europa.

Mas, Juan Batista Alberdi (1810-1884), Moreno e outros intelectuais argentinos sempre advertiram seus dirigentes sobre os perigos que representava também o Brasil para os países da América do Sul, recomendando por isso a Argentina um distanciamento da Nação brasileira. A Proclamação da República minimizou alguns receios que vinham desde a Monarquia e das guerras de que participou o Brasil no Cone Sul. Os brasileiros passaram a ser vistos, entre os pares da América, com menos cautela, a partir da segunda metade do século XX, após a consolidação do modelo republicano, que teve uma forte inspiração no modelo dos Estados Unidos.

A partir dos anos 50 do século passado, - excetuando-se o nacionalismo exacerbado de Perón, que também tinha um projeto de integração da América do Sul, são numerosas as buscas de aliança e assinatura de acordos de solidariedade e integração entre a Argentina e o Brasil, cabendo, em muitos momentos, no passado, algumas discordâncias em relação ao espírito da americanidade. Os dois países líderes na América o Sul têm uma história ambígua de relações comuns, contudo uma tendência interdiscursiva de integração por meio de marcas identitárias muito próximas. Há quase cem anos, Brasil e Argentina vêm

assumindo compromissos comuns de solidariedade sem que nunca vinguem nos termos da sua proposição original.

Superadas as divergências “estéreis”, segundo o presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, os quinze anos de experiência da integração via Mercosul, que surpreendeu tanto os dois países quanto os demais membros do Acordo com a explosão do comércio entre eles, têm permitido uma aproximação identitária quase inédita, com perspectivas de expandir-se para toda a América Latina, particularmente para os demais países da América do Sul, até mesmo por oposição aos Estados Unidos. Ao longo desses últimos 15 anos, isso se refletiu no chamado Acordo da ALCA, que, por razões como essas, não chegou a ser firmado.

É esse o cenário em que tem trabalhado o correspondente brasileiro em Washington e Nova York e da mesma forma em Buenos Aires, e vice-versa. Os correspondentes estrangeiros em Brasília, São Paulo ou Rio de Janeiro têm pela frente um cenário similar, mas já visto do lado de cá. Existe um esforço discursivo no sentido de caminhar em direção a uma identidade comum, legitimada culturalmente pela idéia implícita no processo de integração, de uma americanidade que corresponderia, no mínimo, “à proximidade, imediatismo, uma maneira mais civilizada, mais natural, uma forma primária de pertencer ao mundo [...] uma filiação ao continente [...] um pertencimento continental” (RAMOS, 2004:2), que dá origem definitiva a uma série de representações, a um imaginário e a uma memória coletiva. Tudo diferente da “americanização”, processo apropriado pelos norte-americanos, e que corresponderia à transferência de valores continentais para uma posição hegemônica dos Estados Unidos na região, e que estariam sendo operados também por meio dos conteúdos discursivos nos lugares de fala da imprensa, por meio dos nossos correspondentes.

4.3 A americanidade nos discursos dos correspondentes

O cubano José Martí e o argentino Sarmiento, que viveram ambos nos Estados Unidos, produziram discursos quase opostos para a construção da americanidade. O primeiro, como correspondente nos Estados Unidos do jornal argentino La Nación, questionou a ansiedade expansionista dos norte-americanos, propondo que os americanos, não estadunidenses constituíssem a sua própria América, independente e soberana: a “*Nuestra América*”; o segundo citava o desenvolvimento norte-americano como modelo para a América Latina. O discurso de Sarmiento fez a Argentina viver essa ambigüidade de idéias e práticas sociais à busca da sua autonomia desde a independência. A unidade argentina enfrentou os índios, os colonizadores, e os caudilhos.

A ambigüidade entre paternidade inglesa e a aliança com os norte-americanos vai ser encontrada também entre os brasileiros, seduzidos pelas novidades, a partir da Proclamação da República. Os discursos identitários regionais ganharam do romantismo e do positivismo a inspiração que precisava para desencadear a luta em prol da soberania. Os Estados Unidos se ofereciam como libertadores dos povos americanos da influência inglesa - a América para os americanos - ao mesmo tempo sinalizam com um novo modelo urbano e

industrializante. A queda do Império no Brasil e a Proclamação da República tiveram de imediato o reconhecimento dos Estados Unidos. O momento mostrou-se ainda propício para os brasileiros, que buscavam as alternativas modernizantes dos norte-americanos que, em 1902, eram responsáveis pela compra de 43% das vendas brasileiras para o exterior, representadas, sobretudo, pelo café. A República brasileira tinha na sua retaguarda uma oligarquia rural muito expressiva, cujos representantes chegaram à presidência do país. Retardou-se assim o processo industrial que, somente a partir de 1930, com a mudança radical de governo, vai ser chamado de “política de substituição de importações”.

A intuição de cidadania do “*Brasil como uma pátria*”, exaltada como tal por poetas como Fagundes Varela (1841-1875), Gonçalves Dias (1823-1864), Castro Alves (1847-1871), mas também “*parte de um continente*”, é lembrada por críticos como Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882) “*esse imenso e rico país da América*”; Santiago Nunes Ribeiro, “*a poesia brasileira é filha da inspiração americana*”; e Joaquim Norberto de Sousa, “*o novo império americano*”, e que haviam recebido o batismo em Adolfo Varnhagem (1816-1878), o primeiro a tentar sistematizar no Brasil o sentimento de “americanidade” (CÂNDIDO, 2004), vai se confrontar com as levas crescentes de imigrantes, interessados apenas em fazer-se a si mesmo. Quase a metade da população de São Paulo, no início do século, era de estrangeiros recém chegados.

A vertente romântica e identitária vai ser incorporada à discussão da modernização, ao estilo dos jornalistas José Martí (1853-1895) e do venezuelano Rubem Dario (1867-1916), por Eduardo Prado (1860-1901) na sua “*Ilusão Americana*” que, embora de leitura proibida, despertou manifestações outras no campo da literatura, da política e da economia, que não chegavam a ter a pureza do pensamento indigenista do jornalista peruano Carlos Mariátegui (1894-1930) que, incorporando à vida cotidiana política e econômica do Peru teses comunistas, com vieses indigenistas, vai dar origem a um nacionalismo identitário no Peru.

O discurso dos correspondentes brasileiros que, no passado, se amparava no imaginário da americanidade contra as investidas e a presença da idéia da americanização, vista como o avanço do imperialismo norte-americano em direção ao Sul, estendeu-se no Brasil até por volta de 1968, ganhou várias roupagens ao longo do tempo e até uma nova semântica. Palavras e expressões como *imperialismo*, *yankee*, *Tio Sam*, *Go Home*, cultivadas politicamente dentro do espírito performático e ideológico de americanidade, vão perder o sentido no processo de modernização econômica liberal, sendo substituídas por outras como *protecionismo*, *dumping*, *barreiras tarifárias*, *subsídios*, *fast track*. Esse discurso, acompanhado das novas “metáforas da globalização” (IANNI, 1999), contribuiriam para desviar o imaginário coletivo de uma cultura enraizada no cotidiano do passado para um presente projetado na integração como ideal de bem estar para o futuro.

Os jornalistas correspondentes mais recentes, ou em períodos coincidentes com o desenvolvimento do Mercosul, como Paulo Sotero, que desempenhava suas atividades em Washington, ao comentar a experiência recém implantada de relação de integração entre países dentro do Acordo do Nafta, entendia que “*o México aprendeu com os Estados Unidos*” e, por analogia, defendia o Nafta como paradigma de solução para o Mercosul. Sotero citava como vantagem o país ter sido descoberto pelas empresas multinacionais norte-americanas, ter incrementado as relações de comércio com os Estados Unidos e que o

governo norte-americano cogitava, naquele momento, de regularizar internamente a situação dos trabalhadores mexicanos (IPRI/Funagri, 2002, p.126, 144 e 145).

Paulo Sotero falou ainda da importância da geografia que une o México aos Estados Unidos, dizendo que “*o México hoje é considerado parte da questão de segurança dos Estados Unidos*”. Outros correspondentes recentes, em Washington, ao comentarem a mesma relação de integração entre países americanos a partir dos Estados Unidos do Acordo do Nafta, entendiam que “*o México aprendeu com os Estados Unidos*”. A postura desses jornalistas vinha à tona, contudo, em falas prestadas durante um seminário público, cujas notas taquigráficas foram incluídas nos “Anais”. Não foram fruto de uma análise ponderada ou científica da questão, e emergiram no calor de uma discussão, razão porque não se pode julgar a posição pessoal dos jornalistas.

Vários outros correspondentes brasileiros trataram, entretanto, em matérias publicadas, recomendando-o como exemplo para o Mercosul. No mesmo Seminário da Alca, realizado pela Câmara dos Deputados do Brasil em novembro de 2001, em Brasília, um outro jornalista, Gilberto Dupas, editor da revista Política Externa, fez a seguinte observação:

[...] se o Nafta aparentemente foi uma solução harmônica e sinérgica para esses três países, convém-nos focar particularmente a questão do México, pela semelhança conosco – aquele que é um grande país periférico da economia mundial – principalmente na avaliação da integração brasileira à Alca, que eventualmente pode ser parecida com a questão mexicana, minha conclusão é a de que está longe de ser[...] estou convencido de que o que é bom para o México não é bom para o Brasil. (CINTRA: 2001, p.)

Poucas matérias, ou nenhuma – pelos menos nas pesquisadas -, mesmo porque os correspondentes brasileiros localizavam-se em Washington e Nova York, falavam da resistência das famílias e jovens de origem mexicana ao aprendizado na língua inglesa na rede escolar, sendo que na Califórnia e nos estados do Sul, já existiam escolas em espanhol para os filhos de migrantes mexicanos. Seria uma espécie de circularidade do processo da americanidade. Ignoravam-se, praticamente, os problemas vividos pelos mexicanos que tentavam atravessar a fronteira para procurar trabalho nos EUA, que passaram a ser casos de polícia, e não de uma motivação integracionista. Enfim, o modelo paradigmático, oferecido para o Mercosul pelos correspondentes brasileiros nos EUA, confundia, no mínimo, o espírito e o sentimento de uma cidadania de cultura hispânica e portuguesa, matizadas que estavam sendo, pelas práticas sociais liberais da América anglo-saxônica.

4.4 Agências internacionais: uma artilharia antiamericanidade

Falar do jornalista correspondente é tratar também da agência de notícia. Ela é o abrigo natural dessa categoria profissional dentro do jornalismo, embora os correspondentes

brasileiros sempre estivessem vinculados aos jornais de origem no Brasil e, mais recentemente, por extensão, às suas agências nacionais: Agência Folha, Agência Globo, Agência JB, Agência Estado. O correspondente, na verdade, é um solitário num país estranho e, provavelmente, torna-se um parafrásico do discurso dominante, até mesmo como forma de preservar-se como profissional de imprensa que, em alguns países, desfruta de prerrogativas e acessos, muitas vezes negadas aos jornalistas do próprio país, sendo, entretanto, todo o tempo monitorado pelos governos.

Como se vê, a América Latina não tem tido êxito na criação de uma rede de correspondentes, nem na organização de uma agência de notícias com sede e foro na região compromissada com os laços identitários regionais, operando com seus próprios representantes e ocupados inteiramente com a geração e difusão de notícias de interesse exclusivamente público, e não dos governos. Não existem, praticamente, correspondentes de países da América do Sul dentro da própria América do Sul, senão pequenas conveniências regionais, e as agências e correspondentes sobreviventes não ultrapassam os limites do próprio país de origem, senão mediante eventuais convênios com as grandes agências. De uma maneira geral estão vinculadas a governos, transmitindo informações oficiais e, o pior, oficializantes. As agências de propriedade privada, como a Agência Folha, a Agência Estado, a Agência JB, no Brasil, e outras na Argentina (Telam, DYN, Novedad), não chegam a ter expressão suficiente para ocupar espaços na mídia fora dos respectivos países, o que inviabiliza um fluxo mais justo de informações Norte-Sul, como o preconizado pela Unesco. A experiência da agência Latim, mantida por um dos grandes jornais regionais, a mais expressiva delas, também fracassou. A América da Sul tem sido coberta para si por uma agência espanhola, a EFE e outras de fora do continente. Por essa razão, a Comunidade Andina e o Mercosul dispõem de assessorias e agências próprias para veicular informações sobre seu funcionamento e sobre as decisões que parecem relevantes.

Enfim, com o aparato informativo à disposição, por meio das grandes agências de notícias estrangeiras e dos artigos e matérias especiais produzidos pela grande mídia estrangeira, e sem grandes perspectivas de autonomia política num mundo dividido, num primeiro momento, por interesses colonialistas e, depois, imperialistas, a imprensa regional não sentiu nunca a necessidade imprescindível de outro tipo de cobertura internacional. Bastava dispor nas redações ou na matriz, de um repórter ou editor falando uma ou duas línguas – em geral inglês francês ou espanhol, cuja é classificar e selecionar as informações oriundas das agências estrangeiras, com escritórios e correspondentes em todo o continente e utilizá-las a seu critério no noticiário a ser publicado. Em torno de 30 % das matérias sobre a América do Sul, publicadas nos jornais brasileiros, são geradas dentro das próprias redações (PEREGRINO, 2004). A divisão de trabalho entre as agências, já não obedece rigorosamente ao antigo modelo de divisão dos mercados mundiais da informação entre si. Cada uma cobria uma região e trocava as informações, mas a competição tornou-se mais acirrada, o que faz com que um mesmo fato seja coberto por diferentes agências.

Presentes em todo o mundo, selecionando, registrando, reproduzindo e interpretando fatos do cotidiano das vidas nacionais de interesse de suas matrizes, as cinco agências³⁴, - UPI, AP e Bloomberg News (norte-americanas), Reuters (inglesa), AFP

³⁴ AP, UPI, CNN e Bloomberg News (norte-americanas), France Press (francesa), EFE (espanhola), Reuters e BBC News (inglesas), Deutsche Welle (Alemã) Novosti (russa). Acordos com os grandes jornais estrangeiros: El País (Madrid), Financial Times, The Guardian e The Times (Londres), Time e Newsweek (Nova York), Le Monde (Paris), Clarim (Buenos Aires)

(francesa) e EFE (espanhola) - tornaram-se hegemônicas no campo da informação mundial. Na América, estão presentes na cobertura do Mercosul, devido ao caráter simbólico integracionista que representam para o continente. O sucesso ou o fracasso das negociações comerciais e políticas no Mercosul interessa, devido aos montantes envolvidos, ao mundo dos negócios. Isso atrai as agências internacionais e os jornais econômicos que, entretanto, não mantêm uma cobertura da instituição com uma certa regularidade. Tem mais correspondentes cobrindo questões do Mercosul a partir de Buenos Aires e São Paulo, do que em Montevideu, sede do organismo. As coberturas do Mercosul são pontuais, ou seja, estão relacionadas com algum evento expressivo, sobretudo reuniões de presidentes da república.

E assim, as agências estrangeiras vêm construindo e modelando uma agenda de acontecimentos, mais próximos de uma visão parcial de mundo do que uma expectativa continental e, conseqüentemente, uma representação da América para si e para os outros. Essa mesma imprensa trouxe para a América crises políticas e econômicas que nada tinham a ver com os americanos, e inibiram crises internas com críticas, omissões e até interpretações transversais sobre a vida da região. Na versão da agência de origem norte-americana, o fato político ou cotidiano sempre ganhou um colorido a mais, com conotações próprias do formato liberal dos governos, refletido nos interesses hegemônicos no mundo. Não foi diferente em relação à agência francesa, (AFP) que, embora procure contrapor-se àquelas, reflete também visões matizadas pelo imaginário francês sobre o funcionamento do mundo.

Os fatos noticiados pelas agências internacionais e seus correspondentes ganharam formatos, interpretações e legitimaram-se sempre no imaginário das populações leitoras dos jornais latino-americanos, cujo prestígio interno tem ajudado, ao reproduzir esse noticiário, a referendar a credibilidade das informações das agências internacionais junto às sociedades nacionais. A estratégia de cada meio de comunicação regional para absorver esse noticiário de origem estrangeira sempre foi o de agregar informações enciclopédicas e alguma interpretação aos fatos narrados, atitude arriscada, já que os acontecimentos ocorrem longinqüamente e a conjuntura surpreende muitas vezes. O cotidiano dos povos assolados por uma guerra de interesses de pequenos grupos elitizados fica praticamente ignorado. E, assim, as culturas nacionais tornam-se periféricas e os jornais latino-americanos recebem e publicam, e até destacam, sem questionar, um grande volume de notícias veiculadas por essas agências. Elas nunca se ocupam das culturas locais ou regionais que, eventualmente, transformam-se em temas de curiosidade jornalística, sob o nome de reportagens especiais ou *features*.

As agências de notícias já começaram internacionais, tendo resultado da necessidade de banqueiros e comerciantes de informações para o desenvolvimento de seus negócios e se amparam nos fundamentos liberais da livre iniciativa e da livre circulação das idéias. Pressupõe, portanto, regimes políticos democráticos, ideologia liberal, prerrogativas e facilidades para que os jornalistas correspondentes, tanto os estrangeiros na América quanto americanos no estrangeiro, exerçam livremente suas atividades onde estiverem. Jornalista e, particularmente, o correspondente têm sido por isso o segmento que mais se beneficia da liberdade de imprensa e até de privilégios especiais para trabalhar no exterior. Atuando na esfera das sociedades nacionais, os jornalistas locais nem sempre desfrutam das mesmas

prerrogativas. Assim, jornalista correspondente apresenta-se como uma elite no jornalismo, devido a esse amparo institucional abstrato, gerando a idéia de uma democracia liberal, da qual, torna-se um agente.

As percepções identitárias nacionais e, com elas, o alcance da soberania relativa, tem feito a imprensa sul-americana dar um tratamento gradualmente mais seletivo e, às vezes, secundário, ao noticiário internacional, o que também não é bom, quando o momento é de desprovincialização. Mas, os países da América do Sul estão também avançando no processo de autonomia nacional, em oposição à dominação política que vem do exterior; e, ao tentar consolidar suas identidades representacionais, a imprensa nacional volta-se para a emulação do cotidiano da vida das comunidades locais ou nacionais, ganhando a região, sua cultura, seus heróis e seus mitos uma visibilidade própria.

Apenas alguns veículos mais conservadores da grande imprensa nacional como O Clarin, em Buenos Aires, e O Estado de Paulo, em São Paulo, expressão dos interesses corporativos nacionais, procuram ainda manter essa relação de equilíbrio entre o noticiário nacional e o originário do exterior. A motivação já não é mais o aspecto apenas periférico, mas resultado de uma integração regional necessária. Ao agir dessa forma, seus *newsmakers* terminam, contudo, por filtrarem informações tratadas como de interesse público, refletindo expectativas e temores de categorias sociais específicas, economicamente superiores, como o da oligarquia pecuarista argentina ou a do café, no Brasil e na Colômbia, ou mesmo de segmentos industriais.

A idéia de uma integração, nascida no próprio continente, e de uma convivência entre países é antiga. Porém, a partir da Segunda Guerra - que teve a adesão de alguns países da América, embora só o Brasil tenha enviado tropas - tornou-se uma necessidade até imperiosa, como foi a divisão do processo de integração a que se obrigaram os países por meio do que foi chamado de “Guerra Fria”, uma metáfora discursiva que a imprensa criou e alimentou como uma prática de poder e de relação social.

Coube à imprensa legitimar a idéia maniqueísta, surgida no ambiente da diplomacia, dos interesses econômicos e militares, da existência de um mundo livre e democrático liberal e de outro comunista e antidemocrático, o que gerou uma linguagem própria e um processo de estigmatização – batismo das crises com as representações semânticas da linguagem popular – para dar maior legibilidade à questão junto às populações, introduzindo expressões como “Cortina de Ferro”, “Tio Sam”, “desenvolvidos”, “subdesenvolvidos”, “comunistas”, “democratas”, “esquerda”, “direita”, “terroristas”, “kamikazes”, “comunista comedor de criancinhas”, e o próprio nome “Guerra Fria”, etc. A adoção dessas premissas, forjadas ideologicamente no âmbito do imaginário coletivo, atrasou o desenvolvimento da América do Sul nos últimos 50 anos.

Através dessa lexicografia e de uma forte coerção que atingiu também a imprensa, estigmas com caráter ideológico e cunho quase religioso, cegaram a opção política das populações. E assim, o planeta foi dividido, pela imprensa e pelos políticos, no que se chamou de Mundo Ocidental e Leste Europeu, uma disputa de interesses geopolíticos que se desenrolou entre duas ideologias – capitalismo e comunismo – e que se traduziam em formatos de vida política e cotidiana pasteurizados com o apoio da imprensa. Os dois modelos refletiram sobre o trabalho cotidiano das agências, fazendo evidenciar a parcialidade do noticiário e gerando dúvidas internas nas redações sobre as informações e

interpretações dos fatos e dos acontecimentos. A origem da agência determinava o conteúdo desses despachos internacionais, percebendo-se que esse noticiário, fruto de interesses dominantes de duas nações líderes, desviavam a atenção da imprensa regional dos seus próprios problemas, na medida em que refletiam uma cobrança de opção política e ideológica maniqueísta.

4.5 Correspondentes brasileiros

As agências de notícias estrangeiras trouxeram para a imprensa regional americana o cotidiano da guerra européia. De tal forma, a América e suas populações se viram envolvidas com os efeitos do conflito, que o Brasil chegou a enviar tropas para lutar na Europa e, com elas, também jornalistas como Rubem Braga, Joel Silveira (Associados), Raul Brandão (Correio da Manhã), Thásilo Mitki, Egydio Squeff (O Globo) e José Barreto Leite que atuaram como enviados especiais, e depois, como correspondentes junto ao *front*, cobrindo as tropas brasileiras que lutavam na Itália. O trabalho desses jornalistas recebeu total apoio dos norte-americanos. Foi a primeira vez que os brasileiros tiveram uma idéia concreta de uma guerra – a “Guerra” do Paraguai estava muito distante -, relatada por jornalistas brasileiros. Era, contudo, apenas a versão do lado aliado – com entrevistas dadas nos QGs do Brasil. Mas, além desses correspondentes brasileiros, a mesma cobertura para a imprensa americana, inclusive a do Brasil, era reforçada por correspondentes norte-americanos, como Henry Bargley, da AP, Francis Hallawee, Frank Norall e Allan Fisher e através de uma versão diária da Coordenação de Assuntos Internacionais das forças norte-americanas às quais se juntaram os pracinhas brasileiros.

Na realidade, os primeiros correspondentes brasileiros vão surgir dentro do próprio território nacional com os despachos noticiosos sobre os conflitos de Canudos. Entre eles vão se destacar os relatos de Euclides da Cunha para o jornal Província de São Paulo, atual O Estado de São Paulo. Como se sabe, Euclides tornou-se posteriormente famoso ao transformar seus relatos da guerra num livro que chamou de “Os Sertões”, no qual desenhava o perfil da paisagem brasileira, da vida cotidiana e do homem sertanejo a quem descrevia como “sobretudo um forte”, por enfrentar e vencer a inospitalidade do sertão. A guerra do Paraguai e a do Chaco receberam também relatos sobre os fatos, mas eram feitos pelos próprios militares envolvidos que se transvestiam de jornalistas. Os informes eram todos muito parciais, tinham mais de um manifesto que, mesmo de um release, eram muito distantes do formato contemporâneo de uma notícia.

Como bons liberais, alguns jornais e jornalistas da América Latina tiveram suas formações pautadas nas experiências do jornalismo norte-americano, pelo menos até a metade do século XX, e, portanto, dificilmente questionavam o conteúdo do noticiário das agências estrangeiras. Na Segunda Guerra, a desconfiança era posta sobre o noticiário surgido do *front* alemão ou italiano; no período da “Guerra Fria” desviou-se a falta de credibilidade para os representantes das agências soviéticas, chinesas, albanesas, iugoslavas e até cubanas, e nunca para as agências norte-americanas, inglesas ou francesas. Os correspondentes russos e chineses eram vistos até mesmo como espiões.

Contudo, á medida que o comércio se expandia e se diversificava e que a diplomacia envolvia-se com as questões internacionais, passava-se a conhecer melhor as

formas como eram tomadas as decisões nesse espaço de convivência entre países. Começou-se a questionar também o noticiário e as interpretações das agências norte-americanas sobre fatos pontuais. Mas, mesmo assim, ninguém recusava a usá-las. Alguns correspondentes estrangeiros ganharam a desconfiança de governantes e de colegas jornalistas de países nos quais a dinâmica da transformação da sociedade se dava com grande ebulição popular. Os efeitos dessas desconfianças foram profundos. Ambas as vertentes desse jornalismo que produzia o noticiário internacional começaram a merecer questionamentos locais, por entender-se que transmitiam a visão de seus países de origem sobre os acontecimentos mundiais e, no caso da América Latina, representações, na maioria das vezes, negativas ou estereotipadas.

Daí para a desconfiança também sobre a neutralidade do próprio noticiário das agências por sua origem, foi um passo. A FP, com seus repórteres franceses, representava o imaginário francês sobre o continente americano. A UPI, AP e a Reuters interpretavam o mundo, segundo a cultura e os interesses da origem liberal anglo-saxônica. Enfim, não havia exceção nem para as agências originárias do Terceiro Mundo nem para a própria América Latina. O material da agência iugoslava ou cubana estava nesses mesmos casos.

Além disso, o volume de informações procedentes do Hemisfério Norte, comparado com o dos próprios correspondentes dessas agências no Hemisfério Sul, era infinitamente superior, conforme ficou explícito no relatório da *Fondation Hanns Seidel*, de origem suíça, do ano de 1978. Concluía-se, portanto, que havia uma violação de culturas e das autonomias nacionais, pela alimentação de representações do modo de vida e das opções políticas e ideológicas do mundo desenvolvido, de tal forma que a Unesco decidiu discutir abertamente a questão numa conferência mundial, sem , entretanto, conseguir avanços significativos nesse balanço do noticiário internacional.

A quantidade, o conteúdo e as contradições decorrentes desse noticiário terminaram por convencer os jornais brasileiros, com um elevado grau de aprimoramento editorial e industrial, a partir dos anos 70, de que precisavam ter lá fora uma visão brasileira dos fatos e acontecimentos de interesse do Brasil. Começaram então a abrir espaços para a atuação de brasileiros como correspondentes no exterior. Naquela conjuntura, a alavancagem do modelo de desenvolvimento brasileiro capitalista e industrializante necessitava de um aporte de informações originadas do mundo industrializado, líder também no campo político, e que as agências supriam com deficiência, já que não atendiam exatamente aos interesses das elites nacionais.

Alguns jornais chegaram a contratar jornalistas estrangeiros para trabalhar nas suas redações no Brasil ou lá fora, estrangeiros com alguma relação com o Brasil como Janos Leigel, O Globo; Brian Gold, Gazeta Mercantil; Giles Lapouge, O Estado de São Paulo, e outros, como correspondentes no exterior. Revistas como o Cruzeiro e a Manchete estavam no mesmo caso. As novas revistas Veja, espelho inicial do Time, e a Isto É incluíam nos projetos originais uma visão brasileira do cotidiano do mundo dos países em desenvolvimento.

Descortinou-se, então, e definitivamente, o espaço do correspondente brasileiro no exterior, essa busca de uma visão brasileira do mundo. Na divisão de trabalho dentro das redações, instituíram-se editorias internacionais e o espaço específico para o correspondente. Na medida em que expandiam seus negócios, outros meios de comunicação enveredaram

pelo mesmo caminho. Ter correspondente no exterior dava, no mínimo, prestígio junto aos leitores e às elites. Portanto, aqueles jornais com autonomia financeira adequada acompanharam a onda, designando correspondentes para atuarem em pontos-chaves da inserção brasileira no novo modelo de sociedade global.

O reatamento das relações comerciais com a URSS teve muito da contribuição do jornalista Noênio Spínola, correspondente do Jornal do Brasil em Moscou e, depois Luís Recena, da Gazeta Mercantil, ao demonstrarem as oportunidades comerciais que o Brasil estava perdendo por manter um comércio discreto com os países do Leste Europeu, devido ao distanciamento por razões puramente ideológicas do regime comunista. Era uma forma de desmistificar o estigma alimentado pelas agências de notícias norte-americanas e inglesas de que a URSS era protegida por uma abstrata “cortina de ferro” e de que o comércio seria uma abertura para introduzir o comunismo fora da sua área de influência. Restaram, contudo, ranços e, mesmo após a queda do Muro de Berlim e a desintegração da URSS, a América Latina e o Brasil particularmente, não mantêm correspondentes regulares em Moscou, considerada ainda a cidade centro do Leste Europeu.

De uma maneira geral, os correspondentes brasileiros localizam-se, espacialmente, em cidades-símbolo do liberalismo ou do desenvolvimento do capitalismo como Washington, Nova York, Londres, Paris, Frankfurt, Roma, Tóquio, Buenos Aires. É a partir desses centros do poder político e econômico que os correspondentes são transformados em meio e expressão dos interesses e representações das liberdades liberais democráticas, agendados pelas respectivas cúpulas internas para cobertura de temas da sociedade global.

Segundo o jornalista João Batista Natali (2004), a partir dos anos 80, o “jornalista expatriado” veio passando por uma mudança substancial, perdendo, gradualmente, a sua importância, enquanto um profissional conhecedor prévio dos meandros da política internacional, em condições de analisar qualquer evento e até de emitir opinião própria, oferecendo um ponto de vista ou uma interpretação brasileira para o fato ou acontecimento. O correspondente foi se transformando vagarosamente, à medida que os jornais premidos pelos seus custos industriais realizavam contratos com grandes órgãos de imprensa das metrópoles, mais bem equipadas para a cobertura externa. O perfil do correspondente brasileiro sofreu um impacto grande, tornando-se um repórter com a responsabilidade de narrar os fatos. De tal forma que os jornais passaram a contratar ou a credenciar para essas representações jovens jornalistas, na condição de bolsitas (NATALI, 103) e até mesmo os “*stringers*” jornalistas locais que escrevem matérias eventuais para jornais estrangeiros, prática inaugurada pelos jornais OESP (Roberto Api e Giles Lapouge, em Paris) e depois o JB (Londres).

Ocorre, entretanto, um fenômeno paralelo. Também a partir dos anos 80, em que a autonomia do continente sul-americano começava a ganhar um novo *status* dentro da comunidade internacional, por meio da efetivação de alguns acordos regionais e até a criação de diversos organismos de integração intra-regionais, a imprensa seria uma das presenças marcantes na sinalização do esforço em direção a um novo modelo de relações continentais, regionais e intra-regionais. Jornalistas brasileiros, argentinos e de outros países da América passaram a ter assento cativo nas salas de *briefing* da Casa Branca (Washington), do Banco Mundial, de *Wallt Street*, da Organização das Nações Unidas, onde trabalhavam na condição de correspondentes credenciados na sede do Poder Político norte-

americano, ou no mercado de Nova York, cidade que tem ditado também usos e costumes para o mundo. Assim, foram se instalar nessas cidades, jornalistas brasileiros como José Meireles, de O Globo; Paulo Sotero, de O Estado de São Paulo; Paulo Francis, da Folha de São Paulo; Lucas Mendes, da TV Globo; Luiz Carlos Azenha, da TV Manchete e dezenas de outros. A TV Globo montou sucursais em Nova York e Londres, nas quais os jornalistas se revezavam como correspondentes.

Esses jornalistas refletem dentro dessas salas de imprensa, com suas perguntas e informações, interesses e preocupações brasileiras em discussão, extraíndo das autoridades e empresários visões pessoais e institucionais sobre as questões colocadas. A integração regional capitaneada, na América do Sul, pelo Brasil e pela Argentina, contribuíram também para que os principais meios de comunicação brasileiros instalassem correspondentes, em definitivo, em Buenos Aires e jornalistas argentinos no Rio de Janeiro, Brasília ou São Paulo. Entre os brasileiros correspondentes em Buenos Aires e que se destacaram, sobretudo, no período pré-Mercosul, vale citar Clóvis Rossi, da Folha de São Paulo, Flávio Tavares e Hermano Alves, de O Estado de São Paulo e José Rezende Filho, do Correio Braziliense, numa clara demonstração da importância que a Argentina passa a ter para o Brasil, e de que o entendimento entre ambos os países poderia facilitar significativamente a integração de toda a América do Sul.

O surto de correspondentes brasileiros no exterior, a partir dos anos 70, não significara uma maior atenção aos países da América Latina, que continuaram distantes e esquecidos da imprensa para a qual escreviam, embora as sucessivas ditaduras no continente, no campo da política, refletissem marcas comuns. A escolha dos locais para instalar os correspondentes, dependia do tamanho da relação comercial com o Brasil e, nesse sentido, os países da América Latina eram para o Brasil poucos significativos naquele momento. As empresas jornalísticas brasileiras apenas referendavam esses laços comerciais, estendendo suas abordagens para o campo da política. Europa e Estados Unidos juntos chegaram a participar com mais de 60 % do valor da balança comercial da maioria dos países da América Latina. Veio depois o Japão, fazendo com o que Brasil instalasse também seus correspondentes por lá, assim como o fizeram os jornais em relação ao Oriente Médio, onde o Brasil queria estabelecer uma ponte comercial mais estável para compensar as perdas na área do petróleo.

Mesmo após um período de reflexões sobre a hegemonia noticiosa dos Estados Unidos e Europa sobre a ordem vivida pela imprensa (ISMAIL, 1978, P.40-50) brasileira, as questões latino-americanas continuaram a ser tratadas no espaço intra-regional pelas agências de notícias estrangeiras ou por eventuais enviados especiais aos países onde se desenrolavam os fatos. Simbolicamente, a inscrição dos acontecimentos na história cotidiana da América Latina tem cabido quase sempre aos correspondentes das agências internacionais de notícias sediados em Buenos Aires, Rio de Janeiro ou até mesmo em Washington. A partir daí, fazem circular as informações cotidianas rápido, de maneira abrangente e massificada. Com suas informações, análises ou repercussões, jornalistas, observadores externos – e também os diplomatas - vêm contribuindo para construir, desconstruir ou obliterar um imaginário sobre a história da Região. Um golpe de Estado num país da América Latina recebe logo a interpretação do Governo dos Estados Unidos, através do correspondente em Washington e, quase sempre, somente depois, também do correspondente em Brasília ou Buenos Aires. No caso de questões relacionadas com a

América Central, a cobertura jornalística é feita a partir de Washington ou da Cidade do México.

Nos últimos anos, Brasil e a Argentina têm sido mais oportunistas e cuidadosos - diplomaticamente competitivos - em relação aos fatos do cotidiano político dos países da América, em particular, aqueles que integram o Mercosul como membros ou associados. A maioria dos correspondentes internacionais para a América do Sul sediam-se, em geral, em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro ou Buenos Aires. São eles, no fundo, que difundem as posturas adotadas pelos países da região sobre qualquer evento no continente. De maneira também oportuna e original, as autoridades regionais procuram já manifestar-se com uma certa regularidade sobre os acontecimentos no Continente, na tentativa de antecipar-se aos países de fora do Continente, como sempre ocorreu, e que terminam por alimentar os jornalistas estrangeiros com suas posições e versões prévias..

4.6 Trabalho do correspondente.

Em 2002, o Brasil dispunha de 523 jornais, com 7 milhões de exemplares de tiragem, 257 revistas, com 16,2 milhões de exemplares anuais, segundo levantamento do jornalista João Batista Natali, (2004, p. 10), ex-correspondente em Paris e chefe da Editoria Internacional da Folha de São Paulo. Numa quinta-feira de janeiro de 2004, continua, os jornais brasileiros receberam 1.400 textos de agências de notícias internacionais. No dia seguinte, o jornal O Globo havia resumido seu noticiário internacional em apenas 13 títulos, o Jornal do Brasil em cinco, O Estado de São Paulo 17 e a Folha de São Paulo 18 (NATALI, 2004, p.10). Na edição, esse noticiário, proveniente praticamente de seis agências – UPI, AP, Reuters, Bloomberg, AFP e EFE - foi, provavelmente, acrescido de comentários dos respectivos correspondentes.

Os artigos dos correspondentes certamente tratavam de interfaces temáticas de interesse do Brasil ou envolviam uma visão brasileira sobre alguns daqueles temas que faziam parte da *agenda setting* (pauta) das agências de notícias. A diferença era que, num universo dessa magnitude de temas em discussão no mundo, a Folha de São Paulo tinha correspondentes em Pequim e em Washington, *stringers* (jornalistas locais contratados) em Londres, Paris e Berlim, e em Buenos Aires e Nova York mantinha o que chamava de “bolsistas”, jovens jornalistas enviados ao exterior para treinamento (NATALI, 2004, p.103-104).

Assim, em 2004, quando se discutia, em centenas de reuniões em toda a América, o Acordo da Alca, envolvendo 34 países; Fidel Castro e Hugo Chávez tentavam emplacar a Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas); o acordo Mercosul x União Européia alcançava um estágio delicado; entrava em vigor o Tribunal Arbitral Permanente de Revisão do Mercosul, com sede em Assunção (Paraguai), e com a responsabilidade de acabar com uma série de controvérsias, que vinham emperrando o funcionamento e até a existência do Mercosul; quando o Pacto Andino discutia uma zona de livre comércio continental; e eram lançadas as bases para a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (Alcsa), o jornal Folha de São Paulo mantinha um “bolsista” como correspondente em Buenos Aires. Segundo Natali, de 1980 para 2004, o correspondente tornou-se um mero repórter, competindo com os colegas das agências de notícias estrangeiras, deixando de ser

aquele jornalista, analista e prudente, a exemplo do que foi Clóvis Rossi, colega de Natali na Folha, e correspondente em Buenos Aires. Rossi descreveu num artigo a característica do correspondente, dizendo que ele desenvolve uma batalha diária pela conquista das mentes e corações dos leitores, telespectadores e ouvintes.

Jáder de Oliveira, correspondente da Globo News em Londres – está lá há mais de 30 anos - preocupa-se com as novas tecnologias e as comunicações extremamente fáceis que “mudaram tudo” no trabalho do correspondente, intronizando o jornalismo no mundo dos novos paradigmas da sociedade do conhecimento, em que predomina o tempo real e, às vezes, a interatividade. Discorda, entretanto, do tratamento de “noticiarista” que alguns órgãos da imprensa querem dar para seus correspondentes, atividade que foi e tem sido reconhecida como exercida por escritores como Ernest Hemingway, José Martí, Archibald Forbes, Joseph Pulitzer, Heirich Heine, Regis Debray, Gabriel Garcia Marquez e Eduardo Galeano, profissionais que se tornaram personagens da história do jornalismo, dando personalidade distinta ao correspondente, alguns dos quais chegam a ser avalistas da imagem do país de origem no exterior.

Na Inglaterra, é praxe o correspondente estrangeiro ser convidado pelo Palácio de Buckingham para encontrar-se com membros da Família Real. A conversa sempre gira em torno do país de origem do jornalista e sobre o próprio meio de comunicação a que está vinculado. Assim, a Família Real se posiciona em relação à mídia e vice-versa. Certa vez, viajando na Inglaterra com o correspondente de um jornal chinês, ele me disse que o jornal dele tinha uma tiragem variável entre 10 a 15 milhões de exemplares, peso que não pode ser ignorado.

O correspondente não pode ser, portanto, um repórter inexperiente. Segundo Jáder de Oliveira, que está na Inglaterra, um correspondente tem de ser um jornalista com conhecimento de política, economia, sociedade, cultura e política internacional suficientes para compreender o movimento das coisas e personagens no mundo, de forma a poder decodificar e analisar, no interesse do leitor, do telespectador ou do ouvinte brasileiro, o noticiário difundido pelas agências de notícias e, eventualmente, também fazer sua matéria exclusiva, capaz de merecer o respeito do editor e a atenção do leitor. Um simples noticiarista sofre uma feroz concorrência das agências internacionais. O jornalista deve ter sensibilidade bastante para entender lá, na fonte, o enunciado e cá, o “contrato de leitura” do meio de comunicação com o leitor. Portanto, há um caminho árduo de representações e simbologias a percorrer, agregando valores novos nesse percurso, sem perder o “poder da verdade”, de que fala Foucault, do próprio meio de comunicação para o qual trabalha.

É preciso convir que o perfil do correspondente traçado aqui torna o exercício profissional excessivamente apurado e até elitista. Mas, cobrindo assuntos externos, existem outros profissionais que atuam, por exemplo, como enviados especiais e até como *free lancers* que reúnem os atributos acima, agregados da coragem e da perspicácia no registro e na análise de fenômenos no ambiente no qual está inserido. Não necessariamente a visibilidade do jornalista deve ser ganha apenas na cobertura de guerras e revoluções; o cotidiano de uma sociedade oferece muitas alternativas. Hohenberg (1965) mostra que o grande correspondente é aquele que percebe exatamente o seu papel transformador, para usar uma expressão de Foucault. Ele demonstra a sua importância na medida que ele consegue transmitir conhecimentos novos ou desvendar fatos encobertos que têm efeitos sobre a sociedade.

O jornalista irlandês, William Howard Russell, cobriu a Guerra da Criméia (1853-1856), que envolveu a Inglaterra, França, Turquia e Sardenha, em que franceses católicos disputavam com a Rússia ortodoxa o território da Palestina. Russel descreveu a situação dos campos de batalha britânicos, onde, segundo ele, faltavam equipamentos, comida e apoio aos feridos, com tal riqueza de detalhes, que seus artigos publicados no Times, em outubro de 1854, escandalizaram a Inglaterra, obrigando a rainha Victória a mudar praticamente toda a estratégia de participação no conflito. John Reed, correspondente americano na Rússia de 1914, relatou, em grandes reportagens que se chamaram “Dez dias que abalaram o Mundo”, a revolução comunista. Foi por meio dele que o mundo tomou conhecimento do que acontecera no país, e que só teria versões institucionais muito mais tarde.

Relata Hohenberg que Joseph Pulitzer “usava o jornal como espaço de denúncia e de defesa da moralidade pública” e que, para exigir a perpetuação do alto nível do jornalismo, ajudou a criar na Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos, uma escola de jornalismo e, ao mesmo tempo, o prêmio Pulitzer de Jornalismo. Paulo Francis, correspondente da Folha de São Paulo e da TV Globo em Nova York cobrindo a cidade e as representações da vida cotidiana dos americanos, tinha expectativas de, com seu sarcasmo, poder contribuir para mudar algumas práticas sociais cotidianas no Brasil, que ele julgava atrasadas.

Evidentemente que um jornalista com esse perfil profissional precisa ter a confiança do meio de comunicação para o qual trabalha. Noênio Spínola foi durante muito tempo correspondente do Jornal do Brasil em Moscou, em plena Guerra Fria, sem que tivesse sido registrada qualquer reclamação sobre o seu trabalho no país. Ele, com suas matérias e artigos, desempenhou certamente um papel fundamental de mediador na abertura das relações entre o Brasil e a União Soviética, congeladas por vários anos. Jaime Dantas (Jornal do Brasil), Flávio Tavares (O Estado de São Paulo) e Clóvis Rossi (Folha de São Paulo) deram também enorme contribuição para reduzir a distância, instigar o entendimento e a aproximação do Brasil com a Argentina, cobrindo e interpretando o cotidiano da vida social e política do país. Os correspondentes brasileiros em Nova York pareceram, entretanto, sempre inibidos pela dimensão do processo de desenvolvimento, especialmente norte-americano, e pouco agregaram até mesmo ao processo de modernização da sociedade brasileira. Suas matérias refletiam a sedução que Nova York, Washington, o presidente dos EUA, os secretários de Estado e do Tesouro, o Congresso norte-americano e até a vida cotidiana exerciam sobre eles. Paulo Henrique Amorim (TV Globo), Paulo Francis (TV Globo e Folha de São Paulo) e Pimenta Neves (O Estado de São Paulo) eram personagens mais importantes que suas próprias histórias. Tornaram-se celebridades, mas agregaram pouco ao processo de formação identitária do Brasil e do continente sul-americano. Exemplos nesse sentido não faltam.

À exceção do jornalista correspondente das agências de notícias, que fazem circular as informações relevantes por todo o mundo – uma parte significativa do conhecimento que se tem sobre problemas internacionais vem das matérias diárias produzidas por esses jornalistas. Assim era, por exemplo, com as matérias dos correspondentes brasileiros Matias Molina (Gazeta Mercantil), de Londres e Brian Gold (Gazeta Mercantil), de Bruxelas, ou William Wack (O Estado de São Paulo). Eram jornalistas com um nível de segurança invejável. Já outros, especialmente os mais novos,

não conseguem ter ou dar essa visibilidade e importância ao próprio trabalho e sua contribuição para as mudanças cai no processo antropofágico da modernidade.

Por isso, quando se discute o papel do jornalista correspondente no processamento do conhecimento e da cultura da americanidade, vale observar que, dificilmente, isso poderia ser conseguido por meio de um noticiarista ou de um bolsista; mas, como nada se tem no Brasil sobre a América Latina produzida por brasileiros, seria oportuno iniciar um trabalho como esse mesmo com eles, e até para preparar um contingente de jornalistas para ocupar em definitivo essa função, baseando-se na expectativa do sucesso do processo de integração e de formação do espírito da americanidade.

O processo de integração não se dará por uma única via. A emulação da vida cotidiana promovida pelo noticiário precisa ter duas mãos. Uma identidade comum não vai resultar apenas de um intercâmbio comercial. Requer uma troca sistemática de produtos simbólicos, de que faz parte o jornalismo. A Constituição Brasileira estabelece que o Brasil desenvolverá uma política de integração com a América do Sul. Em 1990, o ano que precedeu a assinatura do Acordo de Assunção, que criou o Mercosul, nenhuma emissora brasileira de televisão tinha correspondente na América Latina.

Clóvis Rossi relata que, em 1990 – de um total de 523 jornais, segundo Natali – havia apenas cinco correspondentes brasileiros na América Latina dos jornais: Folha, Estado, Globo, Jornal do Brasil e Gazeta Mercantil, todos localizados em Buenos Aires. Jornalistas argentinos faziam o caminho inverso, localizando-se em São Paulo, principalmente. E desses dois postos, cobriam, encobriam ou ignoravam toda a América.

Tão difícil quanto inverter a ordem internacional, proposta pela Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura – do fluxo de informações entre o Norte e o Sul, parece ser fazer valer uma ordem transnacional dentro da América, capaz de promover uma troca diária de informações sobre a vida cotidiana dos povos e dos governos da América. Diversas agências de notícias continentais foram tentadas e fracassaram. Esse fracasso resulta, possivelmente, da ausência de mecanismos de integração simbólica e de representações comuns dentro do continente.

Em 1976, o Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais (ILET), dirigido pelo jornalista chileno Fernando Reys, realizou no México uma discussão sobre o “papel da informação na nova ordem internacional”. Primeiro, não existia uma “nova ordem” – ela era apenas perseguida academicamente –; segundo, a informação internacional era dominada por um número reduzido de agências de notícias internacionais e meios de comunicação nacionais que faziam das informações comerciais e até culturais notícias internacionais. Surgiu o conceito de informações transnacionais que expressavam a racionalidade e os objetivos dos sistemas que lhes davam origem e que circulavam de uma país para o outro. Pela lógica do mercado, a notícia é uma *commodity*, e não apenas um bem cultural simbólico. O jornalismo de economia funciona como expressão dessa lógica. O “livre fluxo” da informação vai consagrar o jornalismo centralizado praticamente nas grandes metrópoles.

A idéia da americanidade poderá significar a percepção de um espaço comum e resultar numa integração comercial bem mais expressiva que a atual. O Mercosul demonstrou isso: transformou o Brasil no maior mercado para os países vizinhos, tornando-

os importantes parceiros comerciais do Brasil. O comércio vem agindo nessa direção. Existe um espaço também para a indústria dos bens simbólicos e, nesse campo, o papel da indústria cultural pode ser fundamental. A América está para ser reinventada dentro do espírito de uma convivência comum na pluralidade de suas culturas e de seus costumes, abdicando-se dos fervores geopolíticos e nacionalistas. Só dessa forma se chegará ao reconhecimento da americanidade. A imprensa, como parte dessa indústria cultural, tem uma contribuição enorme a dar nesse sentido.

CAPÍTULO V
***CORPUS*: DISCURSO, REPRESENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

5 SOBRE O *CORPUS* PRINCIPAL E CONDUTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Neste momento de explicitação do *corpus*, da pesquisa, não será demais reiterar que esta pesquisa discute o papel do jornalismo brasileiro na condução do discurso da americanidade, procurando identificar seus vestígios e representações nos textos dos jornalistas correspondentes e enviados especiais em Buenos Aires e Washington/Nova York, tendo, como objeto de análise, matérias por eles produzidas sobre o Mercosul, e veiculadas nos quatro principais jornais brasileiros: O Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo, O Globo e o Jornal do Brasil.

Esses quatro jornais foram escolhidos devido à sua alta representatividade dentro da imprensa brasileira, especialmente no espaço do jornalismo impresso. São empresas economicamente consolidadas, com tradição editorial e que, há mais de 50 anos constituem-se em leitura obrigatória das “elites”, caracterizadas por segmentos de leitores com poder de interferência no cotidiano de terceiros, refletindo o discurso da atualidade e da inserção do Brasil e dos brasileiros no mundo, projetando-se como formadoras de opinião e condutoras dos modelos culturais vigentes.

São também mídias representativas de parcelas significativas da população, com índices individuais de legibilidade superiores a 500 mil leitores por edição³⁵, e sediadas nos principais centros culturais brasileiros geradores de discursos sociais: São Paulo e Rio de Janeiro. As matérias informativas, os artigos, as análises, as informações sobre os usos e costumes na cotidianidade da vida política, social e cultural publicadas por esses jornais são incorporadas gradualmente como valores de cidadania ao discurso performatizado ou em construção na sociedade, depois de receberem a legitimidade da exposição nas páginas desses jornais. Essas matérias jornalísticas são reproduzidas ainda pela sociedade nacional, na medida em que são publicadas também pelas mídias de outros estados ou regiões, com as quais a “grande imprensa” mantém contratos de parceria comercial e editorial.

Os jornais selecionados correspondem a uma imprensa que lidera a audiência pública, refletindo as opiniões correntes e, por conseguinte, parte dos “contratos de leitura” (FAUSTO NETO, 2001) estabelecidos, nos quais o real é construído sob a forma de representações configuradas ou em configuração pela mídia, no meio da qual a imprensa escrita, por sua capacidade pedagógica discursiva, ao mesmo tempo informacional e analítica, ocupa um lugar singular.

³⁵ De acordo com a Associação dos Jornais Brasileiros (Ajobr), o IVC de setembro de 2003, indicava a circulação mensal no País de 194,1 milhões de exemplares de jornais, representando uma média diária de 6.47 milhões de unidades (7,3 milhões, em 2007). A maior tiragem era da Folha de S.Paulo com uma circulação total de 9.303.055, vindo, em segundo lugar, O Globo com 7.490.768; 3º - O Estado de S.Paulo, com 7.142.521; 12º - Jornal do Brasil, com 2.137.587. Juntos, esses quatro jornais, de um total de 98 diários registrados no IVC, têm uma tiragem mensal de 26.073.931 exemplares. O maior jornal brasileiro, a Folha de S.Paulo, tinha uma circulação média, de segunda-feira a sábado de 299.473, e de 311.294 aos domingos. A soma da média de circulação dos 16 maiores jornais aos domingos (dia em que as tiragens são maiores) era de 2,3 milhões de unidades aos domingos (“Ajobr on line”: 04 de novembro de 2003. <http://www.ajorb.com.br/aj-tiragem.htm>. Acesso 26/12/07). Como a circulação diária de jornais impressos no Brasil é da ordem de 6,47 milhões de unidades, e existe uma regra na área comercial, segundo a qual cada exemplar de um jornal diário é lido por cinco pessoas, o índice mensal de consumo de jornais no país, corresponderia a sua leitura por 32,35 milhões de pessoas.

Temas emergentes, como a questão do Mercosul, fazem parte do universo editorial desses jornais e circulam pelo país, a partir das notícias e análises produzidas com exclusividade pelos editores e repórteres dos jornais líderes, por meio da imprensa regional, clientes dos serviços jornalísticos da grande mídia. Isso torna o papel desses profissionais fundamental para facilitar a compreensão das populações sobre a proposta do Mercosul e, ainda mais, para o reconhecimento da instituição como um vetor da integração.

Os sinais do reconhecimento ou não dos enunciados da política integracionista são captados, no exterior, pelos correspondentes ou enviados especiais dos jornais brasileiros, reproduzidos em suas matérias jornalísticas e artigos redistribuídos internamente. Este trabalho procura limitar o horizonte da coleta de informações apenas àquelas geradas a partir dos correspondentes ou enviados especiais da imprensa escrita em Buenos Aires e Washington/Nova York. No lugar de fala da imprensa, os grandes jornais procuram abrir espaços em suas páginas também para a opinião da sociedade civil, representada, nesta pesquisa, por artigos de empresários, consultores, acadêmicos e sindicalistas, com o fim de dar aos seus leitores a oportunidade de conhecerem vieses diferenciados, muitas vezes conflitantes, do discurso oficial, conduzidos por diferentes segmentos econômicos e sociais. Observa-se com isso um embate discursivo que coloca a perspectiva identitária comum entre dois campos de força: um, centrípeto, convergente para um sentido de americanidade; o outro, centrífugo, que expressa um movimento fragmentário e dispersivo desse mesmo sentido.

Esta pesquisa toma como configuradores do discurso institucional do Mercosul os acordos e protocolos assinados entre os países membros e reproduzidos, já traduzidos para a linguagem jornalística, em artigos, publicados nesses mesmos jornais, por autoridades de governo e parlamentares, deixando por conta do empresariado e dos acadêmicos a liberdade de interpretação, segundo seus interesses específicos ou visão de mundo, o que ocorre quase sempre. A imprensa cotidiana, de cobertura geral, encarrega-se do papel de dar materialidade as práticas discursivas surgidas a partir do Mercosul e, concomitantemente, de organizar as representações culturais em circulação.

Fora desse grupo de jornais e jornalistas, poucos são os meios de comunicação impressos brasileiros que mantêm pelo menos um correspondente fora do país, exceção, no caso da imprensa escrita diária, dos jornais Gazeta Mercantil e Valor. Os jornais do Rio Grande do Sul, Zero Hora e Correio do Povo, esses preferem os “*stringers*” (mobilizados em casos especiais) ou os enviados especiais para cobertura de fatos eventuais e acontecimentos com tendência a serem incorporados à história regional. Isso torna a responsabilidade daqueles profissionais correspondentes, comprometidos com a cotidianidade, sobretudo, com o interesse público, tornando seu trabalho fundamental para facilitar a compreensão das populações sobre a proposta do Mercosul e, ainda mais, para veicular matrizes ou matizes que permitem ancorar a idéia do Mercosul como um vetor da americanidade, essa identidade cidadã continental que atravessa as formações discursivas dentro do espaço físico e cultural das Américas, ainda de maneira tímida.

Na seleção do corpus da pesquisa, observou-se que o jornal Gazeta Mercantil, editado também em São Paulo, foi o que, desde o início das negociações do Mercosul, fez e tem feito a cobertura mais completa do Mercosul, tanto em termos qualitativos como quantitativos, considerados, entretanto, apenas os vieses comercial e econômico que deram

origem aos entendimentos integracionistas iniciais. Trata-se de um jornal cujo contrato de leitura é pactuado com as classes empresariais e que, portanto, as notícias e artigos sobre o Mercosul tendem quase sempre a refletir os interesses comerciais conjunturais dessas categoriais sociais. Assim, o jornal é quase sempre tentado a posicionar-se no lugar de fala da imprensa como um porta-voz do mundo dos negócios, fundamentado, no Brasil, num modelo ideologicamente liberal, e que, em alguns momentos, confronta com as práticas discursivas culturais das comunidades nacionais. O mesmo ocorre com o jornal Valor, surgido no ano 2000, com peso quantitativo menor, no período em estudo, embora qualitativamente bastante representativo.

O Mercosul, fruto de acordos e protocolos firmados entre a Argentina e o Brasil, a partir de 1985, foi constituído em 1991, por meio do Acordo de Assunção, mas já com a participação do Paraguai e do Uruguai, na condição de países membros. Ao longo do processo, foram admitidos como membros observadores associados o Chile e a Bolívia, e outros que se agregaram mais tarde. Em se tratando de um acordo na área do comércio, a representatividade do Brasil e da Argentina é muito alta em relação à do Paraguai e do Uruguai. Por essa razão, tem-se a impressão de que os dois primeiros dão as diretrizes do Mercosul. Não é bem assim, mas, como a preocupação básica está centrada na economia, os problemas e soluções emergentes estão sempre afetando ou beneficiando interesses argentinos e brasileiros em maior ou menor grau, de tal forma que os jornais brasileiros, mantêm correspondentes na Argentina e não nos outros países da sub-região. A representatividade política dos dois países dentro do continente é também muito expressiva. Assim, este trabalho não pode escapar de concentrar-se um pouco mais na relação entre os dois países dentro do Mercosul. No campo da cultura, as diferenças são pontuais, mas as matrizes identitárias já não parecem tão distantes. O sentimento de americanidade aparece permeando quase sempre os discursos de todos os membros.

No desenvolvimento da pesquisa, o instrumento norteador da reflexão direcionou-se para o pensamento de Michel Foucault (2004), segundo o qual, os meios de comunicação são disseminadores dos discursos sociais vigentes, reproduzindo-os e reforçando-os, ao mesmo tempo em que contribuem para organizar e formar opiniões e crenças novas. Por meio de um agendamento editorial (GALTUNG e HOLMBOE, apud TRAQUINA, 1999), o jornalismo, em particular, ajuda o indivíduo a construir uma imagem da realidade social, fundamentada num conjunto de eventos selecionados por eles. Entende-se, no caso do Mercosul, que o jornalismo, com suas rotinas produtivas, não deixa de projetar para a sociedade a imagem que ela tem de si mesma, conforme observa Foucault, mas, paralelamente, desempenha uma importante função na construção discursiva. No caso da condução do discurso da integração regional, tem uma enorme responsabilidade, ao produzir o que Alberto Dines (1986) chama de “circunstância circunstanciada”.

Os meios de comunicação operariam, portanto, na cobertura do Mercosul, contribuindo para diminuir, naturalizando barreiras, distâncias geográficas e, sobretudo, diferenças culturais. Criado com o propósito de funcionar como um espaço de convergência dos interesses comerciais de cidadãos e países localizados numa área geograficamente compartilhada dentro do Cone Sul, em médio e longo prazo, o êxito do Mercosul exigirá, por sua vez, como já previsto nos próprios tratados, acordos e protocolos, uma redução das assimetrias macroeconômicas entre essas sociedades. A concretização dessa política passará, contudo, obrigatoriamente, pelo estreitamento dos laços de solidariedade regional e o reconhecimento das individualidades culturais das populações.

É este o momento de sublinhar a hipótese central deste estudo baseada na idéia de que esses fenômenos deverão acontecer sob o manto de uma alteridade ou de uma identidade comum, discutida aqui como um patronímio, a “americanidade”, conjunto de representações identitárias contidas no discurso da imprensa e reveladas na pluralidade de valores e práticas sociais e culturais performatizados no espaço geográfico contínuo do continente americano ao longo de sua história, desde o descobrimento. Seria como o reconhecimento do outro a partir da vertente multicultural, agregadora de matrizes simbólicas, provavelmente reconfiguradas.

Dadas as condições sócio-históricas instituídas a partir do colonialismo, o quadro em que se dá essa alteridade poderia não significar absolutamente nada, se se viesse a insistir na existência de três Américas distintas ou de categorias étnicas diferenciadas de povos por sua origem, como as descritas por Darcy Ribeiro (RIBEIRO, 1995, p. 121-191) com perfis totalmente assimétricos e culturalmente diferenciados, embora, o discurso identitário comum venha sendo emulado ao longo de todo esse vasto território desde a Doutrina Monroe (1823) e a realização do Congresso Pan-americano do Panamá (1826).

Enfim, as preocupações aqui inscritas concentram-se na busca de matrizes e matizes culturais comuns evidentes entre as comunidades sul-americanas, mas limitando o estudo à busca desses elementos no espaço do Mercosul e no período do seu aparecimento e desenvolvimento entre 1991 a 2005, tendo em vista que o êxito da experiência integracionista do bloco não tem similar na história da América.

5.1 Vertentes matriciais

Com esse sentido, discute-se a americanidade a partir de duas vertentes identitárias. A primeira é a questão da **modernização**, sempre reivindicada pelas elites regionais, mas assentada em modelos perversos de dominação, praticados na região desde a colonização espanhola e portuguesa, e que, do ponto de vista economicamente produtivo e utilitário, contribuiu para construção de uma América pobre e estagnada ao longo de quase quatro séculos de presença efetiva no continente. A idéia da modernização mostrou ao longo da história que se tratava de um processo de mudança direcionado para os modelos europeus ocidentais e norte-americanos, e que se propagaram pelas Américas, seja como ideal de desenvolvimento econômico e comercial, seja como um novo *modus operandi* no processo de dominação, este último aos poucos rejeitado, sem grande sucesso, pelos povos da região.

Contudo, a modernização não produziu a convergência esperada. A exploração exaustiva dos recursos naturais e da mão de obra nativa produziu fragmentações sociais, grupos, distinções sociais e culturais, modos de vida e de consumo muito diferentes. A exploração predatória continuou a ser uma formidável máquina de produzir a diferença cultural, a despeito de todos os processos que agem em sentido contrário.

Quando o abuso e a desumanização praticada pelos colonizadores na América atingiram os seus limites, eles começaram a ser denunciados, incluindo-se o trabalho catequético da Companhia de Jesus. Bartolomé de las Casas (1484-1566), um frade da própria Companhia, ao retornar à Europa, escreveu a *Brevíssima Relación de la Destrucción*

de lãs Índias Ocidentales, do que resultou o que foi chamado de a “*leyenda negra*”, que levou a Coroa espanhola a recomendar, em ato oficial (1556), a substituição das palavras *conquista* e *conquistadores* por *descobrimento* e *descobridores* (CAPARELLI, s.d, p.63-71).

Diversas rebeliões contra os maus tratos e a exploração econômica colonial foram duramente reprimidas pelas respectivas Coroas – Zumbi (1687), Tupac Amaru (1792), Tiradentes (1785) - um grupo de intelectuais criolos, seguidores do pensamento do jornalista uruguaio José Henrique Rodo (1871-1917), com sua obra “Ariel” (1900), expressou com firmeza sua pouca simpatia pelo mercantilismo selvagem dos colonizadores, na exploração de matérias primas regionais e da mão de obra nativa, concomitante ao desenraizamento das populações. Rodó estendia suas preocupações ao modelo econômico liberal dos Estados Unidos. O grupo ficou conhecido como “El Círculo Arielista” (VALDÉS, 2006, p.34), no qual é reconhecida a presença de uma jovem geração, que reúne, entre outros, Francisco Garcia Calderon (1834-1905), Alcides Arguedas (1879-1946) e Pedro Henrique Ureña (1884-1946). Convivendo já com as Independências, esse grupo, preocupado inicialmente com questões puramente identitárias, terminou migrando para reivindicações no campo da economia, catalizando as inquietudes das elites criolas quanto à necessidade da autonomia, da modernização da economia, da sociedade e do próprio pensamento americano. Ureña escreveu “*A Utopia de América*”. A idéia do resgate econômico e social no continente, por parte desses intelectuais que pensavam a América de dentro do próprio continente, vai desembocar, entretanto, em análises e soluções de caráter quase poético.

A proposta da modernização, difundida, por exemplo, na Argentina, no discurso de Sarmiento (1883) como a aceitação ou adoção de práticas inovadoras ainda não consagradas pelo uso, chegou ao Brasil junto com a República. Monteiro Lobato (1882-1948) vai pregar a substituição das relações com a Inglaterra por obsoletismo, e uma aproximação maior com os Estados Unidos. Vivendo temporariamente nos EUA, na condição de correspondente para vários jornais na América, o jornalista cubano José Martí (1853-1895) que, apesar de admirador do modelo de desenvolvimento norte-americano, condenava a ansiosa pretensão capitalista de dominação continental, escrevendo textos em que mostra o contraste entre a América do Norte e a “*Nuestra América*” (1891). No Brasil, José Veríssimo (1857-1916) e Eduardo Prado (1900), também jornalistas e correspondentes brasileiros, destacaram, sob forte censura oficial, as diferenças gritantes entre os dois continentes, criticando a aproximação brasileira com os Estados Unidos, que já se esboçavam num “arrogante imperialismo”. A economia brasileira sustentava-se ainda numa base agrícola de origem colonial, incipiente, contrariamente à economia industrial que aparecia como carro chefe do processo modernizador de base liberal no início do século XX.

Essas discussões vão sofrer o impacto de três grandes acontecimentos: a Primeira Guerra (1914-1919), a Revolução Russa (1917) e a Segunda Guerra (1939-1944). Esses conflitos não tinham a ver diretamente com a América, senão pelos seus efeitos, devido aos laços de dependência coloniais e imperialistas. Esquecidos, na América, os chamados “Povos Novos” (RIBEIRO, idem), especialmente os do Cone Sul, vivenciaram momentos de grande efervescência interna: política, econômica e, sobretudo, cultural-identitária.

Na metade da década de 50 do século passado, ao analisar as condições materiais da existência das populações do continente, a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) conseguiria identificar, em meio ao processo de modernização, na

problemática social da América de colonização portuguesa e espanhola, duas matrizes que bem caracterizavam a América Latina contemporânea: a **pobreza** generalizada; e o **subdesenvolvimento** (VALDÉS, 2000). Do aprofundamento dessas idéias no meio intelectual e dentro dos governos, começaram a aparecer iniciativas no campo das políticas econômicas públicas tendentes a negociar entendimentos entre estados americanos e até um conjunto deles, representados, na sua grande maioria, por acordos e tratados comerciais comuns. Foi o caso da Alalc e da sua substituta, a Aladi, do Pacto Andino e, já nos anos noventa (1991), do Mercosul. Estavam aí as primeiras manifestações concretas de interesse pela integração continental, como expressão da alteridade: a descoberta do outro.

A segunda vertente, a **identitária**, tema a que Valdés (2000) dedicou quatro capítulos do seu livro para ganhar uma melhor configuração, parece requisitar reflexões de outros autores como Chaunú (1969), Arciniegas (1900-1999), Holanda (1997) e o grupo que participou da obra “História da América Latina”, organizada por Leslie Bethell (1991). As independências e os movimentos estéticos, como o Romantismo, resgataram e exaltaram matrizes identitárias da América tropical, inspiradas na exuberância natural do continente.

[...] as visões paradisíacas sobre o continente americano que levariam ao “exotismo” na visão de Maria Helena Rouanet, levam à exaltação da imagem do Brasil, pois se os viajantes comparavam para poder explicar a América ao europeu, o escritor brasileiro comparava para mostrar superioridade da natureza brasileira sobre a européia. (CÂNDIDO, 2008).

No Brasil, particularmente, o pré-Modernismo, emulado por tendências estéticas dispersas surgidas com a guerra, reavivou em todos a necessidade da busca por matrizes identitárias, para sustentar, pelo auto-reconhecimento, a defesa da autonomia e da soberania nacional. Escritores como Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Gilberto Freire, Octávio Bonfim, Oliveira Viana, Plínio Salgado e, depois, Mário de Andrade, e ainda os modernistas, Guimarães Rosa e Graciliano Ramos vão tornar essas discussões públicas, através de suas obras e conferências.

A questão identitária no Brasil passará, obrigatoriamente, pelo reconhecimento do homem e da cultura americana como uma resultante de misturas étnicas e culturais que se produziram por aqui, com relativa exclusividade, a partir da chegada do europeu e, depois, do africano, configurando matrizes multiétnicas novas da americanidade, envolvendo populações indígenas, imigrantes brancos e negros. Darcy Ribeiro conclui que o brasileiro é um “**mestiço impuro**”, [...] *filhos da multiplicação prodigiosa de uns poucos europeus e contatos africanos sobre milhões de ventres de mulheres indígenas, seqüestradas e sucessivamente estupradas* “(RIBEIRO, 1995, p.130) Para o antropólogo,

surgimos, assim, como Povos Novos, nascidos da desindianização, da deseuropeização e da desafricanização de nossas matrizes. Tudo isso dentro de um processo pautado pelo assimilacionismo, em lugar do apartheid. Aqui, jamais se viu a mestiçagem como um pecado ou crime. Ao contrário, nosso preconceito reside exatamente na

expectativa generalizada de que os negros, os índios e os brancos não se isolem, mas se fundem uns com os outros para compor numa sociedade morena, uma civilização mestiça (RIBEIRO, 1995, idem).

A vertente identitária brasileira que se pretendeu fundar a partir do Romantismo, dos estudos do grupo de sociólogos surgidos na primeira metade do século XX e, em seguida com o Modernismo, será engolida praticamente pelo **nacionalismo**, emergido nos anos 30 com o reavivamento de uma cultura positivista, autoritária e cívica. O Modernismo espalhou, contudo, suas matrizes desconstrutivas pelo Brasil por quase todo o século XX. O Pós-guerra e o abandono da América pelos Estados Unidos, cuja atenção se voltou para a recuperação da Europa, favoreceu o aparecimento de novas tendências regionais integracionistas, a partir do reconhecimento do outro entre os países da América, e privilegiou agora também um novo conceito: o **desenvolvimento**, que trazia consigo um modelo de novas relações sociais de produção e formatos identitários novos. No Brasil, o modelo redundou em resultados econômicos e sociais promissores, e sinalizou, sobretudo, para a alternativa da integração, por meio de um pan-americanismo que viria a desembocar, na frente, em acordos entre países vizinhos, entre países da América, até chegar à experiência do Mercosul.

Este estudo se concentra no campo das representações culturais, e apenas no espaço do Mercosul, cuja criação e existência em si, já se constituem numa das resultantes mais efetivas dessa busca interacionista e identitária, a que se chama aqui de americanidade. A instituição é, em si, a própria resultante configurativa da integração, em que pese a origem comercial entre quatro dos países do Cone Sul. E é vista aqui, por isso, como um vetor da americanidade, ou seja, um resultado pré-configurado dessa identidade regional, e, a partir dela, emergem também outros matizes e matrizes integracionistas identitários dentro do continente.

Sua constituição exigiu, dos países membros, desenlaces com alguns ranços da História entre eles. O Mercosul vem conseguindo, por exemplo, extirpar das relações Brasil e Argentina - dois velhos oponentes - o que o ex-presidente Raúl Alfonsín chamou de “frustrações estéreis”, uma competição imaginária do medo e da ordem, conforme Mafesoli (apud TEIXEIRA, 2007) que “interiorizou representações”, “inseguranças discursivas” e “ritualizou o medo”, estimulando a concorrência predatória que contaminou o imaginário dos dois povos e as práticas sociais cotidianas das populações, impedindo, dessa forma, por quase dois séculos de relações, uma convivência mais estreita entre Estados, com efeitos nocivos sobre a vida social e cultural de argentinos e brasileiros, contribuindo para um estranhamento entre os dois, ganhando historicidade própria .

O ideal da integração, de expressão romântica ou romancizada, surgido ainda no período das Américas de colonização portuguesa e espanhola; como fruto das preocupações modernizantes, vai passar pelas matrizes da pobreza, do subdesenvolvimento, do desenvolvimentismo e desembocará no Mercosul, como mais uma de suas resultantes e mais uma etapa vencida na construção identitária da América a partir da economia.

Trazer o passado para o presente se apresenta como um caminho natural para a compreensão e, conseqüentemente, para a busca do entendimento comum. Segundo Veyne (1998), o historiador pode buscá-lo de duas formas: ocupando-se do que “fazem as pessoas”,

do que é praticado; ou do que “dizem as pessoas”, o discurso, espaço que, para Foucault, encerra “*contornos bizarros*” [...] *preconceitos, reticências, saliências e reentrâncias inesperadas*”. Ao interpretar o pensamento de Foucault, Veyne salienta que todo discurso tem suas objetivações e seu ancoradouro (VEYNE, 1998, p.270), e acrescenta:

[...] há, sob o discurso consciente, uma gramática determinada pelas práticas e gramáticas vizinhas, que a observação atenta dos discursos revela [...], pois a semântica é a reencarnação da ilusão idealista [...] o que é dito ou feito em uma gramática casual, e não uma gramática lógica, coerente, perfeita [...] a linguagem nasce sobre um fundo de discurso (275).

O Mercosul ressoa de uma enunciação que, ao transitar por uma via de mão única, deságua na criação de um mercado comum entre um grupo de países do Cone Sul, fazendo emergir traços de uma base identitária comum, evidentemente que em processo de configuração à medida que os relacionamentos vão se aprofundando. As representações culturais contidas no discurso comercial mostram-se, entretanto, insuficientes para manter a coesão do bloco por tempo indefinido, já que a competição e os interesses comerciais intrínsecos, internos e externos, estão sob uma base de interesses conflituosos, e que, chegam ao ponto de colocar em dúvida o funcionamento do próprio Acordo de Assunção, do qual surgiu o Mercosul. Foram em diversas ocasiões e, potencialmente ainda existem, situações chamadas aqui de “Inflexões”.

Por outro lado, esse mesmo discurso que postula o funcionamento do mercado comum parece já conter as condições requeridas para a configuração ou a reconfiguração das matrizes da americanidade. Na desconstrução do discurso informacional sobre o Mercosul, veiculado na imprensa, aflora explicitamente nos textos, ou implicitamente nos intertextos ou nos interdiscursos, a presença dessas matrizes representacionais ou, no mínimo, de matizes e vieses identitários de americanidade.

5.2 Discurso e representações

Entendido como um tipo de prática social, pela qual as pessoas podem agir sobre o mundo e sobre os outros, o discurso é descrito por Fairclough (1988) “[...] *não apenas como uma representação de mundo, mas de significação de mundo, e constituindo o mundo em significado*”. O discurso se apresenta tanto sob uma forma lingüística quanto social, segundo ele. De uma perspectiva lingüística, o interesse se concentra nas propriedades e organização do diálogo, por exemplo, na análise de amostras de textos em que se pode detectar a interação entre o emissor e leitor, em que se enfatizam, como dimensão do discurso, os processos de produção e interpretação dos textos e seu contexto e o uso de linguagens específicas com a linguagem do jornalismo (BONFIM, 2002).

De uma perspectiva social, segundo Foucault (1996), o discurso estrutura áreas do conhecimento e práticas sociais pontuais, refletindo e representando entidades e relações sociais, posicionando as pessoas de diversas maneiras. Complementarmente, é o próprio Fairclough (1998) que entende ser o discurso, ao mesmo tempo, uma representação de mundo e uma prática social: modela e é modelado pelas estruturas sociais. O discurso manifesta, portanto, o significado do mundo e, ao mesmo tempo, dá significado ao mundo. É tanto constituído pelas normas e convenções quanto fixa os padrões para essas mesmas normas.

Fairclough propõe então, uma concepção tridimensional do discurso, um método de análise, no qual institui três dimensões:

- a) **Descrição:** o texto, o seu objeto, o conteúdo ou o mérito em discussão e a forma como é mediada. Lida-se com os aspectos formais do texto, identificando o produtor – o jornal, o jornalista, a origem da produção, a temática; o tipo de discurso - no caso do jornal: uma reportagem, um artigo; o vocabulário e nomenclaturas que naturalizam o evento, tendo em vista que, como representações de mundo, as palavras são codificações e, contêm, ou dão significações para os fenômenos, podendo ser encontrados aí elementos ideológicos – segundo Pêcheux, “ *a linguagem é uma forma material da ideologia*”(apud FAIRCLOUGH,1988) -; os verbos empregados ou os processos verbais que indicam ações e atributos do fenômeno. Aqui vai se observar ainda como o objeto ou o evento é representado ou como o texto se organiza;
- b) **Interpretação** da relação entre o processo de produção e interpretação do texto e o próprio texto. Procura-se compreender a relação entre os participantes: os produtores do texto, as vozes polifônicas e suas qualificações legitimadoras do discurso, podendo chegar aos intérpretes (recepção), em que a interpretação ou a incorporação de conteúdos vai depender da estratégia de produção – “*newsmaking*” no jornalismo – e da natureza da sua prática social, bem como do tipo de imaginário estabelecido;
- c) **Explicação** da relação entre os processos discursivos e o processo social que, no entender de Fairclough (idem), envolvem não apenas as estruturas e relações sociais, mas também a sua inserção numa matriz de relações de poder, já que o discurso corrente deve ser entendido como parte de um processo de lutas sociais. Nesse estágio, entram em causa as determinantes culturais – o imaginário e práticas decorrentes -, o embate das ideologias e os efeitos, as resultantes. São elementos que podem ser encontrados nas relações de poder por meio de indagações constantes sobre o situacional (lugar de fala), o societário ou os recursos utilizados pelos membros para conduzir o discurso social. É recomendável observar também se o discurso é normativo (disciplinador), criativo (inovador), transformador ou regenerador (BONFIM, idem).

No caso específico desta pesquisa, as determinações e efeitos ou resultantes são buscados nos enunciados contidos nas representações de americanidade identificadas nos textos dos jornalistas correspondentes e enviados especiais brasileiros à Argentina e aos Estados Unidos, sujeitos subjetivados nos próprios textos. Fairclough (2001, p.70) considera

“[...] os sujeitos sociais moldados pelas práticas discursivas, mas também capazes de remodelar e reestruturar essas práticas.”.

Assim, mesmo que emitidos por participantes externos, os enunciados não eximem o jornalista e suas fontes da convivência, por concordância ou oposição, na formação da modalidade enunciativa. Os enunciados posicionam os sujeitos fragmentados no texto jornalístico dentro dos seus lugares de fala, institucionalizando-os. A partir da sua posição, percebe, observa, descreve, interpreta, podendo resultar de tudo isso, a partir de um contrato de leitura com o receptor, numa nova representação de mundo, e não apenas na reafirmação do mundo.

Permite-se aqui, então, estabelecer um diálogo entre Fairclough (2001:69) [...] *a articulação de modalidades enunciativas é historicamente específica e aberta a mudança histórica*”, enquanto Foucault (1972:32, apud FAIRCLOUGH, 1998p.66), ao abordar a representação, observa que [...] *a doença mental foi constituída por tudo o que foi dito em todos os enunciados que a nomeavam, dividiam, descreviam e explicavam*”, mesmo porque – a explicação já é de Fairclough - [...] *a loucura não é uma doença estável, está sujeita a transformações contínuas, tanto entre formações discursivas, como dentro de uma dada formação discursiva [...]*”.

Entende-se, portanto, a representação como algo consensuado socialmente no imaginário das populações, enunciada diante de uma determinada realidade e que conduziria implícita e condensadamente uma série de atributos, esquemas e estereótipos relacionados. As representações podem ser construídas a partir da realidade cotidiana, nas vivências pessoais ou comunitárias, nos enunciados, como a partir dos meios de comunicação, através de criações culturais, imagens registradas e ilustrações que dão suporte ao discurso social. Em geral, reforçam o discurso social predominante, estabelecido a partir de formações discursivas, ou seja, aquilo que, na explicação de Pêcheux “*em uma dada formação ideológica [...] determina o que pode e o que não pode ser dito*” (PECHEUX, 1982, p.11, apud FAIRCLOUGH, 1988. p.52).

Para Robredo (1999), o discurso social situaria então a realidade num plano verbal, oral ou textual, como também poderia apresentá-la como uma construção cultural, manifestando-se por meio de práticas sociais, conceitos, argumentos e, difundindo orientações morais, atitudes sociais e, em geral, representações de um determinado contexto social frente a realidades predeterminadas.

Expresso na comunicação, o discurso cultural está presente no texto jornalístico, nos seus enunciados, constituindo-se em marcas ou referenciais dentro dos grupos que vão realizar o contrato de leitura (FAUSTO NETO, 2001) entre emissores e receptores. Ele ajuda o sujeito a se posicionar e a posicionar o “outro”, ao transmitir orientações morais, atitudes e percepções do mundo. Os processos de produção do discurso cultural não se baseiam somente nas informações. Podem aparecer situacionalmente num contexto, diante de um fato, dentro de uma estrutura comunicativa e, ao realizar o ato da fala, permite a formulação das intenções.

Assim, o discurso cultural pode se configurar a partir de um fato, em dado momento, transformando-se num acontecimento, com o suporte de procedimentos básicos como os atos de falar ou de escrever. Por isso, os meios de comunicação ocupam um lugar

de relevância social na formação do imaginário e na produção do conhecimento. A eles são atribuídas prerrogativas discursivas e – diria – pedagógicas, que delineiam, com muita clareza, inclusive, o seu lugar de fala.

Os meios de comunicação são reconhecidos por alguns teóricos, como Gutiérrez, (1994), como “*una poderosa herramienta de creación de representações sociales*”, que tanto podem servir para manchar a imagem social de alguém, como para reconfigurá-la.

No caso deste estudo, o desafio é grande, porque o discurso da americanidade configura-se rizomático ao cruzar raízes culturais históricas nativas ou sincreticamente formatadas. Nesse entendimento, pode-se pensar em uma americanidade que brota das “conexões transversais”.

Guattari explica a adoção dos termos rizoma e rizomático sugeridos por ele e por Deleuze:

Os diagramas arborescentes procedem por hierarquias sucessivas, a partir de um ponto central em relação ao qual remonta cada elemento local. Os sistemas em rizoma ou em “treliça”, ao contrário, podem derivar infinitamente, estabelecer conexões transversais sem que se possa cercá-los. O termo “rizoma” foi tomado por empréstimo à botânica onde ele define o sistema de caules subterrâneos de plantas flexíveis, que dão brotos e raízes adventícios em sua parte inferior. (GUATTARI e RONNIKI, 1996, apud NEGRÃO DE MELLO, 1996, p.332)

São por essas “treliças” que o conhecimento dos discursos sobre um determinado tema, por exemplo, o Mercosul, pode propiciar a geração de um entorno social ou cultural, a partir do qual se constrói ou se tem acesso às suas representações, e até conhecer como elas se justificam como práticas sociais. Tomando Lacan como interlocutor, Stuart Hall inscreve o registro do imaginário, cujas articulações com o simbólico deságuam em um representacional “*infinitamente renovável*” de desejos, memória, médio, descoberta (HALL, 1977, apud NEGRÃO DE MELLO, 2003, p.30). Também aqui, de diferentes sítios discursivos, o representacional constitui-se em fonte renovável de sentidos que a investigação buscou sondar.

5.3 Interdiscurso e intertextualidade

A dinâmica da pesquisa sugere a busca de traços de americanidade na experiência do Mercosul, postulando a idéia de que o Acordo firmado em 1991 entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e em pleno desenvolvimento, possa funcionar como

um vetor da americanidade. Afinal, trata-se de uma experiência identitária comum com o sentido do pertencimento continental, portanto nacionalmente transterritorializado, possibilitado por inter-relações comerciais, mas também culturais, dentro de uma perspectiva de multiculturalidade e de busca de similitudes. E assim, mesmo sem grandes coincidências com um passado nacional unificador, persegue-se um destino comum (LIPPI, 2000, p.176), ancorado num discurso reelaborado, sobretudo, no espaço da história do tempo presente, que prioriza aspectos políticos e econômicos, mas que sobrevive culturalmente no interdiscurso e na intertextualidade discursiva.

O interdiscurso, essa memória discursiva sustentada em formulações já feitas, mas esquecidas, por meio do qual se constrói uma espécie de história dos sentidos (ORLANDI, 2001, p. 54), refere-se à diversidade dos gêneros discursivos e sua inter-relação dentro do texto. Já a intertextualidade num texto responde ao próprio texto, destaca determinadas partes e retrabalha textos passados (FAIRCLOUGH, 2001, p. 134), construindo ou desconstruindo idealmente uma realidade, ao identificar sentidos dentro de uma cadeia discursiva. Isso se dá por meio da inserção de um cenário histórico sobre determinado enunciado discursivo, o que faz com que os textos interajam. Conforme Foucault (1985), se o enunciado corresponde à materialidade do ato, falar ou escrever num determinado contexto, sujeita o falante às limitações existentes nos lugares de fala ou nas limitações impostas pelo próprio status dos sujeitos. Então o enunciado intertextualizado faz emergir a materialidade apropriada.

Como uma expressão identitária discursiva, a americanidade vai se revelar intertextualmente na interpelação comparativa dos enunciados dos textos originados em diferentes lugares de fala. Evidentemente que, nessa condição, dentro do Mercosul, como lugar de fala, o espaço da cultura parece atravessado por outros, já que o Acordo funciona como a representação de um mercado comum, voltado para resolver assimetrias econômicas embora, nos compromissos firmados inicialmente para a sua constituição, tenham sido postuladas prerrogativas de integração também nos campos social e cultural.

O Acordo, na sua configuração discursiva, apresenta-se com um caráter prático, ocupando-se quase que exclusivamente de questões econômicas e políticas como consequência, ignorando, aparentemente, as representações identitárias que suportam o imaginário que lhe deu origem e que enraízam a convivência dos países membros, mesmo diante de interesses diferenciados.

O espaço enunciativo está, contudo, recheado de pistas. Situações e negociações inventadas, assumidas ou consentidas discursivamente que dão forma presente, dentro daquele lugar de fala, às raízes de um imaginário comum, conformando, gerando segurança e marcando sua presença no espaço e no tempo, ao instaurar expectativas e tensões que lhe dão sentido e vida. "[...] O discurso é feito de uma multiplicidade de elementos que se inter-relacionam de forma complexa e instável, como instrumentos e efeitos de poder, mas também de pontos de resistência" (FOUCAULT, 1985).

Assim, quando a fala da imprensa é ancorada nos textos dos correspondentes e enviados especiais a Buenos Aires, o discurso da mídia parece mais compromissado com as contradições que dão forma ao Mercosul, ou seja, sinalizam em direção ao fortalecimento da instituição como uma representação do Acordo. Situam-se, na maioria das vezes, num campo **centrípeto**, de sentido convergente. A imprensa opera como um participante na

construção do discurso do Mercosul, expressando-se, de uma maneira geral, em direção a um discurso integracionista e, portanto, de caráter americanista.

Já os enunciados discursivos contidos nas matérias jornalísticas produzidas pelos correspondentes e enviados especiais brasileiros a Washington e Nova York parecem, em primeiro lugar, menos comprometidos com o processo de integração continental e, em alguns momentos, deixam mesmo a impressão de pretenderem gerar ou emular “inflexões”, mesmo em se tratando de texto informativos, ao veicular discursos de sentido **centrífugos** em relação ao Mercosul.

A contextualização dos eventos, falas ou escritas tem produzido significados e ressignificações discursivas que, contextualizados, deverão, contudo, sinalizar em direção à identificação de um imaginário comum, interagindo entre história, mercado e mitos. Os pontos de resistência a serem descritos no Capítulo VII que trata das “inflexões”, serão inevitáveis, porque os discursos parecem, nesses momentos, dialogicamente marcados pela pluralidade de vozes. Estudiosa do pensamento bakhtiniano, Bright (2005) lembra que:

O dialogismo diz respeito ao permanente diálogo nem sempre simétrico e harmonioso existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade. É nesse sentido que podemos interpretar o dialogismo como elemento que instaura a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem.

Prossegue, observando que:

Por um outro lado, o dialogismo diz respeito as relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos que, por sua vez, se instauram e são instaurados por esses discursos. E aí, dialógico e dialético aproximam-se, ainda que não possam ser confundidos, uma vez que Bakhtin vai falar do eu que se realiza no nós, insistindo não na síntese, mas no caráter polifônico dessa relação pela linguagem. (BRIGHT, sd. p 94/95)

Vetor da americanidade, o Mercosul apresenta-se como um desencadeador de falas veiculadas na mídia impressa brasileira, no texto de seus correspondentes e enviados especiais, no discurso oficial mediado pelo Itamaraty, no discurso dos políticos, enquanto representantes de interesses regionais e até de segmentos civis brasileiros. Nesse diálogo entre vozes, desenham-se as cadeias de comunicação intertextuais de que fala Bakhtin.

A intertextualidade é a propriedade que apresentam os textos de serem constituídos de fragmentos de outros textos, que são referidos explicitamente ou incorporados de forma implícita. Esses outros textos podem ser assimilados, ecoados ou refutados. A

intertextualidade ressalta a historicidade dos textos, na medida em que eles se acrescentam a “cadeias de comunicação” já existentes constituídas de textos prévios, (BAKHTIN, 1986, p.94, apud MAGALHÃES 2000, p.90).

É preciso atentar para o fato de que a noção de intertextualidade habilita ainda a percepção de que os meios de comunicação tornaram-se lugares onde se elaboram, negociam e difundem discursos, valores e identidades, longe, portanto, de operar apenas como um espelho no campo discursivo (COGO, 2003: 2), produzindo novas representações e com elas um imaginário ressignificado [...] *Os novos poderes do tipo individual que surgem sobretudo por intermédio dos mídia são cada vez mais visíveis e significativos* (RAMOS, 2003, p. 8).

Dentro do Mercosul, a mídia, com seus lugares de fala, vai presenciar, registrar e interpretar, de diversos ângulos, inflexões pontuais que poderiam interromper o percurso da integração, ainda que sob o manto difuso da americanidade. Ao trazer as inflexões políticas para as ruas, para o cotidiano, a mídia dá movimento às configurações identitárias, abrindo para o cidadão comum o espaço para manifestar-se; e, assim, o discurso midiático prolonga a vida das tensões e, ao absorver parte delas, incorpora os elementos básicos que vão dar formato a um acontecimento histórico fundacional.

É a cultura manifestando-se através de um de seus lugares de fala, a mídia, que expressa e inventa um imaginário sob diferentes perspectivas representacionais. Resulta que o cidadão percebe o fato, percebe a si mesmo, construindo a sua própria representação.

Entende-se ser impossível ignorar um acontecimento com essa formatação. A mídia está incorporada, como sujeito, nas representações do cotidiano ao contar a história do tempo presente.

Articula o real ao imaginário e aos registros simbólicos, dando suporte às representações. Aí estão as pistas para a reflexão ensejada pelas convergências [...] que permitem referendar o alargamento de perspectivas na conceituação. (NEGRÃO DE MELLO, 2003, p. 15)

O discurso da integração seria já uma primeira e grande expressão semantizada da americanidade, identidade que poderia apresentar-se com mais clareza a partir das análises interdiscursivas e intertextuais dos enunciados presentes nos textos, confrontados nos respectivos contextos históricos. Foi necessário buscar os sentidos conexos e detectar onde eles se confundem, se distanciam ou se misturam.

Entende-se que existem descompassos entre os diferentes lugares de fala que compõem o *corpus* da pesquisa, resultantes das condições peculiares de produção de cada um. Confrontados permitirão, como se verá, análises das representações implícitas e capazes de tornar evidentes permanências ou reelaborações.

Assim, a História vai possibilitar a delimitação do espaço, do tempo, a análise da extensão e das possibilidades da intervenção discursiva do homem na construção do seu próprio destino. A Antropologia fornecerá instrumentos necessários para a detecção das afinidades culturais e das estruturas mentais, estereotipadas em maior ou menor grau, que englobam desde qualidades morais, até visões mitológicas de mundo, como as demonstradas em Darcy Ribeiro (1995) e Roberto da Matta (1980). Os Estudos de Linguagem permitiram a reflexão sobre práticas discursivas nas suas interações e distanciamentos e a relação dessas práticas discursivas dentro de um contexto social e histórico (MOTA, 1999).

Esse trânsito interdisciplinar inclui obrigatoriamente o seu atravessamento pelo conceito de interdiscurso, de Michel Pêcheux, definido como a

[...] configuração interdependente de formações discursivas, que tem primazia sobre as suas partes, com propriedades não previsíveis de suas partes. O interdiscurso é subjacente aos eventos discursivos, e não o código, porque diversos eventos discursivos vão apresentar uma configuração particular de elementos do código (PÈCHEUX, apud MAGALHAES, 2000, p.91).

Enfim, pretendeu-se uma comparação entre discursos, à busca do eixo de conexão representado no espírito da americanidade contido nas falas de uns sobre a de outros, nas inflexões do Mercosul, mesmo diante de retóricas e conteúdos precários publicados, ou dos silêncios partilhados entre a mídia e o discurso oficial. Dos cruzamentos da interdiscursividade ou da intertextualidade, ressoaram parafrasticamente (ORLANDI, 2001, p. 36) indícios que subsidiaram a pesquisa para identificar as matrizes de sentidos nas quais se assentam as idéias de integração e as representações que ancoram, no presente, os ideais da americanidade.

Os meios de comunicação no seu embate diário com as representações, como caixa de ressonância dos diferentes lugares de fala (NEGRÃO, 2003, p. 26), expressam-se sob a inspiração do cotidiano, do imaginário e da história. A mídia dialoga entre si de tal forma que o discurso torna-se culturalmente transterritorializado. As informações também dialogam entre si com a imagem e com o imaginário dos cidadãos. Os procedimentos interpretativos da mídia são interiorizados e compartilhados pelos sujeitos sociais, e a produção social vai depender do contexto social em que é produzido. Entre as convenções adotadas no discurso da mídia, está a que incorpora a linguagem funcional, um discurso de cultura de massa (TORQUATO, 1980, p. 75-85), quase o senso comum.

Em um trabalho sobre a americanidade na mídia eletrônica, Ana Rosa Ramos diz que as mídias apresentam-se como construtoras de novas representações, mesmo nas suas reelaborações do mesmo acontecimento. As mídias são expressões culturais de uma sociedade, mas também da **multiculturalidade** que parece estar contida hoje, dentro do Mercosul, na idéia de americanidade. O discurso oficial e o próprio funcionamento do Mercosul o tem recomendado como um vetor da americanidade, já que, além da integração econômica regional, vem abrindo espaços, através de acordos intra-regionais, com outras comunidades culturais do continente, como a Comunidade Andina, praticamente ignorada

por todos os países que compõem o Mercosul, embora estivesse sempre perseguindo destinos individuais com traços identitários comuns.

Sublinhadamente neste subitem, afloram noções caras à Análise do Discurso, dispositivo teórico ao qual se filiou este estudo ao abrigo da sempre lembrada postura interdisciplinar. Assim, entende-se aqui, o repertório buscado nas ciências da linguagem como “um instrumento de descoberta para o historiador”. Trata-se, bem se vê, de, conforme encarecem os teóricos, um gesto de leitura e, por isso, vale a transcrição.

Não entendi os escritos da Análise do Discurso como instruções, mas como um lugar de reflexão. Filiação teórica, no caso da Análise do Discurso, pelo menos, não é aplicação. É movimento de pensamento e esforço teórico de construção de um objeto (ORLANDI, 1994, p.12).

Em tal “gesto de leitura” e esforço teórico quanto ao modo de construção do objeto, cabe pensar uma prática discursiva e alguns de seus desdobramentos. A prática discursiva é caracterizada por processos de produção, distribuição e consumo de textos, e corresponde “[...] a um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, condições de exercício da função enunciativa [...]” (FOUCAULT, 1987, p.136, apud MAGALHAES 2000, p.84-85). Por isso, “[...] o significado potencial de um texto é heterogêneo, trazendo um conjunto de significados diversos e até mesmo contraditórios, imprimindo ambivalência ao texto [...]”, observa Magalhães (2000, p.84-85).

O discurso se vê, portanto, diante de uma pluralidade de sentidos, o que lhe dá um caráter **polissêmico**. A ambivalência momentânea é que lhe atribui um valor, e o contexto é quem liberta as palavras de representações passadas. Apesar disso, mostra Garcia (VENDRYES, p.211, apud GARCIA, 1995, p. 158) que “[...] independente do emprego que se faça, a palavra existe no espírito com todos os seus significados latentes e virtuais, prontos a surgir e a se adaptarem às circunstâncias que a evoquem [...]”. Por mais representatividade que tenha uma estrutura discursiva em relação ao seu contexto, emergirá sempre o núcleo significativo **parafrástico**, mais ou menos estável e constante, atuando nos limites do campo semântico da linguagem, das palavras e textos.

Orlandi (2001) observa, entretanto, que “[...] a relação com a linguagem não é jamais inocente [...], também não é uma relação com as evidências. A linguagem é um instrumento simbólico de produção de sentidos, ela própria uma prática, todo o tempo articulada ao político, e assim, por extensão, à ideologia. Dessa forma, o inverso significaria que a ideologia se materializa na linguagem.

Compreendida a partir da linguagem, a ideologia é vista por Orlandi como “um mecanismo estruturante do processo de significação”, e não – observa – uma visão de mundo, ou um ocultamento da realidade, visto como tal no campo da Sociologia. Se a língua significa, ela apresenta essa virtude pela sua associação com a ideologia, senão seria apenas um código lingüístico. Procura-se, então, saber se a língua se materializa em ideologia, no

discurso dos correspondentes brasileiros e enviados especiais e, por outro lado, como seus sentidos e efeitos se manifestam no imaginário sobre o processo de integração e identidade comum no espaço do Mercosul, chamado aqui de americanidade.

Dentro desse espaço, age um conjunto de relações múltiplas, de inclusão (**centrípetas**) ou exclusão (**centrífugas**) de diferentes naturezas e discursos, que sofrem **deslizamentos metafóricos**. Tratou-se, então, de reconhecer a materialidade discursiva e, nela, indícios dos processos de significação contidos nos discursos e na constituição dos sujeitos. Como um acontecimento, a americanidade vai se realizar na maior ou menor eficácia da ideologia que atravessa os deslizamentos discursivos no Mercosul. Tem-se, então, nesta encenação, as vertentes nas quais se instauram os sentidos entre a paráfrase (o mesmo) e a polissemia (o diferente). Em outras palavras, cuidou-se de buscar no instrumental da AD elementos para sentidos possíveis desse jogo dramático de vozes

[...] denominado dialogismo ou polifonia, ou mesmo intertextualidade [...] uma forma especial de interação, que torna multidimensional a representação e que, sem buscar uma síntese do conjunto, mas, ao contrário, uma tensão dialética, configura arquitetura própria de todo o discurso (BRIGHT, 1994, p.25).

5.4 Configurando o objeto

A compreensão sobre o desenvolvimento de um processo identitário na América revela de imediato a presença de matrizes e matizes nativos e, ao mesmo tempo, duas matrizes européias bem definidas: o mercantilismo e o cristianismo, seguidos dos seus instrumentos, a **colonização** e a **catequização**. Vale reiterar que as articulações entre essas duas últimas constituem um grande e importante capítulo da História da América. Na verdade, conforme acentuam os estudiosos, o projeto colonial sustenta-se no tripé: empreendimento econômico, empreendimento religioso e catequização. Autores como Vaz (2003) destacam o papel catequético da Companhia de Jesus junto aos nativos e como um braço de apoio à organização do Estado Colonial e de orientação do comportamento do colonizador. Ao empreendimento colonial, com seus propósitos bem definidos, somava-se, portanto, a retórica da catequese ao abrigo da grande matriz da cristianização. “Catequizar passava também a ser empreender, conceder dividendos celestiais” (VAZ, 2003, p.18). A partir desse entendimento, no presente estudo, a palavra retorizada - “palavra pólo”- é cristianização, enquanto a catequização a instrumenta. Trata-se de um modelo de gestão, fundado em crenças religiosas, que se mostra vigilante com relação às representações discursivas religiosas e que vai abrindo “brechas (ALMEIDA, 1998), adequando-se de maneira lenta, mas constate, as situações locais, gerando novas formas litúrgicas, na medida em que precisam se adaptar às condições vigentes. O processo tem início lá no descobrimento e, como bússola, realiza um discurso normativo e disciplinador, conforme classificação de Fairclough, que se desenvolve ao longo da história, em conformidade com o Estado.

Esta pesquisa procura identificar, nesse processo, os formatos discursivos civilizatórios – consideradas as representações como a maior ou menor proximidade dos

hábitos europeus – incorporados nessas duas matrizes históricas que se impuseram de maneira a tentar perceber os momentos de ruptura no processo colonizador no embate com as culturas nativas e outras aportadas na região do Cone Sul, e que vão desembocar numa reconfiguração identitária na América e no surgimento da idéia da americanidade.

As duas matrizes são interpeladas por meio de um modelo, configurado a partir da análise do discurso, chamado aqui de “campo de forças”, ou seja, imaginário social e representações discursivas convergentes e divergentes, agindo ao longo de um eixo histórico concebido em torno da percepção da América como um continente único e, em consequência da americanidade, como uma formação discursiva. O eixo central seria um núcleo identitário surgido no processo de adoções culturais. Aquelas forças e representações, consideradas convergentes, são descritas como “centrípetas”, direcionadas para o núcleo; as que atuaram desviando a atenção e confundindo as populações no processo de reconhecimento do solo nativo, das possibilidades de integração e de identidade americana, são as forças “centrífugas”.

Esses campos de força podem ser identificados no **fluxograma**, construído para auxiliar a pesquisa. Neles são explicitados embates autofágicos das matrizes colonizadoras, desenvolvidos em torno de um eixo central. O seu manuseio à luz do campo de forças desvenda muitas das intenções discursivas no processo de colonização. Assim, quando se observam as formas de governo, monarquia ou república, disputando espaço político em torno de um eixo imaginário da autonomia americana e de uma soberania autêntica, observa-se o aparecimento de representações, em maior ou menor grau, centrípetas ou centrífugas, já que redundam em distanciamentos ou aproximações do eixo central da americanidade. O mesmo ocorre com a questão da catequese que, se de um lado desmistifica os sítios, os ritos sagrados dos índios, campo centrífugo, de outro, os nativos, ao absorverem as novas formas de mundo construídas pelos religiosos, vão percebendo a si e o mundo, agregando outros valores culturais, o que leva a uma reconfiguração das próprias culturas, pela adoção de outros tipos de representações do seu próprio mundo que, ao longo do processo, convergem em direção a uma identidade autônoma, distanciada das suas próprias matrizes e, portanto, centrípeta.

Para permitir observar essa transformação, o modelo selecionou algumas representações discursivas e as classificou dentro do processo histórico, superpondo-as umas sobre as outras. Assim, a colonização, vista de uma perspectiva política como expressão da exploração econômica, adquire ao longo do tempo outros perfis. Aparece como sinônimo de dominação, de exploração econômica, ao mesmo tempo de pobreza; aparece com o formato de neocolonialismo – mantém a exploração econômica, agregando o reconhecimento de alguma autonomia da comunidade, pela valorização dos bens de origem; mas a exploração e comercialização sob controle dos mesmos colonizadores; suportam um discurso de progresso, mas sem liberdade; modernização, pela introdução de novos processos produtivos, mantendo-se, entretanto, as matrizes do modo de exploração colonial; assusta-se com o discurso nacionalista identitário, que se reflete sobre a infra-estrutura produtiva; e perde o fôlego diante do discurso desenvolvimentista, em que as comunidade nativas se desprendem dos laços coloniais e se inserem no sistema global de produção.

O modelo catequético, fundado no cristianismo/catolicismo como matriz colonial, também vai ganhando outras formas com a chegada dos negros africanos e os protestantes

européus. Os cultos começam a adquirir caráter sincrético único e vai surgir até uma igreja brasileira. As tradicionais práticas culturais começarão a se confrontar a partir do aparecimento da imprensa e com o aparecimento de novas tendências estéticas, e, assim, os povos da região começam a libertar os países e as populações das matrizes culturais alienígenas. O caráter normativo disciplinador da religião, desenvolvido com o apoio do Estado, vai perder sua força no Brasil, a partir do rompimento com a Monarquia e a separação entre Estado e religião. A língua portuguesa é também afetada na sua estrutura e vocabulário pelas práticas sociais desenvolvidas pelas diferentes etnias e povos imigrados. O mesmo vai ocorrer com as representações e práticas sociais, no embate que vai se dar dentro dessa prodigiosa heterogeneidade cultural, que resulta dessa “*Dialética da Americanização*” (LAROCHE, apud BERND, 1995, p.10).

Esta pesquisa consegue constatar que os vestígios, as matrizes do colonialismo e da catequese vão permanecer hegemônicos na América, mesmo após as respectivas libertações nacionais, mas já não mais conduzidos por espanhóis e portugueses, mas pelos “criolos”, esses descendentes de portugueses e espanhóis nascidos na América. Expulsos os colonizadores, eles vão ocupar o seu lugar. De modo que, apesar de a América ter passado por um processo de lutas de independência, e os regimes terem se unificado na forma republicana de governo contra os formatos monárquicos das metrópoles, o quadro de dominação e exploração das riquezas e do trabalho na América continuou quase que inalterado, mudando apenas de senhor. Nem mesmo a industrialização conseguiu derrubar o modelo colonizador iniciado lá no descobrimento.

O impacto das guerras européias sobre os países metropolitanos, desarticulando as forças internas, desconfigurando a balança de forças e de dominação internacional, a revolução socialista no leste europeu, atingiram fortemente o modo de produção capitalista, desencadeando um processo de reconfiguração identitária no mundo todo. A Segunda Guerra sepultou em definitivo o modelo colonial, proporcionando na América um processo de auto-estima identitário. Desse processo, emergirá, em bases muito concretas, a idéia da integração econômica (Cepal) dos países da América que, e até então, embora vizinhos, se ignoravam praticamente, como uma forma de promoção do desenvolvimento conjunto. Com a idéia de integração, virá uma sucessão de acordos, tratados e organismos integracionistas, mas que terão caráter quase experimental: Alalc, Aladi, Pacto Andino e outros setoriais, e sua representação mais atual, o Mercosul.

A história da colonização e da cristianização da América revela, portanto, um primeiro momento identitário, cuja construção custou à América 450 anos de dominação e exploração, em que os colonizadores e hegemônicos agiam de maneira paradoxal, confundindo as identidades e o caminho civilizatório que tentavam seguir as nações americanas. As guerras européias trouxeram outros tipos de inflexões culturais. Chegou-se, finalmente, ao Mercosul, que se apresenta como um vetor, não único nem definitivo, da consolidação do processo de integração identitária que este trabalho chama de “americanidade”.

O conceito de americanidade tem sido motivo de algumas discussões (BERND, 2002; BOUCHARD, 2002; RAMOS, 2002) e ainda não caiu nas graças dos institutos vitoriosos como a imprensa, o empresariado, as populações e os próprios governos, mas, no nível acadêmico, já existe uma discussão esboçada em algumas universidades e redes de

pensadores culturais da região (VALDÉS, 2000, p.163-177). O Mercosul surge, portanto, e, ao mesmo tempo, como resultante das **experiências integracionistas** parcialmente fracassadas e como uma promessa de integração econômica, cujo êxito só poderá ser reconhecido se essa perspectiva se estender para o campo identitário, por meio da integração cultural, cujas bases se assentam hoje numa alteridade, ou seja, no fato de cada um reconhecer o outro, gerando assim uma convivência multirracial e plurilingüística, tendo como instrumento de integração o espírito da ciência, das artes, das culturas, dos valores e das novas tecnologias.

Para subsidiar as assertivas discursivas colocadas aqui, foi construída uma plataforma de análise que envolve dois momentos ou vertentes dentro do Mercosul: o primeiro corresponde à seleção de cinco eventos ao longo desses 15 anos de existência do Mercosul, que corresponderiam a momentos de convergência centrípetos, em que os países se reúnem em alguma cidade, no tempo “x”, para assinarem tratados, acordos ou protocolos definitivos que vão desencadear a materialidade de uma prática discursiva integradora na região como um todo. Nesse sentido, foram selecionados os seguintes eventos ao longo do desenvolvimento do Mercosul:

- 1 - Tratado **de Assunção** (1991): cria o Mercosul;
- 2 - Protocolo **de Ouro Preto** (1994): institucionaliza o Mercosul;
- 3 - **Tratado de Ushuaia** (1998): institui a cláusula democrática;
- 4 - **Reunião de Olivos** (2003): define mecanismos para a solução de controvérsias
- 5 - **Encontro de Presidentes em Brasília** (2004/2005), quando o Mercosul parece deixar claro o seu papel de vetor identitário da integração , da americanidade.

Esses eventos como representação do processo de integração são analisados a partir de um cenário historicizado, pontuando acontecimentos que precederam a assinatura do Acordo de Assunção, chamado de **pré-Mercosul**. A análise desses eventos teve como base empírica os artigos dos correspondentes e enviados especiais brasileiros em Buenos Aires e Washington/Nova York, publicados nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo e Jornal do Brasil, entre 1991 e 1995. Foram levantados no acervo da Biblioteca do Senado e do Itamaraty, cerca de 10 mil matérias, das quais foram selecionados aproximadamente 900 artigos assinados, sobretudo, por correspondentes e enviados especiais, mas também por autoridades de governo, parlamentares, intelectuais, empresários e líderes sindicais. Pensou-se, inicialmente, em tomar um período de seis meses antes e depois dos eventos considerados como momentos configuradores do Mercosul, enquanto uma instituição supranacional, mas o acompanhamento da imprensa da cotidianidade do bloco nesses períodos apresentava uma certa instabilidade, embora o Mercosul estivesse gradualmente se consolidando. À exceção da Gazeta Mercantil e do Valor, a cobertura jornalística do Mercosul esteve sempre muito concentrada nos eventos formais de assinaturas de compromissos protocolares, encontros de presidentes e nos movimentos de conjuntura .

Pelo que se percebeu do material examinado e na troca de idéias informais com pessoas de todos os níveis sociais, em diversas conversas e em diferentes estados, ao longo desses quatro anos, o Mercosul não faz parte ainda do imaginário da população. De tal forma que a mãe de uma das moças que ajudaram na classificação dos artigos da mídia selecionada para esta pesquisa, uma experiente professora de ensino de 2º grau no Brasil, ao ver sobre a mesa de sua casa aquela quantidade de matérias de jornal sobre o Mercosul, indagou da filha: “Mas, o Mercosul já não acabou?!” Contudo, a multiplicidade de vozes, representativas de diversos segmentos da sociedade organizada, como: autoridades de governos, parlamentares, empresários, líderes sindicais, cientistas, intelectuais, professores e até estudantes, apontam para a possibilidade de se reunir uma amostra representativa de pessoas – líderes de opinião - relativamente informadas sobre o Mercosul e sobre o grau de adesão da população mais consciente ao processo de integração sub-regional desenvolvido por meio do Mercosul.

A outra vertente de análise do Mercosul e da própria americanidade fundamenta-se neste trabalho no que foi chamado de “inflexões”, as dissonâncias dentro das relações de poder que atravessaram o caminho do Mercosul e que quase interromperam essa exitosa, até então, experiência integracionista identitária, que desde o início dava sinais de caminhar para se estender à toda a América do Sul, agregando outros países. As inflexões são configurações metafóricas para as crises que se abateram sobre o Mercosul. “A metáfora é um dos meios mais importantes para a criação de denominações de complexos de representações para os quais não existem, ainda, designações adequadas” (HERMANN, apud BÜHLER, p.388, apud GARCIA, 1995, p.85). De acordo com o autor, “Mesmo quando se dispõe de uma denominação já existente, um impulso interior incita a preferência por uma expressão metafórica [...] recorre-se em geral àqueles círculos de representações que estão mais vivos na alma”, o que dá forma para sua naturalização e popularização imediata. Seguindo este caminho, identificam-se no trabalho quatro categorias e sub-formas de inflexão:

1 – **Frustrações estéreis**: expressão usada pelo ex-presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, para descrever as simpatias e antipatias entre os governos e povos da região, especialmente entre Argentina e Brasil, que se manifestavam no processo;

2 – **Tensões internas**: momentos cruciais nas discussões entre representantes de governo, empresariais e sindicais de segmentos específicos, e crises políticas nacionais que repercutiram dentro do espaço de negociação do Mercosul;

3 - **Pressões externas**: as reações dos países e instituições vinculados que, como colonizadores ou imperialistas, exerceram a dominação ou a hegemonia sobre o continente americano e que reagiram negativamente ao processo de integração do Mercosul;

4 – **Crisis metafóricas**: aquelas expressões lexicogênicas surgidas de crises econômicas associadas a aspectos identitários dos países onde emergem, pela imprensa, pelos intelectuais e até populações civis, às vezes com um sentido depreciativo. Assim, surgiram o “Efeito Tango”, para representar o “calote” da dívida externa argentina; o “Efeito Samba”, a mudança radical na política cambial brasileira, que quase quebra os parceiros na região, e outras fora da região como o “Efeito Tequila”(México) “Efeito Orlof”, na Rússia; a crise dos “Tigres Asiáticos”, etc.. Para Fairclough (2001, p.89-173), “o discurso é tanto uma representação de mundo quanto uma prática social”.

Para esse grupo de inflexões, foram consultados e trabalhados alguns artigos mais expressivos, publicados pela mídia, escritos pelos jornalistas e intelectuais, entre os quais se encontram professores universitários, consultores, empresários e sindicalistas.

A pesquisa inspirou-se na concepção tridimensional do discurso de Fairclough, cuja aplicação se dá em três dimensões: a análise da *prática social*, envolvendo estruturas e contraditórios, nas quais se localizam as indústrias culturais; o discurso como *prática política*, que trata das relações de poder no texto; e o discurso como *prática ideológica*, mantendo, transformando e naturalizando significados do mundo a partir de diversas oposições nas relações de poder, todas atravessadas pelo interdiscurso, essa “[...] complexa configuração interdependente de formações discursivas [...]”; e pelo intertexto, as relações entre o texto com outros textos e com as convenções, marcas da presença constante da voz do outro que contribuem para configurar o enunciado a partir de uma heterogeneidade polifônica (BAKHTIN, 1977, apud BONFIM, 2002, p.22-26).

As dimensões colocadas norteiam o caminho do amadurecimento do Mercosul. São identificadas e trabalhadas analiticamente, de acordo com Bonfim (2002, p.14-15), por meio de três estágios operacionais:

1 - Descrição do texto, do seu objeto, do conteúdo ou do mérito em discussão e a forma como é mediada.

1.a. aspectos formais do texto, identificando:

a.1 *produtor* – o jornal, o jornalista, a origem da produção, a temática;

a.2 *tipo de discurso* - no caso do jornal, uma reportagem, um artigo; o vocabulário e nomações que naturalizam o evento, tendo em vista que, como representações de mundo, as *palavras são codificações* e, contêm, ou dão significações para os fenômenos;

a.3 *elementos ideológicos* – segundo Pêcheux, “ a linguagem é uma forma material da ideologia (FAIRCLOUGH, 1988);

a.4 *verbos empregados* ou os processos verbais que indicam ações e atributos do fenômeno.

1.b. como o objeto ou o evento é representado ou como o texto se organiza.

2 - Interpretação (*newsmaking*) da relação entre o processo de produção e interpretação do texto e o próprio texto.

2.a. compreender a relação entre os produtores do texto, as vozes polifônicas e suas qualificações legitimadoras do discurso;

2.b chegar aos intérpretes (recepção) em que a interpretação ou a incorporação de conteúdos vai depender da estratégia de produção – “*newsmaking*” no jornalismo – e da natureza da sua prática social;

2.c. o tipo de imaginário corrente.

3 - Explicação: relação entre os processos discursivos e o processo social. No entender de Fairclough, envolvem:

3.a. estruturas e relações sociais;

3.b. inserção numa matriz de relações de poder, já que o discurso corrente deve ser entendido como parte de um processo de lutas sociais;

3.c. determinantes culturais:

3.c.1 o imaginário e práticas decorrentes;

3.c.2 o embate das ideologias, efeitos e resultantes. São elementos que podem ser encontrados nas relações de poder, por meio de indagações constantes sobre o situacional (lugar de fala), o societário ou os recursos utilizados pelos membros para conduzir o discurso social;

3.d. Lugar de fala;

3.e. discurso (n) normativo (disciplinador), (c) criativo (inovador), (t) transformador ou regenerador.

Estabelecidas essas bases, restaram ainda três problemas metodológicos cruciais neste trabalho requerendo soluções: o primeiro está relacionado com a escolha dos participantes, “as vozes” (FAIRCLOUGH, 1995, apud BONFIM, 2002, p. 49-70); o segundo, o fato do objeto e o período em estudo fazerem parte do tempo presente; e o terceiro relacionava-se com a estratégia de estudo da linguagem adotada. Indagava-se, então, nesta pesquisa, quem está credenciado para expressar sua autoridade, seu poder de enunciação sobre a americanidade? De acordo com Maingueneau, autoridade em matéria de discurso é o “ausente”:

Se a autoridade invocada estivesse presente, expor-se-ia à discussão, anulando-se como tal. O valor de autoridade ligado a toda enunciação (“e verdade, porque eu o digo”) é geralmente insuficiente e cada formação discursiva deve apelar à autoridade pertinente considerando sua posição. (MAINGUENEAU, 1997, apud BONFIM, 2002, p.29).

Em um corpus constituído de matérias jornalísticas e artigos que tratam exclusivamente de questões do Mercosul, publicados originalmente nos quatro principais jornais impressos brasileiros, a pesquisa rastreou:

- 1 - Jornalistas correspondentes e enviados especiais brasileiros no exterior: matérias produzidas a partir de Buenos Aires e Washington/Nova York;
- 2 - Autoridades de governo: artigos escritos sobre o Mercosul por presidentes da república, embaixadores, ministros e outras autoridades constituídas;
- 3 - Parlamentares, artigos escritos sobre o Mercosul e publicados nos jornais;
- 4 - Intelectuais, compreendendo artigos sobre questões pontuais ou conjunturais sobre o Mercosul, escritos por professores universitários, consultores, empresários, sindicalistas, líderes de organizações não-governamentais e outros.

O trabalho é capitaneado pelos jornalistas, porque o discurso da mídia revela-se, em sua maioria, polifônico, uma representação de discursos individuais e de instituições, e que, do seu lugar de fala, ela tem a prerrogativa de poder invocar o senso comum, com o seu paralogismo, sua falsa sistematização, sua falsa oposição, sua falsa precisão, e até falácias verbais; ou de se colocar como uma representação da opinião pública, ou seja, a opinião coletiva constituída da soma das opiniões individuais.

Para fabricar o consenso em uma sociedade cheia de conflitos, é necessário um intenso trabalho discursivo; e o papel da imprensa é lidar com a construção desse consenso, noticiando o que seja relevante para um grupo identificado como “nós” [...] para que haja consenso, é preciso que alguns valores sejam partilhados [...] como não são todas as pessoas e grupos que cabem nesse consenso, é construído um “nós” e um “eles”. (BONFIM, 2002, p.88)

Embora o jornalista esteja também investido da sua autoridade e faça uso dela como cidadão, portador de um poder individual, de que fala Foucault, seu poder vem essencialmente da legitimidade social, adquirida pelo seu lugar de fala, a partir do qual seleciona as visões de mundo (*newsmaking*). Embora o texto jornalístico esteja contaminado inevitavelmente pela percepção de mundo do jornalista, dificilmente, entretanto, o ponto de vista veiculado por ele é originado nele mesmo. Mas o discurso da imprensa, no caso do Mercosul, tende a apresentar matizes ideológicos, considerando as fontes (elites com poder), os recursos (as técnicas e as tecnologias), o contexto (as estruturas e conjunturas dominantes) e as vozes acessadas (dados e porta-vozes legitimados pela estrutura jurídica) em que são construídos, tudo operando na esfera do seu “compromisso público”(LAGE, 2001) - que seria uma espécie de resistência às assimetrias - como uma forma simbólica que estabelece e sustenta relações de poder.

As entrevistas, os dados, os fatos do cotidiano registrados e transformados em notícias requerem observações cuidadosas, seleção e interpretação, tomadas de uma série de valores estatuídos pela própria mídia e configurados como “critérios de noticiabilidade”, que se fazem representar pela novidade, pela proximidade, pela relevância e a imediaticidade. A relevância associada à proximidade, por exemplo, atribui significação ao fato singular (FAUSTO NETO, 2001, p.285). Evidentemente que na área da Comunicação, a questão não pode ser tratada com essa simplificação, pois o jornalismo é reconhecidamente uma prática social e, como tal, um exercício público de entendimento do mundo.

5.5 O Tempo Presente e os Meios de Comunicação

Os Meios de Comunicação privilegiam também o Tempo Presente, mesmo que os conteúdos refiram-se a temporalidades múltiplas. Bem por isso, Barbosa (1993) refere-se aos jornais como “senhores da memória” e parceiros inquestionáveis da História do Cotidiano .

Nos anos 60, Le Goff enveredou pelo espaço da chamada Nova História, voltada para o campo cultural. Essa vertente da historiografia vai se sustentar na busca da experiência em áreas do conhecimento como a Lingüística, a Antropologia, a Etnografia e outras. Por esse caminho, foram descobertos novos atores e objetos temáticos que não eram contemplados pelos estudos de História Social, como a exploração da vida cotidiana (CERTEAU, 1994), ou até mesmo da vida ou do comportamento de indivíduos e famílias.

A abordagem histórica cultural buscava colocar-se também para além do pensamento herdado e determinista, conforme constatava Castoriadis (1987, 1999, apud AMORIM, 1995). Diz ele que educação, ciência, família e outras instituições sociais “agem” e “pensam”, valendo-se do pensamento herdado.

Porém, as significações imaginárias que instituem continuamente a sociedade instituinte, [...] isto é, em constante transformação ou auto-alteração, não se reduzem a elementos ou a referências racionais ou reais, mas configuram criações compartilhadas por um coletivo impessoal e anônimo, singulares de cada sociedade (deuses, espíritos, nações, Estado, partidos, mercadoria, dinheiro, capital, cidadania, mercado, virtude, pecado). Por meio de tais significações, cada sociedade cria seu mundo, atribui-lhe sentido e o interpreta, operando num quadro altamente indeterminado e aleatório (CASTORIADIS, 1987, p. 231, apud MACHADO, 2005).

Referenciando-se ainda em Castoriadis, salienta Machado que a instituição de uma sociedade se daria, portanto, em duas dimensões, indissociáveis: uma operando segundo as determinações presentes, como noções pré-estabelecidas como classes, propriedades, relações, categorias; e a dimensão imaginária, “formada por um “tecido imensamente complexo de significações que impregnam, orientam e dirigem toda a vida daquela sociedade e todos os indivíduos concretos que, corporalmente, a constituem” (CASTORIADIS, 1987, p. 230, apud MACHADO, 2005).

Nesse cenário, surge também Michel Foucault com a sua arqueologia do saber, questionando o método estruturalista e os instrumentos sincrônicos e diacrônicos de Saussure³⁶. Contudo, ambos parecem importantes, quando tratam de textos, para a compreensão das vertentes trilhadas pelos modelos teóricos surgidos a partir do estruturalismo. Enquanto a perspectiva sincrônica procura acompanhar as etapas ou até os enunciados discursivos que se superpõem, a diacrônica está preocupada com o processo, envolvendo a passagem de uma etapa ou de uma formação discursiva à outra ao longo de

³⁶ A diferenciação entre os conceitos de diacronia e de história é importante para compreendermos os diferentes caminhos trilhados, a partir do estruturalismo saussuriano, por diferentes linhas teóricas no campo da assim chamada lingüística histórica. De partida, teremos que entender que ao longo dos 1900, nem todo estudo dito histórico será, necessariamente, histórico. Muitos serão simplesmente estudos lingüísticos que tomam em conta o decorrer do tempo, ou seja, que abordam fatos de língua abstratos em uma seqüência cronológica.

um período dado. Dentro do espaço discursivo do Mercosul, esse tipo de comportamento vai aparecer nas assimetrias e nas inflexões. O sincronismo reflete o próprio desenvolvimento da instituição.

A História do Tempo Presente vem no bojo das discussões sobre as significações sociais imaginárias que vão sendo incorporadas diacronicamente às representações de uma sociedade. Resultou praticamente das ansiedades criadas na opinião pública e entre historiadores, a partir da Segunda Guerra, desejosos de registrar e analisar os eventos que acabavam de acontecer. Ao se aceitar a história recente como campo inteligível dos estudos históricos, iniciou-se a grande discussão, ainda em estado de performatização, entre o que poderia ser chamado de "história imediata" ou "história do presente" (DUMOULIN, 1993: p. 172-175 apud ARAÚJO SÁ), devido ao seu caráter inacabado e em constante movimento, conforme colocou François Bédarida: "o tempo presente é reescrito indefinidamente, utilizando-se o mesmo material, mediante correções, acréscimos, revisões", num constante processo de refazimento (BÉDARIDA, 1996, p. 221, apud ARAÚJO SÁ, idem), o que converge, por exemplo, para o trabalho da imprensa, que está todo tempo escrevendo e reescrevendo a história da cotidianidade.

Assim, parece extinguir-se aí o preconceito contra a imprensa enquanto fonte historiográfica, já que a história do presente é registrada por historiadores que testemunharam os acontecimentos e seus cenários, o que, ao contrário, parece enriquecedor, "na medida em que a atualidade é restituída em suas raízes" (GAMBOA, 2004, ARAÚJO SÁ, ibidem). O imediatismo entre o historiador do presente e a testemunha requer uma mediação, na qual se dá a reflexão crítica, tanto do passado próximo, quanto longínquo, sobre a validade das fontes ou o seu enquadramento teórico.

Essa diferença é considerada importante entre a "história do presente" e o trabalho sobre a "atualidade", entre o historiador e o jornalista (FRANK, 1999, p. 117, ARAÚJO SÁ). Outro que segue uma linha de raciocínio próxima de Frank é Jean Lacouture, para quem os veículos de comunicação são lugares privilegiados da "história imediata", o que impõe ao historiador certa vigilância na utilização destas fontes de pesquisa, mas, observa que é na mediação da comunicação que se impõe o desenvolvimento da história imediata e do presente, captando "sinais de bruma de uma sociedade alucinada por informações e no direito de exigir inteligibilidade histórica próxima" (LACOUTURE, 1990, p. 237-238, apud ARAÚJO SÁ, ibidem). Com relação às fontes, os arquivos perderam seu caráter exclusivo, na medida em que se recorreu às fontes orais, visuais, da imprensa e até a Internet, com seus *links*, *hyperlinks*, acessos diretos, interativos e em tempo real com fontes, registros, mapas e documentos.

A opção metodológica pela História do Presente para analisar o Mercosul reflete, ao mesmo tempo, um interesse jornalístico, mas, sobretudo, a oportunidade do uso metódico de instrumentos científicos pluridisciplinares adequados, para distinguir e analisar a presença de matrizes culturais em construção ou reconfiguração, já que o Mercosul tem pouco mais de 15 anos de existência, e se constitui num lugar de fala ainda incipiente, ao mesmo tempo em que se apresenta também como um vetor de configuração identitário da americanidade.

Levando em consideração, portanto, que a mídia posiciona-se, reforçando assimetrias políticas, econômicas e culturais, ela se apresenta praticamente como construtora da própria audiência, ou seja, a audiência ideal que apenas ouve, vê ou lê, especialmente em se tratando de discursos centrados em questões relacionadas com assuntos considerados como representações de externalidades, quase alienígenas em relação aos problemas internos. O Mercosul se enquadraria neste perfil, embora a ação configuradora da sua identidade interfira direta e diariamente na vida das comunidades regionais e até locais. Por essa razão, não recebe o tratamento de uma questão cotidiana de interesse comum no Brasil e nos países da região.

As notícias transmitem, portanto, uma visão de mundo, terminando, com isso, por ocupar um lugar de fala. Daí a possibilidade de se estudarem os textos dos jornalistas também a partir do léxico, da sintaxe e de mecanismos afins. É uma questão de oportunidade e tempo. Ao contextualizá-las, detecta-se, portanto, como a mídia constrói textualmente o Mercosul como uma representação identitária, nessa “placa giratória das representações”, para ficarmos com a bastante conhecida expressão adotada por Edgard Morin. A impossibilidade de uma linguagem cultural transparente no texto jornalístico, por apresentar os eventos a partir de determinados valores econômicos ou políticos desse momento, sugere a adoção de um método representacional fundado nas seleções lexicais, nos processos verbais, na busca e interpretação das metáforas e outros recursos da linguagem usados para identificar discursos e detectar sentidos nas formações sociais discursivas.

A lexicalização como um modo de escolher as palavras a serem analisadas, vai encontrar valores constitutivos da prática social, envolvendo experiências, relações e expressividades que podem ser significativas para identificar o sentido dos discursos. Ao se buscarem palavras específicas no texto dos jornalistas ou dos outros atores presentes nos discursos do Mercosul, há que tomá-las no tempo e contextualizá-las, já que matrizes como colonização, modernização, catequização e outras tiveram deslizamentos históricos na linguagem ou caíram compulsoriamente no esquecimento, deixando apenas vestígios lexicais da sua presença. Palavras carregam valores semânticos experienciais, relacionais (ideologizados) e força persuasiva (expressividade).

Outro aspecto da lexicalização é o uso dos verbos. Eles expressam ação, representam processos, exprimem estados e alguns refletem a ambigüidade, procurando ocultar ou dissimular uma prática social em desenvolvimento (BONFIM, 2002, p.96). O maior ou menor envolvimento dos jornalistas com o discurso integracionista do Mercosul pode ser percebido também no uso dos verbos, que, de um lado, expressam o comprometimento do jornalista, de outro o seu distanciamento do problema, pelo uso de verbos ambíguos no informacional. O jornalista tende a usar um discurso direto que o insere na história e permite que ele reproduza matizes da expressividade da linguagem, mas tem como prática incorporar na sua linguagem, por meio do discurso indireto, a fala polifônica dos personagens, reduzindo-a à sua essência. Com o sentido talvez de não se proteger do discurso dos personagens, o texto jornalístico se desenvolve, em geral, através de um grupo de “verbos discendi” (GARCIA, 1985, p. 131) como *dizer, perguntar, responder, contestar, concordar, exclamar, pedir, exortar, ordenar* etc. São verbos caracterizadores da fala, assim como existem verbos, também usados no jornalismo, como os chamados “sentiendi”, como

lamentar, queixar, suspirar, etc. Mas, de fato, o jornalista transita por número reduzido de verbos à busca do que ele chama de objetividade e de senso comum.

Na lexicalização, também as metáforas, figuras de significação da linguagem que consistem em dizer algo se referenciando, por similitudes, em outro, são uma vertente da construção de relações de significação dentro do discurso, ao substituir significados e instituir outros (BONFIM, 2002, p.73), funcionando como um recurso para a falta de expressão adequada e até como caracterização pitoresca, segundo Karl Buhler (BUHLER, apud GARCIA, 1985, p.85)

As principais relações de significação são sinonímia, hiponímia e antonímia. Embora sinonímia seja tida como o caso em que palavras diferentes têm o mesmo significado, é difícil encontrar contextos de sinonímia absoluta entre palavras. São raros os casos em que palavras podem ser mutuamente substituídas com apenas pequenas alterações de significado. Hiponímia é o caso de o significado de uma palavra estar incluído em outra palavra. Num exemplo apresentado por Fairclough, “totalitarismo” estava incluído no significado de “comunismo. Antonímia se refere a significados incompatíveis, tais como “cão” e “gato” ou “homem” e “mulher” (FAIRCLOUGH, 1989 apud BONFIM, 2002, p.73).

Enfim, este é o escopo da metodologia adotada nesta pesquisa. A proposta é trabalhar, interdiscursiva ou intextualmente, fragmentos de textos e, dentro deles, as cadeias referenciais das formações discursivas, localizadas na voz parafrástica ou na polissêmica, projetando os sentidos, sobretudo, a partir do léxico (semântica), das ações verbais e do contexto em que se inserem. O modelo tridimensional de Fairclough parece oferecer caminhos para a busca de respostas aos questionamentos dessa pesquisa: Onde estão as matrizes que permitem afirmar que o Mercosul surge como resultante do processo de dominação iniciado no colonialismo? Seria o Mercosul um vetor da americanidade? Se não são explícitos na sua prática social, como os jornalistas transmitem no seu texto o espírito da americanidade? A americanidade teria matrizes já configuradas ou sua presença se manifesta apenas nos matizes americanistas detectados nos discursos dos correspondentes e enviados especiais brasileiros em Buenos Aires e Washington/Nova York?

5.6 Matriz de análise

As dimensões colocadas podem ser trabalhadas analiticamente, de acordo com Bonfim (BONFIM, 2002, p.14-15), por meio de três estágios operacionais:

1 - Descrição do texto, do seu objeto, do conteúdo ou do mérito em discussão e a forma como é mediada.

1.a. aspectos formais do texto, identificando

a.1. *produtor* – o jornal, o jornalista, a origem da produção, a temática;

a.2. *tipo de discurso* - no caso do jornal, uma reportagem, um artigo; o vocabulário e nomenclaturas que naturalizam o evento, tendo em vista que, como representações de mundo, as *palavras são codificações* e, contêm, ou dão significações para os fenômenos;

a.3. *elementos ideológicos* – segundo Pêcheux, “ a linguagem é uma forma material da ideologia (FAIRCLOUGH, 1988) -;

a.4. *verbos empregados* ou os processos verbais que indicam ações e atributos do fenômeno.

1.b. como o objeto ou o evento é representado ou como o texto se organiza.

2 - Interpretação da relação entre o processo de produção e interpretação do texto e o próprio texto (*newsmaking*);

2.a. compreender a relação entre os produtores do texto, as vozes polifônicas e suas qualificações legitimadoras do discurso;

2.b. chegar aos intérpretes (recepção), em que a interpretação ou a incorporação de conteúdos vai depender da estratégia de produção – “*newsmaking*” no jornalismo – e da natureza da sua prática social;

2.c. o tipo de imaginário estabelecido.

3 – Explicação: relação entre os processos discursivos e o processo social. No entender de Fairclough, envolvem:

3.a. estruturas e relações sociais;

3.b. inserção numa matriz de relações de poder, já que o discurso corrente deve ser entendido como parte de um processo de lutas sociais;

3.c. determinantes culturais:

3.c.1. o imaginário e práticas decorrentes;

3.c.2. o embate das ideologias, efeitos e resultantes. São elementos que podem ser encontrados nas relações de poder, por meio de indagações constantes sobre o situacional (lugar de fala), o societário ou os recursos utilizados pelos membros para conduzir o discurso social;

3.d. lugar de fala;

3.e. discurso é (n) normativo (disciplinador), (c) criativo (inovador) e (t) transformador ou regenerador.

O procedimento acima listado, intencionalmente e de modo quase esquemático, conferiu no conjunto das três etapas operacionais o suporte necessário para os encaminhamentos de análise pretendidos, norteados pelas vertentes configuradoras de discursos nos campos centrífugos ou centrípetos, quando a questão chave é o Mercosul como vetor da americanidade e indicador da presença do patronímio/ideograma. A tabela abaixo, nas três colunas que a compõem, verticaliza aspectos dessa matriz de análise.

5.6.1 Campos de força

| AÇÕES (enunciados) | FORÇAS CENTRIPETAS | FORÇAS CENTRIFUGAS |
|---|--|--|
| Nacionalismo dos países do Mercosul | | O nacionalismo forjou diferenças entre os países, e não convergências, com o sentido de manter a distinção entre uma e outra nação, uma e outra região, uns e outros povos, assegurando os interesses das elites nacionais. Adiou a integração, e teve reflexos esterilizadores no Mercosul. |
| Integração econômica entre os países do Mercosul | Discurso da integração : cadeias produtivas, trocas de experiências, frente comum externa; Discurso da democracia : pulveriza o poder, torna os Estados mais transparentes e sensíveis as injustiças. Discurso identitário abrangente: matrizes e matizes culturais | |
| Mobilização política de identidades étnicas | Alteridade: reconhecimento do outro, aceitação de padrões multiétnicos e admissão do “moreno”, como o tipo racial americano | A distinção étnica ou cultural, a busca da autonomia, o espírito da chamada “desobediência civil” (DAHRENDORF, 1987), |
| Mobilização rápida dos EUA na criação do Nafta | | O Nafta tentou atrair o Mercosul de várias formas. Construído para proteger os países contra a UE, pretendia ser o modelo para a integração. |
| Mobilização rápida dos EUA na criação da Alca | Despertou as nações da América Latina para a presença, ainda atuais, das pretensões hegemônicas dos EUA na AL. Efeito contrário ao pretendido pelos EUA | A Alca quase desestabilizou o Mercosul. Sua proposta era integrar as economias, com o sentido de construir uma frente continental contra a UE, mas sob a liderança dos EUA, que controlariam a AL pelo comércio, e não apenas pelas armas. |
| Tentativas de acordo por parte da União Européia | UE serviu de exemplo para a criação do Mercosul | UE concorreu com os EUA, disputando um acordo com o Mercosul e, em alguns momentos tentou interferir nos seus caminhos. |
| Tentativa de acordos bilaterais do EUA com países do Mercosul | | Esses acordos tinham o sentido de compensar o fracasso da Alca, e de evitar que os países se congregassem regionalmente sob a liderança do Mercosul |
| Pressões do FMI, do Banco Mundial e de consultores internacionais | | Todos olharam o Mercosul com desconfiança: "Acordo de Pobres para salvar os miseráveis". Consultores externos, como Henry Kissinger, tentaram frustrar o Mercosul. |

| | | |
|---|--|--|
| Tentativa de Cuba e Venezuela em criar a ALBA | Ajudou a desacreditar a Alca sob a hegemonia dos Estados Unidos. | Cuba não concordou com um acordo regional, queria algo que integrasse a sociedade - e não apenas comércio - da AL. À vista da Alca, Fidel propôs a Alba. |
| "Inflexões: "frustrações estéreis", "tensões internas" e "pressões externas". | | Desconfianças históricas mútuas que dificultavam a integração, geraram a instabilidade no bloco e criaram obstáculos para a consolidação do Mercosul |
| "Inflexões metafóricas" | | Foram efeitos perversos, frutos da globalização, resultantes de crises macroeconômicas, que afetaram a todos, particularmente o Mercosul. |

Parte II

CAPÍTULO VI

ENFIM, AMERICANIDADE NO DISCURSO DOS JORNALISTAS

CORRESPONDENTES

6 ENFIM, A “AMERICANIDADE” NOS DISCURSOS DOS JORNALISTAS CORRESPONDENTES

Ao promover uma seletiva reconstrução do presente, o jornalismo está promovendo também uma seletiva reconstrução histórica desse presente. Ao registrar os fatos, sob a forma de impresso, dando-lhe carga de documentalidade, o jornal se transforma num construtor da memória do presente [...] (BARBOSA,1995, p.86).

Lembra ainda a já citada historiadora e jornalista que a seleção, a hierarquização e a priorização da informação, pelo jornalismo constitui-se numa estratégia de reconstrução do presente, com o que “*fixa hoje a memória futura do próprio acontecimento*”. Nas manifestações do cotidiano vão se configurando os significados, observa Baccega (1998, p.20-21), para completar dizendo que “*o uso da linguagem, sobretudo a verbal, está sempre determinado pelas condições reais em que o diálogo se efetiva*”, e acrescenta rememorando o poeta Mário Sá Carneiro quando disse que “*Eu não sou eu e nem o outro, sou qualquer coisa de intermédio*”.

Cabe, portanto, entender a natureza do jornalismo, cujos textos não se constituem num monólogo puro e simples do noticiário em direção ao receptor, contribuindo assim para formas audiências.. A voz do repórter vem de várias fontes hierarquizadas por sua proeminência discursiva ou representacional, seja como especialista, fonte de governo, celebridade ou mesmo como contraponto social. Os discursos atribuídos ao jornalista são, portanto polifônicos, e procedem de várias fontes acobertadas, evidentemente, pelas normas do profissionalismo (SOLOSKI, In TRAQUINA, 1993, p. 91).

Outro aspecto a ser destacado é o fato de que, embora as notícias relatadas pelos jornalistas não tenham o propósito de manter o sistema político-econômico existente, as próprias normas da conduta profissional terminam induzindo a escolha de “estórias” que defendem implicitamente a ordem vigente, dando legitimidade à informação. Evidentemente que no caso dos discursos tridimensionais - aqueles que podem ser lidos, traduzidos e interpretados – cabe à audiência aceitá-los, rejeitá-los ou transformar os significados oferecidos, reapropriando-os.

Ao analisar a Teoria Crítica do Discurso, Magalhães (2004, p.114) cita Thompson (1990, p.150) que o contexto social envolve dimensões espaço-temporais constituintes das ações e interações; e, assim, as mudanças nos modelos de produção e acumulação apresentam uma contrapartida cultural que resulta em transformações no contexto social. Nesse sentido, vale lembrar os choques de petróleo da década de 70, quando a produção em massa (Fordismo) foi substituída por um modelo de qualidade e diversificação japonês. Os textos jornalísticos costumam ser espaços de lutas, ao conter traços de discursos

diferenciados e ideologias em disputa, e é, portanto, quase impossível impedir que “a linguagem venha entrelaçada com o Poder”.

[...] levando-se em conta as premissas de que o discurso é estruturado pela dominação; que cada discurso é historicamente produzido e interpretado, isto é, está situado no tempo e no espaço, e que as estruturas de dominação são legitimadas pelas ideologias dos grupos que detêm o poder, que figuram como convenções sociais. A partir dessa perspectiva, as estruturas dominantes estabilizam as convenções e as naturalizam (WODAK, 2004).

O estudo das transformações no contexto social e seus cenários fazem parte da agenda da Teoria Crítica do Discurso, que considera a vida social como “redes interligadas de práticas sociais de diversos tipos que conduzem a interiorização de um por outros, fazendo emergir uma consciência cultural.

A linguagem produz significados ideacionais, projetam relações entre o produtor e o receptor de um discurso, segundo seus significados sociais potenciais. Existem, é verdade, nos textos, representações fixas inegociáveis que se alinham com os enunciados performativos neles contidos. As classificações aceitas apontam para as relações de poder dentro do discurso sejam elas apresentadas livres, textuais, ou imersas interdiscursiva ou e intextualmente (COUTTHARD e LEEUWEN, 2004, P.11-33).

São tomados aqui seis fases do Mercosul, analisadas à luz de 90 artigos, como amostra de um total de 900, aproximadamente, publicados nos quatro jornais que constituem o corpus da pesquisa (OESP, FSP, OGb, JB), no período de 1991 a 2005.. No total, foram levantadas 10 mil matérias publicadas por um grupo de jornais brasileiros, e que estão arquivadas na Biblioteca do Senado³⁷. Foram identificados, no período, o envolvimento de cerca de 60 correspondentes e enviados especiais, cobrindo os eventos do Mercosul; autoridades de governo, falando sobre compromissos assumidos; parlamentares, repercutindo as iniciativas e falas oficiais; intelectuais, consultores e sindicalistas ecoando as iniciativas e falas, mas posicionando-se diante do cenário. A análise dos artigos vai do “Pré-Mercosul (período anterior à assinatura do Acordo de Assunção em março de 1991) à reunião de Presidentes em 2005, que consagra, no mínimo, um diálogo entre países e governos, praticamente desconhecido anteriormente.

O desenvolvimento do Acordo de Assunção é visto pelos discursos correntes sejam entre governos, diplomatas, economistas ou analistas do Mercosul em três fases:

- a. Período de Transição(área de livre comercio): março/91 a dezembro/94;
- b. União Aduaneira (estabelecimento da Tarifa Externa Comum (TEC): janeiro/95 a dezembro/99;

³⁷ No C. Braziliense, Jornal de Brasília (DF), Correio do Povo, Zero Hora (PA), Diário de Pernambuco (PE) total foram levantadas 10 mil matérias jornalísticas, inclusive artigos, publicadas no período de 1991 a 2005, por um grupo de jornais brasileiros, sobretudo a Gazeta Mercantil, Valor (SP), Correio e os quatro pesquisados, que estão arquivadas na Biblioteca do Senado.

c. Mercado Comum (integração): janeiro/2000 a dezembro/2004.

Desta análise dos textos jornalísticos e das inflexões ocorridas ao longo da consolidação do Mercosul, extraíram-se momentos delicados com efeitos muito fortes sobre o processo de integração sub-regional e até da América do Sul. Isso fez com que, na pesquisa, se optasse por uma periodização mais larga – seis períodos. Em segundo lugar, essa periodização não obedece a limites muito rígidos, para permitir a convivência com determinadas situações conjunturais e até eventuais, das quais emanaram sinais fortes de um esforço identitário comum chamado, nesse trabalho, de americanidade. Portanto, o **caminho do amadurecimento** do Mercosul foi marcado, entre outros, pelos seguintes momentos nesse período de 15 anos:

- 1- Pré-Mercosul (antes do Acordo) - inflexões e diálogos produtivos;
- 2 - Tratado **de Assunção** (1991): cria o Mercosul;
- 3 - Protocolo **de Ouro Preto** (1994): institucionaliza o Mercosul;
 - 3.1. 1995/96 - **Cultura no Mercosul: Supranacionalidade.**
- 4 - **Tratado de Ushuaia** (1998): institui a cláusula democrática;
- 5 - **Protocolo de Olivos** (2003): define mecanismos para a solução de controvérsias:

relançamento do Mercosul;
- 6 - **Encontro de Presidentes, em Brasília** (2000/2005), quando o Mercosul parece deixar claro o seu papel de vetor identitário da integração , da americanidade.

A pesquisa é operacionalizada por intermédio da concepção tridimensional do discurso de Fairclough - salientando em 1995/96, uma discussão sobre a “Cultura no Mercosul: Supranacionalidade” - cuja aplicação consiste em três dimensões : a análise da *prática social*, envolvendo estruturas e contraditórios, nas quais se localizam as indústrias culturais; o discurso como *prática política*, que trata das relações de poder no texto; e o discurso como *prática ideológica*, mantendo, transformando e naturalizando significados do mundo a partir de diversas oposições nas relações de poder, todas atravessadas pelo interdiscurso, essa “[...] *complexa configuração interdependente de formações discursivas* [...]”, e pelo intertexto, as relações entre o texto com outros textos e com as convenções, marcas da presença constante da voz do outro, que contribui para configurar o enunciado a partir de uma heterogeneidade polifônica, segundo Bakhtin (1977, apud BONFIM, 2002, p.22-26).

As dimensões colocadas são identificadas e trabalhadas analiticamente, de acordo com Bonfim (2002, p.14-15), por meio de três estágios operacionais:

- 1 - Descrição:** do texto, do seu objeto, do conteúdo ou do mérito em discussão e a forma como é mediada, e os aspectos formais do texto, identificando o jornal (lugar de fala), o jornalista, origem e data da produção, a temática, tipo de discurso

vocabulário e nomações que naturalizam o evento, tendo em vista que, como representações de mundo, as *palavras são codificações* e, contêm, ou dão significações para os fenômenos.

2 - Interpretação: (*newsmaking*) da relação entre o processo de produção e interpretação do texto e o próprio texto, as vozes polifônicas e suas qualificações legitimadoras do discurso; estratégia de produção – “*newsmaking*” no jornalismo – e da natureza da sua prática social e imaginário corrente.

3 – Explicação: relação entre os processos discursivos e o processo social. No entender de Fairclough envolve estruturas e relações sociais, inserção numa matriz de relações de poder, já que o discurso corrente deve ser entendido como parte de um processo de lutas sociais:

3.a. determinantes culturais: o imaginário e práticas decorrentes, o embate das ideologias e resultantes. São elementos que podem ser encontrados nas relações de poder, por meio de indagações constantes sobre o situacional (lugar de fala), o societário ou os recursos utilizados pelos membros para conduzir o discurso social. E enfim analisando o discurso (n) normativo (disciplinador), (c) criativo (inovador) e (t) transformador ou regenerador.

6.1 Pré-Mercosul (até 1991)

Condoleezza Rice, professora de Ciência Política da Universidade de Stanford, assessora de George W. Bush, e que viria a ser a sua Secretária de Estado, em artigo publicado na revista *Foreign Affairs* (2000, apud Política Externa-vol10-nº. 1- jul/ago -2001, p.83-99), escreveu que “*Os Estados Unidos encontraram extremas dificuldades para definir seus “interesses nacionais” diante da ausência do poder soviético*”. O colapso da União Soviética coincidia, segundo ela, com outra grande revolução: as mudanças drásticas no campo da informática “*calcadas em conhecimento*”, alterando, disse, o “*dinamismo econômico e acelerando tendências na interação que, muitas vezes, atravessaram e ignoraram fronteiras*”.

Foi um momento – continuou - em que se observou um vácuo no poder mundial, embora, emendou, “*os EUA tenham sido um dos principais geradores dos benefícios dessas revoluções, cuja tarefa final seria a modernização da economia, que foi acontecendo simultaneamente*”. No seu artigo, Rice fez uma longa incursão na política e nas estratégias norte-americanas de administração das tendências conflituosas no mundo, afirmando que: “[...] *os Estados Unidos são o único país que garante a paz e a estabilidade globais*”. Aconselhava, portanto, a diplomacia e as forças que compunham os interesses econômicos “*a manter uma política externa disciplinada e consistente*”, observando que “*Tendências seculares estão movendo o mundo em direção à abertura econômica e - de modo menos uniforme - à democracia e à liberdade individual*”.

Era curioso, mas, sobretudo, sintomático, o fato de Rice ter dado uma panorâmica da política externa norte-americana no final do século XX, pontuando

problemas e relações em cada uma das regiões do mundo, falando da defesa dos seus interesses, marcados – acentuou - pela liberdade de comércio, democracia e direitos humanos; ter salientado os problemas e virtudes de alguns países, sem se referir uma única vez à América Latina que, nesse momento, vivia uma das etapas mais marcantes da sua trajetória autônoma e integracionista.

Coube a Robert B. Zoellick, que ocupou vários cargos no governo, inclusive o de subchefe de gabinete da Casa Blanca, num outro artigo publicado na mesma *Foreign Affairs* (2000, apud Política Externa-vol10-nº 1-jul/ago-2001, p.69-82), dizer que “*Com a América Latina, principalmente, os Estados Unidos voltaram a assumir seu antigo e péssimo hábito de negligenciar seus vizinhos até que problemas os obriguem a prestar atenção*”. Destacava a imagem corrente em seu país sobre a região: “*faltam resultados tangíveis das reformas econômicas*”, referência na qual incluía desde os acordos da Alalc/Aladi até o Mercosul. Apesar do avanço democrático, os governos eleitos pelo povo, disse Zoellick, têm se mostrado insuficientes para atenderem os problemas socio-econômicos da população. Na Argentina,

A pobreza, que em 1974 era de 5%, subiu a 25% em 1983, atingindo o pico de 56% da população em 2002. O desemprego, que era de 6% em 1975 e 18% em 1995, chegou a espanto, aos 31% em 2002. (Disponível em < <http://pt.wikipedia.org/wiki/199>>. Acesso em: 14.10.07).

Aliada dos EUA, a América Latina vai ser, de fato, praticamente esquecida pela política externa norte-americana desde o fim da Segunda Guerra; talvez na certeza de que a situação geopolítica da região a faria pender naturalmente para uma aliança com eles, por força – quem sabe – do imaginário resultante da polissêmica e polêmica declaração norte-americana de que “*América é para os americanos*”, de duzentos anos atrás, e que se sustentava em cada país da região por governos autoritários pró-norte-americanos. No final dos anos 80 do século passado, os países da região estavam praticamente imobilizados politicamente pela enorme dívida externa, estimada, em 1991, em US\$ 434 bilhões, segundo o Correio Braziliense, de 6 de junho de 1992.

Os mais de 100 anos de estreito relacionamento comercial da região com os Estados Unidos nunca chegaram a produzir frutos efetivamente transformadores. A aliança hegemônica com os países do Sul parecia ter para os EUA mais o sentido de reserva de mercado para seu sistema industrial do que propriamente uma integração. Ao contrário, melhor seria uma América fragmentada, do que uma confederação como a pretendida por Simon Bolívar. Tendo como principal parceiro comercial os EUA, os países do Sul continuavam a ser vistos, portanto, como fornecedores de produtos primários, recebendo-os de volta sob a forma de industrializados ou serviços, numa relação de troca totalmente assimétrica, injusta e incompatível com o processo de libertação e desenvolvimento requerido. E foi assim que a América Latina passou ao largo dos 300 anos da industrialização nos países do hemisfério Norte sem conhecê-la. O modelo industrial aportou na região praticamente na metade do século passado e, em algumas delas, sequer chegou ainda efetivamente.

Atolados em dívidas externas praticamente impagáveis, e vivendo a sensação de solidão num mundo em profunda ebulição os países do Cone Sul sentiram-se livres para criarem suas próprias alternativas.

O novo quadro das relações mundiais, surgido a partir do dismantelamento da União Soviética, da queda do muro de Berlim, e do surgimento da “nova economia”, possibilitando a união de velhos inimigos como a França e a Alemanha para a formação de blocos de interesse econômico, serviu de inspiração para que também Argentina e Brasil procurassem superar em definitivo suas estranhezas e caminhassem em direção a um acordo de complementariedade, superando assim as chamadas velhas “**frustrações estéreis**”.

Tanto a criação da União Européia quanto a do Mercosul pegaram, de certa forma, os Estados Unidos de surpresa. Exaurida com as guerras, a Europa precisava encontrar a paz e, com ela, a possibilidade de fortalecer sua economia para poder competir, não apenas com os EUA, mas com as economias emergentes do sul da Ásia. A América Latina acabava de sair de um longo período de governos autoritários e centralizadores, sustentados por relações de produção primárias, e vinha exigindo, há anos, a modernização dos sistemas produtivos e, sobretudo, das relações sociais de produção, marcadas por formações ideológicas muito sólidas, alimentando um imaginário que se arrastava em permanências resistentes ao longo dos quatro séculos de colonização.

A queda dos governos militares e caudilhistas e a fragmentação das estruturas dominantes, a partir do novo quadro político internacional, a formação de blocos regionais e o endividamento externo empurraram a Argentina e o Brasil para esse espaço do multilateralismo, abrindo-lhe a chance da formação de um bloco próprio - ao qual se agregaram, depois, o Uruguai e o Paraguai - capaz de integrar as respectivas economias e assim poder participar competitivamente dessa nova ordem econômica.

Com a iniciativa, os EUA se viram frente a um dos maiores desafios ao longo da sua história de relações hegemônicas com a região. Ocupado que estava em organizar-se para enfrentar outros desafios em outras regiões, sua diplomacia recorreu aos arcaicos instrumentos da sua política externa, tentando desviar a atenção da região do novo lugar de fala que se abria para a América Latina, com a criação do Mercosul.

Antes que o Mercosul desse fruto, o governo dos EUA instituiu a Iniciativa das Américas (1989) – comércio e investimentos - , na qual propunha acordos bilaterais com cada um dos países, fórmula que permitia à sua diplomacia acreditar que poderia ajudar no esvaziamento da criação de blocos efetivos na região, fora dos já classificados pela própria Condoleezza Rice, como “acordos simbólicos de valor duvidoso”, referindo-se, entre outros, aos acordos da Alalc, Aladi. Como alternativa ao Mercosul, os EUA ofereciam, ainda ,a possibilidade do ingresso dos latino-americanos no Nafta, no qual reuniu-se com o Canadá e o México e , posteriormente, na Alca, como opção para um mercado comum, unindo interesses comerciais dos 34 países das três Américas.

As **pressões externas** que vieram dos EUA, mas também da União Européia e das chamadas **crises metafóricas** – a quebra de vários países que mantinham relações comerciais com a região - e as **crises internas**, até mesmo os conflitos dentro do espaço do Mercosul, não conseguiram desintegrar o que o ex-presidente do Uruguai, Luis Alberto

Lacalle, chamou de a oportunidade definitiva para realização dos “sonhos e desejos” de integração da região, segundo o modelo pregado por Bolívar, duzentos anos atrás.

Esses tipos de inflexões no espaço do Mercosul estão presentes desde o início da história da América Latina, portanto, muito antes de se aventar a hipótese da criação de um mercado comum. As antigas rivalidades começaram a ganhar formatos discursivos e até ideológicos, desde os tempos dos súditos espanhóis e portugueses, e foram se estendendo pelas independências, passando pelos regimes e sistemas nacionais até chegar a uma disputa hegemônica entre Argentina e Brasil, competição que teve seus momentos fundadores, com o pensamento de Sarmiento, na Argentina, que via o Brasil como um opositor; nas lutas pela independência, das quais o Brasil emergiu sob a forma monárquica, enquanto os demais optaram pela república; até chegar às visões nacionalistas e estratégico-militares, passando pelas guerras do Paraguai e do Chaco (entre a Bolívia e o Paraguai), envolvendo de uma forma ou de outros interesses hegemônicos da Argentina e do Brasil na região (BANDEIRA, 1998, p.161-200).

Nunca faltou, entretanto, uma admiração mútua entre os dois países, embora os argentinos tivessem seus olhos voltados para a Europa e, a partir da República, o Brasil passara a se interessar particularmente pelo modelo de desenvolvimento dos Estados Unidos. Argentina e Brasil, como exportadores primários, eram concorrentes; mesmo assim, vinham tentando uma aproximação no campo econômico, tendo ensaiado até mesmo uma “união aduaneira”, desde 1941, e até antes, no elício do século. Nas conferências internacionais, os dois países estavam, entretanto, quase sempre do lado oposto um do outro. A Argentina, contrariando as posições dos EUA, e o Brasil, posicionando-se sempre ao lado dos norte-americanos.

Na segunda metade do século passado, após a Segunda Guerra, e à luz dos estudos da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e da perspectiva desenvolvimentista do pan-americanismo, os países da região começaram a vislumbrar alternativas novas de aproximação entre si e instituíram, em 1960, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc). Dois anos antes, a Europa criara o Mercado Comum Europeu (MCE). O Tratado foi assinado em Montevideu e previa o estabelecimento da zona de livre comércio entre Argentina, Brasil, México, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru, dando a si mesmo um prazo de 12 anos para fazer aquelas diretivas funcionarem plenamente. Esse período foi prorrogado por mais 8 anos, num Protocolo assinado em 1969, em Caracas. No meio da vigência do Tratado, e sem abandonar a organização, os quatro últimos países decidem criar um subgrupo regional, o Grupo Andino, acrescido da Venezuela (Tratado de Cartagena, 1976).

Em 1980, os instrumentos jurídico-institucionais da Alalc foram descartados para dar lugar a um novo Tratado de Montevideu, criando a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), cuja implantação desenvolveu-se com excesso de lentidão. O Tratado previa o estabelecimento da zona de livre comércio entre os países (sete) que firmaram o documento, pretendendo uma flexibilização dos mecanismos tarifários e instituindo uma “área de preferências tarifárias” entre os países signatários. Num Protocolo assinado em Caracas, em 1969, concordou-se com um prazo de 8 anos para o seu funcionamento pleno..

Mas, o pós-guerra trouxera uma novidade, atraindo para ela a atenção de muitos países: o uso da tecnologia nuclear. A descoberta do átomo inspirou uma corrida

armamentista no mundo que terminou por motivar Argentina e Brasil a se interessarem pela questão. Cada um, a seu modo, desenvolveu pesquisas sobre o ciclo do combustível, estudou e detectou reservas de urânio nos respectivos territórios e se apropriou de algumas tecnologias disponíveis. A Argentina começou na frente, mas o Brasil adotou tecnologias mais avançadas. Ambos desenvolveram, entretanto, programas civis e militares de uso da tecnologia nuclear e passaram a destinar boa parte dos orçamentos no desenvolvimento do setor.

Durante longos anos, o militarismo, argentino e brasileiro, cristalizou raízes junto à idéia de uma necessária disputa de armas. Os planos estratégicos de ambos os países alicerçavam-se na proposta de inevitabilidade de confrontação de forças, conflito que, dos anos 20 aos 40, fortaleceu os exércitos dos dois lados da fronteira (OLIVEIRA, 1988, p.5-23).

A questão da tecnologia nuclear sempre foi polêmica entre os dois países, mas foi por meio dela que cientistas dos dois países, informalmente, estabeleceram as bases de um intercâmbio de conhecimentos nessa área, trocando idéias, documentos e até visitas às instalações de um e de outro, promovendo uma aproximação que terminou por inaugurar oficialmente um ambiente de confiança mútua. Coube ao respeitado intelectual militar argentino, general Juan Gugliamelli, esboçar, ainda na década de 70, a tese da

[...] absoluta necessidade de integração nuclear entre Argentina e Brasil, chegando a propor a unificação os dois programas atômicos, com o objetivo de evitar o perigo armamentista na América Latina, proposta e combatida fortemente pelas Forças Armadas dos dois países rivais (OLIVEIRA, 1988, p.13).

A retomada do pensamento do general Gugliamelli, pela diplomacia dos dois países, foi absorvida gradualmente por segmentos militares liberais. A veiculação das teses integracionistas passou, entretanto, por um duro teste também superado, na década de 70, quando o Brasil assinou um Tratado Bilateral com o Paraguai para o aproveitamento dos recursos hídricos do Paraná, que resultou na construção da hidrelétrica de Itaipu. Na instrumentalização do Tratado, ele tomou, contudo, a forma de um Tratado Tripartite Itaipu-Corpus, em que se articulavam os sistemas geradores de energia dos três países.

A Guerra das Malvinas expôs a fragilidade das relações internacionais tanto da Argentina, que lutou sozinha contra a Inglaterra, quanto do Brasil, que chegou a abastecer avião inglês, que iria participar na guerra contra os argentinos.

Em 17 de maio de 1980 Brasil e Argentina assinaram um Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear. O acordo foi decisivo para a atenuação dos focos de tensões. O fim dos regimes autoritários e a restauração da democracia em ambos os países (Argentina primeiro) resultou num clima favorável de aproximação que teve como efeito a Declaração de Iguazu, em 30 de novembro

de 1985, que consolidava compromissos comuns de cooperação nuclear pacífica, que abria caminho para, no ano seguinte, 29 de julho de 1986, fosse firmada a Ata para a Integração Brasileira - Argentina, que instituiu o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), no qual se preconizavam os princípios da simetria.

O PICE constitui a marca de consolidação formal e material do processo [...] Na primeira fase do PICE, foram firmados doze protocolos escritos de um total de vinte e dois. Dos doze protocolos iniciais, dez objetivaram trocas de notas comerciais, um previa a cooperação para fabricar porta-aviões e outro estabelecia o sistema de informações imediatas assistência recíproca em caso de acidentes nucleares e emergências radiológicas [...] O pioneiro Protocolo nº1, Projeto Integrado de Bens de Capital, estabelecia medidas especiais, como “tarifa zero, exclusão de todo tipo de barreiras não tarifárias, mecanismos de expansão simétrica do comércio, incluindo cláusulas compensatórias de correção de assimetrias, nivelamento e uma margem comum de proteção face a terceiros países, outorgando a todos os bens, incluídos na lista comum, um tratamento igual ao outorgado a terceiros países, o que, na prática, indicava a intenção de se chegar, futuramente, a uma união aduaneira entre os dois países (OLIVEIRA,1988, p.15).

Segundo Oliveira (1988), a Argentina duplicou suas vendas ao Brasil. O Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento criou um espaço econômico comum e fixou um prazo de dez anos para a harmonização das políticas aduaneiras, comerciais, agrícolas, industriais, de transportes e comunicação, “[...] bem como a coordenação de políticas monetária, fiscal e cambial e, numa fase mais adiantada, avançar na harmonização gradual das demais políticas referentes ao mercado comum”. Em julho de 1990, Brasil e Argentina voltaram a se sentar na mesma mesa, numa reunião em Buenos Aires, para acelerar o processo de integração e antecipar para 31 de dezembro de 1994 a entrada em vigor da união aduaneira. Era o Mercosul que estava chegando.

Todas essas diferenças tanto em relação à América Latina e aos Estados Unidos, quanto entre Brasil e Argentina e até com outros vizinhos, como Uruguai e Paraguai, geraram práticas discursivas e tiveram representações próprias, ganhando a cotidianidade, inspirando uma cultura e instalando um imaginário popular de estranhamento que, até então, vinha contribuindo para um distanciamento – movimento centrífugo – entre as populações da região. No dia 23 de fevereiro de 1991, o correspondente do jornal O GLOBO, do Rio de Janeiro, anunciou a data de assinatura do Tratado de Assunção com a participação, ainda, do Paraguai e do Uruguai.

CONE SUL: ACORDO SERÁ ASSINADO EM MARÇO

Correspondente: José Negreiros
 Origem: BUENOS AIRES
 O Globo: 23/2/1991

2 colunas e 7 parágrafos (Um “box” composto por 1 coluna e 4 parágrafos)

Os presidentes do Brasil, Fernando Collor, da Argentina, Carlos Menem, do Uruguai, Luis Lacalle, e do Paraguai, Andrés Rodrigues, vão se reunir entre os dias 10 e 20 do próximo mês, em Assunção, para assinar o tratado que estabelece o Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) entre os quatro países[...].

Assumia o ministério das Relações Exteriores da Argentina, o ex embaixador nos EUA, Guido di Tella, que retornava a seu país com uma dupla responsabilidade: deslanchar o Mercosul e colocar tropas argentinas no Iraque. Negreiros viu nessa atitude da Argentina um assunto delicado para um diálogo com seu colega brasileiro, Francisco Resek, já que os acertos de criação do Mercosul, estavam praticamente concluídos e os argentino haviam tomado a decisão de enviar tropas para o Iraque, sem consultar os demais membros do Mercosul em gestação. A Argentina “*está cumprindo a resoluta da ONU*”, alfinetou o embaixador, dizendo que, no passado, ninguém questionou o Brasil por ter “*relações sensíveis*” – fornecimento de armas – com o Iraque, e disse que seu país tinha também um projeto secreto de míssil com o Iraque. Entretanto, observou Di Tella, “*a relação com o Brasil é central*”. “[...] *O importante é que juntos passaremos a negociar coisas mais importantes, como o tratado comercial com os Estados Unidos no âmbito da Iniciativa das Américas*”.

O correspondente enfatizava na sua matéria o acordo que seria firmado entre os países do Mercosul, dando ênfase ao discurso explícito do ministro das Relações Exteriores da Argentina, Guido Di Tella que, ao mesmo tempo, traz um discurso paralelo sobre a importância do Mercosul e sobre a inclusão dos países da região na “Iniciativa das Américas”. De acordo com o Ministro, o Mercosul trará avanços significativos para os países do Cone Sul. “*Ele defendeu com grande entusiasmo o mercado comum entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, mesmo que isso possa implicar dificuldades iniciais para o parque industrial de seu país.*” Nota-se na matéria do jornalista o interesse de fortalecer as relações de Brasil e Argentina, relatadas principalmente no discurso de Guido Di Tella, mas a Argentina, presa, talvez, ainda pelas “frustrações estéreis”, sinaliza, na mesma fala ministerial, com a decisão de enviar tropas para o Iraque, que, interdiscursivamente, poderia ser lida ou interpretada: de um lado, como um sinal de desagrado a qualquer pretensão hegemônica do Brasil dentro do bloco que iria surgir; e, de outro, reivindicando para a Argentina essa liderança. No mínimo, estava ali uma discussão, provavelmente inspirada lá fora, que fazia com que o futuro acordo já se iniciasse sob o manto da desconfiança.

Do seu lugar de fala, o jornalista parece torcer pela consolidação do Mercosul, ressaltando a adesão do Chile, Paraguai e Uruguai:

O projeto do Mercado Comum do Cone Sul ganhou a adesão de Uruguai e Paraguai, o que amplia os seus objetivos integracionistas e de cooperação regional antes limitados ao eixo Brasil-Argentina {...}. Falta o Chile. Sua economia apresenta hoje notáveis condições

de vitalidade em muitos aspectos e não pode deixar de interessar ao esforço de integração continental.

O jornalista não deixa de testar o conteúdo dos enunciados do ministro argentino, questionando sobre as tropas enviadas ao Iraque, sem consulta aos demais países que estão em vias de assinar um acordo de integração na área do comércio, mas que pode ter repercussão política, já que o Iraque sempre manteve boas relações com o Brasil. Apesar das divergências implícitas “estéreis”, o ministro argentino jogava naquele momento várias cartas na mesa, sabendo, no fundo, que a integração regional era uma alternativa fundamental para os países da região.

Fica claro o esforço da mídia para manter elevada a auto-estima dos criadores do Mercosul, diante de tantas desconfianças mútuas entre os signatários do Tratado. O discurso do jornalista converge (**centrípeto**) inteiramente para a integração regional, refletindo o próprio imaginário sobre a presença de uma matriz de americanidade. Chama a atenção do leitor para o que ele parece entender de imediato, como um verdadeiro acontecimento histórico, que é a integração dos quatro países. Um trabalho de cunho histórico evidencia-se como necessário para promover uma articulação dos jornais impressos diários com seu lugar no cotidiano, na condição de “senhores da memória” (BARBOSA, 1993). O jornalista não resiste, entretanto, à tentação de abrir um espaço na matéria para as “frustrações estéreis”, mas, aparentemente, com o sentido de dimensionar a sinceridade na fala de Di Tella, recém-chegado dos EUA, quanto ao processo de integração. O ministro não titubeia e reafirma a decisão da Argentina de se aproximar ainda mais do Brasil, a partir do Mercosul. Fica evidente ainda a vocação integracionista do Mercosul .

Num “box” que acompanha a matéria, editado, em geral, com o fim de manifestar uma posição do jornal (O Globo) sobre a tema em discussão, o pequeno editorial diz :

O projeto do Mercado Comum do Cone Sul ganhou a adesão de Uruguai e Paraguai, o que amplia os seus objetivos integracionistas e de cooperação regional antes limitados ao eixo Brasil-Argentina. O Continente vai entrando, assim, na modernidade dos blocos econômicos regionais, e desta vez como impulso que promete razoável perspectiva de viabilidade. [...] Hoje, com a redemocratização do país, já não há motivos para distanciamento e preconceitos.

O jornal detecta no Tratado do Mercosul, que seria assinado dali a um mês a contribuição que ele daria para uma mudança cultural de grande significado político e para o imaginário que vinha permeando até então as relações entre governos e populações do Brasil e da Argentina, e até mesmo dos demais países do futuro bloco. “*O Continente vai entrando assim na modernidade [...]*”, conclui o editorial. Terra, 2001, p.69-82.

6.2 Tratado de Assunção (1991 – 1994)

Texto referência

O processo de integração entre o Brasil e a Argentina, iniciado efetivamente com a Declaração de Iguazu, recebeu o primeiro influxo em 29 de julho de 1986, com a assinatura da Ata para Integração Brasileiro-Argentino, instituindo o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), que dava corpo e uma dinâmica própria aos compromissos protocolares. Estabelecia-se o princípio da simetria e previam-se tratamentos preferenciais, uma estratégia de integração gradativa por setores industriais e, no Protocolo nº. 1 estabelecia “tarifa zero” e exclusão de todo tipo de barreiras não tarifárias para os bens de capital e harmonização gradual de políticas até atingir, no prazo de dez anos, um mercado comum.

O êxito do processo de integração, embora ainda no início, contribuiu para que no dia 6 de julho de 1990 fosse firmada a Ata de Buenos Aires destinada a acelerar os prazos, reduzindo-o pela metade, para 31 de dezembro de 1994, a data de funcionamento do mercado comum. O exemplo vinha da Europa com a União Européia, próxima já de se instalar, superando praticamente todas as diferenças políticas e históricas que havia entre países.

Os Estados Unidos se assustaram e, para evitar o sucesso da formação de um bloco no Cone Sul, que ameaçaria a sua hegemonia na região e enfraqueceria seu poder de barganha mundial, ofereceu, como alternativa, um programa que foi intitulado Iniciativa das Américas, em que se propunha a realizar acordos tarifários com cada um dos países do continente, mas, individualmente, até fechar todos. Iniciou esse processo, mas não se descuidou de formar o seu próprio eixo comercial, para enfrentar a União Européia e competir no comércio do sul da Ásia. Imediatamente negociou com o Canadá e o México a formação de um bloco do Norte, que se chamou Nafta, e que veio a entrar em operação em janeiro de 1991, dois meses antes do Mercosul.

Uruguai e Paraguai, que acompanhavam de longe o processo, viram a oportunidade de se integrarem no comércio do Cone Sul; e no dia 26 de março de 1991, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinavam o Tratado de Assunção, criando um bloco de integração econômica na região. Um ano depois, os resultados positivos eram claros, conforme mostra tabela do Departamento de Integração Latino-Americana do Itamaraty,

| | Balança Comercial Brasil - Mercosul (em US\$ milhões) | | | |
|-----------|---|-------|----------------|-------|
| | Exportação | | Importação * | |
| | janeiro a maio | | Janeiro a maio | |
| | 1992 | 1991 | 1992 | 1991 |
| Argentina | 1.049,19 | 378,4 | 517,7 | 476,6 |
| Paraguai | 194,3 | 192 | 71,6 | 45,2 |
| Uruguai | 134,9 | 141,7 | 116,7 | 182,7 |
| Total | 1.379,10 | 712,1 | 706 | 704,5 |

* Importação autorizada

Daí em diante, o comércio regional cresceu muito acima das medidas mundiais. Mas, todas essas iniciativas, sejam no campo diplomático ou comercial, não foram adotadas com facilidade. Há uma surpresa geral. Nenhum país hegemônico queria perder suas regalias no comércio no Cone Sul. “A América para os americanos “do Norte”, ironia que pesava sobre a pretensão norte-americana de liderança sobre todo o Continente, e que pesava sobre o imaginário da América Latina através da desconhecida, mas imortal Doutrina Monroe, vai sofrer seu primeiro grande impacto.

Com menos de um ano da assinatura do Tratado de Assunção, no Rio Grande do Sul, 74,6% dos empresários tinham planos de participação no processo de integração em curto prazo (revista Exame 04.03.92, apud Correio Braziliense Internacional, 1992). Um observatório da mídia, Itamaraty e federações das indústrias revelavam ainda que de 550 empresas brasileiras – dados de outubro e janeiro de 1992 – 25% queriam aumentar o intercâmbio comercial na região. Em janeiro o percentual de outubro havia crescido 36%%. Pesquisa realizada pela Price Waterhouse, em 1992, mostrava ainda que, em cada 5 empresas, 1 estudava diferentes possibilidades de associação, e “10% das empresas brasileiras já incluíam o Mercosul no seu planejamento (Argentina 20%, Uruguai 21%, Paraguai 11%), (Correio Braziliense Internacional, 1992).

Era impossível que os tradicionais parceiros dos quatro países do Mercosul não se preocupassem com o que estava acontecendo. Os embates no Mercosul vão se dar, portanto, em dois campos de força: um, “**centrípeto**”, que corresponde ao desejo dos países membros e associados de se integrarem logo ao processo; o outro “**centrífugo**”, no qual afloravam as diferenças de modelos de desenvolvimento, de vida cotidiana, de expectativas sociais e culturais, criando tensões internas, e sobre o qual incidia ainda uma série de pressões externas voltadas para obstaculizar o êxito do bloco. São chamados aqui, genericamente, de **Inflexões**. Então, ao mesmo tempo em que se discutia e lutava para a integração, que seria uma das matrizes do processo de busca e formação de uma identidade, o Mercosul sofria a pressão de países e grupos de interesse tentando desestabilizar o bloco regional.

Não raramente a defesa de prerrogativas individuais por parte de um ou outro país, para proteger aspectos assimétricos da vida econômica ou social internas, causava também atrito entre os membros do Mercosul. Esses atritos, situados dentro da categoria das Inflexões, vão ser identificados como “**crises internas**”. As assimetrias sociais entre os quatro países eram acentuadas, como podem ser observadas no quadro abaixo:

Indicadores Sociais – 1992

| Especificação | Argentina | Brasil | Paraguai | Uruguai |
|------------------------|---------------|-------------|-----------|-----------|
| Área(km ²) | 2.766.889 | 8.511.965 | 406.752 | 176.215 |
| População | 31.926.519,00 | 146.154.502 | 4.276.648 | 3.007.000 |
| Cresc. Demográfico | 1,40% | 2,10% | 3,20% | 0,60% |
| Pop. Urbana | 87,30% | 76,20% | 43,90% | 86,20% |

| | | | | | |
|---------------------------|------|-----|------|------|-----|
| Fecundidade nº filhos | 3 | | 3,5 | 4,6 | 2,4 |
| Mortal. Infantil (mil) | 32,2 | | 63,2 | 48,9 | 34 |
| Analfabetismo | 5 | | 22 | 12 | 5 |
| Desemprego urbano | 8.6 | 4.3 | | 7 | 9.2 |

MRE/Departamento de Integração Latino-Americano, 1992, apud Correio Braziliense Internacional, 6 de junho de 1992

Tudo isso vai se refletir no discurso da imprensa. Por isso, a discussão colocada neste trabalho evidencia a pertinência das pesquisas interdisciplinares e, especificamente, as aproximações entre História e Comunicação. Segundo Fairclough (2001, p.147) “[...] *a mídia ocupa um importante papel hegemônico não só em reproduzir, mas também em reestruturar a relação entre os domínios público e privado [...] pela reestruturação dentro da ordem de discurso de relações entre a ‘fala popular’ e vários outros tipos de discursos público*”.

Os documentos e discursos oficiais, bem como os de parlamentares, não se esgotam no comunicacional. Sua ancoragem no jornalismo faz da imprensa uma fonte potencial de pesquisa histórica. O jornalista, seja como repórter, editor ou, como quer este trabalho, correspondente ou enviado especial, funciona como canal propulsor de novas formações discursivas, contidas no processo de construção da integração americana, representada aqui no Mercosul. A Análise do Discurso, enquanto um programa de reflexão, fornece importantes pistas de adoções para uma pesquisa preocupada com discursos veiculados pela imprensa escrita sobre o Mercosul e suas condições de significação, conforme observa Pêcheux (1999, p.19). O que torna americanos cidadãos é um conjunto de vetores do imaginário e do real que se cruzam, completam-se, excluem-se ou se superpõem, em grande parte, também a partir do lugar de fala da imprensa, um *locus* de representações, daí sua pertinência como fonte de pesquisa .

Esta unidade real/imaginário e seus nexos com o representacional é conjunto que encontra em Morin (1987, p. 105-106) excelente descrição sobre a maneira pela qual opera: “Tudo se passa pela representação: é a placa giratória entre passado e presente, entre vigília e sonho. Assim, embora a percepção do real se oponha às visões imaginárias, a representação é o ato constitutivo idêntico e radical do real e do Imaginário (...). A relação entre o real e o imaginário è, pois, de uma complexidade espantosa , pois eles são ao mesmo tempo os mesmos, diferentes e opostos”.

Muito embora sejam idéias que aludem às Relações Internacionais, cabem também aqui as associações lembradas por Bernal-Meza (2005, p. 221) entre as fontes, a Análise do Discurso e a História Cultural

{...}para uma boa investigação da história das relações internacionais. Deveria ser ampliada a busca de fontes, incluindo as parlamentares, jornalísticas, além do uso das técnicas da história

oral e da análise do discurso. A partir desta nova visão, que recuperava também a tradição da escola francesa [...] foram incorporados novos fatores de pesquisa, tais como a opinião pública e a história cultural, os quais contribuíram para estender as pesquisas até outras relações internacionais do Brasil, além das que tradicionalmente tinham sido objeto de investigação na política externa brasileira.

Está evidente, portanto, a pertinência da tomada de matérias e artigos publicados na imprensa cotidiana para o estudo de uma formação cultural identitária. Isso vai ser visto aqui no estudo sobre o espaço ocupado pelo Mercosul como um vetor de uma identidade regional, chamada neste trabalho de americanidade. Usa-se, para isso, a análise tridimensional de Fairclough (2001), procurando analisar os registros, entre 1991 e 2005, de jornalistas correspondentes e enviados especiais dos quatro mais importantes jornais brasileiros – Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil e O Globo – que trabalhavam em Buenos Aires, Washington/Nova York, lugares de onde fluíam os discursos integracionistas convergentes, ou centrípetos: e, de outro lado, discursos centrífugos, divergentes.

Segundo Fairclough (2001), o discurso do jornalista não é, contudo, neutro: mescla sua voz com a de documentos e outros instrumentos de uma polifonia que vai construindo gradualmente as formações discursivas e até formações ideológicas. De modo que os jornalistas vão captar e refletir a partir dos seus lugares de fala, interdiscursiva ou intertextualmente, sinais identitários – matrizes ou matizes - de americanidade nos discursos do Mercosul, contidos numa polifonia de vozes que compõem as matérias e artigos dos correspondentes e enviados especiais. Essa discursividade vai, ao mesmo tempo, reafirmar a importância do Mercosul como um vetor da integração. O discurso da integração receberá um influxo importante, ainda no lugar de fala da imprensa, de artigos escritos e publicados nesses mesmos jornais, por onde transitam leitores, cidadãos e a própria opinião pública, autoridades de governo – presidentes da república, embaixadores, ministros etc. –, parlamentares, consultores, empresários, intelectuais, sindicalistas e até estudantes universitários, posicionando-se em favor ou não do processo de integração, via Mercosul, ou, às vezes, discutindo o seu efeito com a perda ou o ganho de privilégios setoriais ou mesmo de uma identidade comum.

O primeiro momento do Mercosul, situado aqui entre 26 de março 1991, quando é assinado o Tratado de Assunção, até 1994, com o Protocolo de Outro Preto, é o momento em que o Mercosul é jurídica e administrativamente estruturado. Esse período vai ser marcado por um entusiasmo repentino, quase um modismo, já que o liberalismo recomendava a “formação de blocos” como forma de se organizar e proteger os sistemas produtivos regionais, e ocupava grande parte dos espaços das discussões conjunturais, veiculadas, sobretudo, pela imprensa.

No Mercosul, a iniciativa dos governos, provocará uma adesão maciça do empresariado. Vai ser um momento também de difíceis negociações devido à necessidade de ajustes setoriais e até individuais em direção a uma “união aduaneira”, caracterizada por tarifas externas comuns. Por isso, o período vai ser marcado por algumas “crises internas”, fruto da reação às propostas de adequação de interesses. Ao lado disso, o Mercosul vai

sofrer o assédio externo, particularmente dos EUA, que temem perder a hegemonia comercial sobre o continente, iniciando, por essa razão, uma série de negociações bilaterais, gerando um novo tipo de inflexão chamada aqui de “pressões externas”.

A Argentina estabiliza a sua economia, voltando a crescer, enquanto o Brasil continua na luta contra uma inflação persistente. Nesse período, a balança comercial pende a favor do Brasil, provocando uma resistência de segmentos empresariais argentinos dentro do Mercosul. O comércio do bloco cresce sistematicamente a níveis até então não conhecidos. O clima é de otimismo.

6.2.1 Correspondentes e Enviados Especiais

6.2.1.1 Países do Mercosul fecham acordo com EUA

Correspondente: Fernando Rodrigues
FSP – 11.06.91
Origem: Washington
2 colunas e 7 parágrafos

O artigo informa sobre a finalização do acordo entre representantes dos quatro países do Mercosul, que servirá de base para a negociação de um tratado de livre comércio com os EUA, que vai tratar do controle do comércio e dos investimentos entre os quatro países do Mercosul e os EUA. “*O acordo será assinado em Washington, no dia 20, quando o presidente Collor estará fazendo uma visita à capital dos EUA*”.

A matéria não parece ter grande importância, a não ser para alimentar a vaidade do jornal e do jornalista ao informar que “*a Folha já havia informado na sua edição do dia 6 que o acordo estava para ser finalizado nesta semana*”. Aparentemente, Rodrigues aproveitou para fazer uma nova matéria: o gancho da finalização das negociações para a assinatura do acordo de comércio e investimentos, e a conversa rápida que teve com o chefe do Departamento Econômico do Itamaraty, embaixador Celso Amorim, representante brasileiro, para quem, oficialmente, “*é um acordo importante porque é a primeira vez que o Mercosul firma alguma coisa no front externo*”.

O correspondente de Washington parece não vê-lo dessa forma: “*O acordo será assinado em Washington, no dia 20, quando o presidente Collor estará fazendo uma visita à capital dos EUA*”, e arremata o texto com uma opinião pessoal: “*Em termos de marketing, trata-se do fato novo que faltava para a viagem do presidente Collor aos EUA (de 17 a 20)*”.

Explicação:

O documento estava sendo negociado desde outubro de 1990, segundo informa o correspondente, portanto, três meses depois da instituição da Iniciativa das Américas de Bush, e sete meses após a posse de Fernando Collor. O governo norte-americano demonstra com isso certa surpresa com os entendimentos conseguidos entre os governos do Brasil e da Argentina, historicamente “inimigos cordiais” e teme que haja desdobramentos, como a

formação de um bloco do Sul, já esboçado no nível diplomático no governo Sarney/Alfonsin. É o momento da formação de blocos. A América do Sul está reclamando o abandono em que se encontra. É preciso dar uma resposta. Por outro lado, todo novo presidente no Brasil mantém a tradição de visitar os EUA, ritual que tem representado um alinhamento político em questões internacionais e que funciona quase como o reconhecimento da sua legitimidade. Essas visitas presidenciais a Washington são marcadas por uma liturgia institucional, representada pela assinatura de atos entre as partes. Collor está investido ainda do imaginário diplomático relacionado com o peso do Brasil em quaisquer questões na América do Sul, no caso o bloco comercial, que poderá afetar interesses norte-americanos.

A diplomacia norte-americana cumpre o seu papel ritual, criando as condições virtuais, para a reafirmação das permanências ideológicas. E, assim, cai-se na armadilha do discurso **centrífugo**, aquele que tenta desconstruir a integração e, em consequência, o reconhecimento da autonomia patronímica no sul do continente. O correspondente dispõe desse conjunto de informação, mas por falta de tempo, espaço ou disposição prefere trabalhar com o discurso simplesmente informacional.

6.2.1.2 Mercosul dá 1º passo rumo a Washington

Jornal: OESP - 12.06.91

JCo: Moisés Rabinovic

Origem: Washington

Espaço: 6 parágrafos e duas colunas

Ilustração: Foto (AP) de Carla Hills, representante comercial da Casa Branca (*uma moça bonita*) sorrindo.

O Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai concluíam com os EUA um modesto acordo, com o qual criam um conselho consultivo para discutir comércio e investimentos no âmbito da Iniciativa das Américas. [...] O embaixador Celso Amorim dividiu o acordo em três partes. A preambular, contém princípios gerais, como adesão ao multilateralismo no comércio, o desejo de todos em ver um comércio agrícola e desimpedido, livre de subsídios, e uma palavra positiva ao Mercosul e à Iniciativa para as Américas (assinada em junho de 1990). A parte operativa cria um conselho consultivo. E a parte final, que é uma agenda de ação imediata inclui temas de política de investimento, medidas antidumping, direitos compensatórios e a questão de salvaguardas.

Na matéria, cabe o embaixador Celso Amorim a fala. Parafrasticamente, ele constrói o discurso, intercalando palavras capazes de dar um sentido ao enunciado, traduzido assim pelo correspondente:

O acordo foi descrito como modesto pelo negociador brasileiro,

embaixador Celso Amorim [...] primeiro passo dado no longo caminho rumo a um tratado de livre comércio. O acordo tem essa possibilidade no horizonte. [...] não poderia dizer que esse acordo renda uma segurança explícita. É um foro onde se poderá discutir esses temas, da mesma forma como o governo americano terá condições de discutir o Mercosul.

Como participante do discurso é o próprio correspondente que, certamente, dispondo de informações não necessariamente obtidas das fontes diplomáticas brasileiras, reconstrói o enunciado do ministro, dizendo que a bela representante comercial da Casa branca vai “*Abrilhantar a visita do presidente Collor a Washington, mas nem faz parte da agenda presidencial [...] É uma homenagem que os outros quatro países prestam ao Brasil.*” Conclui o jornalista que “*Não há nenhum automatismo em matéria de liberalização comercial.*”

Trata-se de uma matéria, sobretudo informacional. O editor, em São Paulo, e o repórter, em Washington, foram muito perspicazes, do ponto de vista do uso do lugar de fala do jornalismo para construir a notícia (*newsmaking*). Descrevem a configuração discursiva do evento, mostrando, desde o título, de caráter metafórico - “*Mercosul dá o 1º passo rumo a Washington*”- passando pela foto da bela representante comercial, com um lindo sorriso de recepcionista, até a legenda da foto: “*Hills: encontro com Collor*”. A matéria dá um tratamento intimista ao assunto, para mostrar o caráter polissêmico do evento em que participa o presidente do Brasil, Fernando Collor. A estratégia dos EUA, ao mesmo tempo em que trata do acordo como algo secundário, tenta criar um ambiente de fantasia, considerando que o presidente brasileiro tinha fama de sedutor — aliás, também Méнем, o da Argentina. Ao mesmo tempo, o Mercosul, criado sob a desconfiança interna e externa, busca o reconhecimento dos EUA, para o qual não interessa, entretanto, a formação do bloco, porque pretende, com sua Iniciativa para as Américas, fazer acordos individuais com os países, estratégia que permite barganhas diferenciadas, capazes de manter sua influência pontual sobre cada um, e manter o peso de seu poder regional bem desbalanceado, discurso polissêmico, que reflete a intenção de manter a hegemonia e o domínio sobre a América Latina, de conformidade com a doutrina Monroe, de 1823.

A notícia parece advertir o leitor para um discurso **centrípeto**, dispersivo e até aparenta um caráter de chantagem em relação ao Mercosul. Pelos artifícios utilizados pelo governo norte-americano e pelo próprio discurso explicitado, parafrasticamente, pelos participantes, o acordo não tem o menor sentido. No máximo, vai funcionar como um espaço para o governo dos Estados Unidos discutir com os quatro países - convictos da importância da formação do bloco - a própria existência do Mercosul, que os norte-americanos pretendem seja incorporado à Iniciativa para as Américas, praticamente de mão única e que lhes assegura a hegemonia sobre o comércio continental. O discurso jornalístico foi muito feliz, já que não pretendia criar problemas para um ato simbólico que, para as populações envolvidas, poderia representar o reconhecimento externo do Mercosul e do processo de integração continental. O discurso do jornalista dirige-se para o centro, para a convergência, ao advertir os países do Mercosul para as falsas representações contidas no festejado acordo “*Quatro em Um*”. O posicionamento do jornalista fortalece o Mercosul e reflete seu espírito de solidariedade continental.

6.2.1.3 Mercosul será reconhecido por Washington

JB: 17.06.1991

Correspondente: Maurício Cardoso

Origem: Washington

1 coluna, 7 parágrafos, uma foto da representante comercial Carla Hills

Tema:

[...] primeiro reconhecimento oficial internacional [...] tratado de comércio e investimentos [...] resposta concreta e conjunta à dos integrantes do Mercosul à Iniciativa das Américas Os EUA resistiram à “heterodoxia aritmética [...] e receberam com ceticismo a novidade da constituição de um Mercado Comum no Cone Sul americano[...]. Nove meses depois, embora os americanos continuem alimentando dúvidas a respeito do sucesso da proposta dos vizinhos pobres do Sul, convenceram-se da legitimidade do seu projeto.[...] O tratado deixa de lado a questão da dívida externa, o terceiro ponto para a integração com Bush [...] Com ela cria-se o Conselho Consultivo para Comércio.

O Conselho passa a ser o foro para a discussão de políticas e práticas que afetem ou facilitem o comércio e as inversões entre as partes. “[...] da mesma maneira que os EUA vêm com surpresa a formação do Mercosul, os sul-americanos acompanham com atenção e alguma preocupação a criação do mercado comum do Norte (Nafta)”.

O texto é curioso porque na polifonia estabelecida só falam diplomatas da AL, incluindo-se o discurso do próprio correspondente brasileiro, mas a matéria é aberta com uma fotografia simpática da representante comercial dos EUA, Carla Hills, a quem caberá assinar o tratado pelos EUA. O JCo assume, inclusive, as informações e interpretações do que acha que vai acontecer e das representações contidas, Para legitimá-las, agrega à matéria comentários de três fontes diplomáticas, que apresentam versões positivas do tratado. Uma delas, o embaixador Félix Pena, da Argentina, expressa sua opinião otimista por meio de uma metáfora, chamando o tratado que, até então, os EUA assinaram com países, e não com blocos, de $4+1=2$, quer dizer que os EUA aceitam negociar com o bloco, Ora, lá na frente, o próprio jornalista reproduz a "surpresa" dos EUA com o Mercosul, e a preocupação dos países do bloco do Sul com o Nafta. Para contornar o problema, o acordo $4+1$ terá um Conselho Consultivo, o que reflete o receio dos norte-americanos, e não apenas "americanos", como coloca o correspondente, com a negociação em bloco, e não com os países individualmente. Quando fala da postura norte-americana, de descrença em relação ao êxito do Mercosul, o correspondente chama o grupo de países do Mercosul de "os vizinhos pobres do Sul".

O discurso do correspondente parece disciplinador: normativo. Do seu lugar de fala, ele sofisma sobre as relações de poder, quando fala, por exemplo, dos "vizinhos pobres do Sul". Praticamente ele, como as autoridades norte-americanas, não acredita no sucesso do

empreendimento do Mercosul. O discurso do Jco age parafrasticamente dando um sentido de repreensão à iniciativa dos países, diferente ao que pensam as autoridades norte-americanas, que "resistiram à heterodoxia aritmética", numa referência à quebra da ortodoxia das representações sobre a presença hegemônica dos EUA na AL. O correspondente quase que concorda que o grupo não tem competência para formar um bloco. Nesse caso, está reconhecendo que só os EUA e os europeus (polissemia) teriam condições de concretizar um bloco, que é o que estava sendo feito naquele momento: EUA "receberam com ceticismo" [...] EUA vêm com surpresa a formação do Mercosul. Na preservação da sua hegemonia, os EUA evitam tratar da questão da dívida externa como forma de poder desfrutar de um forte instrumento de barganha com endividados. Portanto, trata-se de um discurso **centrífugo**.

Estruturas e relações de poder. O assunto é tratado nos EUA pela representante da Secretaria de Comercio e, nos outros países, por ministros de relações exteriores e até presidentes da república. Visto como um processo de lutas sociais, observa-se que, enquanto o Mercosul tenta se tornar como um vetor de integração regional, os EUA insistem em manter-se hegemônico no continente, negociando acordos com cada país da região individualmente. Encontram-se ainda matrizes do imperialismo norte-americano, fundado em princípios da doutrina Monroe, do "destino manifesto" dos EUA como responsável pela proteção dos povos americanos. O embate ideológico entre os países americanos, que buscam a sua libertação, e os EUA, que procuram manter a dominação, sob a inspiração do modelo liberal capitalista. Os EUA têm a vantagem de ter um lugar de fala bem configurado, enquanto os países do Mercosul lutam por isso. Correspondentes: do seu lugar de fala, os jornalistas brasileiros parecem torcer pela autonomia regional, porque vão procurar a fala do presidente do BID, que é um americano, e que diz: "[...] *o Mercosul tem um significado extremamente importante para a integração da América Latina[...]*". Ele defende: "[...] *se encontram agrupados em torno de organismos regionais*".

6.2.1.4 Mercosul: argentinos vão á Fiesp

Autor: José Negreiros

Correspondente

Origem: Buenos Aires

O Globo: 08/08/1991

4 colunas e 5 parágrafos

O Secretário da União Industrial Argentina (UIA), Manuel Herrera, e o Diretor de Relações Institucionais da entidade, Cláudio Sebastiani, se reunirão amanhã, em São Paulo, com o Presidente de Federação das Indústrias do estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, em busca de um acordo para institucionalizar a participação empresarial dos dois países- os maiores sócios regionais – no Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul)[...]. Nossa intenção é privatizar o Mercosul – afirma Sebastiani. – Queremos colocar as duas federações de acordo sobre como resolver problemas de assimetrias entre as duas economias, de modo a evitar que a abertura tenha conseqüências selvagens [...].

O correspondente destaca na sua matéria o acordo para institucionalizar a participação empresarial do Brasil e da Argentina, intercalando palavras capazes de dar um sentido ao enunciado. Nota-se na matéria do jornalista o interesse de estimular o fortalecimento das relações de Brasil e Argentina, e, conseqüentemente, o Mercosul. Apesar dos problemas de assimetrias entre os dois países, ele enfatiza os pontos positivos.

Ele cita também, de acordo com o Diretor de Relações Institucionais da entidade, Cláudio Sebastiani, os problemas de assimetrias entre as duas economias. *“Nossa intenção é privatizar o Mercosul”* – afirma Sebastiani. – *“Queremos colocar as duas federações de acordo sobre como resolver problemas de assimetrias entre as duas economias, de modo a evitar que a abertura tenha conseqüências selvagens [...]”*.

Do seu lugar de fala, o jornalista parece inclinar-se pela consolidação do Mercosul, apesar de citar os entraves entre Brasil e Argentina.

Ao contrário de alguns setores industriais argentinos, a nova diretoria da UIA apóia o Mercosul e por isso foi apelidado de “grupo paulista” durante a recente eleição, em virtude do seu dinamismo e da grande identidade com os brasileiros com quem terão oportunidade trocar idéias em São Paulo.

Os argentinos vão à Fiesp em busca de um acordo para institucionalizar a participação empresarial dos dois países. Fica claro que o Mercosul se posiciona como um vetor de integração regional. Nota-se que, aos poucos, o Mercosul vai estreitando laços e crescendo no Cone Sul. A notícia parece advertir o leitor para um discurso **centrípeto** que converge para que o bloco do Sul se concretize. A reunião em São Paulo entre argentinos e brasileiros assegura a intenção de uma hegemonia entre os dois países. Fica, entretanto, o esforço da mídia para entusiasmar os participantes do Mercosul.

6.2.1.5 Países do Mercosul fecham acordos

Autor: José Negreiros

Correspondente

Origem: Buenos Aires

O Globo 16/12/91

4 colunas e 5 parágrafos

Tema:

Os presidentes do Brasil, Fernando Collor, da Argentina, Carlos Menem, do Uruguai, Luis Lacalle e do Paraguai, Andres Rodriguez, reúnem-se amanhã e depois em Brasília, para assinarem uma série de acordos destinados a implementar o Mercosul, que deverá estar implantado em janeiro de 1995[...]. Roberto Lavagana, presidente do Instituto de Economia Aplicada e Sociedade (Ideas) e

encarregado da implantação do Mercosul, aponta as divergências de orientação na política econômica entre os dois países como um dos obstáculos para o Mercosul e teme que se chegue apenas a uma união aduaneira[...]. Um diplomata brasileiro observa, contudo, que no primeiro semestre deste ano, enquanto as exportações argentinas caíram para o resto do mundo, cresceram 11% para o Brasil e a única grande obra realizada no país, a hidrelétrica de Pichi Picun Leufu, está sendo feita com financiamento brasileiro.

O formato da matéria, adotado pelo correspondente do jornal, confunde um pouco o leitor, porque ao mesmo tempo em que ele fala das divergências na política econômica entre Brasil e Argentina, o correspondente termina a matéria falando que *“enquanto as exportações argentinas caíram para o resto do mundo, cresceram 11% para o Brasil [...]”*. E dá destaque também aos pontos negativos do acordo entre Brasil e Argentina.

Existe certa ambigüidade no texto do correspondente. O verbo “fecham”, aponta para um sentido positivo para os acordos do Mercosul. O título é claro, mas incompleto, “Países do Mercosul fecham acordos”. Não fala das divergências entre Brasil e Argentina sobre a questão da política econômica entre os dois países.

Do seu lugar de fala, o jornalista brasileiro parece torcer pela autonomia regional, apesar de citar as divergências políticas econômicas entre Brasil e Argentina. O correspondente fala da reunião dos presidentes, para assinarem uma série de acordos e também fala, no final do texto, que as exportações argentinas cresceram 11% para o Brasil. O assunto é tratado por Roberto Lavagana, presidente do Instituto de Economia Aplicada e Sociedade (Ideas) e encarregado da implantação do Mercosul que faz duras críticas sobre a relação entre Brasil e Argentina: *“aponta as divergências de orientação na política econômica entre os dois países como um dos obstáculos para o Mercosul e teme que se chegue apenas a uma união aduaneira[...]”*. Já um diplomata brasileiro não identificado na matéria, fala que as exportações argentinas caíram no mundo inteiro, mas no Brasil teve crescimento de 11%, e a única grande obra realizada na Argentina está sendo feita com financiamento brasileiro. Apesar das divergências de orientação política econômica entre Brasil e Argentina, nota-se a intenção de integração dos países do Cone Sul, principalmente em relação às exportações entre Brasil e Argentina.

O discurso da mídia, embora ambíguo, parece tentar convergir (centrípeto) para a integração regional e para uma matriz da americanidade. Fica, entretanto, claro o esforço da mídia para manter uma visão otimista do Mercosul.

6.2.1.6 Mercosul causa baixa na equipe de Menem

Autor: José Negreiros
 Origem: Buenos Aires
 O Globo: 10/12/91
 2 colunas e 4 parágrafos
 Tema

O diretor Nacional de Integração do Ministério das Relações Exteriores da Argentina, Felix Pena, pediu demissão em virtude de desentendimentos com seu chefe, Alieto Guadagni, Subsecretário de Relações Internacionais. A demissão de Pena é só mais um sintoma dos vários problemas institucionais que o Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) enfrenta para começar a funcionar integralmente em 1995.

O título retrata bem os entraves do Mercosul descritos na matéria. Existe certa ambigüidade no texto do correspondente brasileiro. Ele começa descrevendo os problemas institucionais que vêm se acumulando dentro do Mercosul, como por exemplo, a demissão do diretor Nacional de Integração do Ministério das Relações Exteriores da Argentina, Felix Pena. Mas no final da matéria, ele fala de uma possível zona de livre comércio no Cone Sul que, conseqüentemente, seria muito importante para os países do Cone Sul. “*Se esses entraves não forem resolvidos, é possível até que os quatro países instalem uma zona de livre comercio*”. Esse formato adotado pelo correspondente ou pelo jornal acaba confundindo o leitor.

Apesar de o Mercosul refletir um esforço comum pela integração regional, os entraves são muitos e atrapalham essa aproximação, e não seria diferente naquele momento em que as negociações estavam apenas começando. Apesar disso, já se observava um grande entusiasmo das autoridades com o processo que se iniciava. “[...] *É possível até que os quatro países instalem uma zona de livre comercio*”. O jornalista brasileiro retrata os problemas institucionais do Mercosul. Ele não demonstra, entretanto, qualquer entusiasmo com o Mercosul. Sua posição é pragmática: “*A conclusão de um seminário sobre integração realizado aqui, na semana passada, foi a de que os problemas institucionais começam a se acumular e, no momento, o Mercosul se mantém graças ao discurso dos diplomatas dos quatro países – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai*”.

O jornalista parece estar cumprindo seu dever, ao registrar o desenvolvimento do Mercosul, embora seu discurso pareça ambíguo, cético ou parafrástico dos discursos **centrífgos** correntes. A mídia dá destaque para os entraves, deixando a impressão, referenciada em experiências de acordos passados, de que o futuro do Mercosul é incerto.

6.2.1.7 Argentina vai liberar a importação de carros

Autor: José Negreiros
 Origem: Buenos Aires
 O Globo: 22/01/92
 3 colunas e 4 parágrafos
 Tema:

As empresas brasileiras montadoras de automóveis ganharão uma grande oportunidade para sair da recessão, desde que disponham

de preços acessíveis para carros médios e uma estratégia de marketing mínima para o Mercosul. Trata-se da abertura total do mercado argentino estimulada pelo Ministro da Economia, Domingo Cavallo, com o objetivo de incrementar a concorrência e assim neutralizar os aumentos de até 15% neste início de ano [...]. Os argentinos poderão importar a quantidade que quiserem no caso de produtos com características idênticas aos fabricados [...].

A matéria descreve a intenção da Argentina de liberar a importação de carros. Anuncia a oportunidade. Tem o sentido de estimular as empresas brasileiras de automóveis a exportar para a Argentina. O jornalista parece surpreso com o que começa a acontecer e aborda a questão como uma oportunidade para a indústria automobilística brasileira sair da recessão. O jornalista parece surpreso com o que está vendo naquele momento. Eram os primeiros sinais operacionais do acordo do Mercosul. “*As empresas brasileiras montadoras de automóveis ganharão uma grande oportunidade para sair da recessão, desde que disponham de preços acessíveis para carros médios e uma estratégia de marketing mínima para o Mercosul[...]*”.

O jornalista brasileiro não assume o seu lugar de fala como correspondente, analista da questão, é apenas um noticiarista parafrástico. A visão de Negreiros, um jornalista experiente na área diplomática, está ainda muito cética com relação ao acordo comercial, envolvendo Argentina e Brasil. E para a Argentina, “*Trata-se da abertura total do mercado argentino estimulada pelo Ministro da Economia, Domingo Cavallo, com o objetivo de incrementar a concorrência e assim neutralizar os aumentos de até 15% neste início de ano[...]*”. É forte a presença do discurso oficial argentino na matéria do jornalista. O assunto é tratado em Buenos Aires pela chancelaria e pelo próprio ministro da Economia, Domingo Cavallo.

Trata-se de um registro importante sobre a entrada em vigor do desmonte tarifário na região do Mercosul, após a assinatura do Tratado de Assunção. O início da liberdade comercial pelo setor automobilístico vai merecer críticas conjunturais de que se tratava de um acordo entre montadoras instaladas na região que, por outro lado, foi uma sinalização importante para criar uma vertente de entendimentos em outros segmentos. A matéria do jornalista não compromete; portanto, pode ser vista de uma perspectiva **centrípeta**. Não era fácil enxergar o futuro, mesmo porque não havia nada que pudesse ser comparado. O Nafta e a UE estavam também começando.

6.2.2 Autoridades de Governo

6.2.2.1 Nova fronteira com o Mercosul

Autoridade: Embaixador, representante permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), em Montevidéu

Estado de São Paulo 28/4/1991

2 colunas e 9 parágrafos

Tema:

“Acompanhando recente tendência de conformação dos agrupamentos comerciais, os governos do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai decidiram constituir o Mercado Comum do Sul até 31 de dezembro de 1994. Isso implicará a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, a definição de uma tarefa externa comum, a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais e a harmonização de legislações internas. A agenda de negociações é ambiciosa e significou uma completa modificação de filosofia quanto às tentativas anteriores de integração regional [...] já existem interesses comerciais facilitados pela própria continuidade geográfica e conhecimento recíproco [...]. As perspectivas que se abrem para o setor privado nacional são importantes. O êxito do Mercado Comum vai depender, em grande medida, do engajamento dos operadores econômicos. As crescentes dificuldades de acesso aos mercados desenvolvidos e a competição que os produtos nacionais passarão a enfrentar, no curto prazo, na América Latina, pelas melhores condições de financiamento, de preço e de qualidade por parte do Japão, Coréia, EUA e mesmo México, entre outros, estão indicando a convivência de ser dada uma especial atenção para o mercado regional, em particular ao Cone Sul [...]”. “O Mercosul amplia nosso mercado interno e oferece oportunidade sobretudo às pequenas empresas de se expandir e às medidas de dar um salto qualitativo tornando-se bi ou multinacionais na região.

O artigo de Rubens A. Barbosa destaca a decisão do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai constituírem o Mercado Comum do Sul para 31 de dezembro de 1994. O embaixador se mostra otimista com o acordo. Ele analisa que o acordo do Mercosul será amplamente favorável ao setor privado. *“As perspectivas que se abrem para o setor privado nacional são importantes”*. Acredita, ainda, que uma maior relação comercial entre os países do Cone Sul será a solução.

As crescentes dificuldades de acesso aos mercados desenvolvidos e a competição que os produtos nacionais passarão a enfrentar, no curto prazo, na América Latina, pelas melhores condições de financiamento, de preço e de qualidade por parte do Japão, Coréia, EUA e mesmo México, entre outros, estão indicando a convivência de ser dada uma especial atenção para o mercado regional, em particular ao Cone Sul [...].

Barbosa mostra-se, portanto, favorável ao Mercosul. É um defensor e, ao mesmo tempo, um ator da integração. Trata a questão sempre de uma perspectiva otimista. *“O Mercosul amplia nosso mercado interno e oferece oportunidade sobretudo às pequenas empresas de se expandir e às medidas de dar um salto qualitativo tornando-se bi ou*

multinacionais na região”. E ele ainda aponta soluções para superar alguns entraves na área comercial.

A desinformação e o descrédito que os empresários privados, com significativas exceções, demonstram em relação às oportunidades comerciais na América Latina, nos últimos 30 anos, devem ser superados para permitir um renovado esforço pela conquista desses mercados e pela identificação de produtos de importação da área.

O embaixador, Rubens A. Barbosa, posiciona-se claramente a favor do Mercosul e torce pela integração regional. A importância da opinião de Barbosa começa no fato de ser ele o representante brasileiro na Aladi, o que significa ser um diplomata envolvido nas questões da integração da América Latina..

O jornal O Estado de São Paulo oscila entre o apoio irrestrito ao Mercosul, veiculando matérias favoráveis e as dúvidas dos seus leitores credenciados. Contribuí para manter aberta a discussão sobre o processo de integração regional, deixando para eles o poder de discernimento. O fato de publicar muitas matérias e artigos sobre o tema já se constitui numa grande contribuição ao debate público em todas as esferas da sociedade nacional e, sobretudo, a paulista, a primeira envolvida diretamente com os acordos do Mercosul. Portanto, o texto de Barbosa apresenta um sentido **centrípeto** e converge para uma matriz de americanidade.

6.2.2.2 *Quatro mais um igual a dois*

Autor: Hector Groos Espiell

Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, presidente do Comitê de Negociações Comerciais de nível ministerial do GATT

OESP – 19.06.91

2 colunas, 15 parágrafos

Foto: bico de pena

Tema:

O artigo consiste numa apologia ao acordo sobre comércio e investimentos assinado neste dia (19.06.07), em Washington, pelos governos do EUA e dos quatro países membros do Mercosul, dentro da Iniciativa para as Américas (1990):

Será a primeira vez que os Estados Unidos – que em 1990 delinearão, com a Iniciativa das Américas, do presidente George Bush, uma nova orientação de trabalho com os países da América Latina – assinam um convênio deste tipo com um grupo de países. Até a poucos meses, algo semelhante pareceria inverossímil, já que

tradicionalmente os Estados Unidos preferiam percorrer a trilha dos convênios de caráter bilateral na área do comércio esteio.

*O chamado **Quatro mais Um** – pelos países do Mercosul e Estados Unidos, respectivamente – é justamente um **acordo transgressor** do velho modelo e se inscreve no marco de uma nova relação entre Estados Unidos e América Latina. O processo de negociação do Quatro mais Um vem sendo intenso e não tem deixado de experimentar as marchas e contramarchas habituais nesse tipo de convênio.*

Mas não só do ponto de vista formal o tratado é inovador: seu conteúdo é muito mais completo, com aspectos distintos e muito positivos, que os acordos bilaterais nessa área assinados nos últimos meses pelos Estados Unidos e outros países latino-americanos.

[...] algo semelhante, pode-se afirmar, à representação feita em abril pelos quatro ministros das Relações Exteriores do Mercosul na Comissão da Comunidade Européia [...].

[..]} não se firmará um simples acordo de livre comércio, como algumas versões da imprensa assinalaram. Mas um convênio que, por meio de um conselho consultivo, fomentara o livre comércio e investimentos e que talvez possa ser considerado o ponto inicial para um futuro acordo desse caráter.

O convênio está imbuído de um espírito integracionista recíproco dos cinco países, que, por um lado, se reflete na vontade política que o grupo sul-americano tem em relação à Iniciativa para as Américas e, por outro lado, no apoio norte-americano à gestação do Mercosul.

[...] a primeira reunião do conselho será realizada em breve nos Estados Unidos [...].

O Quatro mais Um é uma realidade. Inicia-se agora um processo pelo qual os Estados Unidos e os quatro países do Mercosul poderão somar duas forças que cooperarão para o desenvolvimento equilibrado das Américas[...].

O discurso do ministro uruguaio, um dos signatários do documento, é o discurso dominante. O enunciado – “O Quatro mais Um é uma realidade” – é apresentado como um significativo, obra feita e acabada, idéia que os EUA querem passar. Todos os argumentos conduzem a essa tentativa de criar uma representação para o processo de integração regional. Para sustentar o enunciado, ele cria uma metáfora, que é a do “acordo transgressor”, para mostra que com o Quatro mais Um os EUA estão abrindo mão da sua estratégia para a América Latina, que sempre foi de negociar bilateralmente com os países.

Considera, por isso, um privilégio a assinatura de um documento em bloco com os EUA, que segundo ele, é a primeira vez que os EUA assinam um convênio desse tipo com um grupo de países. A linguagem usada pelo ministro uruguaio ajuda a materializar ideologicamente o acordo. O acordo é apresentado como “inovador”, “transgressor” e como instrumento que vai resolver os problemas dos subsídios agrícolas mantidos pelos EUA para os seus agricultores.

O artigo do ministro uruguaio parece contraditório, já que, ao mesmo tempo em que afirma que o acordo é um dos instrumentos mais importantes assinado entre os EUA e países da América Latina, ao comentar a sua configuração e operacionalidade; por outro lado, não encontra palavras precisas para impedir que seu discurso transpareça a desconfiança dos signatários com a efetividade do acordo

No mesmo texto, escrito e publicado no Estadão, admite que “*chegou-se a especular sobre as divergências entre os próprios integrantes do Mercosul[...]*”, mas evita se estender no assunto. Ele responde também com evasivas sobre o terceiro ponto do acordo, que é a sua operacionalidade. Para ele, o acordo será gerido por um Conselho Consultivo, composto de representantes dos cinco países, com a responsabilidade de construir a “*abertura de mercado dos países do Mercosul e dos Estados Unidos [...] ao mesmo tempo em que vigiará a marcha do comércio e dos investimentos entre as partes*”. Esta última frase parece revelar, de fato, o interesse demonstrado pelos EUA sobre o acordo de Assunção. O ministro parece também não querer dizer ou não ter a menor idéia de como o acordo vai ser deslanchado. “[...] *a primeira reunião do conselho será realizada em breve nos Estados Unidos*”. Mas, não disse quando, onde, nem com que finalidade.

Ora, no mês de abril de 1991, o Mercosul fez uma representação à Comunidade Européia, comunicando da assinatura do acordo de Assunção e sobre a criação de um bloco de países no Cone Sul da América – Mercosul. Era um “momento crucial e de incertezas” de formação de blocos regionais, inclusive o bloco europeu, e um necessitava do reconhecimento do outro. O Mercosul foi buscar essa legitimação na Comunidade Européia, assim como nos Estados Unidos, que respondeu com dois instrumentos : a criação do Nafta, reunindo-se em bloco com o Canadá e o México, deixando aos demais países da América Latina a opção de agregar-se ao novo bloco na América, ou realizar acordos bilaterais com os EUA no âmbito da Iniciativa das Américas, um programa criado pelos EUA para dar uma satisfação ao continente sobre a desatenção com os latino-americanos, fragilizados devido à dívida externa, e a concentração de interesses no novo bloco europeu. Além disso, os EUA não queriam que o bloco do Mercosul recebesse o reconhecimento do bloco europeu antes dele, porque seria uma espécie de quebra de hegemonia. Daí o acordo, que alguns interpretaram como uma homenagem ao presidente Collor do Brasil, mas que, no fundo, dava tempo aos EUA de se estruturar no bloco do Nafta para competir com os europeus, inclusive e, sobretudo, na América Latina. Aparentemente, todos os ministros de relações exteriores sabiam disso, mas não podiam perder a oportunidade de conseguir o primeiro reconhecimento para o bloco do Mercosul, ao mesmo tempo em que arriscavam um acordo que, de algum modo, poderia dar certo.

A criação do Mercosul deve ter causado um impacto muito grande no meio diplomático norte-americano, não apenas porque reunia quatro países e , com eles, as duas mais fortes economias da América do Sul, mas por causa da constituição de um bloco que ameaçava atrair ainda a economia chilena, e significava o enfraquecimento da influência

política dos EUA na região.

O artigo do ministro uruguaio, por melhor que tenha sido a sua intenção revela, em seu enunciado um discurso polissêmico e divergente, ao traçar interdiscursivamente um panorama totalmente diferente do que está descrito no seu texto, cujo último parágrafo procura até tirar o foco de interesse sobre o Mercosul como um vetor da integração, e da própria americanidade. Há um momento em que ele considera mérito do bloco conseguir vantagens comerciais que os demais países da América Latina que assinaram acordos bilaterais não conseguiram. “*O Quatro mais Um é uma realidade. Inicia-se agora um processo pelo qual os Estados Unidos e os quatro países do Mercosul poderão somar duas forças que cooperarão para o desenvolvimento equilibrado das Américas*”. Trata-se de um discurso **centrífugo**.

6.2.2.3. Novo alfabeto do poder

Artigo

Luís Alberto Lacalle Herrera

Presidente da República do Uruguai

OESP – 10.09.91

2 colunas 11 parágrafos ilustração foto bico de pena

Tema:

O dia 31 de dezembro de 1995 colocará o Uruguai dentro de um enorme mercado de consumidores e clientes potenciais [...] Vivemos um período fascinante, em que as novas realidades internacionais se apóiam em cifras que significam coisas tão diferentes que teremos de aprender a pronunciar as letras desse novo alfabeto do poder, se tivermos a pretensão de saber para onde vai o mundo.

O texto está contido num artigo do presidente do Uruguai, Luis Alberto Lacalle, publicado pelo jornal O Estado de São Paulo, preocupado com as novas tendências do comércio mundial – ante o fracasso da Rodada do Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e da Aladi - de formação de blocos como: Comunidade Européia, “Merconorte” e Mercosul, e como “[...] se refletem sobre nossas terras, produzindo modificações importantes [...]].

Lacalle mostra-se animado com o acordo do Mercosul, mas adverte que “[...] durante muito tempo se praticou em nossos países uma espécie de **idealismo abstrato** ou de pensamento **girando no vazio**”. Destaca a “notória primazia do econômico e comercial” e, citando o exemplo do Japão, que se tornou uma potência mundial, e prenuncia novas formas de poder, [...] “penso num fenômeno atual, que é a empresa como expressão política [...]” “A responsabilidade política dos empresários converteu a empresa em uma parte da equação política [...]”.

Manifesta sua crença no Mercosul porque “[...] *desta vez se fez uma clara leitura dos mapas e uma exata quantificação geopolítica [...] O Mercosul é filho da racionalidade política, e tem duas faces: interna e externa [...]*”. A externa está a cargo do mundo diplomático e dos ministros da área econômica, e a interna, diz, é a mobilização de empresários e trabalhadores empenhados na reconversão do país. “*Talvez o Mercosul represente a possibilidade de realizar nossos desejos e esperanças*” observa Lacalle.

O presidente do Uruguai parece encantado com a proposta do Mercosul, formulada pela Argentina e pelo Brasil, a qual seu país aderiu de imediato, ao visualizar a perspectiva de abertura para os empreendedores uruguaios de um mercado representado por quase 160 milhões de consumidores. Não considera ainda a possibilidade de o Uruguai ser invadido pelos produtos estrangeiros.

Sua visão é otimista, fascinado que está pelas grandes transformações que estão ocorrendo naquele momento no mundo, como o fim da Guerra Fria, a queda do Muro de Berlim, a formação dos blocos econômicos. O Mercosul dá aos uruguaios a possibilidade de se verem inseridos nesse processo de transformações. No seu entusiasmo diz: “[...] *quando a atividade pública deixa de ser o transitório exercício do poder, para se transformar em vocação vital*”. Entende ele que todo processo de integração formatado até a criação do Mercosul não passou de um “*idealismo abstrato*” e ficou “*girando no vazio*”.

O Mercosul é feito de racionalidade política e de uma clara leitura do mapa geopolítico. Para ele não há possibilidade de o Mercosul fracassar, primeiro devido à sua base econômica, que engloba empresários e trabalhadores – defende até que os empresários deveriam fazer política – e , segundo, porque a sua organização de desenvolvimento ocorrerá com o envolvimento dos ministros da economia e o mundo diplomático.

O Mercosul tirou o Uruguai de um período de isolamento e decadência econômica. Considerado no passado como a Suíça americana, o país saiu devastado do período das ditaduras e passou a ser conhecido como destino do dinheiro sujo, o que, na realidade, referia-se à facilidade legal para o ingresso de dinheiro e para a abertura de conta bancária. Quando os dois maiores países da América assinaram um tratado visando, num futuro próximo, a um mercado comum, as autoridades e empresários uruguaios preocuparam-se de como iriam sobreviver a um quase massacre comercial. Nesse momento, registrava-se também uma grande emigração de uruguaios, sobretudo para a Austrália e para o Brasil, e a auto estima estava baixíssima. O retorno à democracia foi festejado pelos uruguaios, mas o país não conseguia formular uma proposta de desenvolvimento compatível com as expectativas da população.

O discurso do presidente do Uruguai parece totalmente inserido no campo **centrípeto**, convergente, portanto. Faz referência parafrástica a representações passadas e fracassadas de acordo dentro da América Latina, classificando esses projetos de “idealismo abstrato”. Enfim, o espírito de Lacalle está totalmente inserido na crença do Mercosul como um vetor de integração: “*Talvez o Mercosul represente a possibilidade de realizar nossos desejos e esperanças*”.

6.2.2.4 Mercosul : um ano de avanços

Artigo de Fernando Collor – Presidente da República Federativa do Brasil
Correio Braziliense (Caderno especial do Mercosul)
Data: 6 de junho de 1992
6 colunas e 8 parágrafos
Tema:

O Mercosul é claramente o primeiro passo de um processo que chegará a integrar todo o Continente. As conversas que mantivemos, em Las Leñas, com o presidente da Bolívia, dá testemunho irrefutável dessa tendência. [...] O Mercosul estava completando um ano e dois meses de existência. [...] O resultado desse balanço foi positivo, demonstrando que já progredimos muito e comprovando a percepção já universal de que, pouco a pouco, nosso mercado comunitário torna-se uma realidade incontrolável na geografia econômica da América Latina. [...] Estamos todos conscientes de que a iniciativa não é mais uma decisão de governo, mas um desejo manifesto de nossas cidades, que começam a perceber, na realização dos objetivos traçados, ganhos efetivos de bem-estar.

Collor foi enfático ao dizer que o sucesso do Mercosul vai implicar na “reconversão” de certos setores dos países-membros, e que “as economias precisarão adequar-se às forças de mercado” que iriam se ampliar. Insistiu ainda no “sentido modernizador” do empreendimento comum, e que “[...] o processo de integração tem o sentido de fortalecimento da paz na sub-região, relegando às prateleiras da História quaisquer rivalidades eventualmente existentes no passado”. Collor falou ainda sobre os projetos aeronáuticos e rodoviários comuns, que conduziriam os países da região à modernidade.

Em termos de propostas políticas, o governo Collor foi marcado pelo desafio da modernidade. Acabou com alguns monopólios, abriu o mercado produtor para indústrias estrangeiras e o consumidor para os produtos fabricados no exterior, com o sentido de provocar um impacto no imaginário social e nas representações nacionalistas polissêmicas da soberania. Ele procurou levar sua posição para o Mercosul e lá falou da necessidade de “reconversão” dos sistemas produtivos nos países da região: “as economias precisarão adequar-se às forças de mercado”. Os sistemas produtivos dos quatro países estavam obsoletos e estavam atrasados em relação às novas tendências técnicas, tecnológicas e econômicas do mundo naquele momento, por força de políticas protecionistas de reserva de mercado. Era um discurso forte para uma região encalacrada com o endividamento externo. Por outro lado, demonstrava sua crença no papel do Mercosul, como instrumento de fortalecimento do processo de integração regional, dizendo que o Mercosul era “o primeiro passo de um processo que chegará a integrar todo o Continente”.

Collor era um jovem presidente, talvez o mais jovem da América Latina naquele momento e do Brasil ao longo de sua história, e sentia que o país saíra da democracia para a Ditadura Militar, voltara para a democracia e, nada acontecia devido à força das formações ideológicas cristalizadas em confronto com linhas conservadoras de poder, que se sucediam

sistematicamente no Poder. Os militares trouxeram o nacionalismo, a reserva de mercado, o protecionismo; o civil que o substituiu mergulhou nas crises de ilegitimidade da sua ascensão e das suas propostas de governo, e não conseguia governar. A nova Constituição (1988) amarrou ainda mais o Estado. Collor foi buscar o potencial empresarial na opção liberal do livre mercado e das liberdades individuais apregoadas pela modernidade. Agressivo dizia: “*Nossos automóveis parecem carroças*”. E, assim, enveredou para a modernidade, reunindo um ministério composto por alguns intelectuais de vanguarda e alguns jovens intelectuais. Seu discurso encontrou eco entre empresários e entre pares no Mercosul, mas sua carreira foi curta, devido aos escândalos de que foi tomado o seu governo, levando-o à renúncia do cargo de Presidente da República.

O governo Collor reflete exatamente um momento de grande impacto no imaginário cultural da sociedade brasileira, que com o fim do protecionismo, passa a ter acesso a todo tipo de tecnologia que está circulando no mundo. O governo decreta o fim da proibição ao produto e às inovações tecnológicas. O empresariado, viciado com a proteção e os subsídios oficiais, assustou-se. Era a mudança cultural que o jornal O Globo preconizara lá atrás, num editorial, antes da assinatura do Acordo de Assunção, afirmando que o Mercosul representava a entrada gradual do continente na modernidade dos blocos econômicos regionais. Ficam muito claras a expectativa e a direção dos governos, particularmente o do Brasil, em favor de um Mercosul, portador de um processo de integração e de uma identidade comum (**centrípeta**), primeiro no Cone Sul, e , em seguida, na América do Sul. “*O Mercosul é claramente o primeiro passo de um processo que chegará a integrar todo o Continente*”. A Constituição Brasileira de 1988 havia estabelecido a necessidade do Brasil integrar-se com a América do Sul.

6.2.3 Intelectuais e consultores

6.2.3.1 Todos apóiam o Mercosul?

Autor: Alfredo da Mota Menezes

Intelectuais e Especialistas: Doutor em História pela Tulane University (EUA), é autor do livro *Do Sonho à Realidade: a integração econômica latino-americana*

Estado de São Paulo 18/04/1991

2 colunas e 10 parágrafos

Tema:

“Foi assinado em 26 de março o Tratado de Assunção, que cria a partir de 1º de janeiro de 1995 o mercado comum sub-regional, com a participação de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai [...]. São úteis e acertados os benefícios concedidos às economias menores, participantes da integração. Mas tenho dúvidas quanto à sua concretização. Parte substancial da renda nacional paraguaia, por exemplo, é proveniente da venda de produtos importados aos “turistas” que visitam o país, principalmente brasileiros. O novo tratado existe na “fixação de tarifas externas comuns”, a fim de estimular a capacidade interna de competição – o que é, em princípio, correto. O Paraguai, nesse caso, terá de adequar suas tarifas às dos outros países-membros. Mas será que a economia

paraguaia agüenta o tranco? Será que os milhares de comerciantes deixarão de exercer pressão contra? [...]. Como antes, parece que estamos atuando de cima para baixo. O principal motivo dos fracassos integracionistas anteriores foi a fricção entre as economias maiores e menores. A diferença entre as economias que se quer integrar é brutal. Ao primeiro susto dentro das economias menores, os grupos econômicos internos, com interesses feridos e de forma corporativista, se levantarão e puxarão os partidos e o homem comum, em nome do nacionalismo, e lá vamos todos recomençar o disse-me-disse de antes[...]. É fundamental, pois, conhecer certas peculiaridades dos países envolvidos. Não podemos brincar de faz-de-conta outra vez[...]. É preciso, já que o tema não vai às eleições (talvez no Paraguai), fazer um trabalho de esclarecimento da opinião pública de cada país. Mostrar aos trabalhos quais serão suas vantagens[...]. O que preocupa, porém, é a nossa maneira de fazer as coisas, de cima para baixo. Lá na frente, quem sabe, venhamos a ter os mesmos problemas do passado e percamos outra vez um dos bondes do crescimento econômico conjunto.

O artigo de Alfredo Da Mota Menezes fala do Tratado de Assunção assinado em 26 de março de 1991, que a partir de 1º de janeiro de 1995 o Mercado Comum (Mercosul) entrará em vigor. Menezes não se mostra muito empolgado com o acordo, e aponta alguns problemas que podem ocorrer com início do Mercosul. “{...} *tenho dúvidas quanto à sua concretização*”.

A matéria aborda principalmente os pontos negativos do tratado, que na época, ainda não tinha entrado em vigor. Portanto, Menezes em nada contribuiu para a concretização do Mercosul, o seu artigo pouco contribuiu para o processo de integração regional. Menezes deixa claro suas dúvidas e incertezas sobre o Mercosul. Destaca apenas os pontos negativos do acordo, em especial, a relação dos países mais ricos com os mais pobres. “*O principal motivo dos fracassos integracionistas anteriores foi a fricção entre as economias maiores e menores*”.

O título já diz tudo: *Todos apóiam o Mercosul?* No texto se comprova que ele não faz parte desse grupo, já que tem mais argumentos contrários do que tiradas positivas. O artigo de Alfredo Da Mota Menezes não contribui para uma integração regional. Seu discurso parece apresentar um sentido **centrífugo**.

6.2.3.2. *O império contra-ataca*

Autor: Luiz Fernando Furlan
 Qualificação - Diretor da Fiesp
 2 cols 16 parágrafos, foto-bico de pena
 Data: 18.05.91
 Tema:

Neste artigo, Furlan analisa a imaginário empresarial brasileiro sobre o Mercosul, pontuando algumas manifestações preconceituosas, segundo as quais

*“[...] o Mercosul não dará certo, porque **junta miséria com a pobreza**”, ou “[...] mais arrojados, acostumados a vôos altos, podem estar pensando que o Brasil terá, enfim, **mais três Estados**[...] Diz ele: “Vamos deixar a retórica de lado[...] tudo se justifica quando percebemos que a integração do Cone Sul é, agora, inevitável, por se tratar da vontade política de quatro governos, livres e eleitos democraticamente”. Para Furlan, a pergunta básica é onde investir: “No Paraná ou no Paraguai? Em Uruguai ou em Passo de Los Libres? Em Montevideu ou em Porto Alegre? Na Florida, na Rua da Praia ou na Augusta? [...] ou ainda diz, no Uruguai, onde, segundo ele, já está boa parte do dinheiro brasileiro.*

Representante da maior federação industrial brasileira (Fiesp), Furlan acredita e torce pelo Mercosul, mas reflete também em seu artigo o ceticismo de boa parte do empresariado brasileiro em relação ao organismo. Adverte, contudo, sobre mudanças na política cambial brasileira até 1994, que obrigará a todos refazer o fluxo de caixa.

O título do artigo não corresponde muito ao seu conteúdo, a exceção é feita logo no *lead*, no qual Furlan fala dos acordos bilaterais dos EUA com alguns países da América, inviabilizando a sua adesão ao Mercosul. O artigo é convergente, centrípeto, tentando conscientizar e mobilizar o empresário paulista para juntar-se ao Mercosul. Faz advertências e críticas ao discurso cético, metafórico - “junta pobreza com miséria”. Mostra ainda a arrogância do empresariado brasileiro, ao ressuscitar, interdiscursivamente, fatos como a Confederação Cisplatina ou a República dos Guaranis - “Mas a física nos ensina que a ação e a reação caminham juntas. Nesse caso, Argentina, Uruguai e Paraguai teriam a agregação de mais de 150 milhões de pessoas e um notável mercado consumidor interno.” Portanto, diz, “Vamos deixar a retórica de lado”, porque na hora do dilúvio a barca pode não estar pronta.

A notícia parece advertir o leitor para um discurso centrífugo, dispersivo e até chantagista em relação ao Mercosul. Com o artigo de Furlan, em um jornal como o OESP, cuja base de sustentação tem vindo da agricultura, portanto, conservadora, inicia-se um processo de mudanças paradigmáticas, tendo como vetor o Mercosul, em que, segundo Antonio de Angelis, - outro empresário que escreveu sobre o futuro do bloco, classificando - o de “o reencontro” da América com a própria América - “o sonho está apenas começando”. Mas, nesse mesmo período, podem ser encontradas manifestações de lideranças empresariais brasileiras resistentes às mudanças bruscas como as sinalizadas como a criação do Mercosul, e que defendem ainda um caminho capitaneado pelos Estados Unidos. O artigo procura reposicionar o Mercosul no seu papel de vetor da integração, portanto, situado dentro de um eixo histórico **centrípeto** convergente para a americanidade.

6.2.3.3 Perspectivas do Mercosul

Autor: Antonio de Angelis

Qualificação: Presidente Price Waterhouse para a América do Sul

Jornal: OESP 04.08.91

Espaço: 2 colunas 7 parágrafos, foto em bico de pena.

Tema:

O artigo de Angelis tem também um caráter convergente e, ao preconizar o êxito do Mercosul, prevê que ele vai desembocar na integração da América do Sul:

A assinatura do recente Acordo de Integração e Cooperação Econômica, pelos governos do Brasil, Paraguai e Argentina torna um antigo adágio sul-americano – “o destino da glória da América está no seu reencontro com a própria América [...] o sonho está só começando [...] o despertar será melhor ainda”.

Diz ainda que:

[...] a criação de um novo bloco comercial, com expressiva potencialidade e enorme capacidade de multiplicação do seu mercado consumidor. São 435 milhões de habitantes, com renda média anual per capita quase chegando a US\$ 2 mil, em um continente em que quase tudo ainda está por ser feito, o que nos permite ousar a afirmação de que a verdadeira conquista do Oeste ainda está para ser feita no Sul [...]. Esse namoro ainda tímido da América do Sul é mais do que uma resposta aos bruscos movimentos de integração competitiva em torno de blocos econômicos feitos pelos países centrais [...].

A Price Waterhouse é uma empresa de consultoria, uma espécie de *think tank* da América, operando na análise de conjuntura e na reengenharia empresarial. Seu primeiro escritório na América do Sul foi em Buenos Aires, em 1913. Dispõe de uma rede regional de 46 escritórios em 16 países. Trata-se, portanto, de uma empresa que conhece bem a história e o desenvolvimento da América do Sul, bem como as relações do continente com os demais países do mundo.

De Angelis, que é de origem argentina, mantém uma estreita relação com o empresariado e com os negócios brasileiros, e conhece bem os interesses que fundamentam a prática discursiva desses empreendedores, nem sempre tão afoitos quando diante de paradigmas novos. Por isso, ele – e não o jornal – escolheu o Estado de São Paulo para publicar seu artigo, que é um jornal para o qual convergem as permanências culturais da sociedade paulista.

O texto de Angelis é escrito numa linguagem que causaria entusiasmo aos próceres do romantismo – “A enorme *solidão sul-americana*” ou “[...] o *reencontro com a própria América*.”. Cheio de metáforas, talvez na intenção de facilitar aos leitores do

“Estadão”, em geral empresários e empreendedores mais conservadores, estabelecer analogias com outras situações e contextos:

Afinal, a Europa já costurou os últimos detalhes para se tornar um mercado unificado a partir de 1992; os EUA caminham na direção de acordos de comércio privilegiado, a exemplo do realizado com o Canadá e com países de sua região de influência fronteiriça, e o Japão segue para a consolidação de um grande cinturão de prosperidade em todo do Pacífico, abrangendo os “tigres asiáticos” e o “quase continente australiano”.

O jornal não deu destaque especial ao artigo, mas parece ter aberto internamente um espaço de discussão sobre o Mercosul, já que passou a publicar muitos artigos de intelectuais, empresários e sindicalistas sobre o tema. Em fase ainda de constituição, e início de estruturação dos grupos de trabalho, o Mercosul não comportava uma cobertura jornalística regular com correspondentes fixos em qualquer um dos países membros. Respeitadas as regras do bom texto, da objetividade, da atualidade e do interesse público, o jornal tornou-se um espaço polifônico em torno do Mercosul, levando as novas teses para o seu grande público leitor.

Nos meses seguintes à criação do Mercosul, são desenvolvidas duas atividades pontuais dentro da perspectiva daquelas duas componentes da americanidade: a de articular a estrutura e o espaço para o diálogo entre interesses econômicos; e a outra, de desenvolvimento de estratégias para introdução de novas representações sociais, já que o imaginário das populações continuava povoado das chamadas “frustrações estéreis”. *“Não se trata de uma nova versão da idéia de um ‘cartel dos devedores’ ou de uma ‘rebelião da periferia’, mas um pacto em torno de interesses óbvios e complementares, que, na realidade está sendo feito com atraso de décadas.”* Esse discurso de Angelis, eminentemente cultural, embora dirigido à área econômica, e reproduzido em conferências, seminários, mesas redondas, vai começar a emular um novo imaginário no meio dos segmentos produtivos empresariais e trabalhistas de São Paulo, com efeitos significativos na comunidade universitária, da qual vão sair algumas importantes reflexões sobre o Mercosul.

A primeira consideração a ser feita está no fato de o jornal, o OESP, como um instrumento de comunicação inventado pela burguesia, ser o jornal preferido pelos segmentos agropecuários paulistas. O Estadão funciona, portanto, como um canal pedagógico de convergência identitária das camadas sociais mais conservadoras, ou seja, aquele que tem seu imaginário focado na cultura da terra ou na cultura que vem da terra, como se pode observar no seu Caderno Agrícola, um dos mais antigos do Brasil. As transformações no campo passam pelo jornal.

Nesse grupo de produtores rurais, não se distingue bem o que mantém negócios apenas na agropecuária ou em outros segmentos – indústria, comércio ou serviços – porque, de acordo com o Plano Nacional de Reforma Agrária, editado pelo Ministério da Reforma Agrária, em 1985/86, os empresários paulistas têm quatro vezes mais terras fora de São Paulo do que dentro do estado. Importa dizer que, em termos de relações de poder, conforme

indaga Fairclough, o discurso desses empresários está todo o tempo emulando a sua matriz ideológica de produção de sentido delimitadora da extensão das lutas sociais e, assim, assegurando um tipo de “concorrência predatória” que favorece os países do Hemisfério Norte, com a sua “**conjugação perversa** de iniciativas protecionistas” e que, de acordo com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus (apud de Angelis), deixa de transferir US\$ 50 bilhões anualmente para a América do Sul.

São essas “permanências”, base de sustentação de um imaginário social, e que o grupo de jovens empresários paulistas tenta quebrar, acenando com as novas representações fundadas na “redescoberta da América”, na integração, na aproximação, no estreitamento de relações dos países sul-americanos entre si. Na medida em que vier a funcionar regularmente, o Mercosul tende a se transformar num lugar de fala dos países e das classes sociais empenhadas no processo de integração, caminhando assim para o fortalecimento da auto-estima fundada na origem americana.

O empresário chama a atenção para o fato de que “*A criação do Mercosul, vista por esse contexto, é ainda uma ínfima iniciativa diante dos desafios que a América do Sul enfrentará nos foros multilaterais para regularização do comércio global*”. Refere-se ele, parafrasticamente, às negociações do GATT (Acordo Geral de Tarifas), nas quais o países centrais [...] “*enquanto defendem a abertura irrestrita dos mercados nos países em desenvolvimento, se voltam para si próprios, ampliando o protecionismo nas relações de troca com a periferia*”.

O texto do empresário parece criativo, inovador e regenerador. Ao caminhar nessa direção, ele termina por mostrar a possibilidade da quebra de um imaginário social, alimentado, como disse Alfonsin, por “frustrações estéreis”, à busca de uma integração efetiva e de uma identidade comum na América do Sul, dentro de um ambiente cultural **centrípeto**, em transformação.

6.2.3.4 Tornar real o Mercosul

Artigo assinado

Autor: Luis Eulálio Bueno Vidigal

Presidente da Seção Brasileira do Conselho Empresarial Brasil-EUA

OESP 07.08.91

2 colunas 7 parágrafos foto: bico de pena

Tema:

As barreiras entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai estão com os dias contados. Até 1995 será liberada a circulação de bens e mercadorias entre os quatro países que assinaram o Tratado de Assunção, que criou o Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul).[...] Independentemente das limitações que os países do Mercosul têm internamente, alguns avanços já estão concretizados. Um deles foi a assinatura do acordo com os EUA, que prevê a redução de

taxas alfandegárias para produtos latino-americanos no país, sem exigir reciprocidade automática. Este é o sinal mais consistente da tão esperada redução do protecionismo americano. [...] Taticamente, o acordo também é importante porque os EUA lideram um dos três blocos que dominarão a economia mundial neste final de século. [...] Os membros do Mercosul não podem prescindir de um parceiro econômico capaz de ser um sócio no desenvolvimento[...].

Luís Eulálio tem uma linguagem fácil e forte ao mesmo tempo, usando, com frequência, metáforas, como forma de comunicar-se por analogia com seus pares. Assim, no texto dele estão colocadas expressões como: “[...] *nossos vizinhos saíram na frente* [...],” ou década perdida, ou ainda “onda de privatizações”. Com esse formato, ele atrai a atenção para o seu discurso. As metáforas funcionam como uma codificação do discurso liberal que defende a livre iniciativa e redução da presença do Estado na economia. Embora busquem sempre privilégios (condições fiscais favoráveis para desenvolver seus projetos), o empresário privado teme pelos acordos firmados pelo Executivo, em geral muito autônomo, em razão de que muitos desses documentos morrem nos porões do próprio Itamaraty.

Pessoas como Luís Eulálio, Furlan ou de Angelis não precisam ser acionadas pelos jornais para manifestarem suas opiniões sobre determinados assuntos emergentes. Elas estão atentas ao que está acontecendo e procuram utilizar os instrumentos de que dispõem para expressar publicamente as idéias que sustentam o modelo econômico ou social. Então, elas escrevem os artigos e os enviam a uma editoria interna chamada “Editoria de Opinião”, que é um espaço exclusivo para manifestações pessoais públicas. Foi o que aconteceu.

Proprietário de uma importante indústria de autopeças, Luís Eulálio sempre foi um empresário proativo, ligado às questões corporativas patronais, e, por isso, sempre se dedicou à análise das tendências da economia: “[...] *os dados da OCDE apontam para uma reativação da economia nos países industrializados no segundo semestre deste ano*”. Seus pensamentos têm muitos seguidores entre o empresariado brasileiro e, sobretudo, paulista. Sempre foi considerada uma presença obrigatória em quaisquer negociações governamental ou empresarial do Brasil, tanto interna quanto externamente.

Em que pese seu pensamento liberalizante, Luís Eulálio criticou o programa de privatização do governo, dizendo que “[...] *o erro, para muitos, está na escolha do primeiro alvo: uma siderúrgica do peso da Usiminas, que implica alterações sociais profundas no Vale do Aço.*” Como negociador de dissídios e direitos trabalhistas coletivos, sua fala constitui-se, parafrasticamente, numa preocupação com a possibilidade de que a privatização da Usiminas pudesse sacudir os metalúrgicos de todo o Brasil. Trata-se de um receio natural dentro do regime liberal de desestabilização da sociedade.

Ao publicar seu artigo no jornal O Estado de São Paulo, Luís Eulálio procura expedir duas diretrizes interpretativas para a reflexão dos seus pares: a primeira, diz respeito à preocupação dentro do Mercosul com a agilidade e, quem sabe, esperteza dos parceiros – “[...] *nossos vizinhos saíram na frente, fixando tarifas mais baixas do que as brasileiras para atrair os investimentos*”. Sua interpretação resulta das representações contidas no imaginário

do brasileiro em relação aos argentinos. Importa dizer que Luís Eulálio faz parte de um grupo de céticos que estão “pagando para ver” que fim terão o Mercosul. Sabendo que tem de ser feita alguma coisa, recomenda a modernização do industrial brasileiro e, certo da competitividade brasileira dentro da região, defende o livre mercado. Outro ponto, e que reflete o espírito conservador do empresário e os seguidores da mesma linha de pensamento, é o fato de que *“Taticamente, o acordo (Mercosul) também é importante porque os EUA lideram um dos três blocos que dominarão a economia mundial neste final de século. [...] Os membros do Mercosul não podem prescindir de um parceiro econômico capaz de ser um sócio no desenvolvimento[.]”*.

No entendimento do empresário, que parece temer mudanças tão paradigmáticas, um dos importantes avanços conseguidos até então pelo bloco foi a assinatura do acordo com os EUA (Iniciativa das Américas), sobre o qual pairam muitas dúvidas. O artigo assinado é um tipo de opinião que, no caso do também ex-presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), funciona como um comunicado, ou um posicionamento, que reflete um imaginário estabelecido, segundo o qual os EUA são ainda os nossos melhores parceiros, e que eles podem ajudar o Mercosul a se desenvolver.

Todas essas diferenças, tanto em relação à América Latina e aos Estados Unidos, quanto entre Brasil e Argentina e até com outros vizinhos como Uruguai e Paraguai que geraram práticas discursivas e tiveram representações próprias, ganhando a cotidianidade, inspirando uma cultura e instalando um imaginário popular de estranhamento que, até então, tem contribuído para um distanciamento – movimento centrífugo – entre as populações da região. Daí a importância do Mercosul. Só depois dele, começou-se a pensar efetivamente sobre um processo de integração.

Está colocado, portanto, que o fato de o articulista ser o Luís Eulálio, presidente da seção brasileira do Conselho Empresarial Brasil-EUA, e ex-presidente da Fiesp seu artigo seja totalmente polifônico. Ele está falando por uma comunidade empresarial e até transmitindo ao governo um posicionamento dos membros dessa comunidade especialmente a paulista.

Outra questão é que ele está usando o lugar de fala da imprensa que fala para, pelo menos, 500 mil pessoas diariamente para dar conhecimento da posição do empresariado paulista (brasileiro) sobre o acordo do Mercosul, insistindo na representação de que os Estados Unidos são o melhor parceiro, e que *“[...] a assinatura do acordo com os EUA, que prevê a redução de taxas alfandegárias para produtos latino-americanos no país, sem exigir reciprocidade automática. Este é o sinal mais consistente da tão esperada redução do protecionismo americano”*. A história tem se encarregado de desmentir a representação imaginária sobre a intenção dos EUA no acordo dentro da chamada Iniciativa das Américas.

Trata-se, portanto, de um discurso normativo, disciplinador, receoso do entusiasmo das lideranças políticas envolvidas. O artigo é escrito cinco meses após a assinatura do Acordo do Mercosul. Nesse período, coube ao empresariado observar os rumos do discurso do Mercosul. O Conselho Empresarial Brasil x EUA posicionou-se também praticamente com o texto de Luís Eulálio.

O discurso contido no artigo poderia ser interpretado como de caráter **centrífugo**, em relação à visão de que o Mercosul poderia ser um vetor da integração e, por conseguinte, da americanidade, já que o imaginário que sustenta a fala de Luís Eulálio deixa a impressão de que: primeiro ele não parece convencido do êxito do acordo, apenas sabe que a economia está mudando; segundo, ele entende que o êxito do acordo deve ter uma ancoragem forte e, neste caso, posiciona-se a favor da manutenção da hegemonia norte-americana sobre os destinos do comércio e do desenvolvimento regional. A posição do empresário mostra um imaginário preso a permanências, quando a economia está se abrindo por todos os lados, e começam a ser dados sinais de novos parceiros como o Japão, a China, o sul da Ásia e a própria América Latina, sobre os quais, sua convicção não parece sólida, como em relação à vertente pró EUA.

6.3 Protocolo de Ouro Preto (1994 – 1998)

Com o Acordo do Mercosul, entra em funcionamento a União Aduaneira com uma Tarifa Externa Comum (TEC) aplicada sobre produtos importados de quaisquer países não membros do Mercosul. Brasil e Argentina apresentam um crescimento econômico mais estável. A agenda política fica, entretanto, paralisada.

Para alguns países, como o Uruguai e o Paraguai, cujas economias estavam estagnadas, o Mercosul sinalizou como uma alternativa altamente oportuna. Em todos os países ocorreram mudanças significativas nos seus sistemas produtivos de comércio e até de alcance da população, como o consumo cotidiano de produtos dos países membros, que antes sequer existiam no mercado. *“Nossas fronteiras foram transformadas de fronteiras-separação em fronteiras-cooperação”*, segundo o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Lafer, em entrevista ao correspondente de O Estado de São Paulo, Lu Aiko Otta (25.03.2001). No seu entender, fora criado um espaço de ação conjunta no plano econômico, político, cultural: *“[...] o Mercosul é o nosso mundo próximo, é o mundo de nossa vizinhança, por isso é o nosso destino”*.

A União Aduaneira, que entraria em vigor a partir de 1º de janeiro de 1995, é considerada tecnicamente “imperfeita”, já que a Tarifa Externa Comum vai se aplicar sobre cerca de 10 mil itens, que correspondem a 85 por cento dos produtos importados pelos países do grupo e não à totalidade. Os 15% restantes terão prazo variável entre seis e dez anos para se ajustarem a uma tarifa que variará de 0 a 20%. Assim, comprar qualquer produto importado em qualquer dos países membros do Mercosul não faz diferença: os preços são os mesmos.

O comércio regional, que saíra de menos de US\$ 2 bilhões, em 1991, no período de 1996 a 1998 superou a casa dos US\$ 20 bilhões. Nesse período vão ocorrer algumas inflexões externas, chamadas de “crises metafóricas”, afetando a economia de parceiros comerciais do Mercosul, como a crise de pagamentos da Rússia (Efeito Orlof); a quebra do México (Efeito Tequila), e a crise dos “Tigres Asiáticos”. Área de expansão potencial do comércio externo do Mercosul.

6.3.1 Correspondentes e enviados especiais

6.3.1.1 Presidentes ratificam acordos do Mercosul

Beatriz e Vladimir Goitia

Correspondentes (enviado especial)

O Estado de São Paulo 06.08.94

Origem: Buenos Aires

Matéria de meia página, 5 colunas, um box, uma suíte e uma foto dos cumprimentos finais.

Tema:

Depois de quase quatro anos de discussões, ajustes e até insultos, os presidentes dos quatro países membros do Mercosul encontraram-se finalmente na VI Reunião do Conselho do Mercosul para assinar os acordos de Livre Comércio e União Alfandegária entre Argentina, Carlos Menén; Brasil, Itamar Franco; Paraguai; Juan Carlos Wasmosy; e Uruguai, Luís Alberto Lacalle que entrariam em vigor no dia 1º de janeiro de 1995. A solenidade foi marcada pelas dificuldades até o “último minuto” para se estabelecer um consenso para a Tarifa Externa Comum (TEC), taxa de importação que os quatro países membros do Mercosul cobrarão de parceiros comerciais não membros do bloco regional.

Enquanto os presidentes dos quatro países ocupavam seus lugares no auditório do Banco de la Nación, em Buenos Aires, a delegação do Uruguai, na sala do lado, ainda criava dificuldades e insistia na conquista de novos benefícios tarifários.[...] O presidente do Uruguai, Luis Alberto Lacalle, não escondia a irritação com o acordo assinado mas ainda é preciso lê-lo para digeri-lo-, reagiu. O impasse foi resolvido com uma advertência das delegações do Brasil e da Argentina e pelo tom conciliador dos paraguaios. [...] Ninguém ia permitir que os uruguaios dessem uma de “Obdulho Varela”, comentou um delegado brasileiro, referindo-se ao capital do time uruguaio que venceu no grito, por 2x1, o Brasil na Copa de 50.

Em comunicado conjunto no encerramento da VI Reunião do Conselho do Mercosul, os presidentes afirmavam que “[...] a integração econômica dos quatro países a partir de 1º de janeiro é irreversível. [...] A união aduaneira possibilitará a concretização, no futuro, de um mercado comum, a exemplo do que ocorreu com os países europeus”.

Menén disse que o Mercosul é uma realidade da qual “[...] os países devem se orgulhar”. Disse mais: que se tratava de um mercado com quase 200 milhões de habitantes e com uma área de atividade economia de US\$ 800 bilhões por ano. Informou que o comércio entre os quatro países no ano anterior fora de US\$ 10 bilhões.

Itamar Franco, que acabava de assumir a presidência rotativa do Mercosul, disse que o intercâmbio entre os quatro países deveria ser maior ainda “[...] em função da

estabilidade da economia brasileira e de sua nova moeda, o real”, e que se comprometia a respeitar os prazos estabelecidos para o funcionamento da união aduaneira.

Próximo passo é o acordo com a UE

“[...] o próximo passo é a assinatura de uma carta de intenções para criar uma zona de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia”, disse o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, observando que “[...] a intenção é alcançar maior vinculação do que um mero acordo de cooperação técnica [...]”, que essa questão estava presa à consolidação do Mercosul e à definição de uma tarifa externa comum, e que as conversações começaram a tomar corpo na reunião do Grupo do Rio, em São Paulo, em abril. Falou das dificuldades naquele momento para a integração do Chile e da Bolívia ao Mercosul, enfatizando que “[...] Entretanto, um possível acordo desse tipo tem um significado especial para o Brasil em função das propostas do presidente Itamar para criar uma área de livre comércio na América Latina”.

Cantora de tango e grupo folclórico animam jantar

“Beba Vidar, uma exuberante cantora de tango com voz “caliente” e com um vestido preto, com profundas fendas laterais, animou o jantar que o presidente da Argentina, Carlos Menén, ofereceu aos presidentes [...] na noite fria de quinta-feira, véspera da assinatura do acordo.” Um grupo argentino de músicas folclóricas, Teco-Teco, “não entusiasmou os convidados”, e deixou Itamar frustrado por ter sido saudado com o tango *Caminito*, e não com uma música típica brasileira. “Itamar se comportou com absoluta discricção durante o show da cantora [...] apesar de toda a pose teatral de Beba [...]”. No dia seguinte, na entrada do Banco de la Nación, havia um conjunto que executou a *Aquarela do Brasil*. Itamar foi lá cumprimentar e agradecer ao grupo.

A assinatura dos Acordos de Livre Comércio e União Aduaneira em solenidade do Banco de La Nación, em Buenos Aires, foi cercado de simbolismo. O próprio ato de assinatura, embora fosse acontecer a qualquer momento, a instalação do Nafta, em janeiro, antecipando o Mercosul, foi encarada por alguns como uma provocação, enterrando de vez a Iniciativa das Américas, por meio da qual os EUA pretendiam, entre outras coisas, esvaziar o bloco do Sul.

Os atos assinados em Buenos foram ainda uma resposta aos campos de força centrífugos, em grande parte localizados dentro do próprio Mercosul – “tensões internas” - que, de uma forma ou de outra, tentaram minar a entrada em vigor dos acordos do Mercosul. Não se acredita que, entre os membros, o Uruguai, ao gerar uma “tensão interna”, de último momento pretendia-se promover uma divergência e, com isso, contribuir para o adiamento da assinatura dos Acordos. Desde o começo do Mercosul, o Uruguai, depois do Paraguai, tem sido um dos maiores beneficiados e entusiastas do Acordo. O comportamento dos seus representantes tem o sentido de beneficiar-se ainda mais dos prazos e dos percentuais aduaneiros. No caso de Buenos Aires, souo como uma “pequena chantagem”, já que o Mercosul precisava de fechar o acordo para iniciar uma negociação com a União Européia.

Menén tentou desanuviar o clima, oferecendo um belo jantar aos presidentes, exagerando, segundo deixa transparecer a matéria jornalística, na composição do cenário. O

pecado de não ter saudado Itamar com uma música brasileira parece ter sido maior do que o oferecimento de uma bela cantora e bailarina. Não chegou, entretanto, a comprometer, porque foi corrigido no dia seguinte, e Itamar, ao contrário de Lacalle, estava fechado com o acordo, mas deu a Itamar a oportunidade de fazer um “charme” diplomático.

O prazo para a entrada do Mercosul em funcionamento já estava definida lá atrás, em 1991. Ao longo desse tempo, as negociações sofreram muitas inflexões: não apenas entre governos, mas também entre empresários, instituições e países de fora da região. Havia problemas, mas junto com eles uma torcida e uma ação sistemática, para o fracasso do Mercosul.

O presidente da Argentina preparou um ambiente otimista e simbolicamente expressivo. Com o jantar tentou descontraír os presidentes para a assinatura dos acordos, já que havia ainda algumas pendências importantes não resolvidas, e para mostrar que o Mercosul era irreversível, e que atrás dele estariam instituições sólidas, no caso o Banco da la Nación, que atravessava um bom momento.

Faltavam cinco meses para o Mercosul entrar em operação. Não havia mais tempo para se rediscutir bases tarifárias, cujos efeitos traziam benefícios para uns e prejuízos para outro. Os acordos assinados em agosto de 1994 davam um tempo para que todos se ajustassem às condições que estavam sendo ali estabelecidas e, em si, demonstravam um entendimento efetivo conseguido na região entre os quatros países, bloco cuja formação foi questionada e até sabotada com vistas a impedir uma união de países sul-americanos, tendência aberta e reconhecida até por oposição. Havia envolvidos um PIB de US\$ 800 bilhões, um mercado de 200 milhões de consumidores, e um comércio regional naquele ano de US\$ 10 bilhões. Afora isso, a região, amplamente dominada por interesses externos, assume uma postura autônoma, criando o seu bloco, desvinculada de qualquer outro, para se posicionar no mercado internacional. Ali estava um desafio aos países membros do Mercosul e, sobretudo, países dominantes do mundo. O Mercosul possibilitaria essa integração e autonomia regional.

A ambientação cultural organizada por Menén e, silenciosamente criticada por Itamar, parecia perfeita. Não se tratava apenas de um jantar diplomático, era um momento de celebração do “orgulho” regional, totalmente **centrípeto**, conforme disse o presidente da Argentina, que, certamente, por um mero lapso não tocou uma música brasileira para Itamar. De modo que, o “charme” diplomático de Itamar pôde ser visto como uma manifestação tardia de uma “frustração estéril”, ou mesmo um comportamento inusitado típico da sua personalidade. Na realidade, ao se pensar em integração e na moleca argentina, pode-se dizer que o tango pertence ao Mercosul, pertence à América, é uma voz da americanidade.

6.3.1.2 *Ciro e Cavallo fecham acordos do Mercosul*

Autor:

JB: 10.12.94

Origem: Buenos Aires

3 colunas e 4 parágrafos

Fotos: Josemar Gonçalves

Tema:

Os ministros da Fazenda do Brasil, Ciro Gomes, e da Argentina, Domingo Cavallo, acertaram ontem os termos finais do acordo do Mercosul que deverá ser assinado na próxima semana em Ouro Preto (MG). A grande novidade foi a inclusão no acordo de uma cláusula de reintegro, pela qual a Argentina pagará uma espécie de prêmio de 10% às exportações brasileiras de bens de capital para o mercado argentino, como forma de estimular a atualização tecnológica. [...] Os dois ministros acertaram também os termos do acordo no regime automotriz. Brasil e Argentina vão manter regras próprias em relação de automóveis e autopeças fabricados fora da zona do Mercosul. [...] o ministro Cavallo convenceu a delegação brasileira sobre a necessidade de o Brasil sobretaxar em 10% as importações de trigo [...].

Na matéria cabe ao ministro Ciro Gomes a fala. Ele constrói o discurso, intercalando palavras capazes de dar um sentido ao enunciado: “*O acordo permitirá uma integração maior entre as indústrias dos dois países, com enorme ganho de eficiência nos setores automotivos.*” O formato da matéria, adotado pelo correspondente ou pelo jornal, está bem claro. A matéria descreve a intenção dos governos argentino e brasileiro de acertarem acordos no regime automotriz e também a cláusula de *reintegro*, pela qual a Argentina pagará uma espécie de prêmio de 10% às exportações brasileiras de bens de capital para o mercado argentino, como forma de estimular a atualização tecnológica.

Trata-se de uma matéria informacional. O repórter, em Buenos Aires, constrói a notícia (*newsmaking*), descrevendo a configuração do acordo entre os dois países, procurando mostrar, a partir do título, o esforço da Argentina e do Brasil para concluir pendências que possam interferir no processo de institucionalização do Mercosul. Nota-se, claramente, a intenção favorecer o imaginário em favor do processo de integração entre Brasil e Argentina dias antes do acordo de Ouro Preto (MG). Do seu lugar de fala, o jornalista brasileiro posiciona seu discurso em direção ao êxito do processo de integração. “*Os dois ministros acertaram também os termos do acordo no regime automotriz. Brasil e Argentina vão manter regras próprias em relação de automóveis e autopeças fabricados fora da zona do Mercosul.*” Talvez até como forma de atrair novos parceiros para o processo de integração, via Mercosul, a matéria mostra o diferencial no tratamento dos acordos firmados entre os países do Cone Sul em relação ao Mercado Comum Europeu.

O discurso da mídia parece tentar convergir (centrípeto) para a integração regional e para uma matriz de americanidade. Fica claro também o esforço da mídia no sentido de manter uma visão otimista quanto à chegada próxima do Mercosul, enquanto os acordos se concretizam nos países do Cone Sul. Um dos problemas que mais atormentam os produtores rurais argentinos é a prerrogativa do Brasil de poder apelar para a compra do trigo norte-americano, diante de medidas retaliatórias intempestivas adotadas pela Argentina, pois até isso, os argentinos conseguem contornar, convencendo o Brasil a sobretaxar em 10% as importações de trigo de outros países fora do Mercosul. Isso mantém a competitividade do trigo argentino dentro do Mercosul. Os eventos citados na matéria

evidenciam o papel do Mercosul como vetor da integração e, portanto, de uma convergência simbólica representacional.

6.3.1.3 Cavallo: Mercosul trará prosperidade

Autor:

Origem: Buenos Aires

O GLOBO 19.10.94

3 colunas e 5 parágrafos.

Tema:

Graças aos efeitos do Mercosul, disse ontem o ministro da Economia da Argentina, Domingo Cavallo, que o seu país chegará ao ano de 2010 entre os 20 países de mais alto nível de renda per capita do mundo, pois terá condições de manter a taxa do crescimento de 8% ao ano que passou a exibir há alguns anos.[...] O ministro disse ainda confiar em que o Mercosul- formado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai- vai trazer aumento dos investimentos [...]. Para Cavallo, o acordo teria sido muito difícil se Fernando Henrique Cardoso não tivesse ganho as eleições presidenciais no Brasil [...]. Entusiasmo ainda maior foi manifestado em Montevideu pelo presidente do Uruguai, Luís Alberto Lacalle. Segundo ele, a entrada em vigor do acordo do Mercosul, em 1º de janeiro, será ‘O acontecimento mais importante desde a independência’ dos países do Cone Sul [...]. Em Santiago, o presidente do Chile, Eduardo Frei, disse considerar ‘extraordinariamente positivo que países do Mercosul tenham chegado a um acordo’[...].

O enunciado é construído pelas falas dos presidentes da República do Uruguai, Luís Alberto Lacalle, do Chile, Eduardo Frei, os ministros da Economia da Argentina, Domingo Cavallo, e do Chile, Alvar Garcia. Todos estão de acordo quanto à importância do Mercosul. “A entrada em vigor do acordo do Mercosul, em 1º de janeiro, será o acontecimento mais importante desde a independência dos países do Cone Sul [...], disse o presidente do Uruguai. Em Santiago, o presidente do Chile, Eduardo Frei, disse considerar ‘extraordinariamente positivo que países do Mercosul tenham chegado a um acordo’[...].”

Na formatação da matéria, o correspondente e o jornal dão sentido a declarações dispersas de presidentes, refletindo a ansiedade de ambos de ver o Mercosul em funcionamento “[...] O ministro da Economia da Argentina, Domingo Cavallo disse ainda confiar em que o Mercosul vai trazer aumento dos investimentos [...]”. Ligeiramente intrometido, o ministro arrisca um palpite quase infeliz, ao afirmar que o “acordo teria sido muito difícil se Fernando Henrique Cardoso não tivesse ganho as eleições presidenciais no Brasil”. O formato da matéria, adotado pelo correspondente ou pelo jornal, descreve claramente o entusiasmo dos países do Cone Sul em relação ao Mercosul, ou seja, com sentido de integração regional. Do ponto de vista da técnica jornalística, surpreende ter o ministro no título, quando se tem falas não desprezíveis de presidentes.

Trata-se de uma matéria informacional. O repórter, em Buenos Aires, e a redação, no Rio, agregam informações de procedências diversas para dar mais corpo à matéria. A importância dada ao evento que ainda viria, mostra o otimismo das autoridades no Mercosul e a confiança no papel que desempenhará como vetor de uma convergência identitária. O jornalista aponta vários pontos positivos do Mercosul, tomando como base, as falas dos presidentes e ministros. “[...] *Entusiasmo ainda maior foi manifestado em Montevideu pelo presidente do Uruguai, Luis Alberto Lacalle. Segundo ele, a entrada em vigor do acordo do Mercosul, em 1º de janeiro, será ” acontecimento mais importante desde a independência’ dos países do Cone Sul[...]*”.

O discurso da mídia parece tentar convergir (centrípeto) para a integração regional e para uma identidade comum. Embora os ministros da Economia falem em investimentos, as falas dos presidentes são genéricas a tal ponto que deixam transparecer uma esperança ilimitada e, presente interdiscursivamente, no papel integracionista do Mercosul. A integração é considerada neste trabalho como uma matriz de americanidade.

6.3.1.4 Mercosul atrai os países do Pacto Andino

Autor: Marlise Ilhesca
Correspondente
Jornal do Brasil 30/11/1994
4 colunas e 5 parágrafos
Tema:

O Pacto Andino acaba de dar um grande passo para facilitar a abertura comercial dos seus membros ao Mercosul. Assim definiu ao Jornal do Brasil o ministro do Comércio Exterior da Venezuela, Alberto Poletto, o recente acordo sobre uma tarifa externa comum envolvendo os países que formam o Pacto Andino, ou seja, Venezuela, Equador, Colômbia, Bolívia e Peru. O acordo fechado em Quito, Equador, no último fim de semana, encerra 14 anos de negociações [...]. No ano passado, o comércio regional alcançou US\$ 2,9 bilhões, com um crescimento de 30% nos três anos anteriores. Só no primeiro semestre de 1994, as transações efetuadas entre si pelos cinco países cresceram 21% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

A correspondente Marlise Ilhesca destaca em sua matéria que o Pacto Andino estreitou seus laços comerciais com o Mercosul em decorrência do acordo sobre uma tarifa externa. Assim, os intercâmbios comerciais na região fortaleceriam a economia dos países do Cone Sul: “*As expectativas da Junta do Acordo de Cartagena, que criou o Pacto Andino, há 25 anos, são de que este ano as exportações internas superem os US\$ 3,4 bilhões*”.

Portanto, o acordo mostra-se favorável ao Mercosul e também ao Pacto Andino. Do seu lugar de fala, a correspondente parece se posicionar a favor do acordo da tarifa externa comum entre Mercosul e os países andinos, o que acabaria favorecendo os países do Cone Sul, segundo a interpretação do ministro venezuelano. Ao falar sobre o comércio regional do ano anterior, segundo a correspondente, “[...] alcançou US\$ 2,9 bilhões, com um crescimento de 30% nos três anos anteriores. Só no primeiro semestre de 1994, as transações efetuadas entre si pelos cinco países cresceram 21% em comparação ao mesmo período do ano anterior.” Ao relatar o acordo sobre a tarifa externa comum entre o Mercosul e o Pacto Andino, a mesma correspondente posiciona-se favoravelmente à iniciativa integracionista regional e enfatiza que: “O Pacto Andino acaba de dar um grande passo para facilitar a abertura comercial dos seus membros ao Mercosul”.

A mídia dá ênfase ao acordo sobre uma tarifa externa comum, envolvendo os países que formam o Pacto Andino e o Mercosul. A correspondente relata que o acordo será amplamente favorável aos dois blocos. A notícia tem um sentido **centrípeto**, convergindo para um discurso, cuja prática social é o reconhecimento do Mercosul como um vetor da integração na América do Sul, reconhecendo nele uma plataforma matricial para o reconhecimento identitário regional.

6.3.1.5 Indústria argentina enfrenta o Garoto

Autor. Nora Gonzalez

Correspondente

Buenos Aires

O Estado de São Paulo 28/12/1994

3 colunas e 4 parágrafos

Tema:

Enquanto os turistas argentinos enchem suas malas com bombons brasileiros – os da marca Garoto são os favoritos – há uma empresa do país vizinho que acredita numa reversão da tendência. A Nechar Alimentos Ltda., do Grupo Arcor, produz atualmente 140 toneladas diárias de chocolates, chicletes e balas, numa fábrica perto de Piracicaba, no interior de São Paulo [...]. Hoje o Grupo é auto-suficiente em matérias primas estratégicas e conta com 25 empresas – 21 na Argentina e quatro nos países do Mercosul, que lhe permitem exportar para um total de 50 nações. Por divisão, a Nechar, ou Arcor Brasil, como também é conhecida, representa 5% das vendas do grupo, com US\$ 36,76 milhões e emprega 750 pessoas (8 mil no grupo inteiro). O braço uruguaio, da Arcor, a Van Dam, é a principal fabricante de guloseimas daquele país. Emprega 100 pessoas e produz 10 toneladas diárias de doces, numa planta de 3 mil metros quadrados. No Paraguai está a Arcorpar, com um total de 60 pessoas e área de 1.260 metros quadrados, onde são fabricadas 10 toneladas de bala diariamente.

A matéria da correspondente destaca os negócios comerciais da empresa argentina Nechar Alimentos Ltda., do Grupo Arcor. Trata-se de uma grande empresa que tenta competir com a marca brasileira Garoto. [...]. *a Nechar vem importando da Argentina filmes plásticos de PVC impressos para embrulhar as balas, papel, papelão e importa o cacau na forma de grãos, licor ou manteiga.*

Nota-se que a empresa é amplamente favorável ao mercado argentino, brasileiro, uruguaio e paraguaio e, apesar da concorrência com a empresa brasileira Garoto, a Nechar gera emprego no Brasil e também no Uruguai e Paraguai. É uma empresa típica do Mercosul e será, provavelmente, uma das grandes beneficiadas com o acordo de Assunção. Terá pela frente um campo enorme de expansão, mas, evidentemente, vai encontrar pela frente a brasileira *Garoto*, com os mesmos produtos. Será uma experiência importante. As duas sobreviverão? A jornalista Nora Gonzalez descreve apenas a empresa “mercosulina” que está chegando -, aliás, já está aqui – mas destaca que a empresa argentina Arcor vem crescendo e, conforme se espera, vem gerando emprego no Brasil, Uruguai e Paraguai, enfim dentro da região; portanto, cumpre o seu papel. “*Nosso mercado no Brasil é de 160 milhões de consumidores*”, diz o presidente do grupo, Hugo d’Alessandro.

Trata-se de uma questão difícil de ser analisada se considerar que a abertura de mercado para a Arcor vai exigir o fortalecimento da Garoto, que deverá agir da mesma forma que a concorrente, procurando melhor seus produtos e expandir seus negócios dentro da área, pois já não terá a proteção tarifária aplicada sobre o produto importado. Sem dúvida, a expansão da empresa argentina Arcor no Mercosul contribui para ajudar a formatar o perfil integracionista que se quer para o Mercosul. Assim, a matéria de Nora Gonzalez, por mais estranha que pareça diante das “frustrações estéreis”, configura, contudo, um discurso **centrípeto**, que contribui para uma integração regional e para uma matriz de americanidade.

6.3.1.6 Argentina deve dobrar vendas para o Brasil

Autor: Nora Gonzalez

Correspondente

Origem: Buenos Aires

O Estado de São Paulo 27/12/1994

3 colunas e 6 parágrafos

Tema:

O Mercosul é uma das regiões mais dinâmicas do planeta, junto com o Sudeste Asiático, na visão do ministro da Economia da Argentina, Domingo Cavallo. No curto prazo, ele estima uma duplicação das exportações argentinas para o Brasil, principalmente de arroz, laticínios, feijão, e alho. Entre os quatro países do mercado comum, haverá também forte aumento no intercâmbio [...]. A Argentina triplicou seu comércio com os vizinhos do Mercosul entre 1990 e 1993 e para 95, esse volume deverá quadruplicar, segundo o ministro[...]. Para a Argentina, o plano de conversibilidade juntamente com o impulso dado pelo

Mercosul foram as duas alavancas do crescimento econômico. Ambas as políticas foram adotadas no início de 1991. Enquanto isso, no Brasil, a diferença de datas entre o Plano Real e a assinatura do Tratado de Assunção tiveram uma diferença de três anos – que, paradoxalmente, acabou beneficiando a economia argentina, proporcionando considerável incremento nas exportações para o Brasil.

A matéria da correspondente destaca que a Argentina espera dobrar suas exportações para o Brasil e que, entre os quatro países do mercado comum, haverá também forte aumento no intercâmbio. Nora Gonzalez descreve seu texto de acordo com a fala do ministro da Economia da Argentina, Domingo Cavallo e do embaixador Jorge Hugo Herrera Vegas, subsecretário de Integração Econômica Americana do Ministério de Relações Exteriores da Argentina. Segundo Cavallo, “*deveremos ultrapassar os US\$ 10 bilhões alcançados em 93 entre importações e exportações*”. E para Jorge Hugo Herrera Vegas, “*O Mercosul é uma boa idéia, e por isso deu certo*”.

Ambos relatam a ótima relação Brasil-Argentina e os avanços comerciais dentro do bloco. Nesta página do Jornal O Estado de São Paulo, estão assuntos ligados à economia da região. São cinco matérias que abordam assuntos relacionados ao Mercosul. Todas descrevem os avanços do Mercosul, como por exemplo, oferta de assentos na rota Brasil-argentina que aumentou consideravelmente, companhias que pretendem aumentar o número de vôos dentro do Mercosul, estudos para a construção de rodovias dentro do Cone Sul e a finalização da hidrovia. Portanto, a mídia se posiciona como um vetor de integração regional ao destacar os avanços comerciais da região.

A matéria da jornalista procura valorizar o Mercosul, relatando os pontos positivos do Tratado de Assunção. Ela destaca os avanços comerciais dos países do Cone Sul e, conseqüentemente, torce por uma integração regional. Os depoimentos de Cavallo e Vegas confirmam as tendências favoráveis do acordo e, pela atenção dada pelo jornal aos assuntos, tudo indica que o Estadão está bancando uma posição favorável ao Mercosul. É visível o entusiasmo da correspondente e do Estadão em relação aos acordos comerciais entre os países do Cone Sul, em especial, Brasil e Argentina. A notícia enuncia um discurso altamente **centrípeto**, voltado para o estímulo a uma integração regional, que deixa transparecer a idéia do Mercosul como um vetor de americanidade.

6.3.1.7 Argentinos podem disputar concorrências da Petrobrás

Autor: Sônia Mossri

Correspondente

Origem: Buenos Aires

Folha de São Paulo 9/12/1994

1 coluna e 9 parágrafos

Tema:

As empresas argentinas participarão de concorrências da Petrobrás com qualquer empresa brasileira a partir de 1º de janeiro. Esse foi o único ponto de consenso ontem entre as equipes brasileiras e argentinas que buscam definir os termos finais do acordo do Mercosul (Mercado Comum do Sul). O ministro da Fazenda, Ciro Gomes, e o ministro da Economia argentino, Domingo Cavallo, não conseguiram sair do impasse sobre as regras comuns para a indústria automobilística que vigorarão no âmbito do Mercosul [...]. A assessoria de Cavallo não abre mão da manutenção do mecanismo de proteção à indústria argentina nos próximos dois anos. O embaixador da Argentina no Brasil, Alieto Guadani, disse ontem que a “questão” é delicada por causa dos 100 mil empregados ligados ao setor automobilístico [...]. Brasil e Argentina também precisam definir regras de comercialização entre os dois países nos setores de têxteis, couro, transporte aéreo e trigo.

A matéria da correspondente escrita 22 dias antes da entrada em vigor do Tratado de Assunção, procura relatar as dificuldades comerciais ainda existentes entre Brasil e Argentina, destacando, sobretudo, as relacionadas com a área automobilística.

Além dos impasses no setor automotivo, outros segmentos apresentavam problemas de comercialização entre os dois países: *“Brasil e Argentina também precisam definir regras de comercialização entre os dois países nos setores de têxteis, couro, transporte aéreo e trigo. Cavallo reivindica que o governo brasileiro sobretaxe em 10% o trigo importado de países fora do Mercosul”*. A correspondente faz um discurso ambíguo sobre os impasses entre Brasil e Argentina e, assim, acaba que em nada contribui para uma integração regional.

O momento é de muita expectativa, já que o acordo, cercado ainda de muito ceticismo, estava próximo de começar a ser operacionalizado. A matéria de Sônia Mossri reflete esse ambiente, sem a preocupação de estar ou não contribuindo para um posicionamento a favor de uma integração regional. É uma matéria informacional, embora centrada em cima dos entraves que ainda persistem entre Brasil e Argentina: *“O embaixador da Argentina do Brasil, Alieto Guadani, disse ontem que a “questão” é delicada por causa dos 100mil empregados ligados ao setor automobilístico.”*

Não parece haver por parte da jornalista qualquer interesse em preservar o Mercosul. A mídia destaca impasses comerciais na área automobilística entre Brasil e Argentina; portanto, o discurso da jornalista apresenta um sentido **centrífugo**, ao gerar uma certa insegurança daqueles que alimentam uma visão otimista em relação ao funcionamento do bloco.

6.3.1.8 Mercosul acelera associações com empresas na Argentina

Autor: Sônia Mossri
Correspondente

Origem: Buenos Aires
 Folha de São Paulo: 09/01/1995
 4 colunas e 13 parágrafos
 Tema:

A eliminação das barreiras alfandegárias no âmbito do Mercosul acelerou a associação entre empresas brasileiras e argentinas. Muitas delas estão alterando a produção de vários itens por causa dessas associações [...]. Outro setor que deve experimentar crescimento nos próximos meses é a área de autopeças, avisa Jorge Gaibisso, Diretor do Departamento do Mercosul da União Industrial Argentina[...]. Em 94, a empresa argentina já exportou 30 mil unidades para o Brasil. Em 95, esse número poderá atingir o equivalente a 150 mil.

A matéria da correspondente Sônia Mossri aborda os pontos positivos entre empresas brasileiras e argentinas, que caminham para uma integração econômica. “*Em 94, a empresa argentina já exportou 30 mil unidades para o Brasil. Em 95, esse número poderá atingir o equivalente a 150 mil*”. Trata-se de uma matéria, sobretudo informacional, que traz dados consistentes em relação às exportações entre Brasil e Argentina. O título retrata bem as “associações” entre empresas da Argentina e Brasil e funciona como um resumo de todo texto. O verbo “acelera” destaca o aumento das negociações comerciais entre Brasil e Argentina. “*A eliminação das barreiras alfandegárias no âmbito do Mercosul acelerou a associação entre empresas brasileiras e argentinas.*”

Do seu lugar de fala, a jornalista brasileira destaca as negociações entre os dois países, portanto, parece torcer pela autonomia regional. Fica clara a intenção da mídia em promover uma integração dos países do Cone Sul. O texto da jornalista parece torcer pela consolidação do Mercosul. No final do texto, ela apresenta dados das exportações entre Brasil e Argentina. “*Em 94, a empresa argentina já exportou 30 mil unidades para o Brasil. Em 95, esse número poderá atingir o equivalente a 150 mil.*”

O discurso da mídia parece tentar convergir (**centrípeto**) para a integração regional e para uma matriz de americanidade. Fica claro no texto da jornalista o esforço para entusiasmar as associações entre empresas brasileiras e argentinas e, conseqüentemente, fortalecer o Mercosul. O discurso jornalístico aborda o êxito da relação entre Brasil e Argentina e que as exportações entre os dois países têm fortalecido uma integração regional.

6.3.2 Autoridade

6.3.2.1 Agenda lotada para o setor privado em 95

Autor: Rubens Barbosa
 Autoridade: embaixador do Brasil em Londres
 O Estado de São Paulo 26/12/1994
 1 coluna e 7 parágrafos

Tema:

A partir de 1º de janeiro, passa a existir a segunda União Aduaneira no mundo: o Mercosul. No recente encontro presidencial de Ouro Preto, os quatro países aprovaram uma Tarifa Externa Comum (TEC) em relação a terceiros países para mais de 85% dos produtos. O Mercosul ganhou personalidade jurídica própria. A agenda para 1995 é bastante carregada e de grande significação para o setor privado, o principal motor hoje do processo de integração regional [...]. As negociações relacionadas com as preferências comerciais com os demais países sul-americanos e com o México são relevantes, não só para limitar as perfurações da TEC, como também porque darão início efetivo aos entendimentos visando à conformação da Área de Livre Comércio da América do Sul (Alcsa) [...]. O Mercosul entra em 1995 consolidado e reconhecido no Exterior; passando a atuar como importante ator no cenário mundial.

O artigo do embaixador Rubens Barbosa, figura destacada no início das discussões sobre a estruturação do Mercosul, é publicado cinco dias antes da entrada do acordo em operação. Ele destaca o início da União Aduaneira e a sua importância para a região do Cone Sul Procura chamar a atenção dos segmentos privados para a importância da “agenda” que terá de cumprir, em relação ao Mercosul, a partir de 1995:

A agenda para 1995 é bastante carregada e de grande significação para o setor privado, o principal motor hoje do processo de integração regional. Em primeiro lugar, os quatro países deverão, no primeiro e no segundo trimestre, completar negociações em áreas sensíveis, definir regulamento comum para práticas desleais de comércio, normas de aplicação do Código Aduaneiro. Estatuto comum de defesa da concorrência e controle integrado de fronteira e finalizar entendimentos para adequar os acordos comerciais com os demais parceiros da Aladi à TEC.

O artigo aponta os pontos positivos do Mercosul, portanto, favorável ao acordo. Na página de economia do jornal “O Estado de São Paulo”, encontram-se três outras matérias e este artigo tratando de temas correlatos ligados ao Mercosul. Todos os textos descrevem os avanços e melhorias que o Tratado trará para a região, como por exemplo, “*Bloco vai mudar a economia da região*”, “*Países querem atrair Chile e Bolívia*” e “*Brasil e Argentina iniciam acordos*”.

O artigo produzido a partir de Londres, não caberia dentro desta pesquisa; contudo, em se tratando do embaixador Rubens Barbosa, intimamente vinculado à construção do acordo do Mercosul, sua postura em relação à entrada em funcionamento da Tarifa Externa Comum (TEC), depois de quatro anos de negociação é importante. Pode-se dizer que Barbosa é um entusiasta da integração da região. Ele dá ênfase aos avanços

alcançados e acredita na ascensão do Mercosul dentro do mercado mundial. “*O Mercosul ganhou personalidade jurídica própria.*” “*O Mercosul entra em 1995 consolidado e reconhecido no Exterior; passando a atuar como importante ator no cenário mundial.*”

A mídia apresenta-se também otimista em relação ao Mercosul, estimulando seus criadores e outros mercados dentro do Cone Sul. A iniciativa do jornal O Estado de São Paulo de dedicar uma página ao Mercosul reflete os interesses do seu público leitor, integrado por grandes empresários paulistas, preocupados com o que vai acontecer na frente, a partir da redução das tarifas de exportação. O jornal mostra nas outras matérias os avanços comerciais e econômicos já alcançados na região. Portanto, o artigo de Barbosa e as demais matérias do Estadão apresentam um sentido discursivamente **centrípeto**, reconhecendo o Mercosul como um vetor de integração e, por extensão, como portador de uma nova identidade regional e, quiçá, a de uma matriz de americanidade.

6.3.2.2 A liberdade cambial no Uruguai

Autor: Enrique Braga

Autoridade: Presidente do Banco Central do Uruguai

O Estado de São Paulo 28/12/1994

4 colunas e 7 parágrafos

Tema:

A larga tradição de liberdade, solidez e eficiência do sistema financeiro uruguaio dá respaldo ao desenvolvimento desta praça como centro do crescente volume de transações imposto pela vigência do Mercosul. O Uruguai há mais de 20 anos dá uma liberdade total em matéria de movimento de capitais e metais preciosos e tratamento igualitário a investidores estrangeiros e nacionais [...]. Atualmente operam no Uruguai 23 bancos comerciais privados e estatais de sólido prestígio, assim como oito instituições bancárias off-shore, regidas por uma norma especial livre de tributos, que constitui uma atraente característica do esquema financeiro [...]. O modelo econômico aplicado no Uruguai por décadas, além disso, inclui preocupações sociais que conduziram à melhor distribuição da renda na região e ao alto nível educacional de sua população. Isto facilita a incorporação do progresso técnico nos diferentes setores da atividade econômica e faz parte de uma fundamental garantia de estabilidade futura para enfrentar as mudanças importantes que impõem a vigência do Mercosul.

O artigo do presidente do Banco Central uruguaio, Enrique Braga, destaca a solidez do mercado financeiro do seu país, refletindo a estabilidade econômica do Uruguai. Ele cita também os importantes avanços na área social, política e econômica do país:

A solidez do mercado financeiro uruguaio reflete a estabilidade econômica e social do país. O país colocou nos últimos anos títulos nos Estados Unidos, Europa, Japão, e outras áreas com spreads muito inferiores aos de outras nações da região.

Segundo Enrique Braga, esta solidez econômica e social acaba favorecendo o Uruguai para a questão do Mercosul. É uma oportunidade de ouro para o Uruguai o jornal de São Paulo publicar um artigo – mídia espontânea – do presidente do Banco Central uruguaio, informando sobre o seu mercado financeiro *off-shore* e das condições que asseguram o seu funcionamento legal. Braga destaca o bom relacionamento do país com investidores estrangeiros, e também a solidez econômica e social do Uruguai, o que facilitaria na relação com os países que compõem o Mercosul. Portanto, o artigo constitui-se numa mídia voltada para ajudar a formatar a imagem do Uruguai na região do Mercosul. Funciona também como um *merchandising* para os negócios financeiros no exterior a partir do sistema bancário uruguaio.

A presença de presidentes, ministros e outras autoridades na mídia brasileira, descrevendo as oportunidades existentes no país, tem ajudado, e em muito, na formatação de uma imagem positiva do Uruguai no Brasil. O artigo do presidente do Banco Central, mostra a importância do seu sistema financeiro, que sofreu um desgaste no Brasil, a partir do que foi chamado de “Operação Uruguai”, uma movimentação ilegal de recursos e papéis do pessoal ligado ao ex-presidente brasileiro Fernando Collor de Melo. Esse artigo é importante para posicionar o Uruguai dentro do Mercosul, como um mercado *off-shore* legalmente constituído para abrigar operações financeiras internacionais. O artigo destaca a solidez do sistema financeiro do Uruguai e acaba influenciando positivamente a participação do país no Mercosul. “[...] uma fundamental garantia de estabilidade futura para enfrentar as mudanças importantes que impõem a vigência do Mercosul.” O discurso contido no artigo é convergente (**centrípeto**) para uma integração regional e para uma matriz de americanidade

6.3.2.3 Inflações baixas

Autor: Jacinto Estigarribia

Autoridade: Presidente do Banco Central do Paraguai

Estado de São Paulo 31/12/1994

2 colunas e 9 parágrafos

Tema:

A vigência, a partir de 1995, da Tarifa Externa Comum definida plenamente na Cúpula de Ouro Preto, junto com o desarmamento tarifário para o comércio intrazonal e a nova estrutura institucional comunitária, constituem um dos eventos mais transcendententes para a constituição do Mercosul e, portanto, para um de seus sócios, o Paraguai [...]. Sem dúvida, reafirmam-se os elementos centrais da construção do Mercado Comum, e com isto se deu projeção e caráter irreversível ao processo. A vontade política manifesta nas negociações outorga firmeza e projeta a confiança nos agentes

privados para acompanhar o desafio da integração regional e a inserção mais competitiva no comércio mundial [...]. O governo do Paraguai acredita que o movimento de integração regional do Mercosul deve promover a coesão econômica e social de seus membros de diferente grau de desenvolvimento, de maneira a dar conteúdo ao princípio da justiça social e solidariedade internacional [...]. As coincidências entre os países em torno do imperativo de taxas de inflação baixas e estáveis e a conformação de sistemas financeiros abertos e solventes dão alento a ações futuras de cooperação entre os bancos centrais que contribuirão com a concretização exitosa do Mercosul.

O artigo do Presidente do Banco Central do Paraguai, Jacinto Estigarribia, relata que, para o Mercosul conseguir projeção internacional, o bloco necessita abrir seus sistemas financeiros. Ele destaca que o Paraguai acredita na integração regional do Mercosul e numa inserção mais competitiva no comércio mundial. Estigarribia ressalta os pontos positivos do Mercosul e aponta diretrizes para uma projeção internacional do bloco:

Uma projeção internacional do Mercosul requer a abertura dos sistemas financeiros, acompanhada do fortalecimento de normas comunitárias que promovam a cooperação entre os órgãos de supervisão para o intercâmbio oportuno de informações, com base em critérios de valor.

Fica nítido o entusiasmo do Presidente do Banco Central do Paraguai com o Mercosul.” O artigo posiciona-se a favor de uma integração regional e da projeção do Mercosul. Ele destaca também a importância do bloco para o Paraguai. O artigo de Estigarribia parece direcionar o leitor para um discurso centrípeto, porque destaca os pontos positivos do Mercosul. Assim, o artigo apresenta um caráter de integração regional e caminha para uma matriz de americanidade.

6.3.3 Parlamentares

6.3.4 Intelectuais

6.3.4.1 Qualidade de vida e o Mercosul

Descrição

Autor: Sérgio Mauad
 Intelectuais e especialistas
 Folha de São Paulo 23/12/1994
 4 colunas e 25 parágrafos
 Tema:

A união faz a força. Assim entendemos o Mercosul: a união dos segmentos produtivos do Cone Sul, objetivando o crescimento uniforme; compartilhando experiências, soluções criativas, inovações tecnológicas e mercadológicas [...]. Produzimos, na cidade de São Paulo, nos oito primeiros meses de 1994, cerca de 12% a mais que em igual período de 1993. E a velocidade de vendas, medida pelo Secovi-SP, acusou 27% maior em 1994 do que em 1993[...]. Não será estranho se, muito em breve, o Brasil despontar no contexto mundial como o país que mais cresce e melhora seus indicadores sociais e de desempenho [...]. Isto é sintoma das grandes reformas estruturais que se avizinham, notadamente no campo de revisão constitucional [...]. O Brasil tem, hoje, um novo perfil socioeconômico, em função do bom andamento do Plano Real [...]. Mudanças culturais estão ocorrendo, revelando novas tendências [...]. O Mercosul é o caminho para os mais expressivos avanços empresariais, num curto espaço de tempo. Permitirá a troca de experiências, o intercâmbio de soluções tecnológicas e mercadológicas para problemas habitacionais e urbanos [...]. O Cone Sul tem tudo para ser mais um pólo desenvolvimentista no cenário internacional. E é através do Mercosul que alcançaremos esta condição, que proporcionará melhor qualidade de vida.

O texto de Sérgio Mauad retrata a qualidade de vida do brasileiro e a união dos segmentos produtivos do Mercosul. Segundo Sérgio, a qualidade de vida dos brasileiros vem melhorando na área cultural, econômica e social. Ele destaca também a importância do Mercosul para os países que o compõem. Sérgio Mauad relata que o Mercosul é de suma importância para os países do Cone Sul e, conseqüentemente, contribui para uma integração ainda maior para a região. Portanto, a mídia se posiciona a favor de uma integração regional. Nota-se um grande entusiasmo do autor para o sucesso do Mercosul Seu texto destaca a união dos segmentos produtivos do Cone Sul e adverte o leitor para um discurso **centrípeto**, ou seja, para uma integração regional e para uma matriz de americanidade.

6.3.4.2 Os trabalhadores e o Mercosul

Autor: Vicente Paulo da Silva (Sindicalista, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Estado de São Paulo 15/12/1994

4 colunas e 6 parágrafos

Tema:

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) entrará em funcionamento em 1º de janeiro de 1995, apresentando como principal resultado o crescimento do comércio na região. Mas, que conseqüências poderá ter para os trabalhadores? O Mercosul tem um mercado de trabalhadores de quase 90 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, dos quais 1/3 têm contratos irregulares e boa parte

recebe salários abaixo das necessidades vitais. As políticas de ajuste, dos últimos 20 anos, pioraram as condições de trabalho e, a reestruturação produtiva gerou um desemprego conjuntural e estrutural que é de 10% no Brasil, Uruguai e Paraguai e de 12% na Argentina [...]. Nós e as centrais sindicais dos quatro países, apresentamos a proposta de Carta de Direitos Fundamentais, uma forma de garantia básica para todos os cidadãos do Mercosul; o estabelecimento de canais permanentes de negociações de acordos e políticas de reconversão setoriais (Câmaras Setoriais Mercosul) e a criação de um fundo social de apoio à reconversão, requalificação profissional e promoção de emprego. Nada até o momento foi considerado. Apoiamos a decisão dos governos de instalação de uma Comissão Consultiva Econômico-Social com participação de representantes de empresários, trabalhadores e outros segmentos da sociedade dos quatro países; mas, consideramos que isso não é suficiente. A democratização do Mercosul requer um nível maior de consulta à sociedade, participação dos segmentos sociais interessados nos trabalhos dos organismos intergovernamentais e papel importante para os Parlamentos [...]. Nós reivindicamos a participação dos segmentos sociais nessas decisões e a prioridade de políticas de desenvolvimento e eliminação da miséria[...]. Devemos dar um salto de qualidade, formulando propostas para a América Latina, onde a base do crescimento seja o emprego, o salário e o direito à vida.

O artigo de Vicente Paulo da Silva, relata a necessidade de criação da Carta de Direitos Fundamentais para o Mercosul. Segundo o sindicalista, a democratização do Mercosul requer uma participação maior da sociedade e de segmentos sociais. “*Nós reivindicamos a participação dos segmentos sociais nessas decisões e a prioridade de políticas de desenvolvimento e eliminação da miséria*“. Ele cita também o Pacto para o Desenvolvimento e a Prosperidade, Democracia, Livre Comércio e Desenvolvimento Sustentado nas Américas e aprovado na Cúpula das Américas em Miami no dia 11, ou seja, a Alca. “*Será esse o fator de competitividade de nossos países para aumentar as exportações num acordo entre a maior economia da região e uma tão pobre como a América Latina?*”

A reivindicação de Vicente Paulo da Silva é uma participação maior dos segmentos sociais na consolidação do Mercosul. Ele destaca alguns problemas do bloco, mas aponta novas diretrizes para melhorar o desenvolvimento da região. Ele demonstra também não acreditar no sucesso da Alca para a região do sul-americana:

O sindicalista cobra polifonicamente uma participação maior de segmentos sociais e dos trabalhadores nas decisões do Mercosul, como forma de contribuir para o fortalecimento do bloco e a eliminação da miséria. Portanto, o discurso do sindicalista apresenta um sentido centrípeto, voltado para importância da integração regional. Sua fala

está matizada de vozes sindicais dos trabalhadores dos países da região, e até da América, já que lembra a condição geral da categoria no continente. O texto apresenta um discurso **centrípeto**.

6.3.4.3 Integração econômica estrutura produtiva

Autor: Carlos Cruz

Economista. Consultor de Planejamento em São paulo

Intelectuais e especialistas

Estado de São Paulo 17/01/1995

4 colunas e 7 parágrafos

Tema:

O Mercosul está marcado por um baixo grau inicial de integração econômica entre seus principais integrantes e por fortes desequilíbrios macroeconômicos entre os quatro países-membros, incluindo instabilidade das paridades cambiais e escassez de instrumentos de coordenação macroeconômica[...]. Apesar dessas adversidades, o fluxo comercial no Mercosul vem crescendo significativamente. No período 1986-92, o comércio intra-regional cresceu a uma taxa anual de 18,3%, enquanto o comércio extra-regional aumentou 8,6%. Esse ritmo de crescimento tem sido notadamente mais acentuado depois da formalização do Mercosul, em 1991, com o predomínio do comércio bilateral Argentina-Brasil[...]. O comércio entre os países do Mercosul deverá crescer, principalmente, à medida que os países executarem a reconversão das atividades em busca da especialização inter e intra-indústria. Até o momento, é possível que haja uma expansão temporária de comércio provocada por uma competitividade artificial, decorrente de diferenças nas tarifas incidentes sobre os insumos não considerados como produto nacional pelo Mercosul [...]. Os países poderão minimizar os desvios de comércio, influenciando o perfil da tarifa externa comum [...]. A Argentina e o Brasil procuram preservar as suas estruturas produtivas e minimizar, no caso argentino, o desvio no comércio de bens de capital com o Brasil.

O texto de Carlos Cruz destaca que o fluxo comercial no Mercosul vem crescendo. “No período 1986-92, o comércio intra-regional cresceu a uma taxa anual de 18,3%, enquanto o comércio extra-regional aumentou 8,6%”. Ele cita que, apesar das adversidades dentro do bloco, “O comércio entre os países do Mercosul deverá crescer, principalmente, à medida que os países executarem a reconversão das atividades em busca da especialização inter e intra-indústria.” Portanto, a mídia se posiciona como um vetor de integração regional ao destacar a eficiência do comércio entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Carlos Cruz, consultor em planejamento e pós-graduado em Economia na Universidade Mackenzie, posiciona-se a favor do Mercosul e pela integração regional. Ele

da ênfase aos tratados comerciais entre os países do Mercosul, sendo assim, acaba incentivando empresários e comerciantes para investirem nesse setor.

O texto de Carlos Cruz relata que o fluxo comercial no Mercosul vem crescendo consideravelmente nos últimos anos. A notícia parece trazer o leitor para o discurso **centrípeto** da integração regional e para uma matriz de americanidade. O texto apresenta um sentido parafrástico por adicionar números de anos anteriores. “*No período 1986-92, o comércio intra-regional cresceu a uma taxa anual de 18,3%, enquanto o comércio extra-regional aumentou 8,6%. Esse ritmo de crescimento tem sido notadamente mais acentuado depois da formalização do Mercosul, em 1991, com o predomínio do comércio bilateral Argentina-Brasil[...].*”

6.3.4.4 O Mercosul e a educação

Autor: José Goldenberg

Intelectual, ex- Reitor da USP e ex-ministro da Educação e do Meio Ambiente

Estado de São Paulo 01/01/1995

2 colunas e 9 parágrafos

Tema:

A integração econômica de um grupo de países é muito mais fácil de promover do que a sua integração educacional. Por maiores que sejam os obstáculos à integração econômica, resistem rapidamente a uma reorganização das economias de cada um dos países participantes como, por exemplo, a eliminação das tarifas alfandegárias [...]. Na área da educação, os problemas são mais complicados porque entram componentes difíceis de equalizar como língua, tradição cultural e as questões referentes a “currículos educacionais” e condições para o exercício profissional [...] Arquitetos argentinos (e há muitos deles subempregados ou desempregados) poderão desejar exercer sua profissão em São Paulo, agravando os problemas dos arquitetos paulistas. A obtenção de empregos em certas áreas, provavelmente vai piorar.

O texto de José Goldenberg relata que a língua, a cultura, os currículos e a formação profissional acabam atrapalhando a integração dos países que compõem o Mercosul. A mídia não parece preocupada com a questão da integração regional da perspectiva colocado por Goldenberg. Na área econômica, ele acredita que é muito mais fácil uma integração, mas na área social ele aponta vários entraves:

O artigo de Goldemberg è publicado no dia em que o Mercosul entra em operação. O Ministro da Educação não parece motivado quanto à questão social do acordo, colocando vários obstáculos. Ele parece se posicionar de maneira cética em relação ao Mercosul, ao destacar somente os problemas , e até cita um exemplo, pouco feliz, na área de arquitetura, dizendo que, com o tempo, o desemprego pode piorar, referindo-se a subempregados ou desempregados que poderiam desejar exercer sua profissão em São

Paulo, agravando os problemas para obtenção de empregos em certas áreas, *Apesar da advertência*, o texto de Goldenberg apresenta uma ambiguidade que, em nada contribui para fortalecer o Mercosul.

Era o dia de um grande “debut” para o ministro da Educação do Brasil, que poderia ter anunciado uma série de iniciativas de sua pasta, visando a integração educacional, cultural e lingüística, no mínimo na fronteira. São questões fundamentais para o êxito do Mercosul como vetor da integração e como instrumento de fortalecimento de uma identidade comum. Seu artigo destaca os pontos negativos na área social do acordo do Mercosul. Seu discurso parece, contudo, descompromissado e **centrífugo**, já que a integração aparece no processo de entendimento regional como a matriz de um sonho dos países e povos da região.

6.3.5 Cultura no Mercosul: Supranacionalidade(1995 – 1996)

Depois da Declaração de Iguazu, em 1991, o segundo momento inaugural do imaginário da integração a partir do espaço do Mercosul se deu no dia 27 de dezembro de 1996, quando na reunião de cúpula, em Fortaleza, os discursos oficiais voltaram-se para a perspectiva de uma “supranacionalidade”, já que, naquela reunião, Chile e Bolívia seriam aceitos como membros associados. “[...] *Se o povo continuar a ter o pensamento que o Mercosul é só comércio, na primeira crise vão predominar as forças centrífugas*” (SOUZA, 1996).

“Quais os limites da integração?”, indagou o embaixador argentino Diego Guellar (GUELLAR, 1996). Paralelamente ao encontro de cúpula, a Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), ligada ao Itamaraty, reuniu intelectuais dos países membros e associados do Mercosul para discutirem a questão cultural no espaço do Mercosul. O Acordo de Assunção não estava ainda suficientemente protegido das inflexões, embora já houvesse desenvolvido mecanismos de gestão para seus problemas internos. Temia-se que uma crise eventual e inesperada pudesse afetar o processo de integração que avançava gradualmente.

A prática discursiva nascida com o Mercosul foi afastando as “frustrações estéreis”, esfriando as “tensões internas” e aproximando governos, empresários, intelectuais, instituições e até organizações sociais ao longo do seu desenvolvimento, de tal forma que os entendimentos entre os membros começaram a gerar práticas discursivas e até representações próprias, ganhando a cotidianidade, inspirando uma cultura e instalando no imaginário um interesse pelo “conhecimento do outro”. Daí a importância do Mercosul: só depois dele, começou-se a pensar efetivamente num processo de integração irrestritamente amplo.

O papel da mídia foi e tem sido fundamental para a formatação de um sistema de referências culturais, não apenas pelo volume de matérias produzidas - aproximadamente 10 mil notícias e artigos só nos jornais brasileiros - sobre o Mercosul, mas porque “*a mídia é um modo de agir sobre o mundo*”, é o próprio símbolo deste mundo, segundo Foucault (1970, p.57, apud Steinberger, 2005, p.32).

Quando foi assinado o Tratado de Iguazu, a mídia em geral não mostrou nenhum grande entusiasmo, que foi, entretanto, crescendo na medida em que o Mercosul se desenvolveu e foi através da mídia que a população foi tomando conhecimento da criação, evolução e efeitos do Mercosul. O repórter produz não apenas conteúdo noticioso como o próprio conteúdo social, já que ele é parte da realidade cotidiana. Do lugar de fala jornalística, vem a matéria-prima das significações; o campo que acomoda os fatos, os esquemas e categoriais conhecidas é o das significações sociais imaginárias.

Assim, o processo de integração entre países no Mercosul, mesmo sofrendo “próteses verbais”, expressão de Steinberger, na busca da articulação do mundo vivido e relatado, “[...] *a concepção de um sistema de referência hegemônico no Mercosul não implicou, e nem implicará,*” segundo Roberto da Matta (1996) no desmonte daqueles que, historicamente, o antecederam, e sim na busca do conhecimento do outro..

6.3.5.1 Supranacionalidade

A Cúpula de Fortaleza, no dia 27 de dezembro de 2006, é considerada neste trabalho como uma espécie de reinauguração do Mercosul. Os discursos oficiais de ambos os lados levantaram a questão da integração na perspectiva de uma “supranacionalidade”, que colocava os quatro países – mais o Chile e a Bolívia, que iriam ser aceitos na reunião como membros associados – dentro do universo de uma identidade comum, muito diferente do conceito de soberania nacional, até então defendido pelos diferentes países ali presentes.

Concomitantemente à reunião de Cúpula de Fortaleza, o Itamaraty convidara, por meio da Fundação Alexandre Gusmão, para um encontro paralelo, vinte cientistas sociais, representantes dos países membros efetivos do Mercosul, mais os representantes chilenos e bolivianos, cujos países estavam chegando para se associarem à organização. O coordenador do encontro - reunião foi o antropólogo brasileiro Roberto da Matta, cujo entendimento era de que “[...] *a troca comercial necessariamente conduz ao conhecimento do outro*”.

Ao explicar a reunião, da Mata informou ao enviado especial da Gazeta Mercantil que o grupo discutia um “*paradoxo*”, segundo o qual a continuidade geográfica não despertava nas populações de cada um dos países da sub-região sequer curiosidade pela história do país vizinho. Surpreendia, por isso, o fato de se tratar de “*países com fronteira viva, sem separações culturais fortes nem incompatibilidades religiosas e até com línguas inteligíveis, mas que se caracterizavam pelas ausências de relações estreitas*”.

O tema, bastante delicado, é abordado com simplicidade, mas objetivamente, nos dois artigos do embaixador Diego de Guellar. citados a seguir e disponíveis entre os anexos:

6.3.5.1.1 Nação das nações

Autor: Diego Guelar
 Embaixador da Argentina
 Estado de São Paulo 18/12/1996
 2 colunas e 9 parágrafos

Tema:

6.3.5.1.2 Mercosul máximo e mínimo

Autor: Diego Guellar
 Embaixador da Argentina
 Estado de São Paulo/12.96
 2 colunas e 9 parágrafos

No momento inaugural da reunião de Fortaleza, Félix Peña, representante argentino, chamou a atenção para o fato de que “*Se o povo continuar a ter o pensamento que o Mercosul é só comércio, na primeira crise vão predominar as forças centrífugas*”. (Gazeta Mercantil, 16 de dezembro de 1996). Precedendo ao encontro de Fortaleza, o então embaixador argentino, Diego Guellar, publicara dois artigos nos jornais brasileiros e de seu país, no qual cobrava uma reflexão prévia dos participantes sobre o tipo e tamanho do Mercosul que imaginavam presidentes, ministros e embaixadores.

Quais os limites da integração? É somente comercial? Inclui aspectos políticos, sociais e/ou culturais? Há um direito comunitário que está acima das legislações nacionais? Este direito comunitário pode ser exercido de forma direta pelos cidadãos?

Em seguida, recorrendo ao léxico português, reproduziu do dicionário a palavra **integração**³⁸, destacando o seu sentido. Enfatizou que a palavra implicava em “*incorporação*”, *tornar inteiro, tornar-se parte integrante: incorporar-se*. E, interpretando a realidade do Mercosul naquele momento, alertava para a clareza do significado do vocábulo: “[...] *só podem ser sujeitos ativos dessa ação unidades diversas que, juntas, formam uma entidade nova. Quando falamos em integração estamos nos referindo à identidade diferente do todo e das partes [...]*” (GUELLAR, 1996).

Diego Guellar afirmava que, embora muitos cidadãos não percebessem ainda, o fenômeno Mercosul, “*O processo de integração já está influenciando e mudando nossa vida cotidiana*”. Segundo ele,

O extraordinário do nosso processo é que, enquanto presidentes, ministros e embaixadores nos reunimos em Fortaleza, organizações intermediárias de todo tipo, os povos de fronteira, homens e

³⁸ **Integrar**, v.t., completar, tornar inteiro, totalizar, inteirar, fazer de [...] **integração**, s.f. totalização, complementação. **Identidade**, s.f. qualidade de idêntico (Mat.) equação literal em que a igualdade é satisfeita para quaisquer valores dessas letras adj. **Idêntico** adj. perfeitamente igual, semelhante, análogo, consubstanciado (BUENO, 1956).

mulheres da cultura, políticos e sindicalistas, industriais, comerciantes e agricultores, juízes e advogados reúnem-se por conta própria, constituem-se em milhares de “Associações Mercosul”, protestam e comemoram suas coincidências e diferenças sem que ninguém lhes ordene, aprove ou lhes autorize esses encontros. Sem que exista nenhuma decisão oficial, o risco de burocratização do Mercosul tem sido superado pela sociedade civil que, de forma crescente, exige-nos avançar na construção de um destino comum (GUELAR 1996).

Na mesma linha de reflexão, o embaixador João Clemente Baena Soares, também presidente da Fundação Alexandre Gusmão, uma das instituições promotoras da reunião, observou que a reunião de Cúpula de Fortaleza estava cercada da percepção de que *“a integração vai além dos assuntos econômicos, da forma objetiva como estamos tendo agora, não poderia vir antes do acelerado aumento do comércio que haverá entre os quatro países”* (SOUZA, 1996).

Lembrou Guelar que os povos europeus falam 40 diferentes línguas nacionais, mesmo assim, conseguiram um entendimento regional, embora tendo de transitar ainda por 12 idiomas.

Em nosso caso, a aventura de criar uma nova forma de soberania, compartilhada com instituições que deveremos inventar dois idiomas que adoramos misturar e um pacífico sentido de sensualidade expressa no tango e na milonga do Rio da Prata, no samba carioca e no forró nordestino, se nos apresenta como um apaixonante projeto para este fim de milênio. Essa nova “nação das nações” já cumpriu metade da sua tarefa: deu aos povos que a integram garantias de paz e estabilidade política e econômica. Agora, não nos resta desculpa alguma para não atacar o capítulo pendente: alcançar a justiça social como dimensão impostergável dessa nova identidade comunitária (GUELAR, 1996).

Para o ex-embaixador, o sucesso do Mercosul trouxera para os países membros o desafio de encontrar uma identidade comum capaz de enriquecer a todos a partir da experiência de cada um, sem que cada um perca o que construiu. Observava ele que, no fundo, sem que se atrevessem a confessá-lo, os argentinos sempre admiraram os brasileiros, recíproca que sempre pareceu também verdadeira da parte dos brasileiros.

Depois de um curto período de desconfiança, e até medo, produzida pela ampliação das virtudes e dos defeitos recíprocos, os povos, desde os de fronteira até os das regiões mais afastadas procuram se aproximar, se conhecer e se relacionar como se, em nosso inconsciente coletivo, essa idéia tivesse estado reprimida por tanto tempo que precisássemos compensar o tempo perdido, com certo frenesi irreprimível (GUELAR, 1996).

Guelar chamava a atenção para o fato de o Mercosul governos e as populações dos países membros do Mercosul tinham pela frente um desafio, ainda não experimentado, que era da “*Soberania Compartilhada*”. Advertia às autoridades nacionais para a responsabilidade de identificar o rumo dessa marcha, que não se constitui nem uma “abstração intelectual”, dizia, nem uma “curiosidade mórbida”, e que não podem delegar à condução desse debate, senão “dar-lhe a vida e expandir participação para a cada uma de nossas cidadanias em questão”:

A meu ver, a pergunta “qual é o Mercosul mínimo e qual é o máximo?” já foi respondida: o mínimo é a zona de livre comércio sul-americana, com sua agenda de liberalização progressiva de todo o comércio. O máximo, uma agenda sem teto que desenvolverá os países que assumam o desafio de tornarem-se membros plenos, cuja profundidade e organização serão ditadas pela vontade soberana de cada um dos povos que o integram e expressa por seus dirigentes democraticamente eleitos. Essa nova “Soberania Ampliada” ou “Soberania Compartilhada” ou, finalmente “Nação de Nações” será o resultado de nossa livre vontade comum (GUELAR, 1996).

6.4 Tratado de Ushuaia (1998 - 2000)

Texto referência

Havia passado já oito anos do Acordo de Assunção. Os quatro primeiros anos foram de grandes turbulências, provocadas pelas assimetrias econômicas e sociais e pelas discussões sobre os ajustes a serem feitos. Foi um momento marcante das “crises internas”. O Mercosul foi surpreendido também com a crise política no Paraguai, cujo governo estava ameaçado por um golpe de Estado. Os membros do Mercosul reuniram-se e aprovaram, em Ushuaia, no sul da Argentina, um compromisso protetor da integração, pelo qual os países membros assumiam o compromisso de manter os regimes políticos respectivos sob o manto da chamada “cláusula democrática”. Também foi aprovado ali um documento que declarava a área geográfica de abrangência do Mercosul como “região o de paz”. Eram dois avanços importantes e que extrapolavam os limites do comércio e da economia, temas que caracterizavam o Mercosul até então.

Na mesma reunião, discutiu-se ainda a “moeda única”, o “passaporte único”, a abertura de mercado para os serviços profissionais e para as licitações governamentais. Entraram em pauta também o acordo automotivo, o do açúcar e a questão dos subsídios para os produtos lácteos.

No Brasil havia sido criada uma nova moeda, o “real”, e a economia retomou patamares regulares de estabilidade. As exportações do bloco continuavam a crescer,

contrariando as previsões de que o espaço para o comércio intra-regional estava saturado. Trata-se de um momento bastante pontuado entre interesses de um lado e de outro.

6.4.1 Correspondentes

6.4.1.1 Uruguai pede que sede de cúpula do Mercosul mude

Artigo assinado

Correspondente: Ariel Palácios (correspondente)

Origem: Buenos Aires

OESP 07.07.98

1 coluna e 4 parágrafos

Tema:

O chanceler do Uruguai, Didier Operti, fez ontem ao governo argentino um pedido formal de mudança da sede da reunião dos presidentes do Mercosul - marcada para dias 23 e 24 em Ushuaia. O Itamaraty já fizera recomendações informais para mudar a sede desde que ela foi escolhida, há um ano. Mas os argentinos resistem à idéia. [...].

O jornalista do jornal Estado de São Paulo, Ariel Palácios, tem uma linguagem fácil e bem informativa. Ele detalha a intenção do governo uruguaio de mudar a sede de cúpula do Mercosul, em decorrência do compromisso do presidente Julio Maria Sanguinetti com o presidente dos EUA, Bill Clinton. O presidente uruguaio alega que a cidade de Ushuaia é a cidade mais ao sul do mundo, e não daria tempo de chegar para o compromisso.

O texto retrata uma das inflexões internas existentes dentro do Mercosul. O formato da matéria, adotado pelo correspondente ou pelo jornal, está bem claro. A matéria relata claramente o entrave entre o governo uruguaio e argentino. Problema não resolvido segundo o próprio jornalista relata. *“Fontes da presidência da argentina disseram ao estado que mudar os planos agora é complicado demais”*.

O assunto é tratado no Brasil pelo correspondente Ariel Palácios, de acordo com fontes do chanceler do Uruguai, Didier Operti, do Itamaraty e fontes da Presidência da argentina. Do seu lugar de fala, o jornalista brasileiro retrata bem essa divergência dentro do Mercosul. Ele não parece demonstrar interesse pela preservação do Mercosul, e jornalista destaca apenas os problemas. *“O Itamaraty já fizera recomendações informais para mudar a sede desde que ela foi escolhida, há um ano. Mas os argentinos resistem à idéia. Fontes da presidência da argentina disseram ao estado que mudar os planos agora é complicado demais”*.

O discurso contido no artigo apresenta um caráter centrífugo em relação à visão de que o Mercosul poderia ser um vetor de desentendimentos. A mídia dá destaque para os entraves, por isso, fica a impressão de desentusiasmar os participantes do Mercosul.

6.4.1.2 Argentina defende idéia de passaporte único no Mercosul

Autor: Ariel Palácios (correspondente)

OESP- 23/07/1998

Origem: Buenos Aires

1 coluna e 4 parágrafos

Tema:

O secretário de Planejamento Estratégico da Argentina, Jorge Castro, considera que o Mercosul estabeleceu um vínculo definitivo entre Brasil e a Argentina. ‘Os destinos do Brasil e da Argentina estão ligados’, afirmou ao Estado. Segundo ele, esse destino comum poderia ter como primeiro símbolo a criação de um passaporte único. ‘O passaporte argentino já tem escrito ‘Mercosul’ em sua capa’, ressaltou. ‘O Mercosul não é só um projeto de ordem econômica, mas também de ordem política[...]. Castro sustentou que um passaporte assim estaria destinado a mostrar uma ‘identidade Mercosul’ e, com o passar do tempo, ‘uma cidadania Mercosul’.

Na matéria cabe ao secretário de Planejamento Estratégico da Argentina, Jorge Castro a fala. Parafrasticamente ele constrói o discurso, intercalando palavras capazes de dar um sentido ao enunciado, traduzido assim pelo correspondente: “*O Mercosul não é só um projeto de ordem econômica, mas também de ordem política[...]. Castro sustentou que um passaporte assim estaria destinado a mostrar uma ‘identidade Mercosul’ e, com o passar do tempo, ‘uma cidadania Mercosul’.*”

Está claro no texto do jornalista Ariel Palácios, a intenção de divulgar os vínculos entre Brasil e Argentina. Nota-se na matéria do jornalista o interesse de fortalecer as relações de Brasil e Argentina e, conseqüentemente, o Mercosul. Do seu lugar de fala, o jornalista parece torcer pela consolidação do Mercosul, apesar de citar os entraves entre Brasil e Argentina. No texto ele destaca que o presidente Carlos Menén insistirá na aceleração do processo de convergência fiscal e monetária, como condições para a criação de uma moeda única.

O discurso da mídia parece tentar convergir (centrípeto) para a integração regional e para uma matriz de americanidade. A matéria do correspondente parece pretender entusiasmar os criadores do Mercosul. O discurso jornalístico pretende também advertir o leitor para uma integração entre Brasil e Argentina.

6.4.1.3 Pelo déficit controlado

Autor: Márcia Carmo (Correspondente)

Jornal do Brasil 23/07/1998

Origem: Buenos Aires

2 colunas e 8 parágrafos

Tema:

Diretores dos bancos centrais dos quatro países que formam o Mercosul(Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) vão se reunir a partir de amanhã, em Montevidéu, capital do Uruguai, para trocar as primeiras informações sobre política econômica[...]. O objetivo é que, com base nesses encontros, seja definido um limite para o déficit fiscal em cada um dos países-membros [...]. Estarão na pauta de discussões temas políticos, como compromisso comum pela democracia e o desarmamento [...]. A depender dos argentinos, a moeda única, assunto preferido do presidente Carlos Menem, entrará em debate [...]. Independentemente da moeda única, assunto que não agrada ao governo brasileiro, a idéia é que em um ano os presidentes dos quatro bancos centrais saibam tudo o que se passa nos caixas dos países vizinhos - incluindo o vocabulário que usam e a metodologia de cada país para os cálculos financeiros ou comerciais. A partir da definição do que chamam de 'coordenação macroeconômica', as autoridades terão mais um ano para fixar o limite de déficit a ser cumprido [...]. Não se prevê mudança no plano de conversibilidade da Argentina ou no plano de estatização do Brasil [...]. 'O fato é que déficit fiscal alto dá medo, mas pode ser solucionado'. No Brasil, déficit inclui gastos com estatais. Na Argentina, o conceito é outro. 'O importante é que a gente fale sobre o mesmo conceito'[...]. A Argentina está com o déficit fiscal controlado, mas continua preocupada com o déficit brasileiro [...]. Aqui, além da economia brasileira, preocupa a eleição no Brasil. 'Do futuro do Brasil depende o futuro da Argentina', disse a fonte do BC argentino.

A matéria da correspondente, Márcia Carmo, relata a intenção dos diretores dos bancos centrais dos quatro países que formam o Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), trocarem informações sobre política econômica com o objetivo de estabelecer limites para o déficit fiscal de cada um dos países-membros, de modo a evitar que seus efeitos recaiam sobre os parceiros da região. Destaca também alguns entraves políticos e econômicos entre os países membros do Mercosul:

Apesar da preocupação dos quatro países em relação ao quadro político, a relação está inteiramente vinculada ao problema do déficit fiscal, já que uma mudança presidencial poderia introduzir variantes inesperadas agravando as contas públicas. A reunião dos diretores dos bancos centrais dos quatro países, deixa claro a vontade e a importância da unificação contábil entre os países do Mercosul. A Cúpula do Mercosul, reunida em Montevidéu, discute os temas que não são muito diferentes: estão todos preocupados com o controle fiscal, especialmente com relação ao Brasil, já que qualquer descontrole afetaria imediatamente os demais membros do Mercosul.

Do seu lugar de fala, a correspondente parece torcer por uma integração regional, porque destaca a importância dessa Cúpula em Montevidéu, para uma meta

comum para controle fiscal em cada um dos países-membros. A jornalista relata também que assuntos políticos estão na pauta da reunião: “*estarão na pauta de discussões temas políticos, como compromisso comum pela democracia e o desarmamento.*” O clima parecer ser, entretanto, de cordialidade, depois de quatro anos de funcionamento do Mercosul. Não existe também qualquer grande arroubo da mídia, em relação à reunião, demonstrando certa convivência com as condições conjunturais.

A mídia destaca a 15ª Cúpula que inaugura as discussões sobre temas de políticas econômicas entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Apesar das divergências, o bloco vem crescendo e se esforçando para resolver questões pendentes, tanto em um campo quanto em outro, com vistas ao desenvolvimento do bloco. O discurso da mídia parece tentar convergir (centrípeto) para a integração regional e para uma matriz de americanidade.

6.4.1.4 Mercosul debate abertura para o setor de serviços

Autor: Mônica Yanakiew (correspondente)

Origem: Buenos Aires

Estado de São Paulo: 23/07/1998

1 coluna e 4 parágrafos

Tema:

O Brasil permitirá aos profissionais da Argentina, do Paraguai e do Uruguai abrir farmácias e consultórios de psicologia em seu território, além de estabelecimentos comerciais, para fornecer serviços e realizar pesquisas. Os argentinos fizeram a mesma oferta para psicólogos e biólogos. E os uruguaios e paraguaios abriram uma pequena fatia de seu mercado de telecomunicações [...]. [...] foi talvez um dos avanços mais concretos nas negociações entre os países do Mercosul no primeiro semestre[...]. [...] Houve avanços em serviços profissionais: consumo no exterior (um brasileiro compra um projeto de arquitetura na Argentina), comércio transfronteiriço (o mesmo projeto é enviado de um país a outro, por computador), a abertura de estabelecimentos comerciais (um argentino abre um escritório de arquitetura em São Paulo e contrata profissionais do Brasil), livre circulação de pessoas físicas (o mesmo argentino trabalha em seu escritório paulista ou em outro).

A matéria da jornalista Mônica Yanakiew relata os pontos positivos da abertura do setor de serviços entre os países do Cone Sul.

Essa liberalização no setor de serviços – que inclui uma abertura maior do mercado financeiro uruguaio – foi talvez um dos avanços mais concretos nas negociações entre os países do Mercosul[...]. Houve avanços em serviços profissionais[...].

Nota-se na matéria da jornalista o interesse de fortalecer as relações de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai e conseqüentemente o Mercosul. Do seu lugar de fala, a jornalista brasileira destaca as negociações comerciais entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, portanto, parece torcer pela autonomia regional. Nota-se na matéria que estes acordos no setor de serviços vêm fortalecendo uma integração maior entre esses quatro países. É como se um país precisasse do outro para crescer juntos. *“Em janeiro os quatro países dá união aduaneira assinaram um protocolo de serviços, que prevê total liberdade no comércio desse setor, em uma década”*.

A consideração a ser feita está no fato de o jornal o Estado de São Paulo ser um instrumento de comunicação inventado pela burguesia, ser o jornal preferido pelos comerciantes. O Estadão funciona, portanto, como um canal pedagógico de convergência identitária das camadas sociais mais conservadoras, ou seja, aquele que tem seu imaginário focado na cultura do comércio. Portanto, o discurso da jornalista está também voltado para um segmento, o dos comerciantes.

A jornalista revela na matéria uma disposição em favor do fortalecimento das relações comerciais entre os quatro países. O discurso da mídia parece tentar convergir (centrípeto) para a integração regional e para uma matriz de americanidade. *“[...] foi talvez um dos avanços mais concretos nas negociações entre os países do Mercosul no primeiro semestre”*. A correspondente parece convencida do êxito do acordo (abertura para o setor de serviços) e destaca os avanços no comércio transfronteiriço no Cone Sul, conclui.

6.4.1.5 Argentina descarta hipótese de acordo automotivo em Ushuaia

Autor: Ariel Palácios

Correspondente: Buenos Aires

Estado de São Paulo 16/07/1998

3 colunas e 7 parágrafos

Tema:

Não vai haver nada. Não teremos nenhum acordo em torno do regime automotivo na reunião de cúpula de Ushuaia. A frase é do secretário de Relações Econômicas Internacionais da Argentina, Jorge Campbell, que afastou a possibilidade de o regime automotivo – principal ponto pendente nas negociações do Mercosul – estar pronto na reunião de cúpula do dia 23 e 24. Campbell também descartou a possibilidade de um acordo parcial, como haviam sugerido o ministro brasileiro da Indústria, do Comércio e do Turismo, José Botafogo Gonçalves, e o secretário da Indústria e Comércio da Argentina, Alieto Guadagni. Na terça-feira, Guadagni havia dito que 80% dos temas já estavam resolvidos. Os 20% restantes limitam-se, segundo ele, às discussões sobre a dupla velocidade do regime com o Uruguai e o Paraguai, que possuem indústrias automobilísticas menos desenvolvidas; à discussão e ao índice de nacionalização das autopeças [...]. No próximo dia 24 a

Argentina entrega ao Brasil a presidência pro tempore do Mercosul. Campbell descreveu o desempenho da Argentina como um “sucesso”, pois nesse período foi alcançado o acordo com o Pacto Andino e tiveram início das discussões da Área de Livre Comércio das Américas. O presidente Carlos Menem, porém, quer ser lembrado como o principal responsável pela criação das bases da moeda única do Mercosul. A idéia encontra resistência do governo brasileiro, mas os argentinos insistem e querem discutir o assunto na reunião de cúpula.

O texto de Ariel Palácios é informativo e excessivamente realista. O correspondente dá destaque aos impasses do regime automotivo, que vinha se arrastando praticamente desde o início do Mercosul. Era considerado ponto principal pendente nas negociações do Mercosul naquele momento. “*Não vai haver nada. Não teremos nenhum acordo em torno do regime automotivo na reunião de cúpula de Ushuaia*”.

A mídia relata também outro impasse nas negociações do Mercosul. “*O presidente Carlos Menem, porém, quer ser lembrado como o principal responsável pela criação das bases da moeda única do Mercosul. A idéia encontra resistência do governo brasileiro, mas os argentinos insistem e querem discutir o assunto na reunião de cúpula.*”

Na sua fala, o secretário Jorge Campbell enfatiza os acordos do Mercosul com o Pacto Andino e as discussões com a Alca. Ao descrever os problemas enfrentados no setor automotivo do Mercosul e o acordo da Argentina com a Alca, Palácios parece querer manter seu jornal, mídia paulista, longe da briga, não se preocupando, em essência, com o aspecto integracionista em desenvolvimento, mesmo que não se alcancem acordos formais, no caso ele se concentra na questão do acordo automotivo.

A mídia paulista dá destaque aos impasses do Mercosul, enfatizando, problemas no setor automotivo. Portanto, o jornal não se posiciona como um incentivador do Mercosul. A matéria mostra um impasse (crise interna) dentro do Mercosul, apesar do otimismo de Menem, que pretendia retomar naquela reunião a idéia de uma moeda única, talvez para encerrar o período do mandato presidencial da Argentina, durante o qual conseguiu-se o acordo com a Comunidade Andina, mas também uma aproximação com a Alca.

A matéria de Ariel Palácios, aborda alguns dos problemas pendentes no Mercosul. Palácios parece cumprir aparentemente a sua responsabilidade de transmitir o que está acontecendo. A reunião de Ushuaia foi cercada de muitas expectativas, já que todos achavam difícil chegar lá e havia ainda questões pendentes especialmente na área automobilística. Mas Menem insistiu. Ele lançou um selo do Mercosul e queria lançar a moeda única, enfim fazer o seu “debut”, deixar uma marca. A matéria tem sim um sentido **centrífugo**, pelo destaque dado pelo repórter à inflexão existente que, às vezes, a imprensa deixava de registrar com ênfase empregada por ele no seu texto. De qualquer maneira, Menem avançou em direção à integração continental durante a gestão da Argentina.

6.4.1.6 Para diretor da OMC, bloco deve exportar para mais países

Autor: Monica Yanakiew
Correspondente. Buenos Aires
Estado de São Paulo 23/07/1998
2 colunas e 4 parágrafos
Tema:

O Mercosul praticamente esgotou a sua capacidade de aumentar o comércio de bens entre seus quatro membros (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), que cresceu 157% nos últimos cinco anos, e agora deveria se dar prioridade à liberalização de serviços e às exportações para terceiros mercados. A opinião é do vice-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Jesús Seade, segundo o qual esse seria o momento para a união aduaneira apostar suas fichas numa associação com 15 países da União Européia (UE)[...]. A Comissão da UE (órgão executivo, com sede em Bruxelas) finalmente aprovou o documento, que enviou ao conselho de Ministros dos 15 países membros, pedindo mandato para negociar com o Mercosul e Chile.

A correspondente Monica Yanakiew destaca na sua matéria a intenção da UE em negociar uma área de livre comércio com o Chile e com o Mercosul. *“Ontem, a Comissão da UE (órgão executivo, com sede em Bruxelas) finalmente aprovou o documento, que enviou ao conselho de Ministros dos 15 países membros, pedindo mandato para negociar com o Mercosul e o Chile.”* Ela reforça essa idéia na fala do vice-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Jesús Seade. Segundo ele, *“esse seria o momento para a união aduaneira apostar suas fichas numa associação com os 15 países da União Européia (UE)”*.

Trata-se de um plano político dos países europeus de fortalecerem seu bloco (UE) em relação, principalmente, aos EUA. Para os norte-americanos, a América Latina é de suma importância para sua economia e também para sua política. De acordo com a Doutrina Monroe -“A América é para os americanos!” - os EUA têm grande interesse na região Sul-americana por questões econômicas e também para ampliar seu imperialismo. Portanto, a União Européia também tem interesse na região para poder competir com os EUA.

Nota-se que a correspondente mantém seu discurso distanciado do processo de integração regional. Concentra-se na fala do representante da UE, desdobrando parafrásticamente seu discurso de forma a reforçar a importância de uma integração do Mercosul com a UE, que, por outro lado, tenta amarrar na mesma intenção também o Chile, apenas associado do Mercosul.

A jornalista Monica Yanakiew parece, para uma união entre o Mercosul e a UE, não se preocupar com a questão regional. Ela se baseia na fala do vice-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Jesús Seade, que sustenta a união entre os dois blocos. *“Espero somente que a UE tenha a sensibilidade de perceber que tem muito mais a ganhar, no comércio de bens e serviços com o Mercosul, do que com a insistência em*

proteger seu mercado agrícola”. Na expectativa de ganhar espaço dentro do Mercosul, o representante da UE fala polissemicamente, jogando os segmentos produtivos europeus contra eles mesmos, e questionando a tendência atual da UE de proteger sua agricultura, como se não estivesse ali falando em nome de todos os segmentos.

A mídia destaca a intenção da UE em criar uma área de livre comércio com Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile. Nota-se que a matéria pende favoravelmente para uma integração entre os blocos do Mercosul e da UE. Portanto, a correspondente não se preocupa em discutir o que seria bom para o Mercosul, mas a relatar as intenções européias. O discurso da jornalista parece conduzir um sentido centrífugo, ao ignorar que o mesmo espaço está sendo disputado pelos EUA. Trata-se de uma matéria informacional, parafrástica e que em nada contribui para a integração regional e, conseqüentemente, para fortalecer uma matriz de americanidade.

6.4.1.7 Um passo para acerto automotivo

Autor: Márcia Carmo

Correspondente: Buenos Aires

Jornal do Brasil 24/07/1998

3 colunas e 6 parágrafos

Tema:

Os quatro países que formam o Mercosul anunciam hoje o que promete ser o primeiro passo concreto para a assinatura do acordo automotivo[...]. Para evitar novas polêmicas e ameaças de crise, que geralmente partem da Argentina, os negociadores assinaram, ontem, um documento prévio, no qual se comprometem a cumprir as primeiras metas estabelecidas [...]. O resultado do acordo automotivo, que entrará em vigor no ano 2000, será o aumento da produção de automóveis na região, que passarão a ser um produto acabado do Mercosul, e ainda provocarão o aumento de investimentos estrangeiros nos quatro países[...]. Atualmente, segundo a consultora Ecolatina, do economista Roberto Lavagna, 90% das exportações argentinas de automóveis se dirigem ao Brasil, enquanto 70% do que é produzido neste setor pelo Brasil vai para a Argentina.

Nota-se que, no texto da correspondente Márcia Carmo, estão contidas as “**tensões internas**” entre Brasil e Argentina, que tentam chegar a um acordo no setor automotivo. As “**tensões internas**” no campo das negociações dentro do próprio Mercosul, são responsáveis por quase anteciparem o fim da organização, especialmente na fase de transição. São divergências de interesse surgidas das discussões diárias nos diferentes espaços discursivos internos o que contribuiu para alimentar a insegurança e as incertezas dentro do Mercosul. Essas tensões estão contidas na matéria nas falas de Roque Fernández, alto funcionário da equipe do ministro da Economia da Argentina e o ministro da Indústria, Comércio e Turismo, embaixador José Botafogo Gonçalves.

Aceitamos algumas tarifas para poder entrar no mercado brasileiro e agora temos dificuldades em algumas áreas, aproveitou para se queixar um alto funcionário da equipe do ministro da Economia da Argentina, Roque Fernández. Mas foi justamente por temerem um fluxo maior de investimentos para o Brasil que os argentinos se queixaram tanto. ‘O Brasil não só aceita o fim dos subsídios como está louco para acabar com eles’, disse Botafogo. ‘Mas tem gente que tem subsídios e não quer falar. Os argentinos têm, mas não falam no assunto’. [...] nos últimos dias, enquanto o Brasil dizia que estava tudo bem, os outros mostravam insatisfação, apesar do aparente acerto que teriam mantido durante reuniões realizadas, há um mês em Buenos Aires.

Mas apesar dessas tensões internas, os dois países estão buscando um acordo no setor automotivo, e conseqüentemente, aumentará a produção de automóveis na região.

[...] os negociadores assinaram, ontem, um documento prévio, no qual se comprometem a cumprir as primeiras metas estabelecidas [...]. O resultado do acordo automotivo, que entrará em vigor no ano 2000, será o aumento da produção de automóveis na região, que passará a ser um produto acabado do Mercosul, e ainda provocará o aumento de investimentos estrangeiros nos quatro países[...].

Apesar das “**tensões internas**” no setor automotivo entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, nota-se a intenção deles de se chegar a um acordo na cúpula do Mercosul, na cidade de Ushuaia. Os quatro países estão interessados em resolver os impasses no setor automotivo. A correspondente destaca que o resultado do acordo automotivo trará aumento da produção de automóveis na região. “[...] *que entrará em vigor no ano 2000, será o aumento da produção de automóveis na região, que passará a ser um produto acabado do Mercosul, e ainda provocará o aumento de investimentos estrangeiros nos quatro países*”. Portanto, a mídia parece se posicionar a favor de uma integração regional.

A mídia descreve as “**tensões internas**” no setor automotivo entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, mas destaca que ambos caminham para uma solução do problema que, conseqüentemente, traria muitas vantagens para os quatro países. [...]. *Para evitar novas polêmicas e ameaças de crise, que geralmente partem da Argentina, os negociadores assinaram, ontem, um documento prévio, no qual se comprometem a cumprir as primeiras metas estabelecidas [...].*

A notícia parece trazer o leitor para a idéia de um entendimento final, um discurso centrípeto, para o esforço que está sendo feito em direção a uma integração regional o que, conseqüentemente, fortalece a idéia da americanidade.

6.5 Protocolo de Olivos – Relançamento do Mercosul (2000 - 2003)

O Mercosul atravessava sérios problemas de credibilidade e até de conveniência, em razão dos problemas institucionais e conflitos econômicos e sociais. A situação da Argentina é crítica e sua democracia apresentava-se debilitada, revelando um cenário de incertezas quanto ao futuro, consequências advindas da crise macroeconômica sem precedentes que tomou conta do país..

A crise portenha afetava as relações também com os países do bloco do Mercosul, levando à quebra de alguns compromissos. Surge daí o Protocolo de Olivos, na expectativa de que ele possa permitir um certo avanço no progresso de integração regional, mesmo que ainda distante da elaboração de um direito comunitário no Mercosul. O documento incorpora modificações do sistema original estabelecido pelo Protocolo de Brasília, criando Tribunal Permanente de Revisão, que aparece como instância de revisão dos laudos arbitrais emitidos pelos Tribunais *ad hoc* criados pelo Protocolo de Brasília.

Com a decisão pretendia-se fortalecer a estrutura institucional do Mercado Comum do Sul, diante da instabilidade gerada pela crise econômica, no pressuposto de que assim poder-se-ia dar continuidade e maior estabilidade aos compromissos assumidos, com a aplicação uniforme das normas do Mercosul, o que não acontecia com o Protocolo de Brasília. Mas, a imprensa não conseguia ver no novo instrumento jurídico uma alternativa, fazendo reviver algumas tensões internas dentro do bloco.

6.5.1 Relançamento do Mercosul (2000 – 2002)

A crise argentina e as consequências decorrentes para os demais países membros, acrescida da deterioração de dispositivos de alguns protocolos, fez emergir um discurso catastrófico quanto ao futuro do Mercosul, e, entre os otimistas uma reivindicação no sentido de se fazer um relançamento do Mercosul, em base renovadas e ajustadas às novas condições conjunturais.

6.5.2 Intelectuais

6.5.2.1 Conveniências do Mercosul

Autor: Carlos Tavares de Oliveira

Intelectuais: jornalista e assessor de comércio exterior de Confederação Nacional do Comércio (CNC)

O Globo 25/06/1998

2 colunas e 5 parágrafos

Tema:

Em caso típico, com relação ao Mercado Comum do Sul formou-se entre nós tal corrente otimista que impede a visão de aspectos negativos existentes, prejudiciais ao Brasil [...]. Mesmo sem ser especialista, apenas com um simples relance na balança, verifica-se que a Argentina tem sido a principal beneficiada do Mercosul. No ano passado, enquanto os seus três parceiros (Brasil, Uruguai e Paraguai) amargaram déficits nas transações intra-Mercosul, a Argentina usufruía confortável superávit de US\$ 1, 5 bilhão [...] Esse desequilíbrio comercial, que, sem dúvida, afeta a nossa economia, é reflexo da precipitada antecipação de cinco anos da vigência do Mercosul, aprovada pelo Governo brasileiro em 94, e nitidamente favorável à Argentina[...]. As exportações, basicamente para o Brasil, continuam a sustentar o crescimento da economia argentina [...]. No intercâmbio com o Paraguai, registram-se, igualmente, fatos poucos convenientes aos interesses brasileiros [...]. O crônico contrabando canaliza bilhões de dólares de produtos vindos do Paraguai, revertendo de forma drástica os termos do intercâmbio.

O artigo de Carlos Tavares de Oliveira retrata bem os impasses econômicos entre os países que compõem o Mercosul. Ele destaca que o Brasil é o grande prejudicado em relação aos acordos comerciais, e que os beneficiados são Argentina, Paraguai e Uruguai: *“O intercâmbio do Mercosul, onde o Brasil é, longe, o maior importador, tornou-se fundamental para as economias dos três parceiros.[...] verifica-se que a Argentina tem sido a principal beneficiada do Mercosul.”*

Ele denuncia não apenas o saldo positivo da balança comercial em favor da Argentina naquele momento, como se coloca como porta-voz da CNC para denunciar o contrabando, identificando nominalmente o país responsável. *“No intercâmbio com o Paraguai registram-se, igualmente, fatos poucos convenientes aos interesses brasileiros [...].O crônico contrabando canaliza bilhões de dólares de produtos vindos do Paraguai, revertendo de forma drástica os termos do intercâmbio.”*

Ao relatar que o Brasil está sendo prejudicado nas relações comerciais com Argentina, Uruguai e Paraguai, a mídia não parece se posicionar a favor de uma integração regional. O assessor da CNC não se posiciona a favor do Mercosul. *“Mesmo sem ser especialista, apenas com um simples relance na balança, verifica-se que a Argentina tem sido a principal beneficiada do Mercosul.”* É uma voz parafrástica, não necessariamente em defesa dos interesses da comunidade, mas dos segmentos comerciais brasileiros. A mídia destaca que o Brasil está sendo prejudicado no Mercosul. Portanto, a notícia parece advertir o leitor para um discurso centrífugo, que não contribui para uma integração regional.

6.5.2.2 Mercosul: frio, inodoro e sem sabor

Autor: Octavio Mello Alvarenga
 Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.
 O Globo 27/07/1998

4 colunas e 7 parágrafos

Tema:

Refugiados no Hotel del Glaciar, na capital da Terra do Fogo, na Patagônia, quatro sócios fundadores e mais dois aderentes transformaram a “XIV Cumbre de Presidentes de Mercosul” na menos interessante de quantas ocorreram anteriormente[...]. Nas alterações que provocou o Mercosul, a agricultura brasileira foi séria e duramente atingida, em particular os produtores de arroz, de trigo, e todo o setor dos lácteos, a partir dos produtores de leite – como já escrevemos aqui várias vezes. A bandeira do “SOS Leite” recentemente agitada no Brasil aponta para dois vilões: um deles é o Mercosul; o outro, a União Européia[...]. O governo brasileiro endureceu sua posição em relação à necessidade de abertura do mercado argentino para a produção nacional de açúcar [...]. Os líderes do Mercosul rejeitam a negociação de uma área de livre comércio com o UE, caso seja mantida uma lista de exclusão para produtos agrícolas europeus. Esperamos que a próxima reunião se realize em clima mais ameno, quando já estejam se efetivando a adoção de um passaporte único para os mercossulenhos e bem encaminhados os estudos de moeda única.

O artigo de Octavio Mello Alvarenga enfatiza que a reunião entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, na Patagônia, foi a “*menos interessante de quantas ocorreram antes. [...] na pauta da reunião não constava item relacionado com agricultura ou alimentos.*” Alvarenga relata que a agricultura brasileira foi prejudicada pelo Mercosul e pela União Européia: “*Nas alterações que provocou o Mercosul, a agricultura brasileira foi séria e duramente atingida,[...]. A bandeira do “SOS Leite” recentemente agitada no Brasil aponta para dois vilões: um deles é o Mercosul; o outro, a União Européia*”. Esses são alguns dos problemas citados pela mídia, que Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai vêm enfrentando dentro do Mercosul. Mas Alvarenga destaca também os pontos positivos do bloco; “*O Mercosul foi montado como megabloco econômico para, em princípio, beneficiar os consumidores dos quatro países. Facilidades alfandegárias implicaram a adoção de uma tarifa externa comum (TEC) e sem dúvida ampliou-se o comércio entre os associados primitivos.*”

Outro ponto importante foi que os líderes do Mercosul fecharam um acordo de não negociar com o UE :

Os líderes do Mercosul rejeitam a negociação de uma área de livre comércio com o UE, caso seja mantida uma lista de exclusão para produtos agrícolas europeus. O presidente Fernando Henrique “comprou” nossa tese. E repetiu: ‘Não tem sentido a manutenção de altas taxas de subsídios agrícolas pelos países desenvolvidos’. Isso que o presidente considera ‘injustas travas ao livre comércio’ servirá para o Mercosul incentivar negociações com Bolívia e Chile.

Nota-se que a mídia relata os problemas, mas ao mesmo tempo, mostra os pontos positivos e ainda aponta novas saídas para os impasses. *“Esperamos que a próxima reunião se realize em clima mais ameno, quando já estejam se efetivando a adoção de um passaporte único para os mercossulenhos e bem encaminhados os estudos de moeda única.”*

O artigo de Octavio Mello Alvarenga, apesar de citar alguns problemas existentes no Mercosul, como por exemplo, a questão agrícola do Brasil, que estaria sendo prejudicado, faz críticas produtivas para melhorar as relações comerciais entre os quatro países. Portanto, parece que a mídia tenta ajudar o Mercosul, conseqüentemente contribui para uma integração regional. Alvarenga, no final do texto, ainda aponta saídas. *“Esperamos que a próxima reunião se realize em clima mais ameno, quando já estejam se efetivando a adoção de um passaporte único para os mercossulenhos e bem encaminhados os estudos de moeda única.”*

Alvarenga é uma figura totalmente identificada com os interesses dos produtores agrícolas brasileiros. O setor sofreu impactos fortes nas negociações dentro do Mercosul, considerando que os quatro países membros são classificados como “países agrícolas”. Apesar dos problemas mostrados no artigo em relação ao Mercosul, a mídia dá destaque também aos pontos positivos e às possíveis saídas para se reverterem os impasses do bloco. Portanto, parece se posicionar a favor do Mercosul. O discurso de Alvarenga apresenta um sentido **centrípeto** e, conseqüentemente, para uma matriz de americanidade.

O que chama a atenção no artigo de Alvarenga é o fato de ele utilizar a expressão, pouco comum, “mercossulenhos”, assumindo a adoção de uma identidade supranacional, não conhecida e também não reconhecida, especialmente no Brasil, onde, sem grandes convicções ela vai aparecer, em alguns artigos, como “mercosulinos”.

6.6 Reunião de Presidentes da América do Sul (2000 – 2003)

Crises metafóricas e soluções de controvérsias

Texto referência

Esse vai ser o período mais difícil do Mercosul porque, além da crises metafóricas externas, o Mercosul vai ser atingido por crises internas, o ajuste cambial do Brasil (Efeito Samba) e a crise de pagamentos da Argentina (Efeito Tequila). O Brasil passou de uma política de câmbio administrado por outra de câmbio flexível, totalmente oposta à política de paridade fixa dos argentinos. A mudança na política cambial brasileira, realizada sem consulta prévia aos membros do Mercosul, envolveu uma maxidesvalorização do Real da ordem de 30 %, e que consideradas as flexibilizações do câmbio, teria chegado, segundo o Uruguai, a mais de 70%, inviabilizando praticamente o comércio intra-regional, ao criar uma competitividade elevada para os produtos brasileiros. Rompe-se, com isso, a harmonia macroeconômica e crescem as medidas protecionistas dentro do bloco.

Instala-se uma “crise interna”. A Argentina entra em crise com a fuga de capitais, tornando-se inadimplente em relação aos compromissos externos, e o desemprego toma conta do País. Cerca de 26 empresas argentinas transferem-se para o Brasil, e, logo a seguir, toma posse o novo ministro da Economia da Argentina, Domingo Cavallo, pregando o fim da tarifa externa comum e pedindo a volta do Mercosul a apenas uma zona de livre comércio.

O bloco enfrenta paralelamente as pressões dos Estados Unidos em favor da criação da Alca, cuja criação - parece haver unanimidade entre os analistas – poderá afetar a existência do Mercosul e da União Européia. Foi um período difícil ainda porque alguns dos problemas, como o acordo automotivo, que vinham se arrastando desde a criação do Mercosul vão emergir exatamente nesse período, gerando uma confusão enorme de interesses. A União das Indústrias da Argentina chega a pedir a suspensão do Mercosul e , depois, a sua reinstalação. O período vai ser marcado ainda pelas constantes opiniões e intervenções do ministro da Economia da Argentina, Domingos Cavallo, nos assuntos do Mercosul.

6.6.1 Correspondentes

6.6.1.1 Crise de confiança põe Argentina em xeque

Autor: David Friedlander

Enviado especial a Buenos Aires

Folha de São Paulo 29/10/2000

5 colunas e 22 parágrafos

Tema:

Buenos Aires continua sendo uma bela cidade, muito mais civilizada e segura de que São Paulo ou o Rio de Janeiro, mas apareceram na paisagem ferrugens típicas de economias decadentes [...]. No ano passado a economia encolheu 3% e, para este ano, espera-se crescimento inferior a 1%. O desemprego e o subemprego atingem 30% da população economicamente ativa, o que significa cresce de 4 milhões de pessoas [...]. A falta de trabalho atinge quase todas as camadas sociais [...]. Os argentinos, que há dois anos e meio mergulham numa recessão da qual não conseguem sair, agora enfrentam uma crise de confiança. Nas últimas semanas alguns analistas estrangeiros passaram a dizer que o país corre sério risco de quebrar. A maioria ainda não concorda com isso [...]. O país está muito endividado, o equivalente a 50% do PIB (Produto Interno Bruto). As exportações perderam competitividade, muitas indústrias quebraram e o investidor estrangeiro já não investe em países emergentes como a Argentina tanto quanto antes de 1998, quando a Rússia deu um calote em seus credores [...]. Para muitos analistas, o nó argentino está no câmbio fixo (por lei, o dólar e o peso valem a mesma coisa). De todos os países emergentes que tinham câmbio fixo e entraram em crise, a Argentina foi o único que não desvalorizou sua moeda.

A matéria do enviado especial, David Friedlander, retrata dificuldades econômicas da Argentina. Mostra que o país estava mergulhado numa recessão há dois anos, e não conseguia sair da crise, com tendências a um aprofundamento. *“Os argentinos, que há dois anos e meio mergulham numa recessão da qual não conseguem sair, agora enfrentam uma crise de confiança”*. E continua:

Nas últimas semanas alguns analistas estrangeiros passaram a dizer que o país corre sério risco de quebrar. O país está muito endividado, o equivalente a 50% do PIB (Produto Interno Bruto). As exportações perderam competitividade, muitas indústrias quebraram e o investidor estrangeiro já não investe em países emergentes como a Argentina tanto quanto antes de 1998, quando a Rússia deu um calote em seus credores [...].

Nota-se que a crise Argentina abalou muito a relação com investidores estrangeiros. *“As exportações perderam competitividade, muitas indústrias quebraram e o investidor estrangeiro já não investe em países emergentes como a Argentina tanto quanto antes de 1998, quando a Rússia deu um calote em seus credores”*. A crise argentina ou “Efeito Tango”, enquadra-se nas crises metafóricas analisadas neste trabalho. Crise que balançou as estruturas do Mercosul. Foi um duro teste para o Mercosul, uma de suas maiores inflexões.

Como segundo mercado do Mercosul, a recessão argentina teve reflexos não apenas sobre economias nacionais regionais, como também abalou as estruturas do Mercosul, com conseqüentes prejuízos para o processo de integração regional. *“Os argentinos, que há dois anos e meio mergulham numa recessão da qual não conseguem sair, agora enfrentam uma crise de confiança. Nas últimas semanas alguns analistas estrangeiros passaram a dizer que o país corre sério risco de quebrar.”*

A crise argentina faz parte das “Inflexões Internas”, classificadas neste trabalho como o “Efeito Tango”. Portanto, foi uma crise que abalou o Mercosul, que conseqüentemente abalou a relação de integração regional. A mídia apresenta-se neutra no caso, apenas relata o que está acontecendo na Argentina, não se posiciona a favor, nem contra. Mas como a crise afeta o Mercosul, o texto acaba apresentando um sentido centrífugo.

Aqui se registra outro fenômeno. A crise argentina parece fazer parte de uma cadeia de problemas econômicos que afetam vários países – México, Tailândia, Coréia do Sul, Turquia e a Rússia. Algumas dessas crises foram tão incomuns que economistas e jornalistas criaram metáforas para identificá-las. A crise da Argentina foi chamada “Efeito Tango”, e faria parte dessa cadeia, cuja expressão mais forte foi chamada “Efeito Orloff”, apelido dado à crise de pagamentos da economia da Rússia, segundo o qual a economia russa estava bêbada, numa alusão ao seu presidente, Borys Yelzn, um contumaz usuário de vodka. O “Efeito Tango” da Argentina significava que a economia estava fazendo todo

mundo dançar. Tem um sentido pejorativo, ou seja, todo mundo ia perder dinheiro. A crise batia já as portas da economia argentina.

A matéria tem um sentido realista, o jornalista foi especialmente enviado a Buenos Aires para certificar-se das informações sobre a economia argentina, que já eram correntes. Trata-se de uma bela matéria, porém tem um caráter **centrífugo**, gera pânico entre os parceiros e transmite uma desconfiança pública em relação ao futuro do Mercosul. A idéia de americanidade fundada na matriz integracionista passa longe.

6.6.1.2 Outras pendências ainda causam impasse entre vizinhos do Mercosul

Autor: Ariel Palácios (Correspondente em Buenos Aires)

O Estado de São Paulo 25/03/2000

2 colunas e 6 parágrafos

Tema:

O Brasil e a Argentina anunciaram em Buenos Aires que os conflitos comerciais pendentes entre os dois países, como o dos frangos, têxteis, calçados, suínos, arroz e lácteos, serão analisados no decorrer dos próximos meses. Ambos os governos estipularam que cada caso poderá receber um “guarda-chuva protetor”, ou seja, uma série de medidas específicas que protejam um setor por tempo determinado, para que ele se fortaleça e possa mais tarde competir no livre comércio entre os dois países [...]. Alguns setores como calçados e papel conseguiram acordos setoriais mas ainda são fontes de conflitos. O setor mais problemático é o de frangos, que apesar de acordo entre empresários, provoca insatisfação aos argentinos [...]. Por causa das pendências, Botafogo Gonçalves e o negociador argentino, o vice-chanceler Horacio Chighizola, afirmaram à imprensa que concordam em criar um tribunal permanente para controvérsias comerciais do bloco comercial [...]. O negociador brasileiro afirmou que outro grande avanço nas negociações do Mercosul ocorrerá em abril, quando será realizada uma reunião de ministros da Economia, Relações Exteriores e Defesa.

A mídia destaca os esforços dos governos brasileiro e argentino, para resolverem os problemas do Mercosul, na área de têxteis, calçados, arroz, lácteos, frangos e suínos. “*O Brasil e a Argentina anunciaram em Buenos Aires que os conflitos comerciais pendentes entre os dois países, como o dos frangos, têxteis, calçados, suínos, arroz e lácteos, serão analisados no decorrer dos próximos meses.*” E para resolver esses impasses, os dois países concordaram em criar um tribunal para as controvérsias comerciais. “*Por causa das pendências, o negociador brasileiro, embaixador Botafogo Gonçalves e o negociador argentino, o vice-chanceler Horacio Chighizola, afirmaram à imprensa que concordam em criar um tribunal permanente para controvérsias comerciais do bloco comercial*”. Apesar dos problemas comerciais entre Brasil e Argentina, os dois países

procuram soluções possíveis para esses impasses. Portanto, nota-se uma vontade pela integração regional e que eles acreditam no sucesso do Mercosul.

Apesar dos problemas existentes dentro do Mercosul, a matéria parece se posicionar a favor de uma integração regional. O correspondente destaca que Brasil e Argentina se empenham para resolver os problemas comerciais na área de têxteis, calçados, arroz, lácteos, frangos e suínos. *“Por causa das pendências, Botafogo Gonçalves e o negociador argentino, o vice-chanceler Horacio Chighizola, afirmaram à imprensa que concordam em criar um tribunal permanente para controvérsias comerciais do bloco comercial [...]”. E continua o correspondente afirmando que: “O negociador brasileiro afirmou que outro grande avanço nas negociações do Mercosul ocorrerá em abril, quando será realizada uma reunião de ministros da Economia, Relações Exteriores e Defesa”.*

Os problemas comerciais entre Brasil e Argentina são muitos. Mas ambos se empenham para resolvê-los. O correspondente Ariel Palácios destaca esse empenho e, conseqüentemente, contribui para uma integração regional. A matéria do correspondente apresenta um sentido **centrípeto**, e caminha para uma matriz de americanidade. O discurso contido na matéria pauta-se na fala do embaixador José de Botafogo Gonçalves, tratado com intimidade pelo jornalista, e do negociador argentino e vice-chanceler Horacio Chighizola.

6.6.1.3 Acordo histórico para o Mercosul

Autor: Eliane Oliveira e Janaina Figueiredo

Correspondentes

Origem: Buenos Aires

O Globo 29/04/2000

4 colunas e 12 parágrafos

Tema:

Brasil e Argentina fecharam ontem um acordo histórico de objetivos de longo prazo para o Mercosul, visando a mostrar aos mercados e investidores intelectuais que o bloco está fortalecido. A partir de setembro serão divulgados, simultaneamente, os resultados fiscais, da dívida pública e os índices de inflação das duas economias, com a mesma metodologia de cálculo. Em março de 2001 serão fixadas metas de desempenho para o Mercosul. E na área comercial a prioridade será para os acordos setoriais, em que empresários contarão com formas de financiamentos bilaterais para ganhar competitividade. - Vamos arrumar a casa - resumiu o representante do Brasil para Assuntos do Mercosul, José Botafogo Gonçalves[...]. Lampreia destacou acordos para proteger setores da economia argentina que se dizem prejudicados pela desvalorização do real, ocorrida em janeiro de 1999. Mas admitiu que uma das formas de estimular entendimentos entre os empresários – especialmente das áreas têxtil, siderúrgicas, de calçados, de papel e celulose e frangos – seria a criação de instrumentos comuns de financiamento ou o uso dos já existentes em cada país. Além disso,

os dois governos vão criar um grupo para acompanhar os acordos setoriais.

A mídia destaca que Brasil e Argentina acertaram acordos macroeconômicos e comerciais para o bloco. O título da matéria dá ênfase ao acordo - *Acordo Histórico para o Mercosul*. A matéria das correspondentes, Eliane Oliveira e Janaina Figueiredo, aborda os pontos positivos desse acordo:

Brasil e Argentina fecharam ontem um acordo histórico de objetivos de longo prazo para o Mercosul, visando a mostrar aos mercados e investidores intelectuais que o bloco está fortalecido. A partir de setembro serão divulgados, simultaneamente, os resultados fiscais, da dívida pública e os índices de inflação das duas economias, com a mesma metodologia de cálculo. Em março de 2001 serão fixadas metas de desempenho para o Mercosul. E na área comercial, a prioridade será para os acordos setoriais, em que empresários contarão com formas de financiamentos bilaterais para ganhar competitividade.

A matéria das correspondentes se posiciona claramente a favor do acordo firmado entre Brasil e Argentina. “*Brasil e Argentina fecharam ontem um acordo histórico de objetivos de longo prazo para o Mercosul, visando a mostrar aos mercados e investidores intelectuais que o bloco está fortalecido*”. Portanto o discurso da mídia fortalece o Mercosul e contribui para uma integração regional. Elas destacam que o acordo será amplamente favorável à região, principalmente nas áreas têxtil, siderúrgicas, de calçados, de papel, celulose e frangos.

Lampreia destacou acordos para proteger setores da economia argentina que se dizem prejudicados pela desvalorização do real, ocorrida em janeiro de 1999. Mas admitiu que uma das formas de estimular entendimentos entre os empresários – especialmente das áreas têxtil, siderúrgicas, de calçados, de papel e celulose e frangos – seria a criação de instrumentos comuns de financiamento ou o uso dos já existentes em cada país. Além disso, os dois governos vão criar um grupo para acompanhar os acordos setoriais.

A mídia destaca os acordos comerciais entre Brasil e Argentina. A notícia reconduz o leitor para o centro do processo de integração, ao conduzir um discurso **centrípeto**, convergente e para uma matriz de americanidade. Parece uma orquestra tocando uma mesma sinfonia, como se pode ver nas declarações dos representantes do Brasil para Assuntos do Mercosul, José Botafogo Gonçalves, o ministro da Fazenda, Pedro Malan do Brasil; Luís Machinea, da Argentina e das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia e Adalberto Rodríguez Giavarini. Observa-se nessa matéria, e em outras, que os correspondentes ou enviados especiais tratam as autoridades brasileiras com certa

intimidade, o que fica demonstrada na não necessidade de qualificá-las para o público leitor, como se estivesse dizendo: “aquele que está negociando em meu nome, ou em nome dos brasileiros”, o que significa uma legitimação pública dos negociadores brasileiros. Já em relação aos negociadores dos demais países, a imprensa sempre qualifica-os para dar-lhes voz de autoridade, também com o sentido de deixar claro que “eles falam pelos seus países, ou pelo povo do seus países”. (As aspas aqui são minhas)

6.6.1.4 Bloco está à deriva, diz Guelar

Autor: Marina Guimarães
 Correspondente
 Jornal do Brasil 11/12/2000
 2 colunas e 4 parágrafos
 Tema:

O Mercosul perdeu o rumo e o Brasil não exerce a sua liderança. A frase é do ex-embaixador da Argentina no Brasil, Diego Ramiro Guelar, que critica duramente a condução do bloco econômico formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Para ele, a decisão do governo chileno de esnober o Mercosul a favor de uma negociação com os Estados Unidos, é ‘um claro sinal de que o bloco já não é mais atrativo e está totalmente à deriva’. Em entrevista ao JORNAL DO BRASIL, o atual secretário de Relações Econômicas Internacionais da província de Buenos Aires deu seu diagnóstico: ‘O Mercosul está estagnado porque falta liderança, projeto, objetividade e uma discussão profunda para que avance’.[...]. O secretário afirma que o Mercosul deve partir para a institucionalização e o aprofundamento que o permitam sair da condição de mero bloco comercial para uma perfeita união aduaneira e posteriormente para um mercado comum[...]. Guelar defende o surgimento imediato de uma autoridade sanitária comum.

A matéria da correspondente, Marina Guimarães, desenvolve-se na esteira do enunciado do ex-embaixador da Argentina no Brasil, Diego Ramiro Guelar. Segundo Guelar, o bloco está sem liderança e faz críticas ao Brasil, por não assumir a responsabilidade de liderar a região. “*O Mercosul perdeu o rumo e o Brasil não exerce a sua liderança.[...] A liderança do Brasil é natural, devido ao tamanho, à localização e a outros fatores. Mas o país grande não assume a sua responsabilidade de liderar a região, analisa Diego Guelar*”.

A mídia dá destaque às críticas que Diego Guelar faz ao Mercosul e ao Brasil, causando mal-estar diplomático no Brasil. Ao dar ênfase nas declarações de Guelar, o jornal não parece estar preocupado com o efeito negativo que possa trazer para o processo de integração regional. “*O Mercosul está estagnado porque falta liderança, projeto, objetividade e uma discussão profunda para que avance.[...] Diego Guelar – que deixou o Brasil após criticar o ex-presidente do Banco Central (BC) Gustavo Franco, causando mal-estar diplomático[...].*

A mídia destaca a entrevista de Diego Guelar, que faz críticas ao Mercosul e a falta de liderança na região. Portanto, o discurso da mídia apresenta um sentido **centrífugo**, pois a matéria não reflete uma coerência discursiva voltada para o fortalecimento do processo de integração regional.

6.6.1.5 Mercosul idealiza ‘embrião’ de parlamento conjunto

Autor: Ariel Palácios

Correspondente

Origem: Buenos Aires

Estado de São Paulo 27/04/2000

2 colunas e 6 parágrafos

Tema:

O Mercosul poderá começar a pensar seriamente no “embrião” do Parlamento conjunto: a União Européia (UE) liberará recursos no total de US\$ 40 milhões para que parlamentares do Brasil, Argentina Paraguai e Uruguai possam fortalecer sua presença nas negociações do bloco comercial[...]. O convênio UE-Mercosul, assinado ontem em Buenos Aires, estipula a estadia de funcionários especializados nos órgãos da UE, além da assistência técnica, preparação profissional e oficinas interparlamentares[...]. Segundo analistas, o acordo é uma clara manobra da UE para aproximar-se do Mercosul, para ganhar terreno em relação aos EUA[...]. Segundo Gallo, ‘temos que fortalecer os órgãos do Mercosul, e assim, aumentar a participação do cidadão na integração regional.

A criação de um parlamento conjunto, com o apoio financeiro da UE, deixa claro a intenção da Europa de se aproximar do Mercosul, para ganhar terreno em relação aos Estados Unidos. A Europa tenta conquistar avanços políticos na região do Cone Sul. “*O convênio UE-Mercosul, assinado ontem em Buenos Aires, estipula a estadia de funcionários especializados nos órgãos da UE, além da assistência técnica, preparação profissional e oficinas interparlamentares [...].*” A mídia destaca bem esse interesse europeu de aproximação com o Mercosul. “*Segundo analistas, o acordo é uma clara manobra da UE para aproximar-se do Mercosul, para ganhar terreno em relação aos EUA*”.

Esse acordo entre Mercosul - UE, não favorece em nada a integração regional. Trata-se apenas de interesses políticos da UE, que disputa com os EUA uma aproximação com a região. A mídia descreve assim esse interesse; “[...] *o acordo é uma clara manobra da UE para aproximar-se do Mercosul, para ganhar terreno em relação aos EUA. Enquanto as negociações com os dois blocos estão estancadas, a Europa está tentando avançar na conquista do espaço político, afirmou*”. Essa união com a UE não contribui para uma integração regional, trata-se apenas de interesses políticos da Europa em relação aos EUA.

O convênio UE-Mercosul assinado em Buenos Aires. Não tem o sentido explícito de abrir mais uma espaço institucional de entendimento no Cone Sul. O objetivo é conseguir uma organização política mínima na região para facilitar-lhe o diálogo. Portanto, trata-se de uma postura polissêmica, paradoxal e, sobretudo, de sentido **centrífugo**, que não converge especificamente para uma matriz de americanidade.

6.6.1.6 Argentina e Brasil podem ter novo atrito

Autor: Vanessa Adachi

Correspondente

Folha de São Paulo 26/02/2000

2 colunas e 16 parágrafos

Tema:

*O governo brasileiro foi pego de surpresa ontem por mais uma medida da Argentina que poderá prejudicar as relações comerciais entre os dois países. Desta vez a iniciativa partiu do governador da Província de Buenos Aires, a maior do país, que pretende impedir que o governo provincial compre insumos e serviços de empresas que tenham emigrado para o Brasil. 'Está a caminho um 'compre argentino' na Província de Buenos Aires. Quero obrigar o Estado provincial a comprar mão-de-obra nacional', afirmou o governador Carlos Ruckauf, ao anunciar suas intenções [...]. A notícia gerou grande mal-estar no Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Segundo funcionários do Itamaraty consultados pela **Folha**, o governo recebeu com grande preocupação a notícia. A avaliação é que, se aprovada, a medida poderia ter "efeitos desastrosos" sobre o relacionamento entre os dois países [...]. Diplomatas brasileiros demonstraram preocupação com a possibilidade de que essa iniciativa se espalhe [...]. Segundo assessores do governador, Ruckauf teria decidido antecipar o anúncio da medida depois que recebeu a visita do governador do Estado do Mato Grosso, Dante de Oliveira, durante a semana.*

A matéria de Vanessa Adachi descreve a atitude do governador de Buenos Aires. O problema resulta de uma constatação de que diferentes governos estaduais no Brasil oferecem isenção fiscal e outros estímulos com o sentido de atrair indústrias para as suas regiões. Num período de apenas seis meses mais de 20 empresas haviam anunciado sua transferência para o Brasil. Carlos Ruckauf, interpreta como uma política interna, no Brasil, por intermédio da qual se dissimulam atrativos fiscais, proibidos dentro do Mercosul. Ele tenta dar uma resposta e impedir o governo provincial de comprar de empresas que saíram do país e se instalaram no Brasil. A atitude de Ruckauf foi adotada logo após ter recebido, em Buenos Aires, o governador de Mato Grosso, Dante de Oliveira, que, para agradecer, deve ter exagerado nas suas considerações políticas sobre o Mercosul.

O governo brasileiro foi pego de surpresa ontem por mais uma medida da Argentina que poderá prejudicar as relações comerciais entre os dois países. Desta vez a iniciativa partiu do governador da Província de Buenos Aires, a maior do país, que pretende impedir que o governo provincial compre insumos e serviços de empresas que tenham emigrado para o Brasil.

A atitude do governador acabou causando preocupação no governo brasileiro: “Segundo funcionários do Itamaraty, consultados pela **Folha**, o governo recebeu com grande preocupação a notícia. A avaliação é que, se aprovada, a medida poderia ter ‘efeitos desastrosos’ sobre o relacionamento entre os dois países”. A atitude do governador de Buenos Aires contribuiu para as “tensões internas”, e caso ele realmente ratifique sua intenção, prejudicaria a integração da região.

A intenção de impedir que o governo provincial compre de empresas que saíram do país gerou uma grande preocupação no Brasil. Mas, no fundo, o governador portenho não estava totalmente destituído de razão, já que, na condição de uma República Federativa, os estados brasileiros dispõem de certas prerrogativas, como a de captar e gerenciar os próprios recursos da maneira que mais lhe parecer politicamente adequado. No Brasil, existem vários casos desses. Empresas estrangeiras se instalando no país à procura de mercado, e incentivadas pelos governos estaduais, sem a interferência do governo federal.

*A notícia gerou grande mal-estar no Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Segundo funcionários do Itamaraty consultados pela **Folha**, o governo recebeu com grande preocupação a notícia. A avaliação é que, se aprovada, a medida poderia ter “efeitos desastrosos” sobre o relacionamento entre os dois países [...]. Diplomatas brasileiros demonstraram preocupação com a possibilidade de que essa iniciativa se espalhe [...].*

Portanto, a intenção de Carlos Ruckauf afeta o Mercosul, e interfere, sobretudo, na política interna, numa área em que o governo federal não tem muita ingerência. Mas, considerando que estados, províncias e regiões dos diferentes países relacionam-se entre si, via Mercosul (ALMEIDA, 2003), haveria necessidade da adoção de um entendimento comum entre eles, não necessariamente independente das negociações em nível de governo federal. A decisão do governo portenho parecia diplomaticamente, mas ofereceu a chance de que o assunto viesse a ser discutido no Mercosul.

Assim, num primeiro momento, as declarações do governador Carlos Ruckauf, publicada na Folha de São Paulo, causaram grande mal-estar nas relações comerciais e diplomáticas Brasil-Argentina. A abordagem do correspondente não poupa o governador portenho, tornando explícita e parafrástica a sua ameaça. A tendência é encontrar um sentido divergente para a atitude de Ruckauf, mas a questão emergiria a qualquer momento. Talvez a forma como ele tenha colocado, como uma reação protecionista, tenha um perfil centrífugo, num primeiro momento, mas, na sua ambigüidade, pode ter contribuído para a aproximação e ajuste das políticas dos próprios envolvidos –

estados, regiões e províncias -, por oposição, e assim conferindo um sentido **centrípeto**, integracionista, para a questão da matriz de americanidade.

6.6.1.7 *Presidentes se encontram em meio à crise*

Autor: Ariel Palácios

Correspondente:

Origem: Buenos Aires

O Estado de São Paulo 21/06/2001

2 colunas e 5 parágrafos

Tema:

O ditado, segundo o qual “os argentinos são espanhóis que falam italiano e pensam que são ingleses”, pode vir a ter um acréscimo que completa a tão sonhada europeização do Vizinho do Mercosul[...]. A votação estava prevista para o fim da noite de ontem e poderia se estender madrugada adentro. Com a cesta, o peso, além de estar amarrado ao dólar, ficará vinculado também ao euro[...]. No entanto, embora aprovada, a cesta não será adotada imediatamente. O pai da criatura, Domingo Cavallo, estabeleceu que está só entrará em vigor no dia em que um euro for igual a um dólar[...].

A matéria de Ariel Palacios destaca a intenção da Argentina de aprovar no Senado a “cesta” de moedas, vinculando o peso ao dólar e ao euro. “[...]. A votação estava prevista para o fim da noite de ontem e poderia se estender madrugada adentro. Com a cesta, o peso, além de estar amarrado ao dólar, ficará vinculado também ao euro[...].” O correspondente destaca também a vontade da Argentina de estreitar laços com a Europa. “O ditado, segundo o qual ‘os argentinos são espanhóis que falam italiano e pensam que são ingleses’, pode vir a ter um acréscimo que completa a tão sonhada europeização do Vizinho do Mercosul[...].” O artigo revela uma desilusão dos argentinos com o Mercosul, e suas pretensão de aproximar-se da Europa como forma de se safar da crise econômica.

O governo argentino está começando a receber os primeiros sinais de que precisa alterar sua política cambial de paridade com o dólar. Mas, não quer reconhecer a opção cambial flexível do Brasil como uma alternativa. Prefere voltar-se para a ênfase da “tão sonhada europeização” da Argentina. A idéia de uma cesta reunindo uma combinação de moedas fortes é a saída de Cavallo. “Com a cesta, o peso, além de estar amarrado ao dólar, ficará vinculado também ao euro [...].” Está evidente, contudo, que a emenda pode ficar pior que o soneto, já que o euro está mais estável que o próprio dólar. Parece que a idéia do ministro da Economia argentina era apenas dar uma satisfação aos próprios argentinos que estão assistindo impassíveis a deterioração das contas nacionais, esperando que Cavallo vá dar uma solução.

O assunto abordado pela mídia não contribui para o sucesso do Mercosul. Mostra uma Argentina sem saída e com uma economia cada dia mais fragilizada. Isso afeta os negócios e a própria imagem do Mercosul. Assim, a matéria apresenta um sentido **centrífugo**, que indica uma fragilização do Mercosul.

6.6.1.8 Mercosul faz cúpula ameaçado pela Alca

Autor: Clóvis Rossi – São Paulo

Enviado especial Assunção

Folha de São Paulo 17/06/2001

3 colunas e 17 parágrafos

Tema:

O Mercosul chega à sua 20ª reunião de cúpula, a partir do dia 21, em Assunção (Paraguai), mergulhado na sua mais séria crise e, paradoxalmente, dependendo para sair ou não dela mais de George Bush, o presidente norte-americano, do que dos dois principais líderes do bloco – Fernando Henrique Cardoso e Fernando de la Ru[...]. É uma alusão ao interesse norte-americano de cooptar cada um dos países americanos para aderir à Alca[...]. Juan Manuel Ramírez Cendero, da Universidade Complutense de Madri, ao dizer que, ‘se Washington decidir aprofundar a Alca, esta se tornará o projeto estratégico, o que fará o Mercosul perder entusiastas, sobretudo na Argentina. Mesmo um pesquisador que critica a eventual opção argentina pela Alca admite que ela “é uma atração para os parceiros do Brasil, por que parece oferecer acesso maior a um mercado muito atrativo (o dos Estados Unidos)[...]’. Se o processo da Alca avançar rapidamente, aí o Mercosul desmorona, porque a Argentina não terá condições de sustentar uma aliança (com o Brasil) que traz desconforto aos Estados Unidos. Se o presidente norte-americano conseguir acelerar a Alca será a materialização dos piores pesadelos do governo brasileiro, que teme ver o Mercosul abandonado por todos os seus parceiros, sepultando a prioridade um da diplomacia brasileira.

A matéria de Clovis Rossi destaca que o futuro do Mercosul depende, quase que exclusivamente, da Alca. Segundo Rossi, a implantação da Alca não interessa ao governo brasileiro. “*Se o presidente norte-americano conseguir acelerar a Alca será a materialização dos piores pesadelos do governo brasileiro, que teme ver o Mercosul abandonado por todos os seus parceiros, sepultando a prioridade um da diplomacia brasileira.*”

A matéria apresenta a opinião de especialistas no assunto que, na maioria, advertem que a Alca não é a melhor saída. Já a opinião de Juan Manuel Ramírez Cendero apresenta certa ambigüidade: “*Juan Manuel Ramírez Cendero, da Universidade Complutense de Madri, ao dizer que, ‘se Washington decidir aprofundar a Alca, esta se tornará o projeto estratégico, o que fará o Mercosul perder entusiastas, sobretudo na Argentina’.* E acrescenta ainda que “*Mesmo um pesquisador que critica a eventual opção argentina pela Alca admite que ela é uma atração para os parceiros do Brasil, por que parece oferecer acesso maior a um mercado muito atrativo (o dos Estados Unidos)[...]’.*”

A mídia mostra que o futuro do Mercosul está nas mãos de George Bush. Caso a Alca seja aprovada, o Mercosul desmorona. Portanto, parece que Clovis Rossi torce pelo futuro do Mercosul, sem a adesão da Alca. Apesar de citar alguns problemas do Mercosul, como por exemplo, a crise argentina, a matéria de Rossi parece convergir para a integração regional. Ele transcreve a opinião de analistas internacionais para quem a Alca não é a melhor saída para o futuro comercial do Cone Sul”. [...] *se Washington decidir aprofundar a Alca, esta se tornará o projeto estratégico, o que fará o Mercosul perder entusiastas, sobretudo na Argentina*”.

A matéria parece se posicionar a favor do Mercosul. Apesar de citar alguns problemas do bloco, o texto de Clóvis Rossi, mostra que o futuro do Mercosul depende da aprovação ou não da Alca. Portanto, a matéria apresenta um sentido **centrípeto**. Entre as opiniões Rossi cita Juan Manuel Ramírez Cendero, da Universidade Complutense de Madri, o historiador britânico Kenneth Maxwell, do Council on Foreign Relations de Nova York, Mahrukh Doctor, pesquisador de Economia Política Internacional do Centro para Estudos Brasileiros da Universidade Britânica de Oxford, o brasileiro Gilberto Dupos, diretor-geral do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional da USP.

6.6.1.9 Mercosul faz talvez a penúltima cúpula

Autor: Clóvis Rossi

Correspondente

Origem: Buenos Aires

Folha de São Paulo 04/07/2002

6 colunas e 19 parágrafos

Tema:

Com seus quatro países mergulhados em crise, embora de intensidades diferentes, o Mercosul faz hoje e amanhã sua reunião de cúpula semestral, que bem pode ser a penúltima do bloco[...]. Os dois candidatos que estão à frente nas pesquisas do Datafolha não escondem dúvidas ou críticas ao Mercosul[...]. Não é apenas o Brasil que muda de presidente imediatamente depois da próxima cúpula do bloco. A sucessão na Argentina também será antecipada, de dezembro para maio de 2003. É natural nesse cenário, que a cúpula de hoje e amanhã em Buenos Aires fique comprometida em termos de decisões de maior impacto [...]. O entusiasmo das duas diplomacias não combina, como é objetivo, com a conjuntura complicada, em que o comércio entre os países do Mercosul caiu para os níveis do início dos anos 90, sem falar da recessão nos três sócios brasileiros do bloco e nas quatro semanas de turbulência cambial e financeira no próprio Brasil[...]. O problema é que, ao se inaugurar 2003, não muda apenas a previdência do bloco (rotativa, a cada seis meses). Muda o ocupante do Palácio do Planalto, e o Mercosul talvez já não seja tão prioritário.

A matéria de Clóvis Rossi destaca a reunião de cúpula do Mercosul, marcada pela crise dos quatro países-membros e pelas incertezas do futuro do bloco. Segundo Rossi, a eleição presidencial do Brasil é um fator determinante para o futuro do Mercosul: “*Os dois candidatos que estão à frente nas pesquisas do Datafolha não escondem dúvidas ou críticas ao Mercosul[...]*”. A voz de Rossi, um jornalista experiente, profundo conhecedor dos problemas do Cone Sul, não mostra muito otimismo em relação ao futuro do Mercosul, sobretudo por causa da eleição presidencial daquele ano. “*O problema é que, ao se inaugurar 2003, não muda apenas a previdência do bloco (rotativa, a cada seis meses). Muda o ocupante do Palácio do Planalto, e o Mercosul talvez já não seja tão prioritário*”. O título da matéria dá destaque aos problemas do bloco, pré-anunciando o fim do acordo. “*Mercosul faz talvez a penúltima cúpula.*”, numa demonstração clara de descrença em relação ao futuro do bloco.

Ao destacar os problemas do bloco, como por exemplo, as crises dos quatro países-membros e as dúvidas dos candidatos à presidência da República quanto ao futuro do Mercosul, o correspondente sustenta suas afirmações nas pesquisas do Datafolha, da qual emergiram dúvidas e críticas dos futuros presidentes ao Mercosul. Os quatro países estão mergulhados em crise, “*embora de intensidades diferentes*”. A matéria está retoricamente bem estruturada, mas a interpretação dos discursos presidenciais não parece ter sido captado na sua interdiscursividade, porque o jornal anuncia quase a morte do Mercosul naquela reunião - hoje e amanhã - de cúpula semestral, “*que bem pode ser a penúltima do bloco.*” Errou. Portanto, a matéria do correspondente não contribui para uma integração regional.

Antes da penúltima reunião do Mercosul (07,05/07/2002), a mídia não se mostrava muito otimista em relação ao futuro do Mercosul. O texto de Rossi não parece ser uma simples informação, parece ser também um posicionamento: dele ou do jornal, eis a questão. Trata-se de um discurso de sentido **centrífugo** que, antes de aplinar as divergências, acende a fogueira das dúvidas entre governantes e leitores do jornal.

6.6.1.10 *Tripé automotivo dá vida ao bloco comercial*

Autor: Clóvis Rossi

Folha de São Paulo 04/07/2002

2 colunas e 10 parágrafos

Tema:

A melhor prova que a diplomacia pode apresentar de que o Mercosul, mesmo em crise, continua vivo é um tripé de acordos automotivos, a serem assinados ou anunciados na cúpula de Buenos Aires. O acordo é entre o México e os quatro países do Mercosul, para o que se aproveitará a participação do presidente mexicano Vicente Fox na cúpula do bloco sul-americano[...].O segundo acordo é bilateral, entre Brasil e Argentina. Hoje, a troca de veículos entre os dois países tem que ser quase paritária: [...]. A Argentina propôs, e o Brasil aceitou, uma nova proporção, a ser ainda definida no detalhe durante reunião, hoje, entre o ministro argentino da Economia, Roberto Lavagna, e o brasileiro de

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral [...] O terceiro acordo automotivo é com o Chile, mas bem menos relevante, porque o mercado chileno é pequeno na comparação com Brasil e México, as duas principais economias da América Latina.

Aparentemente, essa matéria parece desproposital porque, na anterior, no mesmo dia, o correspondente preconiza o fim do Mercosul. Na realidade, a reunião de Buenos Aires contribuiu, ao invés do enterro, para o reavivamento do Mercosul, já que o acordo automotivo é uma das principais marcas do início do Mercosul. Mesmo com as economias em crise, parece haver uma disposição de todos de se unir como forma de dar suporte ao soerguimento das economias. Agregam-se ao acordo automotivo o México e o Chile. O acordo automotivo dará vida comercial ao bloco. *“A melhor prova que a diplomacia pode apresentar de que o Mercosul, mesmo em crise, continua vivo é um tripé de acordos automotivos, a serem assinados ou anunciados na cúpula de Buenos Aires.” E o correspondente continua que: “O acordo é entre o México e os quatro países do Mercosul, para o que se aproveitará a participação do presidente mexicano Vicente Fox na cúpula do bloco sul-americano[...].”* Portanto, ao dar ênfase ao acordo, a mídia parece se posicionar a favor do futuro comercial do Mercosul, quando enfatiza que o acordo *“prevê exportações de até 140 mil veículos, no primeiro ano de vigência, com tarifa de apenas 1% (hoje, a cota é de 50 mil veículos, com tarifa de 8%). As cotas vão aumentando (para 165 mil veículos no segundo ano e 185 mil no terceiro, já com tarifa zero), até a liberalização completa do comércio em 2006”*.

Pelo o que se conhece de Clóvis Rossi, ele sempre foi um estimulador da integração regional, embora nunca tenha aberto mão da sua condição de jornalista, com a responsabilidade de registrar e, no seu caso específico, interpretar os fatos. Esta matéria parece compensar a visão negativa da anterior. Aqui ele diz que o bloco continua vivo graças ao acordo automotivo que beneficiará a todos os seus membros, não apenas com a redução das tarifas de 8% para 1%, mas também com a inclusão nessa estratégia dos mercados do Chile e do México. *“[...] O Mercosul, mesmo em crise, continua vivo. É um tripé de acordos automotivos, a serem assinados ou anunciados na cúpula de Buenos Aires.*

O correspondente chama também a atenção para o fato de que tal acordo *“prevê exportações de até 140 mil veículos, no primeiro ano de vigência, com tarifa de apenas 1% (hoje, a cota é de 50 mil veículos, com tarifa de 8%). As cotas vão aumentando (para 165 mil veículos no segundo ano e 185 mil no terceiro, já com tarifa zero), até a liberalização completa do comércio em 2006”*. Trata-se, pois, de uma matéria favorável à integração regional.

A matéria aborda as expectativas de Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e o México em relação ao novo acordo automotivo. A notícia parece transitar para um discurso **centrípeto**, direcionado para o fortalecimento da integração regional, extrapolando os limites do Mercosul para alcançar uma união de povos (mercados) ao se estender também para o Chile e o México. Esse direcionamento está contido nas falas do ministro argentino da Economia, Roberto Lavagna, e do brasileiro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral.

6.6.1.11 Virada brasileira será benéfica à Argentina

Autor: Ariel Palácios

O Estado de São Paulo 01/12/2002

3 colunas e 12 parágrafos

Tema:

Depois dos brasileiros, as pessoas que serão mais beneficiadas por uma boa gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, serão os argentinos. Essa é a opinião do economista argentino Mario Rapaport, ao falar sobre os efeitos da economia brasileira no país vizinho. Para ele, essas influências seriam sentidas também na economia local: “Um bom começo do governo Lula seria muito importante para fortalecer a centro-esquerda argentina e, assim, acabar com as políticas neoliberais neste país [...]. O economista sustentou que as propostas de Lula mostram “um novo caminho” para os países da América do Sul. Ou a Argentina servirá como um instrumento para sabotar o possível caminho que o Brasil empreenderá, retornando a um vergonhoso passado de colocar-se de joelhos diante das potências mundiais, ou contribuirá para sustentar a virada brasileira, que, no fim das contas, será benéfica para os próprios argentinos [...]. O economista sustenta que ‘o primeiro objetivo externo de Lula é o de transformar a Argentina no aliado fundamental do Brasil’. Para ele, essa prioridade é algo que não estava muito claro nos governos anteriores. O fato de que a primeira viagem ao exterior tenha como destino a Argentina me parece um gesto significativo, que indica a importância das relações entre os dois países. O economista argentino tem uma elevada expectativa de que Lula se encarregará de promover uma “institucionalização do Mercosul”. Segundo ele, é preciso adotar uma maior coordenação na área internacional, ‘que causou tantos desajustes entre os dois países no passado.

A matéria de Ariel Palácios tem como principal fonte, o economista argentino Mario Rapaport, que acredita que Lula vai influenciar a economia da Argentina. Ele se mostra bastante otimista em reação ao governo Lula e ao futuro do Mercosul. O economista, que é uma das figuras mais em evidência na Argentina nesse momento, tem uma visão altamente otimista em relação às relações na região e, sobretudo, entre o Brasil e a Argentina, diante da assunção de Lula ao governo no Brasil. “O economista sustentou que as propostas de Lula mostram ‘um novo caminho’ para os países da América do Sul”, diz o correspondente, ao interpretar as palavras do economista, para quem, “essa prioridade é algo que não estava muito claro nos governos anteriores”. Manifesta sua descrença na possibilidade de que a Argentina possa vir a sabotar o caminho que o Brasil empreenderá, chamando isso do retorno a um “vergonhoso passado de colocar-se de joelhos diante das potências mundiais”.

Rapaport prevê ainda que a Argentina “contribuirá para sustentar a virada brasileira, que, no fim das contas, será benéfica para os próprios argentinos [...]”. O

economista que vem acompanhando o desenrolar das eleições no Brasil, vai afirmar que “o primeiro objetivo externo de Lula é o de transformar a Argentina no aliado fundamental do Brasil”. Parte do princípio de que “[...] o fato de que a primeira viagem ao exterior tenha como destino a Argentina me parece um gesto significativo, que indica a importância das relações entre os dois países.”. Entende que Lula vai promover uma “institucionalização” do Mercosul, e observa “ser preciso adotar uma maior coordenação na área internacional, que causou tantos desajustes entre os dois países no passado”.

A importância dada pelo correspondente aos aspectos positivos da fala de Rapaport reflete o posicionamento do correspondente a favor do bloco. A única opinião contra uma aproximação Brasil-Argentina é, segundo Ariel Palácios, de Carlos Ruckauf, chanceler argentino. “[...] essa é a proposta, mas ele terá seus motivos [...] Ruckauf não é a favor de um aprofundamento tão grande dos vínculos com o Brasil. Ele tem outros interesses”.

A intenção de uma integração maior do Brasil com a Argentina, segundo Luiz Inácio Lula da Silva, e o otimismo de economistas argentinos em relação a essa aproximação, fortalece o Mercosul. A mídia parece se posicionar como uma estimuladora do bloco, pois destaca a intenção de Brasil e Argentina de estreitarem laços que, conseqüentemente, contribuirão para uma integração regional.

Depois dos brasileiros, as pessoas que serão mais beneficiadas por uma boa gestão de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, serão os argentinos. Essa é a opinião do economista argentino Mario Rapaport, ao falar sobre os efeitos da economia brasileira no país vizinho. Para ele, essas influências seriam sentidas também na economia local: ‘Um bom começo do governo Lula seria muito importante para fortalecer a centro-esquerda argentina e, assim, acabar com as políticas neoliberais neste país [...].’

O correspondente destaca o otimismo e a crença do economista argentino Mario Rapaport em relação ao processo de integração regional, observando que o novo governo influenciará a economia do país vizinho e que a Argentina ajudará o Brasil. Defende ainda uma união das políticas externas dos países. Portanto, a notícia contém um discurso **centrípeto**, que converge para uma integração regional e para uma matriz de americanidade.

6.6.1.12 Empresários da Argentina querem a suspensão temporária do Mercosul

Autor: Janaína Figueiredo
Correspondente
Origem: Buenos Aires
O Globo 27/08/2001
4 colunas e 10 parágrafos
Tema:

A união Industrial Argentina (UIA), federação que reúne as principais empresas do país, divulgou ontem um comunicado pedindo a suspensão temporária do Mercosul. Para os industriais, o país só conseguirá superar a recessão se romper com o bloco e adotar medidas de proteção à produção nacional [...]. A nova disputa entre Brasil e Argentina tem como pano de fundo a crise, cada vez mais dramática, do setor industrial argentino. Segundo levantamento realizado pela UIA entre 1994 e 2000, cerca de 30.600 empresas quebraram, deixando milhares de desempregados. Em março de 2000, a UIA liderou uma campanha contra a fuga de empresas para o Brasil. A Federação alegava que cerca de cem firmas haviam transferido sua produção para o território brasileiro.

Os problemas comerciais entre Brasil e Argentina estão caracterizados nas Inflexões do Mercosul, como “Crises Internas”. Inflexões que abalaram a estrutura do Mercosul, analisadas neste trabalho. Portanto, a matéria relata o interesse dos empresários em suspender o Mercosul:

A união Industrial Argentina (UIA), federação que reúne as principais empresas do país, divulgou ontem um comunicado pedindo a suspensão temporária do Mercosul. Para os industriais, o país só conseguirá superar a recessão se romper com o bloco e adotar medidas de proteção à produção nacional.

Essa foi mais uma das inflexões que balançaram o Mercosul e que afetaram o desenvolvimento e a integração regional. A intenção de suspensão temporária do Mercosul dos empresários argentinos caracteriza um dos momentos graves dentro do organismo. A crise argentina balançou as estruturas do Mercosul.

A nova disputa entre Brasil e Argentina tem como pano de fundo a crise, cada vez mais dramática, do setor industrial argentino. Segundo levantamento realizado pela UIA entre 1994 e 2000, cerca de 30.600 empresas quebraram, deixando milhares de desempregados. Em março de 2000, a UIA liderou uma campanha contra a fuga de empresas para o Brasil. A Federação alegava que cerca de cem firmas haviam transferido sua produção para o território brasileiro.

A matéria registra o fato que vem interpretado pelas próprias fontes da UIA e que, sem reconhecer os problemas causados pela política cambial inflexível, precisava de um “bode expiatório” e escolheu o Brasil. A crise argentina balançou o Mercosul e se interpôs sobre o processo de integração regional que vinha se desenvolvendo, fazendo emergir, nos seus momentos iniciais, as chamadas “frustrações estéreis”.

A desvalorização do real frente ao dólar estaria prejudicando as indústrias da Argentina que compravam e vendiam num patamar muito alto, ao manter uma paridade fixa com o dólar. Essa política vinha afetando as importações brasileiras, que, conjuntamente, transitava por sua própria crise de pagamentos. Portanto, a matéria tem um caráter **centrífugo**. Não contribui para a formação de uma identidade comum.

6.6.1.13 TEC estará em pauta na reunião do Mercosul

Autor: Ariel Palácios

Correspondente

Origem: Buenos Aires

O Estado de São Paulo 27/09/2001

3 colunas e 7 parágrafos

Tema:

Mais uma vez, o ministro da Economia, Domingo Cavallo, voltou a causar polêmica com declarações sobre o Mercosul. Dessa vez, ele propôs que o Chile seja integrado ao Mercosul como sócio pleno. Atualmente, o Chile é um país associado do bloco comercial do Cone Sul [...]. O ministro argumentou que a entrada do Chile como sócio pleno ‘funcionaria como um elemento que melhoraria a qualidade do Mercosul, pois influenciaria na política de tarifas externas do bloco’. Para Cavallo, o Chile possui ‘uma política alfandegária e comercial mais inteligente e eficaz do que a da Argentina e do Brasil’. O ministro também negou que pretenda entrar em rota de colisão com o governo brasileiro. ‘Longe de mim’, disse. Já, a União Industrial Argentina (UIA) desferiu duras críticas contra o Mercosul ontem no início da noite, quando emitiu um comunicado pedindo a suspensão temporária do bloco comercial do Cone Sul. A UIA admite que ‘o Mercosul é a ferramenta que precisamos para o desenvolvimento nacional e nossa integração com o mundo’. Desde 22 de agosto, os bancos argentinos recuperaram US\$ 1,6 bilhão que havia saído do sistema financeiro desde que a renúncia do ministro da Economia, José Luis Machinea, em fevereiro, causou disparada da desconfiança dos mercados sobre a Argentina.

A matéria de Ariel Palácios destaca a presença do ministro argentino, Domingo Cavallo, no cenário do Mercosul, com suas idéias sempre inusitadas e polêmicas. É um discurso cheio de sentidos dúbios, porque Cavallo começou a se intrometer na política brasileira, em diversas ocasiões, tendo de retroagir em suas declarações e afirmações. Havia sido escolhido por – ninguém sabe – o economista regional de maior prestígio naquele momento, e quase sempre pretende a entrada do Chile no Mercosul. Segundo ele, melhoraria o comércio da região. O Chile é um país associado do bloco comercial do Cone Sul porque optou por essa condição, que melhor se adapta á sua política interna. Estava ele se metendo, portanto, também com a política interna do Chile, inimigo cordial histórico da Argentina. “O

ministro argumentou que a entrada do Chile como sócio pleno ‘funcionaria como um elemento que melhoraria a qualidade do Mercosul, pois influenciaria na política de tarifas externas do bloco’. Para Cavallo, o Chile possui *‘uma política alfandegária e comercial mais inteligente e eficaz do que a da Argentina e do Brasil’.*

Palácios aborda também as críticas da União Industrial Argentina (UIA) ao Mercosul, num comunicado ambíguo, pedindo a suspensão temporária do bloco comercial do Cone Sul. Ao mesmo tempo dizia que *“A UIA admite que o Mercosul é a ferramenta que precisamos para o desenvolvimento nacional e nossa integração com o mundo”.* Nota-se que, apesar das críticas, a UIA admite a importância do Mercosul. E o ministro Domingo Cavallo, que geralmente causa polêmicas com suas declarações, afirmou desta vez que não pretende entrar em colisão com o Brasil. *‘Longe de mim’, disse.*

Apesar de a UIA recomendar a suspensão temporária do Mercosul, as declarações de Domingo Cavallo sobre o Chile têm um sentido temporizador, já que ele sabe que a Argentina precisa do mercado brasileiro, nas condições que vêm sendo dadas por intermédio do Mercosul, para se desenvolver sua política econômica. No fundo, pretendia que, com o Chile no bloco, o patamar das tarifas alfandegárias teria obrigatoriamente de ser reduzido – isso, querem os argentinos que importam muito do Brasil - já que o Chile pratica tarifas da ordem de 6%, enquanto a do Mercosul varia, em média, de 14 a 20 %. Por outro lado, elevou as alíquotas de uma série de produtos brasileiros, que o correspondente não registra. Se por um lado as coisas estavam dramáticas, por outro, Cavallo anunciou que os bancos argentinos melhoraram seus rendimentos. *“Desde 22 de agosto, os bancos argentinos recuperaram US\$ 1,6 bilhão que havia saído do sistema financeiro desde que a renúncia do ministro da Economia, José Luis Machinea, em fevereiro, causou disparada da desconfiança dos mercados sobre a Argentina”.* A matéria do correspondente se posiciona a favor do Mercosul, pois destaca o pontos positivos do bloco e, conseqüentemente, contribui para a integração regional.

Essas discussões foram todas despropositais. A notícia não ajuda o leitor a entender as convergências buscadas, por isso o discurso parece **centrífugo**, caminha ao contrário de tudo que vem sendo discutido e acordado, e está longe de convergir para uma matriz de americanidade ou de reconhecer o Mercosul como um vetor identitário.

6.6.1.14 Incerteza política cerca comando do Mercosul

Autor: Denise Chrispim Marin (Brasília)

O Estado de São Paulo 06/12/2002

5 colunas e 7 parágrafos

Tema:

Abalado pelas crises econômicas que atingem todos os seus quatro sócios, o Mercosul enfrenta agora incertezas também na área política. Hoje, o presidente Fernando Henrique Cardoso passará o comando do bloco econômico nos próximos seis meses para seu colega paraguaio, Luiz González Macchi, o mesmo que se tornou desde ontem alvo de um processo de impeachment em tramitação no Congresso de seu país. Em junho de 2003, na próxima Reunião de

Cúpula do Mercosul, três dos quatro presidentes de países do bloco não serão os mesmos que assinarão os compromissos assumidos no encontro de hoje, em Brasília. FHC deixará seu posto para o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, que já reafirmou seu compromisso de fortalecer o Mercosul e de manter o objetivo de chegar ao patamar mais avançado de integração, o mercado comum. O argentino Eduardo Duhalde será substituído dentro de cinco meses pelo candidato eleito em abril de 2003[...]. A notícia foi confirmada ontem pela Assessoria de Comunicação Social do Itamaraty. Fontes da diplomacia brasileira e da embaixada da Venezuela no Brasil admitiram que a chancelaria venezuelana reconheceu que a presença de Chavez em Brasília será um tanto inconveniente.

A matéria destaca as incertezas políticas quanto ao futuro do Mercosul. A jornalista descreve que na próxima reunião da cúpula, em 2003, três dos 4 países-membros terão novos presidentes. Nada indica nesse momento de que a mudança de presidentes vai favorecer o Mercosul. Há uma preocupação em relação ao novo presidente do Brasil, Luis Ignácio da Silva, já que tem uma origem (trabalhador, líder sindical) do atual, Fernando Henrique Cardoso, um intelectual com grande experiência na política. A dúvida é se os novos presidentes – da Argentina e do Uruguai – manterão os compromissos assumidos no encontro de hoje, em Brasília..

O presidente eleito no Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, já declarou seu ‘compromisso de fortalecer o Mercosul e de manter o objetivo de chegar ao patamar mais avançado de integração, o mercado comum’. O Argentino Eduardo Duhalde será substituído dentro de cinco meses pelo candidato eleito em abril de 2003[...].

As incertezas políticas, mais as crises econômicas entre os quatro países e a desistência de Hugo Chavez na reunião da cúpula ³⁹ em Brasília, são assuntos destacados na matéria. A abordagem não parece contribuir para o futuro do Mercosul, pois o foco principal da matéria são os entraves do bloco.

A matéria de Denise Chrispim Marin, retrata as incertezas políticas que assombram o Mercosul:

Abalado pelas crises econômicas que atingem todos os seus quatro sócios, o Mercosul enfrenta agora incertezas também na área política. Hoje, o presidente Fernando Henrique Cardoso passará o comando do bloco econômico nos próximos seis meses para seu colega paraguaio, Luiz González Macchi, o mesmo que se tornou

³⁹ A Cúpula do Mercosul foi realizada em Brasília, portanto a análise nesse caso, foi feita com a jornalista brasileira, Denise Chrispim Marin.

desde ontem alvo de um processo de impeachment em tramitação no Congresso de seu país. Em junho de 2003, na próxima Reunião de Cúpula do Mercosul, três dos quatro presidentes de países do bloco não serão os mesmos que assinarão os compromissos assumidos no encontro de hoje, em Brasília.

Portanto, o assunto que a mídia publica não contribui para o fortalecimento do bloco, nem para uma integração regional.

A correspondente parece, ela mesmo, insegura em relação à própria matéria, diante da mudança de linha de governo no Brasil, do desconhecimento das tendências claras dos candidatos presidenciais na Argentina, e da liderança de um candidato socialista nas eleições do Uruguai. Também parece incerto o destino do presidente do Paraguai, sobre quem pesam acusações fortes, sendo justamente ele quem vai assumir a presidência do Mercosul. A presença ou não de Chavez na reunião também se apresenta ambígua, já que há um propósito de integrar o continente, mas o Itamaraty não parece muito simpático à sua presença. Melhor para Chávez que vai entrar no Mercosul já no governo de Lula, com quem parece ter mais afinidade. Essa é, no fundo, uma matéria hiperrealista. Tem um sentido **centrífugo**, que não converge para uma integração.

6.6.1.15 Industriais querem o real na cesta de moedas

Autor: Janaína Figueiredo
 Correspondente: Buenos Aires
 O Globo 27/12/2001
 1 coluna e 6 parágrafos
 Tema:

A União Industrial Argentina (UIA) pediu ao presidente Adolfo Rodríguez Saá a incorporação do real à cesta de moedas, implementada em junho, para as operações de comércio exterior, que hoje inclui peso, dólar e calculada diariamente pela cotação do dólar e do euro. O objetivo dos industriais é amenizar o impacto da desvalorização do real na balança comercial bilateral [...]. O Brasil detém 25% das importações argentinas, e não faz sentido atacar o principal sócio da Argentina no Mercosul e no mundo.

A matéria da correspondente destaca o pedido da União Industrial Argentina (UIA), para incorporar o real à cesta de moeda.

A União Industrial Argentina (UIA) pediu ao presidente Adolfo Rodríguez Saá a incorporação do real à cesta de moeda, implementada em junho, para as operações de comércio exterior, que hoje inclui peso, dólar e calculada diariamente pela cotação do

dólar e do euro. O objetivo dos industriais é amenizar o impacto da desvalorização do real na balança comercial bilateral [...].

Segundo o Presidente da Câmara de Importados, Diego Santiesteban, “o Brasil detém 25% das importações argentinas, e não faz sentido atacar o principal sócio da Argentina no Mercosul e no mundo.” E continua ainda, afirmando: “Se o governo alterar a alíquota de importação isolaria o país, quando precisamos de ajuda”. Portanto, as declarações de autoridades do governo argentino mostram que o país deseja manter as relações comerciais com o Brasil.

O assunto abordado na matéria favorece uma integração regional, pois descreve o interesse da Argentina de incorporar o real à cesta de moeda. Além disso, a mídia destaca as boas relações comerciais entre Brasil e Argentina. “o Brasil detém 25% das importações argentinas, e não faz sentido atacar o principal sócio da Argentina no Mercosul e no mundo”. Assim, a matéria favorece à integração dos países do Cone Sul e fortalece o bloco. A mídia mostra o interesse dos industriais argentinos de incorporar o real à cesta de moedas argentinas. Portanto, a matéria apresenta um sentido **centrípeto**, que contribui para uma integração regional e para uma matriz de americanidade.

6.6.1.16 Mercosul prepara metas de 2006

Autor: Janaína Figueiredo e Eliane Oliveira
Correspondentes
Buenos Aires
O Globo 10/12/2003
1 coluna e 4 parágrafos
Tema:

Na próxima Cúpula de Presidentes do Mercosul, que será realizada semana que vem em Montevideu, devem ser anunciadas as metas para 2004. Segundo uma fonte do governo argentino, a lista deverá incluir a eleição dos futuros membros do Parlamento do Mercosul; o início do funcionamento do Tribunal de Solução de Controvérsias, no Paraguai; e o estabelecimento de metas econômicas e sociais para o bloco[...]. Também devem ser propostos acordos nas áreas de investimentos, serviços e compras governamentais[...]. Segundo uma fonte do governo brasileiro, além dos parceiros habituais, estarão na reunião o comissário de Comércio da União Européia, Pascal Lamy, o presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, e o chanceler da Rússia, Igor Ivanov.

O texto das correspondentes, Janaína Figueiredo e Eliane Oliveira, destaca a reunião de Cúpula de Presidentes do Mercosul, que será realizada em Montevideu onde serão anunciadas as metas para 2004. A proposta de trabalho para 2004 inclui “[...] a eleição dos futuros membros do Parlamento do Mercosul; o início do funcionamento do Tribunal de

Solução de Controvérsias, no Paraguai; e o estabelecimento de metas econômicas e sociais para o bloco[...]”.

O importante, contudo, é o início do funcionamento do Tribunal de Solução de Controvérsias, espaço destinado a dirimir dúvidas nos casos de conflitos de interesse entre as partes. Muitas das divergências hoje no Mercosul serão resolvidas praticamente no nascedouro, a partir de decisões do Tribunal, que deverão ser acatadas pelos membros do Mercosul. A outra é o cronograma para a criação do Parlamento regional. Nesse momento, em que o Mercosul tenta se reerguer, o mecanismo de solução de controvérsias é a questão mais importante e delicada dentro do organismo.

A mídia dá destaque às metas e acordos do Mercosul para 2004. Entre os principais: *“incluir a eleição dos futuros membros do Parlamento do Mercosul; o início do funcionamento do Tribunal de Solução de Controvérsias, no Paraguai; e o estabelecimento de metas econômicas e sociais para o bloco”*. Serão apresentados também acordos de investimentos, serviços e compras governamentais. Trata-se de uma reunião importante, considerado período difícil porque passou o Mercosul e, a bem da verdade, ainda não superado. A matéria fala de novos acordos dentro do bloco, introduzindo novas forças de emulação do Mercosul. A notícia é inteiramente favorável à convergência de interesses do bloco.

Conclusão

A matéria destaca os próximos acordos para o Mercosul no exercício de 2004. A matéria se posiciona a favor do Mercosul e apresenta um quadro positivo, refletindo o esforço para a retomada do processo de integração regional. O discurso das correspondentes Janaína Figueiredo e Eliane Oliveira apresenta um caráter centrípeto, convergente para uma matriz vetorizada de americanidade.

6.6.1.17 Povo argentino dá prioridade a bloco regional

Autor: Ariel Palacios
Correspondente,
Origem: Buenos Aires
O Estado de São Paulo 16/06/2003
1 coluna e 5 parágrafos
Tema:

O estilo pró-Mercosul do presidente Néstor Kirchner encontra um clima propício entre os argentinos, enquanto os tempos de “relações carnis” com os EUA já não agradam mais os habitantes deste país. Isto é o que indica uma pesquisa da consultoria Equis, que afirma que 63,8% dos entrevistados consideram que a Argentina deve fazer “um grande esforço para fortalecer o Mercosul e ter o Brasil como prioridade. Apenas 25,5% discordam dessa prioridade. Para a consultoria Graciela Römer e Associados, 62% dos argentinos querem que o governo reforce a relação com os países do Mercosul,

em vez da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Somente 7% preferem a Alca. Outros 14% afirmam sua predileção pela União Européia[...]. Enquanto o Brasil está em alta, a imagem dos EUA despencou entre os argentinos.[...]. Segundo a consultoria Römer, enquanto em novembro de 2002 57% consideravam que existiam sentimentos antiamericanos na Argentina, em maio deste ano a proporção subiu para 70%. A pesquisa também indica que, entre os formadores de opinião, a percepção da existência de um antiamericanismo subiu de 66% para 86% neste ano.

O novo presidente da Argentina, Nestor Kirchner tem pela frente um novo desafio: posicionar a Argentina na política internacional e, sobretudo, na sua relação de vizinhança. As pesquisas de opinião revelam um crescente sentimento de antiamericanismo contra as chamadas “relações carnavais” pregadas pelo ex-presidente Carlos Menem, que não encontra a simpatia do novo presidente. A matéria de Ariel Palácios, destaca que o antiamericanismo cresce na Argentina e que os argentinos preferem uma aproximação maior com o Brasil e fortalecimento do Mercosul, não se mostrando simpáticos à Alca. “*Para a consultoria Graciela Römer e Associados, 62% dos argentinos querem que o governo reforce a relação com os países do Mercosul em vez da Área de Livre Comércio das Américas (Alca)*”. A matéria de Palácios enfatiza ainda que: “*Somente 7% preferem a Alca. Outros 14% afirmam sua predileção pela União Européia*”.

De acordo ainda com a consultoria Römer, “*em novembro de 2002, cerca de 57% dos argentinos revelavam sentimentos antiamericanos, em maio deste ano, a proporção subiu para 70%. A pesquisa também indica que, entre os formadores de opinião, a percepção da existência de um antiamericanismo subiu de 66% para 86% neste ano*”. Enquanto o Brasil está em alta com os argentinos, o sentimento de antiamericanismo aumenta na Argentina.

Esta pesquisa mostra que os argentinos dão prioridade ao bloco regional, mostram-se muito mais interessados no Mercosul do que na Alca e na União Européia. “*Para a consultoria Graciela Römer e Associados, 62% dos argentinos querem que o governo reforce a relação com os países do Mercosul em vez da Área de Livre Comércio das Américas (Alca)*”. Esse sentimento fortalece o bloco, mostrando que o povo argentino caminha mais coeso para a integração regional. “*O estilo pró-Mercosul do presidente Néstor Kirchner encontra um clima propício entre os argentinos*”. Isto é o que indica uma pesquisa da consultoria Equis, que afirma que 63,8% dos entrevistados consideram que a Argentina deve fazer “*um grande esforço para fortalecer o Mercosul e ter o Brasil como prioridade*”. E de acordo ainda com a consultoria: “*Apenas 25,5% discordam dessa prioridade*”. Portanto, a pesquisa e a matéria concorrem para fortalecer o processo de integração regional.

O antiamericanismo fortalece o Mercosul, em detrimento do processo de integração via Alca. Pode-se concluir que a matéria de Ariel Palácios apresenta um caráter **centrípeto**, ajuda os leitores a entenderem o posicionamento e a diferença do Mercosul em relação ao processo de integração defendido pelos Estados Unidos. A matéria mostra também a população argentina envolvida, conscientemente, com a integração, enquanto uma matriz vetorizada da americanidade.

6.6.1.18 Mercosul e países andinos preparam o acordo comercial

Autor: Ariel Palácios

Correspondente:

Origem: Buenos Aires e EUA

O Estado de São Paulo 04/09/2003

2 colunas e 9 parágrafos

Tema:

Os ministros das Relações Exteriores do Mercosul – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – e os da Comunidade Andina de Nações (CAN) – Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela – se reúnem para negociar um acordo de livre comércio entre os dois blocos. As negociações para essa integração econômica se arrastam desde 1998. O prazo original da conclusão era dezembro de 2000[...]. Segundo o ministro das Relações Exteriores da Argentina, Rafael Bielsa, o país “se deu mal” quando “tentou transformar-se no irmão mais velho que fuma”. O irmão “fumante”, neste caso, seria os Estados Unidos [...]. Analisando o impacto que a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) poderia ter para a Argentina, El Loco (O louco), como é conhecido, disse que isso dependerá do governo argentino. ‘Se você vê os convênios de proteção de investimentos que assinamos nos anos 90, dá vontade de morrer. São convênios de proteção de investimentos estrangeiros. Sempre existe uma cláusula, ou duas ou três nas quais te matam.

O espaço da americanidade começa a se fechar. A matéria de Ariel Palácios destaca que o encontro dos ministros das Relações Exteriores do Mercosul – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – com os da Comunidade Andina de Nações (CAN) – Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela – que se reúnem para negociar um acordo de livre comércio entre os dois blocos. Palácio faz um relato inusitado, a partir de informações do ministro de Relações Exteriores da Argentina, Rafael Bielsa, segundo o qual seu país ‘se deu mal’ quando:

“[...] tentou transformar-se no irmão mais velho que fuma”. O irmão “fumante”, neste caso seria os Estados Unidos [...]. Analisando o impacto que a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) poderia ter para a Argentina, El Loco (O louco), como é conhecido, disse que isso dependerá do governo argentino. ‘Se você vê os convênios de proteção de investimentos que assinamos nos anos 90, dá vontade de morrer’. São convênios de proteção de investimentos estrangeiros. Sempre existe uma cláusula, ou duas ou três nas quais te matam.

A reunião em Montevideu, para negociar um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações (CAN), mostra o interesse dos dois blocos para uma integração regional maior na América do Sul. A mídia parece se posicionar a favor dessa integração. Isso porque o jornal dá destaque a essa negociação de integração econômica e ainda mostra que a tentativa de aproximação da Argentina com os EUA não trouxe bons frutos para nosso vizinho. Outro fato tornado público é que os convênios de proteção dos investimentos estrangeiros assinados pela Argentina trouxeram prejuízos para o País. “*Analisando o impacto que a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) poderia ter para a Argentina, El Loco (O louco), como é conhecido, disse que isso dependerá do governo argentino*”.

A matéria do correspondente posiciona-se favoravelmente pela integração regional, que se estende nessa reunião em Montevideu para, praticamente, toda a América do Sul ao juntar países do Mercosul com os da Comunidade Andina de Nações (CAN), ficando de fora apenas as Guianas. A matéria apresenta um caráter **centrípeto**, e o texto caminha interdiscursivamente em direção a uma matriz de americanidade.

6.6.1.19 EUA ‘aplaudem’ acordo Mercosul - UE

Autor: Paulo Sotero

Correspondente

Origem: Washington

O Estado de São Paulo 30/01/2003

4 colunas e 8 parágrafos

Tema:

A administração Bush aplaudiu ontem a iniciativa do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de levar adiante as negociações de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia, dizendo que o eventual êxito de tal esforço beneficiará todos os países que pregam a redução do protecionismo, especialmente na agricultura[...]. ‘Se o Brasil deseja expandir o comércio com a Europa e pode ajudar a reduzir o protecionismo agrícola e os bilhões de subsídios europeus, nós aplaudimos e apoiamos tais esforços, pois eles tornarão as negociações na OMC e da Alca bem mais fáceis’, acrescentou o funcionário americano[...].O cálculo que orienta a declaração americana parte da convicção de que os EUA são menos protecionistas do que os europeus em agricultura e parece contemplar duas possibilidades. A primeira é que a Europa não fará as concessões que o Brasil reivindica, especialmente no comércio agrícola, para obter um acordo equilibrado e vantajoso para o País. A segunda é que, se por algum milagre, o governo Lula conseguir obter tais concessões dos europeus, produzirá benefícios não apenas para o Brasil, mas para todos os países exportadores de produtos agrícolas, entre eles os EUA. A reação de Washington baseia-se também no fato de que, em contraste com as negociações entre o Mercosul e a União Européia,

os entendimentos para a criação da Alca seguem um cronograma já negociado entre os 33 países que participam da negociação. Como co-presidentes da fase final das negociações, que começou em novembro passado e estão programadas para terminar em janeiro de 2005, caberá ao Brasil e aos EUA preservarem tal cronograma.

A matéria do correspondente Paulo Sotero, destaca que, para o governo Bush, o esforço em direção ao livre comércio beneficiará todos os países. Os EUA apoiaram o acordo entre o Mercosul e a União Européia porque isso tornaria as negociações com a Alca mais fáceis. *‘Se o Brasil deseja expandir o comércio com a Europa e pode ajudar a reduzir o protecionismo agrícola e os bilhões de subsídios europeus, nós aplaudimos e apoiamos tais esforços, pois eles tornarão as negociações na OMC e da Alca bem mais fáceis’, acrescentou o funcionário americano[...]*”.

Para o porta-voz do Ministério do Comércio Exterior (US-TR), Richard Mills, o acordo entre Mercosul - UE de se reduzirem os subsídios europeus, será muito difícil de se concretizar.

O cálculo que orienta a declaração americana parte da convicção de que os EUA são menos protecionistas do que os europeus em agricultura e parece contemplar duas possibilidades. A primeira é que a Europa não fará as concessões que o Brasil reivindica, especialmente no comércio agrícola, para obter um acordo equilibrado e vantajoso para o País. A segunda é que, se por algum milagre o governo Lula conseguir obter tais concessões dos europeus, produzirá benefícios não apenas para o Brasil, mas para todos os países exportadores de produtos agrícolas, entre eles os EUA.

O assunto abordado pela mídia não contribui para uma integração regional. Isso porque o jornal relata que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está disposto a negociar um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia. E conseqüentemente, esse acordo, poderia favorecer os entendimentos para a criação da Alca.

A administração Bush aplaudiu ontem a iniciativa do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de levar adiante as negociações de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia, dizendo que o eventual êxito de tal esforço beneficiará todos os países que pregam a redução do protecionismo, especialmente na agricultura[...]. ‘Se o Brasil deseja expandir o comércio com a Europa e pode ajudar a reduzir o protecionismo agrícola e os bilhões de subsídios europeus, nós aplaudimos e apoiamos tais esforços, pois eles tornarão as negociações na OMC e da Alca bem mais fáceis’, acrescentou o funcionário americano[...]. A reação de Washington baseia-se, também, no fato de que, em contraste com as negociações entre o Mercosul e a União Européia,

os entendimentos para a criação da Alca seguem um cronograma já negociado entre os 33 países que participam da negociação.

Para os EUA, o acordo seria vantajoso, mas para a integração dos países sul-americanos, não seria benéfico.

O assunto abordado pela mídia não fortalece o Mercosul. A notícia não converge, porque está cheia de referenciais interdiscursivos, de expressão **centrífuga**, que, portanto, não contribui para uma integração dos países sul-americanos e para uma matriz de americanidade.

6.6.1.20 Um passo à frente para a virada do Mercosul

Autor: Eliane Oliveira e Janaína Figueiredo

Enviadas especiais:

Origem: Buenos Aires e Brasília

O Globo 16/06/2003

6 colunas e 20 parágrafos

Tema:

Os presidentes do Mercosul, do Chile e da Bolívia reúnem-se esta semana em Assunção, no Paraguai, dispostos a virar uma página que começou a ser escrita há pouco mais de três anos, quando os países da América do Sul foram afetados pelas crises russa e asiáticas e o Brasil se viu obrigado a desvalorizar sua moeda frente ao dólar. A cúpula de chefes de Estados quer passar ao mundo a idéia de que o bloco tem nova roupagem e não se resume a uma união aduaneira. Haverá três novos presidentes na reunião: Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil, Nestor Kirchner, da Argentina; e Nicanor Duarte, do Paraguai. Todos, inclusive o uruguaio, Jorge Batlle, acreditam que o Mercosul precisa mostrar resultados e se integrar não apenas sob o ponto de vista comercial, mas também econômico, político e social[...]. Os presidentes do Brasil, da Argentina, do Uruguai e do Paraguai declararam que não aceitam rupturas ou dissidências nas negociações em bloco [...]. Segundo assessores, Lula vai defender a criação de um Parlamento comum, o avanço no processo de coordenação macroeconômica e a focalização do social nos debates. Também reforçará a necessidade de se fazer acordos com a Comunidade Andina (Peru, Venezuela, Bolívia, Colômbia e Equador) e instituir um tratado na América do Sul [...]. O tema central, que consiste na harmonização das economias da região, poderá ser ofuscado pela retomada de uma rixa antiga entre Brasil e Argentina: as pressões por salvaguardas para proteger os empresários argentinos do crescimento das importações de produtos brasileiros. – Não pode haver um Mercosul

de ranger de dentes, a ferro e fogo. O diálogo é o melhor caminho – disse Macedo Soares.

A matéria das jornalistas Eliane Oliveira e Janaína Figueiredo destaca a reunião dos presidentes do Mercosul, do Chile e da Bolívia, em Assunção no Paraguai. Segundo o jornal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defenderá na reunião, um Parlamento comum e também debates sociais e acordos com a Comunidade Andina. O encontro de presidentes será importante para se resolverem alguns pontos de divergências, como por exemplo, a questão empresarial entre Brasil e Argentina.

O tema central, que consiste na harmonização das economias da região, poderá ser ofuscado pela retomada de uma rixa antiga entre Brasil e Argentina: as pressões por salvaguardas para proteger os empresários argentinos do crescimento das importações de produtos brasileiros. – Não pode haver um Mercosul de ranger de dentes, a ferro e fogo. O diálogo é o melhor caminho – disse Macedo Soares.

A matéria retrata a preocupação dos presidentes do Mercosul, mais os do Chile e da Bolívia, de se fortalecer e melhorar a integração do bloco na região. “*Haverá três novos presidentes na reunião: Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil, Nestor Kirchner, da Argentina; e Nicanor Duarte, do Paraguai. Todos, inclusive o uruguaio, Jorge Batlle, acreditam que o Mercosul precisa mostrar resultados e se integrar não apenas sob o ponto de vista comercial, mas também econômico, político e social[...]. Os presidentes do Brasil, da Argentina, do Uruguai e do Paraguai declararam que não aceitam rupturas ou dissidências nas negociações em bloco[...].* O presidente Lula defende um Parlamento comum e uma aproximação com a Comunidade Andina

A mídia dá ênfase nos progressos do Mercosul, e a boa vontade dos presidentes para uma integração maior entre os países sul-americanos. Portanto, a mídia se posiciona claramente a favor do Mercosul, contribuindo para fortalecer a integração regional.

Conclusão

A mídia destaca os avanços comerciais, sociais e econômicos do Mercosul. Conseqüentemente, a matéria apresenta um caráter **centrípeto**, voltada para o reconhecimento do Mercosul como vetor identitário. Existem muitas vozes falando na matéria; o embaixador Luiz Felipe Macedo Soares, subsecretário para Assuntos da América do Sul do Itamaraty, assessores do presidente Lula, o embaixador da Argentina, José Octávio Bordón, o ministro da Economia argentino, Roberto Lavagna, Centro de Estudos Bonaerenses (CEB), o consultor de comércio exterior Adimar Schievelbein, o diretor da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro e o diretor da Associação Brasileira da Indústria de Calçados, Heitor Klein.

6.6.1.21 Lula: ‘Não nascemos para ser pobre a vida inteira’

Autor: Cristiane Jungblut
 Enviada Especial, Montevidéu
 O Globo 17/12/2003
 3 colunas e 8 parágrafos
 Tema:

Depois de receber as chaves de Montevidéu ao lado do colega argentino, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que a reunião do Mercosul serviu para consolidar definitivamente o bloco econômico e que o Brasil e os países da América do Sul não nasceram para ser pobres. Lula destacou ainda a importância de os países mais ricos do bloco – Brasil e Argentina – ajudarem os países economicamente menores por meio da integração: - Acreditamos que não nascemos para ser pobres a vida inteira, para ser países em desenvolvimento a vida inteira, nem ficar de fórum em fórum chorando o fato de a vaca leiteira não ter passado na porta da nossa casa. O presidente afirmou que, desde a posse, decidiu com os colegas do Mercosul que era preciso reconstruir o bloco: - Decidimos que não vamos ficar esperando alguém vir ao Mercosul. Vamos viajar o mundo mostrar o que somos o que temos e o que queremos. Nós nos propusemos a vencer todas as divergências. E hoje consolidamos o Mercosul[...]. Pouco antes, ao discursar na XXV Cúpula de Países do Mercosul, Lula disse que o bloco exige um permanente esforço de negociação, inclusive para atender às necessidades das economias menores.

A matéria da enviada especial, Cristiane Jungblut, destaca o discurso do presidente Lula na XXV Cúpula de Países do Mercosul, em Montevidéu. Para o presidente, uma integração ajudará o desenvolvimento da região, e a reconstrução do bloco foi fundamental para a consolidação do Mercosul. “O presidente afirmou que, desde a posse, decidiu com os colegas do Mercosul que era preciso reconstruir o bloco. Segundo a enviada, o presidente afirmou que: “[...] não vamos ficar esperando alguém vir ao Mercosul. Vamos viajar o mundo mostrar o que somos o que temos e o que queremos. Nós nos propusemos a vencer todas as divergências. E hoje consolidamos o Mercosul[...].”

A mídia dá destaque à fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que defendeu uma integração regional para o desenvolvimento e também disse que os países mais ricos (Brasil e Argentina) têm que ajudar os países economicamente mais pobres:

Lula destacou ainda a importância de os países mais ricos do bloco – Brasil e Argentina – ajudarem os países economicamente menores por meio da integração: - Acreditamos que não nascemos para ser pobres a vida inteira, para ser países em desenvolvimento a vida inteira, nem ficar de fórum em fórum chorando o fato de a vaca leiteira não ter passado na porta da nossa casa. O presidente

afirmou que, desde a posse, decidiu com os colegas do Mercosul que era preciso reconstruir o bloco.

Parece que a mídia se posiciona a favor de uma integração regional, pois enfatiza o depoimento do presidente, um defensor do Mercosul.

A matéria retrata a defesa da integração pelo presidente Lula, preocupado com um modelo que consiga mexer com a região: “*Não nascemos para ser pobres a vida inteira*”. O discurso de Lula tem um caráter mais universal, mas referenciado na América do Sul. A matéria apresenta um sentido **centrípeto**, convergente para uma matriz de americanidade.

6.6.2 Autoridade

6.6.2.1 Nós ‘viremos o jogo’

(Entrevista: Ministro Celso Amorim: Relações Exteriores do Brasil)

Autor: Janaína Figueiredo

Enviada especial (Montevideu)

O Globo 17/12/2003

2 colunas e 6 parágrafos

Tema:

Para o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, nos últimos meses os países em desenvolvimento conseguiram virar o jogo em matéria de negociações comerciais.

O GLOBO: *A cúpula de Montevideu marcou uma nova etapa para o Mercosul? CELSO AMORIM:* *Estamos revivendo o bloco, enfrentando os problemas, apontando soluções e desenvolvendo áreas como compras governamentais e serviços. Chegamos a um acordo histórico com os países andinos. Muito se falou sobre a integração na América do Sul, e nós demos um passo definitivo nesse sentido, antes de fazer a Alca.*

- *O acordo com os andinos representa um recado para os países mais desenvolvidos, sobretudo os EUA? AMORIM:* *É um recado positivo, não de fechamento. Queremos nos abrir, mas unidos.*
- *A formação do G-20 no âmbito da OMC também fortaleceu a posição de países como o Brasil? AMORIM:* *O G-20 é um interlocutor indispensável para o sucesso da rodada de negociações na OMC.*
- *Os EUA vêm com certo temor esses novos grupos negociadores. AMORIM:* *Não existe negociação possível fora desse novo movimento. Não adianta, nem é bom para eles. As decisões da OMC são por consenso.*
- *Qual a sua avaliação sobre a reunião realizada em novembro passado, em Miami, para discutir a formação da Alca? AMORIM:* *Nós viremos o jogo, mudamos a estrutura da negociação. Agora são respeitados os interesses de todos e só avançaremos desta maneira.*

Na entrevista, Celso Amorim fala que o Brasil deu um passo importante na questão da integração regional e que os interesses dos países sul-americanos estão sendo respeitados.

*Qual a sua avaliação sobre a reunião realizada em novembro passado, em Miami, para discutir a formação da Alca? **AMORIM:** Nós viramos o jogo, mudamos a estrutura da negociação. Agora são respeitados os interesses de todos e só avançaremos desta maneira. **O GLOBO:** A cúpula de Montevideu marcou uma nova etapa para o Mercosul? **CELSO AMORIM:** Estamos revivendo o bloco, enfrentando os problemas, apontando soluções e desenvolvendo áreas como compras governamentais e serviços. Chegamos a um acordo histórico com os países andinos. Muito se falou sobre a integração na América do Sul, e nós demos um passo definitivo nesse sentido, antes de fazer a Alca.*

A entrevista de Celso Amorim mostra seu otimismo em relação ao Mercosul, principalmente por que o Brasil chegou a um acordo histórico com os países andinos e a integração na América do Sul está se consolidando.

***O GLOBO:** A cúpula de Montevideu marcou uma nova etapa para o Mercosul? **CELSO AMORIM:** Estamos revivendo o bloco, enfrentando os problemas, apontando soluções e desenvolvendo áreas como compras governamentais e serviços. Chegamos a um acordo histórico com os países andinos. Muito se falou sobre a integração na América do Sul, e nós demos um passo definitivo nesse sentido, antes de fazer a Alca.*

A entrevista de Celso Amorim publicada pelo Globo acaba fortalecendo o Mercosul, pois defende o bloco e também a integração regional. Portanto, a entrevista apresenta um caráter **centrípeto**, que evolui em direção a uma matriz de americanidade.

6.6.2.2 Um Mercosul cidadão

Autor: Tite do Rego Barros

Autoridade: embaixatriz do Brasil na Argentina

O Globo 23/05/2000

5 colunas e 8 parágrafos

Tema:

Poucos dias passados da Reunião Trimestral Brasil-Argentina, que se realizou neste final de abril em Buenos Aires, um assunto não

entrou na pauta das negociações, mas dividiu as atenções nas manchetes do “La Nación”. O jornal portenho abriu suas páginas para uma série sobre educação, cidadania e cortesia, valores, segundo o próprio jornal, escassos na Argentina de hoje [...]. Correção, civismo, atenção, boas maneiras. As palavras e os conceitos existem nos dois idiomas e, pelo que se reclama, a penúria de atitudes de civilidade, tanto na Argentina como no Brasil, é flagrante. Brinco, então, com a idéia de lançar um Mercosul de Boas Maneiras. Nele trocaríamos as discussões sobre o regime automotivo, sobre exportações de frango ou de arroz, por bens de consumo como: o sorriso, a delicadeza de um gesto com o próximo, a boa vizinhança, a piedade, o altruísmo, o respeito ao outro e à coletividade, enfim, um conjunto de conceitos e idéias de como se viver uma sociedade melhor, tão esquecidos nestas enormes formas que nos devoram hoje em dia: as cidades [...]. Por que não se propor uma moeda comum no Mercosul? A moeda do civismo, da cidadania e do Estado cumpridor das leis. A campanha foi aberta em Buenos Aires. É a vez de nossas cidades brasileiras se proporem este desafio.

O artigo de Tite do Rego Barros propõe um Mercosul mais cidadão. Um Mercosul com mais cidadania, cortesia e respeito aos outros. Ou seja, uma relação de boa vizinhança entre os países do Cone Sul.

Brinco, então, com a idéia de lançar um Mercosul de Boas Maneiras. Nele trocaríamos as discussões sobre o regime automotivo, sobre exportações de frango ou de arroz, por bens de consumo como: o sorriso, a delicadeza de um gesto com o próximo, a boa vizinhança, a piedade, o altruísmo, o respeito ao outro e à coletividade, enfim, um conjunto de conceitos e idéias de como se viver uma sociedade melhor, tão esquecidos nestas enormes formas que nos devoram hoje em dia: as cidades [...].

Nota-se claramente a preocupação de Tite do Rego Barros de melhorar as relações sociais entre os países do Mercosul. A idéia da embaixatriz de melhorar a relação entre os países sul-americanos, através da cidadania, certamente fortalece a integração regional. “*Por que não se propor uma moeda comum no Mercosul? A moeda do civismo, da cidadania e do Estado cumpridor das leis. A campanha foi aberta em Buenos Aires. É a vez de nossas cidades brasileiras se proporem este desafio*”.

A embaixatriz tocou em um ponto delicado: o tratamento entre cidadãos (diplomatas e empresários também) originários de diferentes países do Mercosul. Coube à Argentina perceber isso primeiro. E desencadeou uma campanha interna de ‘boas maneiras’. Trata-se aparentemente de uma manifestação burguesa, aristocrática, contudo, se nos tratamos mal é porque não nos reconhecemos no outro. A integração passa por uma convivência saudável, solidária, que pode ser medida pelo tratamento entre pares ou,

sobretudo, entre diferentes. O artigo é muito oportuno. A embaixatriz que, em geral, não se envolve publicamente nessas discussões, inaugurou, provavelmente, com seu discurso, uma prática no meio diplomático, que já funciona nos cargos de primeira dama. O problema é que nem todas as embaixatrizes estão em condições de se envolverem em questões políticas. Mas, a defesa da política de boa vizinhança pareceu oportuna e saída do lugar de fala (mulher do embaixador) adequado. O artigo é muito singelo e transmite um espírito de cordialidade a ser buscado, e cujo sentido é totalmente **centrípeto**, e converge diretamente para uma matriz de americanidade.

6.6.3 Parlamentares

6.6.3.1 Amercosul

Autor: João Herrmann Neto

Parlamentar, engenheiro agrônomo e deputado federal pelo PPS-SP

Folha de São Paulo 17/11/2003

3 colunas e 16 parágrafos

Tema:

As nações signatárias do Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, República Argentina, República Federativa do Brasil, República do Paraguai e República Oriental do Uruguai, deram um passo concreto para a integração das Américas, com a criação do Mercado Comum do Sul. O Tratado de Ouro Preto, em 31 de dezembro de 1994, aprofundou as relações dos quatro países-membros [...]. Os presidentes Kirchner e Lula são cabeças diferentes de seus antecessores, vindas das geleiras e do agreste, respectivamente, e são acompanhados por uma renovação quase que consentânea entre todos os 12 Estados-membros, se não no exercício do mando do Estado, seguramente nos movimentos políticos do nosso subcontinente [...]. Com a fusão entre o Pacto Amazônico, Pacto Andino e Mercosul, criar-se-ia a região com a maior riqueza biosférica do planeta, com a presença de recursos hídricos, animais e uma biodiversidade incomensuráveis[...]. O bloco sul-americano seria constituído por uma comunidade de 360 milhões de pessoas falando português e espanhol, a maior do mundo em extensão territorial continuada, com um só linguajar oficial [...]. Seria eleito um Parlamento Sul-Americano, pelo voto universal de todos os nacionais, nos moldes do já proposto pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, respeitadas as representações mínimas dos Estados Membros, cabendo a essa Câmara a representação plural e cidadã dos homens e mulheres sul-americanos, com sede física em um dos países[...]. A construção do “Amercosul” é possível. À frente, à luta, governantes da América do Sul; navegantes deste milênio. Nossa gente espera que cumpram com seu dever.

O deputado federal (PPS-SP), João Herrmann Neto, avança no processo de integração sub-regional para defender a criação do “Amercosul”, uma integração entre Pacto Amazônico, Pacto Andino e Mercosul que ao todo seriam 12 países. Ele aparece com um novo nome para configurar o processo de integração: a Cosan (Comunidade Sul-Americana de Nações) e uma comunidade formada por 360 milhões de pessoa falando português e espanhol.

Com a fusão entre o Pacto Amazônico, Pacto Andino e Mercosul, criar-se-ia a região com a maior riqueza biosférica do planeta, com a presença de recursos hídricos, animais e uma biodiversidade incomensuráveis[...].” “O bloco sul-americano seria constituído por uma comunidade de 360 milhões de pessoas falando português e espanhol, a maior do mundo em extensão territorial continuada, com um só linguajar oficial[...].” “ seria eleito um Parlamento Sul-Americano, pelo voto universal de todos os nacionais, nos moldes do já proposto pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, respeitadas as representações mínimas dos Estados Membros, cabendo a essa Câmara a representação plural e cidadã dos homens e mulheres sul-americanos, com sede física em um dos países[...].

Os países da região estão em plena discussão da formação da Alca, que vem criando problemas especialmente para o Mercosul, cujos membros só aceitam negociação dentro da Alca, como bloco, o que contraria a posição dos EUA. Surge daí o deputado João Herrman com a proposta de uma solução imediatista. já definindo o nome e a estrutura do que ele vai chamar de Cosan.. Herrman sempre foi um entusiasta da integração regional, e também um dos poucos parlamentares que se preocuparam em pronunciar-se publicamente em favor da integração. Ele acredita que a melhor solução para os países do Cone Sul é a união. “*A construção do ‘Amercosul’ é possível. À frente, à luta, governantes da América do Sul; navegantes deste milênio. Nossa gente espera que cumpram com seu dever.*” Enfatiza ele que “*Com a fusão entre o Pacto Amazônico, Pacto Andino e Mercosul, criar-se-ia a região com a maior riqueza biosférica do planeta, com a presença de recursos hídricos, animais e uma biodiversidade incomensuráveis*”.

O texto do deputado federal (PPS-SP), João Herrmann Neto tenta atrair a atenção para um processo de integração que reúna todos os países da América do Sul. Conseqüentemente, a matéria apresenta um caráter **centrípeto**, convergente para um processo de integração de reconhecimento identitário.

6.6.4 Intelectual

6.6.4.1 Crise se agrava

Autor: Míriam Leitão
Intelectual: jornalista
O Globo 03/10/2000

2 colunas e 10 parágrafos

Tema:

No governo brasileiro os maiores defensores do projeto Mercosul são o presidente da República e o ministro das Relações Exteriores. Eles sabem da importância estratégica da união entre os dois maiores países da América do Sul, mas a série de escaramuças entre os dois vizinhos está erodindo dentro do Governo a confiança no projeto. E há claramente quem não veja mais sentido na união entre os dois vizinhos. Quando os argentinos criaram barreira para o açúcar brasileiro, o ministro Pratini de Moraes reagiu dizendo que se a restrição continuasse, o Brasil não compraria trigo da Argentina. Há diplomatas que acham que esse tipo de reação do ministro da Agricultura até ajuda [...]. Os argentinos alteram unilateralmente os termos do acordo, incluindo a exigência de um certo nível de produção local nos componentes dos carros importados. O problema é que nem eles têm condição de produzir para atender a demanda artificialmente criada de componentes. Como o comércio de carros e autopeças é de 30% do Mercosul, se ele pára, o bloco começa a definh[...]. Enquanto isso a Alca avança. Esta semana estarão reunidos em Miami representantes dos nove grupos temáticos que estão tentando encontrar os primeiros pontos de acordo para a Área de Livre Comércio da América [...]. De qualquer maneira, o temor de alguns diplomatas brasileiros é o de que até lá o Mercosul se encolha. Em parte pelas escaramuças; em parte pelo impasse cambial argentino e, mais importante, pelo enfraquecimento da vontade política brasileira de construir uma união de fato.

Míriam Leitão faz uma análise dos problemas do Mercosul. Entre eles estão; problemas diplomáticos entre Brasil e Argentina, impasse cambial argentino e a Alca que avança ameaçando a estabilidade do Mercosul. O artigo aborda apenas os impasses do bloco.

Enquanto isso a Alca avança. Esta semana estarão reunidos em Miami representantes dos nove grupos temáticos que estão tentando encontrar os primeiros pontos de acordo para a Área de Livre Comércio da América [...]. De qualquer maneira o temor de alguns diplomatas brasileiros é o de que até lá o Mercosul se encolha. Em parte pelas escaramuças; em parte pelo impasse cambial argentino e, mais importante, pelo enfraquecimento da vontade política brasileira de construir uma união de fato.

A jornalista não é correspondente e nem fala como enviada especial. É uma articulista do jornal e, como tal, fala por si, evidentemente parafraseando suas fontes, que não ficam explícitas no artigo e que, de fato, não poderiam, já que trata de opiniões pessoais,

aparentemente, sobre política interna da Argentina, poderia causar, no mínimo, estranheza entre os pares no Mercosul.

No momento em que a jornalista escreve este artigo, os problemas do Mercosul estavam se acentuando. As inflexões surgiam não apenas no campo das negociações intrabloco, mas também no campo da política. A Argentina vivia um dos momentos mais graves da sua história recente. Por isso, Míriam Leitão manifesta todo o seu ceticismo em relação ao Mercosul. Seu artigo em nada contribui para o futuro do Mercosul. Como disse a jornalista, é quase sempre parafrástica. Seu artigo está pleno de vozes polifônicas – pelos temas tratados, pode-se deduzir isso – e sua voz, como a do jornal, parece interferir nos sentidos dados. Segundo ela, existe uma falta de vontade do governo brasileiro para o sucesso do bloco. *“O temor de alguns diplomatas brasileiros é o de que até lá o Mercosul se encolha. E confirma que tal fato acontece: “Em partes pelas escaramuças; em parte pelo impasse cambial argentino e, mais importante, pelo enfraquecimento da vontade política brasileira de construir uma união de fato”*. De forma epopéica, ela contrapõe o suposto insucesso do Mercosul ao êxito da Alca: *“Enquanto isso a Alca avança”*. Portanto, o artigo não agrega nada em termos de integração regional.

O artigo parece trocar pela Alca a expectativa de um sentido de americanidade que possa surgir dentro do Mercosul. Se o artigo mostra um Mercosul fragilizado, destacando os impasses, como fracassos eventuais e inibidores políticos e espaciais, não contribui para um sentido de americanidade, nem reconhece o Mercosul como um vetor dessa mesma americanidade. Portanto, tem um sentido **centrífugo**.

6.6.4.2 Realismo europeu

Autor: Horacio Lafer Piva

Autoridade: presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
Estado de São Paulo 05/03/2000

4 colunas e 10 parágrafos

Tema:

Não existem probabilidades razoáveis de que a Europa reduza no curto prazo as suas barreiras às exportações agrícolas no Mercosul. Só em 2001 poderá surgir a oportunidade política para que o tema venha a ser estudado pela União Européia [...]. Melhor será os exportadores brasileiros se concentrarem em aumentar as suas vendas de manufaturados nos mercados europeus. Um conselho realista, como foi de forte realismo a atmosfera que marcou os trabalhos do Fórum Euro-Latino-Americano, que acaba de ser realizado em Lisboa [...]. Os europeus acreditam que os Estados Unidos, qualquer que seja o sucesso de Bill Clinton, insistirão em reunir num só mercado todo Hemisfério Ocidental [...]. Espera-se em Lisboa que os grupos empresariais privados dos dois lados do Atlântico estabeleçam redes de associações e de interesses que ajudem na superação dos atuais obstáculos entre Mercosul e União

Européia[...]. Isso implica, contudo, maior fortalecimento do Mercosul, advertiram os europeus, especialmente em seu aspecto institucional[...]. Somada à integração mais profunda do Mercosul com a consolidação da União Européia, teremos entre os dois lados do Atlântico muito mais que uma simples conexão comercial, teremos uma união estratégica. E isto valerá o esforço de todos nós.

O artigo de Horacio Lafer Piva retrata bem o interesse que a Europa (União Européia) e os Estados Unidos, representados pela Alca, tem de se aproximar do Mercosul. Uma luta política entre a Alca e a UE para garantirem terreno na América Latina.

Os europeus acreditam que os Estados Unidos, qualquer que seja o sucesso de Bill Clinton, insistirão em reunir num só mercado todo Hemisfério Ocidental [...]. Espera-se em Lisboa que os grupos empresariais privados dos dois lados do Atlântico estabeleçam redes de associações e de interesses que ajudem na superação dos atuais obstáculos entre Mercosul e União Européia.

O autor também se mostra favorável à união Mercosul - União Européia. “*Somada a integração mais profunda do Mercosul com a consolidação da União Européia, teremos entre os dois lados do Atlântico muito mais que uma simples conexão comercial, teremos uma união estratégica. E isto valerá o esforço de todos nós.*”

O texto desnuda a disputa entre a União Européia e os EUA, por meio da Alca, para entrar no mercado sul-americano. É uma guerra política de muitos interesses. “*Os europeus acreditam que os Estados Unidos, qualquer que seja o sucesso de Bill Clinton, insistirão em reunir num só mercado todo Hemisfério Ocidental.*” Essa disputa de poderes não favorece ao Mercosul, muito menos, uma integração entre os países do Cone Sul, porque se trata de uma disputa mais hegemônica até mesmo que comercial. A posição de Piva, para uma união Mercosul - União Européia, em nada favorece o fortalecimento do Mercosul ou a integração no Cone Sul. Tanto a UE como os EUA disputam a hegemonia não mais sobre países, mas sobre regiões. É o lado perverso do processo de formação de blocos.

O pensamento do presidente da Fiesp pende a favor de uma união entre o Mercosul e a União Européia. “*Somada a integração mais profunda do Mercosul com a consolidação da União Européia, teremos entre os dois lados do Atlântico muito mais que uma simples conexão comercial, teremos uma união estratégica. E isto valerá o esforço de todos nós.*” Portanto, o artigo apresenta um discurso **centrífugo**. Não contribui para uma identidade regional nem para uma matriz de integração americana.

6.6.4.3 Mercosul e os interesses de Cavallo

Autor: Luiz Alberto Moniz Bandeira.

Intelectual: cientista político e ex-professor de política exterior da UNB.

Jornal do Brasil 29/09/2001

5 colunas e 9 parágrafos

Tema:

Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, os quatro sócios do Mercosul, começam no próximo dia 8, em Montevidéu, a analisar a revisão geral da Tarifa Externa Comum (TEC), que entrou em vigência em janeiro de 1995, quando se implantou o Mercosul[...]. Desde que voltou ao Ministério da Economia, (março de 2001), Domingo Cavallo, tratou de destruir a união aduaneira. Uma de suas primeiras medidas foi revisar algumas tarifas, elevando alíquotas de importação de consumo para 30% e reduzindo para 0% as aplicadas a bens de capital. Essa redução da TEC destruiu as principais preferências concedidas ao Brasil e a união aduaneira começou a ser perfurada antes mesmo de estar concluída. Cavallo, ao mesmo tempo, iniciou campanha contra o Mercosul. Declarou que ele não ajudava as economias dos seus associados e proclamou que a união aduaneira estava praticamente morta e que o Mercosul devia tornar-se simples zona de livre comércio[...]. A Argentina é o país que até agora mais se beneficiou com a implantação do Mercosul, único país do bloco a obter saldo positivo na balança comercial com todos os sócios[...]. O industrial Luis Pagani, presidente da Arcor, declarou que ‘não se pode brigar com o país ao qual se vende um terço do que se exporta’. O acordo transformou o Brasil, com mais de 170 milhões de habitantes, em um prolongamento do mercado interno da Argentina (35 milhões), o que perfaz com o Paraguai e o Uruguai um total de mais de 200 milhões. Se a união aduaneira acaba, as oportunidades melhorarão para a Argentina? A Argentina perde a preferência em um mercado de mais de 170 milhões de habitantes, que absorve cerca de 30% de suas exportações, sobretudo de trigo, pois o Brasil poderá importá-lo dos EUA, onde há superprodução, e do Canadá. A suspensão ou abolição da TEC certamente não aumentará a motivação para investir em um país como a Argentina, onde tudo é mais caro e cujo mercado interno, sem Mercosul, se reduz a 35 milhões de habitantes.

O texto de Luiz Alberto Moniz Bandeira destaca a fala do ministro da Economia, Domingo Cavallo, que estaria prejudicando o Mercosul. “Desde que voltou ao Ministério da Economia, (março de 2001), Domingo Cavallo, tratou de destruir a união aduaneira.”

Cavallo, ao mesmo tempo, iniciou campanha contra o Mercosul. Declarou que ele não ajudava as economias dos seus associados e proclamou que a união aduaneira estava praticamente morta e que o Mercosul devia tornar-se simples zona de livre comércio[...].

Bandeira contesta de forma veemente as iniciativas e declarações do ministro argentino, que vagarosamente tenta desmontar a estrutura tarifária estabelecida, com o fim claro de tirar vantagens para a economia argentina, que pena com a opção cambial paritária irreduzível, sem o devido lastro interno. Nota-se que o autor e o jornal são favoráveis à união aduaneira. “*A Argentina é o país que até agora mais se beneficiou com a implantação do Mercosul, único país do bloco a obter saldo positivo na balança comercial com todos os sócio[...].*”

Quem tem razão, e é por causa das reflexões dessas que o Mercosul sobreviveu, é o industrial Luis Pagani, presidente da Arcor, ao declarar que:

Não se pode brigar com o país ao qual se vende um terço do que se exporta [...]. O acordo transformou o Brasil, com mais de 170 milhões de habitantes, em um prolongamento do mercado interno da Argentina (35 milhões), o que perfaz com o Paraguai e o Uruguai um total de mais de 200 milhões. Se a união aduaneira acaba, as oportunidades melhorarão para a Argentina? A Argentina perde a preferência em um mercado de mais de 170 milhões de habitantes, que absorve cerca de 30% de suas exportações, sobretudo de trigo, pois o Brasil poderá importá-lo dos EUA, onde há superprodução, e do Canadá. [...] A suspensão ou abolição da TEC certamente não aumentará a motivação para investir em um país como a Argentina, onde tudo é mais caro e cujo mercado interno, sem Mercosul, se reduz a 35 milhões de habitantes.

Era o momento de revisão de tarifas (TEC), que é recalculada de tempos em tempos em direção à tarifa zero. O cientista político Luiz Alberto Moniz Bandeira, sempre foi um defensor da integração do Cone Sul, que procurou posicionar, dissecando as divergências entre o Brasil e a Argentina, colocando-os frente aos interesses e políticas norte-americanas (BANDEIRA, 1995). No artigo, ele se posiciona claramente a favor do Mercosul. Recrimina as iniciativas tarifárias de Cavallo contra produtos brasileiros, e suas declarações, naquele momento delicado, de que “*a união aduaneira estava praticamente morta e que o Mercosul devia tornar-se simples zona de livre comércio[...]*”.

Todos, inclusive na Argentina, evitavam criticar as iniciativas do ministro Domingos Cavallo, devido, não apenas à idéia corrente e mitologizada de que se tratava de uma “sumidade” em termos de visão econômica (neokneysiano de Harvard), como pelo poder e liberdade que desfrutava dentro do governo argentino para tratar de qualquer tema relacionado com a economia, ao retornar ao ministério. Com esse *habeas corpus* e a sua impertinência tornou-se um líder regional, a ponto de ter seu nome sugerido para ministro da Economia do Mercosul. O historiador brasileiro - também jornalista - Moniz Bandeira foi um dos primeiros a desmistificar o papel messiânico do ministro argentino, desfraldando a bandeira da importância do bloco, bem como do Brasil dentro dele.

Foi um momento muito difícil para o Mercosul. A mídia se esforça para não desentusiasmar os criadores do Mercosul, mas a natureza explosiva dos acordos mais complexos, como o automotivo, que foram sendo protelados, parecem ter emergido nessa

conjuntura, em que uma crise mundial estava em ebulição, e a Argentina passava por um dos seus piores momentos na economia.

Para Bandeira, sem a união aduaneira, como defende Cavallo, a Argentina sairia no prejuízo, como todos os outros países do Mercosul. “*O industrial Luis Pagani, presidente da Arcor, declarou que ‘não se pode brigar com o país ao qual se vende um terço do que se exporta.’*”

A polémica instituída pelo pesquisador brasileiro conduzia, ao mesmo tempo, notícia de um discurso centrípeto, de fortalecimento da integração regional e convergente para uma matriz identitária de americanidade e, conjuntamente, era um discurso forte, desestruturador das admiradas posições intempestivas do ministro da Economia da Argentina dentro do próprio Mercosul. O discurso de Bandeira apresenta conteúdos textuais claros como discursos infiltrados (interdiscursividade) com sentidos parafrásticos, remanescentes, e, ao mesmo tempo, polissêmicos, de sentido forte, como se pretendesse sugerir a queda do ministro argentino, ou o seu descredenciamento para negociar a relação entre as partes no Mercosul. Parece uma varredura nas opiniões correntes e nas dívidas históricas pendentes, das quais emerge a posição em favor do Mercosul. Seu artigo não se constitui apenas numa polifonia de vozes, em que recorda falas do ministro da Economia, Domingo Cavallo, do industrial Luis Pagani, presidente da Arcor, o empresário Paolo Rocca e a própria mídia; também reflete uma posição dos defensores do Mercosul. Foi o momento difícil: **centrípeto** ou **centrífugo**?

6.6.4.4 O futuro do Mercosul

Autor: Luiz Felipe Lampreia

Autoridade: ex-ministro das Relações (Exteriores)

O Globo 20/06/2001

4 colunas e 13 parágrafos

Tema:

[...] O futuro do Mercosul deve ser examinado no horizonte da Alca[...] Como ficará o Mercosul se a Alca vier a se tornar realidade nos próximos cinco anos, segundo cronograma aprovado recentemente pelos 34 presidentes do continente? Há duas hipóteses radicalmente opostas. Na primeira, se tiver abandonado o seu propósito fundamental e não for mais do que uma zona de livre comércio regional, o Mercosul será extinto, por tornar-se redundante como parte de um conjunto maior, de uma zona de livre comércio continental. Na segunda, se conseguir firmar-se como mercado comum, nos moldes da União Européia, o Mercosul sobreviverá. Durante os sete primeiros anos de sua existência, o nosso projeto de integração foi extraordinariamente bem-sucedido e reconhecido. Fez com que todos ganhassem. Expandiu-se o comércio entre os quatro países membros em 500%, e isso sem prejuízo de crescerem também em 80% as trocas com o resto do mundo. Criaram-se empresas comuns que geraram milhares de

postos de trabalho [...]. Será lamentável que a Zona de Livre Comércio das Américas venha a anular o belo projeto que é o Mercosul. Para evitar que isso ocorra, é imperativo que exista dentro do Mercosul uma avaliação profunda e serena tanto do que está em jogo quanto das conseqüências das decisões que venham a ser tomadas. E, sobretudo, é necessário ter consciência de que deixar esvair-se o Mercosul seria um grave retrocesso histórico.

O ex-ministro, Luiz Felipe Lampreia analisa neste artigo um momento de grande inflexão no Mercosul provocado pela insistência norte-americana de fazer vingar a Alca. O governo brasileiro, assim como Lampreia, ex-chanceler, não acredita que a Alca seja o caminho mais propício para o futuro dos países do Cone Sul. A Alca para ele representa “*uma prioridade real na política externa dos Estados Unidos*”. Neste trabalho a Alca é vista como um instrumento gerador de “tensões externas” sobre o Mercosul. Para ele o Mercosul é o melhor caminho para Brasil, Argentina Paraguai e Uruguai.

[...] Seria lamentável que a Zona de Livre Comércio das Américas venha a anular o belo projeto que é o Mercosul. Para evitar que isso ocorra, é imperativo que exista dentro do Mercosul uma avaliação profunda e serena tanto do que está em jogo quanto das conseqüências das decisões que venham a ser tomadas. E, sobretudo, é necessário ter consciência de que deixar esvair-se o Mercosul seria um grave retrocesso histórico.

Ele relata que, o Mercosul durante seus primeiros sete anos de existência, foi muito bem-sucedido: “*Expandiu-se o comércio entre os quatro países membros em 500%, e isso sem prejuízo de crescerem também em 80% as trocas com o resto do mundo. Criaram-se empresas comuns que geraram milhares de postos de trabalho.*”

Embora fora do ministério, Luiz Felipe Lampreia continuava a acompanhar, como consultor, o desenvolvimento do Mercosul, e também os problemas emergentes, que, naquele momento, pareciam maiores que as soluções, ameaçando a sobrevivência do bloco. Lampreia estava preocupado com a Alca, que poderia produzir o esvaziamento do Mercosul, perdendo seu sentido político e histórico. Por isso, no artigo, ele se posiciona claramente a favor da continuação do bloco. “*Seria lamentável que a Zona de Livre Comércio das Américas venha a anular o belo projeto que é o Mercosul. [...] É necessário ter consciência de que deixar esvair-se o Mercosul seria um grave retrocesso histórico.*”

O ex-ministro Luiz Felipe Lampreia mostra-se atento ao projeto do Mercosul, mesmo após sua substituição no cargo de ministro das Relações Exteriores do Brasil, condição que o fazia ter seu assento no Conselho do organismo. O artigo tem um sentido de advertir os negociadores e a sociedade civil representada ali para um discurso centrífugo que tende a se instalar dentro do Mercosul e, assim, destruí-lo. Sua fala é preocupante, porém convergente, **centrípeta**, caminhando em direção ao fortalecimento da integração regional, convergindo, portanto, para o reconhecimento do Mercosul como um vetor da

americanidade. Na sua condição e posição de ex-ministro, Lampreia ajuda os leitores a compreenderem aquela inflexão que ameaça a existência do Mercosul.

6.6.4.5 Revisar é preciso

Autor: Osvaldo Rial

Vice-presidente da União Industrial Argentina

O Globo 20/05/2001

2 colunas e 7 parágrafos

Tema:

A constante depreciação da moeda brasileira, que mudou a relação do câmbio de 1, 2 para 2, 3 reais o dólar, desnuda a inconsistência de uma integração que se limitou a uma liberalização de tarifas de importação [...]. Deve-se entender que é impossível para o setor produtivo argentino conviver e desenvolver numa zona de livre comércio (como é hoje o Mercosul) com uma moeda local atada ao dólar, enquanto o Brasil, nosso principal sócio comercial, desvaloriza constantemente sua moeda, e seus estados oferecem incentivos para a entrada de investimentos[...]. Do jeito como está, o Mercosul não serve: é preciso reformulá-lo, revitalizá-lo e dar-lhe a consistência necessária, tanto em termos políticos como econômicos[...]. Fortalecer o Mercosul é essencial para nossa inserção no mundo. É essencial para o futuro argentino entender-se que as negociações internacionais devem realizar-se a partir de um maior poder regional, que depende do Mercosul[...]. Posturas que implicam romper com o Mercosul ou feri-lo de morte, para acelerar a entrada na Alca, equivalem a um grave prejuízo para o país, que se traduzirá em maior desemprego, fechamento de indústrias, perda do poder de negociação internacional[...]. Também representaria uma séria ferida nas nossas relações com o Brasil, com os nossos demais sócios, e no próprio futuro da nossa nação.

O artigo de Osvaldo Rial mostra que a constante depreciação da moeda brasileira, os incentivos que os estados brasileiros dão aos investidores e a moeda argentina atada ao dólar vêm prejudicando a economia nacional e o próprio Mercosul. Rial entende ser preciso reformular o Mercosul. Sua idéia para melhorar as condições é fortalecer o Mercosul, e não negociar com a Alca [...]. *Do jeito como está, o Mercosul não serve: é preciso reformulá-lo, revitalizá-lo e dar-lhe a consistência necessária, tanto em termos políticos como econômicos”.*

Fortalecer o Mercosul é essencial para nossa inserção no mundo. É essencial para o futuro argentino entender-se que as negociações internacionais devem realizar-se a partir de um maior poder regional, que depende do Mercosul[...]. Posturas que implicam

romper com o Mercosul ou feri-lo de morte, para acelerar a entrada na Alca, equivalem a um grave prejuízo para o país, que se traduzirá em maior desemprego, fechamento de indústrias, perda do poder de negociação internacional[...]. Também representaria uma séria ferida nas nossas relações com o Brasil, com os nossos demais sócios, e no próprio futuro da nossa nação

Portanto, apesar de citar os problemas financeiros enfrentados pela Argentina no Mercosul, nota-se que Rial acredita na instituição, e aponta algumas possíveis soluções. O texto de Osvaldo Rial parece se posicionar a favor de uma integração regional. Ele cita alguns problemas que a Argentina vem enfrentando no setor comercial, mas argumenta que o futuro de seu país depende do Mercosul. *“Fortalecer o Mercosul é essencial para nossa inserção no mundo. É essencial para o futuro argentino entender-se que as negociações internacionais devem realizar-se a partir de um maior poder regional, que depende do Mercosul[...]*”.

Ele relata também que a Alca só atrapalharia o Mercosul e também prejudicaria a relação com o Brasil. *“É uma decisão que não só prejudicaria os investimentos realizados e modificaria de forma inadmissível as regras do jogo, como também apresentaria uma séria ferida nas nossas relações com o Brasil, com os nossos demais sócios, e no próprio futuro da nossa nação.”*

O artigo posiciona-se a favor do Mercosul. Apesar de citar alguns problemas do bloco, o texto de Osvaldo Rial, mostra que o futuro da Argentina, é o fortalecimento do Mercosul. Portanto, a matéria apresenta um sentido **centrípeto**, que contribui dando maior vigor para uma integração regional e, conseqüentemente, para uma matriz identitária comum.

6.6.4.6 *Maia Mercosul*

Autor: Carlos Mariani Bittencourt
Engenheiro, Presidente do Capítulo Brasileiro do Ceal (Conselho de Empresários da América Latina).
Folha de São Paulo 12/06/2002
3 colunas 14 parágrafos
Tema:

O Mercosul é o que nós empresários, chamamos de parceria estratégica: dois ou mais sócios embarcam em uma iniciativa comum, dividindo responsabilidades e combinando funções[...]. A novidade do Mercosul é o modelo de parceria estratégica que apresenta. O regionalismo aberto periférico, em tempos da interdependência assimétrica da globalização, implica um inédito esforço de diálogo e de interação de Estados nacionais. O sucesso inicial do Mercosul foi fruto de uma iniciativa interestatal profundamente abraçada pelo setor privado. Em menos de dez anos,

multiplicamos por cinco os fluxos comerciais. Os crescentes investimentos diretos passaram a ter por referência não mais os países individuais, mas o bloco regional como unidade. O futuro positivo para o Mercosul é expandir e aprofundar o projeto[...]. Anos atrás, Brasil e Argentina faziam parte de um conjunto de vizinhanças instáveis que poderiam redundar em confrontos armados. Superamos plenamente esse estágio. Com o Protocolo de Ushuaia e a mudança mais recente de poder no Paraguai, vimos que a democracia viera para ficar. Nossa crise atual é de natureza econômica; é uma situação séria, que exige trabalho e concentração, mas é monitorável e suplantável [...]. O saldo atual do Mercosul, passados 11 anos do Tratado de Assunção, é plenamente positivo. Vivenciamos profundamente, aprendemos muito, ganhamos todos. Não queremos perdas, não queremos fracassos. Queremos mais desafios, mais trabalho. A saída da crise do Mercosul é uma só: mais Mercosul.

Carlos Mariani Bittencourt, experiente na função que ocupa de representante brasileiro no Conselho Empresarial da América Latina, mostra-se um entusiasta do Mercosul. Ele acredita que a solução para os países do Cone Sul é o próprio Mercosul. O Mercosul é parceria estratégica: uma iniciativa comum, dividindo responsabilidades e combinando funções, em tempos, segundo ele, de “*interdependência assimétrica da globalização*”. Observa que é uma espécie de regionalismo aberto periférico, que implica num inédito esforço de diálogo e de interação de Estados nacionais. “*O sucesso inicial do Mercosul foi fruto de uma iniciativa interestatal profundamente abraçada pelo setor privado. Em menos de dez anos, multiplicamos por cinco os fluxos comerciais*”. Ressalta ainda que : “*Os crescentes investimentos diretos passaram a ter por referência não mais os países individuais, mas o bloco regional como unidade. O futuro positivo para o Mercosul é expandir e aprofundar o projeto[...].*”

Segundo Bittencourt, complementar o Mercosul na área social é fundamental. “*Fizemos do Mercosul estrutura político-normativa. Precisamos agora criar o Mercosul espaço de socialização, o Mercosul do mercado comum e da integração monetária, do livre fluxo de trabalhadores e da moeda única.* E complementa: “*O Mercosul com cara e alma, o Mercosul com coração.*”

O artigo de Carlos Mariani Bittencourt tem um forte apelo ao êxito do Mercosul e ao seu futuro. Para ele a personificação e a personalização do Mercosul são imprescindíveis. Mariani é uma voz importante se posiciona claramente a favor do Mercosul e para uma integração regional. Um exemplo de seu interesse de integração regional é o fato de ele torcer para que a Argentina resolva seus problemas. “*O Brasil é o país preponderante na América do Sul. Esta é a nossa região. Nosso peso específico nos dá excedentes de poder apenas neste espaço. E conclui que*” *Devemos fazer todo o possível para que a Argentina ultrapasse suas dificuldades o mais rápido possível*”.

A matéria se posiciona claramente a favor do Mercosul e de uma integração regional. Portanto, o texto de Bittencourt apresenta um caráter **centrípeto**, que desliza em

direção ao reconhecimento do Mercosul como vetor da integração e até como instrumento de reconhecimento identitário.

6.6.4.7 *Uma oportunidade para o Mercosul*

Autor: Eduardo Sigal

Autoridade: subsecretário de Integração Econômica Americana e do Mercosul

O Globo 02/11/2003

5 colunas e 10 parágrafos

Tema:

A recente visita do presidente Lula à Argentina e os documentos assinados com o presidente Kirchner assinalam um ponto de inflexão na relação entre a Argentina e o Brasil e criam as condições para a aceleração da integração regional [...]. Abre-se espaço na Argentina e na região para uma nova estratégia de inserção no mundo. E o Mercosul é o eixo central dessa nova estratégia. As mudanças no cenário político da região criam uma grande oportunidade. Os nossos povos devem investir seu maior capital neste processo de integração: a confiança mútua. Essa confiança foi ferida nos últimos anos pelas crises vividas pelas maiores economias da região e também pelos diferentes graus de prioridade que foram atribuídos ao Mercosul nas respectivas agendas nacionais[...]. A Argentina participa das negociações para o Tratado de Livre Comércio continental com espírito construtivo e realista. Mas livre comércio deve significar realmente livre comércio: a profundidade que os acordos alcançarem na Alca depende da vontade das partes de levantar as barreiras que fecham os mercados ao comércio exterior[...]. Já ficou claro no documento chamado “Conselho de Buenos Aires” que Argentina e Brasil querem uma nova aproximação estratégica na região. Ficam definitivamente para trás aqueles anos obscuros em que se imaginava que um conflito com o país vizinho era o maior perigo. A democracia consolidada e a decisão de começar um processo de reparação social e expansão cidadã nos dois lados da fronteira são as bases desta nova era nas relações comuns. É um rumo que não procura confrontos nem hegemonias. Esta nova vinculação fortalece a amizade e a integração entre os membros do Mercosul e o processo de união no Sul do continente.

O artigo de Eduardo Sigal destaca que a relação entre Brasil e Argentina melhorou nos últimos anos e que ambos caminham para uma integração regional.

Já ficou claro no documento chamado “Conselho de Buenos Aires” que Argentina e Brasil querem uma nova aproximação estratégica

na região. Ficam definitivamente para trás aqueles anos obscuros em que se imaginava que um conflito com o país vizinho era o maior perigo. A democracia consolidada e a decisão de começar um processo de reparação social e expansão cidadã nos dois lados da fronteira são as bases desta nova era nas relações comuns. É um rumo que não procura confrontos nem hegemonias. Esta nova vinculação fortalece a amizade e a integração entre os membros do Mercosul e o processo de união no Sul do continente.

Para Sigal, para uma inserção comercial no mundo, os países do Cone Sul devem primeiro buscar o caminho do Mercosul. *“Abre-se espaço na Argentina e na região para uma nova estratégia de inserção no mundo. E o Mercosul é o eixo central dessa nova estratégia.”*

O autor aponta também caminhos para uma integração regional e mostra-se altamente entusiasmado com o Mercosul quando afirma que:

A declaração pública das vontades presidenciais é um ponto de partida imprescindível para a integração. Contudo, o rumo só poderá e será marcado de forma irreversível com fatos, compromissos, instituições e participação da sociedade civil. A negociação deve ser acelerada para se aproveitar o impulso produzido pelas mudanças políticas da região.

A importância da manifestação de Sigal se dá pelo fato de que está sendo iniciado um novo governo na Argentina, surgido do meio de uma crise que ameaçou a existência do próprio Mercosul, levando a uma desilusão geral sobre a sobrevivência do bloco. No artigo do representante mercosulino, há um otimismo pontual e até a crença na possibilidade de uma aproximação cidadã entre os povos dos dois países. Destaca ele a intenção de Brasil e Argentina acelerarem a integração regional e ainda aponta possíveis soluções para o processo de união no Sul do continente. *“As mudanças no cenário político da região criam uma grande oportunidade. Os nossos povos devem investir seu maior capital neste processo de integração: a confiança mútua”.*

Em relação a Alca, Eduardo Sigal faz ressalvas: *“A Argentina participa das negociações para o Tratado de Livre Comércio continental com espírito construtivo e realista”.* E comenta ainda que *“[...] livre comércio deve significar realmente livre comércio: a profundidade que os acordos alcançarem na Alca depende da vontade das partes de levantar as barreiras que fecham os mercados ao comércio exterior”.*

O artigo de Sigal apresenta um caráter **centrípeto**, transitando da área comercial para as relações sociais do cotidiano. Diz ele que os povos da região devem investir mais no processo de integração mútua. Assim, reconhece ele o Mercosul como um vetor da integração e, conseqüentemente, da americanidade. O jornal coloca-se como parafrástico no discurso de Eduardo Sigal.

6.7 Reunião de presidentes da América do Sul -2004/2005

Texto referência

“*Lamento informar, se é que você ainda não sabe, que aqui na Europa ninguém leva muito a sério essa história de Mercosul*”. A informação é da jornalista Eliane Catanhede, da Folha de São Paulo (28.05.2001), em despacho de Bruxelas. “*O Mercosul? Para eles é uma abstração que anima os diplomatas e ajuda a UE a tirar a América do Sul do bico da águia*”. Naquele momento, a França assumia a presidência da União Européia e o Brasil a do Mercosul.

Segundo a jornalista, que relata a vinda ao Brasil meses antes de 350 empresários franceses para participar do fórum com os sul-americanos, a burocracia européia analisa metaforicamente o Mercosul, da seguinte maneira: “[...] *a Argentina caiu na própria armadilha da paridade do peso com o dólar, o Paraguai é um vulcão de crises e o Uruguai é uma espécie de peso morto*”. Só salvaria, segundo ela, o Brasil. Artigo escrito especialmente por Henry Raymond, e publicado pelo Jornal do Brasil (20.03.2000), salientava declarações do embaixador brasileiro, Rubens Barbosa, segundo o qual “[...] *em Washington prevalece a visão de que a América do Sul perdeu a importância porque não oferece ameaças aos EUA*”. Enfim, a diplomacia norte-americana continuaria a ignorar qualquer manifestação dos demais países da América.

Nesse momento, entretanto, a diplomacia brasileira, sob a orientação de Fernando Henrique Cardoso, articulava posicionamentos em torno dos efeitos da primeira reunião de presidentes da República dos países da América do Sul. A iniciativa do encontro havia sido anunciada por FHC, em Brasília, durante uma visita do presidente Hugo Bánzer, da Bolívia, para inauguração do gasoduto com o seu país. A idéia foi vista, entretanto, em Washington, segundo artigo escrito especialmente por Henry Raymond, como um “*passo importante*”, decisivo para a expansão do Mercosul, com a agregação do bloco andino, e para discutir um posicionamento comum da América do Sul, em relação à criação da Associação de Livre Comércio das Américas (Alca). A partir da Conferência das Américas surgira, de acordo com Rubens Barbosa, um grande debate intelectual entre o que deveria ser visto como interesse nacional regional e o interesse estratégico dos EUA.

O mesmo Henry Raymond, em outro artigo especial para o JB, no dia 17 de abril, entrevistou o assessor da Casa Branca, Arturo Valenzuela, sobre a convocação, por FHC, da Cúpula Sul-Americana. Respondendo, disse de forma desinteressada que “*conhecia outros esforços mais formais*” como o grupo de Contadora, o grupo Esquipulas, o grupo do Rio, iniciativas de tipo, digamos, informal que foram se formalizando de certa maneira, mas sem secretaria, sem burocracia, adquiriram uma notável atividade de contatos de trabalho entre presidentes.

Mesmo o papel do Mercosul nesse agregado não sendo levado muito a sério pelos europeus e praticamente ignorado pelos norte-americanos, no dia 12 de maio de 2005, o senador brasileiro Sérgio Zambiasi (PTB-RS), presidente da Comissão Conjunta do Mercosul, anunciava para os dias 17 e 18 do mesmo mês a IX Reunião Birregional da Comissão (Delegação Mercosul do Parlamento Europeu), com a presença de uma delegação européia; e a IV reunião do Parlamento Mercosul.

Políticos representantes dos países membros do Mercosul haviam se reunido, no início do mês, em Montevidéu para discutir o Protocolo de Constituição do Parlamento do Mercosul, que substitui a Comissão Parlamentar do Mercosul, uma das primeiras comissões criadas pelo Acordo de Assunção de 1991 e que, entre os seus resultados, está o compromisso do Mercosul com a “democracia”. Entre as atribuições do Parlamento regional descritas pelo parlamentar estava a de garantir à instituição a configuração de pessoa jurídica com capacidade processual perante o Tribunal permanente de revisão do Mercosul, em defesa de suas atribuições e interesses. Ratificou-se ainda a proposta de Montevidéu, no Uruguai, como a sede definitiva do Parlamento do Mercosul.

Pelas novas regras, o Parlamento do Mercosul será integrado por 99 parlamentares, sendo 31 da Argentina, 36 do Brasil, 16 do Paraguai e 16 do Uruguai, eleitos pelos cidadãos dos respectivos estados parte do Mercosul, para mandato de quatro anos. Atualmente, a Comissão Conjunta do Mercosul é composta por 64 parlamentares (16 por país), com um mandato de, no mínimo, dois anos. (Agência Senado. 12 de maio de 2005).

6.7.1 Correspondentes

6.7.1.1 Cúpula do Mercosul discutirá adesão do México

Autor: Ariel Palácios
Correspondente
Origem: Buenos Aires
Estado de São Paulo 05/07/2004
2 colunas e 6 parágrafos
Tema:

Na reunião de cúpula de presidentes do Mercosul, que se realiza esta semana na cidade de Puerto Iguazú, na região da Tríplice Fronteira, vai se discutir desde a inclusão do México como país “associado” do bloco até o andamento das negociações com a União Européia. Também incluirá os potenciais acordos comerciais com a Índia e a África do Sul e a criação de um selo Mercosul para os alimentos exportados pelo bloco, além de reclamações argentinas para o estabelecimento de mecanismos de “ajuste comercial” para impedir “invasões de produtos[...]. Além deles, também estará no encontro o presidente do México, Vicente Fox, que pretende tornar seu país o oitavo associado do Mercosul[...]. Além disso, o bloco analisará o andamento das negociações com a UE. Meses atrás, esperava-se que o acordo fosse definido a até outubro deste ano. No entanto, o entrave nas conversas nos últimos dois meses ameaça o cumprimento do cronograma. Extra-oficialmente, comenta-se entre

os negociadores argentinos que o lado brasileiro está um “pouco inflexível” com o velho continente[...]. Tudo indica que os bolivianos pressionarão o Chile para que este devolva ao governo de La Paz os territórios que as tropas chilenas conquistaram na Guerra do Pacífico (1879- 1881), e que causaram a perda de seu acesso ao mar [...]. Os chilenos não deixarão de fazer suas próprias reclamações. Neste caso, o alvo das demandas será o governo argentino. O Chile quer que a Argentina regularize as exportações de gás, que o governo do presidente Néstor Kirchner decidiu reduzir drasticamente para impedir o desabastecimento no mercado interno argentino.

A matéria do correspondente, Ariel Palácios destaca a reunião de cúpula na cidade de Puerto Iguazú, na região da Tríplice Fronteira. Dentre os principais temas estão: a inclusão do México como país associado ao bloco, o andamento das negociações com a UE, acordos comerciais com a Índia e a África do Sul e a criação de um selo Mercosul para os alimentos exportados pelo bloco. Outro tema importante que estará na cúpula é a questão do gás. *“O Chile quer que a Argentina regularize as exportações de gás, que o governo do presidente Néstor Kirchner decidiu reduzir drasticamente para impedir o desabastecimento no mercado interno argentino”*. Mas a matéria dá ênfase na adesão do México ao bloco como se quisesse insinuar um pé da Alca dentro do Mercosul. A página do jornal apresenta uma foto grande do presidente do México, Vicente Fox, com a legenda: *“país poderá tornar-se o 8º associado”*.

Apesar de citar alguns entraves da região, como por exemplo, a questão do gás entre o Chile e a Argentina, a mídia destaca principalmente a adesão do México. Destaca também que a questão do andamento das negociações com a União Européia vem apresentando alguns entraves.

O formato dado à matéria pela mídia converge para alimentar o processo de integração regional e, conseqüentemente, fortalece o Mercosul. Além do México, Chile, Bolívia e Peru participaram da reunião de cúpula, a Venezuela que se mostra interessada em participar do bloco. *“Para completar o grupo, estará em Puerto Iguazú o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, um constante interessado nos destino do Mercosul[...]”*. Palácios faz uma matéria bem genérica, mostra o acúmulo de problemas que estão sendo vividos dentro do Mercosul. É uma matéria provocativa. Não parece pretender costurar nada.

A mídia aborda o interesse do México e da Venezuela em participar do Mercosul. A matéria parece querer agitar o Mercosul, que passa por um período de pouca criatividade e até de avanços, vivendo fortes pressões internas e externas. Analisada sob esse ponto de vista, a matéria apresenta um caráter **centrípeto**. O correspondente fala por muitas vezes e tenta provocar reações internas.

6.7.1.2 Presidentes querem artigos “made in Mercosul”

Autor: Helena Celestino e Ilimar Franco

Correspondente e enviado especial

Origem: Nova York

O Globo 21/09/2004

3 colunas e 11 parágrafos

Tema:

‘Mais Mercosul, em vez de menos Mercosul’. Essa é a receita dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner para responderem às tensões comerciais entre Brasil e Argentina, segundo o relato feito pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, sobre as conversas dos dois chefes de governo no café da manhã ontem, no Hotel Waldorf Astoria, em Nova York. Isso significaria abrir linhas do BNDES para financiar a importação de peças da Argentina que seriam usadas em produtos brasileiros. Ou seja, seriam fabricados produtos com a marca do Mercosul, que teriam competitividade mundial maior. – Em vez de brigar por causa de uma geladeira mais competitiva no Brasil ou menos competitiva na Argentina, faríamos uma geladeira do Mercosul, que seria mais competitiva no mundo. Na questão automotiva, a mesma coisa pode acontecer. Poderíamos importar peças por meio do Finame (linha do BNDES para a compra de máquinas e equipamentos) e incorporar as cadeias produtivas – disse Amorim [...]. Amorim reconheceu que os problemas atuais podem exigir medidas excepcionais e contou que também foram discutidas as dificuldades para a Petrobrás investir em um gasoduto na Argentina: - O objetivo é que os países não tentem proteger o passado, o que existia há 15 anos, mas criem melhor competitividade.

A matéria de Helena Celestino (Correspondente) e Ilimar Franco vem de Nova York, onde estão ambos participando da abertura da assembléia da ONU. Destaca que os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Nestor Kirchner estão empenhados em fortalecer o Mercosul:

Os dois países estão passando nesse momento por uma disputa de mercado, e os presidentes aproveitam a oportunidade de estarem em Nova York para um encontro informal, inspirados num cenário não muito favorável ao bloco do Sul. *‘Mais Mercosul, em vez de menos Mercosul’*. Alguns estão pedindo a revisão do Mercosul, e outros até proclamando o seu fim. Os dois presidentes têm essa receita para responderem às tensões comerciais entre Brasil e Argentina. Fabricar produtos com a marca do Mercosul.

A mídia relata também o interesse dos países do Mercosul em realizar esforços para reduzir as crises internas. *“Os países do Mercosul voltarão a se encontrar em novembro ou dezembro em Ouro Preto para, segundo os dois ministros, aprofundar a institucionalização do bloco”*. E comenta ainda que *“Será discutido um novo formato, com a criação de uma instância que reduza as crises internas”*. Portanto, o assunto abordado pela mídia fortalece o Mercosul e contribui para a integração regional.

Trata-se de um discurso **centrípeto**, e reflete uma postura segura e inflexível entre os dois presidentes, com relação aos críticos e aos interesses não confessos que circulam pelo espaço da instituição.

6.7.1.3 Mercosul e EU mais próximos

Autor: Helena Celestino, Ilimar Franco
Correspondente e enviado especial
O Globo 21/09/2004
2 colunas e 4 parágrafos
Tema:

O presidente da França, Jacques Chirac, garantiu que o acordo de integração entre o Mercosul e a União Européia (UE) será concluído até o dia 31 de outubro. À informação é do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que relatou o encontro de Chirac com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ontem de manhã na ONU, pouco antes da reunião dos líderes mundiais contra a fome. Esta foi a primeira vez que o presidente francês mostrou-se otimista sobre a integração entre os dois blocos comerciais, o que é importante porque a França é o país que mais fortemente subsidia a agricultura [...]. O presidente Chirac foi categórico, disse que o acordo entre o Mercosul e a UE vai sair – contou o porta-voz André Singer[...]. Chirac reiterou seu apoio à pretensão do Brasil de assumir uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU e chamou Lula para visitar a França em 2005[...].

A matéria de Helena Celestino e Ilimar Franco destaca o interesse do presidente da França, Jaques Chirac, em concluir um acordo de integração entre o Mercosul e a UE. A uma matéria é cheia de entrelinhas. Chirac fez o jogo de Lula: adotou uma linha de otimismo e, sabidamente, fez promessas, quando certamente já sabia dos entraves para um Acordo do Mercosul. A bem da verdade contudo, as negociações do Mercosul com a União Européia tiveram sucessivos avanços, indicando que poderia se chegar a um acordo final. Contudo, os europeus confiaram que o Mercosul iria concordar em manter ainda por um tempo os subsídios agrícolas dos europeus. A matéria desliza nessas informações sem chegar nelas. Talvez os jornalistas tenham sido tomados também pelo otimismo dos discursos oficiais.

O otimismo da matéria conduz também a um descarte da Alca, lugar onde as negociações estão mais endurecidas. A mídia aborda apenas o acordo Mercosul - UE como se esse fosse o que daria certo, o que colocaria os demais países do continente americano na mesma condição de estarem sujeitos a acordos bilaterais ou a acordos sub-regionais. Portanto, a matéria apresenta um sentido **centrífugo**, em nada contribuindo para a integração regional e para uma matriz de americanidade.

6.7.1.4 Brasil não é problema, diz ministério argentino

Autor: Ariel Palacios
Correspondente
O Estado de São Paulo 12/09/2004
Origem: Buenos Aires
5 colunas e 8 parágrafos
Tema:

Nos últimos meses, o governo Kirchner disparou constantes reclamações sobre a relação comercial com o Brasil, acusando o vizinho de provocar assimetrias ou desequilíbrios. Um dos fatores que serviram de estopim para os ataques em Buenos Aires foram sinais de que 2004 será um ano de déficit na balança comercial com o Brasil. Mas enquanto os políticos reclamam, os técnicos do governo sustentam que a parceria com o Brasil e o Mercosul não é parte do problema, mas sim a solução[...]. O CEP sustenta que, entre 1991 (quando começou a eliminação das tarifas alfandegárias no Mercosul) e 2003, o comércio e as exportações argentinas cresceram mais rapidamente dentro do bloco (14,5% e 11% em média por ano, respectivamente) do que fora do Mercosul (8% e 7%, respectivamente). Hernán Lacuza, diretor do CEP, argumenta que o Mercosul ajudou a Argentina a reverter a balança comercial estruturalmente deficitária que o país tinha com o Brasil. Nos 15 anos prévios à constituição da união alfandegária, o saldo bilateral foi deficitário em US\$ 4,3 bilhões para a Argentina. Nos 9 anos posteriores, esse desequilíbrio se transformou num superávit de US\$ 8,5 bilhões [...]. Para aqueles que têm pressa em relação ao Mercosul, o CEP recomenda paciência, e cita o caso da União Européia: Os europeus levaram 11 anos para formar a união alfandegária, 36 para concretizar o mercado comum e 42 para ter a moeda única. Só se passaram 13 anos desde o Tratado de Assunção (que criou o Mercosul).

A matéria do correspondente Ariel Palácios mostra que, apesar de alguns políticos argentinos dispararem constantes reclamações sobre a relação comercial com o Brasil, técnicos do governo sustentam que a parceria com o Brasil é a solução. Segundo a CEP as exportações e o comércio argentino cresceram mais dentro do Mercosul do que fora do Bloco.

Apesar das reclamações dos argentinos, a matéria mostra que o Mercosul está sendo favorável à economia argentina. “O CEP sustenta que, entre 1991[...] e 2003, o comércio e as exportações argentinas cresceram mais rapidamente dentro do bloco (14,5% e 11% em média por ano, respectivamente) do que fora do Mercosul (8% e 7%, respectivamente)”.

Há uma ansiedade dos argentinos, que estão vivendo sua crise, e Palácios cita o caso da União Européia, que demorou vários anos para se concretizar oficialmente. “Para aqueles que têm pressa em relação ao Mercosul, o CEP recomenda paciência, e cita o caso

da União Européia. Só se passaram 13 anos desde o Tratado de Assunção (que criou o Mercosul)”. A mídia se posiciona claramente a favor do Mercosul e de uma integração regional.

Apesar da reclamação dos políticos argentinos, a matéria mostra a que a melhor saída para a Argentina é o Brasil e o Mercosul. Portanto, a notícia procura conduzir o leitor para um discurso **centrífugo** que converge para a integração regional e para uma matriz de americanidade.

6.7.1.5 Kirchner critica Mercosul

Autor: Ana Paula Machado (Ouro Preto)

Jornal do Brasil 18/12/2004

4 colunas e 11 parágrafos

Tema:

Em meio às crises entre Brasil e Argentina instauradas na última semana, o presidente Néstor Kirchner fez sérias críticas à condução do processo de integração do Mercosul. Na cúpula de chefes de estados dos países membros e associados, em Ouro Preto, ontem, Kirchner disse que o bloco está muito aquém do potencial de seus integrantes e pediu mudanças nos instrumentos legais para que a integração não favoreça somente uma das partes. No entanto, o argentino afirmou que seu país está disposto a trabalhar para construir uma comunidade mais igualitária. Já o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, fez um discurso mais ameno. Ao transferir a presidência pro tempore ao colega paraguaio, Nicanor Duarte, destacou os avanços obtidos pelo Mercosul na última década e criticou as “vozes pessimistas” que a seu ver exageram nos problemas do bloco que, segundo Lula, “são naturais”[...]. Kirchner também cobrou dos chefes de estado compromisso com as medidas definidas nas reuniões de cúpula. Esta questão, segundo ele, é uma das dificuldades para o desenvolvimento do bloco. – Os compromissos manifestados pelos presidentes nem sempre se refletem nas mesas de negociação posteriores, onde os problemas conjunturais locais parecem prevalecer sobre a perspectiva estratégica regional - disse.

A matéria de Ana Paula Machado destaca as críticas que o presidente argentino, Néstor Kirchner faz ao Mercosul e à administração do período, que coube ao Brasil. Disse que “o bloco está muito aquém do potencial de seus integrantes e pediu mudanças nos instrumentos legais para que a integração não favoreça somente uma das partes.” Cobrou também das partes, sem citar nomes, compromisso com as medidas definidas nas reuniões de cúpula, enfatizando ser esta “uma das dificuldades para o desenvolvimento do bloco. E destacou ainda que “ Os compromissos manifestados pelos presidentes nem sempre se refletem nas mesas de negociação posteriores, onde os problemas conjunturais locais parecem prevalecer sobre a perspectiva estratégica regional- disse”.

Já o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, fez um discurso mais otimista sobre o bloco, talvez até para justificar a inoperância brasileira. Em sua fala, Luiz Inácio Lula da Silva fez um discurso mais genérico destacando os avanços obtidos pelo Mercosul na última década. Ao transferir a presidência *pro tempore* ao colega paraguaio, Nicanor Duarte, criticou as “*vozes pessimistas*” que a seu ver *exageram nos problemas do bloco que, segundo ele,, “são naturais”[...]*.

Foi uma reunião que, da perspectiva colocada pela imprensa, foi pouco produtiva, embora tivessem sido assinados vários acordos, talvez daquele a que Condoleezza Rice fazia referência: apenas troca de papéis e jogos de cena. A posição do Brasil nessa reunião foi incômoda, porque pouco produziu nos seis meses em que esteve à frente do órgão. O presidente argentino, Néstor Kirchner, aproveitou para fazer duras críticas ao bloco, talvez até para evitar que viesse a ser criticado pelas medidas retaliatórias adotadas. A mídia dá destaque à fala de Kirchner. O título e o subtítulo confirmam isso. “*Kirchner critica Mercosul*”, e o subtítulo é: “*Argentino diz que bloco não tem relação igualitária*”.

A matéria é oportuna como alerta para a administração do bloco, mas contribui pouco para fortalecer a integração regional que, para Lula, no seu excesso de otimismo e retórica, parece não haver dúvidas.

A matéria apresenta, portanto, um sentido centrífugo, pois em nada contribui para a integração regional e para uma matriz de americanidade. As falas de Luiz Inácio Lula da Silva e do presidente argentino, Néstor Kirchner, não trazem grandes contribuições, a não ser manter a organização em fogo brando.

6.7.1.6 *Cúpula do Mercosul termina sem avanço*

Autor: Cláudia Dianni

Enviada especial (Ouro Preto) e Paulo Peixoto (da agência folha, em Ouro Preto).

Folha de São Paulo 18/12/2004

2 colunas e 17 parágrafos

Tema:

O 27ª Encontro de Cúpula do Mercosul terminou ontem em Ouro Preto (MG), cidade onde foi assinado o tratado que criou a união aduaneira há dez anos, com mais avanços na área externa do que no mercado interno do bloco, formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O Brasil, que ocupou a presidência pró-tempore do Mercosul no último semestre. Mas, não conseguiu apresentar todos os avanços que queria o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o chanceler Celso Amorim. O Brasil tinha previsto anunciar na cúpula a reforma dos Tratados de Assunção e de Ouro Preto, que criaram o Mercosul. Por falta de tempo e divergências, a reforma foi adiada, e a agenda, reduzida. Em seu discurso, Lula criticou os “pessimistas” que “magnificam” as dificuldades do bloco. Já o presidente argentino, Nestor Kirchner, adotou tom crítico. Defendeu

modificações na estrutura do bloco e afirmou que os benefícios do Mercosul “não podem ter uma só direção”. Ele quer salvaguardas para a indústria argentina para equilibrar um quadro que vê como favorável ao Brasil [...]. O Mercosul também anunciou a assinatura de um tratado comercial com a Índia, que prevê a redução de tarifas de comércio para 450 produtos, e com a União Aduaneira do Sul da África. Com os países africanos, a redução tarifária vai alcançar 950 produtos. Internamente, porém, os avanços foram tímidos. O Mercosul aprovou um mecanismo para começar a eliminar a dupla cobrança da TEC (Tarifa Externa Comum), que só deve produzir efeitos práticos após 2008 – quando o bloco tiver concluído outras tarefas, como harmonização das regras de aduana, a informatização dos dados e um sistema de repartição das receitas obtidas com os impostos de importação.

A matéria retrata a 27ª Cúpula do Mercosul realizada em Ouro Preto e mostra que sob a direção do Brasil, o Mercosul não apresentou grandes avanços nos últimos seis meses. Segundo o jornal, depois de dez anos do Tratado de Ouro Preto, os avanços em direção ao mercado externo evoluíram mais do que internamente, dentro do bloco.

Apesar das críticas, principalmente do presidente argentino, Nestor Kirchner, vários acordos e “promessas” foram feitos no encontro da Cúpula. Dentre os principais estão: o Fundo para a convergência estrutural do Mercosul; estratégia de crescimento do emprego; início da eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum; facilitação de negócios; despachos aduaneiros; compras públicas; Acordos Externos (Colômbia, Equador, e Venezuela assinarão acordos de preferências tarifárias, e haverá outros com a Bolívia, Chile e Peru, já são associados).

A mídia dá ênfase aos problemas do Mercosul. Primeiro, a matéria fala que Kirchner fez discursos críticos em relação ao bloco e que a Cúpula do Mercosul terminou sem avanços. O texto dos correspondentes apresenta certa ambigüidade, porque, ao mesmo tempo que cita os problemas do bloco, a matéria apresenta um quadro com os inúmeros acordos feitos na Cúpula do Mercosul. Mas a mídia dá destaque ao fato de que aos fatos negativos, talvez para justificar a inoperância brasileira, veiculando o discurso do tempo escasso e das divergências internas predominantes nesse momento.

Em tom crítico Nestor Kirchner defendeu modificações na estrutura do bloco e afirmou que “*os benefícios do Mercosul*” “*não podem ter uma só direção*”. Por isso reivindica “*salvaguardas*” para a indústria argentina, com o sentido de dar maior equilíbrio para a balança comercial nesse momento, que vê como “*favorável ao Brasil*”.

A mídia dá destaque às divergências do bloco e não parece se preocupar com o futuro do Mercosul. Portanto, a matéria apresenta um sentido **centrífugo**, pois em nada contribui para a integração regional e para uma matriz de americanidade.

6.7.1.7 Indústrias argentinas reclamam em jornais

Autor: Silvana Arantes
 Correspondente,
 Origem: Buenos Aires
 Folha de São Paulo 18/12/2004
 4 colunas e 6 parágrafos
 Tema:

A Came (Confederação Argentina da Média Empresa) publicou ontem nos principais jornais de circulação nacional no país vizinho, “Clarín” e “La Nación”, informe publicitário intitulado “Invasão industrial brasileira”[...]. À Folha, Cornide afirmou que está “há um ano reclamando com o governo” de seu país uma solução para equilibrar o comércio bilateral com o Brasil e disse que apresentou suas reivindicações também ao chanceler brasileiro Celso Amorim, na reunião da Coalizão Empresarial Brasil - Argentina. ‘Como não houve resultados, resolvemos reclamar publicamente’, disse. O comunicado da Came afirma que não são apenas os volumes importados do Brasil que preocupam, mas também o tipo de relação comercial que está sendo estabelecida: o Brasil ganha mercado com seus bens industriais na Argentina, mas, quando importa produtos industriais, o faz de outras economias mais desenvolvidas, como EUA e Europa. Atualmente a Argentina adota restrições à importação de têxteis e produtos da linha branca brasileira e anunciou que manterá as restrições em 2005.

A matéria da correspondente Silvana Arantes destaca que a Came (Confederação Argentina da Média Empresa) não está satisfeita com a relação comercial bilateral com o Brasil. A reclamação da Came vem num momento em que a balança comercial não favorece os argentinos. E o governo adota algumas restrições a produtos brasileiros, com o objetivo de proteger alguns setores internos. Ao mesmo tempo procura envolver a opinião pública dando sua versão para as medidas restritivas adotadas, numa clara quebra de compromissos.

A mídia dá ênfase nos entraves comerciais entre Brasil e Argentina. Segundo Silvia Arantes, as divergências da Came foram publicadas nos principais jornais da Argentina, e que atualmente o país adota restrições às importações brasileiras. *A publicação da Came (Confederação Argentina da Média Empresa), nos jornais “Clarín” e “La Nación”, de um informe publicitário intitulado “Invasão industrial brasileira” no qual confessa claramente, com o sentido, talvez de mostrar que está fazendo alguma coisa. “Atualmente a Argentina adota restrições à importação de têxteis e produtos da linha branca brasileira e anunciou que manterá as restrições em 2005”.* Parece haver aí dois pontos de fuga: um do governo, que encostado na parece pelos empresários, precisa quebrar as regras do Mercosul; o outro, dos próprios empresários argentinos de alguns setores, que não conseguem concorrer com os produtos brasileiros, e apelam para a opinião pública.

A mídia cumpre o seu papel, mas, ao fazê-lo, não contribui para o processo de integração. Na mesma página do jornal, a outra matéria fala que a reunião de Cúpula do

Mercosul não teve grandes avanços. Não fica nítido o esforço da mídia para entusiasmar os participantes e responsáveis do Mercosul.

A mídia aborda os pontos negativos dos acordos comerciais do Mercosul, no caso desta matéria, os problemas bilaterais entre Brasil e Argentina. Portanto, a matéria apresenta um sentido **centrífugo**. Nada agrega ao processo de integração regional e à matriz de americanidade.

6.7.1.8 Mercosul e Índia concluem tratado hoje

Autor: Cíntia Cardoso (Da reportagem local)

Folha de São Paulo 19/03/2005

3 colunas e 12 parágrafos

Tema:

O Mercosul e a Índia concluem hoje as negociações do Acordo de Comércio Preferencial. A assinatura ocorrerá paralelamente à reunião do G20 (grupo de países em desenvolvimento) que está em andamento na Índia. O texto principal do acordo foi assinado pelo presidente Lula, na Índia, em janeiro de 2004. Mas somente após a assinatura dos anexos, hoje, o acordo poderá ser submetido aos trâmites domésticos necessários para que entre em vigor. A expectativa da diplomacia brasileira é que o tratado comercial seja implementado em seis meses [...].” “De acordo com o Itamaraty, o processo de negociações entre o Mercosul e a Índia foi tranqüilo. Com a entrada em vigor do acordo, espera-se ainda que ocorram novas rodadas para aprofundamento da redução de tarifas e ampliação da lista de margens preferenciais [...]. Os anexos também tratam de questões de regra de origem, salvaguardas e solução de controvérsias. A meta de longo prazo da diplomacia brasileira é que seja constituída uma área de livre comércio entre o Mercosul, a Índia e o Sacu (União Aduaneira da África Austral). Mas ainda não há uma data para as negociações [...]. O G20 declarou ontem que demanda que os países desenvolvidos – com destaque para os EUA e a União Européia – tomem medidas concretas para reduzir drasticamente os subsídios agrícolas em até cinco anos [...]. Os Estados Unidos não declararam ainda apoio ao cronograma estabelecido pelo G20. Mas autoridades americanas disseram que a aceitação do prazo se dará mediante reciprocidade dos países em desenvolvimento.

A matéria de Cíntia Cardoso destaca o acordo comercial que está em andamento entre o Mercosul e a Índia. Serão cerca de 900 produtos comercializados com uma redução nas tarifas de importação.

Os produtos que farão parte da lista de margens de preferência devem sofrer uma redução de 20% a 30% nas tarifas de importação em comparação com as importações de bens de outros países. No total, são cerca de 900 produtos, aproximadamente 450 do lado indiano e 450 do lado brasileiro.

Outro ponto importante abordado na matéria é em relação aos Estados Unidos. Os norte-americanos não declararam apoio ao cronograma estabelecido pelo G20. Isso porque “os EUA querem redução de tarifas para os seus produtos e maior abertura desses mercados”.

O acordo do Mercosul com a Índia é favorável aos países do Cone Sul. Não trata de um acordo bilateral, mas sim um acordo do bloco inteiro com a Índia. Depois do fracasso da Alca, os EUA tentam se reaproximar da América do Sul através de acordos bilaterais, atravessando o processo de integração regional, o que desagrade os países do bloco do Mercosul.

Em relação ao G20, os EUA querem redução de tarifas para seus produtos e maior abertura dos outros mercados, embora seu cronograma para o fim dos subsídios agrícolas prolongue-se por um período relativamente muito longo.

Portanto, a integração do Mercosul com a Índia é favorável ao desenvolvimento dos países sul-americanos. A mídia destaca as negociações do Acordo comercial entre o Mercosul e a Índia. O possível acordo será favorável aos países do Mercosul, principalmente para o Brasil, já que a Índia, um país agrícola como os do Mercosul, tem interesse particular em produtos industriais, que os brasileiros têm condição de suprir.

Trata-se de uma resposta às pressões norte-americanas, já que a Índia é um mercado potencial de grandes proporções. Portanto, o discurso veiculado pela mídia em relação a esse acordo apresenta um sentido **centrípeto**, contribuindo para fortalecer, a partir do exterior, uma matriz de americanidade.

6.7.1.9 Mercosul está ‘devagar’ avalia a Argentina

Autor: Silvana Arantes

Enviada especial

Origem; Buenos Aires

Folha de São Paulo 28/04/2005

6 colunas e 11 parágrafos

Tema:

Na avaliação do governo argentino, o Mercosul está estagnado. E não por culpa da Argentina. ‘Estamos preocupados porque, num contexto (mundial) de grande dinamismo, o Mercosul está devagar’, disse o secretário de Comércio e Relações Econômicas Internacionais do ministério das Relações Exteriores do país

vizinho, Alfredo Chiaradia, ontem, em Buenos Aires. ‘Avançar exige vontade política de todos, particularmente de (lado) que tem que ser compreensivo’, diz Chiaradia. A “compreensão” que a Argentina (maior sócio do Brasil no bloco, que inclui também Paraguai e Uruguai) reivindica a necessidade de “menor assimetria” entre os sócios [...]. O Brasil resiste à idéia das salvaguardas. A Argentina quer discutir também o impacto nos negócios entre os dois países da concessão de incentivos e benefícios fiscais pelo estado brasileiro ao setor privado do país [...]. Parte da imprensa argentina interpreta a lentidão nas discussões como um revide do Brasil ao pouco entusiasmo da Argentina com projetos acariciados pelo governo Lula – a implantação da Comunidade Sul-americana de Nações, a candidatura do embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa à direção da OMC e a pretensão de obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

A matéria de Silvana Arantes relata as tensões internas entre Brasil e Argentina. Segundo o secretário de Relações Internacionais, Alfredo Chiaradia, o Mercosul está devagar e *“avançar exige vontade política. A Argentina prega uma “menor assimetria” entre os sócios. “O Brasil resiste à idéia das salvaguardas. A matéria chama a atenção ainda para o fato de que “A Argentina quer discutir também o impacto nos negócios entre os dois países da concessão de incentivos e benefícios fiscais pelo estado brasileiro ao setor privado do país”.*

A matéria aborda as disfunções provocadas entre Argentina e Brasil, no meio das quais evidencia-se, nesse momento, a reivindicação brasileira de ter um brasileiro na OMC e outro no Conselho de Segurança da ONU. Faltou o apoio dos argentinos. *“o Brasil se ressentiu da falta de apoio prioritário da Argentina a Seixas Corrêa. ‘Cada um pode interpretar o que quer dizer a tentativa de existir uma só candidatura do Mercosul’, disse Chiaradia”.*O assunto abordado pela mídia não contribui para a integração regional, nem para o sucesso do Mercosul. A mídia ao destacar os entraves do bloco, no caso, Brasil e Argentina, não fortalece o bloco.

A mídia dá destaque aos impasses entre o Brasil e a Argentina. Portanto, o seu discurso apresenta um sentido **centrífugo** e não contribui para uma matriz de americanidade.

6.7.1.10 Mercosul terá fundo para ajudar países pobres

Autor: Cláudia Dianni (Da sucursal de Brasília)

Folha de São Paulo 19/06/2005

1 coluna e 9 parágrafos

Tema:

O Mercosul vai ganhar um fundo especial para executar obras de infra-estrutura na regiões mais pobres da Argentina, do Brasil, do

Paraguai e do Uruguai. O fundo receberá recursos de entre US\$ 80 milhões e US\$ 100 milhões e é inspirado na experiência da União Européia, que tem um fundo estrutural para reduzir as diferenças socioeconômicas entre os países-membros. O anúncio da conclusão das discussões para a formação do fundo estrutural do Mercosul será, segundo fontes da diplomacia brasileira, o principal avanço a ser apresentado pelos presidentes dos quatro países na reunião de Cúpula do Mercosul, que termina amanhã em Assunção[...]. O dinheiro será aplicado em obras como estradas, pontes e projetos de infra-estrutura que facilitem a integração entre os países e beneficiem as regiões mais pobres. O fundo só vai começar a funcionar quando os Congressos aprovarem a iniciativa. O Acordo que permite que as licitações governamentais sejam abertas à participação dos quatro países, com exceção de uma lista de produtos sensíveis, deverá ser concluído em Assunção. O acordo foi anunciado em Ouro Preto, mas não foi enviado aos Congressos de cada país.

A matéria da jornalista, Cláudia Dianni destaca que o Mercosul terá um fundo especial para ser aplicado em obras de infra-estrutura. A mídia dá ênfase ao fundo estrutural que terá no Mercosul, beneficiando as regiões mais pobres do Brasil, da Argentina, do Uruguai e Paraguai. Um dos objetivos desse acordo é a integração regional através de estradas e pontes. “*O dinheiro será aplicado em obras como estradas, pontes e projetos de infra-estrutura que facilitem a integração entre os países e beneficiem as regiões mais pobres*”. A idéia é a de que o fundo estrutural possa contribuir para reduzir as diferenças socioeconômicas entre os países-membros. Trata-se de uma ação positiva em relação ao processo de integração da região.

A notícia de que o Mercosul terá um fundo de desenvolvimento para ajudar as regiões mais pobres do Brasil, da Argentina, do Uruguai e Paraguai fortalece o bloco e a integração regional. Portanto, o discurso da mídia apresenta um sentido **centrípeto**, ao reforçar a idéia da correção de assimetrias socioeconômicas e para uma matriz de americanidade. A matéria corresponde também a uma resposta às pressões externas decorrentes do fracasso da Alca e de reforço ao processo de integração.

6.7.1.11 Paraguai quer acordo com EUA, afirma vice

Autor: Maeli Prado

Correspondente

Origem: Buenos Aires

Folha de São Paulo 12/09/2005

2 colunas e 7 parágrafos

Tema:

O Paraguai, membro do Mercosul, vai buscar um acordo de livre comércio com o Estados Unidos, disse o vice-presidente do país,

Luis Castiglioni, em entrevista ao jornal argentino “Clarín”. Ele declarou ao diário que a cooperação paraguaia com os EUA na segurança regional como moeda de troca à abertura do mercado americano seria uma situação “ideal”. O rendimento econômico do Mercosul decepciona o governo paraguaio, que considera que Argentina e Brasil não atendem a seus reclamos. O vice-presidente negou, entretanto, que a busca de um acordo de livre comércio com os americanos signifique uma renúncia ao bloco comercial [...]. No início de junho, os dois países negaram informações, divulgadas por vários jornais latino-americanos, sobre a instalação de uma base militar americana permanente em território paraguaio [...]. O objetivo da instalação de tal base, além do combate ao narcotráfico, seria controlar as reservas de hidrocarbonetos da Bolívia.

A matéria de Maeli Prado destaca o acordo entre o Paraguai e os EUA. Segundo a correspondente, o governo paraguaio não está contente com o Mercosul. O assunto abordado pela mídia não contribui para uma integração regional. O Acordo que o governo Paraguai anuncia negociar com os EUA tem o peso de uma inflexão no caminho da integração do bloco do Mercosul. Como a Alca não teve sucesso, os EUA tentam se aproximar dos países sul-americanos através de relações bilaterais, e isso não é favorável ao Mercosul. Os rumores de instalação de uma base militar americana permanente no Paraguai gera um clima de desconfiança e prejudica a integração dos países sul-americanos. “*O objetivo da instalação de tal base, além do combate ao narcotráfico, seria controlar as reservas de hidrocarbonetos da Bolívia*”.

A intenção de o Paraguai fazer acordos com os EUA prejudica a integração regional. A entrevista do vice-presidente paraguaio foi dada ao jornal “Clarín”, da Argentina, e o correspondente achou que deveria reproduzi-la no Brasil, devido a uma suposta mudança de posição do governo paraguaio em relação ao processo de integração regional. O próprio Presidente nega, mas, fica evidente um jogo de interesses explícitos tanto do Paraguai quanto dos Estados Unidos, cujo resultado interfere nos rumos da integração. Portanto, a simples divulgação ampla da questão contém um caráter centrífugo e não contribui para o fortalecimento de uma matriz de americanidade. A matéria tem um sentido centrífugo.

6.7.1.12 Uruguai ataca a aproximação Brasil- Argentina

Autor: Léo Gerchmann (Da agência folha, em Porto Alegre)

Folha de São Paulo 06/12/2005

6 parágrafos e 9 parágrafos

Tema:

O governo uruguaio levará ao encontro de cúpula do Mercosul, que será realizado nos próximos dias 8 e 9, seu inconformismo com a reunião bilateral entre o Brasil e a Argentina, ocorrida no último dia 30, em que foram assinados 23 protocolos na cidade argentina

de Puerto Iguazú. Na ocasião, foram firmados convênios em matéria comercial, migratória, de saúde, educação, cultura e outras áreas importantes para a integração regional [...]. Os uruguaios consideram que os sócios menores (além deles, o Paraguai) foram ignorados [...]. O Uruguai considerou os acordos bilaterais um descaso em relação aos sócios menores do bloco [...]. A queixa uruguaia se reporta também a decisões anteriores tomadas por Brasil e Argentina sem consultar os demais integrantes do bloco. Um exemplo citado é o tratado comercial firmado recentemente com a China [...]. O presidente do Uruguai, Tabaré Vazquez, é um forte entusiasta do ingresso da Venezuela no Mercosul. A defesa uruguaia dos interesses da Venezuela ocorre justamente porque os venezuelanos, produtores de petróleo, poderiam, em tese, introduzir mais equidade nas decisões do bloco.

A matéria do jornalista Léo Gerchmann relata que o Uruguai critica acordos entre Brasil e Argentina e avisa que defenderá veto a negociações bilaterais dentro do Mercosul. Na interpretação dos uruguaios, os sócios menores têm sido ignorados “*O Uruguai considerou os acordos bilaterais um descaso [...]*”. Ressaltam ainda os dirigentes uruguaios decisões anteriores entre Argentina e Brasília sem a consulta aos demais membros do bloco. Citam como exemplo recente o tratado comercial com a China.

O inconformismo do Uruguai em relação à aproximação entre Brasil e Argentina cria um clima de tensão dentro do Bloco. “*Provavelmente faremos referências ao tema na cúpula do Mercosul (que ocorrerá em Montevideu). O Uruguai não está de acordo com isso (a reunião bilateral de Puerto Iguazú) e se preocupa muito*”. Segundo o diretor do Mercosul, representante do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai, Luis Bermúdez, Argentina e Brasil manifestaram, no mínimo, uma preferência pelo apoio entre si, revelando um certo descaso em relação aos demais sócios.

Em que pese os corpos diplomáticos da Argentina e do Brasil terem boas razões para explicar a atitude dos dois em relação a acordos diretos com terceiros países, do ponto de vista externo, as críticas do Uruguai parecem totalmente pertinentes. Aparentemente, seria mais justo uma negociação 4 mais 1 do tipo que se tentou dentro da Alca e do que foi feito com a Índia. A mídia registra a posição do Uruguai, e reflete um momento de inflexão dentro do bloco. A matéria tem um caráter centrífugo e não contribui para reforçar uma matriz integracionista. A notícia legítima, portanto, do lugar de fala do jornalista, a interpretação do diretor do Mercosul. Tem um caráter centrífugo.

6.7.1.13 O eixo Buenos Aires- Brasília- Caracas

Autor: Luiz Alberto Moniz Bandeira,
 Cientista político, professor titular da Universidade de Brasília
 Folha de São Paulo 10/12/2005
 4 colunas e 11 parágrafos
 Tema:

Em 1985, os presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney celebraram os acordos de integração argentina-Brasil, que constituíram o maior feito na política exterior dos dois países, ao longo do século 20. Esses acordos, consubstanciados no Tratado de Buenos Aires, evoluíram para a conformação do Mercosul, em 1991, com a celebração do Tratado de Assunção e a incorporação do Uruguai e do Paraguai. Seu objetivo, desde o início, não era confinar-se aos países da Bacia do Prata, mas constituir, como o tratado de 1941, uma união aduaneira, aberta à adesão dos países limítrofes, ou seja, aos vizinhos da América do Sul. Tanto isso é certo que, há alguns anos, o Chile esteve a ponto de integrar-se como membro pleno do Mercosul, conforme o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso chegou a anunciar, mas não o fez devido às pressões e manobras dos Estados Unidos. Se o Chile esteve para ingressar como membro pleno do Mercosul, por que não a Venezuela? O Brasil, a Argentina e demais sócios no Mercosul, se querem fortalecer e consolidar sua unidade econômica e política, não podem discriminar e excluir nenhum país da América do Sul. A Venezuela tem enorme peso econômico, devido às suas reservas energéticas – gás e petróleo, do qual é o quinto maior produtor do mundo e responsável por 15% do consumo dos Estados Unidos – e a cooperação com o Brasil e a Argentina permitirá a construção de uma rede de gasodutos que passará pelos três países, beneficiando o Mercosul. Naturalmente o ingresso da Venezuela no Mercosul não agrada à administração do presidente George W. Bush, que há muitos anos se empenha em demonizá-lo e destruí-lo, sem sucesso. E não agrada, porque o Mercosul, com a adesão da Venezuela, amplia-se e se consolida, robustece seu poder de barganha, ao mesmo tempo em que fortalece a posição de Hugo Chávez vis-à-vis dos EUA.

O artigo de Luiz Alberto Moniz Bandeira destaca o papel da Venezuela como membro do Mercosul. Para o autor, o ingresso da Venezuela é fundamental para a integração regional e também para dar uma resposta aos EUA que, em relação ao presidente Hugo Chávez, da Venezuela, “*se empenha em demonizá-lo e destruí-lo, sem sucesso*”. Bandeira destaca o significado da união entre Brasil e Argentina, desde o tratado do regime de intercâmbio livre em 1941. “*Naturalmente o ingresso da Venezuela no Mercosul não agrada à administração do presidente George W. Bush*”. E, segundo o articulista, “[...] *não agrada, porque o Mercosul, com a adesão da Venezuela, amplia-se e se consolida, robustece seu poder de barganha, ao mesmo tempo em que fortalece a posição de Hugo Chávez vis-à-vis dos EUA*”.

Luiz Alberto Moniz Bandeira se posiciona claramente a favor do Mercosul e de uma integração regional. Primeiro, ele destaca a importância da união entre Brasil e Argentina desde 1941. Para ele, essa união não é apenas comercial, mas também política e estratégica. Assim como é estratégico o ingresso da Venezuela ao bloco. Segundo Bandeira,

a adesão da Venezuela ao Mercosul fortalece o bloco e “*robustece seu poder de barganha, ao mesmo tempo em que fortalece a posição de Hugo Chávez vis-à-vis dos EUA*”.

O ingresso da Venezuela ao Mercosul apresenta várias vantagens, segundo Bandeira:

A Venezuela tem enorme peso econômico, devido às suas reservas energéticas – gás e petróleo, do qual é o quinto maior produtor do mundo e responsável por 15% do consumo dos Estados Unidos – e a cooperação com o Brasil e a Argentina permitirá a construção de uma rede de gasodutos que passará pelos três países, beneficiando o Mercosul. A Venezuela é um dos mais importantes países da região, com enorme importância estratégica, pois compartilha da Amazônia e dá acesso ao Caribe. Não pode ser discriminado, simplesmente porque seu presidente, Hugo Chávez, é mal visto em Washington.

O artigo de Luiz Alberto Moniz Bandeira destaca a união dos países sul-americanos para fortalecer o Mercosul, independentemente do que pensam os EUA. O ingresso da Venezuela no bloco do Mercosul significa o começo do fechamento do cerco para a integração dos países da América do Sul que, nesse momento, estão sob intensa pressão da política externa dos Estados Unidos, desde o fracasso das negociações da Alca. Portanto, o discurso da mídia apresenta um sentido centrípeto que contribui para uma matriz de americanidade

6.7.1.14 Analistas apontam saída para o Mercosul

Autor: Gisele Teixeira (de Brasília)
 Jornal do Brasil 20/12/2004
 2 colunas e 7 parágrafos
 Tema:

*O Mercosul entra em 2005 com três novos estados associados – Venezuela, Colômbia e Equador – e velhos problemas a resolver. A curto prazo, analistas dizem que um dos principais desafios a serem enfrentados é encontrar uma saída para retirá-lo do **pântano de ressentimentos** que se tornou. Depois com os ânimos menos acirrados, o bloco precisa voltar a ser prioridade para os países que o compõem. Só assim, então, o caminho fica aberto para que se estabeleça uma agenda focada, a fim de resolver os problemas práticos da integração. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, tem dito que o Mercosul será uma das prioridades do comércio exterior brasileiro no próximo ano e que, numa relação comercial intensa, os impasses são naturais e não devem ser superdimensionados. Brasil e Argentina, no entanto, vivem um momento tenso de suas relações em função da exigência do país*

vizinho de adotar salvaguardas para proteger setores mais sensíveis de sua indústria. Aos dois, no entanto, continua a interessar a construção de um bloco econômico, político e militar que, fortalecendo sua estrutura econômica, permita a participação, em médio prazo, dos dois países no sistema de negociações internacionais em grau de igualdade com estados de semelhante potencial demográfico e territorial [...].

A matéria de Gisele Teixeira destaca que, apesar da crise no Mercosul, analistas e o ministro Celso Amorim se mostram otimistas em relação ao futuro do bloco.

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, tem dito que o Mercosul será uma das prioridades do comércio exterior brasileiro no próximo ano e que, numa relação comercial intensa, os impasses são naturais e não devem ser superdimensionados. Mesmo em crise, analistas afirmam que o Mercosul saiu do teste de Ouro Preto com alguns avanços. Os presidentes dos quatro países assinaram a implementação de ações para eliminar a dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) e a criação do Fundo Estrutural, para o aumento de competitividade dos sócios menores, o Paraguai e Uruguai.

A mídia destaca a opinião de analistas e do Ministro Celso Amorim sobre o Mercosul. Todos se posicionam a favor do bloco e ainda apontam caminhos para serem resolvidos alguns impasses.

Em curto prazo, analistas dizem que um dos principais desafios a serem enfrentados é encontrar uma saída para retirá-lo do pântano de ressentimentos que se tornou. Depois, com os ânimos menos acirrados, o bloco precisa voltar a ser prioridade para os países que o compõem. Só assim, então, o caminho fica aberto para que se estabeleça uma agenda focada, a fim de resolver os problemas práticos da integração. Brasil e Argentina, no entanto, vivem um momento tenso de suas relações em função da exigência do país vizinho de adotar salvaguardas para proteger setores mais sensíveis de sua indústria. Aos dois, no entanto, continua a interessar a construção de um bloco econômico, político e militar que, fortalecendo sua estrutura econômica, permita a participação, em médio prazo, dos dois países no sistema de negociações internacionais em grau de igualdade com estados de semelhante potencial demográfico e territorial [...].

Portanto, a matéria contribui para o fortalecimento do Mercosul e consequentemente, para a integração regional. Apesar dos entraves, a mídia dá ênfase ao otimismo dos analistas e do ministro Celso Amorim em relação ao Mercosul. A notícia chama a atenção para os novos estados associados – Venezuela, Equador e Colômbia - numa

tentativa de reforçar a idéia da consolidação do processo de integração na sub-região. Trata-se de um discurso centrípeto, que contribui para fortalecer a idéia de uma matriz de americanidade. Muitas vezes estão presentes nessa matéria, além do discurso do Ministro Celso Amorim e a do economista Maurício Mesquita Moreira.

6.7.1.15 Mercosul do futuro

Autor: Marcos Magalhães
 Analista Político
 Jornal do Brasil 31/12/2004
 2 colunas e 9 parágrafos
 Tema:

Poucos temas são tratados com tanta simpatia, no Congresso Nacional, como a aproximação do Brasil com seus vizinhos sul-americanos. A construção do Mercosul e a busca de uma união política do subcontinente, para melhor negociar acordos econômicos com países e blocos mais desenvolvidos, chegam tão perto do consenso que nem mesmo a adoção de uma linguagem quase violenta causa maior turbulência interna. Foi assim há poucos dias, quando os negociadores argentinos ameaçaram fazer cara de cachorro zangado quando se sentassem à mesa com os colegas brasileiros, na reunião de cúpula do Mercosul, em Ouro Preto. Em defesa da combatida indústria argentina, eles propunham a adoção de salvaguardas temporárias, que permitissem às empresas de seu país se prepararem melhor para a competição. A idéia ficou esquecida, ao que parece, em alguma esquina de Ouro Preto [...]. Poucos deputados e senadores se preocuparam em ir à tribuna denunciar a atitude argentina. Boa parte dessa passividade pode ser debitada à persistente simpatia política no Brasil com o Mercosul. Parlamentares ligados ao governo podem não gostar das ameaças do país vizinho, mas ainda assim demonstram um amplo grau de tolerância com o governo de Buenos Aires [...]

O artigo de Marcos Magalhães relata a importância que o Congresso Nacional dá a aproximação do Brasil com seus vizinhos sul-americanos. Segundo Magalhães, nem mesmo as críticas dos argentinos em relação a sua combatida indústria balançou as estruturas do Mercosul. No final do texto, ele sugere refletir sobre um trem de alta velocidade que una Buenos Aires a São Paulo e ao Rio de Janeiro.

Na reunião de cúpula do Mercosul, em Ouro Preto, o presidente Kirchner saiu em defesa da “*combatida indústria argentina*”, propondo a adoção de:

[...] salvaguardas temporárias, que permitissem às empresas de seu país se prepararem melhor para a competição“{...} Enquanto

aguardava a visita a Buenos Aires do presidente da China, Hu Jintao, o governo argentino inclui entre os projetos que poderiam receber investimentos chineses a construção de uma linha de trens de alta velocidade entre Buenos Aires e Córdoba. Se os vagões entrarão ou não nos trilhos, os próximos anos vão dizer. A mesma ousadia, porém, poderia motivar novos projetos regionais. Se a idéia construir trens de alta velocidade, por que não se pensar, então, em um projeto que una Buenos Aires, São Paulo e Rio de Janeiro?

Marcos Magalhães se mostra um defensor do Mercosul e de uma integração regional maior.

E por que não imaginar uma política comum para a indústria e a inovação tecnológica, com maior integração competitiva das empresas de ponta dos países da região? Ou a adoção de um selo de excelência para os produtos agropecuários do grupo? Ainda que leve tempo, a construção de um Mercosul voltado para o futuro parece a melhor solução contra os nostálgicos do protecionismo.

A opinião de Marcos Magalhães contribui para fortalecer a idéia de uma integração regional. Marcos, que também é jornalista e cobriu o Mercosul em diversas ocasiões, conhece bem a postura nacionalista agressiva dos argentinos em matéria de defesa, o que aparentemente lhes dá uma certa vantagem. Lembra, entretanto, que os brasileiros já se acostumaram com isso e sentem ser essa uma questão de estilo e que não chega a empalidecer o processo de integração. Ele tenta articular um discurso **centrípeto**, mesmo observando as distinções de abordagem entre argentinos e brasileiros. “[...] *um Mercosul voltado para o futuro parece a melhor solução contra os nostálgicos do protecionismo*”.

Em 8 de Dezembro de 2004, os países membros do Mercosul e da Comunidade Andina assinaram, já na Terceira Reunião de Presidentes da América do Sul, a Declaração de Cuzco, contendo as bases da União de Nações Sul-Americanas(Unasul), que reúne os doze países da região, exceção apenas da Guiana Francesa, em uma zona de livre comércio continental.

CAPÍTULO VII
INFLEXÕES NO MERCOSUL: MOMENTOS CENTRÍFUGOS

7 INFLEXÕES NO MERCOSUL: MOMENTOS CENTRÍFUGOS

*URUGUAI ATACA APROXIMAÇÃO BRASIL-ARGENTINA “/ “PARAGUAI
QUER ACORDO COM EUA, AFIRMA VICE” / “MERCOSUL ESTÁ
‘DEVAGAR’, AVALIA ARGENTINA” / “MERCOSUL E UE*

MAIS PRÓXIMOS / BRASIL NÃO É PROBLEMA, DIZ MINISTÉRIO ARGENTINO / “KIRCHNER CRITICA MERCOSUL”⁴⁰

Esses são apenas alguns dos títulos das matérias e artigos jornalísticos publicados pelos jornais, na passagem de 2004/2005, quando o Mercosul caminhava para completar seus 15 anos de existência, de diálogos e contenciosos permanentes. Temas preferidos da imprensa no processo da integração, a sua emulação diária mostrou desde a primeira fase de funcionamento do bloco, entre 1991 (Assunção) a 1994 (Ouro Preto), que a sobrevivência do Mercosul seria mais que sonho, um desafio.

E não foi diferente. Uma década e meia em funcionamento e o bloco apresentava ainda o quadro descrito pelo noticiário da imprensa. Este é o tema deste Capítulo. Nele são registradas algumas das inflexões mais graves enfrentadas pelo bloco, situações e ambiências registradas pelos jornalistas correspondentes, e que quase o levou à desintegração. O trabalho foi desenvolvido a partir de fontes primárias (matérias jornalísticas selecionadas) com o suporte de dezenas de fontes secundárias e eletrônicas.

O processo de institucionalização do Mercosul começou a ganhar uma configuração própria a partir das iniciativas integracionistas, em 1985, quando os presidentes da Argentina, Raul Alfonsín, e do Brasil, José Sarney, assinaram a Declaração de Iguazu, na qual se preconizava uma articulação em nível de governo, sob a liderança do Palácio San Martín, de um lado, e do Itamaraty, do outro, ambos apoiados nos ministérios da Economia e Bancos Centrais respectivos.

A dinâmica desenvolvida no entendimento entre Argentina, Brasil e, depois, Paraguai e Uruguai, a partir da criação do Mercosul como lugar de fala do bloco, iria entusiasmar, como nunca, o empresariado desses países, e surpreender⁴¹, ainda mais, os governos norte-americanos e europeus que, de uma forma ou de outra, sempre procuraram alimentar o distanciamento entre os países da América.

A instabilidade política e econômica estava, contudo, ainda presente. Todos esses países acabavam de sair de ditaduras muito fortes e a dívida externa comprometia o futuro da comunidade de países americanos, significando que o clima de insegurança continuava aquecido, o que contribuía para manter a presença nas discussões de segmentos céticos quanto à viabilidade de uma integração, principalmente, entre Argentina e Brasil. Os receios de ambas as partes fundamentavam-se nas incertezas conjunturais internas, mas também num imaginário alimentado por ranços históricos entre os dois vizinhos.

A perplexidade foi grande quando, em 26 de março de 1991, foi assinado o Tratado de Assunção, criando o Mercosul - Mercado Comum do Sul, com objetivos claros, regras próprias e data para a instalação definitiva em janeiro de 1995. O documento vinha acrescido da participação também do Paraguai e do Uruguai. O acordo parecia enterrar de

⁴⁰ Leo Gerschman. *FSP*, 06.12.2005; Maéli Prado. *FSP* 12.09.2005; Silvana Arantes. *FSP* 28.04.2005; Helena Celestino e Ilmar Franco (env.) *OGB* 21/09/2004; Ariel Palácios. *OESP* 12/09/2004. Ana Paula Machado (env.) *JB*, 18.12.2004.

⁴¹ O comércio entre o Brasil e seus sócios do MERCOSUL quintuplicou, em apenas sete anos, passando de US\$ 3,6 bilhões em 1990, para US\$ 18,7 bilhões em 1997, um incremento de 516% no período.

vez os entulhos políticos, econômicos e culturais, firmando-se a idéia consensual da busca imediata de uma estabilidade política para o bloco, apoiada em regimes democráticos e num perfil liberal. Revitalizou-se, assim, a vontade de aprofundar a integração no Cone Sul, logo a seguir, ampliada pela melhoria dos mecanismos decisórios. A criação da União Européia, inspirada no Acordo do Aço entre um grupo de países, indicava uma tendência favorável à instituição de mercados comuns regionais, como forma de enfrentar a globalização, e o fim das individualidades nacionais pela integração das economias.

No Cone Sul, a idéia da integração regional tomou corpo rápido. Governos da Argentina e do Brasil visualizaram a possibilidade da superação definitiva das diferenças regionais ancoradas num estado de cooperação comercial. Abriu-se a perspectiva, nunca antes cogitada concretamente, da complementação das respectivas economias, com o fortalecimento dos sistemas produtivos da região, de forma a permitir o enfrentamento em conjunto da também histórica concorrência desleal dos países industrializados, com a deterioração artificial das relações de troca no comércio internacional, com os países da região. A inacreditável reunião, sob uma bandeira de interesses comuns de países com visões tão supostamente díspares como Argentina e Brasil, ou tão indiferentes como as do Uruguai e do Paraguai em relação do Brasil, pegou de surpresa os Estados Unidos e a Europa, que passaram a digladiar entre si, no âmbito do comércio e da diplomacia, para solapar as bases da integração e, ao mesmo tempo, disputando a primogenitude de um acordo comercial com o Mercosul.

Ficava claro, portanto, desde o início, que não seria uma tarefa fácil a convergência de interesses dentro da sub-região do Cone Sul. Não faltavam pressões externas e instabilidade política e econômica internas. Ao longo da sua existência, o Mercosul foi atravessado por diversos tipos de interferências, surgidas internamente ou procedentes de fora, que têm confundido, ainda hoje, o seu processo de desenvolvimento e consolidação. Entre elas, destacam-se aqui quatro grandes inflexões discursivas, interpostas no lugar de fala do Mercosul e que se expressavam num embate de representações, conflitos, controvérsias e divergências no campo da economia; da indiferença em relação à área social; e da omissão no campo da cultura.

O Tratado tinha um caráter exclusivamente comercial. Assim, enquanto na área econômica e diplomática mecanismos apropriados encaminhavam soluções comuns negociadas; as alternativas na área social eram postergadas e na da cultura, ignoradas. As questões sociais e culturais surgiam e desapareciam tão rápido quanto haviam emergido, na medida em que as inflexões se interpunham no espaço de fala dos países membros. As questões sociais e trabalhistas ainda caminharam um pouco em determinados momentos do desenvolvimento do Mercosul⁴². As culturais permaneciam restritas ao formato dos velhos acordos, iniciativas tímidas no passado, sem qualquer consequência prática, cuja função era marcar o relacionamento de simpatia e amizade entre povos da América. Seu encaminhamento parecia vir por meio de acordos na área da educação integrada, um dos temas que emergiram logo das discussões, quando se preocupou com as línguas oficiais. Um dos ministros da Educação no Brasil via tudo com ceticismo. Embora houvesse dentro do Mercosul, a partir do protocolo de Ouro Preto, a previsão de “Reuniões de Ministros da

⁴² Seminário sobre Participación de la Sociedad Civil en el Proceso de Integración, Montevideú, 28 a 24 de abril de 1998)

Cultura”, os encontros não avançavam em proposições, nem recebiam qualquer atenção dos membros do Mercosul.

No caso dos acordos do Mercosul, vez por outra, especialmente nos momentos em que as negociações chegavam a impasses, representantes de um ou de outro país, esqueciam esses tratados de cordialidade e amizade e, em nome dos negócios, deixavam escapar do imaginário, num discurso, numa fala, numa entrevista, velhos ranços, quase complicando os entendimentos direcionados para o integracionismo. Sem acordos consistentes na área social e do trabalho, sem a força solidária da cultura, o processo de integração e de identidade regional comum flutuou entre avanços e retrocessos no período de 1991 a 2004. Por outro lado, os embates comerciais e políticos, sempre cercados pelas inflexões que ocorriam dentro do lugar de fala do Mercosul, contribuíram para ir aparando arestas e superando desafios que, emulados pela imprensa junto à sociedade civil, iam aos poucos acomodando as “frustrações”.

As complexidades do Poder são objeto de reflexão no denso repertório de Michel Foucault (1979). Lembra o filósofo que o “poder” está em todo lugar, compreendido dentro de múltiplas “relações de poder” dentro de um mesmo espaço e num mesmo tempo, e que refletem as segmentações e desigualdades sociais. Mas, mesmo tendo aparência conflituosa, elas é que são transformadoras, reforçando situações e, às vezes, revertendo outras. Elas necessitam, de fato, dos pontos de resistência que refletem a pluralidade de vozes que agem sobre o objeto para transformá-lo num enunciado. Bakhtin (1987, apud MOTA, 1999) identificou a heteroglossia como , o diálogo tenso e conflituoso, e que pode ser observado especialmente no campo político.

Este Capítulo trata das inflexões, ou seja, das heteroglossias que atravessaram o discurso do Mercosul nos primeiros 15 anos da sua existência, e que apareciam disfarçadamente no cotidiano sintagmatizadas. Elas são situadas aqui em, pelo menos, quatro diferentes formatos e sub-formatações performantizadas, atuando sobretudo como **forças centrífugas**, não convergentes.

A primeira dessas inflexões foi tomada por empréstimo do ex-presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, ainda no início dos entendimentos entre Argentina e Brasil, quando chamou de “**frustrações estéreis**” a ausência histórica de empatia entre os dois países, presentes no imaginário das populações e dos políticos, segundo ele, sem nenhuma base representacional consistente. Referia-se Alfonsín ao ambiente fundado em antipatias entre povos que, aparentemente, cercavam as relações bilaterais dentro da região, cada uma com histórico próprio, como a Guerra do Paraguai, as Guerras Cisplatinas, o modelo republicano contraposto ao imperial, as diferenças surgidas na discussão sobre a questão energética na Bacia do Prata, os problemas de fronteira e outras. Algumas não têm histórico algum. Surgem e são detectadas na convivência cotidiana das populações, fruto da imaginação popular misturada a credices e mitologias com ranços nacionalistas e que se manifestam em representações como jogo de futebol, produção intelectual e artística, desenvolvimento urbano, diferenças de origem étnica, competição por uma visibilidade internacional, e assim por diante, emuladas pela imprensa.

As “**tensões internas**” no campo das negociações dentro do próprio Mercosul, que, em duas ocasiões, quase anteciparam o fim da organização, especialmente na fase de transição, são consideradas aqui como a segunda grande inflexão. São divergências de

interesses empresariais e de políticas macroeconômicas, surgidas das discussões diárias nos diferentes espaços discursivos internos e das opções governamentais, cujos impasses chegaram perto de conduzir a cisões inconciliáveis, o que contribuiu para alimentar a insegurança e as incertezas iniciais. Outras tensões vão se manifestar ao longo do processo de integração, ainda dentro do período das negociações, quando as controvérsias exacerbavam os ânimos, provocando manifestações de descontentamento até mesmo de chefes de Estado dos países membros. Em geral, essas tensões discursivas faziam ressurgir velhas representações, provocando situações desagradáveis e incômodas, às vezes também, ameaçando a existência da própria instituição.

No **espaço** das relações internacionais, surge a terceira inflexão: as “**pressões externas**” que pesaram sobre a existência do Mercosul desde que a idéia do mercado comum tornou-se irreversível. A primeira delas veio do governo dos Estados Unidos com a invenção da “Iniciativa das Américas”, seguida da criação do Nafta – *North American Free Trade Agreement* e, logo depois, também do projeto da Alca – Associação Latino-Americana de Comércio. Tudo isso surgiu repentinamente como se tratasse apenas de estratégias destinada a evitar que o Mercosul, representando mais da metade do comércio da América Latina, pudesse sair da esfera de influência norte-americana ou cair no controle da Europa. “A América é para os americanos”, lembravam os norte-americanos a Doutrina Monroe (1823).

A união das Américas e dos seus acordos regionais - Comunidade Andina, Mercosul, MCCA - na Alca, funcionaria como uma frente competitiva continental de equilíbrio do comércio mundial face à organização e desenvolvimento rápido dos países europeus na recém-criada União Européia (UE). A postura da política hegemônica norte-americana não apenas despertou os brios regionais no Mercosul, como a própria União Européia para a importância do comércio com os países da organização, levando ao tráfego sistemático de representantes europeus dentro do espaço do Mercosul, na tentativa de assinar um Acordo Tarifário.

A disputa do Mercosul entre os EUA e a UE gerou uma pressão externa paralela fortíssima sobre a própria consolidação da instituição que, em vários momentos, esteve ameaçada de fragmentar. Fracassada a Alca, o governo dos Estados Unidos tentou cooptar individualmente cada país do continente, oferecendo supostos acordos comerciais bilaterais favoráveis, na tentativa de desestabilizar o Mercosul, de onde vieram as principais reações à proposta da Alca.

Dentro da própria região, o Mercosul enfrentou as contrapartidas à Alca propostas pelos EUA, como a iniciativa brasileira de se criar a Alcsa (Área de Livre Comércio Sul Americana), que tentava sistematizar acordos já em vigor por meio da Aladi (Associação Latino-Americana de Desenvolvimento Integrado; da Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas) originada de um acordo entre o presidente de Cuba, Fidel Castro, e o da Venezuela, Hugo Chávez; aos quais se juntou, mais tarde, o presidente eleito da Bolívia, Evo Morales, que se propunha a combater a pobreza no continente, também como uma opção à Alca.

Finalmente, a quarta e grande inflexão corresponde a uma fusão sintagmática entre o processo de globalização da economia e os ambientes econômicos internos, na qual temas delicados foram banalizados metaforicamente a partir do **lugar de fala** da mídia junto

à população como num “contrato de leitura” (FAUSTO NETO). Foram crises macroeconômicas chamadas aqui de **crises metafóricas**.

Pressupõe-se a metáfora como uma experiência cultural recorrente que, no caso, permite a população entender o efeito de uma crise dessas proporções sobre a vida cotidiana dos cidadãos. Foram intituladas aqui de crises metafóricas, porque desencadeadas a partir das dificuldades repentinas da economia e batizadas sintagmaticamente pela imprensa como o *debâcle* dos “Tigres Asiáticos” (1997): Coréia do Sul e Japão; a da Rússia (1998) foi chamada de “Efeito Orloff”, numa alusão ao seu presidente Boris Yeltzin, que aparecia bêbado frequentemente em público; a do México teve o nome de “Efeito Tequila”; depois, a da Argentina, “Efeito Tango”; passando perto do Brasil, que seria o “Efeito Samba”; do Uruguai, cujos negócios bancários – o país tem uma legislação financeira flexível - irregulares ficaram conhecidos como “Operação Uruguai”; e, finalmente, o Paraguai, país frequentemente citado pela imprensa de maneira pouco elegante e até desrespeitosa com seu povo, como “Um Paraguai”, uma catacrese, sinônimo de clandestinidade e contrabando comercial, um deselegância como os vizinhos, tolerada pelo sistema democrático.

A recessão argentina (1999) e depois a sua declaração de falência (2003/04.) foi a que mais impacto teve sobre as economias dos países do Mercosul. Era o “*Efeito Tango*”, significando que o país estava acabando de “dançar”, com o sentido de “quebrar”, o que quase levou à falência as economias do Uruguai, do Paraguai, atingindo também a economia brasileira, mas sem o impacto que teve nos demais países membros do Mercosul.

O Brasil iria ter a sua crise, batizada de “*Efeito Samba*” (1999), com repercussão também devastadora para os três países membros efetivos do Mercosul. Era, na realidade, uma inflexão econômica de origem cambial – o abandono do câmbio fixo. Embora todas essas crises afetassem a consolidação e o desenvolvimento do Mercosul, nenhuma delas conseguiu desestabilizá-lo em definitivo; ele, continuou a caminhada em direção a uma integração por via inversa à da Alca e à da Alba. No meio do percurso, o jornal brasileiro “Gazeta Mercantil”, que no auge de seu desenvolvimento produzia uma edição com o nome de “Gazeta Latino-americana”, defendeu, sem grandes adesões, a criação do “Americosul”, nome dado a uma espécie de acordo de integração de mercado envolvendo todos os países da América do Sul.

7.1 Diferenças históricas – frustrações estéreis

Na apologia que fez aos dez anos da existência do Mercosul, num seminário comemorativo em 2001, realizado em Brasília, o Ex-presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, destacou a importância da superação das “frustrações estéreis” entre Argentina e Brasil, para o êxito do Acordo. Os dois vizinhos mantinham uma visão de estranheza entre si que vinha desde os tempos coloniais, quando da disputa dos territórios das Missões, passando pelas intenções hegemônicas no Prata (DORATIOTO, 2004). Sem lançar um olhar para si mesmo, os argentinos sempre viram o Brasil como um país vocacionado para o imperialismo regional e os brasileiros, atentos às pretensões territoriais argentinas, teriam procurado isolá-los da sua política externa no continente sul - americano.

Nesse ambiente de desconfiança mútua, tanto de um lado como do outro, foi se desenvolvendo um pensamento geopolítico por meio de suas escolas de estudos estratégicos e de relações internacionais, das quais emergiram linhas de orientação para a política externa, na Argentina e no Brasil (SANTOS, 1987). O pensamento dos estrategistas e intelectuais não chegou a provocar guerra entre os dois países, mas conseguiu inibir, de certa forma, suas relações políticas, econômicas e, sobretudo, culturais. Os brasileiros não toleravam o ar de superioridade demonstrado pelos argentinos nos entendimentos bilaterais e até na vida cotidiana, tendo ambos os lados que conviver com uma ampla gama de apelidos jocosos e piadas sobre sua identidade: “*Argentino es un italiano que habla español y que se cree inglés*”. Os brasileiros eram, por sua vez, apelidados pelos argentinos de “*macaquitos*”, numa referência multicultural, que passava pela composição étnica da população, por uma cultura popular e alegre, por costumes nem sempre refinados e uma criatividade limitada.

As diferenças do lado argentino foram inauguradas institucionalmente a partir do pensamento geopolítico de Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), que tinha sua atenção voltada para as articulações políticas no espaço do rio da Prata, entendendo que a Argentina deveria exercer ali sua hegemonia; e Juan Baptista Alberdi (1810-1884) que definia os argentinos como “*européus nascidos na América*”. [...] latino-americano é o índio [...] Córdoba é composta por italianos vindos do Piemonte. ”(DIAS, 2004, p126.). A Argentina branca, européia e civilizada, como a imaginaram tanto Alberdi quanto Sarmiento, reflete ainda hoje na forma como o argentino se vê e se diferencia dos demais povos da América. Sílvia Finocchio, num artigo intitulado “*Inclusiones y exclusiones en modos de contar la historia da Argentina*”, mostra que narrativas didático-nacionais na Argentina negam a história de índios, dos descendentes de africanos e de outros grupos minoritários marginalizados, discutindo, muitas vezes, a permanência da auto-imagem do “*mais europeu entre os americanos*”(FINOCCHIO, 2004), A visão étnica estereotipada sempre distanciou os argentinos dos brasileiros. Alberdi defendia, ao contrário do que ocorreu na Guerra do Paraguai, o apoio dos argentinos ao Paraguai, para preservá-lo da influência brasileira.

Esses pensadores políticos argentinos tiveram vários seguidores posteriores tanto dentro do Instituto Argentino de Estudios Estrategicos y de las Relaciones Internacionales (Insar) quanto no próprio ambiente empresarial e intelectual do País, “entre as elites”, como mostrou o escritor argentino Carlos Altamirano (2004). Durante o período monárquico e, sem seguida, o republicano, os interesses dos brasileiros estavam concentrados na Europa e, depois, nos Estados Unidos, ignorando praticamente a América e os países que a compunham. Na havia uma relação de comércio significativa entre o Brasil e os vizinhos.

Ao longo da história, várias iniciativas e atitudes brasileiras, fruto de uma política externa regional mais agressiva, contribuíram também para alimentar a desconfiança argentina com relação ao Brasil. Antes de perceber-se como opositora dos interesses políticos do Brasil na região, a Argentina traçara suas próprias prioridades geopolíticas para a região, que incluía desde agregar territórios vizinhos, ter o domínio total sobre o rio da Prata, anexar a Patagônia, manter uma presença marítima efetiva no Atlântico Sul indo até a posse da Antártida. Referindo-se à importância da Bacia do Prata para a Argentina, Alfredo Rizzo Romano (1981) fez a seguinte consideração:

Esta bacia constitui a zona chefe ou “Heartland” da América do Sul. Aplicando os conceitos mackinderianos, podemos afirmar que quem domine na rica região de 3.5 a 4.5 milhões de km² dominará a ilha sul-americana, e quem domine neste subcontinente tem probabilidade máxima de dominar na África e em todo o hemisfério Sul (ROMANO, 1987, p.100. apud SANTOS).

A geopolítica ofensiva do Brasil, voltada para definir o extenso espaço territorial brasileiro e para a homogeneização da consciência nacional, terminou após as guerras da Independência, mas continuou sendo interpretada como tentativas de ampliar ainda mais seu território. De fato, no caso do Prata, o governo imperial entendia que os limites geopolíticos brasileiros deveriam se estender naturalmente até o Prata: uma tentativa de ressuscitar a crença de que a melhor conformação geográfica de um país era uma ilha (MAGNOLI, 1997). Os uruguaio reagiram e receberam o apoio dos argentinos para lutar pela sua independência. Depois, as próprias forças militares brasileiras invadiram Buenos Aires para ajudar a derrubar a ditadura rozista. A partir daí, não faltaram justificativas para a desconfiança argentina em relação ao Brasil. O sucesso da ação do Barão do Rio Branco na definição das fronteiras brasileiras executada, discutindo-se caso a caso, país a país, reforçou muito essa desconfiança.

Uma das mais problemáticas dessas divergências foi a discussão sobre os recursos hídricos da Bacia do Prata., que envolvia os rios Paraná, Paraguai, Uruguai e seus afluentes e os países Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e a Bolívia. Em 1967 foi assinado, em Buenos Aires, uma declaração conjunta de reconhecimento do sistema Bacia do Prata e, no ano seguinte(1968), em Santa Cruz de la Sierra, institucionalizava-se essa convicção. Criou-se um Comitê Intergovernamental Coordenador (CIC) que, em Santa Cruz, reconheceu a reunião de ministros de Relações Exteriores dos países envolvidos como a autoridade superior para dirimir dúvidas e definir uma política comum para a região. Em 1969, em Brasília, foi assinado o Tratado da Bacia do Prata que oficializava o relacionamento cooperativo e os instrumentos criados ,visando a harmonização de interesses no aproveitamento dos recursos da Bacia do Prata. Entendia-se ainda que existia uma interdependência entre os afluentes localizados no Alto Paraná, o que significava que qualquer alteração, em qualquer trecho, teria impacto sobre o curso e os recursos da Bacia e que haveria necessidade de um equilíbrio dentro dos subsistemas.

Mas, em 1973 o Brasil, com uma política energética agressiva, surpreendeu os argentinos, firmando um Tratado direto com o Paraguai para a construção da represa de Itaipu. A decisão provocou a imediata reação da Argentina, alegando que a nova represa prejudicaria um projeto hidrelétrico argentino conhecido por Corpus, que tinha também a participação do Paraguai, além do que, as dimensões do reservatório de Itaipu iriam ter um impacto negativo na navegação do Paraguai. Aventou-se ainda a hipótese de que Itaipu constituía-se numa ameaça à segurança de Buenos Aires, caso o Brasil decidisse abrir de vez as comportas. A discussão foi longa, mobilizou todos os estrategistas geopolíticos argentinos, alimentou ranços, mas terminou com um acordo tripartite firmado em 1977, entre a Argentina, Brasil e Paraguai sobre a compatibilização das obras de Itaipu e Corpus.

A geopolítica argentina que sempre valorizou a importância do Atlântico Sul para o seu desenvolvimento econômico, militar e viário, não recebeu com simpatia as considerações do general Golbery do Couto e Silva, quando este interpretou de maneira provocativa o fato de que “o Brasil teria responsabilidades monopolíticas sobre o Atlântico Sul”. O general Juan Enrique Guglielmelli observou, em resposta, que se tratava de uma superestimação da importância estratégica do Brasil e uma subestimação do papel exercido por outros países, no caso a Argentina, que tem uma marca histórica na defesa do Atlântico Sul. Mais recentemente, a Argentina negociaria um tratado de proteção das águas do atlântico Sul com a OTAN.

O Tratado da Antártida firmado no dia 1º de dezembro de 1959 por 12 países, entre eles a Argentina, entrou em vigor em 23 de junho de 1961. Outros países poderiam fazer parte do Tratado por “adesão”. Foi o caso do Brasil. Todos concordaram, entretanto, que o território da Antártida teria uso exclusivamente pacífico. Propiciaria liberdade de pesquisa, proibindo, no entanto, atividades nucleares. As reivindicações territoriais ficariam congeladas por um longo período. Nesse período, terminou por surgir dentro do Tratado duas correntes: uma “internacionalista”, que preconizava a manutenção das condições vigentes, e outra “territorialista”, posição defendida por alguns países que desejavam se apropriar de, pelo menos, uma parte do continente.

A Argentina é um dos países defensores da tese “territorialista”. Sua Comissão Nacional do Antártico, por atribuições conferidas pelo Poder Executivo Nacional, definiu o setor antártico argentino “como o que se encontra situado entre os meridianos 25º e 74º de latitude Oeste de Greenwich, ao Sul dos 60º de latitude Sul” (Comunicado nº 4, de 12 de março de 1947), com uma superfície de 1.230.000 km² (ROMANO, 1987, p.107).

A adesão do Brasil ao Tratado Antártico, firmado por um grupo de países, levou a pesquisadora Miryam Colacrai de Trevisan, do *Centro de Estudios de Relaciones Internacionales de Rosario*, em um trabalho intitulado “*La Política Exterior Argentina y la Cuéestion Antártica: un ejemplo de negociación permanente dentro del régimen Antártico*”, a observar que “[...] tudo aponta para o avanço das pretensões territoriais do Brasil sobre a Antártida[...]” (apud SANTOS, 1987, p.109). O Brasil procurou, entretanto, reafirmar sempre sua opção pela tese “internacionalista”. Nesse sentido, enviava expedições científicas à Antártida, onde montou estações de observação meteorológica.

[...] O estabelecimento de bases brasileiras na Antártida seria desaconselhável para a Argentina, considerando-se a hipótese de um conflito limitado, onde existiria a possibilidade de Argentina e Brasil se enfrentarem. De todo modo, em princípio, o mais conveniente para nós é que o Brasil não tenha bases na Antártida (RODRIGUEZ, 1987, p.108, apud SANTOS, 1987, p.195).

Esse artigo que posiciona os argentinos em relação à presença do Brasil na Antártida foi escrito pouco antes do Brasil aderir ao Tratado da Antártida e anteriormente também às primeiras expedições brasileiras ao continente, o que ocorreu a partir de 1982. Os geógrafos Delgado de Carvalho e Terezinha de Castro concluíram, entretanto, num estudo realizado em 1956 e publicado na Revista do Clube Militar, que o Brasil estaria “em condições de reivindicar direitos territoriais entre os meridianos 45° W e 25° de latitude Sul, que correspondente à projeção dos limites dos países até o vértice do Pólo” (SANTOS, 1987, p.109).

Assim seguiram outras constatações, desconfianças e acusações que iam desde o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos para o domínio da América do Sul, até a descrição de iniciativas brasileiras destinadas a esvaziar a presença e a influência argentina nas relações com outros países da América do Sul. Políticos, como o próprio general Juan Henrique Guglielmelli e pensadores, como Isasc Rojas, passaram a defender uma estratégia de negociação, como se dissesse “*se não podemos vencê-lo, aliemo-nos a ele*”. Mas, esses próprios intelectuais acusam a Argentina de se autodestruir politicamente com “*disputas estéreis internas e com as irmãs repúblicas hispano-americanas*” (ROMANO, 1981, p.697, apud SANTOS, 1987, p.111).

No período entre a passagem do governo Carlos Ménem ao de Néstor Kirchner, na Argentina, essas divergências “estéreis” voltaram a aflorar quando o Brasil tentou conseguir uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU, levantando-se desconfianças, na Argentina, de que o Brasil pretendia se colocar como líder da América Latina, um reconhecimento estimulado pelo então presidente George Bush. A outra divergência teve um caráter pitoresco, de uma quase *blague*, com a imprensa brasileira reclamando o apoio da América Latina para a eleição, como Papa, de um cardeal do Brasil. Kirchner ironizou: “Mas o Brasil quer tudo, até ter o Papa!”. Ficou por aí.

De tudo isso, destaca-se a consideração otimista de Selcher (1985) de que:

“[...] *há uma evidência de fatos que demonstram que, não obstante marchas e contramarchas, os governos de ambos os países seguiram sempre gerindo diplomaticamente suas divergências*”. (SELCHER, 1987, p.116 1985, apud SANTOS, 1987). “*Além disso, o ano de 1979 pode ser visto como um referencial no crescimento da confiança mútua e no estabelecimento de formas institucionais visando à maior cooperação entre Brasil e Argentina*” (SANTOS, 1987, p.116).

Selcher (apud SANTOS, 1987, p.113), observa que, a partir de 1979, as relações entre os dois países passou a ser desenvolvida “*mais em termos de oportunidades do que de controvérsias*”, e que as oportunidades no campo diplomático foram se estendendo para várias atividades, e que Argentina e Brasil pareciam dispostos às discordâncias, mas ambos procuravam descobrir objetivos comuns “*sem imputar motivos inconfessos*” ou, como diz Alfonsín, sem se preocupar com os fracassos anteriores.

A *Escuela Nacional de Guerra* defendia a necessidade de vincular o conceito de segurança ao de desenvolvimento, mas dentro dela existiam correntes que insistiam na adoção de políticas de integração nacional antes da integração regional. Por essas e outras razões, correntes militares e civis nacionalistas e desenvolvimentistas argentinas vinham defendendo com os brasileiros uma integração regional gradual independente de impulsos supranacionais, alterando com isso a direção da doutrina de segurança nacional na Argentina. Numa entrevista à imprensa, em 4 de agosto de 1966, o ex-presidente Juan Carlos Onganía (1914-1970), figura respeitada entre militares argentinos e também um dos formuladores da geopolítica do país, procurou demonstrar que a Argentina, embora convicta do seu alinhamento com o mundo ocidental, deveria manter uma certa distância dos Estados Unidos. Ressaltou, contudo, que:

La Argentina está plenamente identificada con el sistema interamericano [...] (cuyo funcionamiento) excluye de hecho y de derecho la existencia de bloques parciales en beneficio de la armonía del continente. La no participación en bloques no significa ignorar las relaciones bilaterales entre los países americanos [...] (SANTOS, 1987).

As diferenças surgidas ao longo da convivência ambígua haviam contribuído, portanto, para gerar um imaginário de antipatias nacionais entre os pares, com efeito negativo sobre a população, impedindo o avanço de qualquer diálogo entre os dois países. As assimetrias estruturais afastavam ainda mais os dois países. Assim, Onganía havia dado um sinal de que era possível uma convivência na América do Sul pautada por objetivos comuns. Mesmo assim, as relações entre Argentina e Brasil iriam passar ainda por momentos muito delicados,

A realidade conjuntural estava mudando. A globalização sinalizava para a imperiosa necessidade de acordos de complementação econômica. Com os presidentes José Sarney, no Brasil, e Raúl Alfonsín, na Argentina, ambos ainda com a responsabilidade de administrar os remanescentes entulhos autoritários, entre 1986 e 1991 foram firmados dois documentos básicos: “*Ata da Amizade Argentino-Brasileira: Democracia Paz e Desenvolvimento*” (1986) e, logo a seguir, um Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (1988), que: “[...] *não só incorporava os representantes da cidadania ao processo de decisão, mas, além disso, criava um efetivo controle democrático*”.

Examinados pelos parlamentos dos dois países, os documentos elaborados por uma Comissão Parlamentar Conjunta de Integração, vão dar origem ao Tratado do Mercosul em 1991. Na solenidade de assinatura o Presidente da Argentina destacou que aquelas decisões tinham o sentido de consolidar a democracia na região, “*com o objetivo de gerar um espaço de valores e benefícios comuns*”. Predominava naquele momento a idéia de que, para ser efetivado, o projeto exigia não apenas a superação das desconfianças comuns, mas uma estabilidade política

O Paraguai havia se agregado ao projeto no último momento, e vivia momentos de intensa dificuldade, desde a queda do ex-presidente Alfredo Stroessner (1954-1989). A união interna fora mantida sob um regime de forte repressão ao longo de 30 anos. Eram constantes as ameaças de golpe de Estado. Coube ao general. Andrés Rodríguez, comandante das Forças Armadas a deposição de Stroessner e, ao mesmo tempo, assumir o governo, no qual ficou entre fevereiro de 1989 a agosto de 1993. Era ele quem negociava a participação paraguaia no Mercosul. Seu substituto foi, entretanto, um civil, Juan Carlos Wasmosy Monti (1993-1998), eleito democraticamente pela primeira vez desde a independência em 1811.

Deposto Stroessner, os paraguaios tentaram retomar o modelo presidencialista constitucional. Mas, ao mesmo tempo, passaram a viver sob a sombra golpista do ex-general Lino César Oviedo, também um dos responsáveis pela derrubada do ex-ditador, e cuja influência provocava repetidas crises de instabilidade política interna, levando o presidente Luis González Macchi a decretar até estado de sítio. Frequentemente, entretanto, tropas e tanques eram colocadas na rua, gerando grande confusão entre a população, pois não se sabia se a proteção dada era para o governo eleito democraticamente ou para os que tentavam a ele chegar por meios não legítimos.

É nesse momento que estavam acontecendo os primeiros acordos comerciais entre o Brasil e a Argentina, que vão dar origem, logo depois, ao Mercosul. Os militares paraguaios chegaram a um acordo com os partidos políticos e conseguiram pacificar a situação política interna. E, até como forma de assegurar a solidariedade dos vizinhos para a estabilidade institucional, pediram o ingresso no novo Acordo do Mercosul. De tal forma chegou-se a um entendimento que o documento de criação do Mercosul seria assinado em Assunção (Tratado de Assunção de 1991), como uma expressão simbólica da volta à normalidade e a saída do Paraguai do isolamento em que se encontrava. O Paraguai voltara a viver uma crise política no final dos anos 90 que resultou no assassinato do vice-presidente Luiz María Argaña. “O Governo brasileiro repudiou o crime, ‘triste nódoa’ no ‘esforço do povo paraguaio’ pela democracia. O presidente Carlos Menem (Argentina) disse que o Mercosul está de luto” (Folha de São Paulo 24.03.1999. pág. 1, 1-11 e 1-12).

A crise resultou na renúncia do Presidente Raúl Cubas, mas os países do Mercosul tiveram um papel efetivamente fundamental para impedir que o Paraguai retornasse a um regime ditatorial sob a égide dos militares. No Tratado de criação do Mercosul ficara pactuado o compromisso comum com o regime democrático. O membro que se afastasse desse paradigma perderia direito às suas prerrogativas no Mercosul. O Paraguai vivia uma crise política de legitimidade sucessória e sua instabilidade começou a ser cobrada dos parceiros dentro do mais puro espírito liberal. O Mercosul iria se desenvolver então sob a percepção de vantagens econômicas concretas e de um controle efetivo do sistema democrático de governo.

Por tudo isso, as primeiras inflexões da história do Mercosul precede à sua própria existência e extrapola a temporalidade. Vai se ter uma emulação prévia de incredulidade quanto à possibilidade de uma integração entre Brasil e Argentina, em qualquer nível, devido a presença de um imaginário repleto de “*frustrações estéreis*”, segundo Raúl Alfonsín, que não envolve apenas o egocentrismo das populações, mas também uma história de desacordos e perspectivas imaginárias de vida das classes socialmente superiores, tal questão foi abordada por Carlos Altamirano, Professor da

Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, ao referir-se às “élites nacionais”, em sua fala no Ciclo de Conferências – “Oito visões da América Latina – pacto de um mundo distante”, promovido pelo Banco do Brasil em 2004.

Surpreendentemente, de acordo com o próprio Alfonsín, ao ser assinado o Tratado de Assunção em 1991, o fio condutor político foi diluído com a exclusão dos seus agentes, tanto no campo político quanto no social, que teriam funcionado apenas “*como um meio para aprofundar a integração econômica regional, com a finalidade de melhorar a inserção dos países-membros na economia mundial*”. Ao relatar a criação do Mercosul no Seminário “O Brasil e a Alca” (CINTRA, 2002, p.33), o ex-Presidente da Argentina, destacou, contudo, que as decisões tomadas naquele momento pelos Presidentes do Brasil e da Argentina tinham o sentido primeiro de consolidar a democracia na região, “com o objetivo de gerar um espaço de valores e benefícios comuns”. O Mercosul vai se desenvolver então sob a percepção de vantagens econômicas concretas e um controle efetivo do sistema democrático de governo.

Em Cintra ainda tem-se também que Raúl Alfonsín advertira, “[...] a história demonstra que os processos de integração se não forem sustentados na legitimidade que outorga a ativa participação da cidadania, vão ser estancados ou fracassar a construção de um mercado que não deveria ser um fim em si mesmo”. Portanto, insistiu, o Acordo tinha de sepultar, em definitivo, aquelas “frustrações estéreis”, tanto na área militar quanto civil, que não haviam trazido nenhuma grande contribuição efetiva para o relacionamento e o desenvolvimento do Cone Sul. Alfonsín defendeu que o objetivo buscado deveria ser o desenvolvimento integral, entre os quais incluía-se o social e o cultural.

7.1.1 Atravessando Crises: Tensões Internas

O momento que vai de 1991 a 1994 dentro do Mercosul foi chamado, pelos analistas, de “período de transição” (VIGEVANI et alli, 2002), em que foram registrados avanços e retrocessos dentro do Mercosul. Não faltaram críticas da imprensa e até profecias de que o Acordo de Assunção não vingaria. Uma das justificativas era a de que as economias eram excessivamente assimétricas. As dificuldades econômicas do Brasil e as disputas constantes dentro dos segmentos empresariais durante as discussões sobre os ajustes tarifários geravam um clima de total insegurança. A saída foi instituir um mecanismo de “solução de controvérsias” que favorecia, sobretudo, os membros das economias menos representativas. Isso tornava explícita a disposição dos demais membros de consolidar o processo de integração regional, que iria desembocar nesse primeiro momento no Protocolo de Ouro Preto, no qual se aprovou a estrutura da instituição. A reunião contou ainda com a presença de representantes do Chile e da Bolívia.

Estava assegurado o espaço de articulação das burocracias governamentais e dos Parlamentos, este último sob a forma de uma Comissão Parlamentar, cuja função seria viabilizar a aprovação, nos respectivos Congressos nacionais, dos acordos e protocolos firmados. Viabilizava-se assim uma estrutura intra-governamental. O centro de decisões concentrava-se nos ministérios das Relações Exteriores e, portanto, dependia muito da vontade política dos governantes, que se expressava por meio do Conselho do Mercado Comum (CMC). Mas, já nesses primeiros momentos, o Mercosul avançou também em direção à participação dos setores não-governamentais, englobando o empresariado, mas

também os representantes dos trabalhadores, cujos interesses passaram a ser discutidos no interior dos Subgrupos de Trabalho (SGTs) do Grupo Mercado Comum (GMC), que produziam recomendações ao GMC, influenciando sistematicamente nos rumos das decisões. A forte pressão dos segmentos sindicais nacionais, que em 1996 tentou articular greves nacionais concomitantemente, levou à criação do Subgrupo 11, não previsto na assinatura do Tratado de Assunção.

A idéia interacionista de uma intergovernabilidade dentro do Mercosul foi praticamente a primeira a gerar o que foi chamado de **negociações travadas** (VIGEVANI et alli, 2002), e ocorreu no interior do Grupo Ad Hoc sobre Aspectos Institucionais. Ali se discutia a evolução institucional para logo depois do período de transição. Questões como intergovernabilidade, supranacionalidade e sistemas decisórios terminaram por expor interesses divergentes que, de um lado, reuniam Argentina e Brasil favoráveis à mudança no sistema decisório à base do consenso, defendendo ainda a manutenção de uma estrutura institucional intergovernamental não supranacional. Paraguai e Uruguai queriam a manutenção do sistema por consenso que mantinha o seu relativo poder de veto. Na expectativa de que facilitaria o exame dos casos de solução de controvérsias e de conflitos de interesses governamentais, especialmente em relação aos impactos das políticas cambiais argentina e brasileira nas suas economias, os dois países uniram-se em favor da conformação de instituições supranacionais. Concluiu-se pela manutenção do sistema decisório por consenso e da estrutura institucional intergovernamental, conforme esclarece a informação obtida em fonte eletrônica.

Isso permite dizer que esses dois grupos de países acordaram em uma concessão mútua: enquanto os dois maiores países aceitaram manter a regra do consenso, os dois menores renunciaram a sua posição em torno de instituições com caráter supranacional. Dessa forma, a cooperação entre eles garantiu ganhos para todos e adiou a definição da conformação institucional do Mercado Comum [...] Quanto às decisões, estas sofreram uma ampliação na sua origem e no seu alcance. Agora, não só o CMC é o órgão decisório, como também o GMC e a Comissão de Comércio do Mercosul, produzindo normas obrigatórias aos Estados participantes. (VIGEVANI et alli, 2002).

O Mercosul tornou-se assim um espaço ou um lugar de fala das burocracias governamentais, dos partidos políticos e dos segmentos não-governamentais. As primeiras coordenavam ou decidiam, enquanto os últimos tinham uma atuação mais consultiva participando da análise e das negociações decisórias. Assim, o processo de integração parecia ser mais de governo do que de Estado, já que todos tendiam para uma visão de curto e médio prazos. As burocracias governamentais e do Mercosul acabaram por desenvolver corpos técnicos capazes de promover os ajustes necessários à integração, até mesmo articulando as orientações do Mercosul com as das próprias políticas governamentais.

Já os segmentos não-governamentais, dentro do qual se inseria o empresariado, os trabalhadores sindicalizados e organizações não-governamentais de interesse específico - ONGs ambientais, direitos do consumidor, direitos humanos, movimentos sociais -, não tiveram a mesma sorte na definição das políticas setoriais. O empresariado e as representações sindicais mostraram-se sempre presentes nas discussões integracionistas, alinhando a união de interesses privados ou a corporativização regional. Criou-se, entretanto, um espaço de expressão da sociedade civil dentro do Mercosul, o Fórum Consultivo Econômico e Social (FCES), criado pelo Protocolo de Ouro Preto, no final de 1994. Mas, os mecanismos de participação social sempre foram muito frágeis para a dimensão da responsabilidade que teriam no processo de integração, já não apenas econômica, mas também junto aos povos do Cone Sul. No Mercosul, os canais de expressão dos setores não-governamentais foram e continuaram a operar de uma forma muito lenta.

Devido ao caráter intergovernamental, os diálogos das não-governamentais sempre se deram mais entre as sociedades nacionais e os respectivos governos, mesmo em se tratando de questões específicas do Mercosul. Por sua vez, nenhum dos parlamentos regionais deu prioridade a questões do Mercosul, embora os políticos, reunidos dentro da instituição na Comissão Parlamentar, sejam considerados canais importantes com a sociedade e até para dirimir ranços entre os respectivos Estados e Sociedades. A presença da comunidade acadêmica nos Fóruns sempre foi insignificante, mesmo diante de discussões de temas como o reconhecimento comum de cursos e títulos de nível superior, criação ou credenciamento de universidades do Mercosul. Na área da Cultura, que vem reunindo ministros da Cultura do Mercosul desde dezembro de 1996, as decisões políticas sempre foram muito lentas e modestas diante da dimensão cultural e identitária em questão. Durante os primeiros 15 anos de existência do Mercosul, nunca existiu, por exemplo, uma rede de instituições ou intelectuais, convergindo sistematicamente para os interesses do Mercosul, segundo Valdés. Os meios de comunicação foram praticamente ignorados nos documentos oficiais. Só mais recentemente preocupou-se com um sistema de comunicação para o Mercosul.

As normas emanadas no espaço da intergovernabilidade pelos órgãos decisórios não entravam de imediato em vigor, precisavam ser incorporadas ao **sistema** de leis de cada país. Assim, a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC) tornou-se um órgão intermediário entre o centro decisório do Mercosul e os Parlamentos nacionais, mesmo sem prerrogativas propositivas. Houve tentativas de estabelecer elos programáticos entre os partidos políticos, pelo menos entre aqueles que apresentavam uma correspondência ideológica mais próxima, mas, de uma maneira geral, os partidos nacionais não deram qualquer prioridade à integração no Mercosul. Sempre mantiveram vínculos apenas informais com a instituição, e quanto as suas participações dentro do organismo, poder-se-ia dizer que, no período estudado, foram quase marginais. Exceção deve ser feita ao senador Dirceu Carneiro (PMDB-SC) e ao deputado Nelson Proença (PMDB-RS) que integraram e até dirigiram a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, e que realizaram uma mobilização política nacional, quase que quixotesca, em defesa da criação do bloco. Carneiro denunciou o aparecimento, já no início do funcionamento do Mercosul, o que ele identificou como “**mecanismos de burla**”- O jornalista Amado Júnior que entrevistou o senador para a revista Mercosul, na edição de março de 1993, detalha nas páginas 26 a 29 o entendimento dado a expressão cunhada pelo Secretário-Geral do Mercosul: “mecanismos de burla: - processos desencadeados por alguns setores que buscam o oligopólio, introduzindo, na prática, a anticoncorrência”. Mais tarde, o Brasil seria representado no Mercosul por dois

senadores também ativos, um, pelo Distrito Federal, Cristovam Buarque (PDT) e outro pelo Rio Grande do Sul, Sergio Zambiasi(PTB), que ofereceram contribuições efetivas para a criação do Parlamento do Mercosul como uma forma de expandir o espaço da integração e evitar que contenciosos na área da economia viessem a afetar as relações políticas.

De uma maneira geral, entretanto, a mobilização parlamentar apresentou-se todo o tempo desarticulada e limitada, à exceção dos primeiros anos de criação do organismo.

Esse papel facilitador da CPC combinou perfeitamente com a estratégia da burocracia integracionista, no período de transição, de avançar pelo mais fácil. Segundo Nye (1994), esse tipo de postura pode ser entendido pelo conceito de integração negativa, isto é, quando os custos visíveis são baixos nos primeiros passos da integração, é mais fácil conseguir concordância, no entanto, a integração de baixo custo e procedimentos decisórios de estilo tecnocrático têm menor durabilidade e não chegam a um amplo apoio popular, dificultando a legitimação do processo. (VIGEVANI et alli, 2002).

Por fim, a inexistência de um Tribunal ou Corpo de Justiça dedicado à solução de problemas e de conflitos no interior do Mercosul, dificultou muito esse primeiro período de transição do Mercosul. Vigevani, Passini, Mendes e Glöe foram unânimes em afirmar que, apesar da face dinâmica do Mercosul, e talvez até por causa disso, nunca se descartou a possibilidade de que o Mercosul pudesse vir a viver uma fase de estagnação ou de retrocesso, já que não estava esgotada a sua evolução institucional. Existe ainda, um longo caminho a percorrer a fim de alcançar um patamar de maior previsibilidade e continuidade, observaram.

Contudo, dificilmente qualquer tensão interna ou inflexão externa terá o peso das tensões vividas pelo Mercosul em seus primeiros anos de vida. Parece fundamental estender os efeitos da dinâmica dos entendimentos econômicos e jurídicos para o espaço da Comissão Parlamentar Conjunta e, particularmente, para o Fórum Consultivo Econômico e Social (FCES), espaços apropriados para a discussão dos interesses sociais dentro do processo de integração e para desatar os nós das diferenças e preconceitos culturais. Eles existem, embora subjazem, o que não significa que não possam emergir num momento forte de inflexão. É preciso encontrar um formato para o reconhecimento da pluralidade cultural no âmbito do Mercosul e para abrir dentro da organização um espaço para a participação das diferentes culturas e povos. Dessa maneira, pode-se evitar a interpretação maldosa de que o Mercosul consiste numa relação entre governos, e entre Buenos Aires e São Paulo.

7.1.2. Solução de Controvérsias

A ausência de uma integração de fato ao longo da história dos países membros do Mercosul fez com que a experiência dos quinze primeiros anos da sua existência fosse marcada por momentos de grande tensão, gerando impasses que quase levaram o Tratado de Assunção a sucumbir. Devido ao impacto econômico e também político que poderiam ter, esses instantes conflituosos alimentaram muito o noticiário da imprensa dos países membros do Mercosul e os jornalistas correspondentes brasileiros em Washington, Nova York e até mesmo em Bruxelas, onde funciona a Organização Mundial do Comércio. De tal forma que, os matizes ideológicos e os interesses pontuais refletidos nos textos desses jornalistas, podem ser distinguidos com relativa clareza, dependendo da sua origem.

Assim os artigos gerados pelos correspondentes brasileiros em Buenos Aires e Washington/Nova York faziam emergir não só as divergências de pontos de vista entre lugares de fala, mas também revelava na sua intertextualidade ou na interdiscursividade, um espírito de engajamento, de apoio e até de defesa da integração, da qual despontam matizes de uma americanidade. As matérias jornalísticas vão revelar um envolvimento maior ou menor dos correspondentes como processo de integração no momento das assinaturas dos acordos, tratados e outros documentos conjuntos, mas também nos textos das notícias sobre as inflexões internas, externas ou metafóricas, envolvendo o Mercosul.

Com o sentido de gerar um instrumento que pudesse neutralizar a possibilidade de que algum impasse discursivo fosse capaz de desestabilizar o Acordo, já no Tratado de Assunção, ficou estabelecido a criação, em reunião em Brasília, em 17 de dezembro de 1991, um **mecanismo provisório** destinado à solução de controvérsias e que teve o nome de Protocolo de Brasília. Logo na primeira reunião de presidentes, o Conselho do Mercosul (CMC) baixou a Decisão nº 1, introduzindo provisoriamente o **Protocolo** para vigorar ao longo do processo de transição, institucionalizado quatro anos depois no Protocolo de Ouro Preto quando foi aprovada a estrutura orgânica do Mercosul para o período que se seguiria .

O Protocolo se aplicava às controvérsias que viessem a ocorrer no cumprimento das normas originais (Tratado de Assunção) ou derivadas (decisões do CMC ou resoluções do GMC) que, no Anexo III, apresentavam deficiências. No Protocolo distinguiam-se procedimentos de interesse de um Estado ou de um particular, segundo a sua origem. A possibilidade de um empresário acionar o sistema de solução de controvérsias, não previsto no Anexo III, embora com limitações, constituía-se numa importante inovação, pois representava uma primeira flexibilização de posições, decisão tomada em conjunto.

A estrutura intergovernamental do bloco consolidou um sistema de resolução de disputas no qual prevalece a negociação diplomática e política, buscando sempre um acordo entre as partes antes de recorrer ao procedimento arbitral (Baptista, 1998). Foi dada maior institucionalidade ao Mercosul para diminuir as incertezas que potencialmente criassem conflitos (VIGEVANI, 1998), e parte disso se fez através da criação desse sistema, mas sem afetar a natureza intergovernamental do bloco. Dessa forma, tanto a estrutura do Mercosul quanto o seu mecanismo de solução de controvérsias não significaram a criação de órgãos supranacionais e tampouco a de um sistema jurídico permanente (VIGEVANI et alli 2002).

O procedimento que vingou nesses primeiros quinze anos de Mercosul amparou-se numa solução discutida a nível político-diplomático, em que as controvérsias passariam pela CCM e posteriormente ao GMC, órgãos em que predominam a negociação política dos Estados. O sistema não permite a formação de jurisprudência, e as soluções são negociadas caso a caso. O Tribunal Arbitral seguiu a mesma lógica.

Entre as tensões mais expressivas do período inicial do Mercosul destacaram-se aquelas geradas nos setores açucareiro e automotivo. As controvérsias nesses dois campos prolongaram-se por quase dez anos. Em alguns momentos, o tema chegava a transcender o campo comercial para incorporar vagas conotações políticas, afetando as relações, especialmente, entre Argentina e Brasil, dentro do próprio Mercosul.

Mantido como exceção ao livre-comércio no Mercosul, o **açúcar** foi incluído no Regime de Adequação final da união aduaneira (Crise do Açúcar: 1995-1997). Os brasileiros apresentaram propostas de convergência tarifária externa e de desgravação tarifária interna, mas os argentinos, sob pressão dos produtores nacionais, insistiram na acusação de que a produção brasileira recebia subsídios indiretos, o que dificultava a circulação do produto na zona de livre-comércio. Os argentinos trataram o açúcar brasileiro como um subproduto do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), que recebia incentivos do governo, gerando uma série de entreveros.

Diante das dificuldades para a negociação, criou-se na V Reunião do GMC, nos dias 30 de março e 1º de abril de 1992, uma Comissão dentro do SGT 8, de Política Agrícola que, junto com o SGT 7, de Política Industrial e Tecnológica, e o SGT 9, Política Energética, encarregou-se de estudar e propor uma política regional para o complexo sucroalcooleiro. Mesmo assim o impasse não se resolveu. Em agosto de 1994, o CMC constituiu um Grupo Ad Hoc, incumbido de estudar o regime de adequação do setor açucareiro com prazo até novembro de 1995 para apresentar uma alternativa de sua adequação ao livre-comércio, prazo prorrogado para junho de 1997, seguindo a Recomendação nº 1/96 do Grupo *Ad Hoc*. Na XXIV Reunião, em Fortaleza, de 12 a 14 de dezembro de 1996, o GMC manifestou a intenção de levar a questão à consideração do CMC, após concluir que não havia consenso. No dia 20 de maio de 1997, o Brasil apresentou ao GMC proposta de desgravação tarifária progressiva e automática até a implementação do livre-comércio, com data para vigorar a partir de 1º de julho de 1997. Os argentinos receberam a proposta brasileira com reservas.

A indefinição da questão levou o governo argentino, agora já sob pressão intensa dos produtores de açúcar do norte do País, a instituir a Lei do Açúcar, de nº 24.822, pela qual impôs taxas de 20% sobre a importação do produto. A representação brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPC), apresentou, em resposta, um projeto de decreto legislativo, proibindo todas as autorizações de importação de trigo. Sabe-se que o **trigo** argentino para exportação recebe subsídios do governo. Significava que o Brasil envolvia um segundo produto e um segundo segmento na discussão. Trigo é um assunto que os brasileiros discutem há anos com os argentinos. Esse foi um momento em que o Brasil ameaçou suspender as compras do trigo argentino e passar a comprar o trigo norte-americano, cujo preço era altamente competitivo. Os norte-americanos não se fizeram de rogados, era uma oportunidade para estimular o dissenso no Mercosul.

Mas, a União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica), de forte expressão política, sentindo a ameaça sobre o setor canavieiro, repudiou publicamente a decisão argentina, e fez uma reclamação formal junto à CCM contra as restrições argentinas às importações de açúcar. A reclamação resultou na suspensão, tanto pelo Brasil quanto pela Argentina, das medidas restritivas.

O Conselho decidiu então prorrogar o funcionamento do Grupo *Ad Hoc* até 31 de dezembro de 2000, dando-lhe tempo para novas diligências que pudessem subsidiar uma proposta de regime de adequação, pela eliminação das tarifas aduaneiras e barreiras não-tarifárias ao comércio do açúcar no bloco. Chegou o 31 de dezembro de 2000, e a questão pouco havia avançado em termos de solução, e o açúcar continuou submetido às restrições comerciais vigentes. O Grupo *Ad Hoc* ganhou mais um tempo, e até 2005 a questão prosseguia sem consenso. Se no Brasil os produtores continuavam atentos, na Argentina não foi diferente, com os produtores de açúcar exercendo uma contínua pressão sobre o governo, que não podia avançar mais⁴³.

Em março de 1992, foi proposta dentro do Subgrupo de Trabalho nº 7, Política Industrial e Tecnológica, a criação de uma comissão para estudar a exportação conjunta para terceiros países e apresentar as bases para um acordo setorial de autopeças para o segmento **automobilístico**. Os respectivos governos procuraram dar apoio técnico, verificando a compatibilidade das normas estabelecidas no Tratado de Assunção, deixando para o setor privado a negociação dos acordos, nos quais se discutiam o universo tarifário, cotas, índice de nacionalização e exceções. Os argentinos eram representados pela Adefa - Associação de Fábricas de Automotores, e os brasileiros pela Anfavea - Associação Nacional de Fábricas de Veículos Automotores.

Este era um dos segmentos de comércio dentro do bloco que tiveram um impulso significativo a partir da assinatura do Tratado de Assunção, particularmente no período de 1990 a 1992, considerando que sua cadeia produtiva sempre foi ampla e complexa, envolvendo, sobretudo, investimentos estrangeiros, tanto no Brasil quanto na Argentina. O câmbio subvalorizado do Brasil favorecia as exportações, provocando, entretanto, a deterioração da balança comercial argentina, atingindo negativamente os diversos setores industriais da Argentina. Constatado isso, os argentinos recuaram nas negociações para definir as cotas de 1993. Em novembro de 1992, representantes dos governos da Argentina e do Brasil, em conjunto com a Adefa e a Anfavea, reuniram-se para elaborar uma carta de intenções, fixando cotas de importação, que ficou em torno de 40 mil veículos e um índice de nacionalização, estabelecido em 70% - só peças originárias dos países membros do Mercosul. Eram as pré-condições básicas para os exportadores se beneficiarem da tarifa zero.

Como no setor sucroalcooleiro, a ratificação e a entrada em vigência desse acordo foram sendo postergadas, já que a Argentina não conseguia cumprir a cota de exportações para o Brasil a que tinha direito. Novas negociações foram feitas, e em março de 1993, assinou-se o Anexo V ao Protocolo nº 21, fixando em cerca de 20 mil veículos as cotas para 1993, mas sem alteração do índice de nacionalização.

⁴³ O tema foi objeto de muitas matérias nos jornais brasileiros, já que o Brasil era o maior produtor mundial de açúcar, o que envolvia interesses de São Paulo (Folha/Estado) e Rio de Janeiro (JB/GB) e outros Estados. As matérias apresentavam, em geral, caráter centrífugo.

O Anexo V marca uma reorientação na política externa brasileira, que passou a privilegiar o aspecto político da integração, pois não só estabelecia uma cota inferior para o ano de 1993 em relação a 1992, para proteger a indústria automotiva argentina, como prorrogou para 31 de dezembro de 1993 o prazo para completar o restante da cota de exportações não cumprida pela Argentina em 1992, além da cota normal para o ano. É significativo o fato de que o Anexo V foi inteiramente elaborado pelos representantes de governo, e posteriormente submetido à apreciação dos representantes privados, que pouco puderam fazer para alterar o acordo, pois as negociações e a tomada de decisões para essas questões do setor se efetuaram inteiramente no plano do Conselho do Mercado Comum (VIGEVANI et alli, 2002).

As negociações no segmento automotriz tornaram-se mais prementes a partir de 1994, na medida em que se aproximava o fim do período de transição. A Anfavea queria aumento nas cotas de exportação brasileiras e o estabelecimento de um regime comum para o setor. Esse encaminhamento só foi alterado depois da Decisão 29/94 do CMC, originada no setor privado uruguaio, mostrando as dificuldades em atender simultaneamente às reivindicações dos setores privados nacionais e os objetivos da integração. Foi estabelecido então um Comitê Técnico *Ad Hoc* dentro da Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), ainda em fase de criação, cujo principal encargo seria elaborar uma proposta de Regime Automotriz Comum até 31 de dezembro de 1997. Nela deveriam ser contemplados: a liberalização do comércio intrazonal para os produtos do setor automotriz; uma tarifa externa comum; e a ausência de incentivos nacionais para não distorcer a competitividade dentro da região. O regime comum deveria entrar em vigor a partir de 1º de janeiro de 2000.

Surgiram novos impasses dentro do Comitê Técnico, e o CMC decidiu estender o prazo para 30 de abril de 1998, que também foi prorrogado para o final de 1999. Aí sim, ficou definido o regime de transição que vigoraria entre 2001 e 2003, até atingir o livre-comércio em 2004. Em fins de 1998, foi estabelecido que o regime automotivo definitivo do Mercosul contemplando o livre-comércio interno, com Tarifa Externa Comum (TEC) de 35% para veículos e entre 16% e 18% para autopeças. Porém, seria por meio de um regime de transição, a vigorar entre 1º de janeiro de 2000 e 31 de dezembro de 2003. Somente em 1º de janeiro de 2004 seria atingido o livre-comércio interno.

7.1.3 Retaliações e Ameaças – Relançamento do Mercosul

Outro momento de tensão dentro do Mercosul foi o ano de 1999 ou a partir dele, quando o organismo foi marcado por diversas disputas comerciais entre Brasil e Argentina,

com **retaliações e ameaças recíprocas**. As divergências chegaram a tal ponto que, para a sobrevivência do Mercosul, ele teve de ser relançado, de maneira que se pudesse fazer ajustes na sua conformação institucional. As tensões, em alguns casos, não puderam ser solucionadas pela via diplomática, levando ao acionamento do Tribunal Arbitral, em 1999. O órgão nunca havia sido acionado, apesar de estar previsto desde 1991, e, de imediato, teve de se pronunciar sobre três disputas diferentes. O estopim desse **período de turbulências** foi a desvalorização cambial brasileira (AVERBURG, e GIAMBIAGI, 2001), acompanhada do término do regime de adequação final à União Aduaneira ⁴⁴ em 1º de janeiro de 1999, deixando às claras as reais diferenças em termos comerciais e de competitividade entre as indústrias brasileira e a argentina.

Em outubro de 1998, o governo brasileiro instituiu um regime de licenças de importação não-automáticas que ficou conhecido como licenciamento prévio e que teve a imediata reação dos argentinos. Tratava-se de uma barreira não-tarifária para compensar o argumento da Câmara de Exportadores da República Argentina (Cera) de que a liberação de uma LI (Licença de Importação) na Argentina podia levar mais de 30 dias, o que foi contestado pelo governo brasileiro. O Itamaraty defendeu então um sistema harmonizado de reconhecimento dos certificados sanitário e fitossanitário do Mercosul, em que cada país poderia efetuar esse tipo de controle na origem. Como não se tratava de uma discordância localizada apenas no âmbito regional, sob a pressão de outros países, a questão foi levada à OMC.

Como resultado, em maio de 1999, após a reclamação dos argentinos, o Tribunal Arbitral do Mercosul, constituído em fevereiro, determinou o fim do instrumento de controle das importações brasileiras através da Licença de Importação não-automática para os países do Mercosul. O Brasil deveria cumprir as exigências até o final de 1999. Essa foi praticamente a sua primeira decisão.

O segundo caso analisado pelo Tribunal Arbitral foi a **carne suína sem osso** que ganhou rapidamente o mercado argentino, provocando uma reação dos produtores nacionais, que acusaram o Brasil de **subsídios** nos preços da ração animal (milho). Firmou-se um acordo entre os segmentos produtivos argentino e brasileiro, por meio do qual a questão foi administrada entre 1995/1998 ao se renovar automaticamente. Em outubro de 1998, os argentinos **romperam o acordo**, levando o governo a interferir no assunto. Depois de acionado o Protocolo de Brasília, no dia 28 de outubro de 1999, ao se pronunciar sobre a questão, o Tribunal Arbitral do Mercosul, em segunda decisão, autorizou os brasileiros a venderem a carne suína para a Argentina com base nos preços em vigor naquele momento. Os empresários argentinos não se deram por vencidos e continuaram questionando, indo ao extremo de exigir do governo argentino a adoção de um processo. Apesar de o governo argentino reconhecer a decisão do Tribunal, na realidade, nas discussões entre setores privados, o mecanismo de solução de controvérsias não era respeitado devidamente.

Chegou a vez dos **têxteis**. O governo argentino instituíra um regime de cotas para os tecidos de algodão originados do Brasil, para se proteger da expansão do consumo desses

⁴⁴ Sistema voltado para o mercado intrabloco e que excluiu transitoriamente alguns produtos da área de Livre Comércio do Mercosul. Permitiu-se que setores produtivos com maiores problemas de competitividade, utilizassem do regime até se adaptarem. Vigorou, no caso do Brasil e da Argentina, até 31.12.98; e no Paraguai e no Uruguai até 31.12.99.

produtos no País no primeiro semestre de 1999. No CMC, fora criado, naquele mesmo ano, um Grupo de Acompanhamento da Conjuntura Econômica e Comercial que recebeu a incumbência de conduzir as discussões. Não satisfeito com os rumos da questão, em novembro do mesmo ano, o Brasil recorreu às instituições do próprio Mercosul e também à OMC. O Tribunal Arbitral do Mercosul determinou, entretanto, em março de 2000, a retirada das **salvaguardas comerciais** para os produtos têxteis brasileiros por um período de 15 dias. A questão teve também um desfecho favorável ao Brasil.

Nesse mesmo período, aconteceram **outros conflitos** – calçados, aço, celulose –, envolvendo segmentos produtivos específicos. Em quase todos eles, as questões comerciais pontuais tropeçavam com conotações políticas, refletindo, inclusive, nos outros países membros do Mercosul. Entre 1990 e 1992, o câmbio brasileiro subvalorizado favoreceu o fluxo das exportações brasileiras para a Argentina que, para se defender, propôs, em alguns casos, a adoção de cotas. Iniciou-se então um processo de discussão sobre os índices de nacionalização dos produtos que circulavam pela região, especialmente automóveis e peças.

Se, por um lado, está o problema estrutural dos setores econômicos sensíveis, de outro, essa opção mostrou-se pouco eficiente e prejudicial ao fortalecimento de mecanismos de solução de controvérsias, o que poderia ajudar na percepção empresarial de que os órgãos do Mercosul seriam mais adequados para o encaminhamento das divergências do que a pressão direta aos governos nacionais ou o apelo aos mecanismos da OMC (VIGEVANI, 2002).

Outro aspecto envolvendo as tensões internas foi o fato de os setores econômicos mais importantes quase sempre procuravam adaptar suas prioridades comerciais ao calendário eleitoral de cada um dos países do Mercosul, o que provocava uma insegurança sazonal em relação à integração real, tornando mais difíceis, pelas imprevisibilidades políticas, as negociações, abalando a confiança dos próprios pares. Por iniciativa do Paraguai e do Uruguai especialmente, que se viam prejudicados nessas discussões, iniciou-se uma agenda voltada para o **aprimoramento dos instrumentos jurídicos comuns**. Os segmentos privados brasileiros mostraram-se arredios diante da proposta, cuja intenção era, na verdade, contribuir para um avanço no processo de mediação das divergências. Uma das sugestões era fortalecer os mecanismos institucionais de mediação com os tribunais arbitrais.

O então ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Lafer (1991), defendeu que era preciso avançar com firmeza na **integração das cadeias produtivas**, das infra-estruturas físicas e aprimorar os **mecanismos de solução de controvérsias**, atuando coordenadamente com outros de defesa comercial extrazonal, instalando, no lugar dos modelos locais, um sistema comum de defesa da concorrência. Chamou ele a atenção para a

retomada da agenda da reunião de Las Leñas⁴⁵. A política de integração, com seu sistema de solução de conflitos e de encaminhamento das negociações, em determinados momentos parecia estar se esgotando. Admitiu-se nesse momento a possibilidade da **adoção de mecanismos supranacionais**.

Depois de longas considerações sobre os conflitos e tensões no Mercosul, a partir das negociações comerciais e entre governos, em prejuízo e até ameaçando a sua existência, Viggevani observa que o Mercosul entrou numa fase em que “*a interdependência entre as questões regionais e as domésticas já é bastante importante e tende a se aprofundar*”. O autor trabalha com sistemas produtivos, mas fica evidente que quando se fala em fatores domésticos, não se pode ignorar, que mesmo admitindo-se a perspectiva de Viggevani, de mais macro e econômico, é impossível ignorar que, internamente, os fatores macro-econômicos envolvem interesses privados que estão totalmente conectados com o modo de vida, a cotidianidade dos povos, os sistemas produtivos e as representações: são políticas públicas, interfaces inerentes a qualquer proposta nacional. Percebe-se, portanto, que, mantidas as condições desse início do século XXI, o Mercosul, ao conseguir a integração regional, estará incorporando modelos de sociedades nacionais no processo de integração, na sua multiculturalidade, desde que alcance maior estabilidade. Tudo isso pode acontecer sem interferência nas negociações em torno de um futuro compartilhado.

Observou ainda o pesquisador que, na defesa dos interesses domésticos, as discordâncias e ameaças de medidas retaliatórias entre os representantes argentinos e brasileiros produzia um contágio negativo em outros setores fazendo emergir, no processo de integração:

Diferenças com conotações políticas e, raramente, aspectos comuns positivos, tornando públicas e até questão de honra nacional problemas específicos de pontuais, de um segmento comercial, que era logo transplantado para o setor governamental do país litigante e para as representações da sociedade civil, por meio da imprensa (VIGEVANI et alli,2002).

Uma das últimas questões, opondo a Argentina ao Brasil, foi o acordo assinado em fevereiro de 2006, chamado de **Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC)**, que permitia a criação de barreiras ao comércio bilateral, ou seja, medidas protecionistas como salvaguardas. O propósito explícito era organizar um comércio já afetado, no cotidiano, por limitações anteriores impostas pelos argentinos à entrada de produtos que afetassem a sua economia. O acordo firmado somente entre Brasil e Argentina desagradou de imediato autoridades do Paraguai e do Uruguai, sócios menores do Mercosul que, mais uma vez, se

⁴⁵ O Protocolo de Lãs Lemas constitui importante passo para o processo de integração ao conferir às decisões judiciais providas de países do Mercosul o efeito e extraterritorialidade, podendo contribuir muito para o processo de integração regional. A sentença proveniente de um país produzirá efeitos diretos em outro, sem o procedimento de homologação de sentença estrangeira, a que estão submetidas todas as demais provenientes de países de fora da área. (MAGALHAES, 1999, p 283)

sentiram excluídos de uma negociação considerada importante. Através da sua ministra das Relações Exteriores, Leila Rachid, o Paraguai solicitou uma reunião extraordinária de chanceleres do Mercosul que seria realizada logo a seguir em Buenos Aires. No Uruguai, assessores do ministro da Economia, Danilo Astori, manifestaram sua insatisfação com a decisão e reiteraram que, por razões como essas, setores do governo manifestaram com frequência o desejo de negociar um Tratado de Livre Comércio (TLC) com os EUA.

Luiz Felipe Lampreia, ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil, e já na iniciativa privada, assinou em nome da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), na condição de seu presidente do Conselho de Relações Institucionais, nota afirmando que o MAC, causaria “*danos irreparáveis*” ao Mercosul. Com a adoção do mecanismo de salvaguardas, disse: “*o governo argentino fica com instrumentos de ação para falsear a competição, impondo unilateralmente sobretaxas e cotas, barrando a entrada de produtos brasileiros em regime de urgência*”. A Firjan considera que o acordo traz “*prejuízos potenciais claros para nossa indústria*”, concluiu.

Embora, visivelmente prejudicial ao Brasil, o acordo encontrou justificativas nas próprias autoridades diplomáticas brasileiras, argumentando pragmaticamente que “*o Brasil não pretendia brigar com um de seus melhores clientes*”, assim se expressou o ex-embaixador brasileiro na Argentina, José Botafogo Gonçalves, numa entrevista ao jornal Valor, edição de 06.02.06. Segundo ele, os setores potencialmente sujeitos a eventuais barreiras argentinas representavam, naquele momento, 7% das vendas ao vizinho, e as exportações brasileiras para a Argentina já haviam garantido, em 2005, um saldo comercial de US\$ 3,7 bilhões.

O jornalista Sérgio Léo, que na condição de enviado especial acompanhava o desenvolvimento do Mercosul, escreveu um artigo intitulado “Os exageros com a Argentina, considerando que *o acordo é um retrocesso para o projeto do Mercosul, ao introduzir uma regra capaz de brechar o fluxo de mercadorias entre os dois principais sócios do bloco*”, além do que ele serviria de precedente para que o governo argentino viesse a adotar, “*com fatos consumados*”, outras medidas que deturpassem acordos já em vigor, provocando renegociações das regras já estabelecidas. Ressaltou que os argentinos queriam muito mais e, se o Brasil tivesse aprovado o acordo original, estaria dando “*um cheque em branco aos argentinos*”, pois, o acordo, pouco conhecido, agregou limites políticos e formais à aplicação de barreiras comerciais entre os dois países. Muitas delas, ressaltou, vão além do acordo de salvaguardas da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Diante da resistência inicial do Brasil, os argentinos concordaram em submeter às eventuais salvaguardas ao crivo de uma comissão internacional de especialistas, com prerrogativas de revogá-las e, ainda de demonstrar documentalmente as razões da aplicação de barreiras ao comércio bilateral, comprometendo-se também a revogar as medidas se os segmentos que se considerassem prejudicados não comprovassem as reclamações. Artigo de fundo do jornal Valor considerou exagerado projetar no acordo do MAC um sinal de desmoronamento do Mercosul.

O Brasil concordou também em dar um prazo de quatro anos para a vigência das salvaguardas previstas para dar tempo à indústria argentina de adaptar-se às condições da competitividade internacional.

Nesse momento, os segmentos privados começavam a dar os primeiros sinais de autonomia dentro do espaço do Mercosul, descobrindo lugares de fala não necessariamente dependentes dos governos. Já era possível observar uma aproximação entre as sociedades dos países membros do Mercosul não atravessadas obrigatoriamente pelos negócios. No dia 19.05.07, o time de *handball* do River Plate, da Argentina, jogou em Piracicaba contra o da Universidade Metodista. A equipe do River era, entretanto, patrocinada pelo produto “Lubrax”, da Petrobrás. Na fronteira do Brasil com o Uruguai já se realizavam competições esportivas municipais entre as populações. Caminha-se, portanto, no sentido de que a agenda nacional venha a mesclar-se mais com as necessidades regionais comuns.

7.1.4 Pressões Externas – Forças Centrífugas

Além das “frustrações estéreis” e das “tensões internas”, no ambiente do Mercosul atuaram e ainda atuam, de maneira explícita ou sorrateiramente, forças centrífugas, e também centrípetas, sobre um corpo nacional ou supra-nacional. Ao analisar a política externa brasileira e sua relação com o processo de integração sul-americana, Amorim Neto (1997) identifica a democracia como uma das forças centrípetas, agregadoras, já que 19 dos 20 países latino-americanos adotam os mesmos princípios de legitimação e exercício do poder. A outra é a integração econômica, também de natureza convergente e que ajudou a viabilizar o Mercosul, a Comunidade Andina e outras instituições regionais com propósitos similares. Ambas podem contribuir para fortalecer a configuração de um modelo de identidade na América do Sul.

Não se pode descuidar, entretanto, da natureza **centrífuga** de alguns movimentos no continente que afetam países e instituições. Para Amorim, o *nacionalismo* tem sido uma das marcas mais expressivas nesse sentido por tender a alimentar conflitos imaginários entre Estados, por meio dos quais se preserva a autonomia nacional e mantêm-se distintas as diferenças entre nações. Outro momento desagregador no frágil processo de integração que vinha ocorrendo antes da existência do Mercosul foi o abandono dos países da América Latina à própria sorte, pelos países hegemônicos durante a crise da dívida externa. Isso facilitou as lutas nacionalistas internas que tendiam a interferir no ritmo e no processo de integração. Não podem ser ignoradas ainda, segundo ele, as mobilizações políticas de *identidades étnicas* realizadas à busca de reconhecimento que, em alguns casos, podem constituir-se em ameaça à unidade Estado-Nação.

Evidentemente que se trata de um quadro teórico, cujas conclusões podem ser tanto verdadeiras, quanto representarem simples especulações e, ao contrário de ajudar nas reflexões, podem confundir, já que os países da região apresentam diferentes tipos de comportamento e estratégias variadas, no caso da forte presença do imperialismo norte-americano e o imaneente desejo dos europeus de voltarem a colocar os pés no continente; fantasmas que, além de não nos abandonar, exercitam estratégias que afetam, muitas vezes, as relações entre vizinhos na região, seja no campo do comércio, da política ou mesmo da cultura. Nas negociações bilaterais dos EUA com os países, os posicionamentos podem se apresentar, por exemplo, sob a forma de negociação, mas, muitas vezes, seus efeitos são tão duros quanto à intervenção direta com tropas, e sempre como expressão de expectativas frustradas, já que seus fundamentos estão lá atrás na Doutrina Monroe, no Corolário Roosevelt, de que resultaram algumas intervenções militares em algumas sub-regiões da

América. No caso dos europeus, no imaginário sobre a América, remanesçam matizes daquela cultura paradisíaca e antropofágica, discutida por Dinair Andrade, ao mesmo tempo, um território fornecedor de matéria prima barata.

Essa “Lógica da Dominação ”, para tomarmos por empréstimo a provocativa expressão de Maffesoli (1978) que aqui se ajusta, muito embora seja outro o contexto adotado, evidencia-se , por exemplo nos pressupostos da “Iniciativa das Américas”; na integração regional, via Nafta, em que os EUA aparecem hegemônicos, agregando outros países à sua esfera de influência; ou ao fracasso da Alca, cujas perdas políticas têm sido compensadas pela agressiva política externa norte-americana, oferecendo acordos bilaterais com os países da América que, sistematicamente, chegam a interferir no desenvolvimento autônomo de algumas instituições regionais, como é o caso do Mercosul.

O Acordo do Nafta entrou em funcionamento em janeiro de 1994, após a criação do Mercosul, reunindo Estados Unidos, Canadá e México, tinha o propósito de dinamizar e integrar as três economias. O Canadá, embora através dos seus intelectuais reconheça-se tolhido no quinhão que lhe cabe no espaço identitário da americanidade - e não americano -, já mantinha uma forte relação comercial com os Estados Unidos. O México estava se recuperando dos efeitos de uma moratória e não tinha outra alternativa senão participar dessas discussões integracionistas que vinham desde 1989, curiosamente com uma forte reação contrária dentro do próprio Estados Unidos.

O processo de implantação do Nafta vai ter uma emulação significativa a partir do aparecimento do Mercosul, já não um acordo entre Brasil e Argentina, mas incluindo também o Uruguai e o Paraguai, além de sinalizar positivamente para a agregação de outros vizinhos.

De uma maneira geral, a imprensa brasileira nos EUA refletiu, naquele momento, o pensamento das autoridades norte-americanas incomodadas com o êxito na criação do Mercosul, uma associação econômica e também politicamente forte, propulsora de uma autonomia regional, e que poderia afetar os interesses hegemônicos norte-americanos em toda América do Sul. Nos textos dos correspondentes brasileiros em Nova York e Washington surgiram vários discursos propondo a possível incorporação dos países do Cone Sul ao Acordo do Nafta, gerando muitos problemas para a consolidação do Mercosul naquele momento. Um dos argumentos veiculados era de que a união comercial continental seria uma forma de se fazer frente à União Européia, que acabava de se constituir, operando integralmente tanto regional quanto mundialmente.

Uma terceira corrente atribuía ao Nafta um papel inevitável de carro chefe da integração das três Américas. Afinal, o Nafta representava um PIB de US\$ 10,2 trilhões (dados de 1999), o que correspondia a 87% do poder econômico do continente distribuído por 47% da população. Desde o início, o papel primordial do Nafta era a integração econômica pela liberação do comércio. A abertura comercial iria não só aumentar as exportações do México para os parceiros no Nafta, como iria atrair investidores para a fabricação de produtos em condições mais favoráveis em território mexicano. O intercâmbio comercial entre o México e os EUA que se situavam em US\$ 81 bilhões, em 1983, no ano anterior à criação do Nafta, atingiram a casa dos US\$ 248 bilhões em 2000 (CINTRA, opus cit. 2001, p.116).

Enquanto o Mercosul começava a viver a sua lua de mel, atravessado por dissidências e desconfianças fortes, o comércio na esfera do Nafta avançava celeremente desde a sua instituição, impulsionando a economia mexicana. Com a contribuição dos correspondentes brasileiros em Washington e Nova York, a experiência do México passou a ser emulada para os americanos do Sul como um modelo de integração para o desenvolvimento, que poderia resgatar a pobreza no Continente. Consideravam os analistas que uma associação do Nafta com o Mercosul contribuiria para fortalecer a economia regional como um todo, face ao comércio internacional.

Não necessariamente precisaria ser o Nafta. O fracasso da “Iniciativa das Américas” resultaria em seguida na proposta de uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca), reunindo os 34 países do continente e seus 800 milhões de consumidores potenciais, numa área de negócios e serviços em comum. Implicava isso, entretanto, na aceitação da total hegemonia norte-americana, o que feria os sentimentos e as susceptibilidades nacionalistas e étnicas dos seus vizinhos. As repúblicas sul-americanas foram colocadas num dilema: solidificar o Mercosul para através dele constituírem um modelo de integração, ou voltarem-lhe as costas em favor de uma inserção mais rápida na *Alca*. Essa questão chegava num momento difícil para o Mercosul (1998/99).

A própria Alca começa, entretanto, a dar sinais de deterioração quando os Estados Unidos colocam na agenda a discussão o *Fast Track*, uma exigência do Congresso de realização de exame prévio de qualquer acordo comercial externo - questão de política interna norte-americana, tratado como se fora um problema decisivo para o Acordo entre os 34 países. Os problemas vão se agravar a partir da assinatura do Protocolo de Montevidéu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul, em dezembro de 1997, tema que já vinha sendo discutido desde 1991, depois em Ouro Preto (Brasil) e em seguida foi colocado para a Alca, e que, praticamente estancava as pretensões norte-americanas de cobrar direitos autorais e participar livremente do comércio de serviços no continente. Quando os países do Mercosul cobraram em bloco dos representantes norte-americanos a extinção dos subsídios agrícolas internos, as negociações travaram. O Instituto Econômico Internacional de Washington fez duras críticas à postura brasileira nas negociações da Alca, acusando o Brasil de falar em “tom emocional” ao resistir às medidas *antidumping* adotadas contra exportações Brasil pelos EUA ou manifestar a insatisfação com os subsídios norte-americanos à produção e às exportações agrícolas.

Os Estados Unidos tentaram liderar o processo, forçando as adesões individuais, mas, ao mesmo tempo, testando vários interesses pontuais, aos quais alguns países aderiram. Mas, o Mercosul sempre reagiu com firmeza e em bloco. Esse quadro chegou a estremecer as relações dentro do Mercosul, a partir do momento em que os EUA passaram a insistir numa política de acordos bilaterais com seus membros: como o Uruguai, com o Chile, um associado do Mercosul, e tentou o mesmo com a Argentina e o Paraguai. O prestigioso Henry Kissinger, guardião da política externa norte-americana, conselheiro de vários presidentes chegou a fazer palestras em São Paulo e Buenos Aires, afirmando que a Alca era uma boa alternativa para todos. A crise na Argentina tornou o país frágil às propostas norte-americanas, gerando uma instabilidade dentro do bloco; mas o bloco do Mercosul, respaldado no Brasil, que chegou a dividir a presidência da Alca com os Estados Unidos, sobreviveu aos acordos bilaterais, às pressões do Nafta e da Alca.

Nesse jogo de interesses não confessos, participou ainda o Banco Mundial e representantes da União Européia. Estes últimos, tentaram um acordo com o Mercosul paralelo à negociação da Alca, até na expectativa de antecipá-la, pressionando com prazos exíguos e ofertas pouco convincentes, para que acontecesse de imediato o acordo de livre comércio. Mas, tanto os EUA quanto a UE não queriam abrir mão dos subsídios elevados que mantinham aos seus produtores rurais, e não tinham como interrompê-los a curto prazo. Quase que concomitante, as negociações nas duas frentes fracassaram.

7.1.5 Crises Metafóricas

Entre 1995 a 1999 o processo de globalização foi sacudido por diversas crises em economias fragilizadas. A primeira delas foi no México(1994/95), que afetou diretamente os países da América Latina. Depois veio a crise da Rússia (1998), da Tailândia (1997), dos “Tigres Asiáticos” (Coréia do Sul, Japão) até chegar à Argentina, e então, balançaram-se de fato as estruturas do Mercosul.

Nem o processo de globalização estava consolidado, nem esses países tinham condições de se inserirem nele naquele momento da globalização. Economistas, políticos e a imprensa se encarregaram de analisar as origens e os efeitos dessas crises, apelando, não para fórmulas e equações teóricas ou matemáticas, mas para um imaginário popular, atônito, surpreso com as crises em cadeia. Elas começaram a ser entendidas por caminhos transversos: a sua sintagmatização. Representações complexas na área da economia ganhavam denominações metafóricas de fácil compreensão. Segundo Othon Maria Garcia (1995, p.85): “*O que está mais distante da compreensão e do interesse torna-se mais intuitivo e familiar por meio de algo mais próximo*”.

Garcia explica que a metáfora pode funcionar como um recurso para compensar a ausência de uma expressão adequada, mas pode ser também uma “*caracterização pitoresca*” que exclui os elementos secundários, impondo traços distintivos (HERMANN, apud BÜHLER, p.388, apud GARCIA, 1995, p.85). O próprio Garcia, ao discutir as diferentes manifestações metafóricas, estende a sua descrição para outra figura de linguagem que é a catacrese, dizendo que ambas se “*baseiam numa relação de similaridade*”. Explica que “*a diferença entre ambas reside ainda no fato de que a catacrese, além de estender o sentido de uma palavra, para além do seu âmbito restrito e habitual, deixa-se ser sentida como metáfora, dado ao seu uso corrente*”. Esse parentesco ou essa derivação libera o texto destinado ao grande público da obrigatoriedade dos conceitos e categorias formais da economia para explicar, no cotidiano, essas crises que, de uma maneira ou de outra, iriam afetar as relações globais dentro do Mercosul e até a vida dos cidadãos.

Assim foi com a crise da economia da Rússia em que o primeiro-ministro, Borys Yeltsin que, frequentemente, aparecia bêbado em atos públicos, decretara um “calote” – a palavra usada foi *default* - no mercado de US\$ 75 bilhões. A crise russa foi batizada de “*Efeito Orloff*”, significando que os russos, representados pelo chefe do Estado, que era um político de grande visibilidade internacional, estavam bêbados e que a decisão poderia ter efeitos em outras economias.

7.1.5.1 Efeito Tequila - crise do México

A terceira grande inflexão metafórica veio com a crise econômica do México, mas que repercutiu dentro do espaço do Mercosul. O mundo acabava de escapar das crises que abalaram as estruturas da economia na Rússia, na Itália, na Turquia, na Tailândia e no Japão, agravadas pelo terremoto de Kobe em 1995 - quando a economia do México deu seu primeiro sinal de colapso: em duas semanas o peso teve uma desvalorização de 60%, provocando uma debandada de capital para fora do país, que resultou numa onda de instabilidade em todos os mercados financeiros. Foi o chamado "*Efeito Tequila*", uma associação, produzida etnocentricamente para simbolizar uma economia que cambaleava para a recessão total, usando o nome da bebida nacional, de alto teor alcoólico, consumida pelos mexicanos no seu cotidiano.

Afinal, o México era um dos maiores devedores do mundo. Sua dívida externa de R\$147,5 bilhões atingiu, em dois meses, R\$165 bilhões. Especulava-se que chegaria a R\$ 200 bilhões até o final do ano. Num prazo muito curto, 2,2 milhões de mexicanos perderam seus empregos e, em um mês, 4 mil empresas quebraram. Em seguida, as vendas no varejo caíram 32,7%%. O PIB do país registrou queda de 10,5% no segundo trimestre, considerado o maior índice recessivo desde os anos da Grande Depressão.

O efeito Tequila resultou ainda numa inadimplência com o sistema financeiro, gerando no espaço da sociedade 3.700 prisões, 387 suicídios e 1 milhão e 730 mil bens embargados pela Justiça. O sistema bancário mexicano chegou à beira da falência. Numa palestra em Nova York, em setembro de 1995, o então ministro da Economia mexicano reconheceu junto aos investidores que "*O México está neste momento no fundo do poço em termos de recessão*". Em junho de 1995, o poder aquisitivo dos salários havia recuado 25% em termos reais. O emprego informal chegou a 45% do total da força de trabalho, o equivalente a 13 milhões de pessoas.

O mundo ficou perplexo com a súbita crise mexicana. O sistema financeiro internacional, atônito, temia por um "*efeito cascata*", em que os encargos aplicados sobre a base incidem sobre toda a cadeia produtiva. Os países latino-americanos entraram em alerta devido à rapidez e à violência dos resultados que poderiam chegar até o Sul. Os mexicanos começaram a entrar em pânico ao terem de admitir alterações profundas e rápidas no modo de vida cotidiano. Uma angústia e uma insegurança em relação ao futuro tomou conta da população. A auto-estima desapareceu. O jornalista Anthony de Palma, do The New York Times, referiu-se ao assunto num artigo escrito em julho de 1995, dizendo: "*os mexicanos estão assustados*". Menos do que uma solidariedade com o país vizinho e mais com receio dos efeitos da crise mexicana sobre a economia internacional, o governo norte-americano, seu parceiro no Nafta, formulou imediatamente um pacote de ajuda ao México, num montante que chegou a US\$47,5 bilhões.

Nada mudou em 1996, mesmo com a ajuda norte-americana e do Banco Mundial ao México. O ano começou com um milhão de desempregados, um terço da população economicamente ativa, só na Capital Federal. A crise consumira até junho, segundo o próprio governo, 25% do PIB (R\$ 70 bilhões aproximadamente). O peso perdera 40% do seu valor num único dia. "Metade da população do país estava desempregada. O número de crimes graves cresceu 15% em relação a 1995, que já havia aumentado 52% em

relação a 1994”. Um ano depois da eclosão da crise, a situação do país era desoladora, conforme lembra o jornalista Ubiratan Iório em matéria publicada no jornal O Estado de Sao.Paulo, do dia 2 de julho de 2006.

Queda do rendimento assalariado estimado entre 36,4% e 60% índice de desemprego duplicado em um ano. Cerca de 35% da população vivendo em situação de pobreza ou pobreza extrema, de acordo com o Banco Mundial; queda de 45% na atividade da construção civil; cerca de 39% das empresas completamente paralisadas, muitas com falência decretada; crescimento econômico negativo de 7%; queda de 33,3% do Produto Interno Bruto per capita em um ano; aumento de 128% na taxa anual de inadimplência, atingindo 50% das empresas mexicanas; queda de 50% no investimento externo; 83% das reservas nacionais despendidas com juros da dívida”.

A crise mexicana vai se estender até 1997, deixando rastros por todo o mundo e, particularmente, no continente sul-americano. No Brasil, que junto com o México formam as duas maiores economias da América Latina, a expectativa foi grande sobre que efeitos desembarcariam no país. Em 1998/99, a economia brasileira registrou uma pequena recessão e os analistas chegaram a ensaiar o seu batismo, como uma resultante em cadeia, com o nome de “*Efeito Samba*”, aludindo a sinais de uma crise econômica iminente que poderia acabar com a alegria da população. Contudo, aos primeiros sintomas, o governo brasileiro mudou imediatamente seu regime cambial, flexibilizando, em 1999, a taxa de câmbio. A estratégia conteve a crise. O “*Efeito Tequila*” seria seguido mesmo é pelo “*Efeito Tango*”, nome dado para caracterizar a crise da Argentina, e que significa uma previsão insólita de que os argentinos iriam “dançar” e que sua repercussão afetaria as economias dos países do Mercosul . E o foi. A crise argentina foi de fato um momento de inflexão devastador dentro do Mercosul. O Brasil conseguiu se proteger, pois tinha reservas elevadas, mas o Paraguai e o Uruguai, parceiros diretos da economia Argentina, tiveram um impacto com forte repercussão interna.

7.1.5.2. *Efeito Tango - crise da Argentina*

A crise argentina veio a seguir. Quinta economia do mundo, da metade dos anos 40 para cá, ela vem dando sinais de debilidade ao ser submetida, na área política, a golpes, ditaduras, populismo, estatismo e até as ingerências do FMI, cujos técnicos já anteviam sua fragilidade estrutural. Essas lutas internas desestruturaram a economia argentina, expondo o obsolescimento do seu parque industrial. A Argentina sobrevivera até então à custa da imagem deixada pela economia dos anos 40, quando liderava o PIB per capita na América Latina.

Nos anos 90, o presidente Carlos Ménem usara os recursos que entravam no país para apoiar a economia, em sua maior parte, para a criação de empregos no setor público, destinando uma pequena parcela à tentativa de fortalecer as grandes empresas privadas. As

pequenas e médias empresas, recebiam ajudas tímidas. Um quarto da dívida argentina estava em papéis federais e provinciais. O Plano Cavallo (Domingo Cavallo ministro da Fazenda de Méнем) não refletia as advertências e análises racionais que pesavam sobre a conjuntura do País, deixando transparecer apenas o orgulho nacional ferido. Muito menos o ministro aceitava os conselhos dos vizinhos, como o Brasil, já que quase 30% das exportações argentinas estavam assentadas sobre o mercado brasileiro. No governo Alfonsín, os problemas econômicos, militares e sociais haviam alcançado tal dimensão que o governo foi obrigado a adotar o chamado *Plano Austral*, um plano que, segundo a imprensa, era para uma “economia de guerra”, cuja execução terminou por levar Alfonsín a deixar o governo antes do prazo constitucional. A paridade com o dólar revelava-se, entretanto, por falta de lastro, um verdadeiro desastre. Méнем assinou a *Ley de Convertibilidad*, estabelecendo mecanismos de equivalência entre o dólar e o peso e, para garanti-la, começou a privatizar a economia, o que alimentou uma taxa de desemprego e a conseqüente mobilização popular anti-governo. Embora pretendesse um “terceiro” mandato, no plano moral, a corrupção associada à forte presença do Estado na economia e dos setores da iniciativa privada por ele privilegiados foram marcas da gestão de Méнем.

O sucessor de Méнем, Fernando de la Rúa, chegou ao governo por meio de uma aliança incomum de partidos que não se entenderam no passado, e mesmo assim não alcançou os 50 % de aprovação popular. Ao tomar posse, com uma dívida externa astronômica para ser administrada, o novo presidente anunciou a necessidade de aumento dos impostos e, logo a seguir, o chamado "corralito", pelo qual estabelecia-se um controle sobre os saques bancários, transformando depósitos populares em títulos do governo. Foi a pá de cal que faltava para a deflagração da crise: o capital financeiro evadiu-se em 24 horas.

O índice de desemprego e a fortíssima insatisfação popular como o modelo neoliberalizante do ministro Domingo Cavallo, que havia retornado ao governo, começou a crescer, com riscos para o próprio regime democrático, o que poderia afetar diretamente o Mercosul. Era o ano de 2001, as saídas para a crise foram sendo esgotadas a obtenção de novos recursos do FMI seria a esperança de uma solução temporária, permitiria sobreviver por alguns meses. Quando o governo decidiu alterar o regime de paridade, monetária, já não havia mais tempo para a salvação. Entrou-se num processo hiperinflacionário com a liberação do controle interno da moeda e com os salários reais tornando-se negativos.

Os analistas financeiros no Brasil mostravam-se apreensivos com o que já estava sendo chamado de "*Efeito-Tango*", ou seja, com a possibilidade de que a crise pudesse extrapolar as fronteiras nacionais, estender-se à economia do Brasil e destruir o Mercosul. E chegou. Embora os efeitos mais negativos não tivessem tempo de impactar a economia brasileira, afetou de fato, e fortemente, o Uruguai e o Paraguai. Segundo a jornalista Sônia Araripe, enviada especial a Buenos Aires, entre as novas medidas para tentar conter a crise, estavam a renegociação da dívida interna do governo federal e das províncias - algo entre US\$ 10 bilhões e US\$ 15 bilhões, ou cerca de 10% do total da dívida-, ajuda para os desempregados e uma radical mudança na direção da economia. Admitia-se que os investimentos externos, por algum tempo, seriam carta fora do baralho tanto para a Argentina quanto para os parceiros, até que a credibilidade fosse restaurada.

O risco-país da Argentina chegou a ser classificado pelo mercado como o pior do mundo, revelando que os investidores já estavam contando com uma crise de pagamento da dívida argentina. A esperada renegociação da dívida argentina teve êxito apenas parcial. Os

analistas previram que, em razão da crise do México, resolvida parcialmente com o apoio dos EUA, e sobretudo a da Argentina, que ficou sem apoio explícito, haveria em 2002 uma redução significativa do fluxo dos recursos não apenas para a Argentina, mas para todos os países da América Latina .

O jornalista José L. Félix, correspondente argentino na Europa, parafraseando o articulista português José Manuel Fernandes, do jornal PUBLICO (Lisboa 23.12.05), que acompanhava a crise, escreveu um artigo nostálgico intitulado “A tormenta argentina na crise global do capitalismo”. Vale a pena a transcrição de um fragmento de Fernandes:

"Buenos Aires é uma cidade maravilhosa – mas que está a saque”, o saque prévio a que procederam as "prestimosas instituições financeiras internacionais”, que coligadas com as suas homólogas argentinas, pilharam o que puderam, reduzindo a esmagadora maioria da população ao estado de indigência [...] Desapareceu o orgulho nacional, instalou-se a revolta, o futuro, mesmo o mais imediato, tornou-se imprevisível. E, horror dos horrores, ‘já ardem bandeiras azuis e brancas no centro de uma das mais belas avenidas do mundo’. Os argentinos protestam e exigem comida em vez de cantarem o hino nacional. .

À semelhança do México, foram registrados conflitos com a polícia, saques em mercados e bancos, do que resultaram mortos e feridos. As forças armadas tiveram de ir para as ruas. Com a supervisão e conivência do FMI e de outras instituições financeiras, o Governo supervalorizou artificialmente a moeda nacional, o peso, que naquele momento estava no fundo do poço, equivalendo-o novamente ao dólar, para atrair capital especulativo para o país. Pretendeu-se desse modo "martelar" os balanços monetários e reciclar a dívida externa, e o já citado jornalista argentino, José L. Félix prossegue:

A cosmética estatística vai ter custos terríveis para a população: elevou de forma extraordinária o custo de vida, que atingiu níveis trágicos e, face aos juros elevados e às importações extremamente baratas, arrastou a maior parte dos sectores económicos para a bancarrota.

Pagamento da dívida suspenso, política monetária fora de controle, o quinto presidente da república e muita convulsão popular. Esse quadro dramático agitou a Argentina por 30 dias, tomando conta do País. A crise ganhou as ruas, fechando empresas, bancos, reduzindo empregos e provocando o desaparecimento de produtos de consumo e, sem saída, na teoria econômica, os economistas de plantão nas ruas e nos bares apelidaram prognosticadamente a extensão da crise argentina, popularizando-a como "**Efeito Tango**".

Surpreenderam-se os economistas e, sobretudo os próprios argentinos, com o fato de que o evento, um dos mais graves na história do País, não teve grandes reflexos na América Latina e, particularmente, no Brasil, que fechou o exercício de 2001 com uma inflação sob controle (7,4%), o real valorizando-se em relação ao dólar, e os investimentos

estrangeiros aumentando. O Uruguai e o Paraguai, parceiros do Acordo do Mercosul, não foram, contudo, poupados, já que seu comércio exterior dependia diretamente da Argentina, em primeiro lugar, e, em seguida, do Brasil.

Foi um duro teste para o Mercosul, para o processo integracionista e uma de suas maiores inflexões. A relação da economia brasileira com a da Argentina baseada em complementações mútuas e numa balança comercial que chegara a quase US\$ 15 bilhões, estava abaixo de US\$ 10 bilhões. As exportações brasileiras para a Argentina atingiram, ainda naquele ano, a casa dos US\$ 5 bilhões; mas, para o ano seguinte, esperava-se US\$ 4 bilhões, conforme demonstravam os institutos econômicos brasileiros como a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), ao analisarem a crise já no mês de novembro. No campo da política, não havia qualquer relação mais estreita entre os dois países, senão acordos e compromissos escritos, nunca efetivados. Os mais sólidos haviam sido mesmo os firmados até então no âmbito do Mercosul.

O momento foi também um teste para as relações de amizade entre latino-americanos e, particularmente, dentro do Mercosul, e ainda para comprovar a consistência dos modelos de desenvolvimento integrado da América Latina. Argentina e Brasil vinham vivendo uma euforia comum dentro do Mercosul partilhada com o Paraguai e o Uruguai, e a crise poderia provocar uma debandada em direção aos velhos parceiros europeus e norte-americanos. Os brasileiros tiveram a grata surpresa de não verem a sua economia sucumbir, assistindo à sua imediata recuperação e ainda flexibilizaram posições comerciais para os demais parceiros, particularizando benefícios aos argentinos, na esperança de que a recuperação econômica do vizinho teria reflexos na economia dos dois outros parceiros ((Gazeta Mercantil, 2001).

Com uma dívida externa de US\$ 128 bilhões, o governo argentino apelou novamente para a ajuda do Fundo Monetário Internacional para resgatar compromissos financeiros internacionais com moeda forte. Diante da negativa, teve de romper com a Lei da Conversão de 1991, que fez o peso argentino ter um valor novamente equivalente ao dólar americano, o que significou não apenas um “*default*” em relação à dívida externa e uma quebra interna. Antes de recorrer ao Fundo, o governo colocara títulos à venda no mercado interno para resgate com vantagens sobre o dólar paritário, na expectativa do apoio do Fundo e, portanto, de ganhos fáceis. As ofertas de títulos foram sendo absorvidas pelo capital nacional (Veja: 26.1.2.1991). A quebra e o desemprego foram generalizados, mesmo porque o capital internacional que havia chegado à Argentina, desapareceu em 24 horas. Os presidentes interinos decidiram suspender o pagamento das amortizações da dívida, gerando uma apreensão mundial. “*Que se vayan todos*”, gritava a população, enfurecida com os políticos, correndo pelas ruas. O Congresso aprovou apressadamente um mandato para o candidato derrotado da oposição, Eduardo Duhalde, a quem coube retomar as rédeas da governabilidade.

O Fundo Monetário Internacional traçou um quadro pessimista para a economia mundial no ano seguinte, anunciando um crescimento quase recessivo de 2,4 %. Enfim, havia crises econômicas nos países asiáticos, na Rússia, no México e agora também na Argentina. Além disso, ataques terroristas geraram uma instabilidade entre as populações civis. Esperava-se que o Brasil sucumbiria a esse quadro e, certamente, não resistiria à crise argentina.

Enfim, a crise argentina mostrou a estrutura da economia brasileira no contexto da América Latina. . O Brasil é a oitava economia do mundo, com uma dimensão de recursos naturais imensurável e um mercado interno grande e potencialmente fortíssimo, haja vista a expansão inesperada das telecomunicações no País. Mesmo assim, o Brasil, nas reuniões conjuntas e nos fóruns comuns, tem evitado fazer valer sua posição, respeitando e até manifestando seu apoio a iniciativas individuais. Há muito espaço para entendimento dentro da América Latina e entre o Brasil e a Argentina, sem que haja necessidade de vínculos de dependência, que levem a derrocadas comuns. A autonomia de cada um vem sendo preservada e talvez seja isso que tem impedido uma integração mais rápida da América Latina. Mas o mundo não chegou ao fundo do poço, conforme preconizaram os economistas do FMI. No Brasil houve uma queda do PIB, cujas taxas de crescimento foram caindo sucessivamente, mas, sob o controle fiscal do governo e a prudência do empresariado, a economia manteve-se equilibrada. Não se esperava uma recuperação em 2002, devido principalmente ao fato de se tratar de um ano eleitoral. A economia teve um crescimento lento em torno de 2,5% do PIB, de acordo com o Banco Central. Os economistas mais experientes do País e até a Associação dos Exportadores Brasileiros que estimou uma queda de US\$ 2 bilhões nas vendas para o Mercosul, acreditavam num superávit comercial de US\$ 2,6 bilhões .

7.1.5.3 Efeito Samba – a crise do Brasil

Samba, mulata e futebol são três arquétipos que configuram, para o estrangeiro, o *ethos* da cultura brasileira. Ao ser lembrado, mesmo que isoladamente, qualquer um desses elementos está se referindo invariavelmente ao Brasil. Isso não se constitui, entretanto, em lastro para manter os brasileiros longe das crises econômicas ou políticas.

O Brasil⁴⁶, como se vê, não ficou totalmente imune às crises do final do século, sendo até protagonista de uma. O Mercosul foi abalado por uma crise de confiança em 1999, quando o governo brasileiro decidiu impor flexibilização na taxa de câmbio,

⁴⁶Na área industrial, o Brasil detém quase a metade das 1.000 maiores empresas da América Latina em setores estratégicos, como os da tecnologia da informação, siderurgia, química, logística, energia, alimentação e serviços de uma maneira geral. A Argentina leva vantagens em algumas tecnologias, e em outras, como no campo da energia nuclear está muito atrasada em relação ao Brasil. Contudo, o forte mesmo 'situa-se no campo da infra-estrutura produtiva. Têm sede no Brasil 479 das 1.000 maiores empresas latino-americanas e, na Argentina, 219. Quarenta e sete empresas argentinas caíram para fora do ranking de 1999 para cá. O lugar dessas empresas foi ocupado por 36 do Brasil e 21 do México, que tem apenas 198 empresas incluídas entre esse grupo das maiores empresas da América Latina, mas uma a rentabilidade de 41,2 %, enquanto que as brasileiras cresceram 28,03 %, e as argentinas 2,8 %. Entre as 50 maiores empresas privadas mais rentáveis da América Latina, 23 são brasileiras e 19 mexicanas. Chile e Uruguai caíram também no ranking: o primeiro de 61 para 54 empresas; e o outro, de 18 para 13 empresas. A Venezuela, com apenas 7 empresas está em quarto lugar dentro desse ranking, com apenas 7 empresas, mas que apresentaram rentabilidade de US\$ 145 %. Os segmentos de química e petroquímica lideram o ranking com 81 empresas e uma receita líquida de US\$197 bilhões, o que corresponde a 21,3 % de participação no total de US\$ 922,4 bilhões; seguidos da indústria de veículos e autopeças (8,5% = US\$ 79 bi) e serviços e telecomunicações (7,5% = US\$ 69,3 bilhões). Siderurgia e metalurgia participam com 4,3% da receita líquida, com US\$ 39,7 bilhões. Madeira, móveis, papel e celulose têm 1,99% de participação na receita líquida, com 37 empresas e faturamento de US\$ 18,3 bilhões; e borracha e plásticos 0,07%, com US\$ 408 milhões. Fonte consultada: *Gazeta Mercantil*: “Maiores e Melhores”, Edição Especial, 2004,.

resultando numa desvalorização do real, fazendo com que o dólar, quase paritário com a moeda brasileira, saltasse de R\$ 1,20 para R\$ 2,20. A Argentina, cuja economia vinha se arrastando já há muito tempo, e com um comércio muito estreito com o Brasil, mergulhou na estagnação. Os produtos de exportação brasileiros caíram de preço e invadiram o mercado do Mercosul, sobretudo, o argentino. Os preços ficaram tão competitivos que os comerciantes portenhos chegavam a esconder que o produto era originário do Brasil, para não provocar uma reação da indústria nacional.

O centro do furacão cambial em 1999 no Brasil foi, entre outras causas, um ataque especulativo, o quarto desde o início da crise asiática, em julho de 1997, levando pânico aos investidores. Economistas, como Edmar Bacha e Fábio Gambiagi, chamaram, metaforicamente, a crise daquele momento de “*Efeito Samba*”. A população emendou falando em “*Efeito Caipirinha*”. Presumia-se com isso a possibilidade também de um impacto negativo da crise brasileira no mercado internacional.

Mas nem se constituiu, de fato, o “*Efeito Samba*”. A crise começou, na realidade, com uma disputa contábil entre o governador de Minas, Itamar Franco, e o governo federal, em que Franco, insubordinando-se contra o governo central, declarou a moratória de uma dívida federal de seu estado, seguido por dois ou três outros governadores. O momento não poderia ter sido pior, porque a economia internacional estava conturbada desde 1997, por uma sucessão de crises nacionais, que foram chacoalhando a economia mundial com alguns governos declarando moratória de seus compromissos externos.

Receosos de que o Brasil não cumprisse seus compromissos externos, investidores estabeleceram um elo entre a reação de Itamar ao governo federal e o perigo do governo brasileiro ser induzido a seguir o mesmo comportamento em relação aos seus compromissos externos. Houve, de imediato, a fuga de US\$ 1 bilhão de dólares, e naquele mês (janeiro), foram registradas saídas do País de mais US\$ 2 bilhões. A Bolsa de São Paulo, que acusou quedas sistemáticas nos quatro últimos dias, esteve perto de interromper os negócios, fechando em -7,6%, o mais baixo daqueles últimos quatro meses. As taxas de juros explodiram (40%) no mercado futuro, e os títulos da dívida externa brasileira desabaram pelo quinto dia seguido (- 4%) em Nova Iorque. Salette Lemos, comentarista econômica da Rede Record de Televisão, observou:

Com apenas US\$ 32 bilhões em reservas e as maiores taxas de juros do mundo, o Brasil vai sendo pressionado pela comunidade internacional. Entre os investidores, o Brasil já não sustenta credibilidade. Em polvorosa, o mercado financeiro só fala na desvalorização do real. Como os juros altíssimos não conseguem mais atrair capital estrangeiro, a solução, segundo analistas e economistas, estaria na política cambial. Por isso a alta do dólar no mercado futuro. Os juros também subiram. No mercado interno os negócios foram fechados com taxas de até 38%.⁴⁷

⁴⁷ Sinopse da Radiobras http://www.radiobras.gov.br/antiores/1999/sinopses_1301.htm

O mercado passou a apostar que o governo brasileiro iria acelerar a desvalorização do real, fragilidade detectada que provocou uma corrida aos títulos do governo dos Estados Unidos. Pela primeira vez em três anos, o governo do Japão teve de comprar dólares para evitar que a moeda japonesa se valorizasse ainda mais.

As principais bolsas da Europa fecharam em baixa; a de Nova Iorque acompanhou os mercados na Ásia e o índice “Dow Jones” acusou queda de 1,5% em Nova York; a de Buenos Aires caiu 3,4% e as demais bolsas da América Latina foram junto. A imprensa brasileira ajudou a instrumentalizar a crise, quando no dia 13 de janeiro de 1999, abria chamadas de primeira página com o seguinte teor⁴⁸:

O Globo: *“Calote de Itamar faz Brasil sofrer nova fuga de dólares”*.

O Globo: *“O Brasil voltou a enfrentar turbulências semelhantes às dos piores dias da crise de outubro, em apenas um dia”*.

Jornal do Brasil: *“Moratória expõe economia frágil”*.

Jornal do Brasil: *“Em apenas sete dias úteis deste ano as perdas de reservas ultrapassaram US\$ 2 bilhões.”*.

Record: *“Investidores estrangeiros, preocupados com a moratória de Minas”*.

Record: *“Fuga de dólares volta a atingir somas alarmantes”*.

Record: *“Compra dólares e derruba a maioria das bolsas de valores”*.

Jornal de Brasília: *“A terça-feira negra para o Brasil”*.

Por meio do ministro da Fazenda Pedro Malam, o governo tentou tranquilizar os investidores, negando qualquer desvalorização do real. O governo vendeu dólares para impedir a desvalorização da moeda e o Banco Central tratou de comportar-se com naturalidade, informando que, na realidade, a expectativa de saída de dólares naquele mês de janeiro era da ordem de US\$ 4 bilhões para pagamento de compromissos já programados.

A crise brasileira, que já vinha sendo imaginada por alguns analistas, tornou-se tema de reportagens dos principais jornais do mundo. O inglês "Financial Times" destacou na primeira página o bloqueio do dinheiro a Minas Gerais. De acordo com o jornal, economistas achavam que a situação de Minas dificultava a volta do Brasil ao mercado financeiro internacional. O norte-americano "The Wall Street Journal" analisava a questão, afirmando que a moratória de Minas Gerais lançava dúvidas sobre a habilidade do governo federal no Brasil em evitar o efeito dominó. Em seguida especulava, dizendo que o problema não era do Brasil, mas também da China. O "The New York Times" informou

⁴⁸ Sinopse da Radiobras http://www.radiobras.gov.br/antiores/1999/sinopses_1301.htm

que a economia brasileira iria enfrentar ainda muitas incertezas, e que o Brasil era o primeiro de uma lista de países cujas economias encontravam-se em condições precárias.

Concomitantemente, no Congresso brasileiro, parlamentares do próprio governo mostravam-se céticos quanto à possibilidade de conseguir aprovar o aumento de impostos que votariam no dia seguinte, uma quarta-feira. Cada deputado tinha suas razões. Aqueles ligados ao empresariado votariam contra a criação de novos impostos. Os do Nordeste iriam protestar contra a decisão do governo de acabar com alguns órgãos de combate à seca. E os do PTB, porque não tinham sido contemplados com nenhum ministério na formação do novo governo.

A situação vai se agravar quando se constatou que 17 Estados não pagaram, naquela segunda-feira, uma parte da dívida com o governo federal. Em resposta, o Banco do Brasil reteve uma fatia do Fundo de Participação a que tinham direito os Estados inadimplentes; entre eles estavam São Paulo, Ceará,, Pernambuco, Rio de Janeiro e Goiás.

Para pagar, 18 dos governadores, reunidos no Maranhão, tentaram isolar o governador de Minas, aliando-se ao governo, mas queriam em troca juros mais baixos a que chamaram eufemisticamente de "*benefício ao bom pagador*", e que a equipe econômica diminuísse a pressão sobre os Estados "*que fizeram sacrifícios, e estavam em dia com o pagamento da dívida*". Nessa discussão, o presidente Fernando Henrique dirigiu uma crítica direta a Itamar, advertindo - o a ter "*cuidado com as palavras*". Sobre os juros, o presidente disse que o Brasil todo gostaria de ter os juros que os Estados pagam: 6% ao ano e 30 anos para pagar. Os líderes da oposição no Congresso se reuniram em Brasília para apoiar o governador Itamar Franco.

Certo do apoio recebido, Itamar, que fazia o discurso que todos os governadores gostariam de fazer, passou a dedicar-se ao novo lance: abrir uma batalha judicial para recuperar os R\$ 11,7 milhões retidos pelo Banco do Brasil e o dinheiro provisionado para o pagamento dos R\$ 110 milhões de eurobônus a vencer no dia 20, insistindo na palavra de ordem contra o governo federal que bloqueava as quotas dos estados: "*Desbloquear*".

Num artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo, intitulado "Sambando Sozinho" o economista Otaviano Canuto ressaltou que:

O impacto da crise brasileira sobre os mercados financeiros globais tem se revelado limitado. Os temores no exterior quanto ao efeito-samba cederam lugar à percepção de que, a partir da moratória russa em agosto do ano passado, as potenciais vítimas entre os investidores norte-americanos e europeus tinham se preparado para a quebra do regime cambial brasileiro. Aliás, o resultado da busca de fechamento da exposição perante o Brasil foi a própria saída de recursos que provocou a ruptura. (CANUTO, <http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo70.htm>, disponível em 24.05.07).

Continuava Canuto dizendo que:

O efeito-samba não pôs para dançar nem mesmo o ingresso de capital para as demais economias maiores da América Latina, a julgar pelos lançamentos de bônus globais pelo México e a Argentina, desde janeiro, com apenas ligeira deterioração em seus termos. No caso do parceiro do Mercosul, a despeito das conseqüências comerciais negativas da recessão e da desvalorização cambial no Brasil. O “Efeito Samba”, segundo ele, “virou quase um minueto”.

A crise brasileira já se arrastava, contudo, por dois anos. A defesa do regime cambial após a crise asiática, mediante taxas de juros elevadas, serviu para colocar as reservas brasileiras acima de US\$ 70 bilhões, provocado pelo encurtamento de prazos do perfil da dívida e pelo próprio impacto das taxas de juros. A fragilidade da defesa brasileira, no caso do “*Efeito Samba*” manifestou-se na perda rápida dessas reservas. Mas, ficou evidente, quase que imediatamente, que o Brasil não era a Rússia daquele momento. Sem olhar para o próprio umbigo, as autoridades do México – vejam quem - e da Argentina, que ainda não havia entrado no seu “inferno zodiacal” afirmaram estar tranqüilas por “*não ser o Brasil*”. A moratória russa, diferentemente da crise mexicana e da crise asiática, implicou perdas substanciais e encolhimento imediato de posições por parte de todos os investidores em mercados emergentes. O aporte às reservas pelo pacote econômico do governo condicionava ainda os gastos públicos, sobre o que vinha insistindo impopularmente Fernando Henrique Cardoso, na expectativa de que uma crise pudesse tentar romper o cordão de isolamento da economia e gerar uma desconfiança externa e interna. Se houvesse um rompimento desse controle, a economia brasileira, também com uma elevada dívida externa e interna, entraria em colapso, e qualquer entrada de recurso mal serviria como “*saideira*” (último gole) para nova fuga de capital.

7.2 Olhos e antolhos: inflexões sintagmáticas

No meio de todas essas crises, existem três elementos fundamentais: a globalização que resultou num esforço de convergência econômica e fiscal, promovendo um encadeamento sucessivo das economias nacionais, independentemente do estágio atingido; o fluxo de capital volátil, ilusório e especulativo, que percorria o mundo à busca de vantagens; e, finalmente, a idéia do liberalismo, que nada mais era do que sinalizações ou representações de um mundo ideal *ceteris paribus*, ou seja, dadas as mesmas condições, ou resultados serão semelhantes.

Uma das características da economia mundial são as assimetrias, ou desequilíbrios entre a pujança de umas e de outras: grandes e pequenos PIB; rendas originadas nos serviços, na indústria ou apenas em matérias primas; rendas *per capita* altamente diferenciadas; *déficits* e *superávits* em conta corrente; índices de qualidade de vida diferenciados etc. Economias como as da Rússia, do México e da própria Argentina foram vítimas dos embates nos dois primeiros elementos discursivos, provocando os tais efeitos que terminaram por imprimir uma marca representacional na sua identidade.

Por estranho que possa parecer, o “*Efeito Samba*”, do Brasil, foi uma crise liberal, tipicamente representacional, como uma história, personagens, mitos, confrontos e discursos próprios. Começou na Ásia, com a desvalorização da moeda tailandesa no início do mês, explicou a revista Isto é em sua edição de 23 de julho de 1997:

Na sexta-feira 11, a crise se alastrou pelas Filipinas e pela Indonésia, levantando discussões sobre um problema que afeta boa parte dos países emergentes, incluindo o Brasil. É o chamado déficit em conta corrente, a diferença entre o dinheiro que entra e sai de um país por meio de importações/exportações e remessa de lucros e dividendos ao Exterior. Os modelos econômicos que combinam saldo negativo nas contas externas com moeda local ancorada a divisas forte, como o dólar, deixam os países vulneráveis ao humor dos capitais internacionais. Se, como ocorreu na Ásia, os investidores estrangeiros batem em retirada de um mercado, vendendo suas posições em moeda local, o resultado é a desvalorização. E o único jeito de conter a depreciação é dispor de boa reserva de dólares, coisa que nem todos os Bancos Centrais têm.

No Brasil ela apresentou outros desdobramentos. Até chegar ao confronto de pagamentos entre o Governo Federal e o de Minas Gerais – crise interna de controle de gastos públicos - ela surgiu, de fato, a partir de uma declaração inoportuna do ministro das Comunicações Sérgio Mota, que ritualizava sua presença no Governo na fraqueza dos jornalistas pela sua suposta sinceridade e franqueza, algumas vezes infeliz. Provocado pela imprensa, o ministro criticou o Governo por usar o dinheiro das privatizações para reduzir a dívida interna. Mota fazia parte do grupo de ministros eleitos pela mídia como dos mais influentes no governo FHC. Sua declaração intempestiva provocou uma corrida no mercado de capitais com o propósito de descartar títulos públicos. O mercado já estava assustado com a queda nas reservas nacionais e com os efeitos da crise asiática sobre as principais bolsas do mundo.

O mau uso das palavras ou inoportunidade dos discursos feitos, tanto por Sérgio Mota (1997) quanto por Itamar Franco (1999), e conduzidos pela própria imprensa, terminou por gerar e prolongar uma crise econômica que, pela expressão da economia brasileira, evidentemente não se restringiria aos limites das fronteiras nacionais. Repercutiu, sobretudo, no Mercosul, espaço em que a dependência entre si das economias dos países membros é muito elevada.

De todo modo, reconhecer a má condução do discurso, não significa que o fato não tenha acontecido. Afinal, o acontecimento, exatamente como ponderam os já citados Foucault e Fairclough, pode surgir de um discurso, gerando uma ação social. Contudo, aquilo que foi chamado de “*Efeito Samba*” poderia ser também identificado como uma inflexão sintagmática, entendendo-a como “*qualquer conjunto de palavras em que todas perdem a sua significação individual para tomar a do conjunto*” - ou metafórica, caso do

“tropa em que a significação natural de uma palavra é substituída por outra em virtude de certa relação de semelhança”(GARCIA, 1995, p.).

Segundo o anteriormente mencionado, jornalista Ubiratan Iório, do jornal O Estado de São Paulo, se Noel Rosa fosse vivo, *“certamente consideraria entre as “outras bossas”, com a grande inteligência e agudeza de pensamento de que era dotado, a incrível e patológica mania que noventa e nove em cada cem brasileiros têm de se fixar apenas nos efeitos de qualquer questão e de revelar total despreocupação com as causas, como se efeito sem causa fosse mesmo um fenômeno factível”*. Enfim, ninguém entende também porque a 8ª economia do mundo convive com dois paradoxos básicos: a pobreza e a fome. *“São nossas coisas, são coisas nossas”*, diria, sob a forma de samba, o poeta da Vila Isabel: *“o samba, o futebol e outras bossas são coisas nossas”*. São fenômenos culturais, são práticas que nos remetem a um espaço identitário.

No mesmo artigo, publicado no dia 2 de julho de 2006, Ubiratan Iório, valendo-se de fina ironia escreveu:

Os antolhos que levam muitos a enxergarem apenas o curto prazo, sem se preocuparem com o longo prazo – e que os levam a acreditar que ataques isolados aos efeitos podem surtir bons efeitos, mesmo sem a busca das causas -, não atingem só os olhares dos brasileiros, nem tampouco os dos demais latino-americanos, é mundial, especialmente desde que Lorde Keynes decretou, com empáfia e sem qualquer dose de modéstia que, no longo prazo, estaríamos todos mortos. [...] Um perigoso truísmo que, se considerado a sério, pode nos levar a viver sempre uma fantasia.

Há indícios, portanto, que a economia ou a política não se realizam por si, autônoma e independentemente. Elas são atravessadas pelas representações e, como forma de auto-preservar-se, estão cheias de heteroglossias, os diálogos tensos e conflituosos que lhes dão vida. As inflexões, por serem polifônicas, apresentam uma aparência embate. Mas, são, no fundo, ou bem por isso, transformadoras, reforçando ou revertendo uma ou outra situação. Nelas estão contidos sentidos instaurados das verdades constituídas pelo imaginário, que opera como importante registro das representações. Cientistas, economistas e banqueiros, para entender as crises, acabaram buscando sua explicação no imaginário da sociedade, cujo conhecimento simbólico reverbera nos discursos em circulação na encenação cotidiana..

CAPÍTULO VIII
ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS CENTRÍPETOS DA AMERICANIDADE

8 ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS CENTRÍPETOS DA AMERICANIDADE

O Mercosul tende, cedo ou tarde, a ter de enfrentar o problema identitário na sub-região. É impossível ignorar a sua presença nas extensas regiões de fronteira, onde os embates e os cruzamentos culturais fazem parte da história e da cotidianidade das populações. Nos territórios interiores, grupos étnicos nativos de origem nacional e imigrantes, tecnologicamente assimétricos, também convivem diariamente com suas contradições identitárias.

O incremento das relações de comércio e o reconhecimento da democracia como instrumentos configurativos no espaço do Mercosul produzem efeitos integracionistas convergentes de caráter comercial ou geopolítico, mas têm expressão praticamente apenas no meio das elites econômicas ou políticas. O comércio, particularmente, expressão mais forte do Mercosul nesses primeiros quinze anos, envolveu, desde o início, um grande número de empresas estrangeiras, cujos interesses e vínculos estão localizados fora da região.

A integração comercial contribui reconhecidamente para a convergência de interesses, operando como uma força centrípeta, ao produzir o que foi chamado de transbordamento (LAPLANE 05.06.07) espacial, financeiro e comercial das fronteiras regionais e continentais, sem guardar, entretanto, devido à dinâmica das relações globais, compromissos mais sólidos de caráter identitário com os países e populações regionais, apesar do aporte de recursos e tecnologias introduzidos nas regiões em que atuam.

Embora devesse merecer uma preocupação particular no espaço do Mercosul, é certo que a questão identitária não chegou ainda a se constituir numa preocupação nem das forças econômicas que atuam na região, nem dos governos envolvidos que, por razões econômicas e de segurança, adotam ainda ações tímidas de aproximação entre povos e comunidades, sobretudo nas fronteiras, onde a energia que flui do processo de integração é bastante expressiva, mas é também onde o processo se apresenta de maneira mais complexa, devido à proximidade estreita entre as populações geradoras de práticas culturais intermediárias.

Encontros, acordos e programas culturais têm sido algumas das alternativas nas regiões de fronteira. Os meios de comunicação, sobretudo nas fronteiras sul do Brasil, têm procurado dar uma substancial contribuição para introduzir virtualmente novas representações sociais e alimentar o imaginário cultural das populações, mas ainda são acionados com parcimônia. A imprensa desconhece, aparentemente, questões matriciais básicas relacionadas com os vínculos e manifestações culturais locais, o uso das línguas nacionais, a educação, a literatura e a ciência, conforme observou Valdez, em palestra na Universidade Católica de Brasília, já mencionada em páginas anteriores.

Diz-se, portanto, que a questão identitária constitui-se num dilema no interior dos países membros do Mercosul, apresentando uma certa complexidade nas áreas fronteiriças pela ausência de direcionamentos mais consistentes. O pesquisador Roland

Walter (2000), um estudioso do assunto, consegue fazer uma distinção, por exemplo, desses lugares de fala com aqueles do interior dos países. Chama isso de “**espaços fronteiriços**”, característicos de regiões localizadas entre países limítrofes. Refletem não apenas uma descontinuidade estatal quanto cultural, também chamada por Guilherme Gomez-Peña, segundo Walter, de “fronteirização”. Peña viveu a experiência numa região de fronteira entre os Estados Unidos e o México, cenário de um romance de T.C. Boyle, “*The Tortilha Curtain*”, no qual é problematizada a questão cultural das populações que vivem na fronteira.

Os dois autores discutem a cotidianidade na vida dos imigrantes mexicanos, legais ou ilegais que transitam pela fronteira – “los cruzadores de la frontera”- desses países, lembrando que eles estão todo o tempo convivendo com a questão fundacional da sociedade norte-americana, chamada de “*American Dream*” que, segundo Walter, está mais para uma “ [...] *fronteira mental determinada pelo nacionalismo anglo-americano [...] mito vivo de uma dinâmica interesseira de subalternização do outro[...] e uma imagem racionalmente codificada de norte-americanidade[...]*”.

Referindo-se especialmente à fronteira entre os Estados Unidos e o México, Roland Walter observa que as regiões geograficamente fronteiriças podem ser chamadas, em alguns casos, até mesmo de “zona de guerra”, não uma guerra convencional com armamentos e soldados - que também acontece - mas uma luta pela preservação de uma cultura dominante, o que gera um conflito permanente entre duas noções de cultura: uma, envolvendo o conceito de nação, com território fixo, língua, etc.; e outra constituída por relações complexas envolvendo raça, etnia, sexo, gênero, identidade e linguagem.

Lembrando o Acordo do Nafta, Boyle, de acordo com o mesmo Roland Walter, observa que, em termos de comércio, a fronteira dos Estados Unidos com o México funciona como uma zona livre (internacional) entre os dois países, com um fluxo regular de mercadorias e de capital, licenciosidade cuja referência está hoje no Acordo. Mas quando se trata de imigrantes e refugiados, essa livre circulação de pessoas e mercadorias entre fronteiras, o multiculturalismo liberal dos norte-americanos adquire um caráter cínico, ao restringir o trânsito interfronteiriço, limitando a liberdade de circulação apenas à mão-de-obra barata para atividades, em geral, menos valorizada socialmente.

Gera-se então o fenômeno conhecido como “**uma vida entre lugares**”, em que se registra uma dinâmica de subalternidade ou de “perda da inocência” do imigrante ou do trabalhador no território alheio, em contraponto com o *status* mais representativo na sua região de origem. O conflito cultural faz com que as respectivas populações internalizem como referencial as fronteiras de origem, mesmo vivendo em condições de subalternidade no outro país. Os espaços físicos transformam-se, entretanto, em “**zonas de contato**”, nas quais, registra-se um movimento de pessoas e histórias, que sustentam as raízes de origem, na medida em que as identidades são negociadas no cotidiano.

8.1 Atravessando fronteiras

A situação termina por provocar a naturalização de uma resistência contida, em que o incorporador do imaginário do outro, nas condições em que lhe são permitidas pela

cultura hegemônica, termina por gerar uma internalização da própria cultura e uma resistência à cultura alheia. E, assim, as concepções culturais de um e de outro tornam-se embaçadas, confundindo a identidade do sujeito, configurando-se assim o processo de **transculturação**. Resulta ele, primeiro na desculturação, a perda parcial da cultura original; na aculturação e na neoculturação, criação de uma nova cultura. A transculturação opera como organizadora e até mediadora dos ajustes culturais entre os diferentes sujeitos ou populações.

La noción de la frontera en sí misma y la consiguiente construcción de las diversas identidades fronterizas que ella conlleva están mediadas por las pertenencias regionales, étnicas, nacionales, de clase, de género, etarias y/o religiosas que la gente también construye en la zona fronteriza. Estas identidades son a su vez elaboradas de una manera particular por la presencia de la propia frontera. (VILA, 2004).

Exemplifica Vila com a imagem estereotipada com que têm de conviver as mulheres da cidade de Juarez, na divisa do México com os EUA: “en el mejor de los casos, o directamente son *“prostitutas, por el mero hecho de ser de Juarez”*. Existe, portanto, um “gênero fronteiriço, com valores morais próprios duvidosos”, que funcionam como *“una identidad de género articulada localmente, reconocida localmente, y de la que hay que hacerse responsable localmente”*. Continua Vila dizendo que:

Nesse processo, registra-se, ao mesmo tempo, uma hibridização cultural fronteiriça, em que se defrontam **entre - espaços** abertos e situações fluidas, ou seja, não resolvidas ou ainda numa tolerância e diversificação da diferença cultural. O consenso cultural vai se basear na tolerância. O esforço desenvolvido seria destinado à criação de novas relações identitárias, já que está registrada a mudança de uma identidade estável para uma **identidade relacional**, significando que *“ser um cidadão fronteiriço é ser sempre o outro, podendo escolher a identidade [...] latino-americana, transamericana, mexicana, norte-americana ou simplemente americana”*.

As questões fronteiriças no norte da América, sobretudo nas fronteiras entre os EUA e o México, apresentam características que deslizam para a violência simbólicas. O Sul tem convivido com problemas similares com a diferença que não existe nenhum *“american dream”* para atrair os imigrantes. Nunca a fronteira Sul foi destituída de violência, ali também se extrapolavam os limites, gerando até guerras, mas elas provinham da liberdade de ir e vir dos povos, limitada a partir da criação dos respectivos Estados nacionais.

A violência não serve de referência para caracterizar as fronteiras do Mercosul, à exceção da **Tríplice Fronteira** que tem abrigado políticos e até os chamados “terroristas” internacionais, sem grandes conseqüências locais. Mas, as regiões fronteiriças da América Meridional estão repletas de múltiplas zonas de contato transfronteiriças que, ao mesmo tempo em que unem, separam países, afetando a cotidianidade da vida das populações. O imaginário, fundado nas representações nacionais, e as fantasias dominantes são

responsáveis, em geral, por promoverem o distanciamento interno e global que sustentam, entretanto, uma alteridade - enquanto as tendências das culturas fronteiriças apresentam sempre uma performatização contraditória.

Este conceito de fronteira permite-nos encontrar respostas que tentam dar conta do que significa viver dentro e entre mundos, na encruzilhada de histórias esquecidas, lembradas, recompostas e revisadas, do que significa ser aprendido nas fronteiras, dançar na corda bamba das fronteiras ou esquivar-se das fronteiras invisíveis cruzando territórios, pensamentos corpos, línguas e a vida e nesse processo, se territorializando, desterritorializando e reterritorializando entre o lar do passado que não existe mais, o desamparo do presente, um futuro lar desejado. (WALTER, 2000).

Na verdade, as questões identitárias e, de modo especial, as que se erigem nos espaços de fronteira, são abordadas com maior profundidade por intelectuais como Bhabha(1998) e Hall(2003), teórico este que encontra no primeiro um privilegiado interlocutor. Hall(idem, p.115) refere-se ao hibridismo, o sincretismo e as temporalidades multidimensionais, bem como as formas de tradução e transculturação historicamente marcadas por matrizes que ressoam da relação colonial. Ao referir-se aos “entrelugares” e aos “aqui e acolá”, o pensador jamaicano dialoga com as reflexões contidas neste sub-item e com os autores convocados para a sua elaboração. Evidentemente, a intenção nesta tese foi a de não mais que situar contornos da questão das fronteiras e seus nexos com o identitário.

Roland Walter salienta, por fim, que os “espaços fronteiriços” podem ser considerados também como locais de intervenção crítica que possibilitam análises das múltiplas maneiras utilizadas por escritores para recriar as Américas entre e além de suas várias fronteiras. Nesse sentido, a literatura, com a sua poética-política identitária que representa, em geral, a luta da posição do sujeito nesses entre-espaços tem a grande chance de articular uma política de desterritorialização ou de territorialização identitária em espaços criados e caracterizados por diversos processos inter e transculturais.. “A identidade, portanto, é baseada no espaço, em momento tido entre o passado e o futuro, mediante a agência presente do sujeito que resulta da sua posição dentro da cultura” (HALL, 1998).

8.1.1 Mercosul: Compartilhamento

O espaço é, portanto, também um discurso e uma representação. Assim, quando o imaginário permite olhar para o Mercosul e visualizar o homem das grandes planícies dos Pampas, vagueando ou vaquejando, ou o movimento das populações ribeirinhas das margens dos rios Pilcomayo, Paraguai, Paraná, Bermejo, Uruguai, Quaraí – que fazem a divisa da Argentina com o Paraguai, Brasil e Uruguai – e que têm um único destino, o Prata, vem uma enorme vontade de repetir as palavras do ex-embaixador argentino Diego de Guellar na sua fala na reunião de Fortaleza: “Para os que acreditamos em Deus, obrigado, Senhor, por ter-nos dado a possibilidade de sermos atores de tamanha aventura”.

Como o mar Mediterrâneo que trouxe os povos asiáticos para o Atlântico, gerando uma cultura própria que se espalhou pelo ocidente, ou como o “caminho das mulas” que integrou a região central do Brasil à Cisplatina; a bacia do Prata, um marco identitário da América do Sul, constituiu-se sempre num espaço de integração cultural dos povos que viviam nas terras ribeirinhas, mas também de inflexão política entre argentinos, paraguaios, uruguaios e brasileiros. Os rios que uniam as comunidades nativas serviram ao colonizador para separá-las por quase 500 anos.

O histórico dos povos que habitam essas sub-regiões de fronteiras geopolíticas, demarcadas em cima dos mesmos rios que unem a América, mostra que estão ainda vivos traços culturais comuns, fundamentados, em sua maioria, no tronco lingüístico “guarani”, mas também “chaquenhos”. Ficaram conhecidos como “jesuítico-guarani”, devido à forte presença dos jesuítas em toda essa região desde o início da colonização, seja produzindo uma nova organização social e produtiva, reordenando mitos e léxicos das línguas ou contribuindo para estabelecer marcos de proteção políticos e militares para as respectivas Coroas.

À luz dos convênios firmados no âmbito do Mercosul, paraguaios e argentinos das províncias de Corrientes, Chaco, Formosa y Misiones entenderam que seria oportuno e necessário reconhecer como indispensável a garantia da diversidade cultural sub-regional, mas também instituir marcos jurídicos, nacionais ou supranacionais para proteger e promover o desenvolvimento das relações sociais e, sobretudo, culturais entre as diferentes comunidades. Diante dessa disposição, foi criado, a partir de 2004, um Grupo de Acción Cultural Argentino-Paraguay.

El tronco histórico común, fuertemente arraigado y los límites geográficos naturales de la región Ar-Pa, nos otorga rasgos de identidad comunes para todos sus miembros, que con los signos propios de cada uno de ellos, se convirtió en unos de los pilares de su conformación, por ello es importante que el Ar-Pa sea la herramienta que fortalezca, afiance y enriquezca las identidades propias de sus integrantes y las comunes de la región (Corrientes al Día, 2007).

Assim, reconhecendo a autonomia e expressão da cultura desses povos ribeirinhos e fronteiriços, base da formação do estado nacional, o Paraguai, um dos membros signatários do Acordo do Mercosul, viu-se diante de um grande paradoxo ao ter de concordar oficialmente com a adoção das línguas espanhola e portuguesa, ambas europeias, como os idiomas oficiais do Mercosul, quando os paraguaios comunicam-se há anos entre si por meio do idioma guarani

Fazendo fronteira com dez dos doze países da América do Sul, o Brasil se vê também diante de ambigüidades próximas. Convive com culturas comuns supranacionais, inclusive na bacia do Prata e na ex-província cisplatina, e até com uma multiculturalidade, que nada tem a ver com as culturas regionais nativas, como é o caso das três fronteiras - Argentina, Brasil, Paraguai - onde vive uma população de quase um milhão de habitantes,

integrada por mais de 20 diferentes etnias transplantadas para a região no processo de imigração. Na realidade, o Brasil tem nove tríplices fronteiras.

Internamente, a questão identitária alcançou no passado tal gravidade no Brasil, que, no Império, foi proibido o uso do *nhengatu*, língua falada nas ruas; e, na República, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, centralizador e nacionalista (1930-1945), chegou-se a fechar estações de rádio, queimar bandeiras diferentes da nacional e proibir a educação nas escolas brasileiras em língua que não fosse o português, prática corrente não apenas nas cidades de fronteiras, mas também no interior do País.

Segundo Alejandro Grimson (2004), na Argentina ocorreu algo similar, e que atingiu principalmente o uso de línguas indígenas. Foi o chamado “processo de desetnização” do início do século XX. Grupos considerados “eticamente marcados” sofreram pressões para diluir as identidades. “*Las promesas de cierta igualdad requerían la aceptación de parámetros culturales definidos como “argentinos”*”. A questão envolvia outras etnias, já que a Argentina foi, proporcionalmente, um dos maiores receptores de imigrantes europeus da América do Sul. Entretanto, os mais prejudicados foram as comunidades étnicas nativas, que, no Uruguai, chegaram a ser extirpadas pela força coercitiva do Estado, com a participação direta de lideranças fundadoras. Mas, institucionalmente falando, nada foi muito diferente em todos os países que integram o Mercosul.

Observa-se que as Independências e a questão da multiculturalidade vivida no cotidiano, particularmente nas extensas áreas fronteiriças, geraram na América do Sul uma insegurança identitária. Cada país procurou, à sua maneira, dar formato próprio à sua identidade cidadã, gerando novas representações políticas e ideológicas, utilizando como suporte a exuberância litúrgica do Estado e da Igreja, o poder de dissuasão e de coerção do Estado, o que terminou produzindo um modelo político autoritário na América do Sul, diferenciado dos regimes políticos praticados no mundo.

Mas, enquanto internamente decisões políticas inopinadas apresentavam efeitos devastadores, devido à vigilância do Estado, nas regiões de fronteiras a violência histórica tornou-se rotina e já não causava, e nem causa impacto. Aos poucos, qualquer iniciativa institucional se diluía na própria fronteira, atravessada pelas práticas culturais arraigadas no imaginário das populações, que, de uma perspectiva judicial, significaria quase uma desobediência civil.

Heloísa Jochims Reichel e Ieda Gutfreind (1995) mostraram que as fronteiras secas do Sul, ou na bacia do Prata, foram, ao longo do tempo, espaços de disputas e aproximações, confrontos e integração. Travaram-se guerras entre populações e Estados por causa de demarcação de limites e divisão de territórios até mesmo privados. Observaram também que a historiografia produzida sobre essa sub-região meridional da América tem destacado a desintegração territorial e as divergências entre povos, acentuando os interesses antagônicos entre as características sub-regionais como nacionais, o que terminou por configurar culturas regionais fechadas. Outro exemplo disso está presente no regionalismo no Rio Grande do Sul, cujo patronímio “gaúcho” foi adotado como um marco identitário da província, quando a identidade encontra registros nos quatro países do Mercosul, por onde se estendiam os pampas e as coxilhas.

O pressuposto nacionalista estatal do espaço fronteiriço como o lugar de separação dos povos é apenas parcialmente verdadeiro, porque as fronteiras sempre funcionaram também como lugares de convergência e sociabilidade: é ali que se desenvolveram e aconteceram as trocas comerciais e culturais, muitas das quais à margem do estado. Os problemas nas fronteiras estão muito além do simples exercício do poder coercitivo do Estado. Além disso, distantes dos centros de poder e vivendo cotidianamente questões de tal complexidade, devido às suas especificidades históricas, as populações da fronteira estão localizadas sempre em um lugar “distante” e isolado da organização superior do Estado, cujos dirigentes nem sempre se lembram delas, por não caberem nas grandes prioridades políticas e econômicas internas, o que não se constitui numa regra.

No Mercosul, por inspiração ainda do Acordo de Assunção, inaugurou-se um Congresso Latino-Americano de Cidades e Governos Locais, dentro do qual instituiu-se um grupo de trabalho com a finalidade de estudar a situação dos municípios de fronteira, do que resultou, em 2004, o 1º Encontro das Cidades Fronteiriças do Brasil (09.10.2007). *“Os municípios de fronteira têm características e problemas específicos que precisam ser tratados com clareza e com urgência porque afetam de maneira muito significativa a vida das populações locais”*, conforme destacou Maurício Zanin, coordenador da Área Internacional da Conselho Nacional dos Municípios.

O objetivo do grupo de trabalho, dizia o documento do Encontro, era identificar as demandas dos municípios e auxiliar na elaboração de projetos técnicos que pudessem ser transformados em pauta de reivindicações para serem encaminhadas aos órgãos competentes. A lista de reivindicações aprovada no Encontro foi extensa. Contudo, nenhuma delas estava relacionada diretamente com a problemática cultural.

8.1.2 “Contemporaneidad de lo Múltiple”

Assim, como acentua Miguel Bartolomé (2004), os estudos de fronteira envolvem de imediato a questão da descontinuidade, territorial ou simbólica, o que provoca uma confusão entre o *“compartir una cultura con compartir una identidad”*. No seu entender, é possível compartilhar aspectos de uma mesma cultura, especialmente a língua, e, concomitantemente, discursos diferenciados sobre a identidade. Argentinos, paraguaios e uruguaios falam a mesma língua e mantêm uma diferenciação identitária. Brasileiros da fronteira falam o “portunhol”, misturando o português e o espanhol, mantendo, contudo, a sua identidade preservada. O viajante e poeta colombiano José Vargas Vila (1923, apud D’ADAMO, e BEAUDOUX, 1995) chamou de **“fronteras interactivas”**, comuns na América, ou seja, devido à continuidade territorial tornam-se espaços dinâmicos nos quais se entrecruzam tempo, território e etnias, demarcando limites materiais e simbólicos entre as populações. Felizmente, as culturas nas fronteiras do Sul são tão próximas que a anomia não ganhou espaço tão grande, mas admite-se que alguns tipos de fronteiras chegam a ser consideradas como configurações de um terceiro país.

Desde as Independências, contudo, as fronteiras estatais não mais mantinham correspondência com fronteiras étnicas. As fronteiras políticas só se comportam como

fronteiras étnicas, quando se pretende construir o “outro” dentro de uma determinada comunidade, e segundo as características atribuídas a “nosotros”. As noções de fronteira, segundo observação de Vila, conduzem as “*descontinuidades que delimitam as identidades e diferencias*”, gerando diferenças simbólicas. Duas abordagens distintas oferecem oportunidades à sua observação: os limites políticos entre Estados e as descontinuidades existentes entre grupos humanos, Bartolomé (2004), observa que “*Tanto en el caso de las fronteras étnicas como en el de las estatales, la común noción de discontinuidad, de un “adentro” y un “afuera”, y la consiguiente dinámica de inclusión y exclusión que generan, es el factor compartido*”.

Há uma percepção generalizada das diferenças culturais a partir de distâncias espaciais, mas também temporais. Esta última opera de uma posição quase maniqueísta, em que as práticas culturais tradicionais, mesmo aquelas de caráter identitário, estariam vinculadas à idéia de atraso, enquanto a modernidade seria sinônimo de progresso racional, tecnológico e econômico, implicando, portanto, num “*avance en el tiempo*”. Significa que cedo ou tarde o tradicional cederia lugar ao moderno, considerado superior qualitativamente ao tradicional. Na fronteira com México x EUA observa-se uma tendência de “agringamento” dos fronteiriços, embora ambos dividam as mesmas práticas. Trata-se de uma “*construcción ideológica*”, segundo Bartolomé. Nas fronteiras Sul não parece haver uma propensão em favor de uma cultura dominante, embora aquilo que se apresenta diferente para as gerações contemporâneas, seja também interpretado, algumas vezes, como arcaico, o que caracterizaria o estágio em que os países da região estariam inseridos.

O conceito de “assimetria”, que está a todo o tempo presente nas discussões do Mercosul, identificando um descompasso entre as economias mais fortes e tecnologicizadas e as mais fracas, poderia ajudar a elucidar a questão cultural, se se conseguisse interpretá-la, dentro do próprio Mercosul, como “*relaciones interculturales asimétricas*”, o que proporcionaria uma melhor visibilidade ao conteúdo dos discursos culturais ou às práticas sociais cotidianas.

En realidad todos los contenidos de una temporalidad dada son simultáneos; una exitosa caza con arco y flecha y la puesta en marcha de una central atómica en un mismo país y momento, no marcan discontinuidades temporales sino la existencia contemporánea de diferentes tradiciones culturales. En este sentido creo que es fundamental asumir la contemporaneidad de lo múltiple, y no la búsqueda de una pretendida homogeneidad o síntesis de la acumulación histórica. Este sistema complejo constituye ahora el mundo globalizado, donde todos coexistimos de manera simultánea aunque detentando diferentes posiciones de poder y recurriendo a diversas estrategias de supervivencia (BARTOLOMÉ, 2004).

A cultura tem dinâmica própria, ela não apenas existe, ela se produz e auto-reproduz constante e simbolicamente, e assim, mesmo diante do universal, torna-se possível comprovar diferenças que se mantiveram, que foram incluídas ou que tiveram novos impulsos. “*Las fronteras étnicas manifiestan la presencia de sujetos sociales colectivos que*

no aspiran a disolverse en lo global”, conclui Bartolomé, mas a serem elas mesmas. A opção pelo isolamento parece irreal, razão porque a solução seria uma convivência na alteridade.

8.1.3 Cultura da Americanidade

O modelo cultural das zonas de contato no espaço do Mercosul, com suas representações híbridas, insinua-se, no mínimo, como embrião de uma cultura transfronteiriça, não apenas como uma prática social exclusiva das áreas de fronteira, já totalmente abertas. Pode servir de suporte para ajudar a definir uma identidade comum regional, no meio de uma pluralidade cultural, e, conseqüentemente, consolidar a integração das diferentes populações. No interior dos territórios dos países do Mercosul podem ser encontradas populações de diferentes origens ou nacionalidades regionais, que viveram no passado em estágio fronteiriço, como os imigrantes.

Durante la década del noventa, el gobierno argentino y los medios de comunicación anunciaron, en diferentes oportunidades, que estaba llegando a la Argentina una “nueva oleada” de inmigrantes, pero, a diferencia de las “viejas oleadas”, éstos venían de Bolivia, Paraguay y el Perú. Si entre 1991 y 2001 la proporción de inmigrantes sobre la población se incrementó solo del 2,6 al 2,8 % [...] (Grimson, 2004).

Parcela significativa desses imigrantes estaria vindo não dos países de origem diretamente, mas das regiões de fronteira, onde haviam se instalado primeiramente, como se estivessem em estado de adaptação. A migração para os grandes centros fazia parte daquele movimento naturalmente feito pelo imigrante numa terra estrangeira com o sentido de encontrar o melhor lugar para se instalar só ou com a família. Outro aspecto detectado é que as crises econômicas argentinas, ao reduzir a oferta de emprego, diminuiriam também a oferta e os salários para os imigrantes, o que fez com que muitos chilenos, também imigrantes, retornassem aos países de origem, à cidadania nunca perdida ou esquecida.

Na região do Mercosul, existe hoje uma relação de intercâmbio intra-regional anterior ao Mercosul, mas que, amparada politicamente nos ideais do Acordo de Assunção, cuja proposta é manter amplos os direitos à livre circulação dos cidadãos da região, tornando-a em território mais ou menos aberto aos diferentes povos da sub-região. E, assim, sazonalmente, os argentinos tendem cada vez mais a passar suas férias no Brasil, brasileiros são proprietários de grandes fazendas no Uruguai e de indústrias na Argentina e vice-versa. Argentinos e brasileiros têm residência fixa no Paraguai. Um número grande de paraguaios mantém trabalho regular no Brasil. Trabalhadores bolivianos descem para trabalhar em Buenos Aires ou São Paulo. Estudantes brasileiros cursam universidade na Bolívia e no Chile. E, nas zonas de fronteira, instalam-se aqueles que chegam à procura de trabalho, como se fosse a primeira etapa do processo de migração.

Embora com formatos diferentes, as fronteiras culturais nos pampas e coxilhas estariam sendo reabertas, por força do Acordo do Mercosul, aos povos da região,

tanto aos nativos quanto aos imigrantes? As comunidades nativas sempre se deslocaram na região, independentemente da presença do Estado. O Estado Nacional os encerrou em espaços geograficamente delimitados, sobrepassando identidades e limites étnicos e culturais comuns ou próximos.

A adoção pelas populações da América de uma identidade americana passaria provavelmente pela politização da sociedade regional e, antes, pela superação das barreiras e diferenças ideológicas de suporte muitas vezes frágeis. Os imaginários político-partidários nacionais apresentam nuances próprias, como, por exemplo, suas lideranças carismáticas regionais: um mesmo partido trabalhista na Argentina tem representações diferentes de um partido trabalhista no Brasil. Embora Peron e Getúlio tivessem um perfil populista, considerados de uma maneira genérica, o peronismo manteve sempre um diferencial em relação ao getulismo. Seus referenciais históricos trazem matizes performáticos circunscritos à sua própria noção de mundo e da sua autoconsciência de “salvadores da pátria”. Uma reconfiguração identitária exigiria atravessar o imaginário das representações nacionais para entendê-las separadamente, pois a questão da americanidade perpassa a história dos mitos políticos contemporâneos.

Em que pese, contudo, a sua heterogeneidade cultural rizomática (DELEUZE, 1987), o estreitamento de relações no campo da economia, via convenções do Mercosul, tem dado sinais favoráveis à possibilidade do reconhecimento de uma identidade que assegure espaço para todas as populações e etnias sem, entretanto, a necessidade da imposição coercitiva do Estado, ao qual deve caber apenas a sua organização orgânica. O sociólogo peruano, Luis Soberón, acompanha de perto a evolução do Mercosul e preconiza que:

Los diversos sectores, comunidades y grupos sociales que conforman la sociedad, se ven en la necesidad de articular sus intereses organizando-se bajo diversas formas (gremio, sindicato, asociación, junta, Ong). A través de sus organizaciones están en capacidad de llevar adelante acciones colectivas para defender y mejorar su posición y para proyectar sus valores y visiones hacia la comunidad (SOBERÓN, 1998, p.200).

Soberón entende que o processo de integração sugere importantes mudanças em escala, capazes de provocar impacto nas unidades nacionais, que são obrigadas a abrir mão da sua condição de unidades independentes, para conviver no espaço de uma única unidade, o que seria um desafio para além dos sonhos do embaixador Guelar. Como efeito, desencadeia-se um dinamismo próprio, voltado para a integração, que vai exigir uma mudança de postura tanto no campo da política, organização do Estado, quanto no comportamento cultural e identitário das populações circunscritas pelo sistema.

Entre los requerimientos particulares para la viabilidad de un proyecto de integración se encuentran la continuidad geográfica (red de comunicaciones), un nivel de desarrollo relativamente homogéneo (unión entre iguales), una dimensión numérica que

facilite el problema de la coordinación de políticas, y el desarrollo de una comunidad de intereses. (VACCHINO, 1981:103-104, apud SOBERÓN, 1998, p202-203).

Trata-se, portanto, da integração voluntária de um grupo de unidades autônomas, segundo Félix de la Peña, ex-embaixador da Argentina no Brasil:

“[...] en distintos planos que trascienden lo económico y que pueden abarcar la seguridad, lo político, lo social y lo cultural [...] son naciones que trabajan junta [...] no es contrapuesto com la idea de compartir el ejercicio colectivo de las respectivas soberanias [...] Lo supranacional es um nivel em que el que se ejerce cada soberanía nacional conforme a reglas comunes [...]”.

Apesar de afirmar que dentro de tal perspectiva a aliança que se instala não é excludente, Peña observa, que os espaços para as dissidências estão preservados. *“Normalmente les lleva a trabajar juntos la percepción de desafíos externos, ya la percepción de intereses y valores comunes [...] Son naciones que trabajan juntas porque se perciben como similares em sus desafíos y oportunidades, em sua forma de concebir la vida em la sociedade y de insertare em el mundo”.* Acrescenta ainda que:

Esta similtud, inserta el trabalho conjunto em uma profunda dimensión cultural y abre la puerta a la interacción creciente entre las respectivas sociedades civiles [...] Expressa la idea de uma comunidad entre pueblos que implica el surgimiento de uma identidad común frente a terceros que siempre tendrá raíces y expresiones culturales” (PEÑA, 1998, p.128-130).

Para isso, tomadas a experiências das zonas de contato intermitente, o mapeamento dos espaços culturais fronteiriços existentes na região Sul poderiam ser de grande utilidade para a incorporação do conceito de americanidade. Enquanto Valdés defende a criação de redes de intelectuais na América, Soberón sugere a necessidade de um *Observatório de Actores del Mercosur* para acompanhar as mudanças que se dão, não apenas no campo econômico ou político, mas também cultural.

A integração regional promovida por meio do Mercosul tem sido explorada quase à exaustão pelos interesses orgânicos ao desenvolvimento comerciais. A questão cultural identitária à qual caberia a consolidação do processo integracionista, tem ficado à margem das discussões, seja no nível de reuniões presidenciais ou empresariais. E assim, poucos sabem ou se interessam em saber que toda a região do Mercosul esteve sempre integrada, enquanto território contínuo, durante praticamente todo o período colonial, abrigando populações culturalmente autônomas e híbridas, que conviviam dentro de uma zona de contato, que eram os pampas e a bacia do rio da Prata.

A transculturação existiu também no passado, mas não resistiu à força das armas dos descobridores e colonizadores e das tecnologias dos imigrantes aplicadas e difundidas contra as culturas autônomas como os guaranis, os mapuches, os charrúas, os aimarás, os kaingang e até contra a figura histórica do gaúcho, resultante típica de uma formação cultural, enraizada no imaginário das populações regionais.

Existe na região do Mercosul ou do Cone Sul um mundo de histórias esquecidas ou apagadas pela história oficial. O Mercosul e a idéia da americanidade encontram-se na encruzilhada dessas histórias, como diz Roland Walter, que precisam ser lembradas e recontadas porque fazem parte das fronteiras invisíveis da cultura, da linguagem, do espírito ascético dos povos da Região. Segundo Stuart Hall a identidade é baseada no espaço em movimento entre o passado e o futuro.

[...] os seres humanos são capazes de dar um sentido às suas experiências, de ler-se a si mesmos e ao mundo, atuar em virtude destas leituras e dos resultantes conhecimentos e desenvolver neste processo um eu significativo, quando são colocados no espaço social – um local determinado pelo “jogo contínuo de história, cultura e poder (HÁLL, 2000, p. 23).

Como foi no passado - basta ver o romantismo e o nacionalismo brasileiros - também a literatura regional, e não apenas a economia e a política têm um importante papel a desempenhar em direção à idéia da americanidade, se conseguir problematizar as posições dos sujeitos dentro desse processo de transfronterização cultural. É fundamental delinear os traços da sua identidade nas características étnicas, de classe, de gênero, de sexualidade etc. adotar uma estratégia de diferenças entre níveis locais e globais; e promover um deslocamento e um realocamento no contexto inter e transcultural regional, considerando que *“a identidade constitui-se num processo contínuo de negociação”* (WALTER, 2000). Trata-se de uma mobilização das diferenças, ressalta Walter, observando ainda que os espaços fronteiriços servirão para iluminar os entre - lugares entre o passado, o presente, a pré e a pós-modernidade.

8.1.4 Trilhas da Integração: fronteiras internas

Só no início do século XX o Brasil teve a sua configuração territorial definitiva, que começou há 500 anos com um processo de ocupação e exploração econômica iniciado com a colonização portuguesa e que desembocou na partilha do território da América, primeiro entre Portugal e Espanha e, depois, entre os interesses criolos, gerando fronteiras simbólicas entre povos, culturas e etnias .

A divisão do território entre Espanha e Portugal se estendeu por dois a três séculos, começando pela mediação do Papa, única autoridade supranacional reconhecida pelos reinos cristãos. Várias bulas papais vão ser emitidas, assegurando a posse de terras a Portugal e à Espanha. A *Inter Coetera*, de 1493, favoreceu a Espanha na posse do Novo

Mundo e Portugal na África. As reclamações portuguesas deram origem ao Tratado de Tordesilhas (1494) que, por meio de um meridiano imaginário, atribuiu a Portugal as terras existentes a até 370 léguas a ocidente do arquipélago de Cabo Verde. Mas, o território brasileiro começou a ser delimitado antes de se tornar uma nação soberana com os Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777), que distinguiram as terras espanholas das portuguesas na América.⁴⁹

Portugueses e espanhóis continuaram a discutir a posse das terras cisplatinas durante ainda quase dois séculos. Ao longo dessa discussão, iam avançando sobre os territórios. Com os bandeirantes, os portugueses avançaram em direção ao Sul no século XVI, à procura de ouro, mas com a missão de expandir as fronteiras. Os portugueses encontraram pelo caminho os índios kaingang, xokleng, tingüi, das famílias lingüísticas Jê e Tupi-Guarani, que viviam nas terras das matas de araucária, no centro do Paraná. Dóceis, os kaingangs foram os primeiros a se integrarem com os estrangeiros, servindo-os como trabalhadores escravos e guias em direção às terras do Sul, até a Cisplatina, e a Oeste, às margens do grande rio Paraná/Paraguai. Do lado de lá, estavam as missões militares espanholas e os jesuítas, que, por sua vez, atravessavam os rios e penetravam pelo território da campanha.

A marca da integridade territorial da sub-região teve como experiência inicial a figura dos tropeiros que, a partir de Viamão, Missões e Vacaria, partiam para São Paulo e Minas Gerais⁵⁰, ou ainda para o Oeste – ligando Assunção, Santa Cruz de la Sierra a Curitiba e Paranaguá. Abriram assim, em cima de velhas trilhas indígenas, o que foi chamado de “o caminho das mulas”, através do qual transportavam mercadorias e animais para o comércio, demarcando territórios e cidades. Com ele, configurou-se, portanto, uma frente cultural. O “caminho das mulas” funcionava como um entre - espaço fronteiriço, consideradas as diferenças entre gaúchos e paulistas; como uma zona de contato, já que por ele cruzavam-se várias culturas; ou como uma zona de aculturação, por materializar um estilo de vida.

A região central do Paraná, pouco povoada, terminou tornando-se uma área freqüentada por estrangeiros, que também faziam o caminho inverso, que a atravessavam subindo, descendo e virando-se em direção ao Paraguai. Preocupado com a integridade do território, D. Pedro I decidiu promover uma política de imigração européia para a região.

⁴⁹ É curioso o fato de que durante a União Ibérica, (1580-1640), o domínio espanhol sobre Portugal contribuiu mais para o alargamento do território brasileiro, do que ao contrário: a expansão espanhola pelas terras portuguesas, embora os espanhóis tenham precedido a Cabral no Brasil (DIAS, 1971, 26) com a presença de Vicente Yañes Pinzón e Diego de Lepe no nordeste (1499) e da própria frota de Cabral terem participado alguns marinheiros espanhóis. Quando Martin Afonso de Sousa chegou ao Brasil (1532), ele encontrou vários espanhóis. A presença dos espanhóis foi histórica e demograficamente densa na região sul do Brasil. (Os espanhóis no Brasil. Séc. XV e XVII < <http://www.ibge.gov.br/brasil500/espanhois/espbrasil.html>> Disponível em 15. jan. 08).

⁵⁰ Compunham-se por três vias principais: o de Viamão, ou "Estrada Real", a mais utilizada, partia de Viamão, atravessava os campos de Vacaria, Lages, Curitibanos, Papanduva, Rio Negro, Campo do Tenente, Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Piraf do Sul, Jaguariaíva, Itararé, alcançando Sorocaba; o das Missões, partia dos campos de São Borja, seguia por Santo Ângelo, Palmeira das Missões, Rodeio, Chapecó, Xanxerê, Palmas, onde se bifurcava por União da Vitória e Palmeira, e por Guarapuava, Imbituva e Ponta Grossa; o de Vacaria, que interligava Palmeira das Missões a Vacaria, passando por Ijuí, Carazinho, Passo Fundo e Lagoa Vermelha.

Assim, a partir de 1867, o imperador iniciou ali, nos campos de Curitiba e depois em Santa Catarina, a implantação de núcleos coloniais de imigrantes. Eram italianos, alemães, poloneses, ucranianos, além de suíços, franceses, austríacos, holandeses e russos. Esses imigrantes introduziram e expandiram a agricultura nessas regiões, sempre avançando em direção ao Oeste e ao Sul, fazendo com que o Paraná se tornasse um dos mais importantes estados agrícolas do País e a serra gaúcha uma região de alta tecnologia agrícola.



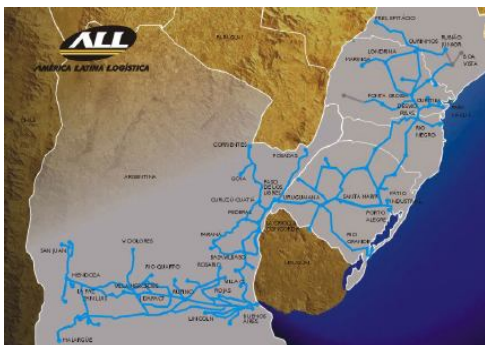
Monumento ao Tropeiro na cidade da Lapa(PR)

Na corrente do chamado processo de desenvolvimento, novos contingentes migratórios - japoneses, sírios e libaneses, além de brasileiros de outros estados – chegaram à região no início do século 20, tornando a capital paranaense, em particular, uma cidade multicultural e multiétnica, com uma arquitetura, gastronomia, costumes e até religiões diversificadas. Outras correntes migratórias avançaram em direção ao oeste, instalando-se nas fronteiras Brasil/Paraguai/Argentina, introduzindo ali modelos produtivos e prática sociais ainda desconhecidas.

A região conhecida como a Tríplice Fronteira, onde se confrontam geográfica e comercialmente três cidades – Ciudad de Este (Paraguai), Puerto Iguazú (Argentina) e Foz do Iguaçu (Brasil) - e uma população heterogênea de quase um milhão de habitantes, imigrantes desterritorializados, instalados alguns em colônias árabes, chinesas, alemãs, italianas, libanesas, ucranianas, paraguaias, argentinas, palestinas, franceses, suecas, portuguesas bolivianas, polonesas, espanholas, japonesas, búlgaras, britânicas, afro-descendentes e até remanescentes indígenas, praticando religiões como o catolicismo, o protestantismo nas suas diferentes denominações, espiritismo, budismo, islamismo e alguns ritos nativos. Além das festas e eventos representacionais dessas diferentes comunidades e religiões fronteiriças, que convivem entre si sem problemas, a cidade promove anualmente a Fernatec – Feira Nacional de Arte e Tecnologia de caráter multicultural.

Ao longo do “caminho das mulas” surgiram, no início do século XVIII, com as correntes migratórias introduzidas pelo Império dezenas de pequenos povoados instalados por açorianos e portugueses da ilha da Madeira, entrados pelo Sul, que, de início, funcionavam como as “pulperias” da fronteira. Essas vilas, que se transformaram em grandes cidades, marcaram os lugares onde os tropeiros paravam para descansar e trocar mercadorias, Assim, o “caminho das mulas”, deu sua enorme contribuição para a expansão e a consolidação territorial, econômica e cultural da região Centro-Sul, expandindo fronteiras internas e externas. Aqueles pontos de parada das tropas – às vezes por vários dias -

transformaram-se em grandes cidades. As vias abertas pelo transporte de mercadorias feito em lombo de mulas tornaram-se parte ativa da vida rural e urbana da Colônia e, em seguida, do Império, até serem substituídas pelas grandes ferrovias, rodovias e cidades que se credenciaram também como as primeiras a estabelecer vínculos regulares com o centro da América e do Brasil com a região Cisplatina.



Mapa n.º 1 - Linhas férreas do Brasil e Argentina

O diálogo contínuo nas fronteiras, fossem elas internas ou externas, produziu uma interação verbal e cultural, amenizando a possibilidade de conflitos cultural, sem a necessidade de perdas das identidades recíprocas. No interior, ao longo desses grandes eixos culturais, o tempo se encarregou da diluição étnica, em que pese a coerção exercida pelo Estado para dar uma identidade “brasílica” a essas populações fronteiriças. Sobre isso, não existe consenso, evidentemente, porque toda ação discursiva está carregada de tensão ou da negociação de significados. “Práticas discursivas não são neutras, estão impregnadas de ideologias” (MARIANO, s.d).

8.1.5 Trilhos da integração na fronteira Sul

A Política, a Literatura e, em seguida, o Jornalismo atuaram sempre nos limites fronteiriços da cultura. Cada sociedade nacional funciona dentro de regras próprias, valores, condutas, formas rituais, maneiras de pensar. O jornalista tem procurado compreender dessa maneira procure didaticamente promover analogias, especialmente o correspondente internacional. Em relação ao Mercosul, ele é portador do discurso de um acontecimento, mas, ao mesmo tempo, de um discurso transculturalizado, internalizado, ao transferir sentidos de uma sociedade para outra, já que tudo que acontece na sociedade, acontece no discurso (FAIRCLOUGH,1999), e o discurso é a forma que tem se apresentado como uma forma de perceber o mundo, de ler e compreender a realidade. A linguagem jornalística ganhou configuração própria para transmitir a informação e produzir conhecimento.

Enquanto na fronteira Setentrional a migração mantinha uma relação estreita com o processo de urbanização – tanto o que saía do lugar de origem quanto o que chegava ao lugar desejado - buscando oportunidades de trabalho; na fronteira Sul, o migrante revelava uma forte ligação com a terra, o que fazia com que suas atividades e práticas

sociais e culturais cotidianas não se diferenciavam muito, estando do lado de cá ou de lá da fronteira. Até o início do século passado, o Rio Grande do Sul parecia mais platino do que territorial (*interland*). Por isso, agregar as terras e populações da fronteira ao restante do estado do Rio Grande do Sul foi difícil: propriedades privadas de brasileiros no Uruguai, de uruguaios no Brasil avançavam pelos territórios de ambos os países, atravessando os limites, e a língua apresentava algumas variantes. Constituíam-se num desafio estender o Estado a esses cidadãos. A cultura da região foi construída na liberdade de ir e vir das populações, prática comum do gaúcho e das comunidades indígenas nos pampas. O Estado trouxe os conflitos de limites e de identidade que se estenderam indefinidamente no tempo.

Os grandes instrumentos de desenvolvimento, pacificação e integração sub-regional foram a ferrovia e a energia. Chegaram antes dos meios de comunicação. (SILVEIRA E ADAMCZUK, 2005). A introdução do trem permitiu que os jornais da Capital alcançassem a fronteira, mesmo que um ou dois dias depois. A ligação ferroviária de Porto Alegre com Uruguaiana vai ocorrer em 1907, embora ela já estivesse ligada a Montevideu desde 1888. Pelo ramal de Rivera, a população de Sant'Ana do Livramento comunicava-se com Montevideu desde 1882 (SOUZA, 1995, p.130, apud SILVEIRA E ADAMCZUK, acesso 2005).

Enfim, a ferrovia, já não um caminho de mulas, mas de “ferro”, proporcionou mudanças profundas na vida social e cultural das populações de vilas e cidades isoladas que não apenas tiveram acesso a tecnologias modernas como passaram a dispor de um canal de escoamento da produção de carne da Campanha e do Sudoeste do Estado. Por meio dela, os jornais de Porto Alegre eram distribuídos em alguns pontos fronteiriços como Sant'Anna do Livramento (fronteira com o Uruguai) e Uruguaiana (então tríplice fronteira). Quando veio o rádio, a região fronteiriça foi povoada de emissoras, cobrindo um lado e outro das fronteiras. Em seguida, veio a televisão, que não chegou a ter a expressão e o significado dos primeiros tempos do rádio.

O consumo de bens simbólicos e culturais de comunicação espalhou-se por toda a fronteira. Em geral, jornais voltados para os interesses agropecuários. Já as demais mídias sempre fizeram coberturas mais genéricas do cotidiano. Nas cidades da fronteira sul, registra-se ainda a realização anual de mais de 40 festivais, apresentação de grupos de danças, espetáculos musicais televisivos e radiofônicos, literatura de ficção e não-ficção, com uma cobertura sistemática da imprensa, que entrevista quase sempre personagens locais e promove mesas redondas. Na região já operam vários grupos multimídia.

Alguns dos eventos culturais realizados na região são referências regionais há mais de 50 anos, como a *Feira Internacional de Esteio*, mantendo o vínculo dos gaúchos com suas raízes rurais. Representatividade similar tem a *Feria del Prado*, em Montevideu, ou a *Feria de Palermo*, na Argentina. Todas recebem uma ampla cobertura da mídia regional.

Os estudos sobre a mídia da fronteira são ainda incipientes, embora se saiba que existe uma grande profusão de periódicos direcionados, por exemplo, para o meio rural. As práticas de uma espécie de jornalismo especializado configurariam uma malha de comunicação que poderia ser chamada de uma rede de comunicação (SILVEIRA E

ADAMCZUK, acesso 2005), em plena atividade de influência mútua entre Brasil, Uruguai e Argentina.

O tema identidade cultural gaúcha já está incorporado aos hábitos de consumo regionais, e a sua produção, distribuição, patrocínio, programação e conteúdos específicos são amplamente consumidos pela população, praticamente toda envolvida no *agrobusiness*, que serve de motivação para as produções artístico-culturais, diversão, ócio e evasão.

Silveira e Adamczuk (2005) consideram importante o alargamento dos contatos culturais das populações de fronteira com o restante do estado e com populações de outras regiões do Brasil

[...] na medida em que disponibiliza a experiência positiva do convívio com os vizinhos países do Prata no campo cultural”[...]. Compreendidos como inimigos potenciais, as nações platinas têm, na vivência fronteiriça um testemunho dos laços de tolerância para com as diferenças e um horizonte comum que se expressa além dos valores precípuos do moderno Estado-Nação (SILVEIRA & ADAMCZUK,2005).

8.2 Fronteiras culturais: o conhecimento do outro

Vista como referencial da cotidianidade humana, no seu conjunto de modos de vida, costumes, conhecimentos e estágios de desenvolvimento artístico, científico, industrial em determinado momento da História, a cultura reflete uma complexidade de valores e representações de uma comunidade, cuja aceitação caracteriza um projeto ou um destino de vida comum, que, para se concretizar, precisa atravessar diversas modalidades fronteiriças, entre elas de gênero, de espaço e de tempo, incluindo os limites dos próprios indivíduos que a compõem, que vivem a ambigüidade entre o arcaico e o moderno.

Essa vertente envolveria, sobretudo, grupos humanos tradicionais. Uma comunidade de fronteira dificilmente poderia se beneficiar na sua totalidade de algumas dessas prerrogativas, por ter uma dinâmica própria, estando sempre atrelada a mudanças imprevisíveis. Cidades fronteiriças conseguem, com sacrifício, transformar sua sociedade numa nação, devido à presença constante no seu cotidiano, não ritualizada, de novos personagens com usos e costumes de origem. Para isso, não poderia deixar, contudo, de ser um lugar de tolerância, cuja manutenção exigia, em contrapartida, aparatos coercitivos fortes.

As populações que coabitam a “pátria” construída nas tradições de uma cidade assumem o pluralismo, cultivam, em geral, a transigência como um valor protetor da individualidade e da liberdade, exigindo a sua proteção contra os intolerantes ou os estranhos. Esse patrimônio existencial se desenvolve dentro de um imaginário e de representações rituais de vida comum que, ordenados, transformam em “terra natal”, aquele espaço orgânico de origem ou adotivo, sentindo-se ligados por vínculos jurídicos, históricos

e afetivos. Cidades fronteiriças dificilmente conseguem transformar sua sociedade numa “nação”, devido à presença constante, não ritualizada, de novos personagens, seus usos e costumes de origem.

Os fronteiriços degladiam-se, contudo, e no mínimo, com usos e costumes de outros, vivendo cotidianamente uma “salada cultural”. Suas representações são frutos de práticas sociais, etnicamente híbridas, culturalmente antropofágicas, instrumentos de degenerescência que podem resultar tanto num estado de anomia, como em reconfigurações culturais sistemáticas das quais podem surgir originalidades e modelos modernizantes. Dessa perspectiva, a fronteira se não se constituísse num “terceiro país”, seria um lugar de produção cultural e, portanto, um grande laboratório de reconfiguração cultural: de debilitamento de uma cultura, hegemonia de outra, do surgimento de novas, enfim, como diz Miguel Bartolomé (2004), o “*resumidero de un país*”. Como um lugar de tensão cultural, poderia transpirar ideais conservadores, como ser sensível às mudanças progressistas. Essa possibilidade não é tão imaginativa que não possa conter um imaginário próprio.

É muito difícil imaginar uma América unida, pensada a partir da mobilização dos povos em direção à integração nos termos do pensamento de Simon Bolívar que não seja fruto apenas do comércio ou de sonhos. Miguel Angel Ciuro Cardani, defensor intransigente do Mercosul, num trabalho intitulado “*Para una mejor comprensión cultural del Mercosul*”, apresentado no *Colégio de Abogados de Buenos Aires*, durante um encontro nacional promovido com a finalidade de discutir o processo de integração dos países e povos do Cone Sul, refere-se à “Pátria Grande”- sem fronteiras - procurando descrever os sonhos de Bolívar como algo “orgânico” e concreto, cuja representação passaria por um modelo como o Mercosul, mas ressalta a importância da contribuição dos usos e costumes utilizados nas relações comerciais cotidianas, entre as diferentes comunidades nacionais da região, para ajudar a configurar uma experiência, uma pátria ou um destino comum.

Una “patria”, entendida como “tierra natal o adoptiva ordenada como nación, a la que se siente ligado el ser humano por vínculos jurídicos, históricos y afectivos”, es decir como “nación”, que puede caracterizarse sobre todo por un proyecto vital común, es en mucho resultado de una cultura común.

Ao destacar a importância dos esforços integracionistas dos países do Cone Sul, Cardani não se fixa na importância do território, embora ao descrever “*a afinidad de los países mercosureños*”, inclua “[...] **la realidad geográfica** signada en gran medida por la Cuenca del Plata contribuye a mostrar una importante continuidad de los cuatro países”, intuição que parece delicada, já que poderia remeter à luz das “teorias espaciais” (RATZELL, MAULLI, apud MAGNOLI, 1997, p.31).

Os autores que trabalharam a questão do “território”, enfatizaram seu papel como fundamento da teoria do “espaço vital” – “agente articulador do povo e do solo” (COSTA, 1992, p.34, apud MAGNOLI, 1997, p.29)- e reconheceram nas fronteiras naturais a melhor configuração geográfica de uma nação, traço que vai ser encontrado no pensamento dos independentistas e nacionalistas na América e que, no fundo, se apresenta

historicamente ambíguo e centrífugo em relação à integração continental. Mas, o próprio Cardani trata a questão aparentemente apenas de maneira episódica, já que essa vertente parece hoje totalmente despropositada diante das novas tecnologias e da própria alteridade praticada no reconhecimento cultural dos povos.

Apesar disso, Magnoli lembra que “[...] a elaboração de um imaginário territorial foi decisiva para a dissociação entre a “res publica” e o soberano e para associação entre a soberania e a coletividade nacional. O território, mais que um suporte material, adquiriu “um valor de homogeneidade simbólica, a pátria” (FOUCHER 1991, p.39, apud MAGNOLI, 1997, p.37). Observa também que até hoje “[...] não se inventou qualquer substituto para o Estado nacional na produção de identidades coletivas capazes de manter unidas as sociedades. Só o Estado nacional forneceu esse extraordinário, e de certa forma misterioso, poder de coesão que legitima mover-nos mediante consentimento dos governados” (MAGNOLI, 1997, p.11). Ressalva, contudo, que o próprio “[...] reinado era constituído por direitos, não por terras”, e recorrendo ao teólogo Friedrich Busching, no seu “Do proveito da geografia”, salienta que os “mapas são traiçoeiros”.

Para Cardani (2007), os valores de uma cultura não têm força suficiente para promover mudanças na natureza das coisas, principalmente no seu caráter físico e econômico. Mas, enquanto os limites físicos constituem-se num espaço de configuração geopolítica de uma nação, a realização da economia apresenta desdobramentos expressivos no campo da cultura, com força para provocar tensões na vida das populações e para mudança de seus usos e costumes. Defende o advogado argentino ser “[...] relevante destacar las grandes tendencias que a través de la cultura toda constituyen el tejido básico de las aspiraciones regionales hacia la integración”, sem que, obrigatoriamente, haja necessidade de se abdicar das necessidades simbólicas básicas de cada povo.

Portanto, no Mercosul, a idéia da integração deveria estar contida nas representações e práticas sociais enraizadas que atravessaram a cotidianidade dos povos, sobretudo os de fronteira, laboratório multicultural de estruturas identitárias complexas, que reúne tradições e práticas sociais com peculiaridades distintas e diversificadas, mas, no caso do Mercosul, atravessadas por matrizes culturais muito próximas. Na América Latina as representações identitárias amparam-se numa base que, desagregadora no passado, tornou-se um espaço de convergência no presente, que é a herança da **colonização**, imposta de maneira traumática no continente americano sobre o território e a população nativa, pelo colonizador, pela presença do africano e pelo imigrante europeu

Ao refletir sobre esses povos pos-descobertos, Ribeiro (1995) propõe estudá-los a partir do que identifica como configurações sócio-históricas e culturais, iniciativa que lhe permite agrupar conjuntos de nações e propor uma tipologia. Não seria o caso de descrevê-las no espaço desta tese, bastando assinalar que o antropólogo as nomeia como “povos testemunho”, “povos transplantados”, “povos emergentes” e “povos novos”, incluindo-se nesta última categoria, os brasileiros, configuração resultante de matrizes étnicas díspares.

As características multiculturais, que se espalham pelo continente e que se constitui numa realidade nas fronteiras, tem sido confundida nas áreas comercial e jurídica, no espaço Mercosul, ao se atribuir aos povos da região o patronímio “**mercasureño**”,

correspondendo a uma falsa ou incompleta identidade, por se tratar de algo inventado na esfera das elites comerciais, por meio de um acordo burocrático e imposto gradativamente através do discurso burguês. Sua incompletude manifesta-se ainda no fato de contradizer as tradições românticas, tanto ibéricas quanto americanas, por se ancorar em interesses econômicos estrangeiros nem sempre com qualquer raiz na América – os acordos automotivos, por exemplo. Parece também incompleta ao excluir, conceitualmente, países com culturas comuns ou próximas, localizados num território contínuo, como Bolívia, Peru, o próprio Chile, e que se encontram dentro do espaço de intercâmbio comercial, mas, acima de tudo, no espaço cultural das Américas. Além do mais extravasa os limites das práticas sociais históricas da região, ao agregar tecnologias e práticas num espaço restrito das relações sociais: as elites econômicas.

Ambiguamente, Cardani define a pretensa identidade, explicando que a cultura “mercosureña” (*español*), ou “mercosulina” (*português*) “[...] *no desconoce las diferencias de las culturas indígenas, en parte resultado de la diversidad andina y de la planicie de referencia atlántica, vale destacar que la familia lingüística tupí-guaraní ocupó gran parte de los territorios actuales de Paraguay, Argentina y Brasil.*” Porém, ninguém havia respondido ainda como se expressava “mercosureño” ou “mercosulino” em guarani (*Ñemby Ñemuha*), por exemplo, o que reduz a existência, no lugar de fala Mercosul, de uma língua viva da região falada por cerca de 5 milhões de pessoas, e acolhida dentro do Mercosul praticamente como uma mera curiosidade. Seu reconhecimento no espaço institucional do Mercosul ressoa como um deleite intelectual. Evidente que esse parece um problema menor. Outros virão para dar-lhe corpo à medida que a Bolívia, que fala *quéchua* e o *aimará*, se agregar definitivamente ao Mercosul, reclamar também pelo reconhecimento dessas línguas dentro da organização.

Outro aspecto curioso é que os conquistadores ibéricos introduziram no “novo mundo” uma herança européia, de complexidade própria, que tem sido chamada de “**cultura ocidental**”⁵¹, definida, sobretudo, a partir da cultura marítima mediterrânea diversificada, porém dinâmica e petulante, com exclusiva vocação para o comércio e que foi invadindo regiões culturais e civilizações, desenraizando-as e desterritorializando-as das suas origens e práticas sociais. A América não ficou fora desse roteiro. Cardani, lembra Hegel ao

⁵¹ En la Edad Antigua las **raíces occidentales** abarcan los legados de Grecia, Roma y el Judeocristianismo. Grecia brindó de manera principal la referencia antropocéntrica de su arte, que incluye las tensiones trágicas; la vocación de saber infinito expresada en la Filosofía, el sentido prometeico del pecado triunfante y el espíritu democrático. Roma contribuyó con su sentido privatista, que impregna las bases del Derecho de la propiedad y la contratación; su gran destreza práctica y una lengua común al Imperio, que perduró durante muchos siglos. El Judeocristianismo aportó las bases judías de las enormes dimensiones de un Dios único, creador, persona, omnisciente, omnipotente y omnipresente, irrepresentable y casi innombrable, que requería amor a la propia divinidad y al prójimo y era adorado por todo el pueblo; esa divinidad era “protegida” por la referencia adánica al pecado claudicante. Sobre tal base, se construyó la creencia cristiana de que en un momento Dios se “encarnó” en un hombre, que exigió el amor al enemigo, redimió los pecados de la humanidad, enseñó que su Reino no es de este mundo y resucitó, venciendo a la muerte. El período final del mundo romano vivió la gran tensión entre la herencia propiamente romana y la judeocristiana, que de alguna manera, pese a la diferenciación del Occidente latino y el Oriente más helenizado, se decidió entonces a favor de esta última. De cierto modo, el comienzo de la Edad Media se produce con el ingrediente germánico, que aportó un sentido de la individualidad en comunidad. Las diversidad entre la Europa del Norte y la del Sur suele ser explicable por la diferente presencia del elemento germánico, más importante en el Norte, y el elemento romano, más significativo en el Sur. De aquí el mayor sentido de lo común básico, que existe en el Norte, y el individualismo a veces feroz que, más allá de las declamaciones, tienen muchas veces los pueblos “latinos”. (CARDANI, 2007).

descrever o homem marítimo como aquele que “*tiene la audacia de renunciar al piso*”, ou seja, tratava-se de um indivíduo sem território, sem pátria, sem cidadania e, por conseguinte, sem identidade, o que podia bem caracterizar o perfil dos descobridores e colonizadores da América.

8.2.1 Criolo, o europeu da América

Entre as matrizes ibéricas da **colonização**, o pesquisador cita a presença no norte, por um período relativamente curto, mas expressivo, dos germânicos visigodos com seu espírito de aventura, e a árabe muçulmana no sul, com costumes religiosos e práticas de justiça expressos no Corão. Ao passo que a poesia da Arcádia (do grego: *Ἀρκαδία*) e suas imagens de belas ninfas e paisagens pastoris, associadas ao desejo de fazer da literatura um instrumento de transformação nacional, serão as fontes de inspiração dos primeiros românticos da América. Nesse sentido, admite-se que o Romantismo é, na raiz, o resultado da popularização da literatura no século XIX. O ecletismo cultural ibérico terminou gerando marcas próprias na península, de que a América foi caudatária

Em algumas regiões, a prática sistemática da pecuária ovina espanhola, com suas peculiaridades marcantes - caso de Castela – conseguiu, por meio de reis conservadores e paternalistas, manter suas características agropecuárias, ficando à margem da revolução industrial. Parte das representações e práticas geradas na agricultura se estenderam a Portugal, por meio de laços estreitos com a nobreza castelã, embora a burguesia portuguesa mantivesse um pé na Inglaterra. Felipe II governou a Espanha em sentido contrário aos tempos modernos: no **campo religioso**, e tornou-se um dos líderes da Contra Reforma. E, assim, Portugal, com Pombal e os ingleses, chegou primeiro à modernidade comercial, enquanto a Espanha, cada vez mais atrasada, era tomada pela invasão francesa, pela libertação dos territórios da América e, enfim, pela nostalgia.

Nas colônias espanholas, o comércio com a América era totalmente favorável à Espanha. As experiências semimanufatureiras que chegaram a ser instaladas em diversos pontos da América hispânica foram fechadas pela Coroa, atendendo a pleitos da indústria têxtil de Barcelona, receosa da concorrência. Decretos reais de novembro de 1800 e outubro de 1801 proibiram atividades industriais na América. Com uma Marinha debilitada e concentrada na guerra com a Inglaterra (1796/1802), a Espanha esqueceu a indústria têxtil da América,, contribuindo para isolar ainda mais as colônias da metrópole. A partir de 1804, reiniciaram-se as atividades manufatureiras na América sob protesto da indústria espanhola. A Espanha começava a perder o controle político interno e externo. Sentindo-se em condições superiores e diante do mercado da América totalmente aberto, os ingleses tentaram tomar Buenos Aires, em 1806, mas esbarraram na resistência dos colonos e criolos voluntários, fazendo-os capitular e sair do país. Com a expulsão dos ingleses, os criolos tomaram conhecimento da sua força. Assim foram introduzidos na política, reivindicando autonomia. A maioria da população da América era crioula.

A Espanha não confiava nesses americanos de sangue espanhol, razão que levou a Coroa a manterem-nos excluídos dos postos mais importantes e do comércio transatlântico. Esses cargos eram ocupados sempre por peninsulares, ou seja, espanhóis nascidos com vínculos familiares e negócios na Espanha. **Desamericanizar a América** para

não perdê-la, nem perder seus lucros, assim pensava a Coroa, ao enviar novos contingentes de espanhóis para a região. Isso contribuía para que os peninsulares se acreditassem superiores aos brancos descendentes de europeus e nativos da América, conforme detectou Alexandre Humboldt (apud PINHO, 2007). Observa, contudo, Pinho que a moderna historiografia encontrou muitos exemplos de alianças entre peninsulares e criolos, refletindo interesses, funções e parentescos, o que diminuiram, no tempo, a dicotomia apontada por Humboldt e a distância entre nativos e, sobretudo, os descendentes dos espanhóis imigrados temporária ou definitivamente. De qualquer maneira, são europeus em crise de identidade. Raízes reumáticas, fincadas no solo da América, só vão ter os gaúchos, que também se constituíam numa mistura de europeus, mas com nativos ou negros desterritorializados.

O estilo de vida burguês, a Reforma Protestante e o Iluminismo vão conduzir a um novo modelo, absorvido de imediato pela Holanda e a Inglaterra, envolvendo, logo a seguir, também a França. Esses países fariam a diferença, ao capitanearem a revolução industrial, **modernização que chegou tímida** à Espanha e a Portugal e, reprimida nas colônias, e que, até como expectativa, devido á proibição oficial pelas Coroas espanhola e portuguesa, chegou e se enraizou na economia da América, embora tardiamente. A abundância de matérias primas e de terras agricultáveis fez com que o extrativismo e a agricultura fossem prolongados por mais de cem anos, por ocuparem um espaço de fornecedores de produtos primários.

A política de **imigração** adotada na América foi outro instrumento de transformação dos sistemas produtivos e, sobretudo, de desenraizamento cultural das populações. O Brasil foi tomado, primeiro, pelo tráfico negreiro e, em seguida, pelos europeus - italianos, alemães, suíços, espanhóis e outros. Assim, a imigração italiana e alemã constituiu-se numa marca no Cone Sul. A Argentina, particularmente, foi ocupada pelos italianos. Houve um momento em que mais de 50% das populações locais eram provenientes da península itálica ou ibérica. O mesmo ocorreu com a cidade de São Paulo que, no início do século, tinha metade de seus habitantes representados por imigrantes.

Com as seguidas levas de imigrantes, chegou em definitivo o capitalismo industrializante, mas marginal, já que o desenvolvimento capitalista global adquirira outros formatos, aportando aqui como imperialismo, em que as chamadas empresas estrangeiras ocupavam as áreas básicas do desenvolvimento já não mais em nome de governos, mas do capital. Aos estrangeiros era permitido comemorar regularmente suas festas, costumes e práticas religiosas, adaptando-as sincreticamente à América e, ao mesmo tempo, segundo Mário de Andrade, “deglutir” as representações nativas de mundo. Foi o que aconteceu no Mercosul. No Rio Grande do Sul, alemães e italianos, além de “acriolarem”, “agaucharam-se”, chegando mesmo a participar de revoluções regionais.

8.2.2 “Salada Cultural” Rizomática

As novas representações eram fruto de “salada cultural”, já não mais fronteiriças – haviam abandonado até as fronteiras internas - etnicamente híbridas e antropofágicas que vinham se processando desde o início da colonização. Essa degenerescência aparente vai resultar em originalidades próprias nos trópicos, sempre, entretanto, com um pé fora do continente - “anglo-afrancesados” e “norte-americanizados” (CARDANI,op. cit) -, devido

não apenas aos embates culturais internos, mas também aos modelos modernizantes externos. Isso faz surgir em toda a região segmentos mais conservadores, progressistas e, a partir da introdução do modelo industrial, alguns revolucionários, com vertentes voltadas programaticamente para o resgate das matrizes nativas rizomáticas, como é o caso do Paraguai, da Bolívia e do Peru, provocando algumas tensões culturais, devido à presença significativa e insistente das culturas aborígenes, de difícil adaptação à chamada cultura ocidental e ao sistema capitalista.

Com seu espírito pragmático, Cardani entende que a **religião católica**, majoritária e comum na América, e as **línguas portuguesa e espanhola**, relativamente afins, constituem-se em elementos formadores da identidade da comunidade “mercosureña” e, pelas mesmas razões, da América Latina. “*Una lengua es de cierto modo una manera de construir el mundo*”. Ambas têm as mesmas raízes ibéricas. Pode-se entender, pela sua reflexão, que “mercosureño” é uma expressão excludente, que fixa limite entre o “nós” mercosureño e o “vós” americanos estes últimos resultantes do conjunto de matrizes originais que sobreviveram ao processo de colonização e que se constituem nas próprias raízes da americanidade.

Ressalta o intelectual argentino a existência de muitas diferenças internas entre os países do Mercosul e que as fronteiras físicas ou culturais nunca se constituirão em marcos definidores dessas diversidades. Para ele, o país com diferenças culturais mais acentuadas na região é o Chile; mas, observa a **tecnologia**, que não necessariamente teve origem na Espanha ou em Portugal, tem contribuído gradualmente para a aproximação do país transandino. Conclui Cardani que:

A nuestro parecer, los caminos del Mercosur y el ALCA son profundamente diferentes, no sólo por la diversidad de objetivos de un mercado común y un área de libre comercio, sino por disparidades culturales y vitales que hacen que el Mercosur, apoyado en gran medida en su relativa homogeneidad cultural, pueda y deba evolucionar hacia una Patria Grande del Sur y hacia la Unión del Sur, en tanto en la vinculación con los Estados Unidos de América resulta muy poco viable la propia realización relativamente igualitaria de un área de libre comercio(CARDANI)

Embora se tratando de uma etapa avançada do modelo de libertação, integração e desenvolvimento da América Latina, o embaixador argentino Diego Guelar, em seu discurso preparatório para a reunião de Cúpula de Fortaleza, veiculada no jornal O Estado de São Paulo, no dia 21 de dezembro de 1996, concluiu sua fala com uma declaração penitenciosa, refletindo os antigos vínculos religiosos do processo catequético ibérico, trasladados para a América na aventura colonial: “[...] *acreditamos em Deus, obrigado, Senhor, por ter-nos dado a possibilidade de sermos atores de tamanha aventura.*”.

Mas, aparentemente, a aventura está apenas começando. Fora da divisão política ou dos limites geomorfológicos regionalizados do território do Cone Sul, configurados constitucionalmente, historiadores, geógrafos, sociólogos, empresários, trabalhadores,

ONGs e até comunidades nativas remanescentes têm repensado as diferenças culturais dentro do mesmo espaço físico, indicando, às vezes, limites novos para as fronteiras internas e externas. Todos os estudos existentes hoje têm sido desenvolvidos com certo grau de cautela devido, sobretudo, à existência de movimento autonomista no Sul, organizado, inclusive, num “Grupo de Estudos do Sul Livre”, que recentemente lançou um manifesto libertário. Sugere, inclusive, a união com o Uruguai para dar maior equilíbrio geopolítico à região. No Uruguai, o presidente da República, Júlio Maria Sanguinetti, em entrevista com jornalistas, chegou a convidar, em tom de chiste, o Rio Grande do Sul a se unir a eles. Por outra parte, seja pelo inusitado, seja pelo afã de informar ou evitando silenciar sobre tão delicado tema, o fato é que o assunto foi abordado pela revista *Isto è*, em seu nº 1235, de 2 de junho de 1993.

Os sulistas tiveram de enfrentar, durante o Estado Novo um outro sulista, Getúlio Vargas (1937-1945), que proibiu, em lei, e coibiu, pela repressão, quaisquer movimentos autonomistas no Brasil, no que foi seguido pelos regimes militares, alguns chefiados pelos próprios gaúchos como os presidentes Garrastazú Médici e Ernesto Geisel. Os sulistas não tem também por que reclamar de Brasília, já que representantes da região têm ocupado sempre cargos no alto escalão no Governo e, no Senado, a bancada do Sul sempre foi uma das mais ativas

Um dos fatores de equilíbrio político no Brasil tem sido, certamente, o processo de migração interna. Aproximadamente um terço dos cidadãos brasileiros vive em regiões diferentes da sua origem de nascimento, embora o Sul não seja um grande receptor de migrantes de outras regiões do País, à exceção do Paraná. Brasileiros deslocam-se sistematicamente ou do campo para a cidade ou de uma região para a outra, em geral, acompanhando os ciclos do desenvolvimento econômico. Por mais que se possa pensar negativamente sobre esse processo, as populações migrantes têm contribuído para manter vivo o espírito integracionista, ao introduzirem sua cultura nos lugares para onde migram, ou absorvendo as culturas locais. Estabelece-se assim um imaginário cultural sincrético novo, que termina até mesmo por confundir os seus mapeadores. São nordestinos descendo para o Sul, são sulistas subindo para o Norte; são os centros de tradição gaúcha cultivando suas representações na Amazônia, são as casas de cantadores do Nordeste sendo oficializadas em São Paulo.

O processo migratório na América desvela, portanto, aspectos saudáveis, constituindo-se, sobretudo, num movimento cultural que atravessa as culturas locais e regionais, sem ameaçá-las de desestruturação. Mesmo submetidos a redirecionamentos coercitivos por parte do Estado, subjazem nas identidades sub-regionais os aspectos rizomáticos, enquanto os mais fluidos da cultura migratória vão se diluindo em direção a uma unidade cultural múltipla.

Pode-se pensar assim em uma cultura americana do Sul que se entrecruza ao modo de “treliças rizomáticas”, rizomáticas. Tem suas raízes disseminadas entre as diferentes populações e, por isso, quando se fala em Mercosul, e nas matrizes e matizes pampeanos, estes não estão sendo circunscritos mais aos territórios e culturas do Rio Grande do Sul. Por isso, tendem ao reconhecimento do outro e a permear, explícita ou implicitamente, um largo espaço fronteiriço, integrando organicamente todas as regiões sugerindo um imaginário comum. Na medida em que as raízes culturais dos povos da América meridional vão sendo percebidas, estudadas e reconhecidas, elas tendem também

a se fundir no interior dos espaços culturais fronteiriços da América, contribuindo assim para a formação de uma identidade comum e de um imaginário regional, sem que, necessariamente, tenham de ser abandonadas as identidades nacionais ou sub-regionais. Constitui-se, portanto, numa afirmação da origem continental.

Se o comércio no Mercosul (como no Mediterrâneo) ou fronteiriço tem gerado, transferido e até feito transbordar aspectos culturais e identitários, é impossível ignorar a contribuição da literatura regional sempre em condições de ajudar a dar conformação às representações identitárias que surgiram não apenas do comércio, mas da prática social e cultural das populações. A referência à literatura está intimamente ligada ao exercício cotidiano do jornalismo nos seus registros diários e sistemáticos das transferências e embates culturais, mas também porque os escritores são, em geral, os próprios jornalistas. Da mesma forma, antes do corporativismo, ser advogado – “o bacharelismo”- já era considerado uma manifestação de interesse pelo jornalismo, conforme mostra Brito (2003, p.202). As três vertentes têm se mostrado emuladoras culturais da americanidade, incorporação identitária que, provavelmente, ganhará mais expressão à medida que for colocada em relação ao outro: ao europeu, ao asiático, ao africano.

Setenta por cento do território, das populações e do PIB da América do Sul estão concentrados nos quatro países que compõem o grupo do Mercosul. A atividade desenvolvida plenamente em bases justas e solidárias pelos quatro países, tende a contaminar os povos do continente. Seus aspectos economicamente positivos terão inevitavelmente desdobramentos na área social e cultural. São países com fronteira viva, sem separações culturais fortes, nem incompatibilidades religiosas e até com línguas inteligíveis. “*A troca comercial necessariamente conduz ao conhecimento do outro*”, segundo afirmou o antropólogo Roberto da Mata, em Fortaleza, não necessariamente como o seu oposto, mas como o diferente de si.

Por isso, antes de assumir um discurso identitário sub-regional, como o ideograma artificializado, “mercosureño” ou “mercosulino”, tão a gosto dos segmentos comerciais e jurídicos, optou-se neste estudo por tentar retomar a cidadania americana – americanidade – perdida lá atrás por força do exercício, pelas Coroas, do poder coercitivo sobre as populações nativas e nas lutas pela Independência, à busca das autonomias

CONCLUSAO

Como observa Ernst Jünger , “ Não se fala do objeto, mas sim através dele”. Tal relativismo è saudável, lembra que não existe uma visao unívoca da vida social, mas sim uma verdadeira interação, uma reversibilidade certa, que coloca todas as coisas em relação, e que faz do observador um elemento, entre outros da globalidade mundana. Por referência ao historiador da arte Wölfflin, pode-se igualmente lembrar que existem vários modos de conhecimento. Assim, a “visão frontal” que foi o próprio dos artistas do Renascimento, visao que fixa o modelo de frente e que busca depreender seu caráter estável, eterno, invariável. Por outro lado, a “visao lateral”, que foi a do barroco, vai girando ao redor do modelo, empenha-se em perceber seu aspecto frágil, cambiante, transitório. Aqui, como nota Dominique Fernandez, prefere-se o instante à eternidade, “o fugaz ao permanente, o vivo ao definitivo”. Tal distinção entre “visao frontal” e “visao lateral” é metaforicamente, do mais alto interesse.

Michel Maffesoli(1998, p.125)

Como ocorre em toda pesquisa transformada em texto, o espaço dedicado à Conclusão cobra do autor, ainda uma vez, a releitura do trabalho como um todo. Esta tarefa de relê-lo significou convir que, tratou-se da construção de um objeto pela via de uma “visao lateral”, na qual o vaievém de temporalidades, não raro resvalou para nuances barrocas como as que refere Maffesoli, na epígrafe acima. Daí, a longa transcrição, entendendo que uma epígrafe, quando pertinente, acaba incorporando-se ao texto (REIS, 1991, p.87). Ela realiza a mediação e converte-se em referência, no caso, para uma postura adotada no corpo da tese. Percebo que, apesar dos muitos enxugamentos, a formatação final da investigação poderá parecer ao leitor, em alguns momentos, transbordante em seu percurso.

De todo modo, sem que se trate propriamente de uma justificativa, parece claro que, para ficarmos com Morin, “ o olhar transforma já o objeto”, expressão que, em que pese o desgaste semântico ou insistência de adoções nos exercícios acadêmicos, bem cabe aqui, pois tratou-se, de fato de “um olhar”. Afinal, somente assim entendo as minhas incursões de um lugar de fala como autor, que se erige na interface entre as identidades profissionais que me interpelam como jornalista e historiador. Com este espírito, ao tematizar questões caras à História Cultural como campo historiográfico, selecionei como objeto de estudo o Mercosul, invariante referencial da tese. Tive como objetivo mais amplo rastrear matrizes e matizes configuradores do identitário em seus nexos com a americanidade, na convicção de que tais indícios afluíam nos discursos dos jornalistas correspondentes, autoridades de governo, parlamentares e intelectuais em variadas inflexões.

A este argumento norteador inscreveram-se desdobramentos buscados no diálogo com outros discursos selecionados, dentre eles, mais uma coleção de fontes impressas recortadas de revistas, jornais , arquivos, bibliotecas e comissões; fontes orais (anotações e gravações de seminários e conferências), fontes iconográficas e fontes eletrônicas,

resultando, assim, o conjunto do *corpus* documental que conferiu suporte à base empírica. Desta, iluminada por categorias e noções capturadas nos referenciais selecionados para a análise, surgiu o texto aqui apresentado, que combinou a busca de sentidos possíveis com momentos nos quais a narrativa assentada no solo histórico é rerepresentada com a sustentação de suportes encontrados em uma estante de obras pertinentes e/ou informações obtidas em *sites* específicos (vide Bibliografia).

A tese assumiu como pressuposto a tônica interdisciplinar que permitiu, ao abrigo da História Cultural, entrecruzar o fazer historiográfico, as Ciências da Linguagem e da Comunicação e, nesta, o viés do Jornalismo. Como denominador comum de tais articulações, o representacional, “*pedra angular da História Cultural*”, conforme resume o historiador Roger Chartier.

Como se viu, o balizamento temporal situa-se no período compreendido entre o ano de 1991, quando surge o Mercosul, e 2005, quando os presidentes de países sul-americanos já efetivam um diálogo constante em torno das questões referentes à integração da América do Sul. Foi necessário, contudo, levando-se em conta o modo de construção do objeto “*atravessá-lo*” em busca da retomada de matrizes e matizes pulsantes na enunciação desvelada no solo histórico, condições que engendraram a cenarização do Tempo Presente, cuidando assim de não enclausurar o enfoque nesse recorte temporal. Neste aspecto, a leitura de Rioux (1999, p.50) clareou o entendimento sobre esta ainda polêmica noção de Tempo Presente: “*Um vibrato inacabado que anima repentinamente todo um passado, um presente pouco a pouco aliviado de seu autismo, uma inteligibilidade perseguida fora de alamedas percorridas: é um pouco isto a história do tempo presente*”.

Ramificando-se entre veredas e atalhos, o percurso direcionado para o Mercosul realizado nesta tese, traçou o caminho da sua estruturação. Dividida em oito capítulos trabalhados em sub-itens, a redação do texto e os encaminhamentos de análise sobre sentidos possíveis, sugeriu compatibilizações e estratégias para a lida com a massa documental inventariada. Daí a montagem de diagramas para visualização de campos de força, cujas vertentes denominei, *campo centrífugo* e *campo centrípeto* (Vide quadro em anexo). Evidentemente, não seria o caso de retomá-las em detalhes nesta Conclusão. Parece, porém, importante lembrar que o jogo de sentidos que aflora do representacional teve sua instrumentalização teórica inspirada em alguns dos dispositivos sugeridos pela Análise do Discurso como programa de reflexão. Por isso, levei em conta os lugares de fala, as condições sócio-históricas e culturais dos enunciados formulados, seu funcionamento e as operações discursivas básicas que os informam, tais sejam os processos parafrásticos (retorno aos mesmos espaços do dizer) e os processos polissêmicos, nos quais conforme reiteram os analistas do discurso como Orlandi (1999, p. 36-39).

A partir de tais iniciativas de ordem teórico metodológica foi possível perceber, ao menos indicialmente, eixos importantes presentes na argumentação da tese desenvolvida.

Como se viu, do seu lugar de fala, ao longo dos primeiros 15 anos de funcionamento do Mercosul, a **imprensa** tem contribuído para fortalecer a posição do bloco. Das matérias produzidas pelos correspondentes brasileiros, com conteúdo parafrástico ou polissêmico, 55,8% apresentaram um caráter centrípeto, convergente para a idéia da integração e, conseqüentemente, para o fortalecimento da americanidade procurada.

Mas o percentual de matérias, conduzindo discursos de sentidos centrífugos, não foi também pequeno (44,2%), o que expõe, de um lado, um esforço dos correspondentes e enviados especiais no sentido de realizar uma cobertura de caráter exclusivamente informacional; mas, de outro, reflete o perfil de um tipo de jornalista sem o apetite político de um José Martí, de um Ruben Dario ou de um José Veríssimo, que procura manter-se distante dos enunciados de conteúdo ideológicos implícitos que subjazem nas falas políticas no espaço do Mercosul, seja em Washington, Nova York ou Buenos Aires, ou nos eventos litúrgicos do bloco, realizados em diferentes capitais e cidades do interior que conduzem o discurso integracionista.

Mas, ainda que a aqui e acolá tisonado por uma retórica pessimista quanto ao papel do Mercosul e seu potencial na ambiência da integração, o discurso da imprensa logrou dar-lhe visibilidade, pois, a partir do Mercosul a criação de novos blocos regionais tornou-se um tema constante da política, da economia e do jornalismo no continente sul-americano. Enfim, entre meandros, veredas, alamedas paralelas, percursos e cenarizações povoados de ações, siglas, reuniões e discursos observei a presença de sinais de uma americanidade e de um integracionismo que reverberam com maior ou menor intensidade das fontes compulsadas.

Assim, Alcsa, Alba, Unasul, Amercosul, Casa, Can, Mercosul, Parlamento do Mercosul ou Parlamento Sul-Americano e outros em gestação refletem novas tentativas e novos **caminhos para o integracionismo** e para a tão desejada cidadania americana: a americanidade, sem a necessidade de submeter-se à hegemonia de nenhum país dentro ou fora do continente. Voltadas, inicialmente, para o comércio regional, as instituições surgidas, ancorando representações novas a essa mesma americanidade, a resignificam, revestindo-a da “autoctonia”, tão reivindicada por José Martí, em nome dos povos da América.

O quadro abaixo fala por si sobre a dinâmica da trajetória do Mercosul.

| | | | | | |
|---------------------------|-------------------------------------|----------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|-------------------------------------|
| Estados Membros | Argentina (1991) | Brasil (1991) | Paraguai (1991) | Uruguai (1991) | Venezuela (2006) |
| Estados Associados | Bolívia (1996) | Chile (1996) | Peru (2003) | Colômbia (2004) | Equador (2004) |
| Estado Observador | México | | | | |

Mercosul e os países que o compõem. (Mercosur – Wikipedia. Acesso 30.12.07)

Ainda no âmbito do projeto integracionista, cabe lembrar a criação da Unasul, iniciativa cuja jovem memória aparece registrada nas imagens abaixo reproduzidas, que agregadas aos fragmentos da fala presidencial da legenda, aludem ao entrecruzamento de temporalidades ao por em diálogo uma foto do tempo

presente e uma legenda que transita entre o presente, o passado e o futuro. Nestas intersecções tem lugar a questão identitária, quando se retém, como o fez San Miguel (apud NEGRAO DE MELLO, 2003, p. 18), que: “La identidad {...} expresa no solo lo que se es – o lo que se imagina uno que es – sino también lo que quiera o se pretende llegar a ser”.

Cumbre de Cuzco



Chefes de Estado da da América do Sul assinam a declaração de Cuzco, criando a Unasul. “Estamos aqui para tornar realidade o sonho de Simón Bolívar. [...] Assim que possível, devemos ter uma moeda comum, um passaporte comum [...] O mais cedo possível, devemos ter um parlamento com representantes eleitos diretamente para essa nova nação que estamos criando hoje”. (Alejandro Toledo, presidente do Peru, em 8 de dezembro de 2004)

Conforme encareço ao longo desta tese, ora explícita, ora implicitamente, o projeto do Mercosul não pode se esgotar na priorização da instância econômica. Exclusivizá-la implicaria negligenciar dimensões culturais constitutivamente atreladas ao identitário e, por conseguinte, à americanidade e aos esforços em prol da integração. Para além das reuniões de cúpula e dos acordos de gabinete, necessários, porém insuficientes, é preciso perceber na cultura e nas modalizações do cotidiano espaços de confirmação de uma identidade que não se descola das práticas de cidadania. Neste espectro mais amplo, cumpre entendê-la na perspectiva de Bogolometz em seu diálogo com Winicot (apud NEGRAO DE MELLO, 1997, p.148-149) :“{cidadania} - a capacidade de perceber a sorte alheia como algo que me concerne”. E foi na esteira desta compreensão solidária que, desde a Dedicatória desta tese inclui alguns dos atores sociais que sublinhadamente a motivaram. Refiro-me aos guaranis, charruas, mapuches, kaingangs, xoclengs e outros povos sul-americanos que vivem cotidianamente o drama da questão identitária.

Entendo que estas inquietações, articuladas a tantas outras, apartam-me de qualquer expectativa quanto as “soluções pontuais”. Trata-se de um conjunto inscrito em um processo em permanente reconfiguração.

Em outro recorte também motivador desta pesquisa, é possível concluir, a partir da reflexão desenvolvida com o suporte dos textos dos jornalistas correspondentes no Exterior, que a mídia, ao menos tendencialmente, tem dado contribuições efetivas para o processo de integração e confirmação identitária.

Na verdade, tais indícios desdobram-se também para uma reflexão sobre os discursos cotidianos em circulação. Afinal, terá sido por essa via que, essa mesma mídia, ao

promover campanhas massivas, tem se apropriado de emulações até mesmo pré-Mercosul, matizando-as, desta feita, de modo lúdico apontando para aproximações identitárias. Por exemplo, levando-se em conta que o futebol é modalização cotidiana que engendra emulações históricas entre brasileiros e argentinos, pode-se perguntar sobre sentidos possíveis das representações veiculadas em campanha publicitária recente. Nela o jogador Maradona, ídolo nacional na Argentina, considerado um dos “carrascos” do Brasil na Copa do Mundo, na Itália, aparece vestido com a camisa verde amarela da seleção brasileira. A imagem sugeriria uma reverberação da questão identitária em processo de reconfiguração?

Tem-se aqui, na intencional simplicidade do exemplo a constatação de não poucos autores que refletem sobre uma característica fundamental de toda investigação cuja conclusão pontual abre-se, entretanto, para outras tantas perguntas. Se o objeto configura-se inesgotável, em suas múltiplas facetas, o texto deve ter fim. Ao encerrá-lo, sinto que ele resulta de um esforço de reflexão, e de uma vivência pessoal a um só tempo geradora da idéia da elaboração de uma tese e desencadeadora de um sem número de outras inquietações. De fato, entendendo as estruturas narrativas metaforizadas como sintaxes espaciais, pode-se pensá-las na perspectiva de uma “lógica da ambigüidade”, em que o ponto final é também ponto de passagem, fronteira, ponte. Assim, percebe a sensibilidade de Certeau (1994, p. 214): “ *A porta para fechar é justamente aquilo que se abre; o rio aquilo que dá passagem; a árvore serve de marco para os passos de uma avançada: a paliçada, um conjunto de interstícios por onde ecoam os olhares. Há por toda parte a ambigüidade da ponte, que ora solda, ora contrasta insularidades*”. Outro não é o sentimento que me interpela.

regionais. Ambas abriram espaço para domínios ideológicos, até dos norte-americanos, com seu “destino manifesto”, e esvaziaram o discurso integracionista de Simon Bolívar. Por mais distantes que estejam nossas raízes, elas atualizam no presente, em diversos matizes, matrizes de uma enunciação que ressoa do passado. Não precisamos necessariamente compreendê-las para assumi-las. Somos naturalmente rizomáticos.

Se o “poeta da Vila Isabel” estivesse por aqui, representaria, sem grandes rodeios, simplesmente que “*São nossas coisas, são coisas nossas*”. Não basta, porém, compreendê-las. É preciso vivenciá-las, seja no comércio, seja nas trivialidades das relações cotidianas, com os amigos e vizinhos, seja na leitura dos jornais. Nesses “senhores da memória” estão registradas as representações do imaginário da americanidade.

CORPUS DOCUMENTAL

1. Fontes impressas:

1.1. Artigos publicados nos jornais impressos diários O Estado de São Paulo; Folha de S. Paulo, O Globo e Jornal do Brasil (jornalistas correspondentes, autoridades de governo, parlamentares e intelectuais) – vide detalhamentos: Anexo I;

1.2 . Matérias publicadas em revistas semanais e jornais diários tematizando o Mercosul: Isto É, Veja, Época, Revista do Mercosul; além de reportagens em jornais como Gazeta Mercantil, Correio Braziliense, Jornal de Brasília, O Valor;

1.3. Documentação obtida em arquivos: Biblioteca do Senado Federal e da Câmara Federal , arquivo da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal e Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores;

2 . Fontes iconográficas:

2.1. Diagrama (véde anexo II);

2.2. Imagens reproduzidas, incluídas no corpo do trabalho;

3. Fontes orais:

3.1. Anotações recolhidas em conferências e palestras sobre o Mercosul e América Latina;

3.2. Entrevistas informais com jornalistas, parlamentares, intelectuais;

4. Fontes eletrônicas:

4.1. Material obtido em portais e sites especializados (vide Bibliografia);

4.1. Correspondência com jornalistas credenciados em Buenos Aires e Washington/Nova York.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTI, Aldo. Internacionalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen Varriale. et. al. vol. I, nº 11. Brasília: UnB, 1993.

ALBUQUERQUE, Josè Augusto Guilhon; OLIVEIRA, Henrique Altemani. **ALCA - Relações internacionais e sua construção jurídica**. Série Alca, BICUDO, Hélio (coordenador). vol. 3. Sao Paulo: FTD, 1988.

ALMEIDA, Jaime de. (Org.) **Caminhos da história da América no Brasil**. Tendências e contornos de um campo historiográfico. Brasília: ANPHLAC, 1998.

_____. O Bispo de Popayan na memória da independência. In: BOTELHO, Clélia C. (Org.) **Um passeio com Clio**. Brasília: Paralelo 15, 2002.

ALMEIDA, Paulo Roberto de; CHALOUT, Yves. (Orgs.). **Mercosul, Nafta e Alca – A Dimensão Social**. São Paulo: LTr, 1999.

ALMEIDA, Wilson. **Mercosul – efeitos da integração assimétrica**. Goiânia: Descubra, 2003.

AMORIM, Mirtes Mirian. **Labirintos da autonomia – A utopia socialista e o imaginário em Castoriades**. Fortaleza: Edições UFC, 1995.

ANCHIETA, José. **Cartas inéditas**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1989.

ANDRADE, Dinair. Autonomia e Ocidentalismo: duas projeções internacionais da América Latina em Martí e Sarmiento. In: ALMEIDA, J. de (Org.) **Caminhos da História da América no Brasil**. Brasília: ANPHLAC, 1998.

_____. **José Martí e Domingo Sarmiento: duas idéias de construção de Hispano-América**. Tese de Doutorado, Brasília: UnB, PPHGS, 1997.

ANDRÉS, Bernard. **Que Latino-americanidade para o Quebec e o Brasil?** Conferência de Cúpula dos Povos das Américas. Quebec, 2001.

ANSALDI, Waldo. América, La cuestión de la Alteridad y La Hipótesis de La Culpabilidad Del Caballo. In: BESSONE, Tânia Maria T.; QUEIROZ, Teresa A. **América Latina: imagens, imaginação e imaginário**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. São Paulo: Edusp, 1997.

AQUINO, Rubim Santos Leão. **História das sociedades americanas**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

ARCINIEGAS, Germán. História de las Histórias de América. In: **Ensayos sobre la historia del nuevo mundo**. México: IPGH, 1951.

ARRUDA, José J; PILETTI, Nelson. **Toda a história**. n° 4. São Paulo: Ática 1995.

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura brasileira**, n°4, Brasília: Editora UnB, 1963.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Comunicação e linguagem, discursos e ciência**. São Paulo: Editora Moderna, 1998.

BAKHTIN, M. **The dialogical imagination**. Tradução de C, Emerson; HOLKIST, M. Texas. EUA: University of Texas Press, 1981.

BANDEIRA, L.A. Moniz (a). **O eixo Argentina-Brasil**. O processo de integração da América Latina. Brasília: UnB, 1987.

_____. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio: Civilização Brasileira, 1973.

_____. **A Guerra do Chaco**. RBPI. Revista Brasileira de Política Internacional, ano 41. n° 1, Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998.

_____. **Estado Nacional e Política Internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)**. 2ª ed. Brasília: UnB, 1995.

BARBERO, Jesús Martin. Modernidad, postmodernidad, modernidades – discursos sobre la crisis y la diferencia. **Revista Brasileira de Comunicação**. São Paulo: Intercom, vol. XVIII, n° 2, jul/dez, 1995.

BARBOSA, Marialva. **Senhores da memória**. Tese de Concurso Público para Professor Titular, no Setor de Jornalismo, do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. 1993. Niterói-RJ.

BAUDIN, Louis. **El império socialista de los Incas**. Santiago de Chile: Zig-Zag, 1970.

BAUMAN, Renato; FRANCO, Ana Maria. **Algumas implicações do Nafta para a participação do Brasil na Alca**. Brasília: Ipea, Capel, 2002.

BELGRANO; D'ADAMO, Orlando; BEAUDOUX, Virgínia G. El Argentino Feo. Buenos Aires: Editorial Losada, 1995.

BERNAL-MEZA, Raúl. Síntese da evolução do pensamento latino-americano em relações internacionais. In: PROCÓPIO, Argemiro (org). **Relações internacionais: os excluídos da Arca de Noé**. SP: Editora Hucitec, 2005.

_____, Raúl. **Os dez anos de Mercosul e a crise Argentina**. São Paulo: Paz e Terra/USP/IEE, Revista Política Externa, vol. 10, nº 4, mar./maio, 2002.

_____, Raúl. Síntese da evolução do pensamento latino-americano em relações internacionais. In: PROCÓPIO, Argemiro (Org.) **Relações internacionais: os excluídos da Arca de Noé**. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

BENDER, Thomas. Nova York em Teoria. In: BERLOWITZ, Leslie; DONOGHUE, Denis; MENAND, Louis (Orgs.) **A América em teoria**. Trad. Márcio Cavalcanti de Brito Gomes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

BERLOWITZ, Leslie; DONOHUGE Denis; MENAND, Louis (Orgs). A América em Teoria. Trad. Márcio Cavalcanti de Brito Gomes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

BERND, Zilá. Americanité: les transfères du concept. In: Interfaces: Brasil/Canadá. **Revista da ABECAN**. Porto Alegre, vol. I, 2002.

_____. O Elogio da crioulidade, o conceito de hibridação a partir dos autores francófonos do Caribe. In: ABDALA JUNIOR, Benjamin (Org.) **Margens da cultura - mestiçagem, hibridismo & outras misturas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. p. 99-111.

_____, Zilá; GRANDIS, Rita de. **Imprevisíveis Américas**. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1995.

BETTELL, Leslie (Ed.) **História da América Latina: cultura e sociedade, 1830-1930**. Traducción castellana de Jordi Beltran y Àngels Solá. Barcelona: Hurope SA, 1991.

BLUMENWITZ, Dieter. Freedom of Information in the Light of International Law. In: **Freedom of Information – a Human Right**. Geneva: Symposium of the Hanns Sidel Foundation with the United Nations in Geneva, may, 1978.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BONFIM, João Bosco B.A. **Fome que não sai no jornal: discurso da mídia sobre a fome**. Brasília: Editora Plano, 2002.

BOUCHARD, Gerard. **L'Amérique, Terre d'Utopie** – Conference d'ouverture du Colloque Interamericain Brésil-Canada des Sciences de la Communication. Salvador, septembre, 2002.

BRAGA, José Luís. Comunicação e Sociabilidade: Lugar de fala. In: **Geraes**- Revista de Comunicação Social, nº 47. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1º semestre de 1995. .

BREGANTINI, Daysi. **Dossiê: psicanálise, linguagem, justiça, arquitetura e desconstrução da obra de Jacques Derrida**. São Paulo: Editora Bregantini, nº 117, set. 2007, ano 10, p.40-64.

BRITO, Eleonora Zicari. Lugares de representação e práticas identitárias de jovens bacharéis cubanos no século XIX. In: ALMEIDA, Jaime de; CABRERA, Olga; ZAVALA, Maria Teresa. **Cenários Caribenhos**. Brasília: paralelo 15, 2003.

BUENO, Clodoaldo. **As noções de prestígio e soberania na política externa de Rio Branco (1902-12)**. In: CERVO, Amado; DOPCKE, Wolfgang. **Relações internacionais dos países americanos**. Brasília: UnB, 1994.

BUENO, Clodoaldo. A proclamação da república no Brasil e seus efeitos nas relações com a Argentina: um interlúdio na rivalidade. In: **Brasil-Argentina**. A visão do outro. Brasília: Funag, 2000.

BUENO, Eduardo. **Novo mundo** – as cartas que batizaram a América. São Paulo: Planeta, 2003.

BURKE, Peter. **Variedades da história cultural**. Trad. Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CÁCERES, Florival. **História da América**. São Paulo: Ed. Moderna, 1992.

CAIRNCROSS, Frances. **O fim das distâncias**. São Paulo: Nobel, 1997.

CANCLINI, Nestor. **De Cartagena a Miami: políticas multiculturales e integración por el mercado**, Nueva Sociedad, nº 133, set-out, 1994.

CÂNDIDO, Antônio. **A formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte, Itatiaia, 1981.

CÂNDIDO, Wesley R. **Fagundes Varela e a construção da americanidade**. São Paulo: Unesp, 2004.

CASANOVA, Pablo González. **América latina: histórico de médio siglo**. vol. I, América del Sur. México: Siglo Veinte Uno Editores, 1977.

CASTRO, Sílvio. **A carta de Pero Vaz de Caminha**: o descobrimento do Brasil. Porto Alegre: LPM, 1985.

CERVO, Amado; DOPCKE, Wolfgang. **Relações internacionais dos países americanos**. Brasília: UnB, 1994.

CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mário. **História do Cone Sul**. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/UnB, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHAUANU, Pierre. **A América e as Américas**. Tradução de Manuel Nunes Dias. São Paulo: Edições Cosmos, 1969.

CHAVIGNY, Bell Gale; LAGUARDIA, Gari. **Reinventing the, comparative studies of literature of the United States and Spanish América**. Cambridge University Press, 1986, vol. VIII.

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tabula rasa do passado**. São Paulo: Ática, 1995.

COE, Michael; SNOW, Dean; BENSON, Elizabeth. **Antigas Américas**: mosaico de culturas. vols. I e II. Madrid: Edições Prado, 1984, 1990.

COGO, Denise. **Multiculturalismo e mídia impressa**: narrativas sobre os 500 anos de descobrimento do Brasil. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, RS, 2006.

COLMENARES, Germán. **Las convenciones contra la cultura**. Ensayos sobre la historiografía hispanoamericana del siglo XIX. Bogotá: Tercer Mundo, 1989.

COSTA BOTELHO, Clélia da; MAGALHAES, Nancy A. (Orgs.) **Contar história, fazer história**. Brasília: Paralelo 15, 2001.

_____. Teias de sentidos: o indianismo em Alencar. In: CABRERA, Olga; ALMEIDA, Jaime de. **Caribe** – sintonias e dissonâncias. Goiânia: Cecab – Centro de estudos do Caribe no Brasil, 2004.

CORRÊA, Luiz Felipe Seixas. O Brasil e seus vizinhos: uma aproximação histórica. In: Brasil-Argentina. **A visão do outro**. Brasília: Funag, 2000.

COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2002.

D'ADAMO, Orlando; BEAUDOUX, Virgínia G. **El Argentino Feo**. Buenos Aires: Editorial Losada, 1995.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DAHRENDORF, Ralf. **A lei e a ordem**. Tradução de Tâmara D. Barite. Brasília: Instituto Tancredo Neves/Fundação Friedrich Naumann, 1987.

DEVÉS VALDÉS, Eduardo. **Del Ariel de Rodo a la Cepal (1900-1950)**. Cap. VI. Buenos Aires: Centro de Investigaciones Diego Barros Araña, Editorial Biblos, 2000.

DIAS, Manuel Nunes. Expansão européia e descobrimento do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) **Brasil em Perspectiva**. 3ª Ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

DIAS, Maria de Fátima Sabino (Org.) **História da América**: ensino, poder e identidade. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 2004.

DIGGINS, John Patrick. A Teoria e a fundação da América. In: BERLOWITZ, Leslie; DONOGHUE, Denis; MENAND, Louis (Orgs). **A América em teoria**. Tradução de Márcio Cavalcanti de Brito Gomes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

DINES, Alberto. **O papel do jornal**: uma releitura. 4. ed. São Paulo: Summus, 1986.

DONOGHUE, Denis. Os verdadeiros sentimentos da América. In: BERLOWITZ, Leslie; DONOGHUE, Denis; MENAND, Louis (Orgs). **A América em teoria**. Tradução de Márcio Cavalcanti de Brito Gomes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Dossiê Brasil dos viajantes, nº 30, jun/jul/ago. **Revista USP**, 1996.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores. [s.d.].

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Isabel de Magalhães. Brasília: UnB, 1998.

FAUSTO, Boris (Org.) **Fazer a América**: A imigração em massa para a América Latina. São Paulo/Brasília: Edusp/Funag, 2000.

FAUSTO NETO, Antônio. A deflagração do sentido. Estratégias de produção e de captura da recepção. In: **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: USP/Brasiliense, 2001.

FIGUEIRAS, M.S. **Mercosul no contexto latino-americano**. 2ª ed. São Paulo: Atlas 1996.

FINOCCHIO, Sílvia. **Inclusiones y exclusiones em modos de contar la historia da Argentina**, Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 2004.

FIORI, José Luís. O Brasil no sistema mundial. **Correio Braziliense**. Brasília, 20 de maio de 2006. Opinião.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 11ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Tradução de L.F.B. Neves. 2. ed. Rio de Janeiro. Forense-Universitária, 1985.

FROMM, Eric. **Teorias de la personalidad**. Tradução de George Boeree. Madrid: Gautier, [s.d.].

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALTUNG, Johan; HOLMBOE, Ruge Mari. A estrutura do noticiário estrangeiro. Apresentação das crises Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões teorias e estórias**. Tradução de Luis Manuel Dionísio. Lisboa: Vega, 1993.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora**. São Paulo: Ática, 1999.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**. 16. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1995.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Raposo, 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.

GONÇALVES, José Botafogo. O Mercosul não é para principiantes. Fórum Permanente de Diálogo Argentino-Brasileiro. In: Revista **de Economia & Relações Internacionais**. São Paulo: Fundação Armando Pentead, vol. 5, Edição Especial, 2006.

GUELLAR, R. Diego. **Nações das nações. O Estado de São Paulo**. São Paulo, 21 de dezembro de 1996.

HAAL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1977.

HALL, S.; JANES, L; MAKAY, H.& NEGUS, K (orgs.) **Doing Cultural Studies**: the story of the Sony Walkman. Londres: Sage/The Open University, 1997.

HERÉDIA, Edmundo. Una aproximación teórica a los conceptos de “nacion” y de “espacios regionales” en la configuración de las relaciones internacionales latinoamericanas”. In: CERVO, Amado Luiz, e DOPCKE, Wolfgang. **Relações internacionais dos países americanos**. Brasília: UnB, 1994.

HOHENBERG, John. **Foreign Correspondence** – the great reporter and their time. New York: Columbia University Press, 1965.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O semeador e o ladrilhador. In: **Raízes do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Livraria José Olympio, 1977.

ISMAIL, Moctar. Activity of the international agencies In: Freedom of Information – a Human Right. Geneva: **Symposium of the Hanns Sidel Foundation with the United Nations in Geneva**, may 1978.

JAURETCHE; D´ADAMO, Orlando; BEAUDOUX, Virgínia G. apud. **El Argentino Feo**. Buenos Aires: Editorial Losada, 1995.

JENKINS, Keith. **A História repensada**. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Conexto, 2001.

JODELET, D. (1986): La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, S (Ed.). **Psicología social**. Barcelona: Paidós. 1961.

JUVENAL Amaro. [BARCELOS, Ramiro F]. **Antônio Chimango** – poemeto campestre. 8. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, Quinta Ronda, 1978, verso 156.

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral**: do emprego, do juro e do dinheiro. Tradução de Augusto Sousa. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

KOTHE, Mercendes G. Os imigrantes na América: isolamento e integração. In: CERVO, Amado; DOPCKE, Wolfgang. **Relações internacionais dos países americanos**. Brasília: Editora UnB, 1994.

LACARRIEU, Mônica. Las industrias culturales em Argentina y sus vínculos con el Mercosur. In: **Indústrias Culturais no Mercosul**. Brasília: IBRI, 2003.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica da entrevista e pesquisa jornalística**. São Paulo: Record, 2001.

LAMONDE, Yvan. **Américanité: Inflation du mot e de la notion?** Le Devoir, Montreal, 2001, apud Bernd, p. 1-10, 2002.

LEITE, J. Roberto Teixeira. **Viajantes do imaginário: A América vista da Europa, séc. XV-XVII**. Dossiê: Brasil dos Viajantes. nº 30. São Paulo: Revista USP, jun./jul./ago, 1996.

LEVY, Pierre. **Cibercultura: la cultura de la sociedad digital**. Madrid: Anthopos, Universidad Autónoma Metropolitana, 1997.

LUEDTKE, Luther S. **Making America**. EUA: Usis, 1990.

MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político**. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Editora Sulina, 1997.

MAGALHAES, Izabel. **Eu e tu: a constituição do sujeito no discurso médico**. Brasília: Thesaurus Editora, 2000.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

MARIANO, G. da Silva. **Lá na América Latina: uma inflexão sobre as identidades culturais na sala de espanhol LE**. Rio de Janeiro, UFRG.

MARIÁTEGUI, J.C. **Siete Ensayos de interpretación de la realidad peruana**. México: Era, 1979.

MARTÍ, Josè. **Nossa América**. Tradução de Maria Angélica Almeida Trajber. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MARTINS, Estevão. O caráter relacional do conhecimento histórico. In: BOTELHO, Costa Cléria. **Passeio com Clio**. Brasília: Paralelo 15, 2002.

MATTOS, Ilmar Rohloff. Um país novo: a formação da identidade brasileira e a visão da Argentina. In: **Brasil-Argentina: a visão do outro**. Brasília: Funag, 2000.

MELATTI, Júlio César. **Índios do Brasil**. Brasília: Editora de Brasília, 1970.

MENESES, A. Miriam. **História em movimento**. Brasília: UnB/PPGHS/HIS/ Thesaurus, 1997.

MONTE MÓR, Walkyria. Língua e diversidade cultural nas Américas multiculturais. In: Interfaces Brasil/Canadá. **Revista da ABECAN**. Porto Alegre, vol. I, 2002.

MORENCY, J. **Le mythe americain dans les fictions d'Amérique**. Québec: Nuit Blanche, 1994, apud Bernd, 2002.

MORENO, Isidoro J. Ruiz. Argentina y el fin de la monarquia em Brasil. In: **Brasil-Argentina**. A visão do outro. Brasília: Funag, 2000.

MORIN, Edgard. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MOSCOVICI, S. **Psicologia social**. Barcelona: Paidós. 1961.

MOTTA, Célia Ladeira. Intertextualidade e mudança no discurso político. In: Comunicação e Espaço Público. **Revista da Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da UnB**, nº 3, 1999.

NAKAMINI, Helena H.B. **Introdução à análise do discurso**. 3. ed. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1994.

NATALI, J.B. **Jornalismo internacional**. São Paulo: Contexto, 2004.

NEGRAO, Teresa. Santa Maria, Pinta e Nina: a redescoberta dos Caribes. In: ALMEIDA, Jaime, CABRERA, Olga e ZAVALA, MT Cortés. **Cenários Caribenhos**. Brasília: Paralelo 15, 2003.

_____. Turismo e indústria cultural no Brasil. SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado Luiz (Orgs.) In: **O crescimento das relações internacionais no Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, UnB, 2005.

_____. Mobilização Popular: um discurso. In: SWAIN, Tânia N. **História no plural**. Brasília: UnB, 1993.

_____. Porteiro suba e diga àquela ingrata. Tango argentino, imaginário e cotidiano. In: ALMEIDA, Jaime. **Caminhos da história da América no Brasil**. Tendências e contornos de um campo historiográfico. Brasília, AHPHLAC, 1998.

_____. **O espetáculo dos moradores do símbolo:** a mobilização por “diretas-já” da perspectiva de Brasília/1984. Tese de Doutorado. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 1987.

NOVAIS, Fernando. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) **Brasil em Perspectiva**. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

OLIVEIRA, Odete Maria de. A integração bilateral Brasil-Argentina: a tecnologia nuclear e Mercosul. In: **RBPI-Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 41, nº 1. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1988.

OLIVEIRA, Marcus Roberto. A ideologia anticomunista no Brasil. **Sciflo - Revista de Sociologia**. Ver. Sociol. Politg. nº 23. Curitiba nov. 2004.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso, princípios e fundamentos**. Campinas, São Paulo: Pontes, 3ª ed, 2001.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira & identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1997.

PEÑA, Félix. La experiencia del Mercosur. In: **Participación de la sociedad civil em los procesos de integración**. Montevideo: Cefir/Alop, 1998.

PEÑA, Félix. Uma análise de uma década e tendências para o futuro. In: **Política Externa**, vol. 10, nº 1. São Paulo: Paz e Terra, jun-jul-ago, 2001.

PEREGRINO, Fernanda de Almeida. **Questões sobre a América do Sul em três jornais brasileiros:** O Globo, O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo. Trabalho final de graduação em Jornalismo pelo Curso de Comunicação da Universidade Católica de Brasília. Taguatinga, 1º semestre de 2003.

PEREYRA, C. **Bolivar y Washington un Paralelo Imposible**. México: Editorial-América,.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Contribuição da História e da Literatura para Construção do Cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: LEENHARDT, Jacques e

PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs). **Discurso histórico e narrativa literária**. São Paulo: Editora Unicamp, [s.d.].

PIERNES, Guillermo Piernes. **Comunicação e desintegração na América Latina**. Brasília: UnB, 1986.

PIRKL, Fritz. Freedom of Information. In: Freedom of Information – a Human Right. **Symposium of the Hanns Sidel Foundation with the United Nations**. Geneva: may 1978,

PRADO, Eduardo. **Ilusão americana**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

QUINTÃO, Ayle-Salassiè F. **A construção do imaginário na América do Sul sobre a proclamação da república no Brasil pela Agência Havas de Notícias**., 2002.

RANGEL, Eleazar D. **La Información internacional en América Latina**. Caracas: Monte Ávila Editores, 1991.

RECH, Marcelo. **Passageiro da história**. Porto Alegre: Sagra Luzatto, 1997.

REICHEL, Heloísa J; GUTFREIND, Ieda. Fronteiras e guerras no Prata. **Coleção Discutindo a História do Brasil**. Vitória: UFES, Editora Atual, 1995.

RETAMAR, Roberto Fernadéz. Introdução a José Martí. In: MARTÍ, José. **Nuestra América**. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**. São Paulo: Civilização, 1968.

_____. **O Brasil como problema**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1995.

_____. **As Américas e a civilização**. Rio de Janeiro: Companhia de Letras, 1970.

RIBEIRO, Nelson. **A questão geopolítica da Amazônia**. Brasília: Edições do Senado Federal. vol. 64, 2005.

RICE, Condoleezza. **Promovendo os interesses nacionais**. Foreign Affairs, 2000, apud Política Externa, vol. X, nº 1, jul/ago, 2001.

RIOUX, Jean-Pierre. **Entre História e Jornalismo**. In: CHAVEAU, Agnés. Questões para a história do presente. São Paulo: Edusc, 1999.

RIZZINI, Carlos. **O jornalismo antes da tipografia**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1977.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional/MEC, 1978.

ROMANO, Alfredo Rizzo. **Manual del derecho internacional publico**. Buenos Aires: Plus Ultra, 1981, p.637. apud SANTOS.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SANTOS, Norma Breda. **A Geopolítica Argentina**. Revista Política e Estratégia. Revista trimestral do Centro de Estudos Estratégicos, vol. V, nº. 1, jan./mar. 1987. São Paulo: Convívio, 1987.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa**. São Paulo: Hacker Editores 2001.

SANTIAGO, Silviano. **Carlos & Mário (Correspondências)**. Rio de Janeiro: Bem-te-vi Produções Literárias, 1988.

SARAIVA, J. Flávio Sombra. Cultura, indústria e integração: uma nova esperança no Mercosul. In: **Indústrias Culturais no Mercosul**. Brasília: IBRI, 2003.

SAVIAN FILHO, Juvenal. Derrida e a defesa da honra e da razão. In: Dossiê Jacques Derrida. **Revista Brasileira de Cultura**. São Paulo: Cult.

SCHMID, Josef. The Third World in our Media. In: Freedom of Information – a Human Right. Geneva: **Symposium of the Hanns Sidel Foundation with the united Nations**. 1978.

SELCHER, Wayne. **As relações Brasil-Argentina na década de 80**: da rivalidade precavida à competição amistosa. Política e Estratégia. São Paulo, 1(3): 96, jan./mar. 1985.

SHULLER, Donald. Do homem dicotômico ao homem híbrido. In: BERND, Zilá; GRANDIS, Rita de. **Imprevisíveis Américas**. Porto Alegre: Saga-Luzatto, 1995.

SILVA, Golberi C. **Planejamento estratégico**. Brasília: UnB, 1981.

SILVA, Marcos A. Dossiê temático: construções da história. In: SWAIN, Tânia N. **História no Plural**. Brasília: UnB, 1993.

SIQUEIRA, Holgónsi S. Gonçalves. **Prática interdisciplinar na universidade: descontextualização. A razão.** Santa Maria, RS: 1999.

SOBERÓN, A. Luis. Sociedad, Participación y Integración: Aspectos Conceptuales. In: **Participación de la sociedad civil em los processo de integración.** Montevideo: Cefir/Alop, 1998.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a cultura.** Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Claros e Escuros. Identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUSA, Lícia Soares de. Utopie americaines au Québec et au Brésil: essai de littérature comparée. In: Interfaces Brasil/Canadá. **Revista da ABECAN.** Porto Alegre, vol.I, 2002.

STUART, Ana Maria. A sociedade civil na integração: movimentos sociais e organizações sindicais. In: CHALOULT, Yves e ALMEIDA, Paulo R (Orgs). **Mercosul, Nafta e Alca.** A dimensão social. São Paulo: Editora LTr, 1999.

THÉRIAULT, Joseph Yvon. L. **Américanité contre l'américanisation: l'impasse de la nouvelle identité québécoise.** Interfaces Brasil/Canadá/Universidade Federal do Rio Grande do Sul Associação Brasileira de Estudos Canadenses, vol. nº 2. Porto Alegre: UFRGS, ABECAN, 2002, p.27-36.

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro:** introdução a programa de organização nacional. 4. ed. Brasília: UnB, 1982.

TORQUATO, Gaudêncio. O jornalismo e as funções da linguagem. In: **Comunicação e Sociedade,** ano I, nº3, jun. 1980. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo:** teorias, questões e histórias. Lisboa: Editora Vega, 1999.

TUFFE. Como as telenovelas servem para articular culturas híbridas no Brasil contemporâneo. In: **Revista Brasileira de Comunicação.** São Paulo: Intercom, vol XVIII, nº 2, jul./dez. 1995.

VALCARCEL, Daniel. **La Rebelión de Tupac Amaru** (Colección Popular). México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Popular, 1947.

VALDÉS, Eduardo Devés. **Del Ariel de Rodó a la CEPAL (1900-1950).** Tomo I. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2000.

VAZ, Alcides Costa. A integração no Mercosul: novos atores e o desafio da participação política e social. In: CHALOULT, Yves; ALMEIDA, Paulo R (Orgs). **Mercosul, Nafta e Alca**. A dimensão social. São Paulo: Editora LTr, 1999.

_____. Mercosul: educação, justiça, cultura e desenvolvimento social em perspectiva. In: ÁLVAREZ, Gabriel. **Indústrias culturais no Mercosul**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2003.

VAZ, Alcides Costa. Mercosul: educação, justiça, cultura e desenvolvimento social em perspectiva. In: **Indústrias Culturais no Mercosul**. Brasília: IBRI, 2003.

VAZ, Edem. **A retórica do pecado no auditório colonial**: o discurso catequético e o desbravamento da região. BSB: PGHIS, tese de doutorado, UnB, 2000.

VEGA, Juan Jose. **La guerra de los Viracochas**. Lima: Universidad Nacional de Educacion: EUNE, 1969.

VERÍSSIMO, José. **Cultura, literatura e política na América Latina**. Seleção e apresentação de João Alexandre Barbosa. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

VESPÚCIO, Américo. **Novo mundo**: as cartas que batizaram a América. BUENO, Eduardo, Apresentação e notas. São Paulo: Planeta, 2003.

VIGEVANI, Tullo; MARIANO, Karina L. Pasquariello. Estratégias e alianças entre os atores sociais. ALMEIDA, Paulo Roberto de. CHALOULT, Yves e ALMEIDA, Paulo Roberto de. (orgs). In: **Mercosul, Nafta e Alca** – a dimensão social. SP: LTr, 1999.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. In: COULTHARD, Carmen et. Al. **Linguagem em discurso (análise crítica do discurso)** Florianópolis: Editora Unisul, 2004.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Thomaz Tadeu (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estados culturais Petrópolis: Vozes, 2000.

ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Referências de Periódicos

CARNEIRO, Dirceu. O Secretário Geral. **Revista Mercosul**. Brasília: Senado Federal, p.26-29, mar. 1993.

CRAVEIRO, Estela. Mercosul ganha sua primeira bienal de artes por R\$ 6,5 mi. São Paulo: **Gazeta Mercantil**, 27 de dezembro de 1996.

AMORIM, Celso. A construção da América do Sul. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 5 set. 1994.

ALMEIDA, Rodrigo de. Manoel Bonfim: o sergipano tihoso. **Jornal do Brasil**. Caderno Idéias. Rio de Janeiro, 24 set. 2005.

BANDEIRA, L.A. Moniz. A Guerra do Chaco. RBPI. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 41. n° 1, Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998.

_____. Estado Nacional e Política Internacional na América Latinas: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992). 2.ed.. Brasília: Edunb, 1995.

BARELA, José Eduardo. Ninguém paga ninguém na Argentina. **Revista Veja**. São Paulo, ano 36, 17 set. p.102-104, 2003.

BAUMAN, Renato. Mercosul, pra quê? **Folha de São Paulo**. 29 dez.1997.

CAMARGO, Gustavo; WOLBERG-STOCK, Andrés. Candidato fraco, economista Forte. **Gazeta Mercantil Latino-Americana**. São Paulo, 7 a 13 jun. 1999.

CANUTO, Otaviano. Sambando sozinho. **O Estado São Paulo**. São Paulo, 23 de fevereiro de 1999. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo70.htm>, disponível em 24/05/07.

CUELAR, Diego R. Nação das nações. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 21 de dezembro de 1996.

EVARISTO, Tina. A sinuca em que se meteu Armínio Fraga. **Correio Braziliense**. Brasília: 20 jun. p.7, 2001.

Relatório: Mil Maiores Empresas da América Latina. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 2001.

Guelar R. Diego. Nações das Nações. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 de dezembro de 1996.

GUELAR R. Diego. Mercosul máximo e Mercosul mínimo. *Jornal do Brasil*, 18 de dezembro de 1996.

JACOBSSKIND, Mário Augusto. América que não está na mídia. **Coleção Movimento Popular**. Rio de Janeiro: ADIA, 2005.

R. Diego. Mercosul máximo e Mercosul mínimo. **Jornal do Brasil**, 18 de dezembro de 1996.

YANAKIEW, Mônica; NUNES, Vicente. Dólar sobe 27% este ano no Brasil. **Correio Braziliense**. Brasília, p.6, 20 jun. 2001.

LEFCOVITCH, Sandra. Nova chance para o Mercosul. **Correio Braziliense**. Brasília: 20 jun. p.8, 2001.

LEOPOLDO, Ricardo. Crise Argentina: Dos males, o menor. **Correio Braziliense**. Brasília, 20 jun. p.7, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique. Mercosul vive isolamento, adverte Fernando Henrique Cardoso, Agência Senado. Brasília, 19/07/2006.

MAGALHAES, Marcos. Parlamento do Mercosul entra em funcionamento. **Agência Senado**. Brasília, 07/05/2007.

MAGALHAES, José Carlos de. O Protocolo de Lãs Leñas e a eficácia extraterritorial das sentenças e laudos arbitrais proferidos nos países do Mercosul. In: **Revista de Informação Legislativa**, a. 36, nº 144. Brasília: Senado, out./dez. 1999.

PLANELLA, Jordi. **Pedagogía y hermenêutica**. Más allá de los dados en educación, Estudios de Psicología y CC. de la Educación, Universitat Oberta de Catalunya, España. **Revista Ibero-Americana de Educación**. nº 36/12 p. 10-11, 2005.

SOARES, João Clemente Baena. Relata o enviado especial do jornal *Gazeta Mercantil*. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 16 dez. 1996.

SANTOS, Norma Breda. A Geopolítica Argentina. **Revista Política e Estratégia**, revista trimestral do Centro de Estudos Estratégicos vol. V, nº 1, jan./mar. 1987. São Paulo: Convívio, 1987.

SOUSA, Lícia Soares de. Utopie americaines au Québec et au Brésil: essai de littérature comparée. In: Interfaces Brasil/Canadá, **Revista da ABECAN**. Porto Alegre, V.1 nº. 2002..

TACHINARDI, Maria Helena. Um novo obstáculo na rota do Mercosul. São Paulo: **Gazeta Mercantil**, 31 de outubro de 1994.

TACHINARDI, MH. Itamaraty identifica campo restrito para comércio e tenta priorizar o Mercosul. **Gazeta Mercantil**: Nacional. São Paulo, 20 de agosto de 1992.

TODOROV, João Cláudio; FAULSTICH, Enilde. **Correio Braziliense**. Caderno de Opinião. Brasília: 20 set. 1996,.

VACCHINO, 1981:103-104, apud SOBERÓN, 1998,

WALTER, Roland. Fronteiras e Espaços Fronteiriços Interamericanos. UFPE.

WOLBERG-STOCK, Andrés. A Argentina entra em ritmo eleitoral. **Gazeta Mercantil Latino-Americana**. São Paulo, 7 a 12 de jun. 1999.

ZOELLICK, Robert B. Uma política externa republicana. In: **revista Política Externa**, vol. 10-nº1-jun./jul./ago. – 2001, Universidade de São Paulo. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

Referências de Conferências e Seminários

CÚPULA DOS POVOS DAS AMÉRICAS. **Que Latino-americanidade para o Quebec e o Brasil?** Quebec, 16 de abril de 2001, mimeo.

LA LIBERTEÉ D'INFORMATION UN DROIT DE L'HOMME. Fondation Hanns Seidel avec les Nations Unies à Genève. Munich: Mai, 1978.

OITO VISÕES DA AMÉRICA LATINA – PACTO DE UM MUNDO DISTANTE, 2004. Centro Cultural Banco do Brasil. **O outro**: modelo e ameaça.

PARTICIPACIÓN DE LA SOCIEDAD CIVIL EN LOS PROCESOS DE INTEGRACIÓN. **Para mejor comprensión cultural de Mercosûr**. Uruguai, Montevideo: Colégio de Abogados de Buenos Aires, Asociación Latinoamericana de Organismos de Promoción, 1998.

PARTICIPACIÓN DE LA SOCIEDAD CIVIL EN LOS PROCESOS DE INTEGRACIÓN. Uruguai, Montevideo: **Asociación Latinoamericana de Organismos de Promoción**, 1998.

PARTICIPACIÓN DE LA SOCIEDADE CIVIL EN LOS PROCESO DE INTEGRACIÓN. **Participación Social en los Procesos de Integración Regional em América Latina y el Caribe**. Montevidú: 28 a 24 de abril de 1998.

SEMINÁRIO O BRASIL E A ALCA, 2002, Brasília. **Antidumping e política de concorrência na Alca e no Mercosul**. Câmara dos Deputados. IPRI/FUNAGRI, 2002

Referências Eletrônicas

ALCALÁ, Carolina Rodriguez. O sentido público no espaço urbano: a questão da língua. In: **História das idéias lingüísticas no Brasil**. Relatos nº 07/2006. Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_07.html#politica>. Acesso em: 24.01.08.

ALVES JR, Ozias. **Uma breve história da língua tupi, a língua do tempo que o Brasil era canibal**. Disponível em: <http://www.staff.uni-mainz.de/lustig/guarani/lingua_tupi.htm> Acesso em: 22.01.07.

AMORIM NETO, Octavio. **A política externa brasileira: novos dilemas geopolíticos e sua falta de condicionamentos domésticos**. Observatório Político Sul-Americano. Rio: FGV, Análise da Conjuntura, nº 3, mar. 2007. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/AC_n_3_mar_2007.pdf> Acesso em: 18. 05. 07.

ARAÚJO SÁ, Antonio F. História do presente e a dialética presente-passado, In: **Infonet política e economia**. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/politicaeeconomia/ler.asp?id=32690&titulo=artigos>> Acesso em: 30. 09. 2007.

AVERBURG, André e GIAMBIAGI, Alexandre. **A crise brasileira de 1988 e 1989: origens e conseqüências**. Textos para Discussão 77. Rio de Janeiro, mai. 2001. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/td/td-77.pdf>> Acesso em 18.05.07.

BARBOSA, Ana Mae. **PGM 3 - Arte: perspectivas multiculturais- a multiculturalidade na educação estética**. São Paulo. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2002/mee/meetxt3.htm>>. Acesso em: 21.12.06.

BARBOSA, Rubens. **Área de Livre Comércio da América do Sul: Conformação de um Novo Espaço Econômico**. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/mercosul/aladi/area.asp>>. Acesso em: 02. 8. 2006.

BARTHOLOMÉ, Miguel. Descontinuidades em América Latina. In: **Revista Digital TODAVIA**, nº 15 dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www.revistatodavia.com.ar/todavia15/notas/grimson/grimson.html>>. Acesso em: 13.01.08.

BRAZ, Evaldo Muñoz. **O Gaúcho no Passado**. Temas da História Gaúcha. Disponível em: <http://www.riogrande.com.br/historia/temas_gaucha14.htm>. Acesso em 20/01/2007.

BUENO, Eduardo. **Almanaque Zero**. Disponível em:

<http://educaterra.terra.com.br/almanaque/indios_1.htm>. Acesso em: 25.01.07.

CÂNDIDO, Wesley R. **Fagundes Varela e a construção da americanidade**. Disponível em:

<<http://search.live.com/results.aspx?mkt=eses&q=FAGUNDES+VARELA+E+AMERICANIDADE>>. Acesso em 07.01.2008.

CANUTO, Otaviano. **Sambando Sozinho**. São Paulo: **O Estado São Paulo**, 23 de fevereiro de 1999. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo70.htm>>. Acesso em: 24.05.07.

CARDANI, Miguel Angel Ciuro. **Para una mejor comprensión cultural del Mercosur**, Colégio de Abogados de la Provincia de Buenos Aires. <http://www.colproba.org.ar/mercosur/ponenciaspresentadas.asp>. Acesso em: 09.11.07

COHEN, Roberto. **Manifesto Separatista**. Brusque: GESUL- Grupo de Estudos do Sul Livre. Disponível em:

<<http://search.camfrog.com/search.php?q=quest%c3%a3o%20social%20nas%20independ%c3%aancias%20da%20america%20do%20sul>>. Acesso em 21.01.07

COSTA, Rovílio; BONI, Luís. **Os gringos**. Disponível em:

<<http://www.paginadogaicho.com.br/deba/nog.htm>>. Acesso em 20.01.07

DIGITAL CSIC. **Sociologia Contemporânea**. Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC). Disponível em: <<http://www.csic.es/index.do>>. Acesso em 26.01.08.

DOMINGUES. Beatriz H. **Os jesuítas e a questão de uma identidade cultural na América portuguesa setecentista**. Anpuh. Disponível em:

<<http://www.google.com/search?hl=pt>>. Acesso em 11.02.07.

FILIPPE, Sérgio. **O Mapa de Martin Waldseemuller, 1507**. Conferência pronunciada na Academia de Ciências de Lisboa em 27 de fevereiro de 2003. Disponível em:

<<http://www.nenettech.com/dightonrock/waldseemueller.htm>>. Acesso em: 02. 10. 2007.

GRIMSON, Alejandro. **Fronteras, estados e identificaciones em el Cono Sur**, 2004.

Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/mato2/grimson.pdf>. Acesso em: 03.02.08.

HUMBOLDT apud PINHO, Rubens Malcher. **As Origens da Independência na América Espanhola** Disponível em:

<<http://www.uel.br/ca/historia/conhecerhistoria/america/origens.htm>>. Acesso em: 17.11.07.

INDEC, **Encuesta Complementaria de Pueblos Indígenas 2004**. Complementaria del Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2001. (IHTRGS) Disponível em:

<http://www.terragaucha.com.br/tratado_de_madri_spa.htm>. Acesso em: 20.01.07.

LAPLANE (coord.). **Projeto Efeitos dos Transbordamentos nos países do Mercosul, Rede Mercosul de Pesquisas Econômicas**. Disponível em:
<<http://idrinform.idrc.ca/archive/corpdocs/122264/78444.pdf>>. Acesso em: 05.06.07.

Línguas ameríndias – Tronco Andino – Família Aymará. Disponível em:
<<http://www.proel.org/mundo/aymara.htm>>. Acesso em: 23.01.07.

Los Pehuenche: la gente de los bosques de araucarias Disponível em:
<<http://www.bariloche.com.ar/museo/MAPU.HTM>>. Acesso em: 12.01.07.

MACHADO, Marília Mata. **Uma metodologia para a pesquisa do domínio social histórico**. Revista Memorandum .BH: UFM. Disponível em:
<2005<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a09/machado01.htm>>. Acesso em: 13.12.07

MAESTRI, Mário. **Fazendas, cercas e legalidade**. UFP, 2003. Disponível em:
<<http://www.consciencia.net/2003/08/09/maestri1.html>>. Acesso em: 20.01.07.

MAGALHÃES, José Vieira Couto. **O Selvagem**. Pridie Calendas. Disponível em:
<<http://www.calendario.cnt.br/COUTOMAGALHAES.htm>>. Acesso em 25.01.07.

MATERWECKI, Natália. **Dispositivo y estilo de época: recorridos de lectura en el arte de internet**. Disponível em:
<<http://www.eca.usp.br/alaic/trabalhos2004/g1/nataliamatewecki.htm>>
<<http://www.eca.usp.br/alaic/trabalhos2004/g1/nataliamatewecki.htm>> > Acessado em: 23.01.08.

O GAUCHO. **El Proceso Histórico del Uruguay/Alberto Zum Felde**. – Montevideo: Arca, 1967. Disponível em: <<http://www.rau.edu.uy/uruguay/cultura/gaicho.htm>>. Acesso em: 20.01.07.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. apud MELATTI, **Julio Cezar**. **Índios da América do Sul – Áreas Etnográficas**. Chaco. Capítulo 27. Disponível em:
<<http://www.geocities.com/RainForest/Jungle/6885/ias.htm>>. Acesso em:

OLIVEN, Ruben George. **Las fronteras internas del Brasil**. In: **Revista Digital TODAVIA**, nº 15 dezembro de 2006. Disponível em:
<<http://www.revistatodavia.com.ar/todavia15/notas/grimson/grimson.html>>. Acesso em: 13.01.08.

PÉREZ, María de la Luz Casas. **La identidad nacional mexicana como problema político y cultural**, nov. 1999. Disponível em:
<<http://www.crim.unam.mx/Cultura/Ponencias/marnov99.htm>> Acesso em: 02.01.07.

PICERNO, José Eduardo. **Porque los charrúas?** Disponível em:
<http://www.internet.com.uy/charruas/html/los_descendientes.html>. 2002. Acesso em:
24.01.08.

POSENATO, José Clemente. **Processos culturais:** reflexões sobre a dinâmica cultural. Inaugura a Coleção Cultura e Identidade. Caxias do Sul. UFCS, 2003. Disponível em:
<<http://www.ucs.br/>>. Acesso em: 21.12.06.

RAMOS, Ana Rosa N. Americanidade na Mídia. In: **América Terra de Utopias.** Comunicação Social, Salvador: UFBA, 2003. Disponível em:
<<http://search.yahoo.com/bin/search?p=americanidade%20na20m%c3%addia>>. Acesso em:
08.02.06.

SILVEIRA, Ana Cristina Machado; ADAMCZUK, Lindamir Ester Adameczuk. **Antecedentes da integração do Mercosul e surgimento da mídia terciária nas terras de fronteira do Brasil meridional.** III Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Novo Hamburgo, RS – 2005. Disponível em:
<http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd3/midiologia/adacristinamachadodasilveira_lindamiresteradamczuk.doc>. Acesso em: 20.12.07

VIGEVANI, Tullo; MARIANO, Marcelo Passini; MENDES, Ricardo Glöe. **Instituições e conflitos comerciais no Mercosul.** São Paulo Perspec. vol.16, nº. 1, Jan./Mar. 2002. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392002000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07.01.06.

WEBWRITER SP 450 AÑOS. Fundación de São Paulo de Piratininga. Disponível em:
<http://www.webwriter.jor.br/id_esp/paginasesp/spfundacaoesp.htm#>. Acesso em:
25.01.07.

WILDE, Guillermo. **Orden y ambigüedad en la formación territorial de Río de la Plata a fines del siglo XVIII.** Horizontes Antropológicos. vol.9, nº19, Porto Alegre, jul. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832003000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=es>. Acesso em 19.01.07.

ANEXOS

ANEXO A

TRATADO DE ASSUNÇÃO
TRATADO PARA A CONSTITUIÇÃO DE UM MERCADO COMUM ENTRE A REPÚBLICA
ARGENTINA, A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A REPÚBLICA DO PARAGUAI E A
REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI
(26/03/1991) *

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, doravante denominados "Estados Partes";

CONSIDERANDO que a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração, constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social;

ENTENDENDO que esse objetivo deve ser alcançado mediante o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis, a preservação do meio ambiente, o melhoramento das interconexões físicas, a coordenação de políticas macroeconômica da complementação dos diferentes setores da economia, com base no princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio;

TENDO em conta a evolução dos acontecimentos internacionais, em especial a consolidação de grandes espaços econômicos, e a importância de lograr uma adequada inserção internacional para seus países;

EXPRESSANDO que este processo de integração constitui uma resposta adequada a tais acontecimento;

CONSCIENTES de que o presente Tratado deve ser considerado como um novo avanço no esforço tendente ao desenvolvimento progressivo da integração da América Latina, conforme o objetivo do Tratado de Montevidéu de 1980;

CONVENCIDOS da necessidade de promover o desenvolvimento científico e tecnológico dos Estados Partes e de modernizar suas economias para ampliar a oferta e a qualidade dos bens de serviço disponíveis, a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes;

REAFIRMANDO sua vontade política de deixar estabelecidas as bases para uma união cada vez mais estreita entre seus povos, com a finalidade de alcançar os objetivos supramencionados;

ACORDAM:

CAPÍTULO I
 Propósito, Princípios e Instrumentos

Artigo 1º - Os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994, e que se denominará "Mercado Comum do Sul" (MERCOSUL).

Este Mercado Comum implica:

A livre circulação de bens serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários restrições não tarifárias à circulação de mercado de qualquer outra medida de efeito equivalente;

O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;

A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes - de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem -, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes; e

O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

Artigo 2º - O Mercado Comum estará fundado na reciprocidade de direitos e obrigações entre os Estados Partes.

Artigo 3º - Durante o período de transição, que se estenderá desde a entrada em vigor do presente Tratado até 31 de dezembro de 1994, e a fim de facilitar a constituição do Mercado Comum, os Estados Partes adotam um Regime Geral de Origem, um Sistema de Solução de Controvérsias e Cláusulas de Salvaguarda, que constam como Anexos II, III e IV ao presente Tratado.

Artigo 4º - Nas relações com terceiros países, os Estados Partes assegurarão condições equitativas de comércio. Para tal fim, aplicarão suas legislações nacionais, para inibir importações cujos preços estejam influenciados por subsídios, dumping qualquer outra prática desleal. Paralelamente, os Estados Parte coordenarão suas respectivas políticas nacionais com o objetivo de elaborar normas comuns sobre concorrência comercial.

Artigo 5º - Durante o período de transição, os principais instrumentos para a constituição do Mercado Comum são:

a) Um Programa de Liberação Comercial, que consistirá em redução tarifárias progressivas, lineares e automáticas, acompanhadas das eliminação de restrições não tarifárias ou medidas de efeito equivalente, assim como de outras restrições ao comércio entre os Estados Partes, para chegar a 31 de dezembro de 1994 com tarifa zero, sem barreiras não tarifárias sobre a totalidade do universo tarifário (Anexo I);

b) A coordenação de políticas macroeconômicas que se realizará gradualmente e de forma convergente com os programas de desgravação tarifária e eliminação de restrições não tarifárias, indicados na letra anterior;

c) Uma tarifa externa comum, que incentiva a competitividade externa dos Estados Partes;

d) A adoção de acordos setoriais, com o fim de otimizar a utilização e mobilidade dos fatores de produção e alcançar escalas operativas eficientes.

Artigo 6º - Os Estados Partes reconhecem diferenças pontuais de ritmo para a República do Paraguai e para a República Oriental do Uruguai, que constam no Programa de Liberação Comercial (Anexo I).

Artigo 7º - Em matéria de impostos, taxas e outros gravames internos, os produtos originários do território de um Estado Parte gozarão, nos outros Estados Partes, do mesmo tratamento que se aplique ao produto nacional.

Artigo 8º - Os Estados Partes se comprometem a preservar os compromissos assumidos até a data de celebração do presente Tratado, inclusive os Acordos firmados no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração, e a coordenar suas posições nas negociações comerciais externas que empreendam durante o período de transição. Para tanto:

- a) Evitarão afetar os interesses dos Estados Partes nas negociações comerciais que realizem entre si até 31 de dezembro de 1994;
- b) Evitarão afetar os interesses dos demais Estados Partes ou os objetivos do Mercado Comum nos Acordos que celebrarem com outros países-membros da Associação Latino-Americana de Integração durante o período de transição;
- c) Realizarão consultas entre si sempre que negociem esquemas amplos de desgravação tarifárias, tendentes à formação de zonas de livre comércio com os demais países-membros da Associação Latino-Americana de Integração;
- d) Estenderão automaticamente aos demais Estados Partes qualquer vantagem, favor, franquia, imunidade ou privilégio que concedam a um produto originário de ou destinado a terceiros países não membros da Associação Latino-Americana de Integração.

CAPÍTULO Estrutura

II

Artigo 9º - A administração e execução do presente Tratado e dos Acordos específicos e decisões que se adotem no quadro jurídico que o mesmo estabelece durante o período de transição estarão a cargo dos seguintes órgãos:

- a) Conselho do Mercado Comum;
- b) Grupo do Mercado Comum.

Artigo 10 - O Conselho é o órgão superior do Mercado Comum, correspondendo-lhe a condução política do mesmo e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos para a constituição definitiva do Mercado Comum.

Artigo 11 - O Conselho estará integrado pelos Ministros de Relações Exteriores e os Ministros de Economia dos Estados Partes.

Reunir-se-á quantas vezes estime oportuno, e, pelo menos uma vez ao ano, o fará com a participação dos Presidentes dos Estados Partes.

Artigo 12 - A Presidência do Conselho se exercerá por rotação dos Estados Partes e em ordem alfabética, por períodos de seis meses.

As reuniões do Conselho serão coordenadas pelos Ministérios de Relações Exteriores e poderão ser convidados a delas participar outros Ministros ou autoridades de nível Ministerial.

Artigo 13 - O Grupo Mercado Comum é o órgão executivo do Mercado Comum e será coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores.

O Grupo Mercado Comum terá faculdade de iniciativa. Suas funções serão as seguintes:

- velar pelo cumprimento do Tratado;
- tomar as providências necessárias ao cumprimento das decisões adotadas pelo Conselho;
- propor medidas concretas tendentes à aplicação do Programa de Liberação Comercial, à coordenação de política macroeconômica e à negociação de Acordos frente a terceiros;
- fixar programas de trabalho que assegurem avanços para o estabelecimento do Mercado Comum.

O Grupo Mercado Comum poderá constituir os Subgrupos de Trabalho que forem necessários para o cumprimento de seus objetivos. Contará inicialmente com os Subgrupos mencionados no Anexo V.

O Grupo Mercado Comum estabelecerá seu regime interno no prazo de 60 dias de sua instalação.

Artigo 14 - O Grupo Mercado Comum estará integrado por quatro membros titulares e quatro membros alternos por país, que representem os seguintes órgãos públicos:

- Ministério das Relações Exteriores;
- Ministério da Economia seus equivalentes (áreas de indústria, comércio exterior e ou coordenação econômica);
- Banco Central.

Ao elaborar e propor medidas concretas no desenvolvimento de seus trabalhos, até 31 de dezembro de 1994, o Grupo Mercado Comum poderá convocar, quando julgar conveniente, representantes de outros órgãos da Administração Pública e do setor privado.

Artigo 15 - O Grupo Mercado Comum contará com uma Secretaria Administrativa cujas principais funções consistirão na guarda de documentos e comunicações de atividades do mesmo. Terá sua sede na cidade de Montevidéu.

Artigo 16 - Durante o período de transição, as decisões do Conselho do Mercado Comum e do Grupo Mercado Comum serão tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados Partes.

Artigo 17 - Os idiomas oficiais do Mercado Comum serão o português e o espanhol e a versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país sede de cada reunião.

Artigo 18 - Antes do estabelecimento do Mercado Comum, a 31 de dezembro de 1994, os Estados Partes convocarão uma reunião extraordinária com o objetivo de determinar a estrutura institucional definitiva dos órgãos de administração do Mercado Comum, assim como as atribuições específicas de cada um deles e seu sistema de tomada de decisões.

CAPÍTULO Vigência

III

Artigo 19 - O presente Tratado terá duração indefinida e entrará em vigor 30 dias após a data do depósito do terceiro instrumento de ratificação. Os instrumentos de ratificação serão depositados ante o Governo da República do Paraguai, que comunicará a data do depósito aos Governos dos demais Estados Partes.

O Governo da República do Paraguai notificará ao Governo de cada um dos demais Estados Partes a data de entrada em vigor do presente Tratado.

CAPÍTULO Adesão

IV

Artigo 20 - O presente Tratado estará aberto à adesão, mediante negociação, dos demais países-membros da Associação Latino-Americana de Integração, cujas solicitações poderão ser examinadas pelos Estados Partes depois de cinco anos de vigência deste Tratado.

Não obstante, poderão ser consideradas antes do referido prazo as solicitações apresentadas por países-membros da Associação Latino-Americana de Integração que não façam parte de esquemas de integração subregional ou de uma associação extra-regional.

A aprovação das solicitações será objeto de decisão unânime dos Estados Partes.

CAPÍTULO

V

Denúncia

Artigo 21 - O Estado Parte que desejar desvincular-se do presente Tratado deverá comunicar essa intenção aos demais Estados Partes de maneira expressa e formal, efetuando no prazo de sessenta (60) dias a entrega do documento de denúncia ao Ministério das Relações Exteriores da República do Paraguai, que o distribuirá aos demais Estados Partes.

Artigo 22 - Formalizada a denúncia, cessarão para o Estado denunciante os direitos e obrigações que correspondam a sua condição de Estado Parte, mantendo-se os referentes ao programa de liberação do presente Tratado e outros aspectos que os Estados Parte, juntos com o Estado denunciante, acordem no prazo de sessenta (60) dias após a formalização da denúncia. Esses direitos e obrigações do Estado denunciante continuarão em vigor por um período de dois (2) anos a partir da data da mencionada formalização.

CAPÍTULO

VI

Disposições Gerais

Artigo 23 - O presente Tratado se chamará "Tratado de Assunção".

Artigo 24 - Com o objetivo de facilitar a implementação do Mercado Comum, estabelecer-se-á Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL. Os Poderes Executivos dos Estados Partes manterão seus respectivos Poderes Legislativos informados sobre a evolução do Mercado Comum objeto do presente Tratado.

Feito na cidade de Assunção, aos 26 dias do mês março de mil novecentos e noventa e um, em um original, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos. O Governo da República do Paraguai será o depositário do presente Tratado e enviará cópia devidamente autenticada do mesmo aos Governos dos demais Estados Partes signatários e aderentes.

Anexo I

Programa de Liberalização Comercial

ANEXO I

Artigo 1º - Os Estados Partes acordam eliminar, o mais tardar a 31 de dezembro de 1994, os gravames e demais restrições aplicadas ao seu comércio recíproco.

No que se refere às Listas de Exceções apresentadas pela República do Paraguai e pela República Oriental do Uruguai, o prazo para sua eliminação se estenderá até 31 de dezembro de 1995, nos termos do Artigo Sétimo do presente Anexo.

Artigo 2º - Para efeito do disposto no Artigo anterior, se entenderá:

a) por "gravames", os direitos aduaneiros e quaisquer outras medidas de efeito equivalente, sejam de caráter fiscal, monetário, cambial ou de qualquer natureza, que incidam sobre o comércio exterior. Não estão compreendidas neste conceito taxas e medidas análogas quando respondam ao custo aproximado dos serviços prestados; e

b) por "restrições", qualquer medida de caráter administrativo, financeiro, cambial ou de qualquer natureza, mediante a qual um Estado Parte impeça ou dificulte, por decisão unilateral, o comércio recíproco. Não estão compreendidas no mencionado conceito as medidas adotadas em virtude das situações previstas no Artigo 50 do Tratado de Montevideu de 1980.

Artigo 3º - A partir da data de entrada em vigor do Tratado, os Estados Partes iniciarão um programa de desgravação progressivo, linear e automático, que beneficiará os produtos compreendidos no universo tarifário, classificados em conformidade com a nomenclatura tarifária utilizada pela Associação Latino-Americana de Integração, de acordo com o cronograma que se estabelece a seguir:

| DATA | PERCENTUAL DE DESGRAVAÇÃO |
|----------|---------------------------|
| 30/06/91 | 47 |
| 30/12/91 | 54 |
| 30/06/92 | 61 |
| 31/12/92 | 67 |
| 30/06/93 | 58 |
| 31/12/93 | 82 |
| 30/06/94 | 89 |
| 31/12/94 | 100 |

As preferências serão aplicadas sobre a tarifa vigente no momento de sua aplicação e consistem em uma redução percentual dos gravames mais favoráveis aplicados à importação dos produtos procedentes de terceiros países não membros da Associação Latino-Americana de Integração.

No caso de algum dos Estados Partes elevar essa tarifa para a importação de terceiros países, o cronograma estabelecido continuará a ser aplicado sobre o nível tarifário vigente a 1 de janeiro de 1991.

Se reduzirem-se as tarifas, a preferência correspondente será aplicada automaticamente sobre a nova tarifa na data de entrada em vigência da mesma.

Para tal efeito, os Estados Parte intercambiarão entre si e remeterão à Associação Latino-Americana de Integração, dentro de trinta dias a partir da entrada em vigor do Tratado, cópias atualizadas de suas tarifas aduaneiras, assim como das vigentes em 1 de janeiro de 1991.

Artigo 4º - As preferências negociadas nos Acordos de Alcance Parcial, celebrados no marco da Associação Latino-Americana de Integração pelos Estados Partes entre si, serão aprofundadas dentro do presente Programa de Desgravação de acordo com o seguinte cronograma:

DATA/PERCENTUAL DE DESGRAVAÇÃO

| | | | | | | | | |
|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| 31/12/90 | 30/06/91 | 30/12/91 | 30/06/92 | 31/12/92 | 30/06/93 | 31/12/93 | 30/06/94 | 31/12/94 |
| 00 a 40 | 47 | 54 | 61 | 68 | 75 | 82 | 89 | 100 |
| 41 a 45 | 52 | 59 | 66 | 73 | 80 | 87 | 94 | 100 |
| 46 a 50 | 57 | 64 | 71 | 78 | 85 | 92 | 100 | |
| 51 a 55 | 61 | 67 | 73 | 79 | 86 | 93 | 100 | |
| 56 a 60 | 67 | 74 | 81 | 88 | 95 | 100 | | |
| 61 a 65 | 71 | 77 | 83 | 89 | 96 | 100 | | |
| 66 a 70 | 75 | 80 | 85 | 90 | 95 | 100 | | |
| 71 a 75 | 80 | 85 | 90 | 95 | 100 | | | |
| 76 a 80 | 85 | 90 | 95 | 100 | | | | |
| 81 a 85 | 89 | 93 | 97 | 100 | | | | |
| 86 a 90 | 95 | 100 | | | | | | |
| 91 a 95 | 100 | | | | | | | |
| 96 a 100 | | | | | | | | |

Estas desgravações se aplicarão exclusivamente no âmbito dos respectivos Acordos de Alcance Parcial, não beneficiando os demais integrantes do Mercado Comum, e não alcançarão os produtos incluídos nas respectivas Listas de Exceções.

Artigo 5º - Sem prejuízo do mecanismo descrito nos Artigos Terceiro e Quarto, os Estados Partes poderão aprofundar adicionalmente as preferências, mediante negociações a efetuarem-se no âmbito dos Acordos previstos no Tratado de Montevidéu 1980.

Artigo 6º - Estarão excluídos do cronograma de desgravação a que se referem os Artigos Terceiro e Quarto do presente Anexo os produtos compreendidos nas Listas de Exceções apresentadas por cada um dos Estados Partes com as seguintes quantidades de itens NALADI:

| | |
|--------------------------------|-----|
| República Argentina | 394 |
| República Federativa do Brasil | 324 |
| República do Paraguai | 439 |
| República Oriental do Uruguai | 960 |

Artigo 7º - As Listas de Exceções serão reduzidas no vencimento de cada ano calendário de acordo com o cronograma que se detalha a seguir:

a) Para a República Argentina e a República Federativa do Brasil na razão de vinte por cento (20%) anuais dos itens que a compõem, redução que se aplica desde 31 de dezembro de 1990;

b) Para a República do Paraguai e para a República Oriental do Uruguai, a redução se fará na razão

| | | | | | | | | |
|-----|----|------|----|---------|----------|-------|-------|----------|
| 10% | na | data | de | entrada | em | vigor | do | Tratado, |
| 10% | em | 31 | de | de | dezembro | de | 1991, | |
| 20% | em | 31 | de | de | dezembro | de | 1992, | |
| 20% | em | 31 | de | de | dezembro | de | 1993, | |
| 20% | em | 31 | de | de | dezembro | de | 1994, | |

20% em 31 de dezembro de 1995.

Artigo 8º - As Listas de Exceções incorporadas nos Apêndices I, II, III e IV incluem a primeira redução contemplada no Artigo anterior.

Artigo 9º - Os produtos que forem retirados das Listas de Exceções nos termos previstos no Artigo Sétimo se beneficiarão automaticamente das preferências que resultem do Programa de Desgravação estabelecido no Artigo Terceiro do presente Anexo com, pelo menos, o percentual de desgravação mínimo previsto na data em que se opere sua retirada dessas Listas.

Artigo 10 - Os Estados Partes somente poderão aplicar até 31 de dezembro de 1994, aos produtos compreendidos no programa de desgravação, as restrições não tarifárias expressamente declaradas nas Notas Complementares ao Acordo de Complementação que os Estados Partes celebram no marco do Tratado de Montevidéu 1980.

A 31 de dezembro de 1994 e no âmbito do Mercado Comum, ficarão eliminadas todas as restrições não tarifárias.

Artigo 11 - A fim de assegurar o cumprimento do cronograma de desgravação estabelecido nos Artigos Terceiro e Quarto, assim como o Estabelecimento do Mercado Comum, os Estados Partes coordenarão as políticas macroeconômicas e as setoriais que se acordem, a que se refere o Tratado para a Constituição do Mercado Comum, começando por aquelas relacionadas aos fluxos de comércio e à configuração dos setores produtivos dos Estados Partes.

Artigo 12 - As normas contidas no presente Anexo não se aplicarão aos Acordos de Alcance Parcial, de Complementação Econômica Números 1, 2, 13 e 14, nem aos comerciais e agropecuários subscritos no âmbito do Tratado de Montevidéu 1980, os quais se regerão exclusivamente pelas disposições neles estabelecidas.

Regime Geral de Origem

ANEXO II

CAPÍTULO

I

Regime Geral de Qualificação de Origem

Artigo 1º - Serão considerados originários dos Estados Partes:

- a) Os produtos elaborados integralmente no território de qualquer um deles, quando em sua elaboração forem utilizados exclusivamente materiais originários dos Estados Partes;
- b) Os produtos compreendidos nos capítulos ou posições da Nomenclatura Tarifária da Associação Latino-Americana de Integração que se identificam no Anexo I da Resolução 78 do Comitê de Representante da citada Associação, pelo simples fato de serem produzidos em seus respectivos territórios.

Considerar-se-ão produzidos no território de um Estado Parte:

- i - Os produtos dos reinos minerais, vegetal ou animal, incluindo os de caça e da pesca, extraídos, colhidos ou apanhados, nascidos e criados em seu território ou em suas Águas Territoriais ou Zona Econômica Exclusiva;
 - ii - Os produtos do mar extraídos fora de suas Águas Territoriais e Zona Econômica Exclusiva por barcos de sua bandeira ou arrendados por empresas estabelecidas em seu território; e
 - iii - Os produtos que resultem de operações ou processos efetuados em seu território pelos quais adquiram a forma final em que serão comercializados, exceto quando esses processos ou operações consistam somente em simples montagens ou ensamblagens, embalagem, fracionamento em lotes ou volumes, seleção e classificação, marcação, composição de sortimentos de mercadorias ou outras operações ou processos equivalentes.
- c) Os produtos em cuja elaboração se utilizem materiais não originários dos Estados Partes, quando resultem de um processo de transformação, realizado no território de algum deles, que lhes confira uma nova individualidade, caracterizada pelo fato de estarem classificados na Nomenclatura Aduaneira da Associação Latino-Americana de Integração em posição diferente à dos mencionados materiais, exceto nos casos em que os Estados Partes determinem que, ademais, se cumpra com o requisito previsto no Artigo Segundo do presente Anexo.

Não obstante, não serão considerados originários os produtos resultantes de operações ou processos efetuados no território de um Estado Parte pelos quais adquiram a forma final que serão comercializados, quando nessas operações ou processos forem utilizados exclusivamente materiais ou insumos não originários de seus respectivos países e consistam apenas em montagem ou ensamblagens, fracionamento em lotes ou volumes, seleção, classificação, marcação, composição de sortimentos de mercadorias ou outras operações ou processos semelhantes;

d) Até 31 de dezembro de 1994, os produtos resultantes de operações de ensamblagem e montagem realizadas no território de um Estado Parte utilizando materiais originários dos

Estados Partes e de terceiros países, quando o valor dos materiais originários não for inferior a 40% do valor FOB de exportação do produto final, e

e) Os produtos que, além de serem produzidos em seu território, cumpram com os requisitos específicos estabelecidos no Anexo 2 da Resolução 78 do Comitê de Representantes da Associação Latino-Americana de Integração.

Artigo 2º - Nos casos em que o requisito estabelecido na letra "C" do Artigo Primeiro não possa ser cumprido porque o processo de transformação operado não implica mudança de posição na nomenclatura, bastará que o valor CIF porto de destino ou CIF porto marítimo dos materiais de terceiros países não exceda a 50 (cinquenta) por cento do valor FOB de exportação das mercadorias de que se trata.

Na ponderação dos materiais originários de terceiros países para os Estados Partes sem litoral marítimo, ter-se-ão em conta, como porto de destino, os depósitos e zonas francas concedidos pelos demais Estados Partes, quando os materiais chegarem por via marítima.

Artigo 3º - Os Estados Partes poderão estabelecer, de comum acordo, requisitos específicos de origem, que prevalecerão sobre os critérios gerais de qualificação.

Artigo 4º - Na determinação dos requisitos específicos de origem a que se refere o Artigo Terceiro, assim como na revisão dos que tiverem sido estabelecidos, os Estados Partes tomarão como base, individual ou conjuntamente, os seguintes elementos:

I. Materiais e outros insumos empregados na produção:

a) Matérias primas:

i - Matéria prima preponderante ou que confira ao produto sua característica essencial; e

ii - Matéria primas principais.

b) Partes ou peças:

i - Parte ou peça que confira ao produto sua característica essencial;

ii - Partes ou peças principais; e

iii - Percentual das partes ou peças em relação ao peso total.

c) Outros insumos.

II. Processo de transformação ou elaboração utilizado.

III. Proporção máxima do valor dos materiais importados de terceiros países em relação ao valor total do produto, que resulte do procedimento de valorização acordado em cada caso.

Artigo 5º - Em casos excepcionais, quando os requisitos específicos não puderem ser cumpridos porque ocorrem problemas circunstanciais de abastecimento: disponibilidade, especificações técnica, prazo de entrega e preço, tendo em conta o disposto no Artigo 4 do Tratado, poderão ser utilizados materiais não originários dos Estados Partes.

Dada a situação prevista no parágrafo anterior, o país exportador emitirá o certificado correspondente informando ao Estado Parte importador e ao Grupo Mercado Comum, acompanhando os antecedentes e constância que justifiquem a expedição do referido documento.

Caso se produza uma contínua reiteração desses casos, o Estado Parte exportador ou o Estado Parte importador comunicará esta situação ao Grupo Mercado Comum, para fins de revisão do requisito específico.

Este Artigo não compreende os produtos que resultem de operações de ensablagem ou montagem, e será aplicável até a entrada em vigor da Tarifa Externa Comum para os produtos objeto de requisitos específicos de origem e seus materiais ou insumos.

Artigo 6º - Qualquer dos Estados Partes poderá solicitar a revisão dos requisitos de origem estabelecidos de conformidade com o Artigo Primeiro. Em sua solicitação, deverá propor e fundamentar os requisitos aplicáveis ao produto ou produtos de que se trate.

Artigo 7º - Para fins do comprimento dos requisitos de origem, os materiais e outros insumos, originários do território de qualquer dos Estados Partes, incorporados por um Estado Parte na elaboração de determinado produto, serão considerados originários do território deste último.

Artigo 8º - O critério de máxima utilização de materiais ou outros insumos originários dos Estados Partes não poderá ser considerado para fixar requisitos que impliquem a imposição de materiais ou outros insumos dos referidos Estados Partes, quando, a juízo dos mesmos, estes não cumpram condições adequadas de abastecimento, qualidade e preço, ou que não se adaptem aos processos industriais ou tecnologias aplicadas.

Artigo 9º - Para que as mercadorias originárias se beneficiem dos tratamentos preferenciais, as mesmas deverão ter sido expedidas diretamente do país exportador ao país importador. Para tal fim, se considera expedição direta:

a) As mercadorias transportadas sem passar pelo território de algum país não participante do Tratado.

b) As mercadorias transportadas em trânsito por um ou mais países não participantes, com ou sem transbordo ou armazenamento temporário, sob a vigilância de autoridade alfandegária competente em tais países, sempre que:

i - o trânsito estiver justificado por razões geográficas ou por considerações relativas a requerimentos do transporte;

ii - não estiverem destinadas ao comércio, uso ou emprego no país de trânsito, e

iii - não sofram, durante o transporte e depósito, nenhuma operação distinta às de carga ou manuseio para mantê-las em boas condições ou assegurar sua conservação.

Artigo 10 - Para os efeitos do presente Regime Geral se entenderá:

a) que os produtos procedentes das zonas francas situadas nos limites geográficos de qualquer dos Estados Partes deverão cumprir os requisitos previstos no presente Regime Geral;

b) que a expressão "materiais" compreende as matérias primas, os produtos intermediários e as partes e peças utilizadas na elaboração das mercadorias.

CAPÍTULO

II

Declaração, Certificação e Comprovação

Artigo 11 - Para que a importação dos produtos originários dos Estados Partes possa beneficiar-se das reduções de gravames e restrições outorgadas entre si, na documentação correspondente às exportações de tais produtos deverá constar uma declaração que certifique

o cumprimento dos requisitos de origem estabelecidos de Acordo com o disposto no Capítulo anterior.

Artigo 12 - A declaração a que se refere o Artigo precedente será expedida pelo produtor final ou pelo exportador da mercadoria, e certificada por uma repartição oficial ou entidade de classe com personalidade jurídica, credenciada pelo Governo do Estado Parte exportador.

Ao credenciar entidades de classe, os Estados Partes velarão para que se trate de organizações que atuem com jurisdição nacional, podendo delegar atribuições a entidades regionais ou locais, conservando sempre a responsabilidade direta pela veracidade das certificações que forem expedidas.

Os Estados Partes se comprometem, no prazo de 90 dias a partir da entrada em vigor do Tratado, a estabelecer um regime harmonizado de sanções administrativas para casos de falsidade nos certificados, sem prejuízo das ações penais correspondentes.

Artigo 13 - Os certificados de origem emitidos para os fins do presente do presente Tratado terão prazo de validade de 180 dias, a contar da data de sua expedição.

Artigo 14 - Em todos os casos, se utilizará o formulário-padrão que figura anexo ao Acordo 25 do Comitê de Representantes da Associação Latino-Americana de Integração, enquanto não entrar em vigor outro formulário aprovado pelos Estados Partes.

Artigo 15 - Os Estados Partes comunicarão à Associação Latino-Americana de Integração a relação das repartições oficiais e entidades de classe credenciadas a expedir a certificação a que se refere o Artigo anterior, com o registro e fac-símile das assinaturas autorizadas.

Artigo 16 - Sempre que um Estado Parte considerar que os certificados emitidos por uma repartição oficial ou entidade de classe credenciada de outro Estado Parte não se ajustam às disposições contidas no presente Regime Geral, comunicará o fato ao outro Estado Parte para que este adote as medidas que estime necessárias para solucionar os problemas apresentados.

Em nenhum caso o país importador deterá o trâmite de importação dos produtos amparados nos certificados a que se refere o parágrafo anterior, mas poderá, além de solicitar as informações adicionais que correspondam às autoridades governamentais do país exportador, adotar as medidas que considere necessárias para resguardar o interesse fiscal.

Artigo 17 - Para fins de um controle posterior, as cópias dos certificados e os documentos respectivos deverão ser conservados durante dois anos a partir de sua emissão.

Artigo 18 - As disposições do presente Regime Geral e as modificações que lhe forem introduzidas não afetarão as mercadorias embarcadas na data de sua adoção.

Artigo 19 - As normas contidas no presente Anexo não se aplicam aos Acordos de Alcance Parcial, de Complementação Econômica no 1, 2, 13 e 14, idem aos comerciais e agropecuários subscritos no âmbito do Tratado de Montevideu 1980, os quais se regerão exclusivamente pelas posições neles estabelecidas.

Solução de Controvérsias

ANEXO III

1. As controvérsias que possam surgir entre os Estados Partes como consequência da aplicação do Tratado serão resolvidas mediante negociações diretas.

No caso de não lograrem uma solução, os Estados Partes submeterão a controvérsia à consideração do Grupo Mercado Comum que, após avaliar a situação, formulará no lapso de sessenta (60) dias as recomendações pertinentes às Partes para a solução do diferendo. Para tal fim, o Grupo Mercado Comum poderá estabelecer ou convocar painéis de especialistas ou grupos de peritos com o objetivo de contar com assessoramento técnico.

Se no âmbito do Grupo Mercado Comum tampouco for alcançada uma solução, a controvérsia será elevada ao Conselho do Mercado Comum para que este adote as recomendações pertinentes.

2. Dentro de cento e vinte (120) dias a partir da entrada em vigor do Tratado, o Grupo Mercado Comum elevará aos Governos dos Estados Partes uma proposta de Sistema de Solução de Controvérsias, que vigorará durante o período de transição.

3. Até 31 de dezembro de 1994, os Estados Partes adotarão um Sistema Permanente de Solução de Controvérsias para o Mercado Comum.

Cláusula de Salvaguarda

ANEXO IV

Artigo 1º - Cada Estado Parte poderá aplicar, até 31 de dezembro de 1994, cláusulas de salvaguarda à importação dos produtos que se beneficiem do Programa de Liberação Comercial estabelecido no âmbito do Tratado.

Os Estados Partes acordam que somente deverão recorrer ao presente Regime em casos excepcionais.

Artigo 2º - Se as importações de determinado produto causarem dano ou ameaça de dano grave a seu mercado, como consequência de um sensível aumento, em um curto período, das importações desse produto provenientes dos outros Estados Partes, o país importador solicitará ao Grupo Mercado Comum a realização de consultas com vistas a eliminar essa situação.

O pedido do país importador estará acompanhado de uma declaração pormenorizada dos fatos, razões e justificativas do mesmo.

O Grupo Mercado Comum deverá iniciar as consultas no prazo máximo de dez (10) dias corridos a partir da apresentação do pedido do país importador e deverá concluí-las, havendo tomado uma decisão a respeito, dentro de vinte (20) dias corridos após seu início.

Artigo 3º - A determinação do dano ou ameaça de dano grave no sentido do presente Regime será analisada por cada país, levando em conta a evolução, entre outros, dos seguintes aspectos relacionados com o produto em questão:

- a) Nível de produção e capacidade utilizada;
- b) Nível de emprego;
- c) Participação no mercado;
- d) Nível de comércio entre as Partes envolvidas ou participantes de consulta;
- e) Desempenho das importações e exportações com relação a terceiros países.

Nenhum dos fatores acima mencionados constitui, por si só, um critério decisivo para a determinação do dano ou ameaça de dano grave.

Não serão considerado, na determinação do dano ou ameaça de dano grave, fatores tais como as mudanças tecnológicas ou mudanças nas preferências dos consumidores em favor de produtos similares e/ou diretamente competitivos dentro do mesmo setor.

A aplicação da cláusula de salvaguarda dependerá, em cada país, da aprovação final da seção nacional do Grupo Mercado Comum.

Artigo 4º - Com o objetivo de não interromper as correntes de comércio que tiverem sido geradas, o país importador negociará uma quota para a importação do produto objeto de salvaguarda, que se regerá pelas mesmas preferências e demais condições estabelecidas no Programa de Liberação Comercial.

A mencionada quota será negociada com o Estado Parte de onde se originam as importações, durante o período de consulta a que se refere o Artigo 2. Vencido o prazo da consulta e não havendo acordo, o país importador que se considerar afetado poderá fixar uma quota, que será mantida pelo prazo de um ano.

Em nenhum caso a quota fixada unilateralmente pelo país importador será menor que a média dos volumes físicos importados nos últimos três anos calendário.

Artigo 5º - As cláusulas de salvaguarda terão um ano de duração e poderão ser prorrogadas por um novo período anual e consecutivo, aplicando-se-lhes os termos e condições estabelecidas no presente Anexo. Estas medidas apenas poderão ser adotadas uma vez para cada produto.

Em nenhum caso a aplicação de cláusulas de salvaguarda poderá estender-se além de 31 de dezembro de 1994.

Artigo 6º - A aplicação das cláusulas de salvaguarda não afetará as mercadorias embarcadas na data de sua adoção, as quais serão computadas na quota prevista no Artigo 4.

Artigo 7º - Durante o período de transição no caso de algum Estado Parte se considerar afetado por graves dificuldades em suas atividades econômicas, solicitará do Grupo Mercado Comum a realização de consultas, a fim de que se tomem as medidas corretivas que forem necessárias.

O Grupo Mercado Comum, dentro dos prazos estabelecidos no Artigo 2 do presente Anexo, avaliará a situação e se pronunciará sobre as medidas a serem adotadas, em função das circunstâncias.

Subgrupos de Trabalho do Grupo Mercado Comum

ANEXO V

O Grupo Mercado Comum, para fins de coordenação das políticas macroeconômicas e setoriais, constituirá, no prazo de 30 dias após sua instalação os seguintes Subgrupos de Trabalho:

Subgrupo 1 : Assuntos Comerciais

Subgrupo 2 : Assuntos Aduaneiros

Subgrupo 3 : Normas Técnicas

Subgrupo 4 : Políticas Fiscal e Monetária Relacionadas com o Comércio

Subgrupo 5 : Transporte Terrestre

Subgrupo 6 : Transporte Marítimo

Subgrupo 7 : Política Industrial e Tecnológica

Subgrupo 8 : Política Agrícola

Subgrupo 9 : Política Energética

Subgrupo 10: Coordenação de Políticas Macroeconômicas.

Nota:

- Resolução MERCOSUL/GMC/RES. Nº 11/1991(I), criou o Subgrupo de Trabalho Nº 11 - Assuntos Trabalhistas.

- Resolução MERCOSUL/GMC/RES. Nº 11/1992, modificou o nome do Subgrupo de Trabalho Nº 11 para Relações Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social

* http://www2.uol.com.br/actasoft/actamercosul/novo/tratado_de_assuncao.htm. Disponível em 15 de abril de 2008

ANEXO B

Relação articulistas analisados, qualificação, origem, data e postura interdiscursiva

BA= Buenos Aires; W = Washington; NY = Nova York

| | Data | Nome/ Origem | Centrífugo/ Centrípeto |
|------------------------------|-------------|---|-----------------------------------|
| Correspondentes | 23/2/1991 | José Negreiros (BA) | Centrípeto |
| Intelectuais e especialistas | 18/04/1991 | Alfredo da Mota Menezes - doutor em história pela Tulane University (EUA). | Centrífugo |
| Autoridades do governo | 28/4/1991 | Rubens A. Barbosa (embaixador) | Centrípeto |
| Intelectuais e especialistas | 18/05/1991 | Luiz Fernando Furlan - Diretor da Fiesp. | Centrípeto |
| Correspondentes | 11/06/1991 | Fernando Rodrigues (W) | Centrífugo |
| Correspondentes | 12/06/1991 | Moisés Rabinovic (W) | Centrípeto |
| Correspondentes | 17/06/1991 | Maurício Cardoso (W) | Centrífugo |
| Autoridades do governo | 19/06/1991 | Hector Groos Espiell, Ministro das Relações Exteriores do Uruguai | Centrífugo |
| Intelectuais e especialistas | 04/08/1991 | Antonio de Angelis presidente Price Waterhouse para a América do Sul | Centrípeto |
| Intelectuais e especialistas | 07/08/1991 | Luis Eulálio Bueno Vidigal - Presidente da seção brasileira do Conselho Empresarial Brasil-EUA. | Centrífugo |
| Correspondentes | 08/08/1991 | José Negreiros (BA) | Centrípeto |
| Autoridades do governo | 10/09/1991 | Luís Alberto Lacalle Herrera Presidente da República do Uruguai. | Centrípeto |
| Correspondentes | 10/12/1991 | José Negreiros (BA) | Centrífugo |
| Correspondentes | 16/12/1991 | José Negreiros (BA) | Centrípeto |
| Correspondentes | 22/01/1992 | José Negreiros (BA) | Centrípeto |
| Autoridades do governo | 06/06/1992 | Fernando Collor – Presidente da República Federativa do Brasil. | Centrípeto |
| Enviados Especiais | 06/08/1994 | Beatriz | Centrípeto |
| Correspondentes | 06/08/1994 | Vladimir Goitia | centrípeto |
| Correspondentes | 30/11/1994 | Marlise Ilhesca Quito (Equador) | centrípeto |
| Correspondentes | 9/12/1994 | Sônia Mossri (BA) | centrípeto |
| Sindicalistas | 15/12/1994 | Vicente Paulo da Silva (Sindicalista, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT). | centrípeto |

| | | | |
|------------------------------|------------|--|-------------------|
| Intelectuais e especialistas | 23/12/1994 | Sérgio Mauad | centrípeto |
| Autoridades do governo | 26/12/1994 | Rubens Barbosa | centrípeto |
| Correspondentes | 27/12/1994 | Nora Gonzalez (BA) | centrípeto |
| Correspondentes | 28/12/1994 | Nora Gonzalez (BA) | centrípeto |
| Autoridades do governo | 28/12/1994 | Enrique Braga - Presidente do Banco Central do Uruguai. | centrípeto |
| Autoridades do governo | 31/12/1994 | Jacinto Estigarribia - Presidente do Banco Central do Paraguai | centrípeto |
| Intelectuais e especialistas | 01/01/1995 | José Goldenberg | centrífugo |
| Correspondentes | 09/01/1995 | Sônia Mossri (BA) | centrípeto |
| Intelectuais e especialistas | 17/01/1995 | Carlos Cruz | centrípeto |
| Intelectuais e especialistas | 25/06/1998 | Carlos Tavares de Oliveira - jornalista e assessor de comércio exterior de Confederação Nacional do Comércio (CNC). | centrífugo |
| Correspondentes | 07/07/1998 | Ariel Palácios (BA) | centrífugo |
| Correspondentes | 16/07/1998 | Ariel Palácios (BA) | centrífugo |
| Correspondentes | 23/07/1998 | Ariel Palácios (BA) | centrípeto |
| Correspondentes | 23/07/1998 | Márcia Carmo (BA) | centrípeto |
| Correspondentes | 23/07/1998 | Mônica Yanakiew (BA) | centrípeto |
| Correspondentes | 23/07/1998 | Monica Yanakiew (BA) | centrífugo |
| Correspondentes | 24/07/1998 | Márcia Carmo (BA) | centrípeto |
| Intelectuais e especialistas | 27/07/1998 | Octavio Mello Alvarenga | centrípeto |
| Correspondentes | 26/02/2000 | Vanessa Adachi | centrípeto |
| Autoridades do governo | 05/03/2000 | Horacio Lafer Piva - presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. | centrífugo |
| Correspondentes | 25/03/2000 | Ariel Palácios (BA) | centrípeto |
| Autoridades do governo | 23/05/2000 | Tite do Rego Barros - embaixatriz do Brasil na Argentina | centrípeto |
| Correspondentes | 27/04/2000 | Ariel Palacios (BA) | centrífugo |
| Correspondentes | 29/04/2000 | Eliane Oliveira e Janaina Figueiredo (BA) | centrípeto |
| Intelectuais e especialistas | 03/10/2000 | Míria Leitão - jornalista | centrífugo |

| | | | |
|------------------------------|------------|---|-------------------|
| Enviados Especiais | 29/10/2000 | David Friedlander | centrífugo |
| Correspondentes | 11/12/2000 | Marina Guimarães (DF) | centrífugo |
| Autoridades do governo | 20/05/2001 | Osvaldo Rial - vice-presidente da União Industrial Argentina. | centrípeto |
| Enviados Especiais | 17/06/2001 | Clóvis Rossi | centrípeto |
| Autoridades do governo | 20/06/2001 | Luiz Felipe Lampreia - ex-ministro das Relações Exteriores) | centrípeto |
| Correspondentes | 21/06/2001 | Ariel Palacios (BA) | centrífugo |
| Correspondentes | 27/08/2001 | Janaína Figueiredo (BA) | centrífugo |
| Correspondentes | 27/09/2001 | Ariel Palácios (BA) | centrífugo |
| Intelectuais e especialistas | 29/09/2001 | Luiz Alberto Moniz Bandeira - cientista político e ex-professor de política exterior da UNB. | centrípeto |
| Correspondentes | 27/12/2001 | Janaína Figueiredo (BA) | centrípeto |
| Intelectuais e especialistas | 12/06/2002 | Carlos Mariani Bittencourt - presidente do Capítulo Brasileiro do Ceal (Conselho de Empresários da América Latina). | centrípeto |
| Correspondentes | 04/07/2002 | Clóvis Rossi (BA) | centrífugo |
| Correspondentes | 04/07/2002 | Clóvis Rossi (BA) | centrípeto |
| Correspondentes | 01/12/2002 | Ariel Palacios (BA) | centrípeto |
| Reportagens Locais | 06/12/2002 | Denise Chrispim Marin (Brasília) | centrífugo |
| Correspondentes | 30/01/2003 | Paulo Sotero (W) | Centrífugo |
| Enviados Especiais | 16/06/2003 | Eliane Oliveira e Janaína Figueiredo | centrípeto |
| Correspondentes | 16/06/2003 | Ariel Palacios (BA) | centrípeto |
| Correspondentes | 04/09/2003 | Ariel Palácios (URU/Montevidéu) | centrípeto |
| Autoridades do governo | 02/11/2003 | Eduardo Sigal - subsecretário de Integração Econômica Americana e do Mercosul | centrípeto |
| Parlamentares | 17/11/2003 | João Herrmann Neto - engenheiro agrônomo e deputado federal pelo PPS-SP. | centrípeto |
| Correspondentes | 10/12/2003 | Janaína Figueiredo e Eliane Oliveira (BA) | centrípeto |
| Enviados Especiais | 17/12/2003 | Cristiane Jungblut | centrípeto |
| Enviados Especiais | 17/12/2003 | Janaína Figueiredo | centrípeto |
| Correspondentes | 05/07/2004 | Ariel Palacios | Centrípeto |

| | | | |
|------------------------------|------------|--|-------------------|
| | | (BA) | |
| Correspondentes | 12/09/2004 | Ariel Palacios (BA) | Centrífugo |
| Correspondentes | 21/09/2004 | Helena Celestino (NY) | Centrípeto |
| Correspondentes | 21/09/2004 | Helena Celestino (NY) | Centrífugo |
| Enviados Especiais | 21/09/2004 | Ilimar Franco | Centrífugo |
| Enviados Especiais | 21/09/2004 | Ilimar Franco | Centrípeto |
| Reportagens Locais | 18/12/2004 | Cláudia Dianni (Ouro Preto) e Paulo Peixoto (da agência folha, em Ouro Preto). | Centrífugo |
| Reportagens Locais | 18/12/2004 | Ana Paula Machado (Ouro Preto) | Centrífugo |
| Correspondentes | 18/12/2004 | Silvana Arantes (BA) | Centrífugo |
| Reportagens Locais | 20/12/2004 | Gisele Teixeira (de Brasília) | Centrípeto |
| Intelectuais e especialistas | 31/12/2004 | Marcos Magalhães Analista Político | Centrípeto |
| Reportagens Locais | 19/03/2005 | Cíntia Cardoso | Centrípeto |
| Enviados Especiais | 28/04/2005 | Silvana Arantes | Centrífugo |
| Reportagens Locais | 19/06/2005 | Cláudia Dianni | Centrípeto |
| Correspondentes | 12/09/2005 | Maeli Prado (BA) | Centrífugo |
| Reportagens Locais | 06/12/2005 | Léo Gerchmann (Da agência folha, em Porto Alegre) | Centrífugo |
| Intelectuais e especialistas | 10/12/2005 | Luiz Alberto Moniz Bandeira, Cientista político, professor titular da Universidade de Brasília. | Centrípeto |